

HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Oswaldo Coggiola



1

Ariadna Universitaria

HISTÓRIA DO CAPITALISMO
Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Volumen 1

HISTÓRIA DO CAPITALISMO
Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Oswaldo Coggiola

Volumen 1

Ariadna Ediciones

www.ariadnaediciones.cl

Primera edición, marzo 2017

Santiago de Chile

Laguna la invernada 0246, Estación Central
Santiago, Chile

ISBN: 978-956-8416-50-8

Obra en *Open Access*, sujeta a las condiciones de uso de la
licencia creative commons [by](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



A Leonel Itaussu de Almeida Mello, Mestre e Lutador

Naquela época, as coisas custavam como lama. Quem comprava um pão por um as não conseguia comê-lo inteiro, nem dividindo por dois. Os de agora? Já vi olhos de boi maiores! Ai, ai, cada dia pior! Esta colônia cresce para trás, como a cauda de um novilho. Por que temos um edil que não vale três figos de Caunus, que prefere um as à nossa vida? Alegra-se em casa, recebe mais dinheiro num dia que todo o patrimônio de uma pessoa. E sei bem como ele conseguiu mil denários de ouro. Se nós tivéssemos culhões, não seria tão fácil para ele. Mas o povo, agora, é leão em casa e raposa fora. No que se refere a mim, já comi minhas roupas e, se continuar esta carestia, venderei minhas casinhas. O que será do futuro, se nem os deuses, nem os homens, tiverem piedade desta colônia? Pois ninguém mais acha que o céu é céu, ninguém observa o jejum, ninguém dá a mínima para Júpiter, mas todos, de olhos abertos, contam seus bens

(Petrônio, **Satyricon**, 60?)

O dinheiro é a verdadeira inteligência de todas as coisas; quem tem poder sobre as pessoas inteligentes, não é mais inteligente do que elas? O modo de produção capitalista conclui por identificar-se com a venalidade geral, isto é, com a troca em potencial de todos os produtos, coisas, sentimentos e relações. Esta prostituição geral é uma fase necessária

(Karl Marx, **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 1859)

Well now give me money (that's what I want) / A lot of money (that's what I want) / Wow, yeah you know I need money (that's what I want) / Oh, now give me money now (that's what I want)

(John Lennon / Paul McCartney, **Money**, 1964)

Money, it's a crime / Share it fairly but don't take a slice of my pie / Money, so they say / Is the root of all evil today / But if you ask for a raise it's no surprise / that they're giving none away

(Roger Waters, **Money**, 1973)

Oh Lord give me money / A please give me money / So sick and tired bein' poor / I just can't take it no more

(Ego, **Lord Give Me Money**, 2011)

Índice

1. COMÉRCIO, VALOR E CAPITAL, 9
2. TRABALHO E CAPITALISMO, 29
3. CAPITALISMO E HISTÓRIA, 59
4. CAPITALISMO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 87
5. O MATERIALISMO HISTÓRICO, 122
6. CAPITALISMO, HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA MUNDIAL, 158
7. MERCADO E RELIGIÃO, 185
8. ORIGENS DO ESTADO NACIONAL, 217
9. GUERRA, REVOLUÇÃO, COERÇÃO, 239
10. ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E MITOLOGIA EUROPEIA, 262
11. EXPANSÃO INTEROCEÂNICA E ACUMULAÇÃO, 296
12. COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO DA EUROPA, 321
13. CONQUISTA DA AMÉRICA E UNIFICAÇÃO DO MUNDO, 357
14. O “HOMEM” E SEU DUPLO, 389
15. DA ACUMULAÇÃO COMERCIAL À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, 421
16. TRABALHO COMPULSÓRIO, ESCRAVIDÃO E PIRATARIA, 463
17. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL, 493

1. COMÉRCIO, VALOR E CAPITAL

Poupai, poupai, isto é, retransformai a maior parte possível da mais-valia e do mais-produto em capital! A acumulação pela acumulação, produção pela produção, nessa fórmula a economia clássica expressou a vocação histórica do período burguês (Karl Marx, O Capital)

Toda análise objetiva da história contemporânea deve partir de sua determinante fundamental, o *capital*. Esse ponto de partida determina também, indiretamente, a abordagem das eras precedentes da sociedade humana e de seu substrato comum, o *trabalho*. Na produção material em geral, o trabalho concreto -enquanto atividade humana, ou práxis- é o único elemento ativo para a criação da riqueza, para a produção de qualquer *valor de uso*. Essa produção material, dentro do “reino da necessidade”, é comum a todas as formas sociais historicamente desenvolvidas. O capital, por sua vez, é a relação social específica da sociedade burguesa, na qual o *valor*, existente em todas as sociedades, se valoriza (incrementa) através da exploração (uso) da força de trabalho livre (assalariada). O termo designa também esse mesmo valor medido monetariamente, como trabalho alheio coagulado sob a forma de dinheiro e de mercadorias, incluída nelas a própria força de trabalho. *Capital* é o valor capaz (susceptível) de produzir uma mais-valia, o valor capaz de produzir mais-valor.

O *capitalismo*, a sociedade dominada pelo capital, é um modo de produção da vida social que, nas suas características gerais (as comuns a todas as formações econômico-sociais modernas) se constitui como objeto da análise teórica, que o caracteriza pelas *forças produtivas* que ele suscita e mobiliza, e pelas *relações de produção* sobre as quais se assenta. *Modo de produção* é um conceito que, com Marx, passou a designar as formas sociais historicamente existentes para produzir e reproduzir as condições materiais de existência da sociedade. Cada modo de produção corresponde tanto ao nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (meios de produção, técnicas de organização do trabalho, etc.) quanto às relações sociais que organizam as relações de trabalho (de produção).

A relação social fundamental e fundante do capitalismo é a existente entre trabalho assalariado e capital. A diferença

específica que o modo capitalista de produção impõe ao trabalho enquanto elemento geral da vida humana está na sua forma histórica antitética como trabalho alienado, processo objetivo de venda da capacidade de trabalho para outros. O trabalho assalariado é a manifestação socialmente determinada da venda de trabalho para outros. A história das sociedades contemporâneas está determinada, de modo geral, pelas relações sociais estabelecidas com base nesse fundamento, por sua dinâmica e contradições. Modernidade, mobilidade social, carreira baseada no mérito, vínculo direto entre educação e ascensão social, igualdade de oportunidades, flexibilidade profissional, mercantilização geral, egoísmo hedonista, etc., são suas manifestações derivadas e contingentes.

Como relação social entre capitalistas e trabalhadores “livres”, o capital existiu embrionariamente desde as primeiras sociedades históricas. É possível encontra-lo no Egito dos faraós, na Grécia clássica ou no Império Romano. Boa parte dos construtores das pirâmides do Egito, por exemplo, era composta por trabalhadores assalariados (pagos por tempo de trabalho ou por empreitada); o Egito antigo, porém, não era uma sociedade capitalista, mas uma sociedade baseada em formas diversas de trabalho compulsório, inclusive a escravidão.¹ Sobre essa base, diversas sociedades desenvolveram uma economia mercantil. Considerando as “formas antediluvianas do capital” (o capital comercial ou o usurário) como plenamente capitalistas, diversos autores postularam a atemporalidade/naturalidade do capitalismo, como um sistema econômico-social que se poderia projetar indefinidamente em direção do passado (e, hipoteticamente, também do futuro), considerando capitalista qualquer sociedade em que existissem dinheiro e capital comercial ou portador de juros. Em *O Capital* Karl Marx criticou Theodor Mommsen, historiador da Roma clássica, “que descobre um modo de produção capitalista em qualquer economia monetária”. A atividade mercantil existiu nas sociedades

¹ A escravidão no Egito antigo chegou a estar regida por uma espécie de contrato realizado por escrito, que estabelecia a vontade do escravo em submeter-se a essa condição (geralmente para fugir do trabalho forçado, que constituiu a principal forma de trabalho na construção das grandes obras egípcias). Em nenhuma hipótese isso pode ser assemelhado ao contrato de trabalho celebrado pelo capital com o trabalhador “livre”, pois consistia na negação dessa liberdade, embora apresentada como um ato de vontade do próprio escravo.

humanas desde que estas superaram o estágio da caça e da recolecção. Há aproximadamente dez mil anos, inicialmente no atual Oriente Médio, a “revolução neolítica” ensejou a passagem de uma economia de caça e colheita (chamada de “economia de presa”, *économie de proie*)² para uma economia baseada na agricultura e na criação/domesticação de animais, isto é, para uma era histórica em que a *produção* atingiu correspondência com seu conceito, o da transformação do meio natural circundante pelo trabalho humano, fazendo da natureza o corpo inorgânico do homem, destacado este de seu entorno natural.³ O *trabalho* é a base de qualquer produção, e esta deve entender-se não só no seu sentido puramente material, mas como “o conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social”.⁴

A transformação que fez do trabalho a base da organização social operou-se de maneira lenta e progressiva, “quase imperceptível”, ao longo de séculos e através de um

² Charles Parain. *La Méditerranée: les Hommes et Leurs Travaux*. Paris, Gallimard, 1936.

³ O que não significa afirmar que o Crescente Fértil do Oriente Médio seja o berço da civilização humana, que não tem “berço” definido. Objetos de argila cozida já eram produzidos na Sibéria, muitos anos antes do que no Oriente Médio. A “revolução neolítica” foi produto de processos cumulativos milenares, em diversos pontos do planeta, relacionados ou não entre si, que se concentraram e aceleraram nessa região.

⁴ Eric Wolf. *Europa y la Gente sin História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994: “No mundo antigo prevalecia uma cosmovisão organicista e sexuada: ‘A Terra concebe pelo Sol e dele se torna grávida, dando luz todos os anos’. A riqueza era um dom da natureza, impossível de ser criada e reproduzida através da intervenção do homem que se limitava a descobri-la, explorá-la e consumi-la. Os materiais que asseguravam ao ser humano sua reprodução existiam como resultado do vínculo entre a Terra e os movimentos celestes. Era a partir da união entre o Céu e a Terra que se deveria buscar a origem dos animais, plantas ou minerais ‘paridos’ por esta última; mitos e lendas atribuem ao homem esta mesma origem. A mitologia da fecundidade da agricultura, do arado e da metalurgia se inscreve já sob o domínio do deus forte, do macho fecundador, da Mãe-Terra, do deus do céu que cravava na terra seu machado e seu martelo, dando assim origem ao raio e ao trovão” (Pablo Rieznik. Trabalho, economia e antropologia. *Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Xamã-CNPq, setembro de 2002).

“deslizar sincrônico”, da caça para a criação de animais (pecuária) e da colheita para a agricultura.⁵ O trabalho humano, que já era *social*, ganhou uma nova qualidade: a capacidade de criar bens além das necessidades imediatas da comunidade, isto é, de criar um excedente *econômico*. Isso criou, simultaneamente, a possibilidade de uma casta ociosa dirigente, de um aparelho estatal e das trocas comerciais. A antropologia política questionou a identificação do excedente produtivo com o comércio e com o surgimento de castas sociais *dirigentes* (ou seja, com relações de *poder*) mostrando a existência de sociedades de caçadores-coletores (especialmente americanas, ou ameríndias) em que existiam abundância e acumulação de recursos de subsistência sem estruturas de poder, questionando assim a noção de “economia de subsistência”: “A ideia de economia de subsistência pertence ao campo ideológico do Ocidente moderno, de modo algum ao arsenal conceitual de uma ciência”.⁶

Vere Gordon Childe, antropólogo australiano, analisou o processo de nascimento de castas dirigentes e de um aparelho estatal em três regiões: o Vale do Nilo, a bacia do Indo e o Crescente Fértil do Oriente Médio, onde, por volta de 4000 a.C., “a necessidade de grandes obras públicas para secar e irrigar a terra, e proteger as aldeias, tendeu a consolidar a organização social e centralizar o sistema econômico. Ao mesmo tempo, os

⁵ André Leroi-Gourhan. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel, 1964. Em termos gerais, houve três grandes etapas históricas evolutivas do trabalho social: a) as manifestações iniciais do homem na preparação e melhoramento de ferramentas semi-naturais que permitiram um princípio de sobrevivência diferenciado como espécie biológica, sem que ainda surgisse com caracteres definidos uma divisão social do trabalho, além da ditada pela diferença dos sexos; b) o período neolítico, com a sociedade humana que se afina em um terreno e que se organiza como tal na produção e nos ciclos próprios da agricultura e da criação de animais; c) o nascimento da indústria e o deslocamento moderno do centro da produção do campo para a cidade.

⁶ Pierre Clastres. *La Sociedad contra el Estado*. Buenos Aires, Tierra del Sur, 2011, p. 22. O autor questionou a noção de poder da politologia moderna, devida ao “etnocentrismo cultural do pensamento ocidental, vinculado a uma visão exótica das sociedades não ocidentais”, no qual incluiu a própria teoria marxista. Um questionamento, por outro lado, que não permite entender a dominação-destruição dessas sociedades francamente idealizadas pelas sociedades ocidentais, ou melhor, europeias.

habitantes do Egito, Suméria e da bacia do Indo foram obrigados a organizar alguma forma de sistema regular de comércio ou troca, para garantir o abastecimento de matérias-primas essenciais".⁷ No Egito e no Grande Zimbábue (África), na Suméria (Ásia), no México, a intensificação da agricultura permitiu o surgimento de um superávit alimentar que sustentou grandes castas de governantes, soldados e sacerdotes (do ponto de vista da cultura material, a única coisa em comum entre essas sociedades foi o uso de artefatos de cobre, na chamada Idade do Bronze). O passo seguinte foi dado em áreas periféricas a esses centros civilizacionais mais antigos, na Pérsia por exemplo, com a adoção de instrumentos agrícolas, ferramentas artesanais e armas confeccionadas em ferro, dando origem (aproximadamente 1.300 anos antes da era cristã) à Idade do Ferro, que viu nascerem os impérios indiano e chinês.

A expansão das sociedades urbanas baseou-se no incremento da primitiva atividade comercial, quando ela atingiu um caráter sistemático e maior raio de ação. Comércio mercante de longa distância já existiu no segundo milênio A.C, com os mercadores assírios e, depois, com os comerciantes fenícios. Estes foram responsáveis pela criação de rotas comerciais entre o Mediterrâneo ocidental (onde criaram numerosas colônias), a Grécia e o Oriente Médio, que era seu local de origem. Na posterior civilização helênica uma vasta rede comercial chegou a unir cidades espalhadas por todas as costas do Mediterrâneo. De modo geral: "O estágio da produção mercantil, com o qual começa a civilização, distingue-se pela introdução: 1) da moeda metálica e com ela do capital-dinheiro, do empréstimo, do juro e da usura; 2) dos mercadores, como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade territorial e da hipoteca; 4) do trabalho escravo, como forma dominante da produção".⁸

Essa produção, porém, não era ainda uma produção capitalista, embora fosse direcionada para o *mercado*: "Falar de 'capitalismo' antigo ou medieval, porque havia financistas em Roma ou mercadores em Veneza é um abuso de linguagem. Esses personagens jamais dominaram a produção social de sua época, assegurada em Roma pelos escravos e na Idade Média

⁷ Vere Gordon Childe. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 143.

⁸ Friedrich Engels. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

pelos camponeses, sob os diversos estatutos da servidão. A produção industrial da época feudal era obtida quase exclusivamente sob a forma artesanal ou corporativa. O mestre artesão comprometia seu capital e seu trabalho e alimentava em sua casa seus companheiros e seus aprendizes. Não há separação entre os meios de produção e o produtor, não há redução das relações sociais a simples laços de dinheiro: portanto, não há capitalismo”.⁹

A produção mercantil se desenvolveu na Roma antiga e, com a expansão do Império Romano, foi ampliada para quase toda a Europa, Ásia Menor e o Norte da África. Essa produção não era, porém, o centro de gravidade da economia romana. Esta se assentava, economicamente, sobre o trabalho dos escravos, que fornecia o mínimo necessário para a produção e reprodução da sociedade, independentemente da escravidão ser ou não socialmente dominante em cada região ou período do Império. O fim do Império Romano ocidental sinalizou o colapso desse modo de produção na Europa, para além das suas circunstâncias históricas imediatas: “A máquina militar e burocrática ampliada no final do Império cobrou um preço terrível de uma sociedade cujos recursos econômicos haviam declinado. A chegada dos coletores de impostos fiscais urbanos enfraqueceu o comércio e a produção artesanal nas cidades. Um conjunto de taxas caiu infatigável e insuportável sobre o campesinato...

“O Império foi fendido por crescentes dificuldades econômicas e uma polarização social nos últimos anos do século IV. Mas foi somente no Ocidente que esses processos atingiram seu fim crucial, com o colapso de todo o sistema imperial diante dos bárbaros invasores. O Império do Ocidente sucumbiu aos bandos de invasores primitivos que o atravessaram no século V, enquanto, no Oriente, o Império – contra o qual seus ataques haviam sido muito mais perigosos – escapava e sobrevivia. A resposta a esta questão repousa em todo o desenvolvimento histórico anterior das duas zonas do sistema imperial romano”. Com o fim do Império Romano ocidental e “com a formação do colonato, a trama central de todo o sistema econômico passou para outro lugar, para o relacionamento entre o produtor rural dependente, o senhor e o

⁹ Pierre Vilar. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: Charles Parain et al. *Capitalismo Transição*. São Paulo, Moraes, sdp, p. 40.

Estado”,¹⁰ do que resultou um novo modo de produção que dominou Europa ocidental durante o milênio subsequente.

Após o colapso do Império no Ocidente, a economia de seu território passou a ser controlada pelos poderes feudais locais; o comércio interno e externo do apêndice europeu da Eurásia entrou em declínio. Junto à sobrevivência do Império Romano oriental, o grande comércio a longa distância foi revigorado na emergente Arábia: os árabes estabeleceram rotas comerciais de longo percurso com Egito, Pérsia e Bizâncio. Com a expansão do Islã no século VII, esse comércio espalhou-se rapidamente para a Espanha, Portugal, Norte da África e Ásia. Nos grandes impérios americanos pré-colombianos, intercâmbios ou transporte de bens em longos percursos também eram realizados.

No mesmo período, na Europa ocidental verificou-se um retrocesso comercial e produtivo que se estendeu ao longo de sete a oito séculos, do século IV até o século XI, na Alta Idade Média europeia: “É difícil dar cifras ao comércio antigo [extra europeu] de longa distância, quando comparado com a produção. Esta incerteza permitiu minimizar sua importância, considerando esses intercâmbios como limitados apenas aos produtos de luxo, isto é, negócios marginais entre elites dirigentes. Essa negligência é muito lamentável e solidária do eurocentrismo. Ela permitiu considerar anedótica, na evolução econômica da Europa, seu recuo do grande comércio entre os séculos IV e XII, aproximadamente. Nesses oito séculos, o restante do continente eurasiático conheceu uma expansão inédita do comércio à distância, e uma sofisticação de seus atores e técnicas”.¹¹

O vazio deixado pelo antigo Império Romano na Europa foi, finalmente, preenchido. A conquista árabe-islâmica, que começou no século VII,¹² rompeu a unidade do

¹⁰ Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989, pp. 92-93.

¹¹ Philippe Norel. *L'Histoire Économique Globale*. Paris, Seuil, 2009, p. 48.

¹² O império árabe (dito “islâmico”) formou-se junto com o surgimento do islamismo; antes disso, a Arábia era composta por povos semitas que, até o século VII, viviam em diferentes tribos relativamente isoladas umas das outras. Antes de Maomé operar a unificação da Península Arábica através do islamismo, a região era extremamente fragmentada e nela coexistiam diversos reinos e povos autônomos. Apesar de falarem aproximadamente a mesma língua,

Mediterrâneo existente na Antiguidade, destruiu a síntese cristão-romana e propiciou o surgimento de uma nova sociedade na Europa, dominada por potências setentrionais (a Alemanha e a França carolíngias), cuja “missão”, segundo Henri Pirenne, teria sido a de retomar a defesa do "Ocidente" contra seus inimigos histórico-culturais:¹³ “O que Pirenne deixou, infelizmente, de dizer, é que a criação dessa nova linha de defesa do Ocidente aproveitou inúmeros elementos do humanismo, da ciência, filosofia, sociologia e historiografia do Islã, que já se haviam interposto entre o mundo de Carlo Magno e a antiguidade clássica. O Islã está dentro do Ocidente desde o início, como foi obrigado a admitir o próprio Dante, grande inimigo de Maomé, quando situou o Profeta no próprio coração de seu Inferno”.¹⁴

Certamente, tanto como Europa “aproveitou” conhecimentos e rotas marítimas traçadas pelos chineses, assim como novos produtos trazidos das Américas: o Ocidente pós-medieval criou, com base nessas e outras apropriações, uma “nova civilização”, baseada num *novo modo de produção*. A Europa pós-medieval não foi a continuidade linear independente de uma mítica “Europa”, supostamente nascida na antiguidade greco-romana. A partir do século XI se produziu um renascimento do comércio interno na região europeia, especialmente ocidental, quando as cidades italianas quebraram o monopólio marítimo dos árabes no Mediterrâneo: “Do século VII ao XI, o Ocidente se esvaziara de metais preciosos, mas o ouro e a prata retornaram com as Cruzadas. Os meios monetários crescem, a moeda de ouro recomeça sua circulação. São Luis a oficializa na França; o ducado de Veneza

esses povos possuíam diferentes estilos de vida e de crenças. Os beduínos eram nômades e levavam uma vida difícil no deserto, utilizando como meio de sobrevivência o camelo, animal do qual retiravam seu alimento (leite e carne) e vestimentas (feitas com o pêlo). Com suas caravanas, praticavam o comércio de vários produtos pelas cidades da região. Já as tribos *koreichitas* habitavam a região litorânea e viviam do comércio fixo: delas surgiu a impulsão comercial expansiva que deu origem ao império árabe.

¹³ Henri Pirenne. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966.

¹⁴ Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

e o florim de Florença, moedas de ouro, jogam um papel só comparável na história antiga ao do dracma em Atenas”.¹⁵

As peculiaridades do processo histórico ensejaram nesse período e nessa região a passagem para um sistema econômico-social em que as relações mercantis se apossaram da esfera produtiva, como não aconteceu, por variados motivos, em outras sociedades nas quais o comércio interno e externo chegou a atingir importantes dimensões. Essa passagem percorreu várias etapas, plurisseculares, e afetou decisivamente o trabalho social. O trabalho mudou seu estatuto econômico, social e ideológico. Para compreendê-lo, é preciso se referir brevemente aos estatutos precedentes do trabalho. Na Antiguidade clássica, o trabalho para a manutenção da vida era concebido como uma compulsão, tarefa obrigatória e penosa, exercício próprio da degradação, estranho àquele que caracterizava o estado mais elevado da humanidade. Na Grécia clássica, o *trabalhador* era o escravo, não era o *homem*; o homem não trabalhava.

Não há, por isso, na língua grega clássica uma expressão que designe o trabalho humano com a mesma conotação atual. Três substantivos designavam, cada um a seu modo, atividades identificadas com o ato do trabalho: *labor*, *poesis* e *práxis*:¹⁶ “O conceito de trabalho não existia na Grécia

¹⁵ Albert Dauphin-Menier. *Histoire de la Banque*. Paris, PUF, 1968, p. 41.

¹⁶ Pablo Riezniak. *Op. Cit.* *Labor* se referia à disposição corporal nas tarefas pertinentes do homem para manter seu ciclo vital, a perpetuação de sua espécie, sob o domínio dos ritmos próprios da natureza e do metabolismo humano. O camponês exercia um *labor* quando, mediante sua intervenção, era possível obter os frutos da terra; mas também se expressava como *labor* a atividade da mulher que dava a luz um novo ser. O *labor* excluía uma atitude ativa e um propósito próprio de transformar a natureza ou a conformá-la às necessidades humanas. Implicava passividade e adaptação do agricultor às leis supra-humanas que determinam a fertilidade da terra e dos ciclos naturais. *Poesis* definia, por sua vez, o trabalho que não se vincula às demandas da sobrevivência; é o fazer e a criação do artista, do escultor, daquele que produz um testemunho perene e livre (não associado às exigências imediatas da reprodução de sua vida). *Poesis* era a transcendência do ser, muito além dos limites de sua existência, o que se manifestava em uma obra perene, um modo de afirmar-se no mundo natural e sobrenatural. *Praxis*, finalmente, era a identificação da mais humana das atividades. Seu instrumento era também algo especificamente humano: a linguagem, a palavra; seu âmbito

antiga, onde se distinguia [conceitualmente] entre as atividades do camponês, do artesão, do guerreiro e do cidadão... Os gregos nominaram as atividades humanas significativas, as definiram e hierarquizaram sem um termo equivalente ao termo *trabalho* como categoria universal e abstrata. As atividades do escravo não podem ser assimiladas ao trabalho (como fez [Hannah] Arendt), pois o escravo não é humano, é um ‘instrumento vivo’, as atividades dos escravos não são atividades humanas, e não se pensa [nos antigos gregos] em nominá-las e categorizá-las”.¹⁷ Nos inventários de herança do Império Romano, os escravos eram listados como “animais falantes”, ao lado de vacas e porcos. O autor citado lembra que o “trabalho”, como conceito abstrato, é “uma invenção da modernidade” (e não apenas referido às atividades produtivas, mas também à ciências físico-naturais). Uma modernidade que seria definida, exatamente, a partir do trabalho.

Na tradição de origem judaico-cristã prevalecente na Europa medieval, o trabalho se apresentava como carga, pena e sacrifício impostos em virtude da perda e queda do homem para uma condição de miséria na vida terrena (o “vale de lágrimas”, em que é necessário “ganhar o pão com o suor da frente”). Quando o cristianismo se impôs no decadente Império Romano, essa tradição se tornou funcional à sociedade que emergiu do declínio do Império. Na sociedade medieval, a riqueza não era identificada com o trabalho:¹⁸ a questão essencial era a segurança dos bens e das pessoas, que não mais podia ser garantida pelo poder imperial central. Da dissolução desse poder surgiram “microsociedades” locais marcadas pelo declínio demográfico, pela escassez de moeda e o retrocesso da economia monetária, pela forte contração dos intercâmbios comerciais, fenômenos que afetaram todos os territórios antes dominados pelo Império Romano de Ocidente.

A população europeia, na Idade Média, se transformou em virtude das grandes invasões externas que deram conta do

privilegiado, a vida social e política da comunidade, da *polis*. Mediante a *praxis* o homem se mostrava em sua verdadeira natureza de homem livre e, conseqüentemente, de animal político, de cidadão, de membro de uma coletividade, o que lhe confere um sentido para sua vida individual. O conceito de “direito natural do indivíduo” era ininteligível para os gregos.

¹⁷ Rolande Pinard. *La Révolution du Travail*. De l’artisan au manager. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000, p. 23.

¹⁸ Pablo Rieznik. *Op. Cit.*

Império Romano. Os restos do antigo Império eram uma fortaleza sitiada, pelo Sul, pelos árabes (ou “sarracenos”), pelo Norte pelos vikings escandinavos, ao Leste pelos germânicos e hunos, cujos avanços vieram configurar, através de sucessivas ocupações e misturas étnicas, a população da Europa moderna. A partir do ano 800, aproximadamente, impôs-se a lógica feudal na maioria das regiões da Europa. As autarquias das unidades feudais, com a diminuição do comércio e o retrocesso da economia monetária, fizeram do escambo a modalidade típica das trocas e transações nas feiras ocasionais, situação que dominou Europa ocidental e central pelo menos até o século XI da era cristã.

Os cultivadores, os servos da gleba, se achavam presos à pessoa e à terra do senhor, a quem deviam corveias ou outras prestações em trabalho ou em espécie. Em troca, o senhor devia-lhes apoio e proteção contra os perigos externos à comunidade. O sistema feudal funcionava como uma espécie de “seguro de vida natural”. O “direito de propriedade” da época, diverso da propriedade burguesa moderna, incluía um direito sobre a pessoa do vassalo; a vassalagem percorria a complexa escala social até o topo, através das suseranias, pelas quais os senhores eram vassalos de outros senhores superiores.¹⁹

O último degrau da escala social feudal era o servo, vinculado vitaliciamente com os seus familiares à pessoa do senhor e à terra na que vivia e trabalhava. Todos os relacionamentos entre amos e subordinados da hierarquia feudal eram regidos por redes de *direitos naturais*, não por transações *livres* (isto é, operadas através do mercado, uma noção quase totalmente ausente na Europa da Alta Idade Média): “A servidão é a forma de trabalho e de existência no modo feudal de produção”.²⁰ As economias rurais fechadas próprias do feudalismo europeu eram regidas pela necessidade e a ordem da hierarquia.²¹ A funcionalidade econômica e política (inclusive bélica) do sistema eram levadas ao ponto em

¹⁹ Marc Bloch. *La Société Féodale*. Paris, Payot, 1939.

²⁰ Rodney Hilton. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 13.

²¹ Bernard H. Slicher Van Bath. La costituzione agraria del feudalesimo. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

que, em diversos locais e períodos, a dominação senhorial pouco mais era do que uma extorsão brutal, incluindo a vida privada dos servos, muito mais do que uma “troca” de deveres e garantias. Nessas sociedades sitiadas do exterior e dominadas interiormente pela Igreja cristã, a consideração do trabalho era ainda influenciada pela herança greco-romana, ou seja, pela ideologia de uma sociedade que vivia da escravatura e se orgulhava do ócio.

A ideologia cristã-medieval, herdeira dessa herança, depunha contra o trabalho, pois ele não era um *valor*, não havia, como na Grécia antiga, nem palavra (ou conceito abstrato-simbólico) para designá-lo. Na cultura cristã, o trabalho era "instrumento de penitência": "O trabalho de Deus é a Criação. Portanto, toda profissão que não *cria* era má ou inferior", ideia que se chocava diretamente com os ofícios em gestação, considerados “vis” pelo cristianismo. Na lista de profissões ilícitas da Igreja, além do mercador havia taverneiros (que vendiam vinho e licores) e professores (que comercializavam conhecimento e ciência, "dom de Deus" que, segundo a Igreja, não poderia ser vendido). Esses dogmas foram se alterando conforme surgiam novas profissões, aumentando a produção material e o comércio. A lista de ofícios vetados diminuiu e os clérigos começaram a justificar os "lucros dos mercadores", inclusive a "amaldiçoada usura".²² Socialmente, entre os séculos IX e XIV, predominaram na Europa os pequenos conflitos cotidianos entre senhores e camponeses, e começaram os confrontos, cada vez mais sérios e intensos, entre os habitantes dos burgos (*burguenses*), dedicados às atividades comerciais, e a Igreja.

O grande comércio “retornou” à Europa ocidental e central a partir do século XI, acentuando-se no século XIV, com a expansão mercantil dos países ibéricos, de Holanda e de algumas cidades costeiras italianas, que foram as verdadeiras pioneiras do renascimento comercial (e também cultural): “Do século VII até o X, a reduzida importância da economia de troca andou *pari passu* com a economia senhorial, sobre a qual se fundamentava o sistema feudal; o renascimento das cidades ocidentais se produziu em um mundo constante e descontinuamente sacudido, entre os séculos IX e X, pelas invasões normandas, húngaras e sarracenas... A partir dos

²² Jacques Le Goff. *Para uma Outra Idade Média*. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

últimos anos do século X começou um período de expansão demográfica que a redução das invasões não basta para explicar. Essa expansão trouxe um crescimento da população urbana, devido não só ao incremento natural, mas também à emigração do campo para a cidade (que) deu origem e desenvolveu uma *burguesia* que se ocupava do comércio ou fazia carreira administrativa”.²³

As muralhas das sitiadas cidades medievais “se expandiram” (em círculos concêntricos) ou simplesmente caíram (na medida em que as condições de segurança assim o permitiam), as cidades passaram a ser divididas em paróquias, com um aparelho administrativo mais complexo do que a simples obediência a um *capo* ou ao bispo; devido aos numerosos homônimos generalizou-se o uso de sobrenomes patronímicos (originados em ofícios ou ocupações, locais de nascimento, etc.). As cidades-fortaleza medievais se transformavam em cidades-estados. Não se tratava ainda de economias nem de sociedades capitalistas, embora fossem economias em que a produção mercantil possuía amplo espaço, sustentada, porém, sobre relações de produção (de trabalho) servis ou corporativas. Comércio, moeda, lucro e formas primitivas do salário, precederam, portanto, ao capitalismo. O impacto do renascimento do grande comércio externo europeu afetou crescentemente as relações econômicas e sociais, determinando um declínio irreversível do feudalismo, e a tendência para a organização da economia em unidades mais amplas, baseadas na economia monetária e mercantil.

Para propiciar uma revolução econômica e social, esse processo ensejou também uma revolução conceitual (pois toda revolução autêntica cria seu próprio sistema de conceitos). *Todas* as economias mercantis se caracterizam pela produção de *valores*. No entanto, o conceito de *valor* é tão histórico quanto qualquer outro, e variável para cada disciplina ou campo do conhecimento. O valor *econômico* como propriedade intrínseca de um produto de oferecer alguma utilidade funcional se refere só ao seu *valor de uso*, derivado das propriedades específicas (*qualitativas*) da mercadoria, diferenciado de seu *valor de troca*, ou capacidade potencial de um objeto de ser intercambiado por outros.

²³ Yves Renouard. *Le Città Italiane dal X al XIV Secolo*. Milão, Rizzoli, 1975, pp. 17-20.

A distinção entre ambos “tipos” de valor já existia na filosofia grega clássica, embora sem desenvolver, por razões históricas, todas suas consequências lógicas. Esses desdobramentos apareceram só com a vitória do capitalismo, o modo de produção em que a tensão existente na *forma mercadoria* se exterioriza na *forma valor* como *dinheiro* (forma fenomênica do valor de troca, ou simplesmente valor) e, simultaneamente como *mercadoria* (forma fenomênica do valor de uso). No capitalismo, a mercadoria é uma forma social que comporta tanto o valor de troca como o valor de uso, mas essa forma *aparece* só como valor de uso, material e “coisificado”. O dinheiro, por sua vez, aparece como portador exclusivo do *valor*, como a manifestação da abstração da mercadoria, sendo, porém, só a forma fenomênica da dimensão de valor da própria mercadoria. As relações sociais do capitalismo aparecem, assim, fundadas na oposição entre a abstração monetária do valor e a concretude da natureza material da produção.

O valor (de troca), considerado abstratamente, supõe a existência de um padrão de medida (*quantitativo*) comum a *todas* as mercadorias: “Consideremos duas mercadorias, por exemplo, ferro e trigo. As proporções em que elas são trocáveis podem sempre ser representadas por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a certa quantidade de ferro. O que nos diz tal equação? Diz-nos que, em duas coisas diferentes – em um quartel de trigo e x quintais de ferro, existe em quantidades iguais algo comum a ambos. As duas coisas devem, portanto ser iguais a uma terceira, que em si mesma não é uma nem outra. Cada uma delas, no que se refere ao valor de troca, deve ser redutível a esta terceira coisa. Esse algo em comum não pode ser uma propriedade natural das mercadorias. Tais propriedades são consideradas apenas à medida que afetam a utilidade de tais mercadorias, em que as tornam valores de uso. Mas a troca de mercadorias é evidentemente *um ato caracterizado por uma abstração total do valor de uso*”.²⁴

O trabalho concreto, base do valor de uso, não fornece a *medida de valor* das mercadorias, pois o que se destaca nele são suas características *qualitativas*. Para encontrar a medida (*quantitativa*) do valor se deve abstrair o trabalho de sua forma concreta. A economia política filha da revolução mercantil fez

²⁴ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1, assim como as citações sucessivas, salvo indicação em contrário.

essa operação, que foi corrigida e completada por Marx: "Um valor de uso ou um bem possui valor apenas porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato".

Para chegar a essa conclusão, deve-se previamente estabelecer que o trabalho, na sociedade mercantil, tem um caráter dual: Marx considerou essa distinção do trabalho produtor de mercadorias, simultânea e contraditoriamente trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*, expressão da contradição da própria mercadoria (simultaneamente valor de uso e valor), e ausente na precedente economia política (chamada de "clássica"),²⁵ seu diferencial epistemológico para a análise do capital, e sua base para a fundamentação de uma teoria do valor baseada no trabalho (que já existia na economia política clássica, embora não com esse fundamento),²⁶: "Eu fui o primeiro a assinalar o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria", escreveu no prefácio a *O Capital*.

Ou seja, o trabalho humano transformado em mercadoria contém a contradição, a "dupla face", da própria mercadoria (valor de uso/valor de troca), por ser ele próprio, como força de trabalho, uma mercadoria: essa contradição consiste em que, por um lado, como em todo e qualquer modo de produção, ele é trabalho específico ou *concreto*, gerador de um produto útil, trabalho que tem de ser realizado de determinada forma para alcançar o seu objetivo final; é também, por outro lado, trabalho *social*, que tem como resultado a incorporação de *valor* à mercadoria, ou seja, trabalho *abstrato*, não importando sua forma (qualidade) específica: "Os objetos de uso se tornam mercadorias por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca dos produtos de seu trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos

²⁵ "O erro de Ricardo é que ele está interessado somente na magnitude do valor. O que Ricardo não investiga é a forma específica na qual o trabalho se manifesta como o elemento comum nas mercadorias" (Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985).

²⁶ David Ricardo já havia afirmado que o valor era criado pelo trabalho, e era dividido entre salários e lucros. O trabalho era, para ele, como depois para Marx, a fonte da mais-valia. Contudo, ele definiu os salários como o valor *real* do trabalho (não distinguindo entre os conceitos de trabalho e força de trabalho).

privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como partes do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores”.

Esse “algo em comum” que permite às mercadorias serem medidas umas em relação às outras é o *trabalho* ou, mais precisamente, o trabalho em geral (*trabalho abstrato*), desprovido de quaisquer características específicas, conceito que Marx distinguiu do *trabalho concreto*, em que essas características ficam preservadas, ao se considerar o trabalho só como produtor de valores de uso: “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou *trabalho humano abstrato* gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob uma forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho humano concreto útil produz valores de uso”.

Como valor de uso, cada mercadoria expressa sua *particularidade* através do uso específico que lhe é atribuído socialmente. Como *valor*, ela expressa seu caráter *geral e comum* em relação às outras mercadorias, isto é, o *quantum* de trabalho nela contido que a torna suscetível de intercâmbio, por representar certa quantidade de tempo de trabalho realizado em sua produção. O valor se apresenta, assim, como a *representação do trabalho abstrato*, da “geleia de trabalho indiferenciado” da sociedade que torna possível o intercâmbio das mercadorias. Quando este intercâmbio se generaliza, passa a ser realizado através da mediação geral do dinheiro, o que conclui ocultando sua origem social. Não é o dinheiro que reproduz a mercadoria como dinheiro, mas o trabalho reduzido ao valor de troca que o faz: é o trabalho que constitui o valor a partir da produção da mercadoria e da sua transformação em dinheiro.

A lei básica de movimento das sociedades mercantis é, por isso, sua *lei do valor*. Na economia clássica (que teve em Adam Smith e David Ricardo seus representantes principais), o escopo da teoria do valor era a determinação do “poder de compra de outros bens” que a posse de certa mercadoria conferia ao seu proprietário, poder situado para esses

economistas no trabalho incorporado nela,²⁷ e não, como pretendiam seus predecessores fisiocratas (Turgot, Quesnay, Destutt de Tracy) nas suas propriedades *naturais*. Marx, preservando o avanço teórico realizado pela economia clássica em relação ao pensamento econômico precedente, resolveu o problema de modo ainda mais diverso, determinando de modo teoricamente mais aprofundado o fator comum que permite confrontar e medir relativamente o valor das mercadorias: a *quantidade de trabalho socialmente necessário* para produzi-las, que estabelece a relação de sua troca com outras mercadorias, relação que só no capitalismo é necessariamente expressa em *dinheiro*.²⁸

O que essa lei nos diz é que o trabalho (considerado abstratamente) incorpora à mercadoria o mesmo valor, no mesmo tempo, independentemente de sua especificidade (a qualificação do trabalho opera como um multiplicador *quantitativo* dessa relação).²⁹ As trocas das mercadorias,

²⁷ “É a quantidade comparativa de mercadorias que a mão de obra produz a que determina seu valor relativo presente ou passado” (David Ricardo. *Principles of Political Economy*. Londres, Evereyman’s Edition, 1933).

²⁸ O dinheiro aparece como uma mercadoria especial que possa cumprir a função de equivalente geral de todas elas: “O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro” (Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Volume 1).

²⁹ “O trabalho complexo nada mais é do que o trabalho simples potenciado ou, melhor, multiplicado, de modo que uma pequena quantidade de trabalho complexo pode equivaler a uma quantidade grande de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução do trabalho complexo para trabalho simples é um fenômeno que acontece todos os dias a toda hora. Por mais complexo que seja o trabalho a que deve sua existência uma mercadoria, o valor a equivale logo ao produto do trabalho simples; como valor só representa, portanto, uma determinada quantidade de trabalho simples. As diversas proporções em que diversas classes de trabalho se reduzem à unidade de medida do trabalho simples se estabelecem através de um processo social (o mercado) que age às costas dos produtores, e isto os induz a pensar que são o fruto do hábito... Consideraremos sempre a força de trabalho, em qualquer modalidade, como expressão direta da

realizadas de acordo com a *quantidade* de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las, constitui a “lei da gravidade” das sociedades em que prevalece a produção para o mercado: “A lei do valor estabelece um mecanismo de regulação *ex post facto*, que só se verifica depois da produção, quando os produtos se encaminham para o mercado. A lei se cumpre, pois, à revelia dos próprios produtores, e retrata a anarquia intrínseca ao regime de produção de mercadorias”. A “produção para o mercado”, no entanto, como já vimos, é quase tão antiga quanto as sociedades humanas, não sendo sinônimo de capitalismo.

A emergência do capitalismo exigiu uma revolução na produção mercantil, e foi baseada nela. Foi só na Europa ocidental, a partir do século XII e da generalização dessa produção, e sem interrupções desde então, que se originou o processo histórico que deu lugar a um sistema social e econômico orientado para a *acumulação* de riqueza baseado no *crescimento permanente da capacidade produtiva*, que concluiu sendo conhecido como *capitalismo*. O que foi *específico*, isto é, definidor, do capitalismo? O capitalismo nasceu da apropriação da esfera da produção pelo capital, substituindo os modos de produção precedentes (feudal e corporativo, no caso europeu): “A subordinação da produção ao capital e o aparecimento da relação de classe entre os capitalistas e os produtores devem ser considerados o divisor de águas entre o velho e o novo modo de produção”.³⁰

Nas sociedades mercantis pré-capitalistas, em que os trabalhadores eram proprietários de seus instrumentos de trabalho (ou seja, de seus meios de produção), o direito à propriedade aparecia fundado no próprio trabalho. Bastou que entre a propriedade e o trabalho se interpusesse o *capital*, para que “a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, que se fundamenta na produção e circulação de mercadorias, se invertesse, obedecendo à sua própria dialética interna e inevitável, em seu contrário direto”. O direito à propriedade fundamentado no próprio trabalho se transformou desse modo no direito à propriedade fundado no trabalho de outrem, ou seja, na propriedade *burguesa*. Quando um trabalhador se

força de trabalho simples, poupando-nos o trabalho de reduzi-la à sua unidade” (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Cap. 1, Ap.2).

³⁰ Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 143.

encontra completamente despojado de seus instrumentos de trabalho, todas suas faculdades físicas e mentais capazes de produzir um determinado bem não apresentam para si nenhum valor de uso, pois mesmo possuindo tais faculdades não poderá produzir nada.

Essas faculdades físicas e mentais são, então, postas a venda no mercado e o patrão passa a ser o proprietário da força de trabalho do indivíduo. Apropria-se, portanto, das qualidades físicas e intelectuais do trabalhador. A *sociedade capitalista* (ou burguesa) é aquela em que as relações sociais capitalistas, baseadas na contratação (e exploração) da força de trabalho *livre*, são socialmente dominantes (pelo menos tendencialmente), tendo como consequência a produção de uma *mais-valia*, que é o produto do *sobre-trabalho* fornecido pelo trabalhador assalariado *dentro* do processo de produção; essa mais-valia se apresenta ao capitalista na forma de *lucro do capital*.

O sobre-trabalho é a diferença existente entre a parte da jornada (ou período) de trabalho em que o trabalhador produz valores equivalentes àqueles necessários para a produção e reprodução de sua existência, e os valores produzidos por esse mesmo trabalhador na totalidade de sua jornada (ou período) de trabalho. A origem da mais-valia *capitalista* é a exploração *econômica* da força humana de trabalho, mercadoria adquirida na esfera da *circulação* (como qualquer outra mercadoria) e utilizada (acionando seu *valor de uso*) na esfera da *produção*. Tanto quanto permanecemos no reino da circulação, a exploração capitalista é invisível. É somente quando adentramos o “local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business* que as coisas mudam”. A exploração é possível por causa da propriedade peculiar da mercadoria vendida pelo trabalhador, a força (potencialidade) de trabalho, notadamente do fato de que seu valor de uso é o trabalho como fonte de valor e de mais-valia. E é na produção que a força de trabalho é posta em movimento.

A troca de equivalentes, que aparecia como a operação mercantil originária (valor da mercadoria A = x valor da mercadoria B) se falsifica a tal ponto que a nova troca (salário = valor da mercadoria/trabalho) só se efetua na aparência da circulação de mercadorias, posto que, em primeiro lugar, a mesma parte de capital trocada por força de trabalho é só uma parte do trabalho alheio apropriado sem equivalente e, em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador/operário, não só

tem que reintegrá-la, mas também reintegrá-la com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o produtor de mercadorias converte-se em uma aparência correspondente ao processo de circulação, uma mera forma que é estranha ao seu conteúdo: "A propriedade aparece agora, por parte do capitalista, como o direito de apropriar-se do trabalho alheio não pago ou de seu produto; por parte do operário, como a impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A divisão entre propriedade e trabalho converte-se na consequência necessária de uma lei que partia aparentemente de uma identidade entre ambas". A *lei geral da acumulação capitalista* é a consequência necessária da lei do valor da sociedade mercantil, e ao mesmo tempo é sua negação.

O *capital* é a *acumulação de mais-valia produzida pelo trabalho*; essa acumulação pode tomar a forma de dinheiro, mercadorias ou meios de produção, usualmente uma combinação dos três: "O valor de uso não deve ser nunca considerado como o objetivo imediato do capitalista, nem tampouco o lucro isolado; e sim o movimento incessante do lucro sempre renovado. Essa tendência absoluta ao enriquecimento e essa perseguição apaixonada do valor de troca são comuns ao capitalista e ao entesourador. Mas, enquanto este não é mais que um capitalista maníaco, o capitalista é um entesourador racional. A vida eterna do valor que o entesourador crê assegurar-se salvando seu dinheiro dos perigos da circulação, o capitalista, mais hábil, ganha-a lançando sempre de novo o dinheiro na circulação". O capital, assim, atua *permanentemente* para assegurar sua acumulação posterior, ou seja, a *autoexpansão* de valor.

O objeto de Marx ao analisar o processo capitalista de produção foi o capital *em geral* como distinto dos capitais particulares. Isso era uma abstração, mas não "uma abstração arbitrária, mas uma abstração que apanha as características específicas que distinguem o capital de todas as outras formas de riqueza - ou modos pelos quais a produção social se desenvolve. Esses são os aspectos comuns a cada capital enquanto tal, ou que transformam cada soma específica de valores em capital". O tipo de sociedade baseada nessa relação social é mais recente do que os exemplos mencionados inicialmente.

A economia política clássica tomou como dada e inquestionável a existência de mais-valia originada no trabalho alheio, pois partia da oposição entre a produção capitalista e os

estágios produtivos precedentes. A explicação de Marx acerca da mais-valia baseou-se, ao contrário, na análise da relação entre o capital e o trabalho assalariado. Os aspectos comuns a cada capital surgem da autoexpansão do valor, produto da exploração do trabalhador na produção. O que distingue o capital dos outros modos pelos quais a produção social se desenvolveu é a mais-valia enquanto "forma econômica específica na qual trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos".

O termo e o conceito de "capitalismo" levaram a melhor sobre outras definições que foram também usadas (liberalismo, sociedade industrial, sociedade livre, sociedade aberta, e um belo etc.), para definir a sociedade burguesa, por fazer referência à sua relação (oposição) social *determinante*: a existente entre capital e trabalho assalariado, e ao polo dominante (determinante) dessa contradição. A economia capitalista é um "sistema" (um modo de produção) dividido em unidades de produção independentes e concorrentes entre si. No interior de cada unidade de produção existe divisão (oposição) entre o proprietário dos meios de produção e os produtores, isto é, entre capital e trabalho assalariado. Vejamos essa oposição mais de perto.

2. TRABALHO E CAPITALISMO

O valor ou valia [value or worth] de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço: isto é, tanto quanto seria dado pelo uso do seu poder (Thomas Hobbes, **Leviatã**)

O objetivo fundamental do processo capitalista de produção é a maior autovalorização possível do capital, a produção da maior mais-valia possível e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho (Karl Marx, **O Capital**)

A primeira mudança revolucionária no trabalho social foi a superação do nomadismo, possibilitada pelo domínio do cultivo da terra e da domesticação dos animais. A segunda, nos alvares da história presente, foi a Revolução Industrial. Sua forma particular é a que corresponde ao modo de produção capitalista, ou seja, à separação dos produtores de seus meios de produção e ao surgimento da classe trabalhadora moderna,

resultante da expropriação dos trabalhadores (camponeses, artesãos) de suas condições e meios (instrumentos) de trabalho. O trabalho moderno é o trabalho assalariado, a conversão da capacidade de trabalhar em mercadoria e sua delimitação, em consequência, como atividade remunerada, numa esfera definida da vida social. A identificação do trabalho com a produção ativa da vida humana, ou seja, com a vida produtiva, apresenta-se, à primeira vista, em oposição ao caráter degradado que adota a existência do trabalhador na sociedade moderna, em que o trabalho produtivo se identifica, como veremos adiante, com a produção (ou extração) de mais-valia.

Quais são as condições histórico-estruturais que permitem esse fenômeno? Isto é, em que se baseia a extração de mais-valia? No fato de que o que o trabalhador vende ao capitalista, em troca do salário, não é seu trabalho, mas sua *força de trabalho*: "O valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista não está materializado em um produto, não existe de nenhum modo separado dele; existe, portanto, somente como potencialidade, como capacidade. Torna-se realidade somente quando posto em movimento pelo capital".³¹ O *capitalismo* (o modo de produção baseado na hegemonia do capital sobre todas as outras relações sociais) não é qualquer sistema econômico dinamizado pela procura de lucro, mas só aquele baseado nas relações de produção capitalistas, no qual o lucro se origina na mais-valia extraída (extorquida) *na e pela* exploração da força de trabalho livremente contratada e remunerada por um salário: "Para o capital o trabalhador não constitui uma condição da produção, apenas o trabalho o é. E se este puder ser executado pelo maquinário, ou mesmo pela água e pelo ar, tanto melhor. O capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho, e não diretamente, mas por meio da troca".³²

Diversamente das sociedades que o precederam, no capitalismo o processo de trabalho apresenta uma face dupla e contraditória: ele é, como em todas as sociedades precedentes, *processo de trabalho* (criador de valores de uso) e também, diversamente dessas sociedades, *processo de valorização* (criador de valor). A compra e venda da força de trabalho, por sua vez,

³¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1, assim como as citações sucessivas sem indicação de fonte.

³² Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987, p. 93.

depende da separação do trabalhador dos meios de produção, sua condição prévia. Desse modo, o trabalhador é "livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho". A troca entre capital e trabalho assalariado pressupõe "a distribuição dos elementos da própria produção, os fatores materiais que estão concentrados de um lado, e a força de trabalho isolada, de outro".

No capitalismo os produtos do trabalho tomam a forma de *mercadorias*. Uma mercadoria, como vimos, não tem apenas um valor de uso. Mercadorias são feitas, não para serem consumidas diretamente, mas para serem vendidas no mercado. São produzidas para serem trocadas. Desse modo cada mercadoria tem um *valor de troca*, "a relação quantitativa, a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo". A produção de mercadorias, no entanto, pode existir sem o capitalismo. Dinheiro e comércio são encontrados amplamente, como vimos, em sociedades pré-capitalistas. Todavia, a troca de mercadorias em tais sociedades é principalmente um meio de obter *valores de uso*.

A circulação de mercadorias em tais circunstâncias toma a forma de M-D-M, onde M é mercadoria e D dinheiro. Cada produtor troca sua mercadoria por outra (no caso do escambo) ou a vende em troca de dinheiro para comprar outra mercadoria de outro produtor. O dinheiro é, aqui, apenas o intermediário na transação. Onde as relações de produção capitalistas prevalecem, a circulação de mercadorias toma outra forma: D-M-D'. Dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro.

O D', o dinheiro que o capitalista (ou "investidor") consegue após a transação é maior do que D ($D < D'$), o dinheiro investido inicialmente. O dinheiro "extra" ($D' - D$), ou *lucro*, é chamado de *mais-valia*. Nos dois extremos da relação aparece o dinheiro, que aparentemente se autorreproduz. A circularidade do dinheiro, considerado o primeiro motor da reprodução e acumulação de capital, é, no entanto, aparente. O ΔD ($D' - D$) não é produzido na esfera da circulação (comércio baseado no dinheiro) mas na esfera da produção, pelo mais-trabalho fornecido pelo trabalhador.

Com a inauguração da lógica de "comprar para vender" (para obter um lucro), que passou a ser a finalidade da

troca, surgiu um encadeamento de ações, também conhecido como *fórmula geral do capital*, que pode ser sintetizado no circuito: D-M-D'. A finalidade das trocas não é mais se conseguir um bem substancialmente distinto daquele que se produzia, e sim um "salto quantitativo" – uma vez que o circuito só se realiza, e ganha sentido, se D' for maior que D, sendo $D' = D + \Delta D$, onde ΔD é o mais-valor, mais-valia ou *lucro*. Esta modalidade de lucro, quando se viabiliza pela violação da lei das trocas de equivalentes, se localiza na esfera comercial, que não produz ou cria mais-valia. A sociedade capitalista propriamente dita iniciou-se com a generalização da produção de mais-valia para se conseguir que D' fosse superior a D. A produção de mais-valia, no capitalismo, só é possível porque, ainda que o intercâmbio de bens se dê respeitando a lei das trocas equivalentes, uma mercadoria especial ao ser comprada pelo seu valor, e posta em uso - revelando o seu valor de uso - *cria* (agrega) mais valor: a força de trabalho. Ela é a única mercadoria cujo valor de uso, revelado no seu consumo, é a *geração de valor*. Seu valor de troca é sua própria garantia de subsistência e reprodução, ou seja, o salário.

O mais-valor extraído na circulação simples de mercadorias, mediante a troca de mercadorias por valores distintos dos seus, desaparece; o lucro passa a ser obtido de maneira sistemática respeitando-se a lei das trocas de equivalentes. Isto se produz só quando a mais-valia é extraída no *processo produtivo*. Sendo o trabalho o verdadeiro - e único - responsável pela criação de valor, a introdução do trabalho assalariado, divorciando definitivamente a propriedade da força de trabalho da propriedade dos meios de produção, torna possível a generalização do mecanismo de geração, e imediata expropriação, do valor. Isto porque a mais-valia é obtida da diferença entre o valor que a força de trabalho incorpora aos meios de produção e o valor pago para a sua reprodução. Em outras palavras, a diferença entre o valor pago pelo capitalista pela mercadoria força de trabalho e o mais-valor, ou mais-valia, criado pela utilização dessa mercadoria, pelo trabalho em si. Segue o circuito que representa o processo de produção capitalista:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Onde P = produção. O surgimento da mais-valia segue o roteiro que segue: "O capital C tem dois componentes. Um deles é a soma c, gasta com os meios de produção, e o outro é a

soma v , gasta com a força de trabalho; c representa a parte que se transformou em capital constante e v é a parte que se transformou em capital variável. A princípio, então, $C = c + v$... Quando o processo de produção acaba, obtemos uma mercadoria (C'), cujo valor é igual a $(c + v) + s$, sendo s a mais-valia".

A *massa de mais-valia* é o montante de valor criado durante o processo produtivo. A sua mensuração é possível pela divisão da jornada de trabalho - que é o tempo total que o capitalista usufrui da força de trabalho comprada, mais ainda não paga - em duas partes. Uma é o período no qual o trabalhador produz mercadorias que igualam o valor pago pela sua força de trabalho, denominada *trabalho necessário*. A outra parte da jornada de trabalho é destinada à criação de mais valor, de mais-valia, e chamada de *trabalho excedente*. Esta é a parte da jornada em que o fruto do trabalho do assalariado lhe é expropriado pelo capitalista, e constitui a fração do trabalho que não é remunerada. Para estabelecer a taxa de mais-valia (m), deve-se fazer a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, o que equivale à razão entre a massa de mais-valia (M), e o capital variável (v), como segue:

$$m = \frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{M}{v}$$

A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do trabalhador pelo capitalista. Porém, a relação que interessa ao capitalista é a percepção contábil da rentabilidade do seu capital total, e não sua aferição em termos de geração de valor. Para tanto, é a taxa de lucro (π) o indicador que orienta seus cálculos e tomadas de decisão. Pode-se definir a taxa de lucro como segue (sendo c capital constante e v capital variável):

$$\pi = \frac{M}{C(c + v)}$$

A sociedade capitalista, como foi chamada a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, o *sistema* em que a relação entre trabalho assalariado e capital domina e dinamiza o conjunto das relações sociais, é fenômeno histórico relativamente recente. Nos séculos XIV e XV ela fez sua aparição em várias cidades mediterrâneas (especialmente nas

idades costeiras italianas), mas a *era histórica* em que se projetou mundialmente data do século XVI, quando a *acumulação de capital* se transformou na alavanca da transformação econômica de algumas sociedades europeias (que, impelidas por essa acumulação e suas consequências, se lançaram à conquista do mundo), atingindo nelas tanto a produção como a distribuição e o consumo dos bens. Os padrões de troca, distribuição e consumo são, no capitalismo, derivados da produção.³³

A base do *modo de produção* capitalista é a produção de mais-valia para valorizar o capital, valor em processo, valor que procura se valorizar como condição de sobrevivência, valor que entra na circulação para crescer e se acumular. A análise do valor está direcionada a caracterizar o que faz do capitalismo uma forma de produção social única e diferenciada. O seu foco é "a real estrutura interna das relações burguesas de produção". Seu propósito é mostrar que "como valores, as mercadorias são magnitudes sociais, relações entre homens na sua atividade produtiva". O trabalho é *a origem e a fonte da mais-valia*. O motor e o objetivo da produção capitalista é a *acumulação ilimitada de mais-valia*.³⁴ Em carta a Friedrich Engels (de agosto de 1867), Marx resumiu a inovação teórica de sua obra principal, *O Capital (Crítica da Economia Política)*: "O que há de melhor no meu livro é: 1) (e é sobre isso que repousa toda a compreensão dos fatos) sublinhar, desde o primeiro capítulo, o duplo caráter

³³ "A produção se expande tanto a si mesma como se alastra aos demais momentos. O processo começa de novo sempre a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição. Uma forma determinada de produção determina formas determinadas de consumo, da distribuição, de troca, assim como relações determinadas desses fatores entre si". Produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas "elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade", com predomínio determinante da produção (Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política* (1857). Córdoba, Pasado y Presente, 1973).

³⁴ Numa definição comum "o capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos; decisões sobre oferta e demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo Estado, os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas". Essa seria uma boa definição do liberalismo econômico, mas não da especificidade histórica do capitalismo.

do trabalho segundo ele se expresse como valor de uso ou como valor de troca; 2) a análise da mais-valia, independente de suas formas particulares: lucro, juros, renda da terra, etc.”.

O trabalho em geral (ou *abstrato*) dominante na produção caracteriza a era do capitalismo, em que o próprio trabalho (ou melhor, a capacidade de exercê-lo) é ele próprio transformado em mercadoria, cujo valor de uso consiste em produzir *valores* superiores ao seu próprio valor. Nas sociedades pré-capitalistas, ao contrário, o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, cada comunidade podia satisfazer todas ou a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho de seus membros; a força de trabalho não era, portanto, uma mercadoria: "Na indústria rural patriarcal de uma família camponesa que produz para seu próprio uso cereal, gado, fio, linho, peças de roupa, etc., diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho que mudam com as estações do ano regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família". A distribuição do trabalho é regulada, nessas sociedades, coletivamente ou sob uma imposição autoritária. O trabalho não é diferenciado, é pouco especializado, e não é uma mercadoria.

Pela transformação da força de trabalho em mercadoria, o capital criou, pela primeira vez na história, um *modo de produção* baseado na exploração *universal*: "A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: pelo contrário, o proprietário da terra é que recebe dele um tributo. O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra”.

Diversa é a situação no capitalismo: "O operário livre, pelo contrário, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário

nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas”.³⁵

“A riqueza das sociedades modernas em que domina o modo de produção capitalista se apresenta como um imenso acúmulo de mercadorias, e cada mercadoria singular como sua forma elementar”: essa constatação foi o ponto de partida de *O Capital* de Karl Marx. A produção generalizada de mercadorias, isto é, que todas as coisas real ou imaginariamente úteis revestissem a forma mercantil, exigiu como base histórica que a própria força de trabalho fosse uma delas: “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”.

A sociedade capitalista não é qualquer sociedade em que exista produção mercantil, mas só aquela em que a *força de trabalho* humana é transformada, de modo geral, em *mercadoria*. O *segredo* da produção capitalista é a produção de *mais-valia*, base do lucro capitalista, obtida no processo de produção pelo *uso* da mercadoria *força de trabalho*, cuja peculiaridade ou *qualidade* específica consiste em ser a única mercadoria que cria novo valor, isto é, capaz de criar valores superiores àqueles necessários para produzi-la e reproduzi-la.³⁶ “Dinheiro e

³⁵ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.

³⁶ Crítico liberal do marxismo, Raymond Aron afirmou que nenhuma sociedade poderia remunerar o trabalho pelo valor efetivamente produzido por ele, pois toda sociedade deve destinar uma parte do seu produto social à renovação dos meios de produção, à amortização do capital, à ampliação deste, etc, o que, além de óbvio, invalidaria, segundo Aron, a teoria marxista da mais-valia, pois esta

mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”.³⁷

O dinheiro empregado para comprar a força de trabalho é o *capital variável*; enquanto o dinheiro investido para a compra de prédios, equipamentos, matérias-primas e outros meios de produção constitui o *capital constante*. O capital investido na compra da força de trabalho é *variável* por ser ela a mercadoria que é fonte de criação de valor, a que *expande* o valor inicial (o “investimento”). O capital constante não realiza essa tarefa: a produção capitalista envolve tanto trabalho vivo como trabalho morto, acumulado nos meios de produção. O trabalho morto é o trabalho realizado pelos trabalhadores que fabricaram os meios de produção. Como a maquinaria deteriora-se gradualmente através de seu uso para produzir novas mercadorias, seu valor é só transferido (como “custos de produção”) para elas. Só o uso da força de trabalho cria novo valor e, portanto, mais-valia.

não seria especificamente capitalista, caracterizando toda e qualquer sociedade. A análise marxista da mais-valia capitalista estaria, segundo Aron, a serviço “da noção vaga, insinuante (!) de uma injustiça intrínseca das economias ocidentais” (Raymond Aron. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977, p. 130). *No comments*. Em Marx, a análise da mais-valia desvenda a origem do benefício capitalista como também a lógica da acumulação do capital, assim como a dinâmica de conjunto do sistema.

³⁷ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1

O salário é a expressão monetária do *valor* da força de trabalho, sendo “regulado por uma lei natural: seu limite mínimo está dado pelo mínimo físico de meios de subsistência que o trabalhador deve receber para conservar e reproduzir sua força de trabalho, isto é, uma quantidade determinada de mercadorias. O valor delas está determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, ou seja, pela parte de trabalho agregado *ex novo* aos meios de produção, ou ainda pela parte da jornada de trabalho da qual o trabalhador tem necessidade para produzir ou reproduzir o equivalente de valor dos seus meios necessários de subsistência... O seu valor [da força de trabalho], como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força... O valor de uso da força de trabalho é o trabalho, e uma vez que o trabalhador tenha sido empregado, o capitalista coloca-o para trabalhar. Mas o trabalho é a fonte de valor e, além disso, o trabalhador criará durante um dia de trabalho mais valor do que o capitalista pagou por seu dia de trabalho. Mas o decisivo [para o capitalista] é o valor de uso específico de esta mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem”.³⁸

Na sociedade capitalista, a reprodução do capital implica necessariamente na reprodução da força de trabalho na medida necessária à acumulação de capital: “A reprodução da força de trabalho constitui, de fato, um momento da própria reprodução do capital”. Marx distinguiu conceitualmente, como

³⁸ *Idem*: “Que é então, o valor da força de trabalho? Como o de qualquer outra mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem existe apenas na sua individualidade viva. Certa massa de meios de subsistência tem de ser consumida por um homem para crescer e manter a vida. Mas o homem, tal como a máquina, desgastar-se-á e terá de ser substituído por outro homem. Para além da massa de meios de subsistência requeridos para a sua própria manutenção, ele necessita de outro montante, os meios de subsistência para criar certa quota de filhos que o substituirão no mercado de trabalho e de perpetuar a raça dos trabalhadores. Além disso, para desenvolver a sua força de trabalho e adquirir uma dada habilidade, tem de ser despendido outro montante de valores. Para o nosso propósito, basta considerar apenas o trabalho médio cujos custos de educação e desenvolvimento são grandezas ínfimas”.

vimos, entre *trabalho* e *força de trabalho*, distinção que constitui a base para uma teoria objetiva (científica) do salário: “Para que fosse vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria que existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência autônoma, o que venderia seria uma mercadoria, e não trabalho. No mercado, o que se contrapõe diretamente àquele que possui dinheiro não é, na realidade, o trabalho, e sim o operário.

“O que o operário vende é sua força de trabalho. Nem bem começa efetivamente o seu trabalho, este já não pertence mais ao operário que, portanto, já não pode mais vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não possui valor algum. O que a economia denomina valor do trabalho, na realidade, é o valor da força de trabalho, que é tão diferente da sua função, o trabalho, quanto uma máquina o é de suas operações”,³⁹ ou ainda “o valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista não está materializado em um produto, não existe de nenhum modo separado dele; existe, portanto, somente como potencialidade, como capacidade. Torna-se realidade somente quando posto em movimento pelo capital”.⁴⁰

O *salário* mantém a ficção de que o capitalista comprou apenas as operações da máquina, quando o que comprou, na verdade, é a própria máquina, a força de trabalho do operário, que deixou de lhe pertencer pelo período em que a vendeu ao capital, por ser aquela uma mercadoria que possui a característica *única* de criar mais valores do que aqueles necessários para produzi-la (e reproduzi-la): a diferença entre essas duas magnitudes é a mais-valia embolsada pelo capitalista.

O salário cumpre a função de *ocultar socialmente* o trabalho não pago retido pelo capital. Aparece como pago do trabalho realizado pelo operário, mas na realidade é o pago da produção e reprodução de sua força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para manter o assalariado vivo, trabalhando e se reproduzindo. O capitalismo “não é apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias – mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho se torna uma mercadoria

³⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

⁴⁰ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse). México, Siglo XXI, 1987.

comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico é a concentração da propriedade, dos meios de produção, em mãos de uma classe que consiste apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho é a única fonte de subsistência”.⁴¹

A sociedade burguesa é aquela em que a relação social baseada no *trabalho assalariado* domina sobre as outras, em que o trabalhador deve, pela compulsão *econômica*, vender sua força de trabalho para o capitalista e dele receber um salário, resultado de um contrato aparentemente livre, mas essencialmente opressor: o contrato determina como e quanto tempo o operário deve trabalhar. As categorias do capitalismo derivam dessa relação social, cuja “segredo” é a *produção de mais-valia*. O salário se apresenta, em geral, em forma monetária, mas é uma relação referida a quantias materiais, horas de trabalho e meios de subsistência, não existindo relação de reciprocidade quantitativa entre capital e salário. O *salário relativo* (o salário medido como percentual da totalidade da riqueza produzida) é o outro lado da *taxa de exploração* da força de trabalho, sendo ambas as formas de relações sociais quantitativamente expressadas, cuja magnitude muda com as relações de força que as classes sociais estabelecem (através da luta) entre si.⁴²

Taxa de mais-valia, por sua vez, foi o nome dado por Marx para a razão existente entre a mais-valia obtida e o capital variável, isto é, o capital investido na compra da força de trabalho. Ela mede a exploração do trabalho, ou seja, o grau em que o capitalista foi bem sucedido em extrair mais-valia do trabalhador. Se o trabalho necessário (para produzir e reproduzir a força de trabalho) for de 4 horas diárias, e o trabalho excedente de outras 4 horas, a taxa de mais-valia é 4/4, ou seja, de 1=100%.

O que se considera “meio de subsistência” (para a reprodução da força de trabalho) varia de um país ou região para outra, de uma época histórica para outra. Diferentemente das outras mercadorias, na determinação do valor da força de

⁴¹ Maurice Dobb. *Op. Cit.*, p. 17.

⁴² Maurizio Donato. La relazione nascosta. Sulla natura materiale del salario e dello sfruttamento. *Dialettica e Filosofia*, Teramo, 2013.

trabalho ingressa um elemento histórico e moral: “Deve-se levar em conta todos os fatores que determinam a mudança na magnitude alcançada pela força de trabalho: preço e quantidade das necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas. Custos da educação do operário, papel desempenhado pelo trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, magnitude deste trabalho em extensão e intensidade”, ou ainda “o volume das chamadas necessidades imprescindíveis, assim como a índole da sua satisfação, é um produto histórico e depende portanto, em grande parte, do nível cultural de um país e também, entre outras coisas, das condições sob as quais se formou a classe dos trabalhadores livres e, portanto, de seus hábitos e aspirações vitais”.⁴³

A luta dos trabalhadores para melhorar suas condições de vida, por outro lado, pode fazê-los chegar a conquistas estáveis cujos resultados começam a fazer parte dos “meios de subsistência”. Mas isto não significa necessariamente um aumento do valor da força de trabalho, ou seja, uma queda da taxa de mais-valia. Esta se expressa de modo inverso no salário relativo:

$\begin{aligned} \text{Taxa de mais-valia} &= \text{mais-valia} / \text{capital variável} \\ \text{Salário relativo} &= \text{capital variável} / \text{mais-valia} \end{aligned}$

A primeira igualdade mede o grau de exploração do trabalho assalariado, a segunda a proporção (percentual) em que o operário trabalha para sua sobrevivência em relação àquela em que o fez para o capital, ou seja, a proporção em que os trabalhadores apoderam-se da riqueza por eles criada. Isto é indicado, de modo indireto, pela participação dos assalariados na renda nacional. Qualquer aumento do poder aquisitivo do salário pode ficar compensado pela diminuição da participação dos assalariados na renda nacional e mundial, ou seja, pela diminuição do salário relativo e o aumento da taxa de mais-valia, isto devido aos ganhos em produtividade, ou seja, ao aumento da *mais-valia relativa*. Marx distinguiu esse conceito daquele de *mais-valia absoluta*. Esta é resultado da imposição, por parte do capital, de um aumento sem compensação do gasto de força humana de trabalho (através do alongamento da jornada de trabalho, como foi característico no alvorecer do capitalismo, ou da intensificação dessa jornada, através do

⁴³

Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

aumento dos ritmos de produção, “produtivismo”, como é a característica hodierna).

Já a mais-valia *relativa* refere-se às inovações técnicas e tecnológicas (dependentes, por sua vez, do desenvolvimento científico, ou do “intelecto geral” da sociedade) que permitem aumentar a produtividade sem aumento equivalente da jornada ou do ritmo de trabalho, ou seja, ao aumento *relativo* do capital constante em relação ao capital variável. As duas formas de aprofundamento da exploração do trabalho assalariado, embora conceitual e economicamente diversas (e também com consequências econômicas e sociais diversas) coexistem e se sobrepõem permanentemente no processo de produção capitalista, sendo uma ou outra forma a privilegiada relativamente pelo capital na dependência de condições históricas e/ou regionais (nacionais) específicas.

A distinção conceitual não é capciosa, ou produto de um excesso de sofisticação teórica. O capitalismo apresenta sempre uma tendência para o aumento da mais-valia, sob qualquer uma de suas formas (geralmente as duas) e, portanto, para a *queda do salário relativo*: “A distribuição da riqueza social entre o capital e o trabalho torna-se ainda mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a classe operária cresceu, a posição social do trabalhador piorou, desceu um degrau mais abaixo da do capitalista”.⁴⁴ Essa tendência para a *miséria social relativa*, em determinados períodos, se transforma em tendência para a *miséria social absoluta*. A tendência não se expressa só de modo matemático, mas também prático, no incremento dos ritmos de produção, e na desqualificação (desvalorização) do trabalho operário, em consequência do aumento da produtividade.

A desvalorização crescente da força de trabalho expressa a tendência para sua *alienação crescente* no processo de produção capitalista. Vejamos como. Sendo o exercício do trabalho em qualquer regime econômico um dispêndio físico de energia, somente no regime capitalista a força de trabalho humana possui a particularidade de ser fonte de valor. O valor, no capitalismo, é um fenômeno puramente social; o valor de um produto é, portanto, uma função social, não uma função natural adquirida por representar um valor de uso, ou trabalho no sentido fisiológico ou técnico-material. O *trabalho abstrato*

44

Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*, ed. cit.

(produtor de valor e mais-valia) não possui um átomo de materialidade, sua forma é puramente social, é especificamente uma categoria da economia mercantil-capitalista. O trabalho abstrato, porém, não prescinde do trabalho concreto, produtor de valores de uso, pois este constitui seu suporte.

Na produção material em geral, o trabalho concreto é o único elemento ativo para a criação da riqueza, para a produção de qualquer valor de uso. Essa produção material é comum a todas as formas sociais historicamente desenvolvidas. Em cada época sempre se tratou de trabalho em sentido próprio. Porém, tal trabalho é dúplice, sendo próprio à sua sociabilidade conferir um significado histórico determinado à sua invariante materialidade. Só assim não se relega esta última ao limbo da indeterminação. A diferença específica que o modo capitalista de produção impõe ao trabalho enquanto elemento geral constitutivo da sociedade está na forma histórica antitética dele como trabalho *alienado*, ou seja, como processo objetivo de venda da capacidade de trabalho para outros (*aliens*).

O controle do *tempo de trabalho* pela capital implica numa prerrogativa de controle do *tempo de vida* em geral, diversa também dos regimes sociais precedentes. O trabalho assalariado é a manifestação socialmente determinada do trabalho abstrato. Responsável pela criação de *valor* na sociedade capitalista, a realização do trabalho abstrato depende da consumação do modo capitalista de produção, que permite sua medição pelo *tempo*. O tempo, como categoria econômica simples, é concreta unidade do múltiplo, condição real da produção material. O tempo concreto (o tempo histórico) é uma categoria mutável.⁴⁵

⁴⁵ “O tempo tornado absoluto não é mais temporal. O tempo como tal é rumor e fumaça” (Karl Marx. *Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo, Global Editora, sdp). Para Hegel: “O tempo é o ser que enquanto é, não é, enquanto não é, é”. Cf. Alessandro Mazzone. *La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico. Marx e i Suoi Critici*. Urbino, Quattroventi, 1987: “A circulação do capital sem tempo de circulação - completa em tempo nulo, e portanto sem dinheiro - é a tendência do próprio capital. Ela, todavia, é uma tendência contraditória, enquanto é irrealizável, mas significativa porque mostra como o tempo do capital é o tempo real da produção e da submissão a si mesmo do trabalho alheio. Este é o tempo de trabalho que não se deve perder. Fora da produção, fora do trabalho, o tempo do capital é pura perda: ‘Este desperdício por parte do capital não significa outra coisa senão que este perde um tempo

O tempo capitalista, conceitualmente diverso dos tempos das sociedades que o precederam, é medido em horas, minutos e até segundos: “O relógio não é só um instrumento que mede as horas que passam; é um meio para sincronizar a ação humana. O relógio, não a locomotiva, é o instrumento-chave da modernidade industrial. Em relação à quantidade determinável de energia, à padronização, aos automatismos, ao seu produto peculiar, à medida apurada do tempo, o relógio foi de longe a máquina mais importante da técnica moderna. Está em primeiro lugar na lista porque atinge uma perfeição para a qual tendem todas as outras máquinas”.⁴⁶

A determinação *capitalista* do tempo consiste na apropriação do tempo de trabalho alheio como *valor* e *mais-valia*.⁴⁷ A determinação do trabalho na sociedade capitalista é

inutilizado durante o qual, em intercâmbio com o trabalho vivo, poderia apropriar-se de tempo de trabalho suplementar, de trabalho alheio’. Os que acreditando poder abstrair categorialmente o tempo da sua especificidade social contemporânea não percebem que, nas formas de sociedade nas quais predomina o modo de produção capitalista, o próprio tempo conta na medida em que se transmuta em mais valia. Esta é a eficiência capitalista que se transmuta no mote: ‘o tempo é dinheiro’. O tempo não é um recurso natural e eterno, uma riqueza enquanto tal: se é este o ‘tempo real e concreto’ que se entende, chega-se a uma falsa abstração”.

⁴⁶ Lewis Mumford. *Technics and Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 2010. O relógio “moderno” (diverso dos antigos relógios baseados no sol, na água, na areia, sistemas mecânicos, etc.) nasceu de uma revolução científica, isto é, “a Grande Invenção: o uso de um movimento oscilante (para cima e para baixo, para frente e para trás) para fixar o fluxo temporal. Caberia ter esperado algo bem diferente: para medir o tempo, fenômeno contínuo e unidirecional, o instrumento mais adequado, deveria também basear-se em um fenômeno contínuo e unidirecional” (David. S. Landes. *L’Orologio nella Storia*. Milão, Oscar Mondadori, 2009, p. 11). A noção de tempo do ponto de vista da mecânica, por sua inseparabilidade dos fenômenos do movimento, permite distinguir, em uma sucessão de eventos, a ordem ou a contemporaneidade da sua ocorrência. Se se considerasse o tempo só desta maneira, se permaneceria ancorado nos conceitos fundamentais e absolutos da física clássica. Na medida em que aquele movimento dos fenômenos considerados fosse relativamente diverso da sua propagação, pela sua distância, o próprio tempo sofreria uma dilatação, em uma unidade espaço-temporal.

⁴⁷ Gianfranco Pala. *Zibaldone del Tempo di Lavoro*. Milão, Franco Angeli, 2000.

diferente do conceito de “trabalho humano” em geral. O trabalho assalariado é a expressão economicamente *pura* da exploração da força de trabalho. A forma *privada* da propriedade (a propriedade burguesa) - e a sua antítese, a *não propriedade* - manifesta-se na era do capital como *apropriação privada de tempo de trabalho* alheio. A tendência, por parte do capital, a se apropriar de cada vez mais tempo de trabalho, e seu contrário, (a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho) refere-se à propriedade do *tempo de vida* dos trabalhadores.

Sendo o capital *valor* que se expande de modo indefinido (*sine die* e sem limites quantitativos), seu valor deveria ao menos ser reproduzido e conservado, mas por força da circulação e da concorrência, somente a preservação do valor não é possível: é necessário que o capital se reproduza e se expanda, não apenas através da reprodução *simples* (em que os valores dos capitais constante e variável são repostos permanentemente na produção, sem incremento nem redução), mas necessariamente como reprodução *ampliada*, como acumulação de valor e mais-valia, ou seja, como “reinvestimento” da mais-valia ou *acumulação de capital*. O senhor feudal se satisfazia quando ele recebia suficiente renda de seus camponeses para sustentar a ele próprio, sua família e seus empregados, dentro do estilo de vida ao qual estavam acostumados. O capitalista, entretanto, tem um “apetite voraz”, uma “fome de lobisomem por mais-trabalho”, que brota da necessidade de se igualar aos seus concorrentes, com vistas a superá-los, ou ir à falência.

No capitalismo, a *realização da lei do valor* - a troca de mercadorias proporcionalmente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las - depende da *competição* entre mercadorias e capitais em dois aspectos. Marx distinguiu entre o valor de uma mercadoria e seu preço de mercado. O valor é o trabalho social despendido nela; o preço de mercado é a quantidade de dinheiro que ela alcançará num determinado momento. Frequentemente os dois irão diferir, porque o preço de mercado flutua em resposta às oscilações na oferta e na procura: essas flutuações, no entanto, cancelam umas às outras no decorrer do tempo.

Sob o regime do capital, a lei do valor atua através do mecanismo dos *preços de produção*. O preço é a expressão monetária do valor, representa a grandeza do valor numa determinada soma em dinheiro. O preço da mercadoria deve

corresponder ao seu valor; as variações de preços e do valor da moeda não alteram o fato de que a soma total dos preços se corresponde com a soma total dos valores produzidos. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzi-la, incluindo todo o trabalho anterior (para produzir as matérias primas, máquinas, prédios, o capital chamado *fixo* usado na produção da mesma). O preço da mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela coagulado.

No capitalismo, a pressão da concorrência mútua dos capitais entre si força os produtores a adotarem métodos de produção similares ou superiores aos dos seus rivais, para rebaixarem seus preços ou elevarem sua qualidade (real ou supostamente, esta última através da publicidade ou “propaganda”, não por acaso definida como “a alma do negócio”) e poderem competir uns contra os outros. Consequentemente, o valor das mercadorias é determinado não pela quantidade total de trabalho usada para produzir cada uma delas em separado, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho “requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho”. Um produtor ineficiente que usa mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário obterá um preço pela mercadoria que “não compensa” seu trabalho extra. No capitalismo, somente o trabalho medido pelo tempo socialmente necessário é *trabalho social*.

Todas as categorias econômicas da produção (valor, mais-valia, salário, tempo de trabalho, e todas suas distinções conceituais inerentes) se apresentam ao capital de uma forma puramente quantitativa, reduzidas a *dinheiro*. Este, como vimos, é bem mais antigo do que o capitalismo, mas somente no capitalismo desenvolve todas suas potencialidades, e somente nele aparece totalmente desprovido de qualquer relação com sua origem e função econômica e social original. O “senso comum” fixa os valores de uso como valores puramente de troca no cálculo contábil, que orienta as atividades práticas do que os economistas denominam “agentes econômicos”. Nesses valores, apagam-se as qualidades sensoriais dos produtos. Mas o valor é uma relação social só idealmente autônoma em face aos elementos relacionados. No intercâmbio concreto, a contradição entre o caráter específico de valor de uso da

mercadoria e o seu caráter genérico de valor exige a mediação de uma abstração objetivada. O valor é uma relação social que precisa ser representada, simbolizada em um signo de valor, concreto, que a realize.

A cisão que torna autônomo o valor de troca, dando-lhe existência própria e separada, é simbolizada pelo *dinheiro* como potência autônoma, poder externo e estranho aos produtores de mercadorias. A forma natural e a forma social dos produtos são, através dele, contrapostas: “O valor de troca cindido das próprias mercadorias e existente ele mesmo junto a elas é: *dinheiro*. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valores de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural”.⁴⁸ Quando uma mercadoria particular fixa-se no papel de equivalente universal, ela se torna dinheiro: “A representação da mercadoria enquanto dinheiro implica que as diferentes magnitudes de valores-mercadoria estão todas expressas em uma forma na qual ela existe como a *corporificação de trabalho social*”

No primeiro livro de *O Capital* Marx abordou o caráter da *reprodução capitalista*: “O processo de produção capitalista reproduz, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador”. O produto social “abrange, ao mesmo tempo, a reprodução (isto é, manutenção) da classe capitalista e da classe trabalhadora e, portanto, também a reprodução do caráter capitalista do processo de produção global”. A reprodução dos fatores imediatos da produção (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (separação entre produtor e meios de produção, apropriação privada do produto social) são duas faces da mesma moeda. A reprodução abrange e é determinada pela materialidade dos elementos do capital produtivo, mas é inseparável da reprodução das relações jurídicas, dos valores culturais, da ideologia, que a permitem e perpetuam. A reprodução da força de trabalho, portanto, inclui a reconstituição perene dos mores expressivos da sua subsumção ao capital: a ideologia da submissão, da hierarquia no processo

⁴⁸ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987, p. 70.

de produção e reprodução, da direção desse processo, do seu comando, da disciplina social.

A natureza das leis tendenciais que governam a produção capitalista não é *aparente*, isto é, imediatamente perceptível, porque as relações sociais em que o trabalho concreto/útil é subordinado à abstração do trabalho se expressam através de categorias *fetichizadas*, em primeiro lugar do *fetichismo da mercadoria*: os produtores tem a ilusão de que as relações de troca existem e se realizam por características intrínsecas às próprias mercadorias:⁴⁹ “As relações sociais entre indivíduos aparecem na falsa forma de relações sociais entre coisas; a ação social dos produtores assume a forma de ação dos objetos que dominam os produtores, em vez de serem dominados por eles”.⁵⁰ Diversamente, no feudalismo (ou em outros modos de produção pré-capitalistas), “o trabalho e os produtos entram na engrenagem social como serviços e pagamentos *in natura* (...) Como quer que se julguem as máscaras que os homens revestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho”.

Já na produção mercantil, o que é *realmente* uma relação social entre homens proprietários de mercadorias *aparece* como uma relação entre às próprias mercadorias, independente da ação e da vontade humana. O capitalismo não possui mecanismos através dos quais a sociedade pudesse decidir

⁴⁹ “Como valores, as mercadorias são magnitudes sociais, relações entre homens na sua atividade produtiva (...) Onde o trabalho é comunal as relações entre homens em sua produção social não se manifestam como ‘valores’ das coisas” (Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985).

⁵⁰ Ronald Meek. *Studi sulla Teoria del Valore-Lavoro*. Milão, Feltrinelli, 1973, p. XI. Na obra de Marx, “o conceito de alienação, tão importante nos *Manuscritos* (de 1844) e no qual se reconhece a influência hegeliana, desaparece na obra de maturidade, *O Capital*, substituído pelo conceito de fetichismo da mercadoria (que) vincula explicitamente a crítica da divisão do trabalho à forma que ela assume na economia capitalista, na qual não só a rede de intercâmbios entre as diversas unidades produtivas passa através do mercado, mas também o próprio trabalhador é constrangido a vender no mercado sua atividade de trabalho e a comprar no mercado seus meios de subsistência” (Alessandro Roncaglia. *La Ricchezza delle Idee*. Storia del pensiero economico. Bari, Laterza, 2011, p. 264).

coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado a tarefas particulares. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. O fetichismo da mercadoria se desenvolve plenamente na produção capitalista, onde o processo de produção se torna totalmente autônomo do valor de uso dos produtos: "Uma mercadoria é algo misterioso simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos homens aparece a eles como uma característica objetiva estampada no produto deste trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total de seu próprio trabalho é apresentada a eles como uma relação social que existe, não entre eles, mas entre os produtos de seu trabalho".

Daí se deriva que: "A existência das coisas enquanto mercadorias, e a relação de valor entre os produtos de trabalho que os marca como mercadorias, não têm absolutamente conexão alguma com suas propriedades físicas e com as relações materiais que daí se originam. A forma valor e a relação de valor dos produtos do trabalho não têm absolutamente nenhuma semelhança com sua natureza física. É uma relação social definida entre os homens que assume, a seus olhos, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A fim de encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Neste mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana. O mesmo acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isto dou o nome de *fetichismo* que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é inseparável da produção de mercadorias".⁵¹

A ideia ec conceito de fetiche deu a base para uma teoria do conhecimento fundada na distinção e contraposição entre a essência das relações sociais e sua forma fenomênica, adaptando para a análise histórica e social a ideia fundante da ciência em geral, a distinção entre essência e aparência dos fenômenos. O fetichismo mercantil é próprio de toda sociedade em que exista produção para o mercado. O fetichismo da mercadoria, porém, só se realiza plenamente no capitalismo,

51

Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

através do *fetichismo do capital*, da ilusão ideológica pela qual as propriedades da força humana de trabalho não se manifestam enquanto tais, mas *aparecem* como propriedades e potências do capital, realizando de modo pleno a sujeição *ideológica* dos proprietários da força de trabalho ao capital e às relações sociais dele oriundas (cujo tecido constitui a sociedade burguesa ou capitalista). Essas relações *aparecem* como *naturais*, velando desse modo seu caráter classista e *histórico*.⁵²

Aparência e essência do modo de produção, portanto, não coincidem: a tarefa da teoria é de revelar e desvendar a essência do fenômeno, oculta pela sua inversão (aparência) ideológica. O desvendamento do caráter fetichista das categorias econômicas da era do capital foi a base da crítica da economia política burguesa; e foi também a base de uma nova inteligibilidade da história, que só se tornou possível com o advento da era capitalista: “A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês que, por esse fato, se caracteriza como um gênero particular de produção social e, pelo mesmo motivo, *histórico*”.⁵³

Na economia política clássica, a distinção entre *valor de uso* e *valor* aparecia ainda de modo abstrato e metafísico, não histórico, incapaz, portanto, de criar uma base para a compreensão da produção capitalista como uma forma particular e histórica da produção social. Na forma criticamente desenvolvida por Marx a lei do valor passou a ser o ponto de partida para uma teoria em que o trabalho não foi mais considerado de modo formal e unilateral, mas na sua plena realidade material, como objeto principal da investigação científica. A teoria do valor de Marx deu conta do fator central da dinâmica do capitalismo, ou seja, da forma social onde as coisas existentes se convertem *universalmente* em mercadorias. Nessa dinâmica é central a análise da exploração do trabalho e da concorrência entre os capitais. A compreensão conjunta dos dois fenômenos levou à concepção dos preços efetivos e de seu movimento como a manifestação sintética dessa dinâmica. Esses preços são a expressão monetária indireta das quantidades ponderadas de trabalho que a reprodução social

⁵² Cf. Alessandro Mazzone. Il fetichismo del capitale: una struttura storico formale. *Problemi Teorici del Marxismo*. Roma, Editori Riuniti, 1976.

⁵³ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

exige empregar para a reprodução de cada tipo de mercadoria. Cada preço individual se determina através das interrelações entre todas as mercadorias - incluída a força de trabalho humana -, e a dos movimentos de cada unidade de capital em busca do máximo lucro possível, movimento só possível a partir do momento em que a livre exploração do trabalho pelo capital foi um fato (tendencialmente) *universal*.

A determinação histórica da exploração *capitalista* do trabalho permitiu considera-lo como fator primordial da dinâmica da história e como protoforma de toda atividade *humana*, contendo em si o conjunto das categorias tanto da sociabilidade como do próprio indivíduo. O *trabalho social* é o ponto em comum de todas as sociedades humanas, sem distinções históricas nem geográficas. O que diferencia o trabalho humano do animal é que “não temos frente a nós mesmos aquelas formas primitivas e instintivas de trabalho que nos remetem às dos animais... Pressupomos o trabalho numa forma que o faz exclusivamente humano. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha intimida um arquiteto na construção de suas colmeias, mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas está no fato de o arquiteto levantar sua estrutura na imaginação antes de erguê-la na realidade. No final de todo processo de trabalho temos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o início. Este não só efetua uma mudança de forma no material sobre o qual se trabalha como também realiza um propósito próprio que rege seu *modus operandi*, ao qual deve subordinar sua vontade”.⁵⁴

O trabalho do homem repousa em seu caráter *único*, a partir da sua capacidade de pensamento conceitual (abstrato) e de representação simbólica, próprias do homem como espécie, cuja origem se situa na natureza diferenciada e única do *cérebro* humano (geneticamente, o homem pouco se diferencia das espécies primatas mais próximas). O trabalho como ação deliberada, guiada pela inteligência, é o produto específico da humanidade. O trabalho que transcende à mera atividade instintiva é a força histórica com a qual o homem criou a natureza *humanizada*: “O trabalho (deixando de lado todo selo particular que tenha podido imprimir-lhe uma ou outra fase do progresso econômico da sociedade) é, antes do mais, um ato

⁵⁴ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

que tem lugar entre o homem e a natureza. Ao trabalhar, o homem desempenha frente à natureza o papel de um poder natural, pondo em ação as forças de que está dotado seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de assimilar-se às matérias, dando-lhes uma forma útil para sua vida. Ao mesmo tempo em que atua, mediante esse processo, sobre a natureza exterior e a transforma, transforma também sua própria natureza ao desenvolver as próprias faculdades em que nela repousam”.⁵⁵

A identificação da riqueza com o trabalho só começou a existir com o capitalismo e com o consequente surgimento da economia política (o “capitalismo pensado”). A Reforma Protestante expressou religiosamente a virada na consideração do trabalho própria da nascente sociedade burguesa, em que se distinguiu por primeira vez o trabalho das outras atividades humanas, com sua fisionomia (conceito) própria. O trabalho moderno permitiu entender o trabalho pretérito, iluminar o que nas condições históricas precedentes não podia ser pensado, ou melhor, transformado em categoria do pensamento.

O Iluminismo e a filosofia clássica alemã completaram o movimento negativo da concepção precedente, movimento sintetizado na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, em que a prática material produtiva do trabalho foi considerada atividade humana na medida em que era portadora do “Espírito Absoluto”, de cuja realização a história era portadora, embora de modo alienado: “Surge a relação amo-escravo; esta dependência mútua é o começo do desenvolvimento do espírito pelo trabalho humano. O amo escraviza o objeto independente, usando o escravo como instrumento. O escravo submete as coisas a um tratamento que fora anteriormente planejado deliberadamente, no Espírito; mas realiza essa tarefa imposta pelo amo e senhor, é só o segundo quem verdadeiramente assimila o objeto em si, usando-o. Nesse processo, que parece afirmar o objeto como extensão espiritual do amo, ocorre o contrário do que caberia esperar da relação amo-escravo.

“O trabalho significa uma abstenção de ócio, a repressão do desejo; no caso do escravo, é uma perpétua abstenção pelo temor ao amo mas, neste temor, o auto-conhecimento do escravo atinge o ser-em-si e a repressão dá forma aos objetos; o escravo considera o ser das coisas como uma exteriorização de sua própria consciência, desta forma o ser-em-si é devolvido à

55

Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I.

consiência como algo próprio. No trabalho, que é, por assim dizer, a espiritualização das coisas, o auto-conhecimento do escravo descobre seu próprio significado, embora *aparecendo como só realizando o significado do outro*. No trabalho servil, o homem aperfeiçoa-se a si próprio como humanidade mediante a ativa assimilação espiritual do objeto e pela aptitude para a ascese”.⁵⁶

Hegel foi o primeiro representante da filosofia clássica a se ocupar das transformações históricas advindas com a Revolução Francesa e o período napoleônico, assim como da Revolução Industrial inglesa, relacionando as revoluções econômicas e políticas com os problemas mais gerais da filosofia.⁵⁷ Todavia, a humanização do trabalho atarvés de sua espiritualização superava a concepção religiosa ainda de modo mistificado e idealista.⁵⁸ O capitalismo se constituiu fazendo da potência do trabalho uma configuração social específica, criando uma classe trabalhadora completamente separada das condições e instrumentos do seu próprio trabalho, que só pode existir vendendo sua capacidade de trabalhar.⁵⁹ Na história precedente à era do capital, como vimos acima, o trabalho não era sequer concebido como algo próprio da atividade humana, como atributo específico da ação do homem destinado a gerar as condições de sua própria vida. A riqueza não era pensada como produzida ou acumulada pelo homem; a ideia de evolução e progresso se encontrava quase ausente nas ideologias anteriores à modernidade, ou tinha um caráter difuso e secundário.

Prevalecia, pelo contrário, a ideia da degeneração progressiva da sociedade humana, tanto na sua versão religiosa como na sua versão profana: “Há um momento em que, quase subitamente, o tema do progresso parece passar da intuição imprecisa e marginal para à teoria, uma ruptura essencial que anunciou e condicionou todas as evoluções ulteriores, e que se realizou na alvorada das Luzes, entre a ‘Querela dos Antigos e

⁵⁶ Leszek Kolakowski. *Las Principales Corrientes del Marxismo*. Madri, Alianza, 1980, p. 71.

⁵⁷ Györg Lukács. *El Joven Hegel y los Problemas de la Sociedad Capitalista*. México, Grijalbo, 1969.

⁵⁸ Adolfo Sánchez Vázquez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

⁵⁹ Maurice Dobb. La formazione del proletariato. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

Modernos' do fim do século XVII e os anos 1730-1735".⁶⁰ Na *Querelle*, iniciada em 1687 na França, tratava-se de definir a "consciência de um tempo presente, novo e transitório, que não mais se pautava pelo caráter paradigmático da Antiguidade",⁶¹ sobre cuja base nasceu uma *filosofia do progresso*.

O período coincidiu com o nascimento da ciência moderna, que anunciava sua osmose com a produção material através da tecnologia, fusão característica da produção capitalista, em que o *progresso* da produtividade social se tornou evidência e objetivo universal: "A ideia explícita de progresso se desenvolve entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa. Esta ideia não só está longe de se ter espalhado entre todos os intelectuais da época, mas mesmo os que a exprimem o fazem com importantes limitações, conscientes ou inconscientes, contendo muitas vezes contradições implícitas. Até o início do século XVII, os obstáculos a uma teoria consciente do progresso continuaram a ser determinantes; de 1620 a 1720, aproximadamente, a ideia de progresso se afirma antes de mais nada no domínio científico; depois de 1740, o conceito de progresso tende a generalizar-se e se difunde aos domínios da história, da filosofia e da economia política. Ao longo do período, com avanços e recuos, o que favorece o nascimento da ideia de progresso são, em primeiro lugar, as invenções, a começar pela imprensa, depois o nascimento da ciência moderna tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu o cartesianismo e o sistema de Newton. E também o crescimento da confiança na razão e a ideia de que o mundo físico, moral e social é governado por leis".⁶²

A ideologia do progresso foi elaborada em paralelo à ciência que fez do *trabalho em geral* o fundamento de toda riqueza social (a economia política).⁶³ A superação da concepção que identificava humanidade com ociosidade, e da história humana concebida como a história das classes exploradoras e ociosas, de seus avatares e de suas ideologias,

⁶⁰ Frédéric Rouvillois. *L'Invention du Progrès 1680-1730*. Paris, CNRS, 2010, p. 13.

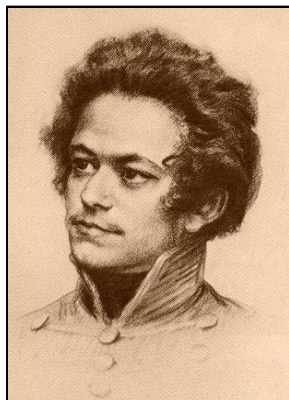
⁶¹ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

⁶² Jacques Le Goff. *História & Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013, pp. 227-228.

⁶³ John Bury. *La Idea del Progreso*. Madri, Alianza, 1973.

conquanto necessária, foi realizada na “filosofia do progresso” de modo unilateral. A concepção dialética do trabalho e da história a completou, negou e superou. O desenvolvimento da indústria capitalista, expressão moderna do progresso econômico, desqualificou crescentemente o trabalho (as habilidades concretas de cada trabalhador passaram a ser secundárias na medida em que se desenvolveu o maquinismo) tornando possível, através de sua equalização, sua abstração teórica. Com essa base *histórica* Marx superou a concepção hegeliana, considerando o trabalho como mediador entre o homem social e a natureza e, através da humanização desta, como o fator primordial da autoconstrução da humanidade, em que o trabalho passou a ser considerado, usando a fórmula de Gyorg Lukács, o “fundamento ontológico do ser social”.

Para Marx, o trabalho era uma “categoria totalmente simples”, a “mais simples e antiga em que os homens aparecem como produtores”. O caráter *universal objetivo* da categoria de trabalho é anterior ao capitalismo, mas não seu significado econômico moderno: “O trabalho parece ser uma categoria totalmente simples. Também a representação do trabalho na sua universalidade - como trabalho em geral - é muito antiga. Porém, considerando essa simplicidade do ponto de vista econômico, o trabalho é uma categoria tão moderna quanto as relações que dão origem a essa abstração simples”.⁶⁴



O jovem Karl Marx

⁶⁴ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política* (1857). Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

A distinção entre trabalho simples e complexo (qualificado), e entre trabalho *produtivo* e *improdutivo*, atingiu sua maturidade com a realização do domínio do capital na esfera da produção. A indústria se tornou, no capitalismo, o polo dinâmico da reprodução do capital; o lucro comercial ou os juros bancários deixaram de ser seu momento predominante. As categorias de trabalho produtivo e improdutivo adquiriram assim sua maturidade histórica: é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia, e improdutivo aquele que não o faz.

O capital só considera “produtivo aquele trabalho, e só trabalhador produtivo aquele que diretamente produza mais-valia; só aquele trabalho que seja diretamente consumido no processo de produção com vistas à valorização do capital”.⁶⁵ Não são produtivos os trabalhadores estatais, cujos salários não provêm da mais-valia capitalizada, e sim dos impostos cobrados pelo Estado a toda a população: “Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo... A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo consiste tão somente em que, no primeiro caso, o trabalho é trocado por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que é em si capital”.⁶⁶

Os trabalhadores assalariados se dividem em dois grandes agrupamentos. O primeiro é composto pelos trabalhadores que transformam diretamente a natureza e os que, no setor de serviços, produzem mais-valia, desde artistas sob contrato de empresas até professores da escola privada. O segundo é composto: 1) pelos trabalhadores que exercem as atividades de controle e vigilância dos trabalhadores; 2) pelos trabalhadores dos serviços que não produzem mais-valia (os empregados domésticos, por exemplo); 3) pelos trabalhadores do Estado; 4) pelos empregados do comércio e dos bancos.

Todos esses trabalhadores não produzem mais-valia: representam “custos” de produção (*faux frais*). Os trabalhadores *improdutivos* compõem uma massa de assalariados mais

⁶⁵ Karl Marx. *Capítulo VI Inédito d'O Capital*. Porto, Escorpião, 1975.

⁶⁶ *Idem*: “Um professor de escola que ensina aos outros não é um trabalhador produtivo. Mas um professor de escola que é contratado junto com outros para valorizar mediante seu trabalho o dinheiro do empresário da instituição que negocia com o conhecimento, é um trabalhador produtivo”.

numerosa e heterogênea do que a dos trabalhadores produtivos, porque o capitalismo precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho e a sociedade como um todo: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa desenvolve um enorme mecanismo de controle da sociedade, que torna imprescindível o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo.

A peculiaridade histórica do capitalismo torna o trabalho improdutivo indispensável para sua reprodução. A distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo não radica no fato de ambos serem necessários ao capital, o que os iguala, mas nas distintas funções sociais que exercem do ponto de vista do capital: o primeiro produz mais-valia, o segundo não. Daí a tendência do capital em privatizar todas as áreas de atividade potencialmente “rentáveis”, incluídas a saúde, a educação e até a punição (custódia) dos criminosos, para transformá-las em áreas produtoras de mais-valia suscetível de se acumular e valorizar o capital. A distinção entre as funções que os diversos tipos de trabalho exercem na reprodução do capital já existia na economia política clássica, mas de modo incompleto e unilateral, ao não considerar o caráter histórico do capital. A relação entre o capital e a humanidade não é uma relação de identidade, mas de alienação mútua; a reprodução do capital não é idêntica à reprodução do ser social.

A sociabilidade, em geral, tem no intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho) sua categoria fundante. O trabalho funda o ser social em sua universalidade: o trabalho primitivo funda as sociedades primitivas, o trabalho escravo funda a escravidão, o trabalho servil o feudalismo e, por fim, o trabalho assalariado funda o modo de produção capitalista. Os diversos modos de produção têm em comum o fato de que sem a transformação da natureza em meios de produção e de subsistência não há reprodução social. Se a produção de mais-valia é a mediação pela qual se reproduz o capital, isto não cancela o fato de que a reprodução da sociabilidade capitalista depende de sua capacidade em continuar transformando a natureza em meios de produção e de subsistência. As duas dimensões da vida social se sobrepõem pela mediação do capital: se quase toda transformação da natureza se transformou em trabalho assalariado, nem todo trabalho assalariado converte a natureza em meios de produção e de subsistência; se toda conversão da natureza em meios de

produção e de subsistência por meio do trabalho assalariado produz mais-valia, nem toda geração de mais-valia ocorre no intercâmbio com a natureza.

A historicidade do modo de produção do capital implica na historicidade do trabalho assalariado. A categoria do “não-trabalho”, na sua antítese ao trabalho, é a determinação central da transição do “reino da necessidade” dominado pelo capital, ao “reino da liberdade” em que aquele fica eliminado. A transição passa através da *liberdade condicionada por uma necessidade conhecida*: “O reino da liberdade começa somente onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e por uma finalidade exterior: encontra-se, portanto, além da esfera da produção material. A liberdade neste campo somente pode consistir em que o homem socializado, isto é, os produtores associados, regulem racionalmente o seu intercâmbio orgânico com a natureza, conduzam-no sob seu controle comum, ao contrário de serem dominados por uma força cega; que eles executem seu dever com o menor emprego de energia e nas condições mais adequadas à sua natureza humana e dignas dessa. Mas isto permanece sempre um reino da necessidade. Além disso, começa o desenvolvimento das capacidades humanas, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, todavia, pode florescer somente sobre as bases daquele reino da necessidade. Condição fundamental de tudo isso é a redução da jornada de trabalho”.⁶⁷

Nas eras pré-capitalistas, o trabalho manual era uma atividade que não se apresentava como resultado social de um determinado desenvolvimento produtivo (que permitia que o homem livre não trabalhasse porque subsistia graças ao trabalho dos outros).⁶⁸ Trabalho e não trabalho encontravam-se

⁶⁷ Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

⁶⁸ Ao contrário, o trabalho intelectual, que se identificava com a liberdade e a essência do homem, apresentava-se em oposição à natureza servil e humilhante do trabalho físico. A tarefa do artesão, ainda que não se tratasse de um escravo, não era uma manifestação livre do produtor, posto que era uma elaboração dirigida e condicionada à satisfação de uma necessidade imediata do consumidor e, ao mesmo tempo, um recurso ou meio para o sustento do mesmo produtor. Escravo do objeto e das necessidades do usuário, o artesão não se diferenciava das ferramentas e dos meios de trabalho de que dispunha. Importava no processo do trabalho nada além de seu resultado, que não aparecia como criação, mas como configuração determinada pela realidade independente ou determinante do objeto a

em oposição dada para sempre e irreduzível, natural e eterna. Somente em sua forma moderna, quando ele se apresentou como indiferente em relação a um trabalho determinado, como facilidade de passar de um trabalho para outro devido ao predomínio da máquina (com a consequente desqualificação do trabalho, transformado num apêndice daquela), como meio *geral* de criar riqueza, como *trabalho abstrato* e não como destino particular do indivíduo, é que se pôde produzir teoricamente uma categoria “tão moderna quanto as relações que lhe dão origem”.

As abstrações mais gerais surgem somente a partir do desenvolvimento mais rico do concreto ou, para dizê-lo com Darwin (e também com Marx), a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Com o trabalho social como sua base motora, o acontecer humano ganhou uma nova inteligibilidade, que se impôs à autoconsciência da sociedade no tempo que chamamos de *história*.

3. CAPITALISMO E HISTÓRIA

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Karl Marx, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte)

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes

ser usado ou consumido. A atividade *livre* era a que não gerava *nada* e se manifestava externamente à compulsão física do objeto ou da necessidade material.

de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**)

Cronologicamente, o capitalismo foi identificado com as chamadas eras “moderna” e “contemporânea” dos manuais escolares. Definir essas eras como a época do capitalismo é condição necessária, mas não suficiente, para compreender sua dinâmica. É necessária para definir sua *especificidade*, não constituindo só um entre vários ângulos possíveis. A periodização corrente da história humana (Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Era Moderna, Era Contemporânea), esboçada na modernidade, foi definida pressupondo uma história *única* para todo o gênero humano. Mas a era da *história mundial* propriamente dita, em que todas as regiões do mundo e todas as sociedades humanas passaram a interagir, direta ou indiretamente, umas com as outras, integrando-se paulatinamente em um único processo histórico-universal, e em que as sociedades passaram a ter nos conflitos de classes sociais economicamente definidas (ou seja, não mais definidas como estamentos jurídica ou religiosamente diferenciados) a mola mestra de sua dinâmica, teve no capitalismo sua base determinante.

Para alguns autores, o capitalismo seria “o modo de organização social que admite a propriedade privada (individual ou comunitária) dos bens de produção”, para concluir em que “a característica essencial do sistema capitalista (é) afirmar sua existência e sua particularidade sobre a possibilidade, transformada rapidamente em realidade, de uma grande desigualdade social”.⁶⁹ A consequência (a desigualdade social) é apresentada no lugar da causa (uma determinada forma histórica da exploração do trabalho): a propriedade, característica dos mais diversos modos de produção, desvincula-se assim da sua forma histórica específica.

A definição histórica do capitalismo foi e é, porém, objeto de controvérsias. Para Karl Polanyi, diversamente de Marx, o capitalismo é diferente do “mercantilismo” que o precedeu devido à mercantilização da terra, da mão de obra e da moeda-crédito (chamadas por Polanyi de “mercadorias fictícias”):⁷⁰ “O trabalho, a terra e o dinheiro [...] de acordo com

⁶⁹ Alain Cotta. *Le Capitalisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

⁷⁰ “Falta às mercadorias fictícias um atributo essencial que um bem deve ter para ser mercadoria: o de ser produzido para ser trocado.

a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas um outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; o dinheiro real por fim, é apenas símbolo de poder de compra que, de maneira geral, simplesmente não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia”.

Para esse autor, o capitalismo teria chegado à sua forma madura como resultado dos problemas que surgiram quando os sistemas de produção industrial necessitaram de investimentos de longo prazo, envolvendo riscos no âmbito do comércio internacional. Polanyi considerou o capitalismo como histórica e plenamente “implantado” só a partir de 1834, na Inglaterra (quando foram abolidas diversas formas de subsídio contra a pobreza). Outros autores de destaque abordaram o capitalismo de modo ainda mais diverso.

Fernand Braudel, historiador da *École des Annales*, privilegiou, na sua indagação sobre a relação entre *civilização material, economia e capitalismo* (título de sua principal obra, na qual ele cita Karl Marx mais do que qualquer outro autor), “os usos repetidos, os procedimentos empíricos, as velhas receitas, as soluções vindas da noite dos tempos, como a moeda ou a divisão cidade-campo”. O capitalismo não seria um conceito histórico “suficiente”, pois deveriam ser relacionados três

O trabalho, a terra e o crédito, de acordo com a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias. O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada; a terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; o dinheiro real é apenas um símbolo de poder de compra que, de maneira geral, não é produzido, mas passa a existir através do mecanismo dos bancos ou da finança estatal. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do crédito como mercadorias é inteiramente fictícia” (Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988).

planos diversos, o da “vida material”, o da “vida econômica” e, finalmente, o “jogo capitalista”: segundo Braudel, “é impossível chegar a uma boa compreensão da vida econômica se não se analisam antes as bases do edifício”.⁷¹ O capitalismo estaria assim sobre determinado pelo processo da “vida material” (constituída pelo intercâmbio e situado na “longa duração” histórica)⁷² onde a imutabilidade e até o atavismo seriam tão determinantes que não poderia haver “leis de movimento”, porque praticamente não haveria movimento perceptível.

O capitalismo seria, nessa concepção, um “caso particular” dentro de uma estrutura histórica geral, não uma ruptura histórica em relação às sociedades precedentes. Suas estruturas e leis específicas seriam, portanto, relativamente irrelevantes. Braudel reconheceu a influência do economista russo Nikolai Kondratiev e de sua teoria das “ondas longas” da economia, elaborada no início da década de 1920 tendo como referência a teoria das crises econômicas de Marx, na formulação do conceito da “longa duração”.⁷³ Nos *Annales*, o conceito de longa duração teve sua origem em Ernest Labrousse, historiador marxista pioneiro da história serial quantitativa, nos seus trabalhos sobre os movimentos seculares dos preços na França.⁷⁴ Braudel extrapolou o conceito do campo exclusivo da história econômica onde Labrousse o tinha confinado e, com base nele, contrapôs sua visão

⁷¹ Fernand Braudel. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Artaud, 1985.

⁷² Sobre a diferença que Braudel estabeleceu entre capitalismo e vida econômica, e as diferenças entre Braudel e Marx, ver: Bolivar Echeverria. *El concepto de capitalismo en Marx y en Braudel*; e também: Immanuel Wallerstein. *Braudel sobre el capitalismo o todo al revés*. In: Carlos A. Aguirre. *Primeras Jornadas Braudelianas*. Buenos Aires, Instituto Mora, sdg.

⁷³ Fernand Braudel. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, XXXI, (62), 1965: “Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem contudo estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa, por enquanto, a raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas enterradas no passado recente, até 1929, quando muito até os anos 1870. Oferecem, todavia, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são como que uma primeira chave”.

⁷⁴ Ernest Labrousse. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIII^e Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.

“tridimensional” (de três planos) da história à visão “bidimensional” de Marx, baseada na sucessão histórica dos modos de produção, supostamente mais limitada, pois carente da “espessura” dada pela “terceira dimensão” constituída pela longa duração.

A relação entre os “três planos” da história é, porém, o que há de mais obscuro na vasta e detalhada obra historiográfica de Braudel; ela é, na verdade, feita de observações incidentais ou empíricas, sem fundamento metodológico ou teórico claro, chegando a formulações de caráter subjetivo: “Para mim, o capitalismo é um fenômeno de superestrutura, um fenômeno de minoridade, um fenômeno de altitude”.

O que quer que Braudel entendesse por “altitude”, “minoridade” e “superestrutura”, e sobre o que esses conceitos tivessem em comum, o capitalismo seria para ele um fenômeno não definidor ou determinante da dinâmica histórica contemporânea (ou de qualquer época): “(Em Braudel) da quase imóvel presença do espaço e do clima até os acontecimentos políticos cotidianos, não há nexos que nos expliquem como esses elementos de um plano atuam sobre outros, para uni-los numa explicação global”. Assim, para Braudel, o capitalismo, a partir dos “jogos das trocas”, seria uma atividade espontânea da sociedade humana, eterno e atemporal, pois consubstancial com sua natureza: “Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade”, escreveu, sendo assim uma espécie de circuito fechado que se autorreproduziria *sine die*. Foi também apontado que, em Braudel e nos *Annales*, a preocupação com a história econômica é descritiva e superficial, sempre limitada à *circulação*, sem tocar nos problemas da *produção*.⁷⁵

Braudel limitou a discutível pertinência da teoria de Marx ao capitalismo moderno,⁷⁶ uma hipótese baseada numa

⁷⁵ Josep Fontana. *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Crítica, 1982.

⁷⁶ O que dominou a produção dos *Annales* nas décadas de 1950 e 1960 foi “a ideia de construir um modelo de transição da Europa do Antigo regime para a civilização industrial que, compartilhando com o marxismo então em voga a prioridade das dimensões materiais da existência, polemizara com aquele quanto aos fatores essenciais do processo, dando ênfase a uma chave de leitura neo-malthusiana que confrontasse (ou substituísse) a leitura marxista no debate sobre a

indistinção qualitativa entre as diversas fases ou formas do capital (comercial, financeiro, usurário, industrial). Para Braudel, como para Henri Pirenne,⁷⁷ a era capitalista teria nascido já no século XII, com o renascimento comercial dos centros urbanos europeus, quando, na Itália setentrional e nas cidades de Flandres e da Alemanha norte ocidental, grandes comerciantes, que eram frequentemente também banqueiros, atingiram um papel social e econômico determinante, influenciando a produção artesanal e manufatureira, subtraindo-a progressivamente da tutela dos grandes proprietários de terra e da nobreza, e mudando também a mentalidade geral a respeito das atividades econômicas produtivas, até então desprezadas como “vis” pelas classes dominantes. A era do capital comercial (integrado ao sistema feudal, e ao mesmo tempo fator de sua dissolução) seria, para esses autores, plenamente capitalista. A especificidade do capitalismo na esfera da *produção* ficava assim diluída.

Braudel identificou como capitalista a expansão da economia comercial e monetária medieval, acrescida da “mudança de mentalidade” econômica, ideia que fora já argumentada no início do século XX, com maior fundamento teórico, pelos representantes da sociologia alemã (Tönnies e, sobretudo, Troeltsch),⁷⁸ por Werner Sombart e, finalmente, por Max Weber, embora sem coincidir com a recuada cronologia braudeliiana do capitalismo. Para Sombart, o *bourgeois*, o homem econômico moderno, aliou a condição de cidadão (*bürger*, habitante da cidade) à de empresário, a “santa economicidade”, que seria possível identificar já na *masserizia* de Florença no século XV. Ora, isso já existia antes: “A meados do século XIII já existiam em Florença oitenta companhias dedicadas à banca... Nos negócios florentinos se usavam, com frequência, contratos singulares: acordava-se em trocar, em data determinada, trigo por óleo, tecidos por lã, e completar

transição do feudalismo para o capitalismo” (Fernando Devoto. *Braudel y la Renovación Histórica*. Buenos Aires, CEAL, 1991).

⁷⁷ Henri Pirenne. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966; onde o autor se referiu à “tendência para a contínua acumulação de riqueza, a que chamamos de capitalismo”.

⁷⁸ Ernst Troeltsch. *Protestantisme et Modernité*. Paris, Gallimard, 1991.

com dinheiro a diferença resultante do preço em curso entre as duas mercadorias. Era uma espécie de jogo de Bolsa”.⁷⁹

A moral dos negócios (previsibilidade, respeito pela palavra dada) e a mentalidade calculadora, que tudo tende a quantificar, originaram, para Sombart, o “espírito de empresa”: as campanhas militares e as atividades de corso deram origem, entre outras, ao “espírito capitalista”. Neste coexistem o desejo de enriquecimento, a paixão pelo *dinheiro* (substituindo à cobiça mercantilista pelo ouro), o espírito inventivo, inovador, conquistador e organizador, o sentido de oportunidade, o engenho, a inspiração. O “burguês”, um novo tipo histórico, criou uma época à sua imagem e semelhança.⁸⁰

Já segundo Max Weber, o capitalismo moderno nasceu no século XVI na Europa ocidental, quando o entesouramento do dinheiro foi deslocado pelo investimento, pelo uso do dinheiro como *capital*; o que definiu o capitalismo moderno não foi a busca de lucro em geral, mas a *acumulação de capital*, ponto em comum a Weber, Sombart e Marx. Henri Hauser também situou o nascimento do capitalismo no século XVI.⁸¹ Jean-Baptiste Say, na primeira metade do século XIX, já definia o “capitalista” (o termo “capitalismo” ainda não era usado) como aquele proprietário que “reinveste seu lucro” (em vez de gastá-lo ou entesourá-lo). Para Weber, o *quid* do sistema capitalista era, porém, um elemento espiritual, religioso: o moderno capitalismo foi uma consequência não desejada, um efeito “perverso”, da nova ética protestante, que abriu as portas dos conventos deixando sair deles uma religiosidade exaltada e ascética que contagiou à existência social. O “capitalismo racional”, baseado no cálculo, foi, para Weber, filho involuntário desse “ascetismo mundano”, transformado em religião laica.

Para Jacques Le Goff, a Idade Média europeia teria durado, na verdade, até o século XVIII (e não até o século XV, durante o qual os grandes descobrimentos ultramarinos são considerados habitualmente o fim da era medieval e o início da “era moderna”), pois antes dessa época o “sistema econômico”

⁷⁹ Georges Renard. *Historia del Trabajo en Florencia*. Buenos Aires, Heliasta, 1980, p. 98.

⁸⁰ Werner Sombart. *El Burgués*. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madri, Alianza, 1993.

⁸¹ Henri Hauser. *Les Débuts du Capitalisme*. Paris, Félix Alcan, 1931.

não era reconhecido como tal. Entre esses séculos, as concepções de tempo e de trabalho da teologia cristã foram adaptadas pela Igreja Católica às novas realidades econômicas, mudando o significado do tempo no mundo rural medieval, que começava a se urbanizar. As zonas urbanas já estavam se consolidando a partir do século X, no Norte da Itália e da França, no Sul da Inglaterra e da Alemanha. O tempo medieval existia de acordo com os ciclos agrícolas e com noções rudimentares de marcação, como dia e noite, inverno e verão. Seguiu também os ofícios religiosos (a palavra *hora* se origina do latim *oratio*, oração), os sinos das igrejas guiavam os moradores medievais, era um "tempo sem pressa". Nesse contexto, o surgimento da figura do mercador foi decisivo para as mudanças econômicas, sociais e religiosas. Negociante que vivia da usura, ele entrou em conflito com a teologia católica, pois seu tempo baseado no cálculo se contrapunha ao tempo religioso.

Os clérigos sustentavam que a usura era pecaminosa e não poderia existir, pois o ganho do mercador "supõe uma hipoteca sobre um tempo que só a Deus pertence". A condenação dessa atividade não se realizava pela cobrança abusiva de juros, mas pela posse e direito que Deus tinha do tempo. Aliado ao surgimento dos primeiros sobressaltos inflacionários e a multiplicação das moedas, esse novo mundo exigiu um tempo diferente, medido matematicamente. Daí o aparecimento dos relógios a partir do século XIV, que começaram a ser instalados em torres públicas. Seus sinos marcavam com exatidão as horas das transações comerciais e dos turnos operários.

Assim, "o velho sino, voz de um mundo que morre, vai passar a palavra a uma nova voz", a dos relógios. Perder tempo passou a ser pecado grave já na Baixa Idade Média, que criou sua "moral calculadora": "O tempo que só pertencia a Deus agora era propriedade do homem".⁸² Em todas essas concepções (ou "visões") o renascimento comercial europeu da Baixa Idade Média, origem indiscutida da era capitalista, teria se transformado no capitalismo moderno graças à intervenção de um ou vários fatores ideológicos (inclusive religiosos). Não se trata, porém, de discutir a indiscutível existência destes, mas

⁸² Jacques Le Goff. *Op. Cit.*; e: *A Bolsa e a Vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

sua relação de causalidade recíproca com a forma social da produção material.

Para Marx, a passagem para o modo de produção capitalista foi produto de transformações econômicas que acarretaram mudanças ideológicas (inclusive mudanças religiosas), não o contrário: o capitalismo, para Marx, não era a verdade enfim revelada da vocação humana, mas um estágio histórico da produção da vida social. A análise marxista abstraiu da história as determinações que permitissem analisar o capital como objeto teórico, de modo a transformá-lo em um instrumento não empírico de análise. A distinção entre gênese histórica e categorias lógicas da economia, ausente em Braudel (assim como em Polanyi, ou mesmo em Max Weber) foi realizada por Marx: "Seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem de sucessão está, por outro lado, determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna, e é exatamente o inverso do que pareceria sua ordem natural ou do que corresponderia à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das distintas formas de sociedade. Muito menos de sua ordem de sucessão "na Ideia" (uma representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna".⁸³

Marx considerava que o método científico correto era o de "ascender do abstrato ao concreto". Desse modo, partiu da sociedade burguesa moderna, de uma *abstração* teórica de suas características determinantes, para depois se dirigir ao *concreto pensado* (uma combinação historicamente determinada de abstrações), isto é, ao capitalismo como etapa da história da sociedade humana, e às suas diversas modalidades e fases históricas. A *mais-valia*, sua categoria central definidora, é, como vimos, materialização de tempo de trabalho não pago, ou rendimento de trabalho alheio acumulado. O processo de produção capitalista é o processo de *produção* de mais-valia e, através da realização desta (pela venda das mercadorias) de *valorização* do capital. O motor da produção capitalista é a obtenção permanente de mais-valor; a origem do mais-valor é a exploração da força de trabalho transformada em mercadoria,

⁸³ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política* (1857). Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

decorrente da divisão de classes correspondente à forma de apropriação da riqueza social gerada pela relação antitética entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Antes que essas categorias se tornassem tendencialmente dominantes, não se poderia falar em capitalismo, mas só em produção mercantil e economia monetária.

A noção de “capital” tem sua origem no latim *capitale*, *capitalis* ("principal, primeiro, chefe"), que vem, por sua vez, do indo-europeu *kaput*, "cabeça". É a mesma etimologia da “cidade capital” (ou “primeira cidade”) das nações modernas, ou do italiano *capo*. Em sentido amplo, “capital” foi usado como sinônimo de riqueza, sob qualquer forma em que ela se apresentasse ou como quer que ela fosse usada. Em seu sentido moderno, o conceito surgiu na Itália nos séculos XII e XIII, designando estoques de mercadorias, somas de dinheiro ou dinheiro com direito a juros. No século XIII já se falava, na Itália, em “capital de bens” de uma firma comercial. O jurista francês Beumanoir usou o termo no século XIII para referir-se ao “capital” de uma dívida.

Seu uso se generalizou depois nesse sentido, isto é, o da soma do dinheiro emprestado, diferenciada e oposta aos juros pagos pelo empréstimo. O termo “capitalista”, por sua vez, refere-se ao proprietário de capital, seu uso é anterior ao do conceito de capitalismo, datando de meados do século XVII. O *Hollandische Mercurius* usou-o, pioneiramente (Holanda foi uma das nações pioneiras do capitalismo), entre 1633 e 1654, para se referir aos proprietários de capital. David Ricardo, nos *Principles of Political Economy and Taxation* (de 1817) também o usou.⁸⁴ Seu grande predecessor, Adam Smith, porém, não o

⁸⁴ O termo “capitalista” foi usado em 1753 na *Encyclopaedia Britannica*, como “estado de quem é rico”. Rousseau o usou em 1759, em sua correspondência, assim como depois também o fez Mirabeau. Pierre-Joseph Proudhon usou-o em *O que é a propriedade?* (1840) para se referir aos proprietários em geral. Benjamin Disraeli, futuro premiê da Grã-Bretanha, o usou em seu romance-manifesto *Sybil* (1845), também chamado *The Two Nations*, em que o pano de fundo é constituído pelas condições atroz de existência da nova classe operária da Inglaterra. Karl Marx e Friedrich Engels falaram do *Kapitalist* no *Manifesto Comunista* (1848) para se referir aos proprietários do capital. O termo foi também usado por Louis Blanc, socialista republicano, em 1850. Marx e Engels se referiram ao sistema capitalista (*Kapitalistisches System*) e ao modo de produção capitalista (*Kapitalistische Produktionsform*) em *Das Kapital* (1867): o termo “capitalismo” aparece,

usou em *A Riqueza das Nações* (1776), livro considerado uma sorte de Antigo Testamento da moderna economia política, onde Smith se referiu ao novo sistema econômico como “liberalismo”. Na França, porém, o termo “capitalista” já era usado desde meados do século XVIII para se referir aos proprietários dos meios de produção industrial.

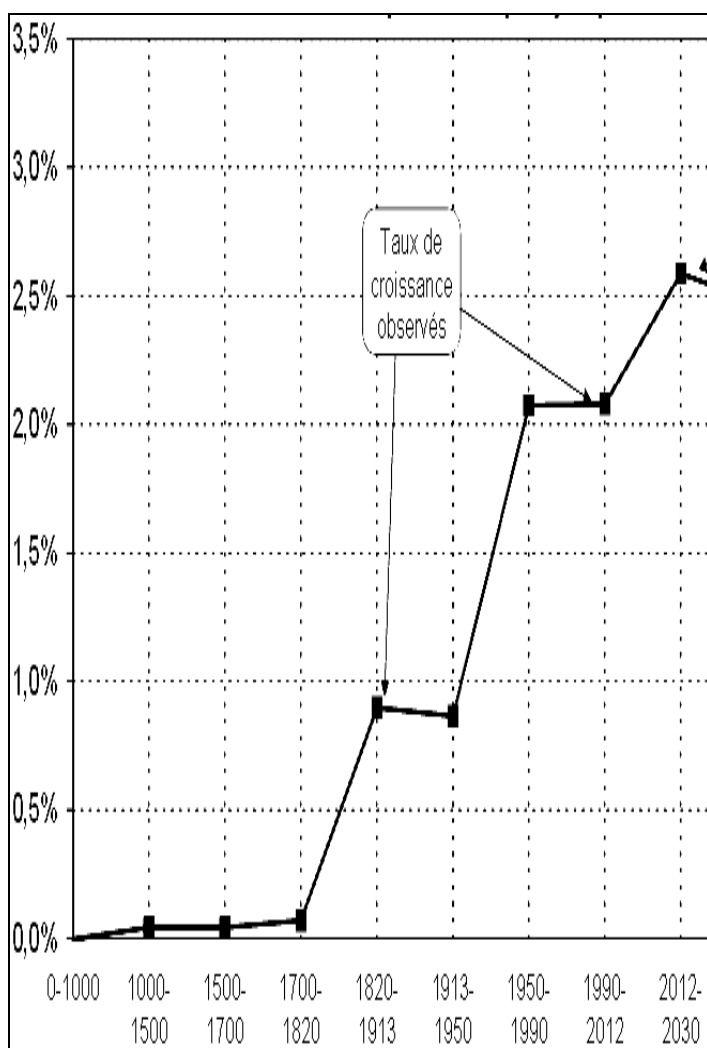
A mudança *qualitativa* representada pelo capitalismo na história da produção da riqueza social, baseada no aumento da produtividade do trabalho, desvinculado este de quaisquer obrigações compulsórias (ou seja, “livre”), foi apontada por Marx (na economia política clássica, essa constatação era realizada apenas de modo quantitativo), e foi confirmada pelas abordagens quantitativas ulteriores. Segundo as estimativas de Angus Maddison,⁸⁵ em se considerando um valor de referência equivalente a 100 em 1500, a produção mundial teria atingido um valor de 11.668 em 1992, ou seja, teria havido mais do que uma centuplicação da produção econômica (bens e serviços) em cinco séculos (os séculos da era capitalista), sendo que o “100” inicial tinha sido atingido em milênios de história humana. A liberação do potencial produtivo do trabalho de qualquer entrave extra econômica foi o papel histórico do capitalismo, revelando o trabalho social em sua capacidade praticamente ilimitada de transformar (e, eventualmente, destruir) a natureza: “A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos elétricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras deslocadas - que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social?”⁸⁶

porém, só duas vezes no volume I dessa obra. Finalmente, “por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: *capitalismo*” (Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 21).

⁸⁵ Angus Maddison. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD Development Center, 1995.

⁸⁶ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

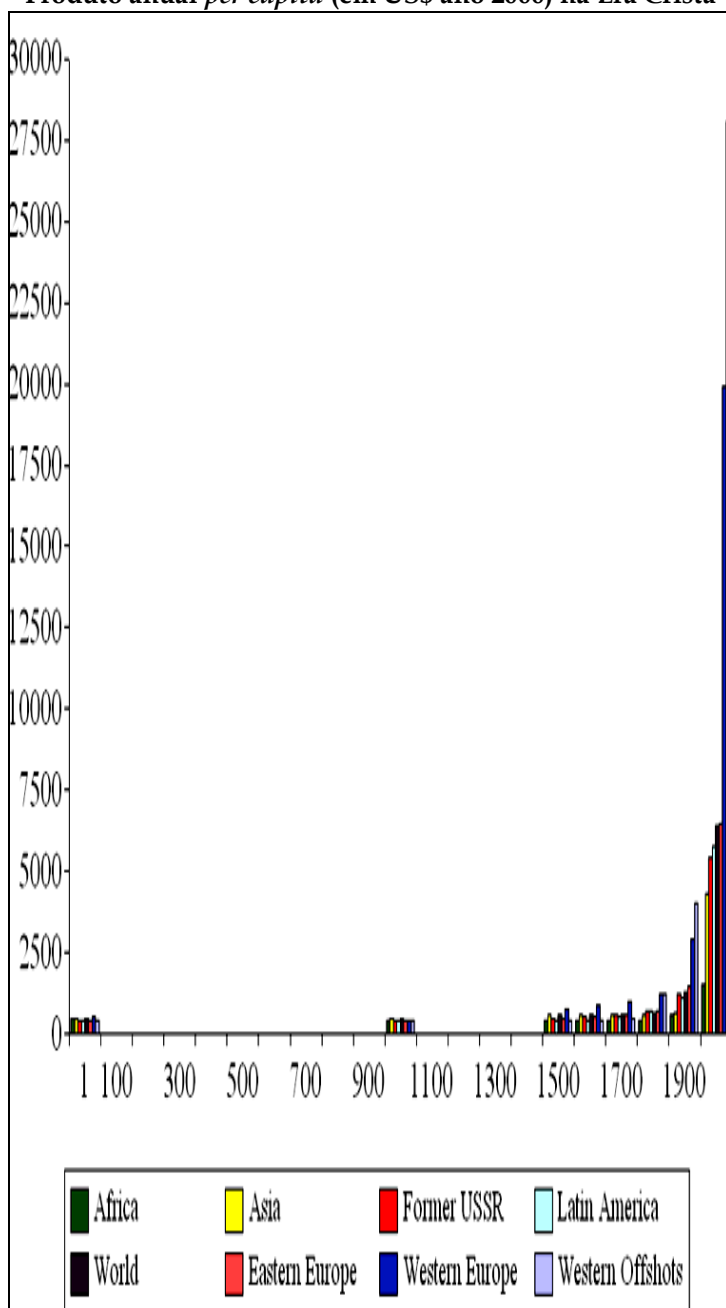
Taxa de crescimento da produção mundial por habitante⁸⁷



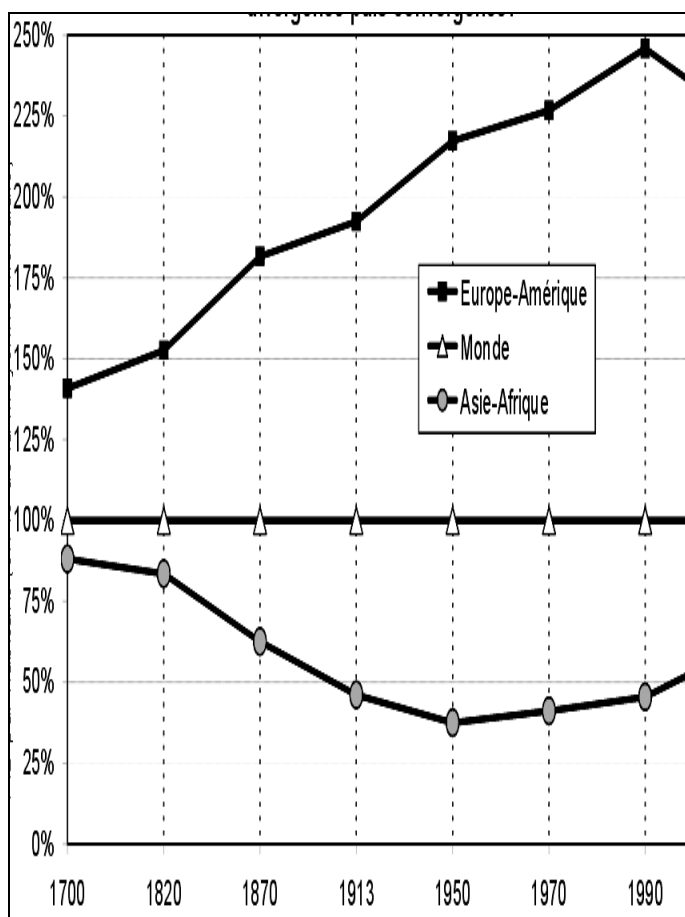
⁸⁷

Thomas Piketty. *Le Capital au XXI^e Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

Produto anual *per capita* (em US\$ ano 2000) na Era Cristã



PIB per capita como percentual da média mundial⁸⁸



A vitória do capitalismo significou um crescimento sem precedentes nas desigualdades de desenvolvimento econômico, e também nas desigualdades sociais. A “era do capital” pariu um mundo completamente novo: entre 1850 e 1914 a taxa de crescimento demográfico anual foi de 1,2% nos países industrializados (EUA e Europa ocidental), e de 0,6% nos outros continentes; em 1840, a densidade populacional mundial era de seis habitantes por km², em 1914, ela já era de onze,⁸⁹ quase

⁸⁸ Thomas Piketty. *Op. Cit.*

⁸⁹ Pierre Léon. *Storia Economica e Sociale del Mondo*. Bari, Laterza, 1980, p. 5.

uma duplicação em três quartos de século, um resultado que as eras históricas precedentes demoraram séculos e até milênios para obter.

A libertação da força produtiva do trabalho social foi o *papel histórico* do capital: “O grande sentido histórico do capital foi criar esse trabalho excedente, supérfluo, do ponto de vista da mera subsistência”.⁹⁰ O trabalho humano e seus resultados materiais foram transformados em potência prática sem precedentes em qualquer período histórico anterior, com um crescimento vertiginoso da produtividade do trabalho. As condições estruturais para o modo de produção capitalista foram a separação do produtor dos meios de produção e a acumulação de capital no polo social oposto, o polo dos *não produtores* (ou capitalistas), condições sem as quais o *dinheiro* (o “equivalente geral” da troca de mercadorias) não poderia atuar como *capital*. O dinheiro como moeda de metal surgiu no século VI A.C., na Ásia Menor, acompanhando o desenvolvimento comercial das cidades costeiras gregas em contato com os ricos reinos do interior da Anatólia. Antes disso, outros objetos menos apropriados foram usados como meio universal de troca, sendo progressivamente descartados pelo progresso do comércio.

Os metais preciosos conquistaram universalmente o papel de mercadoria-dinheiro através de um longo processo histórico: “Na origem, serve como moeda a mercadoria mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula, a que, em uma determinada organização social, representa a riqueza por excelência: o sal, os couros, o gado, os escravos (...) A utilidade específica da mercadoria, seja como objeto particular de consumo (os couros), seja como instrumento de produção imediato (os escravos) a transforma em dinheiro. Mas, na medida em que o desenvolvimento avança, ocorre o fenômeno inverso: a mercadoria que menos é objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde às necessidades da troca como tal. No primeiro caso, a mercadoria se converte em dinheiro por causa de seu valor de uso específico; no segundo, seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro. Durável, inalterável, passível de ser dividida e somada, transportável com relativa facilidade, pode conter um valor de troca máximo

⁹⁰ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política* (1857). Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

em um volume mínimo; tudo isso torna os metais preciosos particularmente adequados nesse último estágio”.⁹¹ Foi nesse estágio da troca e de ampliação das funções do dinheiro que se tornou *possível* o surgimento do modo de produção capitalista, ou seja, a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

A criação das condições históricas para o capitalismo foi um processo secular, desenvolvido inicialmente no cenário europeu, e depois no palco mundial, a partir do século XV. Jean Meyer situou o nascimento do “capitalismo ocidental” nas cidades medievais europeias no fim da Idade Média, entre os séculos XIV e XV. A “invenção do capitalismo” foi italiana, realizada nas cidades comerciais costeiras da península, mas seu desenvolvimento no interior da Europa deveu-se à forte emergência comercial do Norte da Europa, o que corresponde à passagem da preponderância das cidades-estados italianas para a de Estados organizados e “racionalizados” do século XVII europeu.⁹² Durante esses três séculos foram reunidas as condições do capitalismo como modo *de produção* (isto é, como capitalismo industrial), a saber, a gestação dos dois polos da sociedade capitalista, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores livres e despossuídos de meios de trabalho.

A libertação da força de trabalho dos diversos modos pré-capitalistas de exploração do trabalho, transformando-a em mercadoria comerciável, apta para ser livremente explorada, liberou a produtividade do trabalho até limites sequer sonhados nas fases históricas precedentes, revolucionando por completo a economia, a sociedade e a cultura, e impondo também uma desigualdade econômica vertiginosamente crescente entre as diversas classes sociais e regiões do planeta, desigualdade supostamente baseada na “livre concorrência” entre elas. A mudança econômica e social imposta pela emergência do capital foi gradual, mas veloz, e alterou decisivamente a existência humana. Por esse motivo, desde o século XVII, a compreensão da história humana sofreu mudanças fundamentais.

As transformações intelectuais acompanharam as mudanças econômicas e sociais: no estudo da história, por exemplo, a expansão do comércio e da produção exigia *teoria*,

⁹¹ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

⁹² Jean Meyer. *Les Capitalismes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.

mais do que pura erudição histórica factual. O primeiro movimento do pensamento histórico, nessas condições alteradas, foi a *negação* da inteligibilidade histórica precedente. Fontenelle (em 1790) criticou a suposição de que o saber histórico consistisse em “comprimir na cabeça fato após fato, reter datas com exatidão, imbuir-se do espírito das guerras, tratados de paz, matrimônios, genealogias”. Voltaire comentou que a leitura de três ou quatro mil descrições de batalhas em nada contribuía para a instrução das pessoas e da nação (ele próprio, filósofo, escreveu sobre história, tendo como modelo explícito a *História de Inglaterra* de David Hume, também filósofo).⁹³ Já no século XIX, Fénelon zombou do “árido e triste escritor de anais (que) não conhece outra ordem senão a da cronologia”, propondo “observar as mudanças na nação como um todo, mais do que relatar fatos particulares”.⁹⁴

Nas primeiras fases da era capitalista, desse modo, os *filósofos* passaram a se ocupar de história, levando para esse terreno o *conceito* e a *teoria*. A própria filosofia foi também inoculada pela história, o que atingiu seu cume com Hegel. A perspectiva histórica dos *philosophes* estava, no entanto, limitada pelo horizonte *nacional* (ainda historicamente insuperável) em que se situavam. A expansão mundial do capital alterou esse quadro, e exigiu novas bases de interpretação de *toda* a história humana, imersa em uma corrente doravante única. A história, para os filósofos iluministas, deveria se por à altura das ciências naturais experimentais que estavam mudando a face e a compreensão do mundo. O homem social deveria ser objeto da análise científica, tanto quanto já o eram o homem físico e sua natureza circundante.

O *materialismo histórico* de Marx, como veremos, foi a culminação crítica desse processo, marcada inicialmente pela crítica do pensamento iluminista realizada pelo romantismo e pelo historicismo alemão: “A crítica historicista alemã contra o Iluminismo centrou-se na separação que este último havia estabelecido entre razão e história... A razão, no Iluminismo, havia desembocado num conceito abstrato de *natureza humana* e seu conceito pretendia ser a forma e a norma dos fatos sociais. Na Alemanha, o apriorismo de Kant era o paradigma dessa

⁹³ Cujo principal discípulo foi, não por acaso, Adam Smith, cuja obra deu origem à moderna economia política.

⁹⁴ Georges Lefebvre. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona, Martínez Roca, 1974.

separação, na desarticulação que o mesmo Kant havia estabelecido entre teoria e prática da razão. O historicismo enfrentou essa tese com a afirmação de que, por um lado, a unidade do conceito de natureza humana não contém a riqueza da pluralidade e das diferenças históricas, nacional-populares, culturais e individuais, e por outro, que sua identidade prescinde das contradições e dos conflitos reais”.⁹⁵ Para Johann Wolfgang Goethe, representante por excelência do romantismo alemão, “o mais humilde dos homens é um homem completo”, ideia contraposta ao ideal iluminista da perfeição humana a ser atingida pela Razão.

Quanto mais profunda e extensa a foi difusão das relações de produção capitalistas, mais forte foi a tendência para atribuir à própria “natureza humana” as características específicas da “cultura capitalista” (o “espírito de concorrência”, a tendência predadora – o uso da noção de “primata assassino” para definir a espécie humana –, o individualismo egoísta) constituindo uma *ideologia* com expressões vulgares (ou “populares”) e também com expressões pretensamente científicas. Em reação a isso se desenvolveu uma posição que, situando-se no mesmo plano metafísico, partiu da crítica à existência de uma suposta “natureza humana” egoísta sublinhando o caráter social do comportamento humano desde as origens da espécie. Mas isto significava postular essa sociabilidade como constitutiva de uma espécie de “essência humana” não histórica.

Ambas as postulações (o “egoísmo” ou o “socialismo” *naturais* do homem) são igualmente mistificadoras, tendo em comum a pretensão de fazer tabula rasa das contradições da existência e da história humanas. Definir o capitalismo simplesmente como uma violação da natureza social do ser humano, de origem artificial e egoísta, e das relações “naturais” entre a humanidade e meio ambiente, significa negar as contradições da existência humana e natural. A história humana, continuidade *diferenciada* da história natural, é apresentada completamente separada desta. A suposta rebelião egoísta dos filhos contra a “natureza mãe” dota o meio natural de personalidade própria. O deísmo final dessa postura não é difícil de perceber.

⁹⁵ Arilson Silva de Oliveira. O historiador Max Weber: indologia e historicismo na obra weberiana. *Revista de História* nº 162, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2010..

O determinismo social/cultural, tanto quanto o determinismo biológico/natural, parte de uma postura metafísica. Conceber o capitalismo como um fenômeno (desvio) “antinatural”, não como uma fase da produção e reprodução da vida social historicamente determinada, conclui numa crítica anticapitalista concebida como uma utopia naturalista que se acomoda com as propostas políticas mais diversas, inclusive as mais reacionárias (foi um dos elementos ideológicos do nazismo). Ambas as posturas compartilham de uma análise não histórica do capitalismo. Contra os críticos românticos do capitalismo, Marx elogiou David Ricardo por “ter seus olhos postos unicamente para o desenvolvimento das forças produtivas”: “Afirmar, como fizeram os oponentes sentimentais de Ricardo, que a produção como tal não é o objeto, é esquecer que a produção por seu próprio fim não é nada senão o desenvolvimento das forças produtivas humanas, em outras palavras, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si”.

A natureza humana só é pensável em sua relação com a natureza circundante, e em seu desenvolvimento contraditório. O trabalho produz a natureza humana na mesma medida em que a delimita e a diferencia da natureza puramente animal, através de uma apropriação específica do próprio mundo natural: “A universalidade do homem se manifesta praticamente na universalidade pela qual toda a natureza se transforma em seu corpo inorgânico”. Um fato que se verifica é que enquanto “o animal se faz de imediato um com sua atividade vital... o homem faz de sua própria atividade vital o objeto de sua vontade e de sua consciência; tem uma atividade vital consciente: não existe uma esfera determinada com a qual imediatamente se confunde”.⁹⁶

Tony Andréani propôs “reabilitar a ideia de natureza humana” – como prólogo e prolongamento de uma teoria geral (da história) – buscando as necessidades comuns a todos os homens de todos os tempos, o que Marx chamava de “necessidades genéricas”, para analisar em seguida como essas necessidades conhecem destinos particulares nas sociedades de classe. Determinar essas necessidades humanas genéricas permitiria estabelecer “conceitos comuns a toda sociedade” (independentes dos modos de produção de cada fase histórica

⁹⁶ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

específica), sobre os quais Marx não teria deixado mais do que “indicações dispersas”, “remodelando o espaço do social em duas grandes esferas: a esfera da *produção social*, atravessada por relações de poder e por relações ideológicas, e a esfera do *político*, concebida como o campo da reprodução/transformação das relações sociais. Ao mesmo tempo, verificar-se-ia a intuição marxiana do primado do *processo de produção imediato*”. Esse trabalho permitiria encontrar “a boa articulação entre, de um lado, o indivíduo, suas necessidades e relações intersubjetivas e, de outro, o homem como portador de funções e agente de relações sociais”.⁹⁷

Uma *teoria histórica geral* é o pressuposto necessário de uma *teoria histórica do capitalismo*; a continuidade da história humana só pode estar baseada em elementos (ou tendências) comuns a todas suas fases. Por história deve se entender um processo *único*, embora multifacetado: as teorias, como a de Vico, de reiteração dos ciclos históricos, puderam surgir no passado, disse Trotsky, “devido ao caráter provinciano e episódico de todo o processo”. Isto (o caráter provinciano...) fazia com que “efetivamente se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos”. Por teoria deve entender-se um *método*, suscetível de mudanças e modificações, não um sistema fechado dentro do qual caberia “encaixar” todo o acontecer histórico.

Nenhuma “ciência dos homens no tempo”, para citar a definição de Lucien Febvre, poderia existir postulando seu caráter não metódico, pois assim careceria do atributo fundante de qualquer ciência. Em sua formulação mais geral a respeito, Marx postulou que “o total do que se chama história do mundo não é mais do que a *criação do homem através do trabalho humano*”;⁹⁸ assim, “não procederia do próprio Marx a tradição forte entre os marxistas de negar a existência de qualquer natureza humana *strictu sensu*: a própria tendência dos humanos a agir no sentido de reter forças produtivas superiores uma vez obtidas, mediante mudanças das relações de

⁹⁷ Tony Andréani. *De la Société à l'Histoire*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989, vol. I (Les concepts comuns à toute société): para o autor, nos *Manuscritos de 1844* (chamados de “econômico-filosóficos”) de Marx, existe de modo implícito o conceito de uma natureza humana em geral, baseada em necessidades genéricas e ancorada em estruturas não econômicas, ainda que ela se produza e reproduza pelo trabalho.

⁹⁸ Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

produção, afirmada por Marx, se parece a um postulado sobre a natureza humana, mesmo sendo sua realização concreta muito variável ao longo do tempo”.⁹⁹ Deve-se notar que Marx rejeitou toda e qualquer teleologia deduzida de uma suposta “natureza humana” postulada aprioristicamente.

Uma noção geral de *humanidade* vinculada ao *trabalho*, e perpassando suas diversas fases históricas, no entanto, estava presente em Marx ao afirmar que “a máquina, dotada da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provoca a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações... Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto do seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção em que a ciência é incorporada neste, como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalhou, sujeitando-o, durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital”.¹⁰⁰

⁹⁹ Ciro F. S. Cardoso: Porque os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. *Revista de História* nº 167, São Paulo, FFLCH-USPP, julho/dezembro de 2012.

¹⁰⁰ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx abordou a propriedade privada burguesa como a forma acabada da alienação humana: "A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. O ser humano teve que ser reduzido a esta absoluta pobreza, para que pudesse dar à luz a sua riqueza interior partindo de si [...] A superação da propriedade privada é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanos; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente. O olho fez-se um olho humano, assim como seu objeto se tornou um objeto social, humano, vindo do homem para o homem".

A situação do trabalhador sob o regime do capital foi caracterizada por Marx como a completa *negação* de sua natureza *humana*: a produção ilimitada de riqueza na forma de mercadoria, propiciada pela era do capital, teve como contrapartida a produção ilimitada de miséria social em todas suas formas possíveis, e a alienação completa do homem do produto de seu trabalho social. É em Marx onde encontramos a apreciação do trabalho humano alienado como contraditório em relação à humanidade, e em contradição interna com a própria caracterização sobre o significado único e específico do trabalho do homem.

O projeto teórico de Marx, desenvolvido em meados do século XIX, não foi alheio ao espírito da sua época. Baseou-se nos resultados já atingidos pela teoria social e política precedente (assim como nos resultados metodológicos da filosofia clássica alemã), submetidos, porém, ao crivo da crítica à luz dos desenvolvimentos históricos contemporâneos. Os primeiros “cientistas sociais” da era moderna perceberam que o modo de produção da vida social constituía a resolução do *ethos* grego ou do “espírito das leis” de Montesquieu (“Várias coisas governam os homens; o clima, a religião, as leis, as máximas de governo, os exemplos do passado, os costumes, as maneiras; e assim forma-se um *espírito geral*, como resultado disso tudo”),¹⁰¹ tal como fez William Robertson,¹⁰² coetâneo e conterrâneo de Adam Smith, em 1790: “Em toda investigação sobre a ação dos homens enquanto juntos em sociedade, o primeiro objeto de atenção deve ser o seu *modo de subsistência*. Segundo as variações deste, suas leis e políticas serão diversas”.

A passagem da noção de “modo de subsistência”, presente nos precursores das ciências sociais, para a noção de *modo de produção*, foi marcada pela crítica que Antoine Barnave fizera ao primeiro conceito, a partir da análise do conflito entre

¹⁰¹ Charles de Montesquieu. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

¹⁰² William Robertson (1721-1793), historiador escocês, foi ministro da Igreja da Escócia e decano da Universidade de Edimburgo. Segundo D. B. Horn: “Os 30 anos durante os quais presidiu a Universidade são talvez o ponto mais alto da história desta instituição”. Seu trabalho mais conhecido foi a *História da Escócia 1542-1603*, publicado em 1759. Foi uma figura importante do Iluminismo escocês e do Partido Moderado da Igreja da Escócia (Ian Simpson Ross. *Adam Smith*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Record, 1999).

agricultura e comércio nos tempos modernos,¹⁰³ abrindo, com outros críticos da época, o caminho para um novo conceito de inteligibilidade da história. Essa nova inteligibilidade não era só uma ruptura em relação às visões precedentes. Era, também, a expressão de uma *crise* no campo mais geral do conhecimento, ou do “saber”.¹⁰⁴

Marx inverteu o método dos *idéologues* (que pretendiam impor socialmente os conceitos surgidos da “razão pura” aos “erros” da realidade histórica), partindo da complexidade e das contradições do real para chegar às suas determinações mais simples: a produção e reprodução da vida social através do trabalho, diferenciado as fases históricas segundo o *modo de produção* prevalecente em cada uma delas: “No primeiro livro de *O Capital*, Marx limitou apenas formalmente sua pesquisa ao processo de produção do capital. Na verdade, selecionou e apresentou como totalidade, nesta parte, também o todo do

¹⁰³ Antoine Barnave. *Introduction à la Révolution Française*. Paris, Association Marc Bloch, 1977.

¹⁰⁴ “Na época clássica, desde o projeto de uma análise da representação até o tema da *mathesis universalis*, o campo do saber era perfeitamente homogêneo: todo conhecimento, qualquer que fosse, procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem; isso era verdadeiro para as matemáticas, verdadeiro também para as taxinomias (no sentido lato) e para as ciências da natureza; mas igualmente verdadeiro para todos esses conhecimentos aproximativos, imperfeitos e em grande parte espontâneos, que atuam na construção do menor discurso ou nos processos cotidianos da troca; era verdadeiro, enfim, para o pensamento filosófico e para essas longas cadeias ordenadas que os ideólogos, não menos que Descartes ou Spinoza, ainda que de outro modo, pretenderam estabelecer a fim de conduzir necessariamente das ideias mais simples e mais evidentes até as verdades mais complexas. Mas, a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes. Dificilmente se escapa ao prestígio das classificações e das hierarquias lineares à maneira de Comte; mas buscar alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas é submeter ao ponto de vista único da objetividade do conhecimento a questão da positividade dos saberes, de seu modo de ser, de seu enraizamento nessas condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma” (Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981, pp. 361-363). Foucault chamou de “era clássica” àquela definida como tal pelos manuais escolares (os séculos XVI e XII, a era dos absolutismos monárquicos na Europa), o período que Marx chamou de alvorecer da era burguesa.

modo de produção capitalista e da sociedade burguesa derivada dele, com todas suas manifestações econômicas, jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em soma, ideológicas. Esta é uma consequência necessária do método dialético de exposição”.¹⁰⁵

Sintetizando a contribuição marxiana, Emmanuel Terray propôs definir: 1) O modo de produção, como a combinação de uma base econômica e das superestruturas políticas e ideológicas correspondentes; 2) A base econômica do modo de produção como uma relação determinada entre os diferentes fatores do processo de trabalho: força de trabalho, objeto de trabalho, meio de trabalho - relação que deveria ser considerada sob uma dupla relação: a da transformação da natureza pelo homem - e deste ponto de vista ela aparece como um sistema de forças produtivas - e o do controle dos fatores da produção - e sob este ângulo, ela se apresenta como um conjunto de relações de produção; 3) A superestrutura jurídica-política como o conjunto das condições políticas e ideológicas da reprodução dessa relação.¹⁰⁶

Em outro enunciado sintético: “Um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total, que engloba elementos, em relações quantitativas e qualitativas, que se regem em uma interação continua: 1) As regras que presidem a obtenção pelo homem de produtos da natureza, e a distribuição social desses produtos; 2) As regras que presidem as relações dos homens entre eles, por intermédio de agrupamentos espontâneos ou institucionalizados; 3) As justificações intelectuais ou míticas que [os homens] dão dessas relações, com diversos graus de consciência e de sistematização, os grupos que as organizam e se aproveitam delas, e que impõem a grupos subordinados”.¹⁰⁷

Considerado historicamente, isto é, como modo de produção, o capitalismo é o sistema de produção de mercadorias com vistas à obtenção de lucro destinado à *acumulação de capital*. A *formação econômico-social*, combinação concreta de modos de produção diversos numa dada sociedade

¹⁰⁵ Karl Korsch. Introdução al ‘Capital’. In: *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974, p. 52.

¹⁰⁶ Emmanuel Terray. *O Marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

¹⁰⁷ Pierre Vilar. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Barcelona, Crítica, 1982.

ou numa dada conjuntura histórica, é o *modus operandi* do conceito de modo de produção na análise histórica concreta.¹⁰⁸

Através desses conceitos, a economia (o metabolismo material entre a natureza e a sociedade, organizado por esta, mas determinado por aquela) entrava assim na história, ao ponto de se propor que: “A teoria econômica é o domínio ideal que deve guiar o historiador, se ele não quer se perder na massa dos fatos, proceder empiricamente e às cegas, se ele quer encontrar as estruturas históricas que dão sentido aos acontecimentos. Mas, reciprocamente, a diversidade dos fatos históricos provoca a reelaboração das categorias econômicas, sua retomada histórica. Essa circularidade é constitutiva do conhecimento racional, mas dentro desse duplo retorno está a teoria econômica como conjunto ideal de conceitos econômicos, que é o campo operatório essencial para penetrar na massa dos fatos e apreender sua origem interna, para fazer obra de historiador da economia.

“A teoria econômica permite constituir modelos de funcionamento de um sistema econômico, e esses modelos devem servir de hipóteses de trabalho para o historiador. Quando este encontra um conjunto de fatos incompatíveis com o conteúdo das categorias, será levado a reelaborá-las, e a se tornar ele mesmo autor da ciência econômica. A ciência histórica se desenvolve por esse movimento sintético que supera a divisão do trabalho intelectual, condição e resultado de seu desenvolvimento. Esse movimento sintético chega a um melhor conhecimento do objeto estudado e ao aprofundamento das condições desse conhecimento, isto é, ao enriquecimento da metodologia do campo operatório abstrato do cientista”.¹⁰⁹

A redução do conceito de *modo de produção* à uma noção puramente econômica, fazendo da formulação marxista uma espécie de “determinismo econômico”, chegou a apoiar-se na formulação de Engels sobre o caráter determinante “em última instância” da economia: “Engels admitiu a interação entre fatores econômicos e extra econômicos, e afirmou que a concepção materialista da história proclamava unicamente que ‘em última instância’ era o elemento econômico o que determinava o curso dos acontecimentos históricos. Era uma

¹⁰⁸ Cesare Luporini e Emilio Sereni. *El Concepto de Formación Económico-Social*. México, Pasado y Presente, 1976.

¹⁰⁹ Maurice Godelier. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, sdg.

atitude difícil de defender. Uma vez aceita a existência de efeitos circulares, de modo que, por exemplo, os fatores econômicos influem nos fatores políticos, e estes, por sua vez, afetam a economia, a afirmação de uma “última instância” se torna impossível.

“Não existe ‘primeiro’ ou ‘último’ em um círculo, especialmente se a realidade econômica oferece ao observador uma multiplicidade de círculos que se cruzam, e de círculos dentro de outros círculos. Noutras palavras, o problema passa a ser verdadeiramente metodológico: averiguar por onde resultará mais vantajoso para o estudioso da história econômica romper o círculo, ou melhor, a massa de círculos entrelaçados. Resulta então uma questão discutível se começar pelo fator econômico dará ou não resultados ótimos na investigação. É verdade que a medida que se procede para trás ao longo das cadeias causais, quase sempre se chega a um ponto em que se descobre uma causa econômica. Mas isto não significa que em todos os casos seja o melhor continuar a investigação até esse ponto, ou detê-la nele. A resposta variará, seguramente, segundo a época, lugar e matéria do estudo”.¹¹⁰

Nesse fragmento, assim como em outros de cunho semelhante, sob o pretexto de crítica ao “mecanicismo econômico” do companheiro de ideias e lutas de Marx, propunha-se um ecletismo em que a determinação histórica pelas fases da produção social da riqueza era substituída por uma indeterminação multicausal. Norberto Bobbio observou que “quaisquer que sejam os reajustes póstumos, as correções oportunas, as interpretações moderadas das relações entre a base e a superestrutura, o que quer que se diga, a verdade é que o marxismo tem sido e continua a ser a teoria do primado do econômico sobre o político. Para ser marxista não basta sustentar o primado da economia; contudo, basta negar esse primado para não ser marxista”.¹¹¹

A determinação “em última instância” pela infraestrutura produtiva (“economia”), por outro lado, se refere ao curso da história em geral, não à análise de cada conjuntura ou de cada aspecto considerado, que deve ser realizado de acordo com sua especificidade, na qual a economia pode estar

¹¹⁰ Alexander Gerschenkron. *Atraso Económico e Industrialización*. Barcelona, Ariel, 1970.

¹¹¹ Norberto Bobbio. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

em primeiro, segundo o último plano. A formulação de Engels (contida em uma carta a Franz Mehring, na década de 1890) buscava “temperar” certo “economicismo” já presente em análises que se inspiravam no método de Marx, e indicar que a correlação entre desenvolvimento econômico e história política era complexa e “necessariamente uma fonte de erros”. Deve-se acrescentar que Marx se opôs explicitamente ao transporte do organicismo naturalista para o âmbito da história humana.

Oswald Spengler e Arnold Toynbee, seus principais representantes, consideraram as “civilizações” como seres vivos que nascem, florescem e morrem. Segundo Spengler, uma civilização se desenvolve quando os elementos que a constituem evoluem no mesmo ritmo e concordam cada vez mais; atinge seu cume quando apresenta uma unidade concertada de seus elementos, e declina e morre quando eles se desordenam, alguns deles tomando demasiada importância em detrimento de outros (a religião se torna opressiva, ou a sede material prevalece sobre outras preocupações). Nesses esquemas historiográficos (excepcionalmente eruditos, no caso de Toynbee), não há verdadeiramente *história*, mas eterna reprodução de ciclos civilizacionais, que reproduziriam esquemas básicos dos ciclos naturais: “As falhas do materialismo abstrato fundado sobre as ciências naturais, excluindo o processo histórico, são logo percebidas quando nos detemos nas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, sempre que se aventuram a ultrapassar os limites da sua especialidade”.¹¹²

A historiografia institucional chegou atrasada a esses debates. Ela se mantinha como uma disciplina baseada na erudição, não na teoria. Nos manuais universitários de finais do século XIX,¹¹³ no quadro sinóptico que pretendia dar conta do conjunto dos estudos históricos, eram enumeradas como “ciências auxiliares da história”: a geografia, a cronologia, a arqueologia, a epigrafia, a numismática, a diplomática, a paleografia, a genealogia, a heráldica. Nenhuma palavra sobre a economia ou, pelo menos, sobre a sociologia (no entanto já consolidada na área acadêmica). Isso mudou na virada para o século XX.

Seu exemplo, talvez principal, foi Henri Berr,

¹¹² Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

¹¹³ Cf. Jean Möller. *Traité des Études Historiques*. Louvain, Librairie de Ch. Peeters, 1887.

historiador francês precursor da *École des Annales*, com sua proposta de “síntese histórica”, desenvolvida a partir de 1900 na *Revue de Synthèse Historique*, que abalou o terreno da história acadêmica e preparou as mudanças na historiografia que atingiram seu ponto alto com Marc Bloch e Lucien Febvre: “O erudito leva a cabo uma tarefa indispensável, preparando os materiais dos que a ciência precisa para constituir-se, sem os quais a síntese não seria outra coisa que metafísica ou literatura. Não se poderia opor a erudição à síntese histórica, do mesmo modo que, nas ciências da natureza, não se opõe a observação à generalização. Uma repousa sobre a outra.

“Para a história ‘historizante’ as coisas são diversas. É uma forma de história que, se bastando a si mesma, pretende também bastar para o conhecimento histórico. Buscar causas particulares dos fatos particulares não é um trabalho *científico*, é só descritivo (mas) buscar o papel de certas causas que, intervindo de modo geral no decurso dos fatos humanos, não poderiam deixar de ter agido, esse trabalho, verdadeiramente científico, deve repousar sobre um estudo prévio da causalidade, sobre o conhecimento das diversas ordens de causa, sobre um método consciente, isto é, sobre a teoria ou a lógica da história”.¹¹⁴

A inovação teórica realizada por Marx foi longamente ignorada na academia, mas finalmente “contagiou” a historiografia institucional: “toda história é história contemporânea” (ou, nas palavras de Fernand Braudel, “o novo programa de história dos últimos anos apresenta-se como uma explicação do mundo atual”). No entanto, a definição marxiana do capitalismo como a forma histórica mais desenvolvida da produção social apareceu nessa historiografia, como veremos adiante, desprovida de seu caráter histórico, ou seja, das rupturas (mudanças qualitativas) que lhe deram origem. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco, mas *não* é a anatomia do macaco.

Os resultados teóricos mais gerais obtidos pelas ciências sociais e do “espírito” anteriores e contemporâneas a Marx se baseavam na consideração não histórica das relações sociais e econômicas da era capitalista. Na época em que Marx as estudou esse traço não correspondia necessariamente a uma lógica apologética do capitalismo, pois atendia às necessidades

¹¹⁴ Henri Berr. *L'Histoire Traditionnelle et la Synthèse Historique*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1921.

ideológicas da luta da burguesia contra o Antigo Regime. Na medida em que as relações sociais capitalistas se foram convertendo em freios do desenvolvimento das forças produtivas sociais, foram os aspectos ideológicos da ciência social os que começaram a adquirir primazia. Para superá-los, a *crítica da economia política* se constituiu no núcleo duro central da nova teoria social, no seu ponto de irradiação para todos os campos do pensamento.

4. CAPITALISMO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA

A indústria fornece o material que a poupança acumula (Adam Smith, **A Riqueza das Nações**, 1776)

Dizemos que se trata de uma sociedade, e saímos por aí professando abertamente a mais completa separação, o mais completo isolamento. Nossa vida não é de ajuda mútua, mas sim – disfarçada sob as chamadas leis da guerra, batizadas de “competição justa” e coisas do gênero – de hostilidade mútua. Por toda parte esquecemos totalmente que os pagamentos em dinheiro não são a única relação entre os seres humanos (Thomas Carlyle, **Past and Present**, 1843)

Essa economia política, ou ciência do enriquecimento, nascida da inveja mútua e da ganância dos mercadores, traz na testa a marca do mais detestável egoísmo (Friedrich Engels, **Outlines of a Critique of Political Economy**, 1843)

A passagem da economia feudal para uma economia crescentemente mercantil, e posteriormente para a economia capitalista, determinou o nascimento da moderna disciplina econômica, a “economia política”, tornada necessária para compreender e dominar as novas forças históricas em ação. Segundo Charles Gide, a primeira obra em que o termo *economia* foi usado em seu sentido moderno foi o *Traicté d'Économie Politique*, de Antoine de Montchrétien, dramaturgo de profissão, publicado em 1615. O conceito já existia nos antigos gregos, derivado de *oikos* (‘casa’, originalmente, ou ‘lar

familiar'; o termo *economia* tem essa raiz etimológica e nomotética: *oikos-nomos*), tornada conhecida pela *oikonomia* de Xenofonte, transformada em sua tradução para diversas variantes do latim medieval em "aconome" (usada em 1337), ou "yconomie" (usada em 1370).

Os antigos gregos, porém, entendiam-no principalmente como *economia doméstica*. O qualificativo de *política*, usado por Montchrétien, indicava que já não mais se tratava da economia "do lar" (privada), mas daquela da sociedade (*polis*); essa nova denominação coincidia com outra transição histórica: o surgimento dos Estados modernos ainda sob a sua forma pré-nacional ou territorial-absolutista. A moderna *economia política* buscou realizar a união do *oikos* e da *polis*, tentando eliminar a oposição entre interesse (ou vida) privado, e interesse (ou vida) público ou, em termos de filosofia moral, entre egoísmo e altruísmo.

O texto de Montchrétien precedeu em mais de um século à obra do depois considerado - "com exagero", segundo Gide - o "pai da economia política", *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, filósofo moral da Universidade de Glasgow (assim, a economia moderna teria sido inventada, ao longo de um século, por um dramaturgo e por um moralista, atividades com mais de um ponto em comum). No curso universitário seguido por Adam Smith na Universidade de Glasgow, em meados do século XVIII, o estudo da ética compreendia: "1. A doutrina dos direitos privados, ou as leis predominantes na liberdade natural; 2. *Oeconomicks*, ou as leis e direitos dos diversos membros de uma família; 3. *Politicks*, mostrando os diversos planos do governo civil, e os direitos de cada estado em relação aos outros".¹¹⁵ O gênio do moralista escocês consistiu, como veremos, em unir o segundo e terceiro aspectos, sobre a base do primeiro, em uma síntese superadora, transformando-os na base da economia moderna.

A limitação tradicional atribuída ao conceito de economia nos antigos gregos não levou em conta que o conceito já possuía neles um caráter *social*, embora limitado pelo horizonte doméstico da economia grega, que ainda marcou Aristóteles, o filósofo que de modo mais abrangente formulou o alcance do *oikos* como sinônimo de interesse privado geral, "de família", no mundo antigo: "O horizonte dessa economia era rigidamente doméstico, seja como referida ao *oikos*, seja como

¹¹⁵

Ian Simpson Ross. *Op. Cit.*, p. 99.

direcionada a uma *polis* que, se não pode ser reduzida a uma soma de famílias, na medida em que se propunha finalidades de crescimento e de desenvolvimento moral que diziam respeito ao Estado enquanto tal, no plano da esfera das necessidades não estava longe ainda da totalidade da soma das necessidades das muitas famílias que o compõem”.¹¹⁶ Em Aristóteles, a economia era, como em Platão, indissociável da ética.

Para os filósofos clássicos gregos, o enriquecimento pessoal fugia da “economia”, e era assunto sem interesse para a filosofia, pois pressupunha um desequilíbrio carente de lógica entre produção e posse de bens e satisfação das necessidades gerais da sociedade. Platão associou a organização ideal da *polis* à felicidade coletiva baseada na divisão social do trabalho e na propriedade comum dos bens (isto é, a propriedade comum dos cidadãos, o que excluía os escravos). Aristóteles, por sua vez, “distinguiu entre dois tipos de atividades econômicas. Uma delas, a que chamou de doméstica, envolvia a produção e consumo de tudo o que os seres humanos necessitavam para viver. A quantidade de alimento de que alguém precisa é medida pela necessidade natural e não pelo desejo, isto é, existem limites naturais à quantidade de alimento que alguém consegue ingerir...

“A produção, a distribuição e o consumo de alimentos era uma atividade econômica humana natural e, uma vez que era natural, era boa. Uma virtude semelhante aplicava-se às roupas, às casas e produtos similares... O outro tipo de atividade econômica (era) o comércio a varejo (que) não se encontrava sujeito a limites naturais. A medida desse comércio era o dinheiro, e não há limite natural para a quantidade de dinheiro que se pode desejar; o comércio a varejo não era natural. O pior tipo de comércio a varejo era o próprio dinheiro... comercializá-lo, emprestá-lo com juros, não trazia qualquer tipo de bem, sendo por isso tal atividade

¹¹⁶ Em Platão, “o sentido da economia não reside em si mesma, mas em outra parte; o momento econômico não possui em si mesmo o próprio valor, nem o próprio fim, mas reside na realidade ética-política que se expressa e manifesta nele” (Giovanna Fabris. Economia di sussistenza, rapporti di scambio e istituzioni politiche. Un’indagine su Platone. In: Luigi Ruggiu. *Genese dello Spazio Economico*. Naples, Guida Editori, 1982).

completamente antinatural”.¹¹⁷ A concepção aristotélica sobreviveu, adaptada, no Império Romano e na cristandade medieval.

Embrionário nos filósofos, o conceito do “econômico” era implícito nos historiadores gregos, pois a ideia de um desenvolvimento econômico desigual das sociedades pode ser traçada até eles. Tucídides, por exemplo, já se referia à disparidade entre a sua civilização e os “povos bárbaros”, situados numa etapa inferior de desenvolvimento econômico-social, como fundamento para a compreensão da diversidade histórica.¹¹⁸ Não existia, porém, no mundo antigo, um espaço econômico autônomo e, portanto, uma reflexão autônoma sobre a economia. Essa reflexão surgiu embrionária, ainda não separada do todo ético-político, no momento em que a crise da sociedade grega deu à luz a filosofia grega clássica, na polêmica contra os sofistas, os quais, no entanto, “como corrente descobriram, na Grécia, o significado e a importância das relações sociais e econômicas; a essa corrente deve-se creditar a descoberta da cisão criada na Grécia, na virada do século V a.C, entre momento político e momento econômico-social do viver”.¹¹⁹

¹¹⁷ Charles Van Doren. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012, p. 286.

¹¹⁸ Ou seja, uma correspondência entre desenvolvimento econômico e cultural. Chamou-se, nesse sentido, “lei da correspondência” à que estabelece esse vínculo: “A lei da correspondência foi descoberta na Antiguidade, de modo parcial, e se encontra em muitas das obras mais importantes das ciências sociais produzidas depois. Em termos gerais, postula que os diversos níveis da atividade social do homem formam uma totalidade, na qual as transformações operadas em um nível, econômico, político, ideológico, etc, repercutem nos outros níveis, gerando câmbios correspondentes, que tendem a manter a coerência do conjunto. Tucídides explicou em forma análoga à de muitos autores de nossos dias os processos históricos em função das forças econômicas, e afirmou que a ascensão dos caudilhos políticos chamados tiranos que substituíram os monarcas hereditários na etapa de maturidade da *polis* grega, foi resultado do desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a historiografia grega do século V a.C. já mostrava consciência da relação dos processos econômicos com os políticos” (Manuel Cazadero. *Desarrollo, Crisis e Ideologia en la Formación del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986).

¹¹⁹ Luigi Ruggiu, *Op. Cit.* Marx, em *O Capital* (vol. I, Livro 1), afirmou que “Aristóteles não podia formular a teoria do valor-trabalho

Platão, crítico dos sofistas como seu mestre Sócrates, “tentou apaixonadamente resolver o problema criado, no mundo grego, pelo desenvolvimento da riqueza comercial. Discípulo de Sócrates, Platão adotou um ponto de vista moral: seria preciso eliminar da vida social toda possibilidade de cometer ações que contaminassem e corrompessem a alma humana, em primeiro lugar toda atividade comercial; mas, com singular e significativa contradição, quer também conservar tudo que de bom garantem as instituições do seu tempo, isto é, a igualdade dos cidadãos perante a lei, sem nenhum privilégio de nascimento”.¹²⁰ Daí a fazer de Platão o primeiro “comunista” ou o primeiro formulador do projeto de uma sociedade totalitária foi só um pulo, que não poucos ousaram (inconveniente e inadequadamente) dar.

Para Aristóteles, por sua vez, a economia não derivava do caráter ilimitado das necessidades ou das aspirações do ser humano, e da escassez (absoluta ou relativa) de bens. O intercâmbio comercial surgia, para ele, do desejo *não natural* de fazer dinheiro (desejo ilimitado pela sua própria natureza), enquanto os preços deveriam ser regulados de acordo com as normas da “justiça”: essa formulação o condenava a um impasse no desenvolvimento da reflexão, embora “Aristóteles tentasse dominar teoricamente os elementos de um novo e complexo fenômeno social no seu *statu nascendi*. A economia, quando pela primeira vez atraiu o interesse filosófico, na forma do intercâmbio comercial e da variação de preços, estava já destinada a seguir seu próprio caminho, em direção da sua realização, vinte séculos depois. No embrião, Aristóteles antecipava o modelo completamente desenvolvido”.¹²¹ No mesmo período, e no mesmo movimento intelectual, surgia na Grécia a noção de *história*, separada do relato mítico ou da crônica “sem tempo”, próprios das antigas civilizações orientais (com sua continua repetição dos ciclos econômico-naturais), dotada de um *tempo* e de um *continuum* específico.

porque a sociedade grega se baseava no trabalho servil, portanto tinha como base natural a desigualdade entre os homens e sua força de trabalho”.

¹²⁰ Henri Denis. *Storia del Pensiero Economico*. Milão, Mondadori, 1980.

¹²¹ Karl Polanyi. *Aristotele scopre l’economia*. In: Mario Vegetti. *Marxismo e Società Antica*. Milão, Feltrinelli, 1981.

O “pulo de gato” geralmente dado a partir da poética “luz grega” (e da sua “prosaica” codificação romana, segundo Hegel) diretamente para o Iluminismo e a modernidade europeia (com sua filha temporã, a economia política clássica), sobrevoando o “hiato medieval” no estudo da história do pensamento econômico e político, não é só uma injustiça para com os pensadores (cristãos) da Idade Média europeia. Ele é, principalmente, uma omissão de natureza eurocêntrica para com o pensamento da civilização bizantina, e, sobretudo, da civilização árabe (ou “islâmica”, incluindo os povos não árabes, como os indianos) clássica,¹²² tradicionalmente identificada com o fatalismo religioso ou com a violência fanática (ou “bárbara”), identidade desmentida pela presença, já desde o século VIII da era cristã (ou século I da Hejira), de “um forte espírito crítico no domínio religioso no seio dessa civilização”,¹²³ com representantes como o escritor Ibn al-Muqaffa.

A herança intelectual grega sobreviveu no Império Bizantino, e foi retomada pelos pensadores árabes desde o século X (Ashrite al-Gazali, Averroes, Avicena, etc.). Na visão tradicional, ainda vigente, “os árabes não tiveram uma arte, uma ciência, uma filosofia própria, assimilaram tudo dos gregos, dos egípcios, dos bizantinos, embora soubessem fundir e reelaborar o todo na sua própria língua”.¹²⁴ “Fundir e reelaborar” significa também *criar*; a língua árabe foi a do Islã, o credo que permitiu unificar as energias dispersas de uma região que já possuía, no entanto, uma unidade cultural precedente: “Os últimos imperadores romanos elevaram o cristianismo até a categoria de credo universal, mas seus decretos não tiveram o mesmo efeito nas rotas de caravanas que

¹²² A identificação da civilização árabe com a religião islâmica se deve a que foi após a morte do profeta Maomé, em 632, que a Arábia foi unificada. A partir dessa união, foi iniciada a expansão do império árabe. Os seguidores do Alcorão expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Em 711, dominaram grande parte da península ibérica, espalhando sua cultura pela região da Espanha e Portugal. Em 732, foram vencidos pelos francos, que barraram a expansão islâmica pelo norte da Europa. O “império” islâmico foi perdendo sua força expansiva, nos séculos sucessivos e sob o domínio cada vez mais conflitantes e conflitantes dinastias.

¹²³ Dominique Urvoy. *Les Penseurs Libres dans l'Islam Classique*. Paris, Flammarion, 1996.

¹²⁴ Ferdinando Schettino. *Medio Oriente. L'epicentro della storia*. Roma, Idea, 2008.

viajavam para o Oriente. Em finais do século V d.C. a fé religiosa na Arábia evoluíra em direção de um fervente pluralismo. Havia comunidades judias e cristãs, mas muitos beduínos adoravam ídolos transportáveis, árvores e pedras... centenas de deidades para se encomendar, deuses lunares, deuses das viagens e lendas sobre deuses celestiais. Sobretudo na Meca, a metade caminho de uma das principais rotas comerciais, se organizavam encontros religiosos.

“Os promotores da cidade logo perceberam que uma única feira religiosa anual, com todas as deidades, despertaria mais atenção e mais renda. O rito anual, transformado no *hajj* com o nascimento do Islã, começou sendo uma tumultuosa feira devota a centenas de deuses... Um deles – um deus de deuses, não representado por nenhum ídolo – chamava-se Alá. Ainda antes das revelações do Corão, Maomé convenceu-se de que Alá era o único deus verdadeiro, e que as centenas de ídolos adorados na região eram falsos”. Nascia assim a terceira religião mundial monoteísta, que manifestou nos seus primeiros séculos uma vitalidade e impulsão expansionista sem par na história. Seis séculos depois, no entanto, “os príncipes egípcios e otomanos obtiveram o controle do *hajj* a partir do século XIII; seu estilo lembrava o dos festivais pré-islâmicos: marchas, festas opulentas e uma ênfase manifesta no proveito econômico”.¹²⁵

Antes disso, durante seu período de conquistas e expansão, a cultura árabe ampliou seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, sem limitar-se a “passá-las adiante”, pois também as desenvolveram *qualitativamente*, inclusive no domínio da história e da economia. No período de declínio da civilização islâmica, quatro séculos antes de Adam Smith, Ibn Khaldun (nascido em Túnis, em 1332), considerado o primeiro “historiador universal” (isto é, do seu “universo” acessível, o universo mediterrâneo da expansão do islamismo), submeteu a história dos povos mediterrâneos à análise explícita de seus fundamentos sociais e econômicos. Ibn Khaldun fez isso numa obra que manteve a tensão entre a razão analítica e a visão profética (islâmica), o que não lhe impediu pesquisar os fundamentos pré-islâmicos da civilização árabe.

Ibn Khaldun se propôs construir um “discurso sobre a história universal”, a partir da história do mundo islâmico do

¹²⁵ Steve Coll. *Los Bin Laden*. Una familia árabe en un mundo sin fronteras. Barcelona, RBA, 2008, pp. 90-91.

Norte da África: “Ibn Khaldun se inclina com maior frequência pela estrutura dos grupos do que pela personalidade dos grandes personagens. Sem subestimar a importância das forças espirituais, mostra os fatores materiais que fazem delas forças políticas atuantes. Ibn Khaldun prefere uma história singularmente prosaica, na qual os grandes acontecimentos nascem do fundo constituído pela vida econômica e organização social, à uma História trágica, grandiosa, a História dos príncipes e das batalhas”. Antes do Iluminismo europeu, ele fez a primeira reflexão sistemática acerca da dinâmica, progressiva ou regressiva, da sociedade humana, reflexão que ficaria geograficamente confinada devido à limitação da expansão (e, posteriormente, derrota e colonização pelas potências europeias) da sociedade “islâmica”: “Embora consagrada à África do Norte, a obra de Ibn Khaldun apresenta uma significação universal. Ao estudar porque, nessa região, uma sucessão de peripécias históricas não conseguiu provocar, no longo prazo, uma verdadeira evolução histórica, Ibn Khaldun descreveu uma das formas do fenómeno do bloqueio estrutural que, com exceção da Europa ocidental, conheceu durante séculos o mundo inteiro”.¹²⁶

Ibn Khaldun se tornou pensador universal não só pelo

¹²⁶ Ibn Khaldun “evita a alegoria, o emprego do termo nobre ou poético, para utilizar um vocabulário técnico (numa) obra de reflexão, um esforço de investigação e compreensão. Esse estilo não é consequência da pouca habilidade do autor: Ibn Khaldun nos deixou fragmentos de uma poesia refinada, escritos com irreprochável elegância de estilo. Sua obra (histórica), ao contrário de Tucídides, não está em modo algum animada pelas preocupações artísticas. Ibn Khaldun não se detém em descobrir as molas eternas da alma humana, nem em desenvolver, nos «discursos», a profunda verdade de alguns grandes atores de uma tragédia. Não se preocupa tanto dos «grandes» acontecimentos, dos protagonistas prodigiosos e de seu comportamento psicológico, como da evolução social e de seus mecanismos gerais, obscuros e desprovidos de todo prestígio trágico” (Yves Lacoste. *El Nacimiento del Tercer Mundo: Ibn Jaldun*. Barcelona, Península, 1971, p. 11). Sobre Ibn Khaldun, ver também: Anouar Abdel Malek. Ibn Khaldun, fundador da ciência histórica e da sociologia. In: François Chatelet (ed.). *História da Filosofia*. Vol. 2: A filosofia medieval. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 130-151; e, sobretudo: Claude Horrut. *Ibn Khaldûn, um Islam des “Lumières”?* Bruxelas, Complexe, 2006. Na coletânea de Chatelet, Ibn Khaldun é situado anacronicamente no meio da filosofia medieval (europeia): a classificação moderna não conseguiu fugir à ordem eurocêntrica.

escopo geo-histórico de seu objeto, mas pela profundidade de seu tratamento conceitual. Ele escreveu sua obra durante o canto de cisne da expansão da civilização islâmica, provavelmente impelido por ele: “O Islã foi um produto necessário da história, instrumento do progresso humano. Surgiu como a ideologia de uma relação social nova que revolucionou a mente do homem. Mas da mesma maneira em que tinha subvertido e substituído culturas mais velhas e deterioradas, no curso de tempo, o Islã, por sua vez, foi ultrapassado também por desenvolvimentos sociais novos e em consequência teve que repassar sua liderança espiritual para outras ideologias, produto de condições mais novas. Mas contribuiu para a criação de instrumentos ideológicos novos, que provocaram a revolução social subsequente. Esses instrumentos eram a ciência experimental e a filosofia racionalista. Se deve creditar à cultura islâmica por ter sido instrumental na promoção da ideologia de uma nova revolução social”.

Segundo o mesmo autor: “O modo capitalista de produção salvou a Europa do caos do barbarismo medieval. Lutou e no final das contas derrotou a teologia cristã e o monopólio espiritual da Igreja Católica com a arma potente de sua filosofia racionalista. Esta arma, inventada pelos antigos sábios da Grécia, veio à posse dos fundadores de civilização moderna através dos estudiosos árabes, que não só tinham preservado o precioso patrimônio, mas também o enriqueceram. A batalha histórica, começada pelos nômades do deserto árabe, sob a bandeira religiosa do Islã, foi lutada passo a passo através de mil anos espalhados nos três continentes, para ser ganha finalmente na Europa sob o padrão profano do Iluminismo do século XVIII e da revolução burguesa”.¹²⁷ A civilização árabe (ou islâmica, considerada sua extensão na África, na Índia e na Insulínda), certamente, não se limitou, como muitos ainda supõem, a preservar e transmitir a herança da Antiguidade clássica, como se fosse um bibliotecário que empregasse sete séculos para por ordem em seus volumes, ou

¹²⁷ M. N. Roy. Historical role of Islam: an essay on islamic culture. In: *Marxists Internet Archive* [2006]. Manabendra Nath Roy ((1887-1954) [nascido Narendra Nath Bhattacharya], escritor e dirigente político indiano, co-redigiu, com Lênin, em 1922, as “teses sobre a questão nacional e colonial” da Internacional Comunista. Foi também fundador do Partido Comunista Mexicano.

como se a invenção do zero e da álgebra (bases epistemológicas de todas as ciências exatas modernas) fossem meros detalhes secundários.

No *Al-Muqaddimah* ("prolegômenos" ou "Introdução à História Universal"),¹²⁸ Ibn Khaldun situou no *trabalho* a origem da riqueza humana: "Tudo vem de Deus. Mas o trabalho humano é necessário para a sobrevivência do homem": "A história tem como objeto o estudo da sociedade humana, ou seja, da civilização universal. Versa sobre tudo o que se refere à natureza desta civilização, isto é: a vida selvagem e a vida social, as particularidades devidas ao espírito de clã e as modalidades pelas quais um grupo humano domina outro. Este último ponto conduz ao exame do nascimento do poder, das dinastias e das classes sociais. Na sequência a história se interessa, também, pelas profissões lucrativas e pelas maneiras de se ganhar a vida, que formam parte das atividades e dos esforços do homem, assim como pela ciência e pelas artes; enfim, tem por objeto tudo o que caracteriza a civilização".

O texto de Ibn Khaldun se estrutura em seis grandes capítulos, que estudam a civilização humana em geral, as nações selvagens (a civilização beduína), a monarquia e a função pública, a civilização sedentária (vilas e cidades), a economia e, finalmente, as ciências e o saber. Essa visão vinculava os fatos da história a um conjunto de fatores globais: a sociedade, o clima, a religião, a cultura; e analisava detidamente as causas complexas dos acontecimentos. A crise da civilização árabe impediu que a obra de Ibn Khaldun tivesse continuidade. Mas cabe constatar que, no pensamento histórico e filosófico, nos países árabes se colocaram, antes do que no próprio "Ocidente", as questões (separação da ciência da religião, independência e autossuficiência do pensar e do fazer humano, separação da esfera público-estatal da esfera religiosa) que o Renascimento italiano e o Iluminismo colocariam como base ideológica da modernidade secular e, finalmente, das revoluções democráticas.

A *divisão do trabalho* (base do progresso na economia política smithiana) já se encontrava presente na reflexão do pensador árabe: "O que é obtido através da cooperação de um grupo de seres humanos satisfaz as necessidades de um número muitas vezes maior do que o desse grupo". A

¹²⁸ Ibn Jaldún. *Introducción a la Historia Universal*. Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

prosperidade geral e a habilidade específica progrediam conjuntamente com a especialização. Ibn Khaldun foi ainda mais longe: os aumentos da produtividade baseados na especialização eram determinados pelo tamanho do mercado (ou, nas suas palavras, “pelo grau de civilização [urbana]”). A especialização (divisão do trabalho), assim, era filha da *demand*a, ideia que a economia política “europeia” demoraria ainda 400 anos para formular. Daí, para Khaldun, a prosperidade maior nas cidades do que no campo. Os elementos teóricos, como se vê, já estavam presentes em Khaldun, mas, na civilização islâmica, a economia não se constituiu ainda como *sistema* teórico independente, uma “especialização” que precisou aguardar o desenvolvimento maior da economia mercantil na Europa (e, a partir desta, no mundo todo) até se transformar em economia *capitalista*.

Charles Gide identificou, no específico contexto europeu, o acontecimento histórico que permitiu, ou melhor, *criou* (por suas implicações econômicas) a necessidade do desenvolvimento da economia política como disciplina autônoma: “A descoberta da América provocou, pela primeira vez, no decorrer do século XVI e, sobretudo, do século XVII, a elaboração de uma verdadeira teoria econômica, de um *sistema*, ou seja, que os conselhos [dos sábios] tomaram a forma de um conjunto de preceitos coordenados e arrazoados”.¹²⁹ As viagens interoceânicas sistemáticas criavam as condições materiais para a existência do *mercado mundial*, que criou o espaço econômico para a emergência do *capital* como relação social dominante, ou seja, para a completa separação do momento econômico das restantes esferas da produção e reprodução da vida social.

A lógica histórica do capitalismo foi o desenvolvimento *dialético* (isto é, baseado em negações e rupturas sucessivas) de sua gênese histórica: “Não há dúvida de que as grandes revoluções do século XVI e XVII, assim como as descobertas geográficas e suas consequências no comércio e no desenvolvimento do capital mercantil, constituem um fator que acelerou a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. A base deste último é o próprio mercado mundial. Por outro lado, a necessidade imanente do capital de produzir numa escala cada vez maior incitou para uma expansão

¹²⁹ Charles Gide. *Principes d'Économie Politique*. Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1916.

permanente do mercado mundial, de maneira que não é mais o comércio que revoluciona a indústria, mas o contrário”.¹³⁰

De *instrumento* da expansão comercial, a indústria passou a ser sua mola propulsora: essa inversão da função econômica da indústria marcou a passagem do capitalismo comercial para o modo de produção capitalista. A primeira economia política europeia (chamada de “clássica”) carecia, no entanto, desse enfoque dialético. Adolphe-Jerôme Blanqui, economista francês do século XIX, assinalou que as viagens interoceânicas, junto com a pólvora e a impressão de textos, mudaram a face da Europa, dando lugar a um “processo de regeneração social”, em face do qual se tornava incompreensível que se datasse o nascimento da economia política só no final do século XVIII (com Adam Smith), intuindo que “o erro geral deriva-se de que os escritores do século XVIII acreditaram ter achado o segredo da ciência social, porque analisaram, com sagacidade até então desconhecida, alguns fenômenos essenciais da produção”.¹³¹ Essa “sagacidade” vinculava-se a processos históricos que tinham sua base em uma revolução em curso na área da produção.

A revolução da ciência econômica do século XVII foi produto de processos seculares cumulativos, não exclusiva nem principalmente europeus, tal como aconteceu em outras áreas do saber e da produção material. A pólvora foi inventada pelos chineses vários séculos antes de seu uso bélico pelos europeus ocidentais, que também não tiveram o primado mundial das viagens interoceânicas. O carvão mineral, combustível da Revolução Industrial inglesa, era usado na China pelo menos três séculos antes daquela, as chamadas “pedras de fogo” descritas por Marco Polo.¹³²

A imprensa, por sua vez, não foi inventada por Gutenberg (1398-1468); cinco séculos antes dele os chineses já tinham desenvolvido a técnica de carimbar textos em papel (este também uma invenção chinesa). Gutenberg inventou sim a produção profusa e barata de tipos gráficos com base numa liga

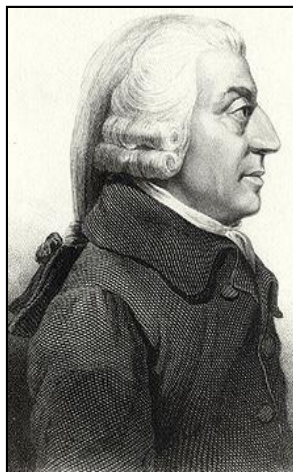
¹³⁰ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

¹³¹ Adolphe-Jerôme Blanqui. *Histoire de l'Économie Politique en Europe*. Depuis les anciens jusqu'à nos jours. Paris, Librairie Guillaumin, 1882. O autor era irmão do célebre revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui.

¹³² Nayan Chanda. *Sem Fronteira*. Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização. Rio de Janeiro, Record, 2011, p. 229.

de chumbo, antimônio e estanho, trabalhada com martelo, punção, buril e cinzel, técnicas já usadas na ourivesaria medieval. O livro já tinha evoluído, na sua época, do rolo para a pilha de folhas costuradas na margem (códex). A invenção de Gutenberg democratizou o acesso ao saber, afrouxando o privilégio aristocrático e clerical do conhecimento de fatos e ideias. A imprensa de tipos móveis facilitou, sobretudo, a difusão de ideias novas em todos os campos, religioso, científico e político e econômico.

A “revolução intelectual” europeia do século XVIII teve lugar sobre a base de conhecimentos preexistentes, inclusive no que respeita ao uso de categorias econômicas, mas também criando algo novo, correspondente ao novo tipo de produção tendencialmente dominante. A gênese da economia política moderna se situa na operação teórica realizada pelos seus primeiros expoentes, os economistas chamados “clássicos”, protagonistas de uma *ruptura epistemológica*, pois eles a transformaram de ramo da arte do governo (como era para mercantilistas e fisiocratas) em disciplina que passou a indagar a coerência profunda de sistemas lógicos abstratos. Smith e Ricardo foram os primeiros que colocaram as hipóteses que, ao reduzir o sistema a elementos simples, permitiram submetê-lo à análise lógica abstrata. A economia começou a estruturar-se como ciência a partir da formulação dos fisiocratas na França, com Turgot e Quesnay. Entretanto, só teve uma sistematização satisfatória a partir de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776.



Adam Smith

Esse salto teórico foi parte de um fenômeno mais geral: “O que foi o que deu unidade às ideias sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade nascidas na Europa no incrível século que vai da revolução inglesa à revolução francesa, ideias denominadas tradicionalmente como Ilustração?

Fundamentalmente, foi um interesse comum: aplicar ao estudo do homem e da sociedade esses métodos ‘científicos’ de investigação que haviam demonstrado recentemente seu valor e importância no campo das ciências naturais. O principal suposto dos ‘filósofos’ franceses e escoceses era que, ao igual do que acontecia no reino físico, na sociedade e na história todas as coisas estavam unidas por uma intrincada corrente de causas e efeitos, e que desentranhá-la era a principal tarefa dos que se dedicavam ao estudo do homem e da sociedade, os científicos sociais (sob a ideia de que) o que acontecia na história era resultado da ação humana, mas não a execução de um plano humano”.¹³³

A humanidade se emancipava da submissão à providência divina, para incluir-se na natureza e na história, e estas dentro do campo da ciência. O projeto enciclopedista estava animado pelo mesmo espírito de sistematização que incorporava os conhecimentos oriundos das ciências físico-naturais assim como os que ulteriormente seriam postos na área das “ciências humanas”: “O projeto de reunir todos os conhecimentos humanos estruturando-os em torno da nova fé ilustrada no homem e na natureza apareceu na França na primeira metade do século XVIII, expressa por homens e grupos em aparência diversos e longínquos. Chegavam até essa ideia pelo comum desejo de uma grande prova de força, que animava a todos. Sabiam que estavam vivendo um momento excepcional da história: finalmente chegara o século das luzes, era natural que nascesse o sonho de erigir um grande monumento em que ficassem registrados todos os frutos da atividade humana, que atingia seu cume, consciente de si mesma e liberada dos obstáculos que nos séculos passados tinham entravado seu livre desenvolvimento”.¹³⁴

¹³³ Ronald Meek. *Los Orígenes de la Ciencia Social*. Madrid, Siglo XXI, 1981.

¹³⁴ Franco Venturi. *Los Orígenes de la Enciclopedia*. Barcelona, Crítica, 1980, p. 14; “A história da cultura revela-se dividida em dois grandes períodos, um caracterizado por uma submissão geral da ciência físico-natural à filosofia, este submetida por sua vez à teologia,

A formulação fisiocrata e as ulteriores formulações clássicas, foram expressões teóricas do liberalismo *econômico*: a presença do Estado na economia deveria ser reduzida: o mercado deveria ser deixado ao jogo de suas livres forças (*laissez-faire, laissez passer*).¹³⁵ A doutrina *liberal* surgiu na época do iluminismo contra o Estado absolutista: indicava que a razão humana e o direito inalienável à ação e realização própria, livre e sem limites, eram o melhor caminho para a satisfação dos desejos e necessidades da humanidade. Esse otimismo da razão exigia não só a liberdade de pensamento mas também a liberdade política e econômica. O liberalismo político abriu o caminho ideológico para o liberalismo econômico, postulando uma via para o progresso da humanidade a partir da livre concorrência de indivíduos, contrária às determinações impostas pelas autoridades (religiosas ou estatais) sobre a conduta do indivíduo, tanto no campo moral como no material, devido à sua desconfiança básica em relação a todo o tipo de obrigação coletiva. A atomização (individualização) da sociedade era a base do pensamento liberal.¹³⁶

O liberalismo político fundamentou-se na necessidade de *equilibrar* os sentimentos humanos guiados pela irracionalidade: a superação do feudalismo e do jusnaturalismo auxiliou as primeiras declarações de direitos individuais; a “paixão liberal” se concentrou na formulação dos direitos fundamentais do indivíduo, isoladamente considerado. O

o outro pela progressiva aquisição de autonomia das ciências, no quadro de uma tendência para a laicização de todo tipo de saber” (Umberto Cerroni. *Introducción a la Ciencia de la Sociedad*. Barcelona, Crítica, 1978, p. 11). Cf. também: Owen Chadwick. *The Secularization of the European Mind in the 19th Century*. Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1993.

¹³⁵ A expressão indica a origem francesa da doutrina: “Essa ‘seita’ [os fisiocratas], e não [Adam] Smith, insistia em que o *laissez faire*, a completa liberdade de comércio, era necessário para reconduzir a economia ao seu curso natural. [Smith] achava que em geral a ‘seita’ era doutrinária em sua preferência pela agricultura em detrimento da indústria e do comércio” (Ian Simpson Ross. *Op. Cit.*, p. 25).

¹³⁶ Na sua tese de doutorado (de 1842), Marx tratou da filosofia da natureza de Epicuro em oposição ao atomismo mecanicista de Demócrito, na medida em que a primeira permite pensar a liberdade humana. Epicuro era qualificado como o iluminista da Antiguidade: na sua crítica a Demócrito, Marx indica os limites da concepção filosófica atomística e, por extensão, da liberdade do indivíduo singular abstrato.

surgimento de uma burguesia capitalista acompanhou a gênese dos “direitos individuais”.¹³⁷ A ideia liberal teve enorme vigência histórica, porque atacou diretamente os fundamentos econômicos e ideológicos do Antigo Regime, os entraves que bloqueavam a emergência das novas forças produtivas sociais e de sua ideologia baseada na valorização do esforço e talento individuais, na “carreira aberta para o talento”, sem privilégios de nascença. Apesar da sua semelhança doutrinária “filosófica” (liberal), existe uma relevante diferença entre a abordagem econômica clássica e a abordagem fisiocrata: a inexistência de uma teoria do valor (ou do valor/trabalho) por parte desta última, o que a conduziu à doutrina da produtividade exclusiva da agricultura.

O *Tableau Économique* de Quesnay (1759) opunha as “despesas produtivas” às “improdutivas”, para provar que apenas a indústria agrícola era produtiva, por criar riqueza maior àquela consumida por ela. Na indústria e no comércio, portanto, não havia criação de valor. Haveria três classes sociais, a “produtiva”, dos produtores agropecuários que pagavam receitas aos proprietários; a “dos proprietários”, donos ou usufruidores do solo; finalmente, a classe “estéril”, composta por industriais, comerciantes, artesãos, profissionais liberais. Estes não acrescentavam valor aos produtos extraído do solo. Dai se deduzia que os impostos que pesavam sobre a agricultura deviam ser baixos, o que não se aplicava para as outras atividades econômicas. O pensamento fisiocrata foi o primeiro a configurar um “sistema econômico”, e também o primeiro a classificar as classes sociais pelo seu lugar

¹³⁷ Inicialmente, a desconfiança liberal em relação ao poder partia da constatação de que seu exercício revelava-se corruptor e abusador. Montesquieu escreveu no capítulo IV de *O Espírito das Leis*: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder”. No capítulo IX analisou os méritos da constituição inglesa: “Há em cada Estado três espécies de poderes - o legislativo, o executivo das coisas dependentes do direito das pessoas e o executivo dependente do direito civil”. A este último chamamos hoje de poder judicial. Com essa distinção Montesquieu elaborou uma tipologia dos governos: *despótico*, quando os três poderes estavam concentrados nas mãos de uma única entidade. Quando dois desses poderes se confundiam, classificou o tipo de governo resultante como *moderado*. Se, por fim, os três poderes se distinguiam uns dos outros, o governo seria *livre*, como o da Inglaterra.

econômico, não pelos seus direitos e privilégios políticos de nascença.



Montesquieu

Na segunda metade do século XVIII, Adam Smith superou as formulações econômicas francesas. Seu programa sobre filosofia moral apresentado na Universidade de Glasgow estava subdividido em quatro seções: teologia natural, ética, direito e economia política (termo que já era de uso corrente). Suas duas obras principais, a *Teoria dos Sentimentos Morais* (de 1759) e *A Riqueza das Nações* (de 1776) são a exposição sistemática do segundo e quarto tópicos, e podem ser consideradas respostas ao *selfish system* de Thomas Hobbes, que postulava que o comportamento humano possuía como objetivo central a conservação egoísta de cada indivíduo, sendo o Estado necessário para evitar uma guerra geral exterminadora entre os seres humanos.¹³⁸

Smith “inventou” a economia buscando a *lei objetiva* que conciliasse a busca egoísta da satisfação individual com a defesa do interesse geral (social) – objetivo que ele encontrou na “mão invisível” do mercado. A explicitação dessa lei implicava numa pesquisa aprofundada sobre as relações econômicas e sobre o valor das mercadorias, nas condições de generalização da produção mercantil que eram as de seu tempo histórico. A concepção hobbesiana era moderna, mas se acomodava ainda com o predomínio nobiliário e o absolutismo monárquico: Smith expressou os interesses sociais e ideológicos, nessa altura *científicos*, da burguesia ascendente.

¹³⁸

Cf. Claudio Napoleoni. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

A economia política inglesa superou a fisiocracia francesa postulando o *trabalho* como o fator criador do valor em todas as áreas da atividade econômica. A partir dessa premissa, e só a partir dela, podia surgir uma *teoria econômica geral*. A constituição da economia política como disciplina exigia uma reflexão teórica não diretamente vinculada aos seus efeitos práticos: pagou inicialmente o preço da sua não historicidade, no que se manifestava como uma legítima filha das Luzes, ou seja, da suposta vitória definitiva da Razão na História. O ponto de partida da nova ciência era, por isso, abstrato; Marx viu nisso uma manifestação de uma sorte de “espírito do século XVIII” (ou seja, do Iluminismo na sua forma mais desenvolvida), o individualismo abstrato, o espírito anti-histórico: “O caçador ou o pescador isolado com o qual começam Smith e Ricardo pertencem à imaginação privada de fantasia que produziu as robinsonadas do século XVIII”.¹³⁹ Smith, como depois também David Ricardo, concebeu a acumulação capitalista baseada no trabalho assalariado produtor de mercadorias, mas a relação capital/trabalho não ocupou, nesses autores, o lugar central na análise econômica (como aconteceria com Karl Marx), orientada neles para as relações entre capital fixo e capital circulante, e dirigida a desvendar a formação e dinâmica dos *preços*, não do *valor*.¹⁴⁰

¹³⁹ O mito do homem capaz de sobreviver sem ajuda nem cooperação como indivíduo foi difundido na literatura universal em heróis como Robinson Crusoé, personagem do romance clássico de Daniel Defoe: o homem que conseguiu, sozinho, e através do uso da *razão*, utilizar a natureza a seu favor e sobreviver sem auxílio. Mas o imaginário Robinson Crusoé era um homem adulto, que crescera em uma sociedade complexa, na qual dependia de outras pessoas. Ele aprendeu os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência na ilha deserta através do contato prévio com experiências de outras pessoas, de uma vida em sociedade, e com o conhecimento acumulado de gerações.

¹⁴⁰ Outros autores sustentaram que os precursores da economia política clássica trataram praticamente todos os problemas econômicos: “As ideias estavam, mas o sistema estava ausente. As hipóteses existiam, mas não o paradigma. Ou, para usar uma terminologia kuhniana [do filósofo da ciência Thomas S. Kuhn], os elementos existiam, mas não existia a ‘matriz disciplinar’. A emergência de um paradigma dominante se identifica com o aparecimento de um texto básico, e esta foi a realização de Adam Smith” (Homa Katouzian. *Ideology and Method in Economics*. Londres, MacMillan Press, 1980).

O caráter não histórico da nova disciplina teórica se explicava pela função ideológica da primeira economia política: “O mundo econômico não tem ideologia. A economia burguesa, em sua primeira juventude, combatia pelo fim dos motivos e das representações não econômicas, as ideias metafísicas, morais, religiosas, etc. Se os homens seguissem sua própria natureza (a de serem livres, razoáveis, sociáveis, etc.) ou simplesmente obedecessem a seus interesses pessoais, seus cálculos de prazer e de penalidades, eles renunciariam às concepções atrasadas e difusas, não teriam mais necessidade de religião ou de moral, mas apenas de uma filosofia natural, cujos fundamentos seriam fornecidos pela ciência econômica. Os grandes economistas militavam pela morte das ideologias, do mundo exterior à vida econômica, pelo conhecimento verdadeiro e pela vitória da cultura (termo que surgiu em sua conotação moderna justamente no século XVIII)”.¹⁴¹ Um predecessor do século XVII da economia política clássica, muito inferior teoricamente a ela, James Steuart, podia, como aristocrata consciente de seus (ameaçados) interesses de classe, se situar mais sobre o terreno histórico do que os economistas clássicos posteriores, evitando as ingenuidades atemporais de Smith e Ricardo. A economia política do século XIX devia sintetizar, superando-as, as teorias dos dois séculos precedentes, mas só poderia realizar isso como crítica da própria economia, despojando-a do lastre ideológico com que tinha se desenvolvido até então.

Entre os economistas “clássicos”, por outro lado, existia diferença entre Smith, e Ricardo e Malthus (este, o primeiro catedrático de economia política da Inglaterra), determinada pela Revolução Industrial (e as transformações sociais que ela acarretou): “[Os segundos] já pertenciam ao século dezenove, no qual Ricardo e Hegel descobriram, a partir de ângulos opostos, a existência de uma sociedade que não estava sujeita às leis do Estado, mas, ao contrário, sujeitava o Estado às suas próprias leis. É verdade que Adam Smith tratou da riqueza material como um campo de estudo separado; o fato de fazê-lo, e com um grande senso de realismo, tornou-o o fundador de uma nova ciência, a economia. Apesar disso, para ele a riqueza era apenas um aspecto da vida da comunidade, a cujas finalidades ela permanecia subordinada; ela era um complemento das nações que lutavam pela sobrevivência na

¹⁴¹ Tony Andréani. *Op.Cit.*, p. 49.

história, e delas não podia ser dissociada. Em sua opinião, um conjunto de condições que governavam a riqueza das nações derivava da situação de progresso, estacionária ou declinante, do país como um todo. Outro conjunto derivava da importância da segurança e da estabilidade, assim como da necessidade de equilíbrio de poder. Outro conjunto, ainda, era a política do governo, conforme ela favorecia a cidade ou o campo, a indústria ou a agricultura”.¹⁴²

Para Adam Smith a questão da riqueza tinha o significado do bem estar material do “grande organismo do povo”. O liberalismo econômico não era a época, como explicou Amartya Sen, um fim em si mesmo, mas um meio para atingir o bem-estar. A teoria de Smith não deixava entrever que eram os interesses econômicos dos capitalistas os que organizavam a sociedade, como uma espécie de porta-vozes seculares da providência que governava o mundo econômico. Os economistas posteriores abandonaram os fundamentos “humanistas” (e as conclusões otimistas) de Adam Smith.



David Ricardo

A lei populacional de Malthus e a lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo que, para eles, conduziam à sociedade para a autodestruição (Thomas Malthus) ou para o estado estacionário (David Ricardo), tornaram a produtividade do homem e a fertilidade do solo elementos constituintes de um novo domínio de estudos: a *sociedade econômica*, separada do *Estado político*. Se Adam Smith se situava ainda sobre o terreno do otimismo iluminista do século XVIII, a economia política

¹⁴² Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

moderna propriamente dita, surgida na virada para o século XIX, foi batizada de “ciência do pessimismo”, e marcou um ponto de inflexão em relação ao pensamento iluminista do qual nascera.

O otimismo iluminista, porém, não desapareceu de vez. Na utopia industrial saintsimoniana (e no socialismo dito “utópico” em geral) da primeira metade do século XIX, a negatividade inserida pelos clássicos britânicos na dinâmica econômica se perdeu em uma espécie de retorno ao linear otimismo iluminista. Se Charles Fourier tentava convencer os poderosos do mundo da validade das suas receitas socialistas (cheias de imaginação e de antecipações geniais), Saint-Simon proclamava: “O que na França deve ser aperfeiçoado é a instituição da realeza. Na Inglaterra, deve ser reconstituída a dignidade dos pares. Na França, a realeza deve revestir-se do caráter industrial e abandonar completamente o caráter feudal; na Inglaterra, antes de qualquer outra instituição, é a dignidade dos pares a que deve se despojar inteiramente do caráter feudal, para adotar a marcha industrial”.¹⁴³

Para os saintsimonianos, as reformas políticas acompanhadas do desenvolvimento industrial poderiam dar conta das contradições sociais e abrir uma era de progresso harmonioso de duração indefinida. Os economistas clássicos, mais realistas, incorporavam a ideia de que a economia, enquanto ciência, não podia simplesmente contornar os problemas sociais, e que o objetivo fundamental da disciplina seria o de aumentar a prosperidade geral mediante uma melhor compreensão do seu funcionamento. Adam Smith entendia perfeitamente que a sociedade liberal-mercantil (ainda não chamada de capitalista) compreendia interesses conflitantes. No capítulo VIII de *A Riqueza das Nações*, por exemplo, afirmou que o conflito de interesses entre capitalistas e trabalhadores seria inevitavelmente vencido pelos primeiros. David Ricardo também incorporou à teoria econômica a discussão sobre o conflito de interesses entre as classes, os capitalistas e os proprietários de terra, ao propor a liberação das importações de cereais na Inglaterra. As contradições sociais do capitalismo, porém, não eram para eles um fator decisivo, porque ainda não ocupavam o centro do palco histórico. Mas isso veio a acontecer de modo rápido.

¹⁴³ Conde de Saint-Simon [Claude Henri de Rouvroy]. *Catecismo Político de los Industriales*. Buenos Aires, Aguilar, 1964.

O desenvolvimento econômico desigual dos países europeus e as contradições do próprio capitalismo inseriram finalmente a história no pensamento econômico. A passagem para a *história econômica* deu-se notadamente com o economista alemão Friedrich List, nascido em 1789 (duas gerações depois de Smith, e uma depois de Ricardo), cuja obra principal, o *Sistema Nacional de Economia Política*, foi publicada em 1841, cinco anos antes da sua morte. List, e outros economistas alemães, expressaram teoricamente a emergência do capitalismo alemão e, mais amplamente, o surgimento da *concorrência capitalista entre nações*: “Reconhecendo a liderança de Adam Smith, os economistas alemães se irritaram pelo que consideravam estreiteza insular e autoconfiança da escola ricardiana. Ressentiam em particular a forma como os defensores ingleses do comércio livre supunham tacitamente que uma proposição que fora estabelecida a respeito de uma nação manufatureira, como a Inglaterra, podia ser transmitida sem modificação aos países agrícolas. O gênio brilhante e o entusiasmo nacional de List desfizeram essa presunção, mostrando que os ricardianos tinham prestado pouca atenção aos efeitos indiretos do comércio livre... Na Alemanha, e ainda mais na América, muitos dos efeitos indiretos eram nefastos, esses males eram superiores aos benefícios diretos”.¹⁴⁴

A negação da “teoria das vantagens comparativas” do liberalismo ricardiano pelos economistas alemães teve razões políticas (nacionalistas). List foi acérrimo crítico das teorias livre-cambistas de Adam Smith e do francês Jean-Baptiste Say, que segundo ele só favoreciam a expansão comercial de Inglaterra e França em prejuízo da Alemanha. List, porém, não se limitou a ser um defensor do protecionismo, postulando também uma estratégia de “desenvolvimento integral” para que os países com potencialidades não exploradas chegassem ao nível dos países economicamente mais avançados, o que deveriam fazer como condição de sobrevivência nacional.

¹⁴⁴ Alfred Marshall. *Principles of Economics*. Nova York, Amherst, 1997. Nessa obra, o decimonônico autor inglês, professor em Cambridge e considerado o pai da economia profissional ou “institucional” (até então, a economia fazia parte do currículo de “ciências morais e históricas”), buscou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de economia mais adotado na Inglaterra desde finais do século XIX. John Maynard Keynes e A. C. Pigou foram discípulos de Marshall.

Em uma enciclopédia do século XX, se disse de List que “com exceção de Marx, nenhum outro economista enfatizou tão vigorosamente a estreita relação existente entre a teoria econômica e os fatores políticos”. Definido como o primeiro dos “economistas do desenvolvimento”, List acusou Adam Smith de “cosmopolitismo, materialismo, particularismo, individualismo” e, defendendo o papel do Estado como promotor do desenvolvimento e da infraestrutura econômica, necessários à independência nacional, estabeleceu as bases de uma *teoria das etapas do desenvolvimento econômico*. Que a obra de Friedrich List coincidissem com o auge do romantismo alemão não deve nada ao acaso.

Para chegar a esse resultado “estatista” (List atribuía, a diferença dos liberais, um papel primordial ao Estado na economia), o economista alemão postulou inicialmente que “um bom sistema [de economia política] precisa absolutamente de uma firme base histórica”. O “Livro Primeiro” do *Sistema* de List se chamou, justamente, “A História”: nele, o autor analisou a história econômica dos principais países europeus e dos EUA, concluindo com um capítulo chamado “Os Ensinamentos da História”. Só no “Livro Segundo” List se debruçou sobre “A Teoria”. List cunhou o conceito de “desenvolvimento das forças produtivas” (ausente em Adam Smith) que seria central na teoria do materialismo histórico de Marx, julgando a partir dele os resultados da história econômica do seu tempo. Com List e os economistas alemães, o “liberalismo” (econômico) deixou de ser a denominação *objetiva* de um sistema econômico, como era para Adam Smith, para ser, doravante, a denominação de uma *tendência* do pensamento econômico e social.

Segundo List: “A História nos revela, finalmente, como as nações dotadas com todos os recursos naturais exigidos para levar sua riqueza e poder até o grau mais elevado, sem entrar em contradição com seus esforços, podem e devem alterar seus sistemas, à medida que vão progredindo, elevando-se, mediante o comércio livre com nações mais adiantadas, até sair da barbárie e aperfeiçoar sua agricultura, estimulando mediante limitações o auge de suas manufaturas, de suas pescarias, de sua navegação e de seu comércio exterior, e depois de ter atingido o mais alto nível de riqueza e poder, podem efetuar um paulatino retorno ao princípio do livre câmbio e da livre concorrência, tanto no mercado próprio como no estrangeiro, protegendo seus agricultores, industriais e comerciantes contra a indolência, e estimulando-os a defender o predomínio

adquirido.

“Vemos como Espanha, Portugal e Nápoles [ainda não existia a Itália] se encontram no primeiro estágio; no segundo, Alemanha e a América do Norte; França parece perto dos limites da última etapa, que na atualidade só foi plenamente atingida pela Inglaterra”.¹⁴⁵ Não havia em List, no entanto, nenhuma análise acerca da natureza social (capitalista) do “sistema industrial”, e muito menos das suas contradições sociais. Politicamente antissocialista, List denunciava, porém, que o “cosmopolitismo comercial” era “mais perigoso que o proletariado” (visto à época como a “classe perigosa” e a ameaça de dissolução social).

O passo seguinte da teoria econômica foi a substituição do *sistema econômico* dos primeiros economistas modernos pela *crítica da economia política*. Ela operou-se em outro ponto de virada histórica, o do desenvolvimento pleno do potencial produtivo do capital, que tornou manifestas suas contradições imanentes. Previamente, e como precondição de método, os sistemas filosóficos já tinham sido atacados pela crítica, não só deste ou daquele sistema, mas dos *sistemas* como um todo, pondo a *crítica* no centro do pensamento. Sobre essa base, a crítica da economia política operou também uma mudança no *sujeito social* da crítica. Em meados do século XIX, a perspectiva de um desenvolvimento progressivo, pacífico e “racional”, no novo marco liberal da economia, sofreu um abalo sísmico com as crises econômicas e com a constituição, reivindicativa e revolucionária, do movimento dos trabalhadores industriais como um novo sujeito histórico, provocando um cataclismo na percepção das relações entre Estado, economia e sociedade, e exigindo uma adequação intelectual, que só poderia se realizar como *crítica* do pensamento econômico e social precedente, de um ponto de vista *de classe*.

A teoria marxista surgiu no marco da *crise ideológica* de meados do século XIX, e como parte dela, propondo uma análise global da sociedade e da sua dinâmica, em que a produção e reprodução da vida social passaram a ser consideradas como fundamento da história humana. Foi desenvolvida como suporte teórico da crítica revolucionária da sociedade burguesa, que reconhecia numerosos antecedentes fragmentários, inacabados ou não teóricos. Partindo da dialética

¹⁴⁵ Friedrich List. *Sistema Nacional de Economia Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

hegeliana e da teoria ricardiana do valor e criticando-as, Karl Marx construiu uma análise medular do funcionamento do capitalismo e da sua lógica de reprodução em escala ampliada, a acumulação de capital, construindo uma ampla e detalhada crítica da economia política, e tornando a teoria do valor-trabalho de origem ricardiana, devidamente corrigida e superada, irreconciliável com uma suposta harmonia tendencial do capitalismo.

A construção de um espaço teórico correspondente à crítica da sociedade burguesa foi o gigantesco esforço empreendido, principal e centralmente, por Karl Marx. Que um teórico contemporâneo tenha definido *O Capital* como “manual técnico primário” não muda em nada a questão.¹⁴⁶ A crítica marxista articulou em uma síntese superadora conceitos já formulados previamente: a origem do conceito de mais-valia se encontra no ricardiano de esquerda William Thompson, a origem da luta de classes como lei da história nos historiadores liberais franceses (sobretudo François Guizot, em sua obra *Pourquoi la révolution d'Angleterre a-t-elle réussi?* e Augustin Thierry, na sua *Histoire du Tiers État*), e o conteúdo do comunismo nos chamados “socialistas utópicos”.

Outra coisa é afirmar que ambiguidades pesaram (metodologicamente) sobre a crítica marxista da economia política: segundo alguns críticos, apesar de Marx ser consciente das condições de constituição de um espaço vetorial de medida, condição para uma disciplina científica (o contrário seria pretender construir uma disciplina que se fixa o objetivo medir um certo número de magnitudes, sem se interrogar sobre a própria magnitude nem sobre a sua medida), “aquelas não estão explicitamente expostas, mas apenas postas em prática nos primeiros parágrafos de *O Capital*”, quando Marx explica a natureza e a mensurabilidade do valor com ajuda de exemplos tirados da física, da geometria e da química, que reduzem, para poder medi-las, diversas propriedades da matéria a pontos de um espaço vetorial. Esse capítulo de *O Capital*, reconhecido pela sua aridez expositiva e pela sua dificuldade teórica, teria certamente se tornado ainda mais árido se tivesse sido satisfeita essa exigência. Marx, segundo os críticos dessa ambiguidade, teve, no entanto, o mérito de ter sido “o primeiro economista consciente das condições de elaboração de um espaço de

¹⁴⁶

Peter Sloterdijk. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007.

medida”, ou seja, das precondições para a elaboração de uma base metodológica científica, a diferença “do empirismo que caracterizava todas as escolas da economia política”.¹⁴⁷

Foi sobre a base da crítica das ideias econômicas e sociais precedentes que nasceu a crítica marxista da economia política, e também do socialismo utópico que a precedeu, isto é, das teorias que buscavam superar o capitalismo não sobre a base da luta de classe, mas sobre a base do humanitarismo abstrato. A crítica marxista partiu da *historização* do capitalismo (ou da “sociedade burguesa”) como um modo de produção qualitativamente diferenciado dos precedentes, tão transitório e perecível quanto eles: “Em todas as formas de sociedade há um tipo específico de produção que predomina sobre as outras, e cujas relações de produção determinam uma posição e uma influência sobre as restantes”.¹⁴⁸

O aspecto peculiar do modo de produção do capital é que ele tem que ser acumulado, crescer, independentemente das preferências subjetivas dos capitalistas, ou, em caso contrário, desaparecer. O capitalista individual, porém, não tem consciência do que faz (contribuir, pela acumulação e centralização do capital, a sentar as bases de sua superação), ele segue as determinações estruturais da acumulação de capital, que exigem e implicam concorrência dentro de si mesmo (ou seja, concorrência entre os diversos capitais). A contradição intrínseca do capital torna-se evidente com seu próprio desenvolvimento. À diferença do que acontecera nas eras históricas (modos de produção) pré-capitalistas, as contradições imanentes do capital foram passíveis de análise científica.

Na sociedade burguesa, a relação social dominante, diversamente das sociedades precedentes, é a própria “contradição em processo”, a mudança perpétua, na qual o capital encontra sua própria base (condição) de existência: “O capital aparece, cada vez mais, como uma potência social - da qual o capitalista é o agente - que perdeu qualquer relação

¹⁴⁷ Gilles Dostaller. *Marx, la Valeur et l'Économie Politique*. Paris, Anthropos, 1978. Backhaus e Heinrich, de modo análogo, sustentam que a última revisão feita por Marx ao capítulo I de *O Capital*, destinada a tornar mais compreensível a forma valor, concluiu em uma espécie de vulgarização realizada em detrimento de uma concepção mais sólida da teoria do valor (In: Marcello Musto. *Tras las Huellas de um Fantasma*. La actualidad de Karl Marx. México, Siglo XXI, 2011).

¹⁴⁸ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

proporcional com aquilo que pode produzir o trabalho de um indivíduo singular; mas como uma potência social alheia, independente, que se contrapõe à sociedade como entidade material e como potência dos capitalistas através dessa entidade material. A contradição entre a potência geral social à qual se eleva o capital e o poder privado do capitalista sobre as condições sociais da produção se torna cada vez mais evidente e deve levar à dissolução dessa relação e à transformação das condições de produção em condições de produção sociais, comuns, gerais.

“Essa transformação é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas no modo capitalista de produção e da maneira em que esse desenvolvimento acontece. A produção capitalista possui uma tendência para o desenvolvimento absoluto das forças produtivas, independentemente do valor e da mais-valia contidas, independentemente também das condições sociais desse desenvolvimento. Ao mesmo tempo essa produção tem como escopo a conservação do valor-capital existente e sua máxima valorização. Se o modo de produção capitalista é assim um meio histórico para o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a criação do mercado mundial correspondente, é também a *contradição constante* entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção correspondentes”.¹⁴⁹

Devido à sua análise das *contradições* do modo de produção do capital, Marx introduziu a dimensão *histórica* na economia como *componente estrutural* de uma ciência que, isso fazendo, negava seus pressupostos ideológicos, transformando-se em crítica teórica do real, cuja anatomia encontrava-se na economia política, ciência por excelência do capital. A crítica desta tornava-se o suporte teórico da crítica prática, revolucionária e proletária, da sociedade burguesa: “Marx não tratou de demonstrar a debilidade de uma escola particular de economistas, indicando correções ao seu trabalho. Sua tarefa foi demonstrar que a própria ideia da economia política era louca. Suas categorias não eram ‘erros’: eram insanas (*verrückt*) porque sistematizavam formas de pensamento que aceitavam como ‘natural’ uma forma de vida que negava a própria humanidade”.¹⁵⁰ Isso, porém, era apenas o primeiro passo da

¹⁴⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. 1.

¹⁵⁰ Neil Smith. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

crítica.

A natureza histórica do capital se encontrava deturpada pelo método dos “economistas políticos”: “A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos estão edificados, e cujos vestígios não ultrapassados levam de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas esboçado, que toma assim toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêm a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los”.¹⁵¹

Com a obra de Marx “o caráter *estrutural e histórico* das condições do desenvolvimento econômico se impôs, com toda evidência, à reflexão”.¹⁵² Até um seu adversário teórico reconheceu que “Marx inseriu os dados históricos na entranha própria da argumentação de que faz derivar suas conclusões. Foi o primeiro economista de grande categoria que reconheceu e mostrou sistematicamente como a teoria econômica poderia transformar-se em análise histórica, e como a exposição histórica poderia transformar-se em história arrazoada”.¹⁵³ A economia política deixava de ser atemporal, não histórica, mas só conseguia isso através da crítica de seus fundamentos, ou seja, de sua *negação*: “É talvez impossível encontrar um enfoque relativo, histórico, das leis econômicas na história do pensamento econômico, antes de Marx”.¹⁵⁴

Introduzindo novamente a história onde os

¹⁵¹ Karl Marx. *Op. Cit.*

¹⁵² Pierre Vilar. *Stiluppo Economico e Analise Storica*. Bari, Laterza, 1978.

¹⁵³ Joseph A. Schumpeter. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

¹⁵⁴ Witold Kula. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona, Península, 1974.

economistas clássicos a tinham ignorado, Marx planejou estudar: “1) As determinações abstratas gerais que correspondem em maior ou menor medida a todas as formas de sociedade; 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade territorial. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. Comércio entre elas. Circulação. Crédito (privado); 3) Síntese da sociedade burguesa sob a forma do Estado, considerado em relação consigo mesmo. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida nacional. Crédito público. A população. As colônias. Emigração; 4) Relações internacionais de produção. Divisão internacional do trabalho. Comércio internacional. Exportação e importação. Curso do comércio; 5) O mercado mundial e a crise”.¹⁵⁵

Esse plano original e monumental, além de mudado no seu percurso, nunca foi realizado por completo. Na sua própria história da análise econômica, *Theorien uber den Mehrwert* (“Teorias sobre a Mais-Valia”, cadernos de notas comentadas dos economistas clássicos produzidos para preparar a redação de *O Capital*), Marx constatou que o desenvolvimento dos elementos realmente científicos na economia política fora interrompido em 1830 e que, daí em diante, começaram a predominar a superficialidade teórica e a apologética. Se referindo à obra de David Ricardo, constatou: “Com ele, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar”. Joseph A. Schumpeter, contrariamente, argumentou que, a despeito de numerosas perturbações e desvios, podia-se discernir um desenvolvimento mais ou menos contínuo da análise científica, tendo sido o desenvolvimento especialmente rápido e impressionante precisamente no período posterior a 1830. Schumpeter, certamente, levava em conta principalmente a microeconomia, desenvolvida no último quartel do século XIX.

A economia política moderna nascera da crítica da dimensão naturalista do pensamento fisiocrata, fundamentando a economia como uma “ciência social”, separada das ciências naturais. Marx superou a economia política clássica não só através do prisma histórico, mas também reintroduzindo a *dimensão natural* na ciência econômica, considerando

¹⁵⁵ Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política* (1857). Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

metodologicamente o trabalho humano como a manifestação de uma potência da história natural, e reconsiderando em consequência o papel econômico do valor de uso na análise da *contradição* da mercadoria, simultaneamente “valor de uso” e “valor”, categoria não contraditória no pensamento clássico. A crítica da fisiocracia realizada pela economia clássica era unilateral, e considerava o trabalho como fonte *única* do valor, que ficava assim reduzido a um só de seus polos constitutivos. Contra esse reducionismo, Marx sublinhou que “o trabalho não é a fonte de toda riqueza; a natureza é, tanto quanto o homem, a fonte do valor de uso (e) o trabalho não é senão a *expressão de uma força natural*”. A separação abstrata da história (o homem social) da natureza era incompatível com um pensamento que partisse do princípio dialético da *totalidade*, ausente nos economistas clássicos, que partiam de uma base empirista.

No âmbito da investigação social, tratava-se de problema semelhante ao que a ciência físico-natural da época tentava resolver ao se transformar em *tecnologia de produção*: “O objetivo fundamental é o mesmo: encontrar uma medida comum do valor do trabalho e do gasto de energia, relacionando um ao outro para obter uma *ratio* expressando a eficiência produtiva. Trata-se nos dois casos de tornar compatível uma teoria do equilíbrio com uma teoria do movimento e da transformação. Na teoria mecânica, a dinâmica se fundamenta na estática, isto é, na noção de equilíbrio, porém, evidentemente, o movimento não pode ser plenamente expresso dessa maneira; o estudo dos processos termodinâmicos (e a transformação da ‘força viva’ em ‘trabalho’ já é de certa maneira um processo desse tipo) vai complicar ainda mais esse problema. Em matéria econômica, a interrogação central da obra de Marx é também a insuficiência da teoria da troca tal como ela é apresentada pelos liberais clássicos. A troca, efetivamente, repousa ontologicamente sobre um princípio de equivalência; ora, se a atividade econômica não é senão uma série de trocas, como explicar o aparecimento de uma mais-valia?”.¹⁵⁶

A nova abordagem das relações de produção capitalistas realizada por Marx foi determinada pelas mudanças sociais determinadas pelo desenvolvimento capitalista, e baseada no acervo acumulado pelo pensamento teórico,

¹⁵⁶ François Vatin. *Le Travail. Économie et physique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993, p.107.

científico e social. Seu conhecimento e crítica permitiram a Marx salvar do naufrágio apologético os princípios científicos e revolucionários do desenvolvimento teórico anterior (a dialética de Hegel, a teoria econômica de Smith, a teoria do valor e da mais-valia de Ricardo, o materialismo enciclopedista francês e feuerbachiano, principalmente).

A crítica marxista se apoiou também na crítica das contradições do capitalismo já desenvolvida pelos “utopistas”, superando e preservando a condenação *moral* das relações capitalistas realizada por eles (presente também na crítica da sociedade burguesa realizada por autores como Thomas Carlyle ou os românticos alemães); na crítica da economia política clássica feita pelo missionário owenista (partidário do “socialista utópico” Robert C. Owen) John Watts (*The Facts and Fiction of Political Economists*), de 1842; inspiradoras de “um primeiro genial esboço de crítica das categorias da economia política” (nas palavras de Marx) redigido por Friedrich Engels em 1843 (conhecido como *Outlines of a Critique of Political Economy*, ou *Para a Crítica da Economia Política*),¹⁵⁷ seguido logo depois por *The Logic of Political Economy* (de 1844) de Thomas de Quincey.

A crítica marxista se encontrava enraizada no *geist* de sua conjuntura histórica. Simultaneamente à sua formulação, na França, o alfaiate alemão Wilhelm Weitling introduzia a visão comunista cristã na Liga dos Proscritos, organização secreta republicano-comunista herdeira da tradição do revolucionário jacobino Gracchus Babeuf, ao mesmo tempo em que socialistas utopistas como Charles Fourier ou Étienne Cabet (os seguidores deste foram os primeiros a serem popularmente chamados de “comunistas”) propunham, e levavam à prática, a organização de comunidades (“falanstérios”, na versão de Fourier) baseadas na propriedade e usufruto em comum dos bens disponíveis. Paralela a eles, e mais duradoura no tempo, foi a influência do panfleto *O que é Propriedade?* (1840) do artesão-sapateiro Pierre-Joseph Proudhon, que respondia “um roubo” à pergunta formulada no título da obra. O texto de Proudhon se transformou no objeto principal do debate literário parisiense. Afirmar que a originalidade de Marx e Engels consistiu só em “demonstrar o verdadeiro poder de uma forma de socialismo

¹⁵⁷ Cf. Tristram Hunt. *Comunista de Casaca*. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro, Record, 2010.

que misturava rebelião com razão e modernidade”,¹⁵⁸ significa limitar a contribuição destes, e ignorar a batalha teórica multifrontal que se viu obrigada a sustentar em sua afirmação no pensamento econômico e social.

Na segunda metade do século XIX, a sociologia comtiana na França, o historicismo alemão, o utilitarismo de Jeremy Bentham e o empirismo lógico de John Stuart Mill (que direcionou o positivismo francês para a psicologia) na Inglaterra, e outras vertentes teóricas, desaguaram, na passagem do século XIX para o século XX, na fundamentação geral da área das doravante denominadas ciências “sociais” ou “humanas”, tentando absorver nelas a economia, a filosofia, a história e até a geografia. O positivismo de Comte foi sua formulação mais abrangente. O método geral proposto por Auguste Comte consistia na observação dos fenômenos, opondo-se igualmente ao racionalismo e ao idealismo até então hegemônicos, por meio da promoção do primado da experiência sensível, única capaz de produzir, a partir dos dados concretos (*positivos*), a verdadeira ciência, sem qualquer atributo teológico ou metafísico, subordinando a imaginação à observação, e tomando como base apenas o mundo físico ou material.

O positivismo comtiano negou à ciência qualquer possibilidade de investigar a causa dos fenômenos naturais e sociais, considerando-a inútil e inacessível, voltando-se para a descoberta e o estudo das *leis* (isto é, das relações constantes entre os fenômenos observáveis). Em seu *Apelo aos Conservadores* (1855), Comte definiu “positivo” como equivalente a “real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático”.¹⁵⁹ O caráter supostamente não ideológico do

¹⁵⁸ David Priestland. *A Bandeira Vermelha*. A história do comunismo. São Paulo, Leya, 2012, p. 23.

¹⁵⁹ O positivismo comtiano formulou uma “lei dos três estados”. O entendimento humano teria passado por três estágios: 1) Teológico: o ser humano explica a realidade por meio de entidades supranaturais (os “deuses”), buscando respostas às questões básicas da existência; 2) Metafísico: no lugar dos deuses há entidades abstratas para explicar a realidade: “o Éter”, “o Povo”, etc. Continuava-se a procurar responder a questões básicas procurando o absoluto, a busca da razão e destino das coisas; 3) Positivo: etapa final e definitiva, não se busca mais o “porque” das coisas, mas o “como”, por meio da descoberta e do estudo das leis naturais, ou seja, das relações constantes de sucessão ou de coexistência. A imaginação subordina-se à observação e busca-se

positivismo ocultava seu caráter perfeitamente ideológico. Marx conheceu o *Cours de Philosophie Positive* de Comte trinta anos depois de sua publicação e, impelido “pelo barulho que franceses e ingleses fazem a respeito” manifestou que lhe merecia “como homem de partido, uma atitude plenamente hostil” e, “como homem de ciência, uma péssima opinião”, rejeitando de chofre “as receitas de Comte para a estalagem do futuro”.¹⁶⁰ A rejeição marxiana estendeu-se à vulgarização do “comtismo” realizada na Inglaterra por John Stuart Mill e Herbert Spencer, pelas mesmas razões: “Auguste Comte concebeu a missão do positivismo como o estabelecimento de uma Religião da Humanidade que poderia temperar a divisão entre classes, desbaratando o mundo da Revolução Industrial”.¹⁶¹ O positivismo foi o berço da reação “cientista” diante das contradições e lutas sociais já evidentes da sociedade capitalista.

A obra de Max Weber, em quem a sociologia acadêmica buscou sua fundamentação mais abrangente, integrou todas as vertentes precedentes, num diálogo de oposição, geralmente implícito, com Marx, que era até o século XX um autor quase totalmente ignorado pela universidade e pela academia em geral (com as exceções de praxe, como a crítica do economista acadêmico austríaco Eugen Böhm-Bawerk à lei do valor de Marx, criticada por sua vez pelo marxista Rudolf Hilferding); um autor contemporâneo chamou Max Weber de “Marx da burguesia”.¹⁶² Caberia qualificar *in toto* todo este

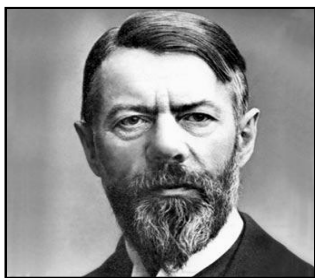
apenas o que é observável e concreto. No *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1848), Comte afirmou que ele seria maior e mais importante que a cientificidade, na medida em que esta abrange apenas questões intelectuais e aquele compreende, além da inteligência, também os sentimentos (a subjetividade) e as ações práticas. No *Sistema de Política Positiva* (1854) Comte instituiu sua “Religião da Humanidade”. As religiões do passado eram, para ele, apenas formas provisórias da única e verdadeira religião, a religião positiva; aquelas não se caracterizavam basicamente pelo sobrenatural, mas pela busca da unidade moral humana. A nova religião apresentava um novo conceito do “Ser Supremo” concebido pela Revolução Francesa em seu momento mais radical.

¹⁶⁰ Apud Karl Korsch. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.

¹⁶¹ Perry Anderson. *La Pensée Tiède*. Un regard critique sur la culture française. Paris, Seuil, 2005.

¹⁶² Julian Freund. *Sociologia di Max Weber*. Introduzione al “Marx della borghesia”. Milão, Alberto Mondadori, 1968. Max Weber

desenvolvimento de “vulgar”, tal como Marx fizera com a economia neoclássica? Certos desenvolvimentos filosóficos, como o pragmatismo e o utilitarismo, deram a base epistemológica para a transformação “marginalista”, que Marx chamou de “vulgar”, da economia. Mas isso não é simplesmente generalizável.



Max Weber

Desde o seu início no último quartel do século XIX, a tradição das “ciências sociais” - na longa linhagem que passa por Comte, Durkheim, Weber, e depois Talcott Parsons e Claude Lévi-Strauss - defendeu a existência de um ponto ideal a partir do qual o investigador poderia estudar imparcial e objetivamente os fenômenos sociais, com a condição de liberar-se das noções e prejuízos devidos a sua educação e origem social. Para a crítica marxista, isso seria, na melhor das hipóteses, “algo comparável à cosmologia matemática antes da teoria da relatividade. As disciplinas chamadas ‘ciências sociais’ produziram saberes fragmentários consideráveis, mas suas teorias globais continuaram delimitadas pelo horizonte das sociedades existentes e tributárias da ideologia que garante sua sustentação... A pretendida conciliação entre ciências sociais e marxismo é comparável ao casamento da água com o fogo, que só pode resultar na extinção do fogo. Com o marxismo é possível integrar os saberes fragmentários das ciências sociais, enquanto que trabalhando com as ciências sociais é completamente impossível ‘integrar’ o marxismo...

“As ‘ciências sociais’ nasceram do esforço histórico da burguesia para estender os métodos da ciência matemática da natureza aos fenômenos humanos. Não é possível compreender seus limites senão a partir da ideologia do Século das Luzes.

reconheceu, muito de passagem, sua dívida para com Marx a respeito do vínculo entre economia e história.

Diante das ‘ciências sociais’, tributárias, na sua sistematização global, da tradição especulativa, isto é, da ideologia dominante, o marxismo tornou possível o acesso à ciência, sob a condição de ser compreendido como unidade viva da teoria (materialismo histórico) e da prática (luta de classes)”.¹⁶³

No quadro da organização capitalista da sociedade e suas instituições, as ciências humanas acadêmicas foram pressionadas para a busca de uma “tecnologia social”, oriunda da pesquisa sociológica, econômica, antropológica, política, histórica, e até filosófica,¹⁶⁴ o que foi evidente na economia, “que multiplicou trabalhos sobre a economia do crime, do casamento, educação, suicídio, meio ambiente ou bibelôs (que) apenas indicam que a economia é hoje encarada como disciplina universal de serviços, e não que ela possa compreender o que faz a humanidade no seu cotidiano de vida, ou como se transformam suas atividades”.¹⁶⁵ Nesse destino comum a todas as ciências institucionalizadas, as “humanidades” se distinguiram, porém, pelo seu conflito latente ou explícito com a ideologia dominante.¹⁶⁶ A teoria marxista, nesse quadro, ganhou destaque crescente, polêmico e incontornável.

¹⁶³ Pierre Fougeyrollas. *Sciences Sociales et Marxisme*. Paris, Payot, 1979, pp. 11 e 16. O mesmo autor produziu uma crítica de conjunto das ciências humanas contemporâneas: *L’Obscurantisme Contemporain*. Lacan, Lévi-Strauss, Althusser. Paris, SPAG-Papyrus, 1983.

¹⁶⁴ Cf: Murray Leaf. *Uma História da Antropologia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/Edusp, 1981; Paul Mercier. *História de la Antropologia*. Barcelona, Península, 1989.

¹⁶⁵ Eric J. Hobsbawm. *Historiadores e economistas. Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 153, O autor acrescenta: “Divorciada da história, a economia é um navio desgobernado e os economistas não têm muita noção de para onde o navio navega”.

¹⁶⁶ “As ciências sociais, e certamente a sociologia, raramente foram institucionalizadas como as ciências naturais, e mesmo até onde chegaram, os cientistas sociais pareceram muito mais capazes de resistir à pressão que seus colegas. Num dos casos, o discordante é ignorado e não recompensado. No outro, ele é aplaudido e respeitado” (Geoffrey Hawthorn. *Iluminismo e Desespero. Uma história da sociologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 17).

5. O MATERIALISMO HISTÓRICO

*Não é a História, mas os seres humanos vivos os que têm posses, agem e travam batalhas. Não existe uma entidade independente chamada História, que usa a humanidade para alcançar seus objetivos; a história é apenas a atividade proposital dos seres humanos (Karl Marx e Friedrich Engels, **A Sagrada Família**, 1845)*

*Temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana e, portanto, também, de toda a história, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem "fazer história". Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar este fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua dimensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida... A própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (Karl Marx e Friedrich Engels, **A Ideologia Alemã**, 1845)*

É tão incorreto acusar a concepção materialista da história de 'parcialidade', quanto criticar os físicos pela sua 'parcialidade' ao reduzir os diversos movimentos dos corpos animados e inanimados à lei da gravidade, sem levar em conta as mudanças provocadas por fatores secundários. Da mesma maneira que as leis da física devem à sua 'unilateralidade' o fato de poderem ser aplicadas na tecnologia, as 'leis' que regem as conexões entre os diversos setores da vida social, que os pesquisadores

materialistas descobriram, e que lhes serviram como princípios heurísticos nas suas análises empíricas (históricas) dos fatos sociais, devem justamente ao seu caráter unilateral o fato de serem aplicáveis teórica e praticamente (...) essa qualidade particular, a 'unilateralidade', é inerente a toda teoria nova e revolucionária, destinada a fazer época (Karl Korsch, **Karl Marx**, 1938)

A razão universal, mas abstrata, de Saint-Just e Rousseau, foi substituída no pensamento alemão por uma noção menos artificial, mas também mais ambígua, o universal concreto. A razão, até lá, voava sobre os fenômenos que se referiam a ela; doravante ela ficava incorporada ao fluxo dos acontecimentos históricos, que ela esclarecia ao mesmo tempo em que eles lhe forneciam um corpo (Albert Camus, **L'Homme Révolté**, 1951)

Não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu. E isso significa, basicamente, uma concepção materialista da história (Eric J. Hobsbawm, **Sobre História**, 1984)

A crítica histórica marxista teve como precondition a evidencição das contradições econômicas e sociais da sociedade burguesa. Antes disso, os aspectos críticos e materialistas da filosofia e da teoria social moderna tinham (até, pelo menos, meados do século XIX) um caráter fragmentado e empírico. Eles atingiram um estatuto teórico independente e coerente com a formulação do *materialismo histórico*, método de investigação que resultou do trabalho comum de Karl Marx e Friedrich Engels, focado na compreensão e explicação da natureza da história e da sociedade, especialmente os motivos e causas históricas das grandes transformações sociais. Essa questão orientou uma sistemática colaboração intelectual e política entre eles. Sem a formulação de um fundamento teórico próprio, a crítica anticapitalista não poderia propor uma alternativa social e histórica *real*: o materialismo histórico visou preencher essa função.

O seu núcleo teórico se constituiu a partir da premissa de que os homens produzem a si mesmos à medida que

produzem socialmente as condições de suas vidas, dando a essa consideração o status teórico de que carecia até esse momento. A expressão “materialismo histórico” nunca apareceu na obra de Marx; só veio a ser usada por Engels, na fase final de sua vida, para a doutrina que até então era só chamada pelos seus fundadores de “nova teoria”: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” era seu conceito central. Engels o resumiu: “As causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca”.

Essa formulação constituía um itinerário original de estudo e pesquisa da história da humanidade: “A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a se constatar é, portanto, a organização física destes indivíduos e a relação que existe com o resto da natureza... Toda historiografia tem de partir destas bases naturais e de sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião - por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”.

“O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. Esta produção só surge com o aumento da população. Ela própria pressupõe um intercâmbio [*Verkehr*] dos indivíduos entre si. A

forma deste intercâmbio é, por sua vez, condicionada pela produção".¹⁶⁷

Sobre essa base epistemológica, a história e seu estudo mudavam seu foco. Com a produção de ferramentas, o homem transpôs as fronteiras de seu próprio corpo biológico e começou a deixar na natureza a marca de sua mão (trabalho). A natureza se tornou assim "antropomórfica", o segundo corpo ou "corpo inorgânico" do homem. O trabalho constituiu-se como mediador do metabolismo entre o homem e a natureza, fundamento da própria existência humana diferenciada. A formação de um excedente do produto do trabalho, depois de cobrir os gastos de sustentação do próprio trabalho e permitir a constituição e o crescimento, com base nesse excedente, de um fundo social de produção e reserva, passou a ser considerado o fundamento de todo progresso social, político e intelectual: "Na história, até hoje, esse fundo social vem sendo patrimônio de uma classe privilegiada que possui, com ele, o poder político e a direção espiritual da sociedade".

O sobreproduto social foi produto da exploração do trabalho alheio e não o contrário: essa exploração do trabalho de outrem foi, por isso, a base do progresso econômico da humanidade. Seu produto histórico foi o *Estado*. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e o Estado* Engels analisou, para a Grécia antiga, a passagem da sociedade gentílica para a dominação de classe, transformação realizada entre o XII e o VIII século A.C.¹⁶⁸ As formas (privadas ou estatais) de apropriação do trabalho excedente foram qualitativamente diferentes nas diversas etapas históricas, devido aos diversos patamares da produtividade social, dependentes por sua vez do grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho.

Numa etapa de baixa produtividade do trabalho social, seria impossível a existência de uma renda excedente importante e regular para sustentar uma classe ociosa que não colaborasse com a produção, a menos que se baseasse na compulsão dos produtores. A sociedade escravocrata baseou-se nessa compulsão. Numa sociedade predominantemente

¹⁶⁷ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*, ed. cit.

¹⁶⁸ É a era descrita nos poemas homéricos, que a filologia tentou dificultosamente situar na história: o contexto explícito da *Iliada* é micênico, mas a descrição feita por Homero do armamento de Aquiles mostrava uma sociedade ulterior, dotada de dinheiro, direito, agricultura intensiva e outras características não próprias dessa época.

agrícola, as relações sociais decisivas estão vinculadas à posse da terra. Na medida em que a divisão do trabalho e as trocas estavam pouco desenvolvidas, o trabalho excedente era apropriado de maneira direta, como obrigação pessoal do servo para com o seu senhor, ou sob a forma de uma parte do produto entregue pelo camponês, como tributo em espécie, ao mesmo senhor (feudalismo).

Os princípios do materialismo histórico foram formulados em polêmica com a filosofia idealista alemã de seu tempo, tributária do sistema hegeliano. Os temas de investigação priorizados por Marx e Engels estiveram diretamente relacionados com a questão da transformação social e com suas próprias experiências vividas nas revoluções do século XIX. Antes, porém, eles criticaram não só o idealismo filosófico, mas também o materialismo puramente teórico (representado na crítica do sistema hegeliano realizada por Ludwig Feuerbach), lhe opondo a *práxis revolucionária*, ou "materialismo prático" (ativo): "Na realidade, para o materialista prático, isto é, *para o comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que encontra no mundo. Se em Feuerbach, por vezes, se encontram tais ideias, a verdade é que estas nunca vão além de conjecturas isoladas e têm uma influência demasiado reduzida no seu modo geral de ver para que possam ser consideradas algo mais do que embriões capazes de se desenvolverem. A "concepção" de Feuerbach do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste, e, por outro, à mera sensação; ele diz "o Homem" em vez de os "homens históricos reais".¹⁶⁹

A explícita identidade *de classe* do materialismo histórico o distinguiu e distanciou das teorias que postulavam uma atitude neutra na produção do conhecimento, dotando-o de uma crítica do capitalismo e também das teorias positivistas que dominaram a historiografia e a filosofia da segunda metade do século XIX. Isso, associado à contribuição ativa de Marx e Engels na formulação do programa e da organização da revolução proletária, pesou para que sua teoria impactasse muito mais nos movimentos socialistas e operários do que na academia e os círculos intelectuais de seu tempo. O surgimento da teoria do materialismo histórico moderno, por outro lado, não deveu nada ao acaso; vinculou-se, ao contrário, com a

169

Idem.

profunda crise social que percorria à Europa, expressa no surgimento do proletariado como classe socialmente diferenciada e militante e com as revoluções de 1848. Captando o caráter social e histórico da crise que dilacerava a sociedade burguesa, a crítica marxista firmou-se como *teoria da revolução social*, e por ter abarcado todos os campos (econômico, filosófico, social, político) em que essa crise se manifestava, a nova teoria pôde se constituir como científica.

Seu ponto de partida foi assim resumido por Engels: "O fato evidente de que os homens, antes do mais, comem, bebem, se alojam e se vestem e que devem trabalhar antes de poder lutar pelo poder, se ocupar de política, de religião e de filosofia, esse fato manifesto, até hoje completamente negligenciado, enfim obteve seu lugar na história"; "A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social, no sentido em que se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Dai resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo de cooperação é ele próprio uma "força produtiva"; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade e, portanto, a "história da humanidade" tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca".¹⁷⁰

O caminho que levou até essas formulações não foi simples. Tornou-se moeda corrente afirmar que o marxismo foi o herdeiro crítico do desenvolvimento precedente da filosofia e da teoria social e política; somente apoiando-se nas conquistas teóricas e culturais já realizadas, a nova teoria poderia desenvolver-se de uma forma científica, e é por isso que seus primeiros representantes não poderiam ter surgido da classe

¹⁷⁰ Ou, ainda: "A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas sociais, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz ou pelo modo de trocar os seus produtos" (*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*).

operária e sim da *intelligentsia* burguesa dilacerada pela crise ideológica da sociedade.

O que veio a ser chamado de *marxismo* não foi a continuidade linear desse desenvolvimento cultural, mas sua continuidade pela oposição crítica, conservando, ao mesmo tempo, seus elementos crítico-científicos, e operando sua “superação” mediante a exposição positiva dos novos princípios. Sucintamente, as etapas percorridas pela crítica marxista (que são, ao mesmo tempo, outras tantas etapas cumpridas na construção da nova teoria) foram: a crítica da religião de um ponto de vista filosófico; a crítica da filosofia de um ponto de vista político; a crítica da política de um ponto de vista econômico e, enfim, a crítica da economia política. Essas “etapas” apenas têm valor esquemático para indicar o matiz dominante, já que na *démarche* do próprio Marx sobrepuseram-se permanentemente: têm valor também para indicar o caminho que assentou os fundamentos da nova teoria. Na *Introdução à Crítica da Economia Política* (de 1857), Marx apresentou os resultados mais gerais da sua indagação, na exposição breve mais célebre de sua teoria, que merece ser citada *in extenso*, pelo seu caráter de chave sintética para compreender a nova abordagem teórico-metódica da história:

Minhas investigações conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas nem pela evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, que Hegel, a exemplo dos franceses e ingleses do século XVIII, entende, em conjunto, como “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada, por sua vez na *economia política* [...]. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o ser social, mas ao contrário, o ser

social que determina a sua consciência. Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, a que nada mais é que a expressão jurídica destas relações, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até então desenvolvido. As relações de produção se transformam de formas de desenvolvimento das forças produtivas, em entraves a este desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social. A modificação na base econômica transtorna, mais ou menos rapidamente, toda a enorme superestrutura.

Quando se consideram tais transformações, é preciso distinguir sempre entre a transformação material – que se pode constatar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas da produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Do mesmo modo que não se julga um indivíduo pela ideia que faz de si mesmo, não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. Ao contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material destas relações se terem esgotado no próprio seio da velha sociedade.

Esta a razão porque a humanidade não se propõe senão os problemas que pode resolver, pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre, que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, elas estavam em vias de existir. Em grandes traços, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; porém, as formas produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta formação social, termina a pré-história da sociedade humana.

A formulação proposta por Marx situava a era do capital em sua historicidade. Isto implicava também a formulação de um novo princípio heurístico para o estudo da história humana em geral: “Marx se preocupou em estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais, isto é, a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; as ‘épocas de revolução social’, em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas. Esta análise geral não implica nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos nem sobre relações de produção e forças produtivas concretas. Assim, a palavra ‘classe’ nem sequer é mencionada [no texto citado acima], na medida em que as classes são apenas casos especiais das relações sociais de produção em períodos históricos específicos, embora, de certo, muito longos. A única referência a formações e períodos históricos consiste em uma breve e não explicada nem justificada relação de ‘épocas no progresso da formação econômica da sociedade’, expressas como os modos de produção ‘asiático antigo, feudal e burguês moderno’, este último representando a forma antagônica final do processo social de produção”.¹⁷¹

Como considerar, nesse quadro, a consciência e a cultura humanas, ou seja, as questões ditas “espirituais” (ou “não materiais”)? Significaria uma declaração de inutilidade ou de futilidade das chamadas “ciências do espírito”? Deixemos, novamente, os fundadores da teoria com a palavra: “O “espírito” tem consigo de saída a maldição de estar “preso” à matéria, que nos surge na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência - a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens.

“Onde existe uma relação, ela existe para mim, o animal com nada se “relaciona”, nem sequer se “relaciona”. Para o animal, a sua relação com outros *não existe como relação*. A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e

¹⁷¹ Eric J. Hobsbawm. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que a princípio se opõe aos homens como um poder completamente estranho, todo-poderoso e inatacável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual se deixam amedrontar como os animais; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural)".

Ora, "a religião natural ou essa determinada relação com a natureza é condicionada pela forma de sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda a parte, também se manifesta tanto a identidade de natureza e homem que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a sua relação limitada uns com os outros, e a sua relação limitada uns com os outros condiciona a sua relação limitada com a natureza, precisamente porque a natureza mal está ainda historicamente modificada; e, por outro lado, a consciência da necessidade [*Notwendigkeit*] de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta é o começo da consciência do homem de que vive de fato numa sociedade. Este começo é tão animal como a própria vida social dessa fase, é mera consciência de horda, e o homem distingue-se aqui do carneiro apenas pelo fato de a sua consciência lhe fazer as vezes do instinto, ou do seu instinto ser consciente. Esta consciência de carneiro, ou tribal, recebe o seu desenvolvimento e formação posterior do aumento da produtividade, da multiplicação das necessidades e do aumento da população que está na base desta e daquele.

"Desse modo se desenvolve a divisão do trabalho, que originalmente nada era senão a divisão do trabalho no ato sexual, e depois a divisão espontânea ou "natural" do trabalho em virtude da disposição natural (por exemplo, a força física), de necessidades, acasos, etc. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir deste momento, a consciência pode realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar realmente alguma coisa sem representar nada de real - a partir deste momento, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", da teologia, da filosofia, da moral, etc., "puras". E, mesmo quando esta teoria,

teologia, filosofia, moral, etc., entram em contradição com as relações vigentes, isso só pode acontecer pelo fato das relações sociais vigentes ter entrado em contradição com a força de produção existente”.¹⁷²

O ponto de partida histórico materialista consiste em considerar o homem social como parte destacada da natureza, e ainda parte dela; o homem é, antes do mais, um animal, a história humana é parte da história natural. Sua particularidade específica, que o diferencia dos outros animais é o *trabalho*. O homem é, em primeiro lugar, um animal que trabalha. Esta especificidade, porém, não é senão um aspecto da própria natureza: sob esse ângulo, o estudo da história humana encontra sua fronteira fluída com o estudo biológico da evolução das espécies e com o estudo da chamada “pré-história humana”. Através do trabalho social, o homem produz e reproduz a si próprio como ser social.

¹⁷² Karl Marx. *A Ideologia Alemã*, ed. cit. No século XX, a obra de Michel Foucault buscou fazer uma história de tudo aquilo que nos cerca e nos parece essencial e sem história – os sentimentos, a moral, a verdade etc.. Esses elementos aparentemente universais ou imunes à passagem do tempo são contingências históricas, coisas que foram criadas em um dado momento, em circunstâncias precisas. Sem dizê-lo explicitamente, há uma convergência com as observações de Marx acerca das ideologias. Foucault, porém, analisa os mecanismos da opressão-exploração da “era clássica” (e do presente), assim como as formas e os meios de seu ocultamento-internalização social, sem remete-los a uma classe social determinada, mas como meios de sustentação de um igualmente indeterminado (do ponto de vista de classe) “poder”, com seus correspondentes “micropoderes”, pressupondo uma dispersão do poder por todas as instâncias da sociedade. Autores contemporâneos propuseram que a “microfísica do poder” foucaultiana poderia dar consistência (ou coerência) política às análises econômicas de Marx (através da sua análise do disciplinamento dos corpos ao trabalho assalariado) que seriam seu lastro material (Pierre Dardot; Christian Laval. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010). Segundo Étienne Balibar: “Os procedimentos disciplinares fazem crescer a utilidade dos corpos neutralizando sua resistência e, mais geralmente, permitindo a unificação dos dois processos de acumulação dos homens e de acumulação do capital. A ‘disciplina’ e o ‘micropoder’ vêm inserir-se exatamente no ponto do ‘curto-circuito’ operado por Marx entre a economia e o político, a sociedade e o Estado, em sua análise do processo de produção (permitindo assim conferir-lhe a consistência de uma ‘prática’).”

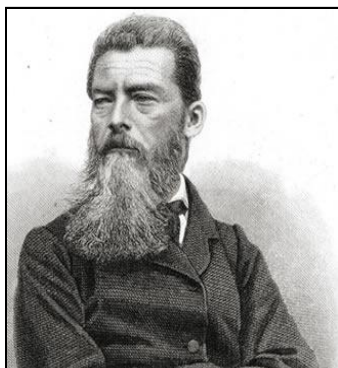
Na fase histórica burguesa, essa reprodução social se realiza como momento da *reprodução do capital*.¹⁷³ Seu direcionamento e finalidades sociais se manifestam (aparecem) como vontade e prática do capital. A crítica social realizada com essa base metodológica devia começar necessariamente pela forma mais abstrata e sublimada da cultura humana, através da qual o homem se auto-excluiu da história natural, a saber, a religião: “A crítica da religião é a condição primeira de toda crítica”, escreveu Marx na *Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel (1843). Marx e Engels aprofundaram a abordagem materialista da religião já realizada por Ludwig Feuerbach, com o qual tomaram inicialmente partido em favor do materialismo. O ataque de Feuerbach à religião sustentava que a *Essência do Cristianismo* (o título de sua obra principal) não devia ser procurada nos céus, mas no próprio homem, cuja religião não era senão o reflexo “alienado” de sua própria existência realmente alienada no seio da natureza, fora da qual nada existe.

Ludwig Feuerbach antecipava grande parte do “segundo momento” da crítica, ao afirmar que a filosofia não era outra coisa que a religião posta sob a forma de ideias, embora ele próprio permanecesse, ao mesmo tempo, prisioneiro da filosofia (“O que me desagrada em Feuerbach é que fala demasiado de filosofia e demasiado pouco de política”, escreveu o jovem Karl Marx). O erro (ou incompletude) do método de Feuerbach, para Marx, consistia em que seu materialismo tinha um caráter meramente “naturalista”, concebia a natureza como objeto e não como *sujeito*, ou seja, não a concebia “como atividade humana sensorial, como prática” (ou, em termos hegelianos, não concebia a substância como sujeito, como processo interno). Feuerbach concebia o “Homem” abstratamente, como “ser humano em geral” e não concretamente, em sua relação ativa com a natureza através da indústria e do comércio, isto é, mediante sua organização social (“A essência humana... é o conjunto das relações sociais”, escreveu Marx nas suas *Teses sobre Feuerbach*).

Na história da filosofia, o idealismo tinha prevalecido filosoficamente sobre o materialismo por ter atentado para o lado ativo da condição humana: o fundador do movimento idealista na filosofia clássica alemã tinha sido Immanuel Kant,

¹⁷³ Roberto Fineschi. Concetti hegeliani e materialismo storico. *La Contraddizione* n° 140, Roma, julho-setembro 2012.

que fundamentou sua teoria do conhecimento sobre o sujeito e não sobre o objeto. O materialismo contemplativo (feuerbachiano), que era sua crítica mais avançada, mantinha-se ainda no plano da abstração. O materialismo prático (ou *dialético*), o materialismo *ativo*, só poderia estar fundamentado na *práxis política de classe*.



Ludwig Feuerbach

A crítica marxiana ao materialismo contemplativo foi concluída em *A Ideologia Alemã*, onde, além de realizar a passagem do “homem em geral” para o “homem social”, Marx resolveu diversamente a contradição religiosa (a contradição entre céu e terra), formulada por Feuerbach, na contradição existente na própria “terra”: “Feuerbach parte do fato da alienação religiosa, da duplicação do mundo em religioso e terreno. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento terreno. Mas o fato de que o fundamento terreno se separe de si mesmo para plasmar-se como um reino autônomo que flutua nas nuvens, é algo que só se pode explicar pelo próprio auto dilaceramento e autocontradição desse fundamento terreno. Por conseguinte, é necessário tanto compreendê-lo em sua própria contradição como revolucioná-lo praticamente. Assim, por exemplo, uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da família sagrada, deve ser aniquilada teórica e praticamente a primeira”.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx situou por isso na “prática revolucionária” a categoria central da crítica teórica e social: “Feuerbach não compreende a importância da atividade ‘revolucionária’, da atividade ‘crítico-prática’ (...) Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que

importa é transformá-lo". Marx e Engels já identificavam socialmente, nessa altura (1845), os executores da "crítica revolucionária", os agentes da "transformação do mundo", que não seriam os filósofos (nem a filosofia), mas "os operários comunistas de Manchester e Lyon e as associações por eles criadas".¹⁷⁴ Se todas as contradições "celestiais", "ideológicas" e jurídicas remetiam à contradição da vida social dos homens, não era na teologia, na filosofia ou no direito onde os verdadeiros agentes da revolução encontrariam as armas teóricas para cumprir sua tarefa, mas na "anatomia da sociedade civil": a teoria marxista, que já adotara conscientemente o ponto de vista do proletariado, encontrou nesse momento, com perfeita lógica, sua base material e científica na *crítica da economia política*.

A importância da passagem da crítica da filosofia para a crítica da política e da economia política, realizada com *Trabalho Assalariado e Capital* e *Miséria da Filosofia* (trabalhos de 1847), e concluída em *O Capital* (publicado em 1867), consistiu em que esse redirecionamento teórico coincidiu historicamente com a passagem histórico-política da revolução burguesa jacobina (do idealismo revolucionário em geral), que tinha pretendido resolver as questões sociais e satisfazer as necessidades dos trabalhadores *sub specie rei publicae*, para a ação independente do proletariado moderno. Na crítica da economia política se encontravam explicitadas tanto as raízes da opressão que sofria, como a via não menos específica de sua emancipação, e considerando todas as outras formas de ação social (inclusive a política) como meios subordinados à sua ação econômica (isto é, sua ação na esfera da produção).

Analisando teoricamente todas as contradições da sociedade burguesa, concentrando-as na contradição inerente à mercadoria, fundamentando essa contradição não na propriedade privada em geral, mas no caráter "despossuído" do trabalho assalariado, expondo a "lei do movimento" da sociedade moderna, enfim, sustentando a crítica à "ideologia" contida nas formas da vida social e intelectual no caráter fetichista da mercadoria, a nova crítica da economia política ou "economia política da classe operária" (como em algum momento Marx a chamou) construiu uma base científica para a

¹⁷⁴ Karl Marx e Friedrich Engels. *A Sagrada Família*. São Paulo, Boitempo, 2010.

ação operária contra o capitalismo e pela propriedade social dos meios de produção.

Essa crítica de todas as determinações da sociedade burguesa pôde ser realizada por Marx devido a duas condições. A crítica marxista à sociedade burguesa (que abrangeu desde as formas mais “elevadas” da ideologia religiosa ou filosófica e da superestrutura jurídico-política, até a “base” econômica) não se cumpriu como uma aproximação progressiva da “verdade” que residiria, em última instância, na base econômica, mas como momentos de uma unidade, como crítica da totalidade da vida social; ademais, não rejeitou simplesmente os resultados anteriores da investigação científica em cada um destes campos, mas os “superou” criticamente conservando seus conteúdos realistas (objetivamente revolucionários) graças ao seu esforço voltado para a caracterização histórica da sociedade burguesa, analisando em sua gênese e desenvolvimento as tendências que conduziam ao seu desaparecimento.

Cumprir essa tarefa só foi possível graças ao *método dialético* que, quanto à sua *forma*, havia sido desenvolvido por Hegel na sua *Lógica* e na *Fenomenologia do Espírito* (a análise do desenvolvimento através de suas contradições inerentes, da transformação da quantidade em qualidade, dos saltos qualitativos, do predomínio do todo sobre as partes). O atraso e as contradições do desenvolvimento capitalista da Alemanha (em relação à França e à Inglaterra), eivando de contradições sua vida econômica e social (contradição entre o relativamente elevado desenvolvimento da indústria capitalista nas cidades e a sobrevivência de formas de propriedade pré-capitalistas no campo, e entre formas antigas e modernas de organização política) facilitou o surgimento de uma teoria social baseada na *contradição*: “Foi graças a sua ligação com Hegel que o novo materialismo proletário pode apropriar-se da soma do pensamento social burguês tal como tinha se desenvolvido no período precedente. Conseguiu-o sob a forma do antagonismo, da mesma maneira em que, na mesma época, o movimento social da classe burguesa foi prolongado pela ação política do proletariado”.¹⁷⁵

O princípio metodológico da *dialética* se originou na

¹⁷⁵

Karl Korsch. *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974.

filosofia clássica grega¹⁷⁶ como método para se chegar ao conhecimento a partir da análise da realidade considerada em sua totalidade e em sua mudança constante, e no confronto de opostos como seu motor de desenvolvimento, e também como princípio cognitivo (*omnis determinatio est negatio*: Spinoza), o princípio de que o único invariável é o próprio *movimento*, oposto às concepções fixistas, metafísicas ou escolásticas, que dominaram a filosofia *ocidental* por longos séculos. A análise do movimento da totalidade do real a partir de suas contradições ganhou vigor e complexidade nos séculos XVII e XVIII,¹⁷⁷ na era de mudanças radicais que alumbrou o nascimento da sociedade burguesa, especialmente na filosofia clássica alemã, até atingir sua formulação mais completa em Hegel.

A lógica dialética - formulada por Hegel com o intuito de compreender e expressar o mundo real, em constante contradição, transformação e evolução - é a lógica do movimento, que não admite fórmulas fixas nem mesmo para si: "As leis e ideias da dialética, por mais precisas e claramente delineadas que estejam, nunca podem ser mais que aproximadamente corretas. Não podem ser universais e eternas. Dado que a dialética refere-se a uma realidade sempre em transformação, complexa e contraditória, suas fórmulas têm

¹⁷⁶ Diz Hegel, no final da *Ciência de Lógica*, que foi Platão quem originou a dialética, e, nas suas *Lições sobre a História da Filosofia* (em citação livre de Hector Benoit): a dialética é uma ciência cujas formas platônicas vagaram por mais de dois mil anos baldias e incompreensíveis. Hegel as retomou dessa travessia. Elas estão também presentes em Spinoza, embora não de modo explícito.

¹⁷⁷ Novamente Spinoza: "Em primeiro lugar, devemos concebir a ideia geral de tudo o que é ou pode ser, para depois examinar os diversos aspectos que assume esse Todo": "Se a ciência de Descartes é mecânica, a de Spinoza é dinâmica tanto no mundo do pensamento, onde as ideias não são innatas, mas nos invadem, com sua própria espontaneidade, como também no reino dos corpos extensos, aos quais Descartes negou força espontânea de movimento; para Spinoza, ao contrário, só adquirem extensão graças à força que atua neles em estado de repouso ou de movimento" (Carl Gebhardt. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977, p. 47). A categoria de *totalidade* e de sua dinâmica *intrínseca* é a premissa metodológica do pensamento dialético (cf. Györg Lukács. *¿Que es marxismo ortodoxo? Historia y Conciencia de Clase*. México, Grijalbo, 1968). Para Hegel, "a verdade é o Todo" (*das Wahre ist das Ganze*). O "pai do marxismo russo", Plekhanov, definiu o materialismo histórico como um "spinozismo expurgado do panteísmo".

limitações intrínsecas". Isso não significava que a dialética não estivesse sujeita a leis que pudessem ser formuladas em termos claros; significava apenas que, na medida em que para a dialética "a verdade sempre é concreta... ela se mostra melhor em conexão com a análise de questões concretas em campos de experiência específicos e através destes".¹⁷⁸ A Revolução Francesa foi a expressão histórica mais completa das mudanças sociais e políticas em curso: "Nossa filosofia alemã não é senão o sonho da Revolução Francesa", resumiu Heinrich Heine em 1831.

Numa era revolucionária, o próprio conceito também deveria sê-lo para exprimi-la, e isso foi o que deu base ao pensamento dialético contemporâneo: "A verdadeira importância e o caráter revolucionário da filosofia hegeliana [reside em que] todos os Estados históricos sucessivos são apenas estágios transitórios do curso infinito do desenvolvimento da sociedade humana, que parte do inferior para o superior. Em relação [à dialética] nada é final, absoluto, sagrado".¹⁷⁹ A base da dialética marxista não era, porém, o desenvolvimento da "ideia", como o fora na sua formulação hegeliana, mas o desenvolvimento *material*, isto é, o desenvolvimento histórico-natural do *real*. Em Hegel, o princípio dinâmico (o método dialético) se enclausurava finalmente no *sistema* que arrematava sua filosofia, eliminando (ideal ou imaginariamente) as contradições do real: "Em todos os filósofos, é precisamente o 'sistema' o perecível, pela simples razão de que surge de um eterno desejo do espírito humano: o de superar todas as contradições".¹⁸⁰

A dialética hegeliana expressou o caráter revolucionário de sua época, ao mesmo tempo em que suas limitações burguesas, que pretendiam fixar (deter) a revolução nos resultados (burgueses) já atingidos: sua superação deveria partir da constatação teórica e empírica da *permanência* da mudança (da vigência da revolução), invertendo, para isso, seu princípio epistemológico, deslocando-o da Ideia (da "Razão") para o mundo material concreto e suas contradições. Superada a era revolucionária burguesa, a dialética idealista só poderia

¹⁷⁸ George Novack. *Introducción a la Lógica Dialéctica*. Bogotá, Pluma, 1976, pp. 75-78.

¹⁷⁹ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

¹⁸⁰ Friedrich Engels. *Anti-Dühring*. Buenos Aires, Claridad, 1967.

subsistir como um formalismo historicista absoluto e fechado, que marcou, por exemplo, sua tardia versão italiana, a filosofia de Benedetto Croce, cuja escola se caracterizou por um “historicismo absoluto e, consequentemente, uma forma de *totalitarismo mental*”.¹⁸¹ Croce expulsou da história de Europa todo o que não se encaixasse na sua filosofia progressista da história.¹⁸²

Não foi arbitrariamente que Marx e Engels fundamentaram na dialética de Hegel não só o método de sua investigação materialista da sociedade, como também a forma mais geral das leis de seu desenvolvimento. Essas leis que, para Hegel, indicavam o desenvolvimento atemporal da Ideia Absoluta, na realidade expressavam o curso do desenvolvimento revolucionário da sociedade, só que de maneira mistificada, “idealista” e abstrata. Não era a forma do desenvolvimento (suas leis), mas o objeto a que pretendiam se referir (não a sociedade humana e seus fundamentos materiais, e sim a “Ideia”), o lado “mistificado” da dialética idealista: “A compreensão não consiste, como pensa Hegel, em reconhecer em toda parte as determinações da noção lógica, mas em conceber a *lógica especial do objeto especial*”.¹⁸³ A dialética, a filosofia, só poderia ser instrumento válido de conhecimento quando referida à realidade permanentemente mutante e às suas especificidades (ou “especialidades”).

O aspecto ideológico da teoria hegeliana coexistia com um avanço decisivo na história do pensamento: a constituição de um sistema em que, pela primeira vez, natureza, sociedade e pensamento se encontravam submetidos a uma única investigação e a leis únicas de desenvolvimento. O caráter contraditório do sistema de Hegel tinha por base a natureza revolucionária do avanço científico no alvorecer da época burguesa e também seus limites de classe: “A filosofia clássica alemã tentou, de maneira mística e abstrata, ultrapassar intelectualmente os limites do pensamento burguês. Como a lei

¹⁸¹ Carlo Cassola. *La Lezione della Storia*. Milão, Rizzoli, 1978.

¹⁸² Benedetto Croce. *Storia d'Europa nel Secolo Decimonono*. Roma, Adelphi, 1993. Croce foi, sucessiva e transitoriamente, socialista, fascista e democrata, e considerou o fascismo como uma “parêntese” da história italiana e europeia, em que esta teria ficado como que suspensa. Cf. Antonio Gramsci. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.

¹⁸³ Karl Marx. *Critique de la philosophie de l'État de Hegel. Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes, 1948.

do valor de Ricardo, o ‘método dialético’, elaborado no mesmo período revolucionário da sociedade burguesa, ultrapassava esta por suas consequências (do mesmo modo que o movimento revolucionário prático da burguesia superava em parte, em seus objetivos, a sociedade burguesa, enquanto o movimento revolucionário proletário não se constituía ainda como movimento independente)”.¹⁸⁴

A teoria revolucionária não podia encontrar sua expressão acabada senão na revolução proletária, criticando teoricamente o que esta revolução criticava praticamente. Assim encontrava sua resolução a proposição hegeliana que o jovem Marx tornou sua: “A forma não tem valor se não é a forma do seu conteúdo”. Utilizado para as novas finalidades do novo sujeito do desenvolvimento social (o proletariado), aplicado não à análise do desenvolvimento abstrato da Ideia e sim do desenvolvimento concreto da sociedade, o velho método dialético não podia deixar de revelar seus aspectos conservadores e “glorificadores do existente” (“tudo o que é real é racional”) e a eliminação deles seria a forma pela qual se expressaria sua “desmistificação” (ou “des-ideologização”) materialista: “Na sua forma racional... ela [a dialética] é um escândalo e uma abominação para as classes dirigentes e seus ideólogos doutrinários, porque na concepção positiva das coisas existentes, ela inclui também a inteligência de sua negação fatal, de sua destruição necessária, porque apreende o próprio movimento do qual toda forma não é senão uma configuração transitória; porque ela é essencialmente crítica e revolucionária”.¹⁸⁵

O “sistema filosófico”, que encontrou sua máxima expressão em Hegel, esgotara já em meados do século XIX sua função progressista. A partir da sua crítica *materialista*, a dialética podia ser emancipada de sua cápsula sistêmica (sistema fechado) idealista, e se transformar em princípio *aberto*. O método dialético *materialista* significa, em primeiro lugar, a especificação *histórica* de todas as relações econômicas e sociais, e a análise de sua dinâmica baseada nas suas contradições: “Quando um marxista demonstra de que modo o camponês livre da época capitalista descende do servo da gleba, e como este, por sua vez, descende do escravo, põe em funcionamento sua dialética; mas quando demonstra como o direito, a política,

¹⁸⁴ Karl Korsch. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.

¹⁸⁵ Karl Marx. *O Capital*, prefácio.

a sociedade e a literatura da era feudal derivavam-se da economia feudal, veste suas roupas de materialista".¹⁸⁶ Marx concebeu todas as instituições, relações e circunstâncias da sociedade burguesa na sua particularidade histórica, criticando todas as teorias econômicas e sociais em que esse caráter histórico ficasse diluído. Polemizando com David Ricardo, por exemplo, Marx destacou que esse autor aplicava a ideia especificamente burguesa da renda da terra (*rent*) "à propriedade imobiliária de todos os tempos e de todos os países. Este é o erro de todos os economistas que apresentam como eternas as relações e circunstâncias da produção burguesa".

A tarefa crítica proposta pela época foi realizada de modo amplo graças a que sua concepção não consistia em uma simples ou simplista análise de todos os fenômenos sociais e intelectuais por sua base econômica, mas em uma compreensão do conjunto da vida social em todas as suas manifestações, que possuía por base analítica a *produção material da vida social*: "A própria história da religião, feita abstração dessa base material, não tem critério; é bem mais fácil encontrar, através da análise, o conteúdo, o núcleo terrestre das *conceptions nuageuses* (nebulosas) da religião, que de fazer evidente pela via invertida como as condições reais da vida se revestem pouco a pouco de uma forma etérea. Mas este é o único método materialista e, em consequência, científico". A apropriação dos conteúdos científicos das teorias filosóficas precedentes foi possível porque estas não eram apenas um acúmulo de "*conceptions nuageuses*": sob diversas formas, generalizavam o desenvolvimento das forças produtivas que se operava no terreno da produção material e de sua organização social, e suas consequências.

O desenvolvimento inicial da filosofia burguesa da história era inconsciente de sua conexão objetiva com a história de seu tempo, ou seja, com a revolução em curso. Para Hegel, com a Revolução Francesa: "O pensamento e o conceito de direito se fizeram valer, e o velho edifício das iniquidades não pôde resistir. No Direito, uma constituição se apresenta, e tudo deveria doravante repousar sobre essa base. Desde que o sol está no céu e os planetas lhe giram ao redor, nada havia sido visto de parecido: o homem de ponta-cabeça, confiando na Ideia e

¹⁸⁶

Michael M. Postan. *Storia e Scienze Sociali*. Turim, Einaudi, 1976.

emoldurando a realidade com ela... Era um amanhecer magnífico. Todos os seres pensantes celebraram essa época. Uma emoção sublime reinou, o entusiasmo do espírito apropriou-se do mundo, como se só nesse momento se chegasse à verdadeira reconciliação do divino e do mundo”.¹⁸⁷

A relação consciente da filosofia idealista clássica com sua época não era ainda a consciência da sua relação com uma *classe social* determinada. Daí que essa filosofia, que pela sua natureza objetiva não podia deixar passar em branco os novos antagonismos de classe (burguesia-proletariado), já perfilados no próprio decurso da revolução burguesa, considerava-os, contudo, como inevitáveis e “naturais” à própria existência social. A especificidade teórica do marxismo foi compreender esses antagonismos, não como naturais e imutáveis, mas como *históricos* e *superáveis* mediante uma a revolução não mais só *política* e sim também *social*; revolução que deveria estar dotada de uma teoria conscientemente referida não apenas à sua época, mas também a uma classe social *particular* de sua época.

O desenvolvimento posterior da filosofia só manteve a característica conservadora de sua antecessora revolucionária, eliminando, no curso de seu desenvolvimento, inclusive a referência à sua época progressiva, convertendo-se pouco a pouco em uma especulação atemporal em torno, principalmente, da linguagem e de sua possibilidade de expressar as coisas e os conceitos. Reflete nessa forma “teórica” um fato histórico real: “Com Hegel, a filosofia atingiu seu ponto culminante e sua morte. Depois, ela sobrevive através das formas degradadas da repetição: Husserl repete Descartes e Kant, se fechando em uma interminável propedêutica a uma impossível filosofia; Heidegger repete Nietzsche e Husserl combinando-os, mas sem chegar a restaurar a ontologia que deseja. Durante a fase imperialista dos últimos cem anos, esse automatismo da repetição ideológica agravou-se: não há mais filósofos mas, na melhor das hipóteses, historiadores do que foi a filosofia”.¹⁸⁸

Diante do impasse, era necessário reformular os caminhos do pensamento e da ação. Marx e Engels concebiam a ação humana sujeita às condições que eram criadas pelo viver coletivo e, por isso, inapropriadas de serem entendidas a partir

¹⁸⁷ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

¹⁸⁸ Pierre Fougereyrollas. *L'Obscurantisme Contemporain*, ed. cit.

dos métodos das ciências naturais. Assim, os trabalhos que inicialmente deram forma ao materialismo histórico contrastaram com o método historiográfico hegemônico no século XIX, cuja preocupação se concentrava em alicerçar uma história baseada na tarefa de estabelecer a fidedignidade aos fatos. O materialismo histórico partiu, diversamente, da noção de que o modo com que o homem produz sua vida material condiciona todas as dimensões da sua vida.

Diversos críticos qualificaram tal pressuposto como determinista, alegando que o método de Marx consistiria em reduzir toda a história humana à economia, ou em propor um esquema econômico reducionista válido para todas as sociedades humanas, “adornadas com este ou aquele traço específico. Muito pelo contrário: Marx renunciou a definir um modelo deste tipo; em vez de abordar a sociedade como objeto dado e na forma em que ele se apresenta, analisou os processos de produção e de reprodução da vida social, criando assim o terreno necessário para abordar cientificamente ‘a lógica especial do objeto especial’, a lógica concreta das contradições e do desenvolvimento de uma dada formação social”.¹⁸⁹

Nessa medida, é unilateral e falso supor que o materialismo histórico se limitou a propor a superação da filosofia pela economia, ou que postulou a redução de todos os fenômenos sociais, políticos, culturais e ideológicos à sua base econômica (“reduccionismo”). Toda a obra de Marx consistiu (ou tentou consistir) numa superação da “economia”. Em Marx, a economia foi superada numa ciência diretamente histórica e social do desenvolvimento da produção material e da *luta de classes*. O *capital* e o próprio capitalismo deixavam de estar situados fora ou por cima da história, para transformar-se numa *relação social*, característica do período histórico em que a extração de *mais-valia* do trabalho assalariado constituiu o fundamento e o objetivo do modo de produção dominante, e o determinante da sua dinâmica.

A crítica radical das sociedades classistas, que havia sido antecipada por vários antecedentes ideológicos e de ação (os chamados “socialistas utópicos” e, antes deles, Gracchus Babeuf, Thomas Münzer, os teólogos comunistas anabatistas) não podia ser formulada de maneira completa e científica senão numa época de desenvolvimento adulto da sociedade

¹⁸⁹ Antoine Pelletier; Jean-Jacques Goblot. *Materialismo Histórico e História das Civilizações*. Lisboa, Estampa, 1970, p. 159.

capitalista: foi somente nas condições próprias a uma época histórica onde, de um lado, a produção material tinha sido objetivamente socializada em proporções até então desconhecidas (“a época que criou o individualismo como ideologia é, na verdade, precisamente aquela em que as relações sociais atingiram seu maior desenvolvimento”),¹⁹⁰ e onde, por outro lado, a esfera da produção material fora completamente separada das outras esferas da vida social, só nessa época as relações sociais diretamente originadas da própria produção material, e a conexão que existe entre essas relações e as condições políticas, jurídicas e outras delas derivadas, poderiam transformar-se em objeto de uma análise crítica.

A natureza de uma sociedade é a expressão das suas formas (modos) de produção, formas a partir das quais se torna possível conhecer suas relações de poder, de dominação social e de exploração do trabalho, que estruturam a própria sociedade. Com esse método para o estudo da história seria possível entender a existência das classes sociais, dos modos de produção, das ideologias, do Estado, do capital, enfim, de todos os elementos relevantes para a pesquisa e a reflexão históricas. Marx e Engels se opuseram à prática que substituiu o trabalho de investigação histórica por conceitos transformados numa filosofia da história cuja “virtude suprema consiste em ser ela mesma supra história”. Marx alertou, por exemplo, que “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc”. As abstrações teóricas deviam partir da história real, não serem elaboradas a priori para lhe serem impostas.

Ao adotar consciente e explicitamente o ponto de vista da classe que sofre “a forma mais radical da opressão social”, a teoria marxista não tirava uma simples conclusão “moral”, mas adotava o único ângulo possível para dar um caráter científico à sua investigação teórica. A concepção materialista da história, como método e atitude intelectual geral (ou “visão do mundo”) foi a forma do seu conteúdo, e esse conteúdo particular se constituiu através da teoria e a *práxis* da ação de classe do proletariado. A teoria marxista não poderia encontrar sua

¹⁹⁰ Karl Marx. *Introdução à Crítica da Economia Política*, 1857, ed. cit.

expressão mais acabada senão na revolução proletária, na práxis revolucionária, criticando teoricamente o que essa revolução já criticava praticamente.

A mudança consciente e *explícita* do ponto de vista (posição) social da teoria, foi o elemento decisivo da “inversão materialista” da dialética de Hegel levada a cabo por Marx. Referida ao desenvolvimento histórico real da sociedade, baseado na evolução e revolução de sua produção material, a ideal e idealista “contradição” hegeliana transformou-se na luta real entre as classes sociais, a “negação” dialética no proletariado (negação da sociedade burguesa): a revolução proletária não foi mais considerada uma aposta aleatória no futuro, mas a síntese dialética do desenvolvimento social contraditório do capitalismo, expressa positivamente na passagem para a sociedade socialista. Essa “dialética concreta” era a única que podia servir de instrumento teórico ao proletariado.

A dialética hegeliana, a despeito e *contra* seu método, culminava a história no congelamento do Estado moderno (e no fechamento do próprio método dialético), considerado como realização do Espírito através da História, como “realização da ideia moral”; não era uma dialética da revolução, mas uma filosofia da conservação. A consideração crítica do Estado moderno foi o ponto de ruptura de Marx com Hegel: “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que ele repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida pública e privada, entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente às consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, a impotência é a lei natural da administração.

“Essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga – as fracas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais

estritamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes – hipócritas antíteses cristãs. Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela”.¹⁹¹

A crítica do Estado (ou seja, da opressão social cuja existência o Estado constrói e consagra) levou Marx à ruptura com a filosofia de Hegel, isto é, com a ideia de um desenvolvimento autônomo das relações jurídicas e das formas do Estado. Marx, ao contrário de Hegel, buscou a gênese e compreensão dessas formas nas relações materiais da existência humana. A dialética materialista se constituiu desse modo no conteúdo mais geral da nova teoria da revolução social. O materialismo histórico não teve, por isso, necessidade de uma filosofia “prévia” ou “fundante” - um “fundamento normativo” - para justificar alguma proposição atemporal ou válida para todos os tempos (supra histórica): pôde, ainda assim, reclamar-se como continuidade crítica da filosofia clássica alemã, ao fundar a objetividade de suas proposições em sua filiação consciente a uma *época* precisa (o capitalismo) e a uma *classe social* determinada (a classe operária), não em uma “coerência lógica” interna. A filosofia clássica alemã fora a expressão geral mais ampla do desenvolvimento histórico burguês (das forças e relações produtivas capitalistas); a nova teoria definiu-se como a expressão *teórica* da principal força produtiva criada pelo domínio do capital, o proletariado.

Com esse método, Marx e Engels articularam o passado ao presente na perspectiva de perceber as possibilidades históricas do tempo futuro. Como em outras teorias, o passado ajudaria a explicar o presente (*historia est magistra vitae*), mas não o legitimaria. O passado requeria um tipo de interpretação que pusesse em evidência todos os ângulos possíveis e as visões de todas as classes e forças sociais que davam forma aos acontecimentos históricos. Seu objetivo declarado era o de fundamentar a organização da rebelião vitoriosa das forças produtivas sociais contra as relações capitalistas de produção ou, o que não é senão sua expressão concentrada, o Estado: “A organização revolucionária dos proletários como classe contém

¹⁹¹ Karl Marx. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”* (1844). São Paulo, Expressão Popular, 2010, pp. 60-61.

em si todas as forças produtivas que o sistema social é capaz de conter".¹⁹² O marxismo não superou a filosofia burguesa lhe contrapondo outras (opostas) verdades "eternas", mas sim propostas reconhecidas na sua conexão com uma época e com uma classe social que qualificava como transitória sua própria existência.

De nossos dias, o chamado "fim do comunismo" das décadas finais do século XX encontrou sua expressão teórica mais ousada de modo pouco original, através de uma espécie de tentativa de retorno *aggiornato* às proposições e método hegelianos. A tese de Francis Fukuyama, em *The End of History and the Last Man*, pretendeu partir de Hegel, ou melhor, do comentário deste feito pelo filósofo franco-russo Alexandre Kojève, que situou o centro da filosofia hegeliana nas noções de *satisfação* e *reconhecimento*. Para Hegel o "fim da História" teria sido atingido em 1804, com a batalha de Iéna (vitória napoleônica sobre as tropas prussianas), que marcaria a vitória definitiva do Estado liberal, como "estado de reconhecimento universal" (dos indivíduos entre si). Segundo Fukuyama, "muito do que costumávamos ver como motivações econômicas emerge, na verdade, daquilo que Platão chamava de *thymos*, ou desejo de reconhecimento".¹⁹³

Também Marx, segundo Fukuyama, teria sido autor de uma teoria do "fim da história" (identificando este "fim" com o comunismo). Na verdade, Marx afirmou que com "o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade" finalizava a pré-história da sociedade humana e começava a sua verdadeira história. A distinção não era só terminológica: ela refletia a completa inversão do método (e, portanto, do resultado) hegeliano feita por Marx. Marx criticou, na Filosofia do Direito de Hegel, a ideia do Estado moderno como "encarnação da ideia moral" (ou seja, como estágio final da evolução política da sociedade humana). A distorção hegeliana, porém, não era uma distorção arbitrária, mas uma expressão da realidade: "O formalismo do Estado hegeliano, a distorção representativista de suas assembleias que são uma ilusão de representatividade e de democracia autênticas, não são distorções que afetem apenas o Estado conceitualizado por Hegel, mas distorções que

¹⁹² Karl Marx. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

¹⁹³ Francis Fukuyama. *The End of History and the Last Man*. Nova York, The Free Press, 1992.

pertencem efetivamente à estrutura do Estado moderno, e só por isso passaram para a cabeça de Hegel".¹⁹⁴

Na sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx compreendeu que as "distorções da estrutura do Estado" refletiam as contradições da sua infra-estrutura (que Hegel chamava de sociedade civil), e que tinham a sua base "na formação de uma classe com correntes radicais, de uma classe da sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil, de um Estado que é a dissolução dos Estados, de uma esfera que possui caráter universal pelo universal do seu sofrimento, e que não reivindica para si nenhum direito especial, uma vez que contra ela não se cometeu nenhum desafio particular, mas o desafio em si, absoluto... Essa decomposição da sociedade, enquanto classe particular, é o proletariado". A apologia do Estado moderno (na verdade, da monarquia constitucional prussiana) realizada por Hegel, no entanto, punha em questão o próprio princípio dialético da sua filosofia, como já fora notado, em 1829, por um discípulo seu, Christian Weisse: "Se a dialética é progresso sem fim (*ein unendlicher Progresz*) como será compatível com esse movimento o fechamento imposto pelo Sistema (hegeliano)? A exigência de um crescimento pela negatividade dialética só arbitrariamente pode ser interrompida. É forçoso constatar que o mestre desmentiu o que é mais profundo em seu pensamento".

A contradição da filosofia hegeliana, porém, para Marx, não punha em questão seu próprio princípio metodológico, que deveria ser resgatado do seu invólucro idealista, resolvendo a ambiguidade do termo *fim*, que significava simultaneamente termo final e objetivo: "Pode-se falar do fim do Estado, para dizer que o Estado é ele próprio um fim, o termo de um processo do qual constitui a realização mais acabada... Hegel não é um pensador do fim do saber nem do fim da história. Ele não se furta - como poderia fazê-lo um dialético? - à contradição inerente ao conceito de fim, que designa ao mesmo tempo e contraditoriamente um objetivo e um termo, o momento de uma realização e o de um desaparecimento".¹⁹⁵

A chave metodológica do materialismo histórico encontra-se em ter resolvido a contradição hegeliana, situando

¹⁹⁴ João L. Alves. *Rousseau, Hegel e Marx*. Lisboa, Horizonte, 1983, p. 195.

¹⁹⁵ Jean P. Lefebvre e Pierre Macherey. *Hegel et la Société*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987, pp. 85-87.

a universalidade humana, não na superestrutura (política) mas na infraestrutura (produtiva) da sociedade humana, e definindo a especificidade *natural* dessa universalidade: "O homem é um ente-espécie não apenas no sentido de que ele faz da comunidade seu objeto, tanto prática quanto teoricamente, mas também no sentido de tratar-se a si mesmo como a espécie vivente, atual, como um ser universal consequentemente livre...Sem dúvida, os animais também produzem (mas) só o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. Só produzem em uma única direção, enquanto o homem produz universalmente. Só produzem sob a compulsão da necessidade física direta, ao passo que o homem produz quando livre da necessidade física e só produz, na verdade, quando livre dessa necessidade. Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza".

O *trabalho* produz o homem enquanto homem: "Os frutos da produção animal pertencem diretamente a seus corpos físicos, ao passo que o homem é livre ante seu produto. Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo... O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida-espécie do homem, pois ele não se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por isso, enquanto o trabalho alienado afasta o objeto da produção do homem, também o afasta sua vida-espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda sua superioridade sobre os animais em uma inferioridade".¹⁹⁶

Hegel teorizou a história a partir do conceito de que "o gradual progresso em direção à realização da unidade (entre essência e existência) constitui o significado da história".¹⁹⁷ Cabe acrescentar que, ainda dando um lugar subordinado, não primordial, ao trabalho produtivo na história humana, Hegel não caiu no erro de dividir abstratamente as necessidades humanas em "econômicas" e "timóticas" (de reconhecimento),

¹⁹⁶ Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

¹⁹⁷ Shlomo Avineri. *Hegel's Theory of the Modern State*. Londres, Cambridge University Press, 1974, p. 221.

mas tentou construir uma teoria das necessidades humanas unitária e historicamente determinada, isto é, uma teoria que levasse em conta as mudanças das situações históricas e das necessidades humanas decorrentes de cada uma delas. Depois de deformar e deturpar Hegel, Fukuyama lhe criticou ter situado o "fim da história" dois séculos antes da sua efetiva ocorrência (com o "fim do comunismo" e de todas, ou quase todas, as barreiras ao capitalismo liberal, isto é, dos "desafios sistêmicos" ao capitalismo).

As necessidades derivadas do *thymos*, "o espírito que se situa entre a razão e o desejo na topografia platônica da alma" (ou a paixão), não podem ser arbitrárias e abstratamente separadas das necessidades "racionais" - que Fukuyama chamou de "econômicas" - visto que estas não são atemporais ou metafísicas, mas históricas, não mensuráveis em termos puramente fisiológicos (caso no qual equivaler-se-iam às necessidades animais). Pois elas integram "a satisfação do homem em e através do reconhecimento de todos, e de cada um por todos e cada um (que) permanecem vigentes até hoje (pela) sua base comum: a necessidade de libertação do homem, necessidade condicional, se devem subsistir a civilização, a organização e a liberdade positiva. O problema da alienação humana, do patrimônio (não a propriedade no sentido hegeliano), ou seja, do capital, são vistos tanto por Hegel como por Marx, e reconhecidos desde então por toda teoria e toda prática política consciente...

Ao elaborar o conceito de luta de classes, Marx transformou em conceito científico o que para Hegel continuava sendo um conceito filosófico, e até no limite da filosofia: a *paixão*... Para Hegel, a paixão é a força que movimenta a história. Para Marx, essa paixão está determinada em cada ponto da história. Para Hegel, só a paixão realizada, e desse modo compreendida, determinando-se, é conhecível cientificamente. A paixão do presente é só um resíduo, um resto a ser assimilado pela consciência de si da realidade histórico-moral do Estado moderno. Para Marx, esse Estado é o da alienação, e a paixão não é somente necessária para realizar a liberdade, mas está determinada, na sua tendência, pela forma concreta da realidade em e contra a qual ela se desencadeia: as linhas de força - segundo as quais a paixão deve atacar, se quer

continuar sendo a paixão da liberdade concreta - podem ser conhecidas cientificamente".¹⁹⁸

Esse conceito-limite da filosofia transformado em instrumento da análise histórica, foi o que expôs Walter Benjamin, nas suas *Teses Sobre o Conceito de História*: "A luta de classes, sempre presente no espírito de um historiador inspirado em Marx, tem por objetivo as coisas concretas e materiais sem as quais as coisas do espírito, e todos os refinamentos, não poderiam existir. Mas elas não aparecem na luta de classes como a imagem de um prêmio a ser ganho pelo vencedor. Elas vivem no coração dessa luta como confiança, coragem, humor, astúcia e perseverança. Seu eco repercute na noite dos tempos passados. Elas virão sempre pôr em questão as vitórias das quais saíram os dominadores". As virtudes morais derivadas da paixão positiva existem e agem historicamente.

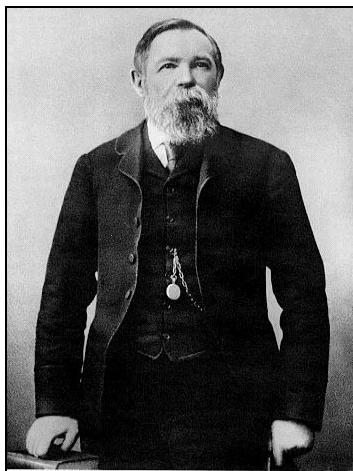
O novo conteúdo "materialista e científico" da dialética reconvertida por Marx, tinha outra consequência metodológica: já não era possível tratar acerca deste método fazendo abstração do seu objeto concreto. Esta era uma consequência natural do caráter conscientemente histórico da dialética: "Se se considera deste ponto de vista histórico a 'passagem' da dialética burguesa de Hegel para a dialética proletária de Marx, vê-se o absurdo de se representar a dialética materialista como um sistema independente. Uma dialética verdadeiramente 'materialista' não pode estritamente dizer nada das determinações do pensamento em si mesmo, nem das relações que elas mantêm entre si, abstração feita de seu conteúdo histórico concreto... Simultaneamente com a transformação da realidade e da praxis histórica, se transformam também as categorias do pensamento e todas suas relações.

"Negligenciar essa correspondência histórica, e pretender fazer entrar as determinações do pensamento e suas relações em um sistema abstrato, equivaleria a sacrificar a dialética 'materialista', proletária e revolucionária, equiparando-a com um modo de pensar que só tirou um benefício teórico da inversão materialista, e que permanece sendo, na realidade prática, a velha dialética idealista da filosofia burguesa. A dialética materialista do proletariado não pode ser ensinada de maneira abstrata, nem com ajuda dos pretensos exemplos, como uma ciência particular com seu

¹⁹⁸

Eric Weil. *Hegel y el Estado*. Córdoba, Nagelkop, 1970, p. 139.

objeto próprio. Só pode ser utilizada de maneira concreta na praxis da revolução proletária, numa teoria que é uma parte constitutiva da mesma”.¹⁹⁹



Friedrich Engels em 1891

Ao tratar de todas as formações econômico-sociais e do complexo sistema de formas de consciência social e ideologias que se erguem sobre este fundamento, em sua especificidade histórica ou, o que é o mesmo, com a análise das tendências que conduzem ao seu desenvolvimento e desaparecimento, o marxismo também oferecia a base metodológica necessária para a aplicação a si mesmo, isto é, para a compreensão de sua especificidade histórica. Para Norberto Bobbio “quaisquer que sejam os reajustes póstumos, as correções oportunas, as interpretações moderadas das relações entre a base e a superestrutura, o que quer que se diga, a verdade é que o marxismo tem sido e continua a ser a teoria do primado do econômico sobre o político. Para ser marxista não basta sustentar o primado da economia; contudo, basta negar esse primado para não ser marxista”.²⁰⁰ No entanto, a interação entre diversos fatores e instâncias de natureza política, econômica, social e cultural, na perspectiva marxiana, aparecem como distintos momentos de uma mesma totalidade. Essa

¹⁹⁹ Karl Korsch. *Op. Cit.*

²⁰⁰ Norberto Bobbio. *Ensaio Escolhidos*. São Paulo, Cardim Editora, sdg.

remissão permanente à totalidade do real delimita as possibilidades de vigência de um enfoque reducionista, em qualquer uma de suas manifestações.

Em virtude de todo o precedente, Marx e Engels não esboçaram nenhum projeto “acabado” para uma futura sociedade socialista ou comunista, ou seja, um “plano ideal” para essa sociedade (socialistas utópicos e anarquistas, ao contrário, foram prolíficos na elaboração de projetos desse tipo). Estabelecer precisamente o conteúdo e as formas de uma organização social resultante da superação da exploração e da alienação do trabalho seria ignorar a magnitude das mudanças que sua vitória introduziria em todos os aspectos da vida social.

A revolução social, em que pese a determinação materialista de suas precondições e de suas formas de desenvolvimento, permaneceu sendo um “salto”, certamente não um salto do reino absoluto da necessidade para o reino absoluto da liberdade, mas um salto desde um sistema de relações sociais esclerosadas, transformadas em entraves históricas, para um sistema flexível de formas novas e mais plásticas de vida social, com um grande espaço para o desenvolvimento controlado das forças produtivas sociais, assim como para o aparecimento de novas atividades humanas.

A tarefa posta pela história não consistia em imaginar sociedades ideais para um futuro indeterminado, ou para serem exemplarmente realizadas em pequena escala, mas em determinar, a partir da sociedade real, as tendências e condições que preparavam sua superação *em escala universal*. O caráter cada vez mais profundo das crises capitalistas evidenciava que, tendo o capital e a burguesia cumprido suas duas grandes tarefas históricas - a libertação da força produtiva do trabalho social, através da transformação da força de trabalho em mercadoria, e a criação, com o mercado mundial, do marco histórico para a plena expansão das novas forças produtivas sociais - tinha criado o cenário histórico adequado para a eliminação dos modos de produção da vida social baseados na exploração do trabalho: “Na sociedade cooperativa baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores já não trocam seus produtos; o trabalho dispensado na produção das coisas já não aparece como valor desses produtos, como uma de suas qualidades materiais, porque a essa altura, ao contrário do que ocorre na sociedade capitalista, o trabalho individual existe como uma parte do trabalho social

total de uma forma direta ou imediata, e já não de uma forma indireta”.²⁰¹

O aprofundamento da contradição da mercadoria evidenciava o desvario entre a potencialidade de um desenvolvimento enorme da riqueza, que permitiria o melhoramento das condições de vida e de trabalho, e a sua “mísera base” burguesa. Para reafirmar a predominância da utilização da riqueza material sobre sua produção, seria necessário repor as bases da recomposição da unidade dialética entre trabalho e não-trabalho, entre produção e consumo; a reafirmação dessa predominância só poderia ser realizada em uma forma social de tipo superior, na qual se chegasse a um desenvolvimento sem entraves sociais das capacidades humanas.

Dentro de uma sociedade em transformação de caráter socialista, o valor de uso poderia começar a mostrar o que significaria retomar sua supremacia sobre o valor de troca, porém sem conseguir ainda suplantá-lo de imediato. A centralidade do trabalho deveria superar dialeticamente a separação violenta que a falsa universalidade do capital fez aparecer em confronto com o não-trabalho e com as condições de vida em geral. E todavia, a assim chamada superação dialética - a *Aufhebung* da transição - seria ainda parcial, enquanto que o não-trabalho ainda não pudesse reunir-se ao trabalho como desenvolvimento das capacidades humanas. O trabalho, ainda que não alienado, permaneceria sendo ainda trabalho necessário, por si mesmo e para si mesmo, todavia, entendido não individualmente mas num sentido de classe.

As relações sociais burguesas, determinadas pelo predomínio da produção da riqueza abstrata sobre sua utilização, exprimem a impossibilidade da recomposição da unidade entre trabalho e não-trabalho. Somente a reafirmação do predomínio da utilização da riqueza material sobre a produção poria as bases da identidade dialética entre trabalho e não-trabalho, e portanto entre as diversas porções do tempo, entre produção e consumo. A afirmação desse predomínio só seria possível em uma forma social de tipo superior, na qual os produtores seriam eles mesmos proprietários, não mais a título privado. Somente nessa forma social as necessidades sociais seriam satisfeitas por uma produção imediatamente social, não

²⁰¹ Karl Marx. Crítica do Programa de Gotha. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

mais subordinada à mediação da apropriação privada e, por isso, à necessidade da troca. De fato, “é só quando a sociedade controla eficientemente a produção, regulando-a antecipadamente, que cria a ligação entre a medida do tempo de trabalho social dedicada à produção de determinado artigo e a extensão da necessidade social que tal artigo deve satisfazer”.²⁰²

Marx assinalou a possibilidade de superação, nesse contexto e através do *comunismo*, da fragmentação alienante da ciência, e também entre possuidores e não possuidores do “saber”: “Toda a história serviu para preparar e desenvolver a transformação do ‘homem’ tanto em objeto da consciência sensível quanto da necessidade do ‘homem como homem’ em necessidade natural concreta. A própria história é parte da história natural, da transformação da natureza em homem. As ciências da natureza compreenderão depois tanto as ciências humanas, quanto as ciências humanas compreenderão as ciências da natureza. Haverá uma só ciência”.²⁰³ O sistema social capaz de abolir a alienação do trabalho, encerrando a divisão entre trabalho manual e intelectual, teria como consequência a abolição da divisão entre ciências exatas, físico-naturais e sociais, e entre as cada vez mais diversas e fragmentadas disciplinas que as compõem.

Os precursores do materialismo histórico tinham consciência da importância de sua obra na história do pensamento, não apenas do pensamento social: “Assim como Darwin descobriu a lei de desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei de desenvolvimento da história humana” – foram as palavras de Engels no funeral de seu amigo e companheiro de ideias, lutas e pesquisas, em 1883. Isto não significa que ambos tivessem cunhado uma série de textos e proposições concluídas e fechadas. Cheia de temas e propostas teóricas apenas indicadas ou esboçadas, um traço marcante da produção marxiana foi seu caráter inacabado. Não é ninguém menos que Marx o afirmou. Dois anos antes de sua morte, consultado por Karl Kautsky a respeito da possibilidade de publicação de suas “obras completas”, contestou dizendo que essas obras deveriam antes ser escritas “em sua inteireza”.

A incompletude da obra marxiana, somada às

²⁰² Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

²⁰³ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

dificuldades da publicação integral do que fora efetivamente escrito pelo teórico alemão, e a pouca repercussão intelectual que ela teve com seu principal autor ainda vivo, foram geradoras, a partir de sua morte, de várias tentativas de interpretar e completar seu corpo teórico. Marx, por exemplo, nunca escreveu um estudo sistemático e específico sobre o Estado, embora abrigasse projetos com esse objetivo. Em mais de um século e meio, por outro lado, o materialismo histórico sofreu certamente de petrificação burocrática, ou de formalização acadêmica (na qual Marx é cortado em fatias, cada uma delas ocupando seu lugar nas diversas linhagens econômicas, sociológicas, historiográficas, filosóficas, e outras tantas em que se dividem as ciências sociais).

Deve-se isso, ao menos em parte, ao fato de que “na tradição teórica oriunda de Marx, o perigo de deslizar em uma filosofia ruim foi particularmente grande ao se fazer evidente a tendência para sufocar problemáticas filosóficas em favor de uma concepção cientista da ciência. Em Marx, a herança da filosofia da história se faz sentir de modo não refletido; esse objetivismo histórico irrompeu sobretudo nas teorias evolucionistas da Segunda Internacional, por exemplo em Kautsky, e no *Diamat* (materialismo dialético)?”

O autor citado apontou uma “lacuna” na herança teórica de Marx, indevidamente preenchida depois dele pelos seus pretensos continuadores, motivo pelo qual “se hoje retomarmos as asserções fundamentais histórico-materialistas sobre a evolução social, devemos fazê-lo com a máxima atenção”. Certamente, isso deve ser feito por esse motivo, e por muitos outros (a “máxima atenção” é um dever científico e humano básico).

Para o mesmo autor, “ficou obscurecido desde seu início o fundamento normativo da teoria marxiana da sociedade, que não queria renovar as pretensões ontológicas do iusnaturalismo clássico, nem satisfazer as [pretensões] descritivas das ciências nomotéticas, para ser, diversamente, uma teoria ‘crítica’ da sociedade, mas só na medida em que conseguisse fugir das falsas inferências naturalistas de teorias implicitamente valorativas. Marx acreditava ter resolvido este problema com um golpe de mão, declarando sua apropriação materialista da lógica hegeliana. É também verdade que não teve necessidade de ocupar-se particularmente dessa tarefa, podendo, para seus fins práticos de pesquisa, contentar-se de tomar literalmente e criticar de modo imanente, o conteúdo

normativo das teorias burguesas dominantes, o direito natural moderno e a economia política... No meio-tempo a consciência burguesa virou *cínica*, sendo entulhada até o fundo de conteúdos normativos vinculantes, como se vê nas ciências sociais, em especial no positivismo jurídico, na economia neoclássica e na teoria política recente”.²⁰⁴

Caberia, pois, acrescentar ao materialismo histórico a crítica ao cinismo burguês hodierno (e não foram poucos os que isto fizeram) e/ou dotá-lo de um “fundamento normativo”? Seria como pretender dotá-lo da atemporalidade (não classista) que a ciência burguesa pretendia (e pretende) para si própria. Pois o caráter inconcluso do materialismo histórico não foi só produto das circunstâncias e percalços de sua concepção e desenvolvimento, ele faz parte de sua própria natureza, baseada na reinterpretação constante e permanente da realidade para transformá-la. Nunca foi fórmula acabada, mas método para interpretar e subverter uma realidade histórica em perpétua mudança pela sua própria natureza, e suscetível ele próprio de mudança.

Desde sua formulação inicial, o materialismo histórico coexistiu com exigências e pressões contraditórias: 1) Seu necessário aprofundamento que, segundo Rosa Luxemburgo (em um breve artigo chamado *Avanços e Retrocessos do Marxismo*),²⁰⁵ só poderia resultar da sua confrontação com os novos problemas teóricos suscitados pela luta de classes, um enunciado que foi considerado restritivo e limitador por alguns autores marxistas (por deixar pouca ou nenhuma margem para a atividade puramente teórica); 2) Sua formalização e sistematização teórica acabadas, isto é, sua transformação num “sistema”, oriunda de sua penetração acadêmica, especialmente marcante na segunda metade do século XX.²⁰⁶ A primeira

²⁰⁴ Jürgen Habermas. *Per la Ricostruzione del Materialismo Storico*. Milão, Etas Libri, 1979, pp. 12-13.

²⁰⁵ Rosa Luxemburgo. *Obras Escogidas*. Bogotá, Pluma, 1978.

²⁰⁶ Exemplos dessa tendência: Gerald A. Cohen. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Princeton, Princeton University Press, 1978; John Roemer. *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986; e bem antes deles, Nikolai Bukhárin. *Teoria do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970. Vivek Chibber (O que vive e o que está morto na teoria marxista da história. *Crítica Marxista* nº 35, São Paulo, outubro 2012) postulou que “a teoria marxista da história consiste em duas subteorias analiticamente distintas: uma teoria das formas sociais e uma teoria das transições de uma forma social a outra.

exigência está imbuída do perigo do dogmatismo e do fechamento teórico; a segunda, de sua formalização estéril. Nenhuma teoria revolucionária, porém, sobreviveu sem enfrentar e dar resposta a essas exigências e desafios.

6. CAPITALISMO, HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA MUNDIAL

O período burguês da história está chamado a assentar as bases materiais de um novo mundo: a desenvolver, de um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar este intercâmbio; e, outro, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material num domínio científico sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio burgueses vão criando essas condições materiais de um novo mundo do mesmo modo que as revoluções geológicas criavam a superfície da Terra. E somente quando uma grande revolução social apropriar-se das condições da época burguesa, do mercado mundial e das modernas forças produtivas, submetendo-os ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano terá

A primeira preocupa-se com a individuação dos diferentes tipos de sistemas sociais ou modos de produção; a segunda tem como objeto o mecanismo pelo qual a história se move por meio dos modos de produção". A escolha dessas "subteorias" é arbitrária; poderia ser acrescida de outras igualmente importantes (a teoria das relações entre base produtiva e superestrutura ideológica, entre outras possíveis). As "subteorias", por sua vez, poderiam ser subdivididas em outras sub-sub-teorias, e assim por diante. A teoria histórica materialista desenvolveu-se através de seu confronto (não necessariamente diametralmente oposto ou inteiramente crítico) com outras teorias sociais e filosóficas, uma linha iniciada por Marx e Engels e largamente continuada por Plekhánov, Bukhárin ou Gramsci, por exemplo; ou pela análise teórica das novas questões postas pelo desenvolvimento histórico: Hilferding, Lênin, Trotsky, o mesmo Gramsci (ou, na América Latina, José Carlos Mariátegui) comparecem nessa linhagem. Para não falar da pleiade de historiadores marxistas que deixaram importantes obras acerca de diversos períodos e processos históricos, questionando inclusive conceitos usados pelos fundadores da teoria (os debates acerca do estatuto teórico do "modo de produção asiático", conceito incidentalmente usado por Marx, por exemplo).

deixado de assemelhar-se a esse horrível ídolo pagão que só bebia o néctar no crânio do sacrificado (Karl Marx, O Capital)

Não é verdade que a economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade, que os traços específicos não passem de um ‘complemento dos traços gerais’, uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial [...]. Não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial. As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. É suficiente comparar a Inglaterra com a Índia, os Estados Unidos com o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama economia mundial (Leon Trotsky, A Revolução Permanente)

A história econômica foi filha da reviravolta operada na historiografia em inícios do século XX, e teve uma dupla base. De um lado, “a formação da moderna ciência da economia política”, ao mesmo tempo em que “a economia irrompe na história (quando) as massas, ao se lançar na luta pelos seus direitos, tiveram que buscar para si a legitimação histórica”: “nos inícios do século XX a história econômica configurou-se como disciplina independente”, e só “depois da Primeira Guerra Mundial a história econômica se emancipou de modo rápido e definitivo”, emancipação que, na área acadêmica, se atingiu com a publicação, nos EUA, do *Journal of Economic and Business History* (1926), na Inglaterra, da *Economic History Review* (1927) e, sobretudo, com a publicação, na França, dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, a partir de 1929.²⁰⁷ A história econômica firmou-se como disciplina em momentos em que na teoria econômica predominava o enfoque neoclássico, que excluía qualquer teoria do valor baseada no trabalho, e mais ainda qualquer consideração da transitoriedade histórica

207

Witold Kula. *Op. Cit.*

do capitalismo.

A vinculação entre economia e história, por outro lado, foi frequentemente realizada de modo mecânico. Charles Morazé definiu a economia como base *natural* da “lógica da história”: “O fator econômico surge como a base universal, o quadro permanente. É o esqueleto cujo desenvolvimento preliminar e indispensável a qualquer outro progresso do qual ele é, entretanto, função. Destarte, na origem de todas as grandes questões históricas encontramos esses problemas da vida cotidiana, cujo sentido nos cumpre tratar de demonstrar. É para sua felicidade que o homem trabalha, felicidade por ele baseada, sem dúvida, na descoberta de um ideal de elevação variável, porém subordinado também, na imensa maioria dos casos, à satisfação, mais ou menos requintada, das necessidades imediatas de sua natureza”.²⁰⁸

A noção de *modo de produção*, conceito abrangente da produção histórica da vida social, ficava desse modo reduzida a uma espécie de economicismo, no qual as “ciências humanas” jogavam um papel auxiliar da disciplina sintética por excelência, a história, esta possuindo sua lógica numa “economia” baseada na satisfação das “necessidades imediatas” de uma “natureza humana”, que consistiria numa universal e atemporal “busca da felicidade”. O conceito é arbitrário, abstrato e não histórico (afinal, só pode conhecer o verdadeiro significado e valor da felicidade aquele que conheceu a infelicidade que, obviamente, não é “buscada”...). Não era com base nessa “lógica” ou em conceitos assemelhados que se poderia compreender a passagem das sociedades pré-capitalistas para o modo de produção capitalista, nem a própria lógica do capitalismo, isto é, a história da economia mundial.

As forças produtivas suscitadas pelo modo de produção capitalista não podiam ficar contidas dentro das áreas confinadas dos velhos Estados dinásticos da Europa. O surgimento do capitalismo e a industrialização dos países avançados geraram um mercado mundial e uma divisão internacional do trabalho. Foi através de sua relação com o mercado mundial que os Estados capitalistas nacionais adquiriram sua fisionomia específica, e que as áreas menos desenvolvidas, a medida que entravam em contato com o mercado mundial, assumiram uma posição de dependência. Ao mesmo tempo, a burguesia, a classe dirigente capitalista,

208

Charles Morazé. *Lógica da História*. São Paulo, Difel, 1970.

estabeleceu-se politicamente através do Estado Nacional, e assim surgiu um sistema de Estados que encarnavam diferentes interesses nacionais. O Estado se definiu na esfera econômica mediante suas próprias leis, sistema monetário, tarifas e restrições ao movimento dos fatores de produção. Havia, portanto, uma contradição entre as tendências internacionais unificadoras das novas tecnologias e a influência constritora do Estado Nacional. Isto se manifestou em rivalidades e tensões entre as principais potências, na expansão colonial, em alianças e preparativos de guerra e finalmente na própria guerra.

A economia mundial é, assim, consequência do nascimento e expansão do regime capitalista. A história mundial, por isso, se transformou em fato empírico imediato só na era do capital. O desenvolvimento do comércio internacional criou as bases de um mercado mundial, e teve um efeito destrutivo sobre as relações de produção feudais na Europa ao introduzir as relações mercantis em larga escala, exigindo que a produção se desenvolvesse em uma escala qualitativamente mais ampla (para atender às necessidades do crescimento comercial interno e externo). O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram no quadro da economia mundial. Antes que fossem estruturados os Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento importante. Esse comércio foi um dos fatores que impulsionou as revoluções inglesas do século XVII. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram obrigados a terem uma política externa, e a aliarem-se uns contra outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação com a autodeterminação dos países atrasados, ou seja, nasceram com base em uma política *mundial*.

A grande indústria, “criou de fato a história mundial, na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e cada indivíduo para satisfazer suas necessidades, e na medida em que aniquilou nas diversas nações a identidade própria que até então lhes era natural”:²⁰⁹ “Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinha imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. (...) Apenas quando o

209

Karl Marx; Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. ed. cit., p. 7.

intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas estará assegurada”.

O capitalismo unificou o planeta não só economicamente. A economia mundial como fator histórico determinante, e as relações internacionais como fator político dominante, se impuseram no século XIX: Marx e Engels, como outros autores, imprimiram um enfoque internacional ao estudo das sociedades de seu tempo. Só se poderia falar em história universal a partir do momento em que a própria história criasse “homens empiricamente universais, históricos”, forçados a viver “no plano de história mundial” e não mais “no plano da vida local”. A história mundial foi criada pela grande indústria moderna, através da qual o capitalismo tornou a trajetória dos povos e países capítulos de uma mesma história mundial, que tinha na internacionalização da economia (criação de um mercado mundial) baseada na grande indústria, seu ponto de partida. A “história mundial” deve ser distinguida do que se chama de “história do mundo” ou “história da humanidade”, ou seja, os registros dos feitos do *homo sapiens* na Terra desde que passou a ter a capacidade necessária para efetuar tais registros através da escrita ou da tradição oral.

A história mundial se impôs, com a expansão internacional do capital, como evidência *direta*, não só como reconstrução ulterior da trajetória das sociedades a partir da consciência da unidade da espécie humana. Foi sob a influência de Hegel que Marx iniciou sua formulação da ideia de *história universal*. Em Hegel, o desenvolvimento de uma *Weltgeschichte* correspondia a um movimento do *espírito universal* (*Weltgeist*) no sentido de sua objetivação. Tal movimento poderia ser reconhecido em determinados períodos da história quando, sob a hegemonia cultural greco-romana e a supremacia político-militar do Império Romano, constituiu-se um marco do advento de uma época histórica universal, que possibilitara o aparecimento de “indivíduos histórico-universais” (como Alexandre Magno ou Júlio César).²¹⁰

As matrizes dessa interpretação remontavam à obra de Políbio, historiador romano do terceiro século de nossa era. A superação dessa concepção implicava uma delimitação

²¹⁰ Muniz Gonçalves Ferreira. *Engels, Marx e a História Mundial de seu Tempo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

simultânea do idealismo hegeliano e do romanticismo: uma das premissas do materialismo histórico foi a crítica da teoria dos “indivíduos históricos” de Thomas Carlyle, realizada por Friedrich Engels no início da década de 1840. Carlyle, fortemente influenciado pelo romantismo alemão, com sua “teoria do grande homem” exposta em *Heroes, Hero-worship, and the Heroic in History* (1841) tratou de contrapor a figura do herói à presença ascendente das massas.

Para Carlyle, o homem comum, a célula da massa, de nada valia a não ser como peão ou degrau para assegurar a projeção do herói e respaldar sua realização. Este é quem fazia a história: “A história universal, a realização dos homens, é, no fundo, a história dos grandes homens que trabalharam entre nós. Grandes capitães modelaram a vida geral, como exemplos vivos e criadores no sentido vasto de tudo o que a massa humana procurou atingir ou realizar... A sociedade está fundamentada no culto aos heróis. Todas as dignidades e hierarquias sobre as quais se apoia a associação humana são o que poderíamos chamar uma heroiarquia, um governo de heróis... A história do mundo é a biografia dos grandes homens”.²¹¹ A consequência política desse posicionamento foi sua condenação à democracia, “império do vulgar” na Terra, e sua consequente (e reacionária) apologia da elite.



Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Marx acolheu a reflexão hegeliana sobre o advento de uma *Weltgeschichte*, mas distanciou-se da identificação desse processo com o movimento de objetivação do *Weltgeist*. A configuração da história universal tinha fundamento, para ele, no desenvolvimento das forças produtivas sociais. Na obra que dedicou, conjuntamente com Friedrich Engels, ao ajuste de

²¹¹

Thomas Carlyle. *Los Héroes*. Madri, SARPE, 1985, pp. 31-40.

contas filosófico com o idealismo hegeliano, ofereceu uma nova base para a compreensão do advento da *história universal*: “A transformação da história em história universal não é, sob qualquer aspecto, um simples ato abstrato da parte da autoconsciência do espírito universal ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato material, empiricamente verificável. Um ato comprovado por cada indivíduo na medida em que este vem e vai, come, bebe e veste a si mesmo”.²¹²

A unificação do mundo amadurecia também as condições para uma *revolução universal*, tão universal quanto a contradição da qual nascia. A unificação do mundo concluída pelo proletariado vitorioso seria o fato mais importante da história de seu tempo, o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados e seu isolamento nacional ou local. Também era a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo como projeto histórico real, não utópico, que só poderia triunfar no plano universal. Com as relações universais já estabelecidas pelo capitalismo, o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico. A “filosofia do progresso” iluminista era superada através de uma continuidade diferenciada do projeto *revolucionário*.

O mercado mundial criou as bases materiais para a história mundial, isto é, para a unificação da dinâmica histórica do gênero humano. Na sua forma real, desenvolvida, esse mercado foi produto da *indústria* capitalista, não da expansão comercial potenciada. Lutando contra um eurocentrismo recorrente nas ciências humanas, foi afirmado que “o Oriente tornou possível a ascensão do Ocidente através de dois processos de difusão/assimilação e de apropriação. Os orientais criaram, depois do século VI de nossa era, uma economia global e uma rede global de comunicações graças às quais os portfólios orientais de recursos avançados (ideias, instituições e tecnologias) se difundiram no Oeste, onde foram assimilados através do que chamo de mundialização oriental. Em sequência, o imperialismo ocidental, a partir de 1492, conduziu os europeus a apropriar-se de todos os recursos econômicos do oriente, o que permitiu a ascensão do ocidente. Devido a isso, o Oeste não foi nunca o pioneiro autônomo de seu próprio

212

Karl Marx e Friederich Engels. *Op. Cit.*

desenvolvimento, pois sua emergência teria sido inconcebível sem a contribuição do Oriente”.²¹³

A economia e as comunicações “globais”, criadas pelos “orientais” (quais? O Oriente é muito vasto e variado...), nunca incluíram a América, nem outras regiões do globo. A apropriação ocidental (europeia ocidental, seria melhor dizer) das técnicas e recursos científicos e intelectuais orientais não faz a menor dúvida, mas sua expansão mundial a partir da Europa não foi produto de uma vocação imperialista diferenciada, mas do fato que essa expansão se apoiava sobre novas forças produtivas sociais criadas pela indústria e as relações capitalistas, a “produção pela produção”, que *obrigaram* Europa a criar uma rede econômica mundial para alimentar e dar vazão a uma produção constantemente realimentada pelo seu próprio objetivo, o lucro capitalista. E isto faltou, ou não ultrapassou um estágio incipiente, no “Oriente”, como quer que ele seja definido ou indevidamente homogeneizado.

A unificação econômica mundial criou também uma ordem política baseada nos acordos interestatais, ordem submetida a constantes reformulações, derivadas das próprias desigualdades de desenvolvimento e das crises capitalistas, e de suas expressões geopolíticas. O caráter cada vez mais profundo delas evidenciava que, tendo o capital e a burguesia realizado suas duas grandes tarefas históricas – a libertação da força produtiva do trabalho social e a criação, com o mercado mundial, do marco histórico para a plena expansão das novas forças produtivas sociais – tinha criado o cenário histórico adequado para a eliminação dos modos de produção baseados na exploração do trabalho.

A fisiocracia, o mercantilismo e a economia política clássica haviam tomado em consideração a existência de relações econômicas internacionais: a teoria das “vantagens comparativas” de David Ricardo, por exemplo, foi a base ideológica do liberalismo econômico como teoria do comércio internacional. Para os economistas clássicos, no entanto, a economia (o mercado) mundial não era uma categoria independente da economia nacional, que emprestava inclusive seu nome à “economia política” (*nationalökonomie*, em alemão). A existência de relações econômicas de abrangência mundial era considerada uma consequência da expansão europeia a

²¹³ J. M. Hobson. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

partir do século XVI (denominada enganosamente pelos historiadores como “europeização do mundo”): a economia mundial era, nessa concepção, um subproduto ou um epifenômeno de um processo de natureza política e militar. Para Marx, ao contrário, a *universalidade* da produção capitalista era a expressão de sua realidade *histórica*, impensável nas categorias da economia política. Marx rompeu com a economia clássica na consideração do caráter tendencialmente *mundial* do modo de produção capitalista, o que significava que só o *mercado mundial* oferecia o *locus* adequado para a expansão das modernas forças produtivas, expansão que, para o capital – diferentemente dos modos de produção precedentes – constituía uma condição de sobrevivência.

Uma vez consolidado o capitalismo, sua expressão “científica” se tornou teoricamente regressiva. Depois do surgimento e difusão da teoria marxista, a teoria *neoclássica* originou uma nova vertente de pensamento econômico, adequada à ideia de funcionamento “ideal” do mercado, este sendo reduzido a um marco nacional, do qual as relações internacionais seriam uma função aleatória. Paralela e necessariamente, economistas da “escola austríaca”, como Ludwig Von Mises, criticaram também a teoria do valor-trabalho dos clássicos: o valor seria o resultado, não do *quantum* de trabalho incorporado no produto, mas da utilidade e raridade do bem ou serviço produzido. E, sendo o trabalho um “serviço”, seria também um bem negociável, sem distinção conceitual entre trabalho e força de trabalho.

A operação teórica realizada pelos economistas neoclássicos foi a de recuperar, mutilada, a doutrina liberal clássica e apresenta-la sob outra forma, adaptada à nova situação histórica (capitalismo monopolista e depressão econômica mundial). A “revolução marginalista” no final do século XIX foi uma tentativa de restabelecer, em novas bases, uma análise que não remetesse em questão o funcionamento do capitalismo, resgatando o mercado como base natural da dinâmica econômica. Os “neoclássicos” propuseram uma teoria do valor coerente com a filosofia utilitarista desenvolvida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, a teoria do *valor-utilidade*.²¹⁴ Derivada dela, a teoria subjetiva do valor e da utilidade

²¹⁴ Jeremy Bentham. Article on utilitarianism. In: Amnon Goldworth. *Deontology*. Oxford, Clarendon Press, 1983; e também: *Manuel de Sophismes Politiques*. Paris, LGDJ, 1996.

marginal da mercadoria foi desenvolvida simultânea e separadamente por Leon Walras, Stanley Jevons e Carl Menger, na década de 1870.

Os economistas neoclássicos se inspiraram na teoria subjetiva do valor e na fragmentação da análise econômica (que resultou na mudança do nome da disciplina de “economia política”, para *economia* pura e simples), assim como na introdução da ideia de uma sociedade composta apenas pela soma de indivíduos, onde não mais existia nenhuma classe social vivendo do trabalho de outra classe. Carl Menger, Leon Walras, William Jevons, F. Von Wieser e Eugen Böhm-Bawerk, principais expoentes da “escola austríaca da economia”, passaram a buscar o fundamento da teoria econômica na resolução do “paradoxo do valor”, que consistiria em que a determinante última dos preços é a valoração dos bens pelo consumidor final. Seu princípio teórico foi chamado por Schumpeter e Hayek de “individualismo metodológico”, consistente na elaboração de teorias com base nas decisões particulares e subjetivas dos indivíduos.

A tarefa da pesquisa econômica seria a de elaborar teorias capazes de explicar o comportamento humano e institucional em termos de motivos individuais (ou institucionais). Os dinamismos coletivos seriam desimportantes, senão simplesmente inexistentes. A avaliação dos consumidores foi a base da “teoria subjetiva do valor” austríaca. A economia dava o passo final da análise da esfera da produção para a esfera do consumo, da objetividade para a subjetividade.²¹⁵

A “lei dos mercados”, de Jean-Baptiste Say, reviveu e passou a funcionar como base metodológica e epistemológica do pensamento econômico: “A partir de 1890, a economia, de economia política que era – portanto, relativamente aberta a fatores políticos e sociais nas suas análises – tendeu a transformar-se em disciplina taxativamente separada das outras ciências sociais e humanas, crescentemente matematizada e girando em torno dos conceitos de escassez e utilidade, bem como da abstração conhecida como *homo oeconomicus*, um homem totalmente informado, totalmente racional em suas escolhas e marcado pelo hedonismo (entendido como busca do máximo de satisfação mediante o menor dispêndio possível de

²¹⁵ Cf. José Maria Rodriguez Ramos. *Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo, Edusp, 1993, pp. 68-69.

esforço e fatores de produção), limitando-se cada vez mais ao estudo dos sistemas de mercados e do processo de formação de preços em tais mercados, bem como à noção universalizada de recursos escassos”.²¹⁶

A economia neoclássica não permitia pensar a economia mundial senão como uma abstração derivada das opções possíveis de uma economia “ideal”. A abstração dessa teoria carecia de fundamento empírico. Historicamente, a estruturação do mercado mundial não sobreveio de modo repentino nem aleatório. Representou um salto qualitativo em relação aos processos cumulativos que lhe deram origem: a expansão das suseranias do Império Chinês no Extremo Oriente, a expansão comercial da civilização islâmica na era de seu esplendor, a retomada das rotas comerciais internas e, sobretudo, externas, da Europa cristã a partir do século XI, que levou inúmeros comerciantes (italianos, em especial) a tentar estabelecer conexões comerciais permanentes com os centros de produção de tecidos finos (seda) e especiarias de Oriente. A epopeia oriental de Marco Polo (século XIII) foi o símbolo e testemunho literário dessas empreitadas fundadoras da modernidade,²¹⁷ assim como as viagens no século XIV do navegante árabe Ibn Battuta.²¹⁸

A tendência para o estabelecimento de laços econômicos mundiais era recorrente na história, tendo sido diversas vezes frustrada pela estagnação econômica de seu centro de irradiação, e sendo finalmente bem sucedida a partir da Europa

²¹⁶ Ciro F. S. Cardoso. *Op. Cit.*

²¹⁷ Marco Polo. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

²¹⁸ Ibn Battuta (1304-1377) nasceu em Tânger, no Marrocos. Partiu da sua cidade natal em 1325 para a sua primeira grande viagem, cuja rota englobou o Egito, a Meca e o Iraque. Mais tarde, correu o Iêmen, a África Oriental, as margens do rio Nilo, a Ásia Menor, a costa do Mar Negro, a Crimeia, a Rússia, o Afeganistão, a Índia - onde visitou Calcutá -, as ilhas da Sonda (Indonésia) e a região de Cantão, na China. Nos últimos anos de vida, esteve em Granada, Espanha, quando esta era ainda a capital do reino nasrida (dinastia muçulmana ibérica). Realizou depois a travessia do deserto do Saara pelo trilho das caravanas de Tumbuctu. Morreu na cidade de Fez. Como testemunho das suas viagens deixou a obra ditada e escrita pelo seu secretário, *Tuhfat annozzâr fi ajaib alamsâr*, que relata as epopeias e jornadas de sua vida de viajante explorador (Ross E. Dunn. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005).

na era das grandes navegações: as viagens ocidentais de Colombo e seus sucessores, no final do século XV, marco inicial do estabelecimento de relações econômicas mundiais (pois abriram a via para a estruturação de um circuito comercial Europa – Oriente – África – América) tinham o mesmo objetivo que animara Marco Polo e seus coetâneos dois séculos antes.

O *Livro das Maravilhas do Mundo* de Marco Polo foi levado por Colombo em sua primeira viagem à América (na qual ele se propunha encontrar uma rota ocidental da Europa para a deslumbrante e rica Ásia descrita pelo comerciante veneziano).

As viagens além-mar se produziram no contexto “de liberdade de ideias sobre o Atlântico que compartilhavam os cartógrafos, os cosmógrafos e os exploradores da cristandade latina durante o século XV. Contra esse pano de fundo, o projeto de Colombo de atravessar o oceano parece inteligível e



até previsível. O espaço atlântico exercia uma poderosa atração sobre as imaginações da cristandade latina. Os cartógrafos semeavam suas representações do oceano com massas de terra especulativas e, a partir de 1424, deixavam espaços vazios a serem preenchidos com novas descobertas. Na medida em que cresceu o interesse por esse espaço, também o fez a consciência da possibilidade de explorá-lo. As primeiras colônias europeias duradouras foram fundadas nas Ilhas Canárias em 1402 e nas Açores em 1439. O ritmo dos esforços se acelerou na segunda metade do século”.²¹⁹

As viagens de Cristóvão Colombo e Bartolomeu Dias foram o arremate desse processo e, sobretudo, deram início a outro, de alcance universal. A expedição de Fernão de Magalhães (1480-1521), navegador português a serviço da Espanha, realizou a primeira viagem de circunavegação do globo, iniciada em 1519 e concluída em 1521. O próprio Magalhães não completou a viagem: após contornar o estreito que leva seu nome ao sul do continente americano e atravessar o Pacífico, acabou morrendo no meio do caminho, nas recém-descobertas Ilhas Filipinas. Sua tripulação seguiu viagem, chegando em 1520 à “Ilha das Especiarias”, ou Ilhas Molucas, na atual Indonésia, e a seguir cruzou o Oceano Índico rumo à Espanha. Mas mundo se “unificou” não só pelo estabelecimento de rotas marítimas mundiais, mas, sobretudo ao compasso de sua divisão pelas potências colonizadoras europeias.

Buscando uma rota alternativa para a China, os europeus “descobriram” um novo continente, a América, que conquistaram e colonizaram, inicialmente, em função subsidiária de sua busca e penetração do mercado chinês e extremo-oriental. As primeiras cartografias do “novo” continente foram elaboradas para determinar o ponto de passagem mais adequado para o Extremo Oriente. A organização de sua exploração buscou, antes do mais, extrair dele os metais preciosos que lubrificassem o ansiado comércio com as maravilhas orientais.

Fazendo isto, no entanto, os colonizadores-exploradores europeus realizaram, sem ter plena consciência do fato, outro objetivo, o estabelecimento, pela primeira vez na história, de um circuito econômico mundial: “Potosí fez muito mais do que enriquecer os homens que o controlavam, e lançar

²¹⁹ Felipe Fernández-Armesto. *Cristóbal Colón*. Barcelona, Folio, 2004, p. 53.

o restante numa luta mortal de uns contra outros. Em primeiro lugar, enriqueceu a Espanha, mas também financiou a consolidação do império espanhol na América do Sul, custeou a travessia do Pacífico até as Filipinas, e levou as economias das Américas, da Europa e da Ásia, antes separadas, a um condomínio de fato. *Isso aconteceu sem que ninguém o pretendesse.* A prata ganhou uma vida global só sua, enquanto os indivíduos improvisavam diante das oportunidades e da compulsão de manter o fluxo do metal precioso”.²²⁰

A economia política clássica inverteu o processo histórico real, apresentando a economia mundial como consequência (opcional ou acidental) das economias nacionais. A economia neoclássica transformou essa opção numa abstração completa. Na concepção econômica clássica (assim como depois na economia neoclássica) a abertura externa das economias era uma *alternativa*. Ela correspondia a uma escolha racional que elevava as curvas coletivas do bem estar dos parceiros comerciais e econômicos. Mesmo em David Ricardo, a apresentação dos custos e vantagens comparativas vinha dissociada da dinâmica econômica de longo prazo, na medida em que o livre comércio era a condição que permitia contrabalançar a de outro modo inelutável emergência do estado econômico estacionário. No entanto, o raciocínio que permitia que prevalecesse tal solução estava apresentado *in abstracto*,²²¹ não como produto do concurso de circunstâncias históricas derivadas da produção.

Marx partiu de uma hipótese diferente. O desenvolvimento do comércio exterior, a existência de um

²²⁰ Timothy Brook. *O Chapéu de Vermeer*. O século XVII e o começo do mundo globalizado. Rio de Janeiro, Record, 2012, p. 161.

²²¹ “Ricardo e seus seguidores aplicavam os conceitos de Adam Smith de um crescimento ordenado e de um equilíbrio do mercado ao sistema econômico internacional. Só a rivalidade nacional, com seus arancéis, restrições comerciais e guerras podia interferir com o processo de desenvolvimento. Resulta irônico que a parte de sua teoria, considerada a mais importante por Ricardo – a teoria do crescimento econômico – tenha sido descartada em grande medida pelos economistas modernos, embora conservassem seu interesse na acumulação do capital. Ao contrário, a teoria do equilíbrio econômico internacional, que era só uma parte secundária da análise original, continua constituindo uma parte integrante da economia moderna, quase na sua forma original” (Daniel R. Fusfeld. *La Época del Economista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978).

mercado mundial, era condição inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e das economias nacionais: “Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias primas nacionais, mas sim matérias primas vindas das regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos.

“Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal”.²²²

Na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) Marx definiu o mercado mundial como base orgânica da dinâmica de conjunto do capital. Em *O Capital* (1867) foi mais longe, pondo o mercado mundial como *condição de existência* do próprio capital, assinalando que “a extensão do comércio exterior, *base inicial do modo de produção capitalista*, surgiu desse mesmo modo de produção, que se desenvolveu em virtude das necessidades que lhe são inerentes, em particular da necessidade de um mercado cada vez mais extenso”. Em vez de considerar abstrata e isoladamente o desenvolvimento do comércio mundial, Marx ponderou a ruptura que esse desenvolvimento produzia no quadro histórico, pondo as relações comerciais internacionais num novo patamar: “Se, no século XVI, e ainda em parte no século XVII, a súbita extensão do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram uma influência preponderante sobre o declínio do

²²² Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

antigo modo de produção e no surgimento do sistema capitalista, isto se inverteu sobre a base do modo de produção capitalista, uma vez criado este. *A base deste último esta constituída pelo mercado mundial*".²²³

A constituição do mercado mundial e o advento da grande indústria foram os marcos do ingresso da humanidade na era da história mundial. Atribuindo um papel central ao desenvolvimento do sistema mundial de trocas e à grande produção industrial, Marx viu na constituição do mercado mundial (*Weltmarkt*) o seu pressuposto, enfatizando o papel unificador do mercado mundial e das potencialidades civilizatórias engendradas pela atividade industrial: "Uma vez que não há intercâmbio transcendendo a vizinhança imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições, basta que ocorram simples incidentes, como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras, para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. Apenas quando o intercâmbio se transformou em intercâmbio universal e sua base se assentou sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas foi assegurada".²²⁴

A superação dos particularismos nacionais e o ingresso da humanidade na época da história mundial constituíram a especificidade da sociedade burguesa: "As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem".

O significado histórico da constituição do mercado mundial superou suas características geográficas concretas, "é a extensão mundial do capital, como realização de um processo que o torna adequado ao seu conceito como referência universal da relação capitalista e como relação de classe (qualitativa), não como simples dominação espacial (quantitativa). No mercado mundial, a produção é posta como *totalidade*, assim como cada um dos seus momentos, ao mesmo tempo em que todas as suas

²²³ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1.

²²⁴ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*, ed. cit.

contradições se põem em movimento. O comércio e o mercado mundial constituem seu pressuposto histórico e abrem, no século XVI, a história moderna do capital, iniciada, porém, só onde as condições gerais para a sua existência estavam sendo criadas no interior das formas precedentes. O significado do mercado mundial - como categoria lógica do raciocínio - é iluminado pela *dominação* que o capital exerce sobre todos os outros modos de produção”.²²⁵

O capitalismo representou uma ruptura histórica no modo de produção da vida social, na sua escala e no seu âmbito geográfico. Para Fernand Braudel, ao contrário, a constituição do mercado mundial não foi uma ruptura histórica, nem esteve especificamente vinculada ao surgimento do capitalismo, devido a que “não existia um só capitalismo, mas diversos capitalismos (que) conviviam, cada um com sua própria zona, seus próprios circuitos. Estão vinculados, mas não se penetram mutuamente, nem sequer se sustentam uns aos outros”. Junto a isto “perfilou-se uma tendência para uma vida unitária em escala mundial, seguida por uma queda”. Tanto o capitalismo quanto o próprio mercado mundial não seriam senão o desenvolvimento “mais amplo” de fenômenos pré-existentes, sem real ruptura histórica.

A hodierna teoria da “economia-mundo”, defendida por autores como Immanuel Wallerstein ou Giovanni Arrighi, foi tributária da visão braudeliana, considerando as relações econômicas mundiais como projeções internacionais de uma economia regional ou nacional. Nessa concepção, a *história da economia mundial* não poderia conquistar estatuto de disciplina com entidade própria, tanto na ciência econômica quanto na ciência histórica, assim como transformar-se no ponto de partida de toda análise histórica do capitalismo. O traço marcante do desenvolvimento capitalista foi seu caráter extremamente desigual segundo os países e regiões atingidos por ele. O caráter mundial da economia capitalista não se constituiu pela soma das economias nacionais.

O funcionamento da economia capitalista, por outro lado, nunca foi harmônico: há países que simplesmente são varridos do mapa por crises avassaladoras ou pela perda histórica de competitividade. A chamada “globalização” se refere a pelo menos duas dimensões, uma, espacial, e outra,

²²⁵ Gianfranco Pala. *Economia Nazionale e Mercato Mondiale*. Naples, Laboratorio Politico, 1995, pp. 44-45.

temporal: um encurtamento das distâncias entre os mercados, é também um aumento da velocidade do fluxo de mercadorias, pessoas e informações, que se aceleram quando o capital mercantil, primeiro, mais tarde o capital produtivo, passaram a determinar a dinâmica da formação social na qual se inseriram. Como realidade independente, isto é, com vida própria, a economia mundial só se impôs à academia pelos abalos do mercado mundial.

A economia neoclássica carecia de uma consideração específica da economia mundial (ou do mercado mundial), o que fazia com que ela aparecesse, nos manuais universitários, de modo subordinado, sob os itens de “comércio exterior” e de “relações econômicas internacionais”, como um apêndice da consideração das relações econômicas em geral. A crise de 1929, e a consequente grande depressão econômica da década de 1930, abalou esse enfoque (sem que isso impeça manuais universitários hodiernos continuar a afirmar que “a economia do mundo refere-se à economia de todos os países em conjunto”, isto é, à soma ou articulação das economias nacionais).

Economia mundial, Estados (e mercados) nacionais aparecem, na economia acadêmica, como elementos complementares, não contraditórios, sendo a primeira uma opção dos segundos. O caráter *mundial* das forças produtivas capitalistas, e o caráter *nacional* da organização de suas relações de produção (o Estado nacional), porém, constituem a contradição intrínseca incontornável do modo de produção capitalista, que se põe em primeiro plano na era de seu declínio histórico: “Os três móveis da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos são o agravamento da concorrência pela posse dos mercados de bens manufaturados, dos mercados de matérias primas e das esferas de investimentos de capital — eis a que chegou o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capitalismo financeiro. Ora, essas três raízes da política do capitalismo financeiro constituem, no fundo, nada mais que três aspectos do mesmo fenômeno: *o conflito entre o desenvolvimento [mundial] das forças produtivas e a limitação nacional da organização produtiva*”.²²⁶

Uma crise econômica mundial, devido a isso, não

²²⁶ Nikolai Bukhárin. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

poderia se explicar como simples contágio de crises econômicas nacionais: ela é, pela sua natureza, uma crise das *relações econômicas internacionais*. No final da década de 1920, o capitalismo mundial ingressou numa profunda crise, que não encontrava uma explicação abrangente e satisfatória no arcabouço teórico convencional, herdado das teorias neoclássicas, que excluía tanto a consideração da economia mundial como determinante das economias nacionais, quanto às próprias crises como fenômenos orgânicos da era capitalista.

Em decorrência disso, em 1930, Simon Kuznets lançou (em seu livro *Movimentos Seculares na Produção e nos Preços*) a proposta de voltar à análise do crescimento econômico,²²⁷ esquecido pelos economistas “marginalistas” neoclássicos, limitados que estavam aos problemas do equilíbrio do sistema econômico (que havia desabado), buscando assim uma explicação mais profunda para a crise: “Em seus aspectos mais matizados, o pensamento que se inspira no modelo [econômico] do equilíbrio não ignora as considerações de longa duração, mas não lhe resultam cômodas. O longo prazo não constitui a base de suas investigações e, quando lhe confere um estatuto, o faz quase sempre para deixá-lo de lado, mais do que para elaborar sua teoria”.²²⁸

Teoricamente, era uma situação insustentável para a teoria econômica. Celso Furtado, analisando os problemas do desenvolvimento econômico, defendeu que os conceitos, e o próprio objeto, da história econômica contemporânea, não poderiam ser construídos a partir do arcabouço neoclássico, para o qual o aumento da produtividade do trabalho (com o decorrente aumento do salário real) seria consequência da acumulação de capital que, por sua vez, dependeria do índice de remuneração previsto para os novos capitais e do preço de oferta da poupança. A acumulação de capital, provocando o aumento dos salários reais, tenderia a incrementar a participação dos assalariados no produto, assim como a reduzir o índice médio de rendimento do capital. Mas diminuindo o “preço de demanda” do capital, se deixaria de estimular a poupança e se produziria a consequente diminuição no ritmo

²²⁷ Cf. Robert Fogel et al. *Political Arithmetic: Simon Kuznets and the Empirical Tradition in Economics*. Chicago, University of Chicago Press, 2000.

²²⁸ Fernand Dumont. *La Dialéctica del Objeto Económico*. Barcelona, Península, 1972.

de acumulação do capital. Retrocederíamos assim à teoria ricardiana do estancamento.

Lucro, acumulação, desenvolvimento, por isso, não cabiam no modelo neoclássico senão como consequência de um afastamento da posição de equilíbrio. Nesta, a remuneração do capital tem que ser igual em todas suas aplicações, correspondendo à taxa de juros. Na medida em que, dentro de determinado setor, existam lucros superiores à média, caberia deduzir que não haveria distribuição ótima dos recursos produtivos, já que seria possível aumentar a produtividade de um fator transferindo-o de um setor para outro. A acumulação, o investimento líquido, só se realiza com a perspectiva de lucro, sendo evidente que a utilização ótima dos recursos seria incompatível com uma economia em crescimento. No modelo clássico, o estancamento constituía o limite ao qual tendia uma economia em desenvolvimento; no modelo neoclássico, diversamente, constituiria condição necessária ao funcionamento da economia.²²⁹

Mas não foi só para uma teoria do desenvolvimento econômico dos países atrasados, como a que propunha Celso Furtado, que o arcabouço neoclássico se tornara um anacronismo. A insuficiência desse modelo para toda e qualquer economia nacional se tornou evidente com as crises econômicas mundiais. Dai que, reformulando o problema do equilíbrio econômico, a teoria de Keynes passasse a ocupar, depois da crise de 1929 e da depressão mundial da década de 1930, um lugar central no pensamento econômico.²³⁰ Utilizando o sistema keynesiano, no final da década de 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial, alguns economistas (Hansen, Harrod, Hicks, Kaldor, Lerner) realizaram numerosos trabalhos sobre os problemas do *ciclo econômico*.

As flutuações da taxa de investimento, a rigidez do mercado de trabalho, as relações preços-salários, estão no centro das teorias sobre as flutuações econômicas. Mas foi, sobretudo, para a análise dos investimentos, como fator maior de instabilidade do sistema, que se voltaram as atenções: no papel do capital fixo e de suas variações ao longo do ciclo, a referência principal é Keynes. Para este, porém, em última

²²⁹ Celso Furtado. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.

²³⁰ John Maynard Keynes. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. Nova York, Harcourt, Brace, 1964.

instância, as razões do “ciclo” vinculam-se, não a leis objetivas da dinâmica econômica, mas a “características da natureza humana”, a principal das quais seria que “as atividades positivas dependem de um otimismo espontâneo”. Iniciada como uma variante da teoria da desproporcionalidade, a teoria keynesiana concluiu como uma psicologia social: quando Keynes entende a “propensão descendente ao consumo” e a “propensão crescente à poupança” como resultados psicológicos de um incremento no ingresso encobre, de maneira direta, a diferença entre ingresso salarial e renda (lucro) de capital.

A política econômica “keynesiana” partiu da postulação de uma sólida política fiscal, que teria o objetivo de manter e ampliar os níveis macroeconômicos de renda e emprego, conduzindo a economia ao pleno emprego de recursos e mão de obra. Keynes, no entanto, formou-se a partir do referencial teórico de Alfred Marshall e da teoria neoclássica decimonônica. Rompeu parcialmente com essa tradição ao formular uma teoria que abandonava a hipótese do “equilíbrio econômico geral” como tendência básica do capitalismo. Depois de Keynes, sua “escola” acabou dividindo-se em duas interpretações básicas e divergentes, a neokeynesiana e a pós-keynesiana. A primeira teve seu ponto de partida nas abordagens de John Hicks e Alvin Hansen, e foi denominada de “síntese neoclássica”.

A interpretação pós-keynesiana inaugurou-se com a economista britânica Joan Robinson e procurou resgatar os aspectos de incerteza e instabilidade, presentes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes. Através dela e de outros autores, essa linha se vinculou, crítica e distanciadamente, com a teoria marxista, que não mais podia ser ignorada. A teoria econômica acadêmica contemporânea ficou assim dividida em algumas grandes linhas-mestras: a clássica/neoclássica, traduzida pelo *monetarismo* inspirado na obra de Milton Friedman e pelo “modelo de expectativas racionais” de Robert Lucas; a neokeynesiana, cujos representantes mais conhecidos foram Paul A. Samuelson e Franco Modigliani; e a pós-keynesiana, representada principalmente por Paul Davidson e Hyman Minsky, onde o aspecto de incerteza inerente ao capitalismo possui destaque.

Simultaneamente, na universidade, a vanguarda da história econômica foi tomada das mãos dos economistas pelos historiadores, *et pour cause*, graças ao dinamismo dos *Annales*,

influenciados pela teoria marxista, dinamismo inicialmente restrito à França e depois internacional. Analisando a história da França e a Revolução Francesa, Ernest Labrousse, um de seus precursores, propôs a análise das tendências econômicas seculares como chave histórica interpretativa. A influência do marxismo nos *Annales* foi, porém, decrescente. A ideia de “economia-mundo”, elaborada ulteriormente por Fernand Braudel, não se equivale à teoria marxista da economia e do mercado mundiais. Segundo Braudel, a “economia-mundo” europeia apareceu o final do século XV, e inícios do século seguinte; para Wallerstein existiram economias-mundo antes, mas transformaram-se sempre em impérios: China, Pérsia, Roma.

Uma “economia-mundo” seria um sistema político contendo territórios extensos e centralizados, personificado no imperador ou nas suas instituições políticas centrais. Nessa “entidade autônoma”, os fluxos econômicos iriam da periferia para o centro. A economia-mundo se constituiria como um sistema social onde as pessoas são ligadas economicamente; por isso, seria *não política*, e também delimitada geograficamente. Por “economia-mundo” Braudel entendia a economia de uma parte do planeta capaz de formar um sistema autossuficiente. Mas se, para Braudel, o poder político era a base da constituição de um centro imperial, Wallerstein invocou os exemplos do Renascimento e da Reforma para explicar que a crise do feudalismo acabara com o princípio imperial e com a supremacia da política: esta teria se transformado em um simples instrumento para recolher o excedente econômico. Para esse autor, a “economia-mundo” capitalista se distinguiria das precedentes por “possuir fronteiras mais vastas do que qualquer unidade política”: “No sistema capitalista não existe nenhuma autoridade política capaz de exercer uma autoridade sobre o conjunto”.²³¹ Metodologicamente, essa abordagem teórica tem uma raiz weberiana-sombartiana, embora não explícita.

Na economia acadêmica anglo-saxã, menos preocupada com questões teóricas ou metodológicas, a preocupação com a abordagem histórica desenvolveu-se mais no segundo pós-guerra através da questão do “desenvolvimento” e da “modernização”, movimento iniciado em 1950 com a criação,

²³¹ Immanuel Wallerstein. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.

nos EUA, da *Commission on Economic Growth* do *Social Science Research Council*, institucionalizada em 1952 com a criação da revista *Economic Development and Social Change*. Nos anos 1950 e 1960, a história econômica institucionalizada se ocupou de modo privilegiado do crescimento e do desenvolvimento. A posta em perspectiva histórica do processo de industrialização levou W. W. Rostow a tentar uma periodização das fases do crescimento, marcadas pela ultrapassagem de determinados limites, em especial em matéria de investimento.

A “nova história econômica”, por sua vez, celebrizada pelo seu uso dos *contrafactuais*, surgiu também nos EUA nesse clima de privilégio concedido ao “quantitativo”, e também contra a crescente influência da historiografia marxista (ou daquela julgada como tal). O historiador “econométrico” (ou “cliométrico”) deveria formular uma hipótese e considerar os fatos relevantes para sua validade. No passado, segundo os “cliometras”, os historiadores procediam de forma diferente: tomavam um largo número de fatos relacionados com o período com o qual eles estavam interessados, ou com problemas muito mal definidos. Não aceitavam qualquer teste rigoroso de relevância para uma hipótese. Os eixos da nova história econômica poderiam ser agrupados em três grandes categorias: crescimento econômico, instituições econômicas e políticas governamentais.

Grande parte do trabalho da nova história econômica pode ser visto como uma refutação de generalizações prévias acerca do “crescimento econômico”, criticadas pela sua carência de fundamento teórico. Numa etapa (a do imediato pós-segunda guerra mundial) caracterizada por um alto grau de intervenção estatal nas economias capitalistas, “a insatisfação dos institucionalistas norte-americanos com a economia neoclássica residia (em) uma convicção no controle mais social dos negócios, principalmente dos grandes negócios, e numa intervenção estatal maior do que a visada pelos neoclássicos. Os historicistas alemães, que inspiraram grande parte do historicismo norte-americano, eram essencialmente adeptos de uma mão visível e não de uma mão oculta – o Estado. Esse elemento ideológico... levou heréticos da economia a tratar o neoclassicismo pós-keynesiano como pouco mais do que um exercício de relações públicas para o capitalismo do *laissez-faire*, uma visão inadequada, ainda que não totalmente implausível

para leitores de Mises e Hayek”.²³²

A economia clássica utilizava o raciocínio *dedutivo* para produzir generalizações sobre o mundo a partir de proposições abstratas. A economia histórica, como vimos, teve sua origem na Alemanha, com List, baseada no princípio da *indução*: do estudo dos casos históricos específicos era esperado o surgimento de leis econômicas. A “história econométrica” norte-americana, embora postulasse e defendesse sua completa originalidade, pertence à família da economia clássica, e se atribuiu a exclusividade científica na matéria, obtendo enorme sucesso nas universidades anglo-saxãs, partindo da seguinte premissa: “A nova história econômica é a ciência que se atribui como tarefa o estudo dos fatos econômicos do passado à luz de modelos explícitos testados segundo os critérios rigorosos da econometria”.²³³

A cliometria postulou uma abordagem hipotético-quantitativa capaz de incorporar para o estudo da sociedade métodos semelhantes, senão idênticos, aos das disciplinas científicas em geral,²³⁴ e se firmou como alternativa explícita à teoria histórica marxista, dominante (ou “excessivamente influente”, segundo seus representantes) nas universidades europeias, lhe opondo uma espécie história quantitativa absoluta, que foi objeto de críticas ferozes. Para Pierre Chaunu, um dos pioneiros da história econômica serial, “essa pretensa história mal pode ser chamada de história” (Pierre Vilar, menos diplomático ainda, chamou-a de “econometria retroativa”).

Não foram as únicas críticas. A reação, também acadêmica, contra outras variantes do quantitativismo foi forte. Em meados dos anos 1960, o economista holandês André Gunder Frank iniciou uma série de críticas à “teoria da modernização”, que contribuiu para seu descrédito.²³⁵ O que

²³² Eric J. Hobsbawm. *Historiadores e economistas. Sobre História*, ed. cit., pp. 145-146.

²³³ Jean Heffer. *La Nouvelle Histoire Économique*. Paris, Gallimard, 1977, p. 9.

²³⁴ Cf. Ralph L. Andreano. *La Nuova Storia Economica*. Problemi e metodi. Turim, Einaudi, 1975. Para uma crítica da “nova história econômica”, ver: Josep Fontana. *La nueva historia económica*. In: *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1972.

²³⁵ “Não existe mudança social em geral, seja para as nações, seja para os sistemas mundiais. Existem só processos de época, como os processos de formação dos Estados e a acumulação capitalista, que

derrubou, porém, a hegemonia acadêmica de “modernizadores” e “institucionalistas” nas universidades anglo-saxãs foi bem menos isso do que a ofensiva vitoriosa, política e ideológica, do neoliberalismo a partir de finais da década de 1970, postulado como “uma maneira de viver, sentir, pensar. ... O neoliberalismo define uma norma de vida nas sociedades ocidentais e em todas as que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impele todos a viver em um mundo de competição generalizada, incita às populações a entrar em luta econômica umas contra as outras, remodela as relações sociais de acordo com o modelo mercantil, transforma até o indivíduo, chamado a conceber-se como uma empresa”.²³⁶

Os “produtos” do neoliberalismo no campo da história econômica, porém, são de escasso valor informativo e de nulo valor teórico (os velhos textos e manuais de Hayek e Von Mises continuaram a ser sua principal referência teórica).²³⁷ As teorias bombásticas de Francis Fukuyama acerca do “fim da história”, produzidas nesse esteio, se situam em outro campo disciplinar.²³⁸

O vendaval crítico contra as teorias econômicas do “despegue” (*take off*) ou da “modernização”, motivado pela distância econômica cada vez maior entre as nações avançadas e as atrasadas, e também pela vigência das crises e retrocessos econômicos, achou também seu *pendant* na crítica da história: “Se a experiência elementar da força histórica das estruturas e dos processos socioeconômicos coletivos existia já a partir das revoluções industriais e sociopolíticas do tardio século XVIII, até o nosso século [XX] ela não chegou a florescer na consciência dos historiadores. Até que os impulsos revolucionários e diretamente políticos aceleraram essa transformação, a historiografia dependia de processos em que a

reformaram o mundo moderno nos últimos séculos” (Charles Tilly. *Coercion, Capital and European States*. Nova York, Basil Blackwell, 1991).

²³⁶ Pierre Dardot e Christian Laval. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010.

²³⁷ Ludwig von Mises. *Ação Humana*. Um tratado de economia. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990; Friedrich Hayek. *Individualism and Economic Order*. Londres, Routledge Press, 1949; *The Road to Serfdom*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

²³⁸ Para uma crítica, cf. Perry Anderson. *O Fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992; e Osvaldo Coggiola. Capitalismo e fim da história. *Estudos* nº 34, São Paulo, Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH/USP), novembro 1992.

pretensão da relativa autonomia das ideias e do Estado tornou-se problemática, entre outros motivos, por causa das duas guerras mundiais e das repercussões da segunda revolução industrial que generalizou o sentimento da ampla dependência do indivíduo das relações gerais. Cada vez com mais frequência, e transbordando as fronteiras nacionais, a história se entendeu como história das sociedades, e a ciência histórica como ciência histórico-social”.²³⁹

A reviravolta teórica postulada pelo pós-modernismo e pelo “individualismo metodológico”, isto é, a tendência para o relativismo ou para a fragmentação mais ou menos arbitrária do objeto e do método das ciências humanas e sociais, que acompanhou e tentou expressar a crise e o fim do chamado “mundo socialista”, identificada também com a suposta crise (e fim) do marxismo, acompanhou a ofensiva neoliberal, mas não alterou decisivamente esse quadro: o materialismo histórico e a crítica marxista da economia política ganharam, ao longo do século XX, uma batalha no reconhecimento geral, ocupando uma trincheira na luta das ideias, importante, mas não definitiva. Fragmentar *a piacere* o objeto e o método da história da sociedade humana, considerando-a como um conjunto de “histórias” desconexas e independentes, não suscetíveis de compreensão e narração geral, foi um procedimento que gerou derivações numerosas e variadas no campo da pesquisa histórica.

A teoria marxista se desenvolveu de modo relativamente independente dos avatares acadêmicos. Durante o boom econômico de pós-guerra “o interesse no marxismo foi revivido em resposta à aparente capacidade do Estado de bem-estar keynesiano em gerenciar a economia nas sociedades capitalistas avançadas, e ao alegado ‘fim da ideologia’ que acompanhou o crescimento econômico. Os marxistas inicialmente buscaram provar que, não obstante o boom, os Estados contemporâneos não poderiam realmente suspender as contradições do capital e suas tendências à crise e que o Estado permanecia um fator chave na dominação de classe”.²⁴⁰ A crítica marxista achou nesses anos “prósperos” seu terreno mais acessível na sociologia e na ciência política. Na última década

²³⁹ Jürgen Kocka. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*, Vol. 37, nº 1, outono 2003.

²⁴⁰ Bob Jessop. O Estado e a construção de Estados. *Outubro* nº 15, São Paulo, 2007.

do século passado, porém, ganhou novo fôlego “econômico” através da análise da economia mundial e da acumulação de capital em escala global (durante a chamada “globalização” ou “mundialização” do capital) e, sobretudo, pela análise da *crise*, depois do estouro da crise financeira, das Bolsas de Valores e dos débitos privados e públicos, em 2007-2008, iniciando um renascimento teórico.

A estruturação de uma economia mundial, sobre a base da expansão universal do capital, criou as bases para uma história mundial. À maioria dos povos do planeta a “unificação do mundo” lhes foi imposta de modo compulsório e sangrento, pela conquista, a colonização e a submissão às potências colonizadoras. Doravante, as especificidades históricas de cada população integrar-se-iam numa dinâmica geral em que a história de cada grupo populacional, como quer que ele fosse delimitado (nação, etnia, classe social, grupo de qualquer tipo ou espécie) seria de modo *direto* parte da história do gênero humano em seu conjunto.

Essa foi, para o melhor e para o pior, a realização histórica da era do capital: “Neste processo de unificação do mundo, que seria concluído pelo proletariado vitorioso, residia, para Marx e Engels, o fato mais importante da história de seu tempo. Significava o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados, seu isolamento nacional, ou mesmo provincial. Era também a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo, o qual, cabe lembrar, não poderia triunfar segundo nossos autores em nível local, mas apenas no plano universal. (...) E era precisamente porque estas relações universais já estavam estabelecidas pela burguesia, segundo Marx, que o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão científica fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico”.²⁴¹

A unificação (“mundialização”) da história humana, por outro lado, não uniformizou sua diversidade; antes acentuou e sublinhou suas diferenças e contradições (nacionais, regionais, de classe, étnicas, sexuais, etc.) ao torná-las claras e prementes, no sentido da solução das relações de opressão delas nascidas, devido à sua evidenciação clara e mais ou menos explícita, evidência antes oculta pela distância

²⁴¹ Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.

(geográfica, econômica ou social), pela separação histórica, ou pela ideologia dominante (religiosa ou baseada nas “hierarquias naturais”). A era histórica do capital fundiu em um conjunto único, aguçando suas especificidades, as contradições da história humana precedente, dentro das relações oriundas das relações capitalistas de produção, criando, devido a essa interconexão geral, a possibilidade de uma emancipação humana igualmente universal. Essa emancipação, na era do capital, não seria concebível senão a partir e através da emancipação do trabalho assalariado.

7. MERCADO E RELIGIÃO

*O Papado podia denunciar os usurários, mas, sendo o centro do sistema administrativo mais organizado da época, recebendo remessas de toda a Europa, e recebendo-as em dinheiro, não podia dispensá-los. Dante colocou os prestamistas Caorsini no inferno, mas um Papa lhes concedeu o título de ‘filhos especiais da Igreja Romana’. Grossetête repreendeu os banqueiros lombardos, e um bispo de Londres os expulsou, mas a proteção papal os trouxe de volta (R. H. Tawney, **A Religião e o Surgimento do Capitalismo**)*

*O capital desintegrou impiedosamente os múltiplos laços feudais que ligavam o homem a seus “superiores naturais” e não deixou nenhum outro nexos entre o homem e seu semelhante além do egoísmo crasso, do frio pagamento à vista. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês, nas águas geladas do cálculo egoísta (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**, 1848)*

Durante a era feudal, “a adesão dos imperadores ao cristianismo afetou a noção de soberania (*majestas*). Enquanto para os pagãos a soberania do Império emanava do povo, para os cristãos, a soberania pertencia a Deus. A *majestas* imperial foi redimensionada à medida que o imperador se reconheceu

primeiramente como servidor da divindade, condição expressa pela fórmula *cristianíssimo*. A alteração da noção de soberania conjugada à de ministério/serviço divino, modificou de forma decisiva e progressiva a concepção de paz, que passou a ser uma obrigação não mais derivada do poder legítimo estabelecido pelo povo, mas, simultaneamente, uma delegação do poder de Deus e uma ordem sua. Essa ligação estabelecida na Antiguidade tardia entre soberania divina e concepção ministerial do poder, cujas funções se circunscreviam essencialmente à manutenção da paz e da justiça, constituiu o núcleo de concepções relativas ao poder que vigorou durante a Idade Média”.²⁴² A superação revolucionária do feudalismo implicou, por isso, numa espécie de retorno ao fundamento da soberania estatal da Antiguidade, como se observou nas ideologias das principais revoluções democráticas.

A passagem do feudalismo para o capitalismo não fez simples *tabula rasa* do passado. As instituições dominantes na era pré-capitalista buscaram se adaptar à emergência do capital, o que criou uma ilusão de continuidade histórica linear. Na miragem criada, a emergência das relações sociais capitalistas teria se limitado a impor, num conjunto preexistente, a *racionalidade* como princípio de organização. Chamou-se por isso “Idade da Razão” ao período começado em inícios do século XVII, baseado em um clima geral de confiança no esforço produtivo humano, guiado pela própria razão.

Ela continuou o desabrochar do otimismo e da realização iniciados no Renascimento italiano, afastando a visão rebaixada de uma humanidade composta de pecadores, dominante no Medievo, substituída por uma cosmovisão celebrante dos feitos e do potencial humanos. Ela foi um fator revolucionário ao criticar as superstições e os preconceitos religiosos sobre cujas bases ideológicas se assentava a ordem feudal. A mudança social foi impulsionada pelo desenvolvimento das ciências físico-naturais, da tecnologia, do pensamento teórico (filosofia), em especial da renascente filosofia política, e das artes em geral. Ao se considerar só o caráter cumulativo (gradual) desse processo, a *especificidade* da

²⁴² Néri de Barros Almeida. *Que vêm os Historiadores que Estudam a Violência Guerreira Medieval?* Texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

era capitalista fica diluída, ignorando-se seu caráter de *ruptura* histórica em relação às eras precedentes.

Para Immanuel Wallerstein, por exemplo, o capital sempre existiu (não teria havido, portanto, acumulação originária), sendo o capitalismo o “sistema” em que “o capital veio a ser usado (investido) de forma muito específica”. O “capitalismo histórico” (isto é, o capitalismo que se impôs historicamente) significaria “a mercantilização generalizada dos processos que anteriormente haviam percorrido vias que não as de um mercado”: “Nos sistemas históricos (‘civilizações’) mais importantes existiu sempre certo nível de mercantilização, portanto de comercialização. Em consequência, sempre houve pessoas que buscavam benefícios no mercado. Mas existe uma diferença abismal entre um sistema histórico em que existem alguns empresários ou mercadores, ou capitalistas, e outro em que domina o *ethos* e a prática capitalista.

“Antes do sistema-mundo moderno o que ocorria em cada um desses outros sistemas históricos era que, no momento em que um estrato capitalista se tornava demasiadamente rico ou tinha demasiado sucesso, ou adquiria demasiada influência sobre as instituições existentes, outros grupos institucionais, culturais, religiosos, militares ou políticos o atacavam, utilizando sua quota de poder e seus sistemas de valores, para afirmar a necessidade de conter e frear o estrato orientado para o lucro. O resultado era que esses estratos viam frustradas suas tentativas de impor suas práticas no sistema histórico como uma prioridade. Por ocasiões, se lhes tirou cruel e brutalmente o capital acumulado e, em qualquer caso, se lhes obrigou a obedecer aos valores e às práticas que os mantinham marginalizados”.²⁴³

Sempre teria havido, segundo essa visão “sistêmica”, “estratos dominantes” capitalistas, sem, no entanto, que eles conseguissem impor seu *ethos* à sociedade como um todo até a emergência do *sistema mundial* contemporâneo.²⁴⁴ Este teria resultado, segundo essa linhagem teórica, da desagregação das “economias-mundo” precedentes. Na Europa, berço original do

²⁴³ Immanuel Wallerstein. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

²⁴⁴ Definindo a *ética* como a essência do capitalismo, o método de Wallerstein revela sua raiz weberiana, embora faça referência constante a Marx (para quem o capital não foi o produto de uma ética, mas de uma *relação social* historicamente determinada).

“sistema mundial contemporâneo”, a queda do Império Romano de Ocidente significou o retrocesso econômico europeu com a extinção da maioria das rotas de comércio externo. O Império Romano de Oriente (Bizâncio) permaneceu aberto às trocas comerciais com o exterior através das rotas do Mediterrâneo.²⁴⁵ A posterior expansão islâmica não originou um modo de produção capitalista, embora desenvolvesse amplamente o comércio de longo percurso. Os impérios orientais não originaram um espaço econômico capitalista, nem mesmo com o desenvolvimento de amplas redes comerciais.

Uma das explicações para o declínio do império muçulmano, formado com a expansão da civilização árabe a partir do século VII, é que sofreu de “gigantismo”, ou seja, de tamanho superior às suas possibilidades econômicas, políticas e militares de controle, e, em virtude disso, viu-se enfraquecer, primeiro nas suas fronteiras, depois no seu centro. Aos poucos, as zonas mais longínquas tornaram-se independentes ou foram recuperadas pelos seus inimigos históricos, bizantinos, francos, reinos neogodos, todos os quais guardavam na memória coletiva e na tradição oral a época da conquista árabe de seus territórios. No século X, a desagregação do império árabe acentuou-se, em parte devido à influência de grupos de mercenários convertidos ao Islã, que tentaram criar reinos separados do califado islâmico. Os turcos seljúcidas (não os turcos otomanos, antepassados dos criadores da atual Turquia) procuraram impedir esse processo e conseguiram unificar uma parte do território.

Os seljúcidas acentuaram a guerra contra os cristãos, e esmagaram as forças bizantinas em Manziquerta em 1071, conquistando assim o leste e o centro da Anatólia e até Jerusalém, em 1078: “A função do Irã como via do Islã para a Ásia ou o Mediterrâneo se manifestou no contato com os turcos. Os primeiros contatos dos turcos, população originária da Ásia oriental, com o Islã, foram realizados através do Irã. Convertendo-se ao Islã, assimilaram também a cultura iraniana. Uma vez patrões do mundo islâmico, estenderam-na para o Oriente, nas regiões da Ásia Central e, sobretudo, na Índia. Os turcos não renunciaram à sua própria língua, Anatólia virou turca, não árabe ou persa. Mas a cultura turca expressou-se

²⁴⁵ Georg Ostrogorsky. *Storia dell'Impero Bizantino*. Turim, Einaudi, 2005.

longamente em persa, que foi também a língua oficial do império islâmico da Índia, o império mogol".²⁴⁶

Depois de um período de expansão nos séculos X e XI o Império Bizantino viu-se também em sérias dificuldades, com revoltas de nômades ao norte da fronteira, e perda dos territórios da Península itálica, conquistados pelos normandos. Internamente, a expansão dos grandes domínios em detrimento do pequeno campesinato resultou numa diminuição dos recursos financeiros e humanos disponíveis em Bizâncio. O imperador bizantino Aleixo I Comneno decidiu, nesse contexto, pedir auxílio militar ao Ocidente para fazer frente à ameaça seljúcida.

Foi nesse contexto convulsionado, e aproveitando-se dele, que surgiram as *cruzadas*, que enfrentaram a civilização islâmica com as novas civilizações cristãs (europeias) ainda em fase de construção. Na Europa cristã, por volta do ano 1000, aumentara muito a peregrinação de cristãos para Jerusalém, pois corria a crença de que o fim dos tempos estava próximo e, por isso, valeria a pena qualquer sacrifício para evitar o Inferno. Nessas condições, o domínio dos turcos seljúcidas sobre a Palestina era percebido pelos cristãos do Ocidente como uma forma de repressão sobre os peregrinos ocidentais e sobre os cristãos do Oriente. Os seljúcidas eram os sultões turcos que, no século XI, tinham tomado o controle do califado, reduzindo o velho califa a uma função decorativa.

O caldo de cultura ideológico cristão-europeu em direção da guerra santa demorou um século para ficar pronto. Em 27 de janeiro de 1095, no concílio de Clermont, o papa Urbano II exortou os nobres franceses a libertar a Terra Santa e colocar Jerusalém sob a soberania cristã, apresentando a expedição militar como uma forma de penitência. A multidão e os nobres aceitaram entusiasmamente a proposta, e logo partiram em direção ao Oriente, sobrepondo uma cruz vermelha sobre suas roupas. A natureza real das cruzadas, um fanatismo religioso a serviço de objetivos políticos, foi esclarecida em 1096, quando os judeus das cidades da região do Reno foram submetidos a um impiedoso massacre pelos cristãos, no momento em que Pedro o Eremita estava reunindo forças militares e recursos econômicos para a Primeira Cruzada.

²⁴⁶ Biancamaria Scarcia. *Il Mondo dell'Islam*. Roma, Riuniti, 1981, p. 34.

Chamou-se, em geral, de “cruzadas” os movimentos militares de reinos e senhores cristãos que partiram da Europa ocidental em direção à Terra Santa (o nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-la, ocupá-la e mantê-la sob o domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob o controle dos turcos muçulmanos. As cruzadas foram, no total, nove, entre 1096 e 1272. Sua ideologia era, obviamente, religiosa, mas “havia também nelas um interesse econômico, o desejo de se apossar das fontes de onde vinham o ouro, a mirra e o incenso, as ricas telas de púrpura, os marfis trabalhados, as especiarias raras, tudo o que o continente asiático enviava para as costas da Arábia e da Síria, para oferecê-lo ao Ocidente pelo intermédio de Gênova ou de Veneza? É possível”.²⁴⁷

Possível? “Durante todo o período [das cruzadas] os europeus mantiveram o controle quase constante do litoral levantino, principalmente de seus maiores portos, Accra, Antiquia e Trípoli. As cruzadas facilitaram também a expansão genovesa, iniciada com a conquista da Córsega e da Sardenha a Pisa, no século XIII, e completada com o estabelecimento das colônias de Pera, ao lado de Constantinopla, e Kaffa, na Crimeia, em 1261... Os interesses comerciais diretos desempenharam papel cada vez mais importante, notadamente após a Terceira Cruzada”.²⁴⁸ Organizada com o intuito de “arrancar o túmulo de Cristo das mãos dos infiéis”, a primeira cruzada terminou, em 1099, com a conquista de Jerusalém e, no ano seguinte, a criação do Reino Latino de Jerusalém. Este se manteve até 1187, tendo sido então conquistado pelo curdo Saladino, fundador da dinastia Ayúbida. Aos Ayúbidas seguiram-se os Mamelucos, primeiro turcos (1250-1382) e depois circassianos (1382-1516). Foi durante o período mameluco que teve lugar a grande vaga da islamização popular da Palestina.²⁴⁹

²⁴⁷ Gustave Cohen. *La Gran Claridad de la Edad Media*. Buenos Aires, Argos, 1948, p. 45.

²⁴⁸ Francisco Magalhães Fº. *História Econômica*. São Paulo, Sugestões Literárias, sd, p. 151.

²⁴⁹ Desde então e até à segunda metade do século XX, os muçulmanos constituíram a esmagadora maioria da população palestina. Do ponto de vista numérico, o segundo grupo era constituído pelos cristãos, seguidos, de muito longe, pelos judeus e

As cruzadas alteraram e desenvolveram decisivamente a economia europeia. Nos países árabes, as cruzadas foram chamadas de "invasões francas", já que os povos locais viam estes movimentos armados como invasões, e porque a maioria dos cruzados vinha dos territórios do antigo Império Carolíngio e se autodenominavam "francos".²⁵⁰ Durante as cruzadas, os cristãos maronitas do Líbano,²⁵¹ pressionados militarmente pelos turcos seljúcidas, buscaram a ajuda dos invasores europeus com os que promoveram uma aliança política e militar, começando uma aproximação entre o Papado e o Patriarca maronita com o intuito de se promover a união entre as duas igrejas.

As ordens dos ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários) e dos Cavaleiros Templários também foram criadas durante as cruzadas. A expressão "cruzada" não era conhecida no tempo histórico em que ocorreram. Na época eram usadas, entre outras, as expressões "peregrinação" e "guerra santa". A expressão "cruzada" surgiu porque seus participantes se consideravam soldados de Cristo, distinguidos pela *cruz* aposta a suas roupas

pelos samaritanos. Em 1517 a Palestina passou a estar sob o domínio dos turcos otomanos.

²⁵⁰ Em *As Cruzadas Vistas pelos Árabes*, Amin Maalouf narrou imaginariamente as opiniões dos árabes sobre as cruzadas e, sobretudo, sobre os cruzados - os "*firanj*" (francos) -, tidos como cruéis, selvagens, ignorantes e culturalmente atrasados. Combinando história e literatura, Maalouf simulou a autobiografia (baseada em uma história real) de Hasan al-Wazzan, embaixador árabe que em 1518, em viagem de peregrinação à Meca, foi capturado por piratas sicilianos e entregue ao grande papa da Renascença, Leão X. Das primeiras invasões, no século XI, até o fim das cruzadas, no século XIII, o livro constrói uma narrativa inversa à corrente no mundo ocidental, percorrendo uma longa galeria de figuras famosas, descrevendo os principais fatos bélicos e exibindo situações em um cenário onde os cristãos são vistos como "bárbaros" desconhecedores das regras mais elementares de honra, dignidade e ética social (Amin Maalouf. *Les Croisades Vues par les Arabes*. Paris, J. C. Lattes, 1983).

²⁵¹ Essa comunidade se originou a partir dos seguidores de São Maron, um monge asceta sírio do século IV, que se instalou em montanhas próximas a Antioquia a caminho de Alepo, no norte da Síria, para tentar seguir uma vida cristã, tendo atraído inúmeros adeptos enquanto era vivo. Discípulos de Maron se dirigiram para a região do Monte Líbano, onde, ao chegarem, converteram ao cristianismo diversas comunidades pagãs locais.

de combate. As cruzadas eram também uma peregrinação, uma forma de pagamento a alguma promessa, ou uma forma de pedir alguma graça, assim como uma penitência imposta pelas autoridades eclesiásticas cristãs. Mas sua sistemática realização ao longo de um século esteve condicionada pelo contexto histórico-social.

As cruzadas, nos séculos sucessivos, beneficiadas pelo poder marítimo das cidades-estados italianas, abriram uma nova fase no comércio europeu ocidental, da qual não havia nem haveria retorno possível. Assim, na Idade Média europeia apareceram algumas formas econômicas proto-capitalistas, que amadureceram em diferentes formações econômico-sociais e emergiram como capital antes de despontar a era capitalista propriamente dita: o capital usurário e o capital mercantil, com uma relação quase sempre externa com o modo de produção, ainda relativamente intocado pelo capital.

As cruzadas contribuíram em muito para o comércio europeu com o Oriente. Se por um lado aprofundaram a hostilidade entre o cristianismo e o Islã, por outro estimularam os contatos econômicos e culturais. O comércio entre a Europa e a Ásia Menor aumentou consideravelmente; a Europa conheceu novos produtos, em especial, o açúcar e o algodão. Os contatos culturais que se estabeleceram entre a Europa e o Oriente tiveram um efeito estimulante no conhecimento ocidental e, numa boa medida, prepararam o caminho para o Renascimento. No início do século XII, o mundo muçulmano tinha praticamente esquecido a *Jihad*,²⁵² a guerra religiosa travada contra os inimigos do Islã. A explosiva expansão iniciada no século VIII tinha-se reduzido às memórias da grandeza dessa época. No entanto, após a queda de Jerusalém, muitos proeminentes líderes religiosos islâmicos, como o Abu

²⁵² A *Jihad*, originalmente, era um conceito da religião islâmica significando "empenho", "esforço". Pode ser entendida como uma luta, mediante vontade pessoal, de se buscar e conquistar a fé perfeita. Aquele que segue a *Jihad* é conhecido como *Mujahid*. Os especialistas em teologia islâmica identificaram duas formas de entender a *Jihad*, a "maior" e a "menor": a "maior" é uma luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma; a "menor", é o esforço que os muçulmanos fazem para levar o Islã para outras pessoas. Essa divisão, porém, só teria surgido no século XI. A palavra *Jihad* e seus derivados só é mencionada 47 vezes no Alcorão, e só dez vezes como referida à guerra (Karen Armstrong. *Campos de Sangue*. Religião e história da violência. São Paulo, Companhia das Letras, 2016).

Sa'ad al-Harawi, tentaram convencer o califa Abássida a preparar a *Jihad* contra os *firanj* (francos). No entanto, somente perto de duas décadas depois é que o sultão turco designou um proeminente militar, o *atabeg* Zengi, para resolver o “problema *firanj*” nas suas fronteiras.

Após a primeira e bem sucedida cruzada cristã, o moral dos muçulmanos ficou baixo. Os *firanj* haviam conquistado uma (merecida) reputação de ferocidade entre os turcos e os árabes. Com seus espetaculares sucessos militares em Antioquia e Jerusalém, os *firanj* pareciam invencíveis: humilhavam o poderoso califado egípcio e faziam investidas em terras inimigas impunemente. Excetuando-se os vassalos do Egito, a maioria dos líderes muçulmanos dos territórios mais próximos pagava um pesado tributo para assegurar a paz. Zengi iniciou o longo e lento processo de modificar a imagem que os muçulmanos tinham dos *firanj* e de si próprios. Tendo recebido o domínio das terras à volta de Mossul e de Alepo, Zengi começou uma campanha militar contra os *firanj* em 1132 com a ajuda do seu lugar-tenente Sawar. Em cinco anos, conseguiu reduzir o número dos castelos francos ao longo da fronteira do Condado de Edessa e derrotou o exército *firanj* em batalha aberta. Em 1144, capturou a cidade de Edessa e neutralizou de forma efetiva o primeiro domínio territorial estabelecido pelos cruzados.

Zengi foi o primeiro líder muçulmano que provou que os *firanj* podiam ser bloqueados e derrotados. Os líderes de Bagdá celebraram os sucessos de Zengi; um grande número de títulos passou a preceder seu nome: O Emir, o General, o Grande, o Justo, o Ajudante de Deus, o Triunfante, o Único, o Pilar da Religião, a Pedra de Base do Islã, a Honra dos Reis, o Apoiante dos Sultões, o Sol dos Merecedores, o Protetor do Príncipe dos Fiéis. Zengi insistiu em que os seus arautos e escrivães utilizassem todos esses títulos na sua correspondência, e foi implacável contra seus inimigos nas suas campanhas militares, motivando os muçulmanos para uma nova guerra religiosa. O herdeiro de Zengi, Nur al-Din, e o seu sucessor Salah al-Din, eram extremamente piedosos, observando rigidamente a Sunna e os pilares do Islã na sua vida pública e particular. Ambos rodearam-se de religiosos e teólogos e fizeram uma ativa campanha para espalhar o fervor religioso entre os muçulmanos.

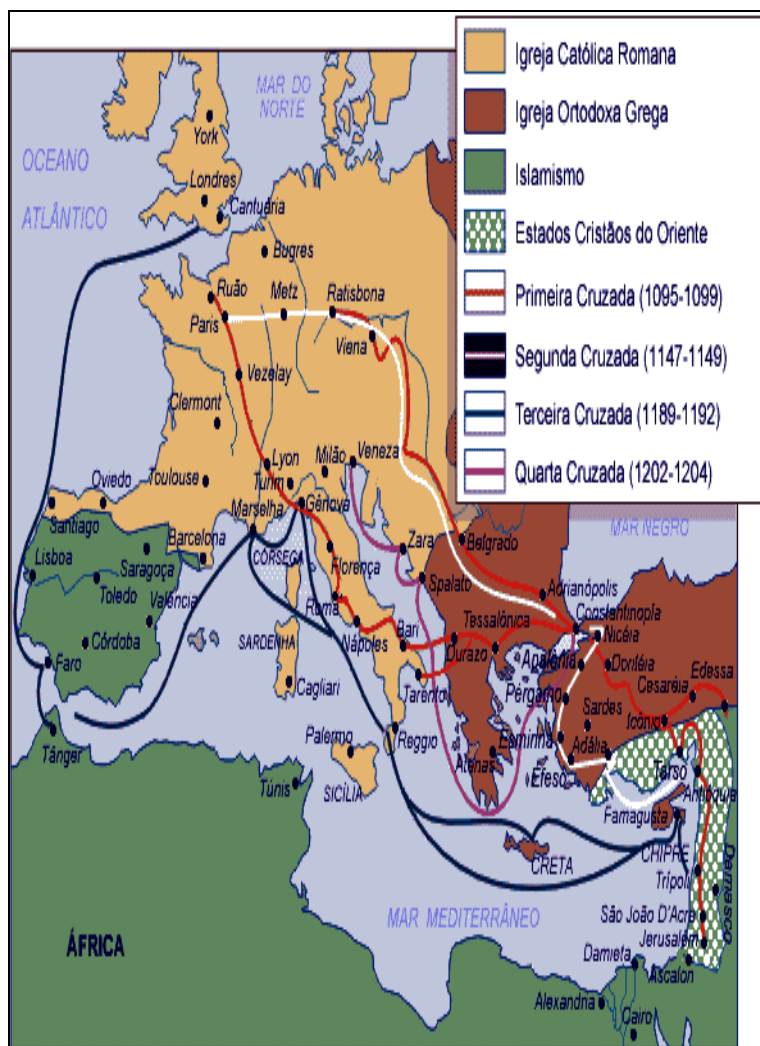
Os Fatímidas governantes no Egito haviam perdido territórios na África setentrional, na Síria e em parte da

Palestina. Ameaçados pelos exércitos cristãos cruzados, os califas Fatimidas pediram ajuda a Nur Al-Din, já senhor de Aleppo, que derrotou as forças cruzadas na Síria e casou-se com a filha do *atabeg* de Damasco. Nur Al-Din, em 1168, enviou um exército ao Egito, chefiado por Salah Al-Din, que era curdo, e foi nomeado vizir do Egito: em 1171, ele fundou a dinastia dos Ayyubitas, restaurando a ortodoxia sunita;²⁵³ reconquistando também grande parte da Síria e da Palestina e fazendo do Egito uma potência militar.

O apelo à *Jihad* atraiu soldados muçulmanos de toda a Arábia, Egito e Pérsia. Esse exército permitiu Saladino (Salah Al-Din) esmagar os *firanj* na batalha de Hattin e enfraquecer as forças da Cruzada do rei britânico Ricardo Coração de Leão. A existência periclitante do Reino Latino de Jerusalém em meio à sociedade islâmica se demorou ainda até o ano de 1187, quando a cidade foi reconquistada por Saladino.²⁵⁴ Antes de partir para combater vitoriosamente a Segunda Cruzada, em episódio lendário, Saladino orou pela vitória na Grande Mesquita de Al-Nuri, no atual Iraque. A *Jihad* de Salah al-Din cessou em 1193, quando seu chefe morreu.

²⁵³ Os sunitas são o principal ramo da religião islâmica (84% de todos os muçulmanos, atualmente); estão amplamente distribuídos pela maior parte da Ásia, Europa Oriental e África convertidas ao Islã, além de possuírem amplas comunidades imigradas na Europa e América. O nome dessa vertente do islã deriva de *Sunnaf*, o conjunto de escritos com as normas sociais proclamadas por Maomé e pelos quatro primeiros califas, recolhidas em livros. A "sunna" é o comportamento, ou exemplo, de Maomé e da comunidade muçulmana primitiva. A compilação das sunnas (tradições) árabes, no Alcorão, por Maomé, serviu para dar aos povos árabes um caráter unitário e, dessa forma, pôr um fim às dissensões internas. As práticas e doutrinas do sunismo se consolidaram durante as dinastias Omíada (661-750) e Abássida (750-1258), como resultado do trabalho de gerações de eruditos reconhecido pelas famílias governantes. Diferentemente dos xiitas, os sunitas postularam que qualquer pessoa que estivesse preparada podia ser o líder da comunidade islâmica (*Umma*), não sendo preciso ser descendente da família ou tribo do Profeta Maomé.

²⁵⁴ Sergio Noja. *Breve Storia dei Popoli Arabi*. Milão, Arnaldo Mondadori, 1997.



O irmão do sultão, Saphadin, não pretendia entrar em mais guerras, que achava desnecessárias; quando Ricardo Coração de Leão voltou para a Europa, o poderio militar dos *finanj* estava praticamente derrotado. Depois da morte de Saladino, o reino egípcio ficou enfraquecido por lutas intestinas, que acabaram favorecendo a chegada ao poder dos mamelucos, que cumpriram um papel fundamental na luta contra os últimos cruzados chefiados por Luis IX da França (São Luis), conseguindo rejeitá-los finalmente em 1249; no ano seguinte os vitoriosos mamelucos derrubaram os Ayyubitas descendentes

de Saladino e instauraram suas próprias dinastias, a dos Bahritas e a dos Burgitas. Vários reis mamelucos foram grandes chefes militares, como Baybars I, que em 1260 deteve o avanço dos temíveis mongóis.

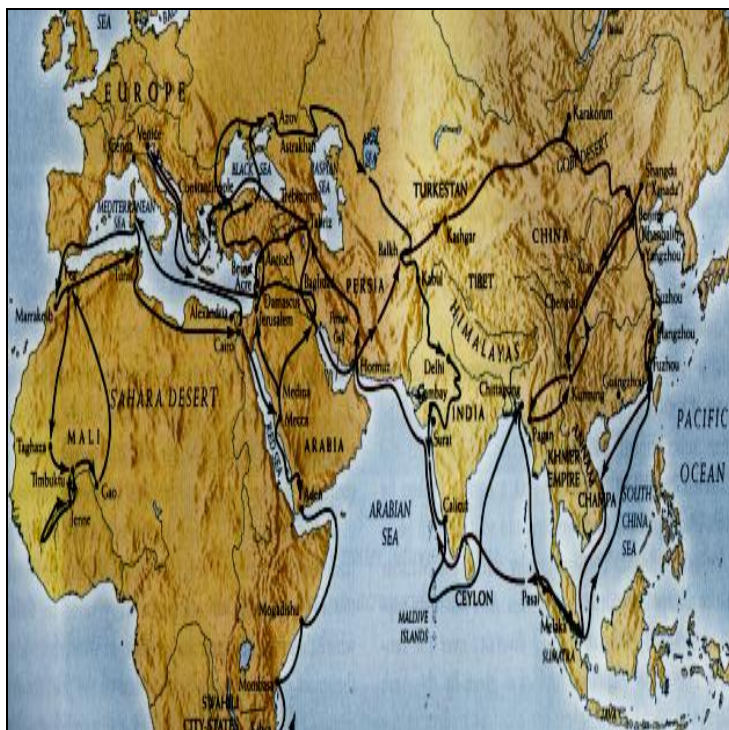
Outras duas invasões mongóis foram contidas pelos mamelucos, que também eliminaram a presença dos cruzados no Oriente Médio, conquistando em 1291 Akko, último baluarte cruzado na Palestina.²⁵⁵ Décadas mais tarde uma nova *Jihad* purgou os *firanj* da Síria e Palestina; até 1291 os muçulmanos ainda partilhavam uma pequena parte desse território com os europeus. Os novos laços econômicos criados pela investida europeia no Oriente Médio sobreviveram, no entanto, às cruzadas: inúmeros comerciantes (italianos, em especial) estabeleceram conexões comerciais permanentes com os centros de produção de tecidos finos (seda) e especiarias de Oriente.

A epopeia oriental do comerciante italiano Marco Polo (no século XIII) foi símbolo e testemunho literário dessas empreitadas fundadoras da modernidade europeia.²⁵⁶ Um século depois, aconteceram as viagens do navegante árabe Ibn Battuta²⁵⁷ (1304-1377), o maior explorador-viajante árabe de que se tenha notícia, nascido em Tanger, no Marrocos. Ele partiu da sua cidade natal em 1325 para sua primeira grande viagem, cuja rota englobou o Egito, a Meca e o Iraque. Mais tarde, correu o Iêmen, a África Oriental, as margens do rio Nilo, a Ásia Menor, a costa do Mar Negro, a Crimeia, a Rússia, o Afeganistão, a Índia - onde visitou Calcutá -, as ilhas da Sonda (Indonésia) e a região de Cantão, na China. Nos seus últimos anos de vida, esteve em Granada, Espanha, quando esta era ainda a capital do reino nasrida (dinastia muçulmana ibérica). Realizou depois a travessia do deserto do Saara pela trilha das caravanas de Tumbuctu. Morreu na cidade de Fez. Como testemunho das suas viagens deixou uma obra (*rihla*, ou relato de viagem) ditada ao seu secretário, que relata as epopeias e jornadas de sua vida de viajante explorador.

²⁵⁵ Albert Hourani. *Histoire des Peuples Arabes*. Paris, Seuil, 1993.

²⁵⁶ Marco Polo. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

²⁵⁷ Ross E. Dunn. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005.



As viagens de Ibn Battuta

O Império Otomano, último avatar da expansão islâmica, como veremos adiante, se manteve anacronicamente como parasita de seus domínios externos por vários séculos. Nos séculos do declínio otomano, as precondições para um novo modo de produção se desenvolveram na sua vizinha e dividida Europa, que se autodefiniu por seu dinamismo em oposição à paralisia (estagnação) dos domínios do califado. O desenvolvimento de uma burguesia de negócios e de redes comerciais nos impérios orientais, por si só, não foi fator suficiente para o surgimento de um novo modo de produção. O capitalismo, como sistema desenvolvido de forma incremental remonta ao século XVI na Europa, embora setores econômicos protocapitalistas já existissem no mundo antigo, e aspectos iniciais do capitalismo mercantil já tivessem florescido na Europa, durante a Baixa Idade Média. Com o renascimento urbano e comercial dos séculos XII, XIII e XIV, surgiu na Europa, especialmente na parte ocidental, uma nova classe social: a *burguesia*.

Essa nova classe buscava inicialmente realizar lucro através de atividades exclusivamente comerciais. Seu desenvolvimento crescente, ainda no interior da economia feudal, foi impondo mudanças sociais e políticas que foram o alicerce de sua futura dominação política: “O burguês sentia a necessidade de assegurar sua defesa sem recorrer à tradicional proteção do senhor. O comércio não se desenvolve sem segurança. Um dos primeiros direitos que os burgueses reclamaram foi o de construir muralhas e fortificações. Todas as cidades ostentam nas suas armas uma coroa de muralhas, símbolo da paz urbana, garantida por uma verdadeira coligação de seus habitantes; a sua aliança, como a do senhor com seus vassalos, firma-se no juramento que implica a obrigação de se defenderem mutuamente recorrendo às armas se for o caso.

Os comerciantes tinham também necessidade, para decidir seus litígios, de tribunais mais expeditos e mais integrados na vida dos negócios do que os tribunais eclesiásticos e as justiças feudais. Foi dessas diferentes aspirações que surgiu o movimento comunal”²⁵⁸ Nesse movimento foi deitando suas raízes a noção de *cidadania* (ou seja, direitos da cidade, *locus* do desenvolvimento econômico da burguesia, e direitos dos *membros* da cidade) que seria ulteriormente a base jurídica das constituições das nações modernas.

Para que o novo modo de produção vingasse, foi necessário que houvesse uma transformação no caráter autossuficiente das propriedades feudais na Europa ocidental, ou seja, uma *crise* histórica do antigo modo de produção: as terras começaram a ser arrendadas e a mão de obra começou a ser remunerada com um salário. O dinheiro começou a circular e penetrar todas as relações econômicas: o homem medieval, antes disso, mal conhecia seu significado. Entre os séculos IV e XVI, numa sociedade dominada pelo cristianismo, a Igreja doutrinou a atitude que um cristão deveria ter perante o dinheiro, tendo em vista as várias passagens bíblicas que o condenavam.

O Ocidente moderno surgiu da concorrência e do do embate dos países europeus com a civilização árabe pelo controle das rotas comerciais do Mediterrâneo: “A expansão do

²⁵⁸ Regine Pernoud. *As Origens da Burguesia*. Lisboa, Europa-América, 1973, p. 22.

Império Bizantino nos séculos VI e VII resultou em grande parte da necessidade de controlar as rotas e fontes de suprimento dos produtos ocidentais, principalmente os metais da Espanha. A ocupação árabe da África do Norte rompeu essas ligações. Ainda que se desenvolvesse um fluxo regular e ativo entre os portos árabes, essa atividade estava fora do âmbito da civilização europeia e teve sobre ela poucas repercussões. Mas o predomínio árabe nas águas ao oeste da Sicília não interferia com o comércio entre os portos do Adriático e o Oriente... [A presença árabe] provocou, entre os séculos VIII e X, que se reduzisse a um mínimo a navegação entre os portos da Europa ocidental e o Mediterrâneo oriental”.²⁵⁹ Em reação, foi entre os séculos X e XI que se gestou o renascimento comercial europeu, que prologou seu renascimento militar, político e cultural.

A moeda começou a se desenvolver na Europa nos séculos XII e XIII, quando as cidades cresceram com o comércio. Isto não significa que houvesse já um capitalismo no alto medievo, por exemplo, na monetarização nas ordens mendicantes: nesse período, a distinção social se dava ainda entre “poderosos e fracos” e não entre “ricos e pobres”.²⁶⁰ As mudanças econômicas da Baixa Idade Média ensejaram o surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos que vivia à margem da unidade econômica feudal, habitando uma região externa, chamada de *burgo* (a palavra vem do latim *burgus*, que significa “pequena fortaleza” ou “povoado”; no dialeto latino-germânico, *burgs* adquiriu o significado de cidadela fortificada) de onde surgiu a nova classe social. A burguesia medieval implantou paulatinamente uma nova configuração na economia, na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões se transformaram no seu motor dinâmico.²⁶¹

Os burgueses compravam dos senhores feudais os direitos para suas atividades: “Durante os séculos XI e XII, centenas de novas cidades, que se organizavam como comunas, alcançaram a proeminência na Itália, na Alemanha e em

²⁵⁹ Francisco Magalhães Fº. *Op. Cit.*, pp. 149-150.

²⁶⁰ Jacques Le Goff. *A Idade Média e o Dinheiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

²⁶¹ Cf. Maurice Dobb. *La ripresa degli scambi*. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

Flandres. Exigiram autonomia aos antigos senhores feudais e conquistaram-na. A burguesia inovadora não apenas criou nova riqueza com o comércio, também subsidiou as invenções de empreendedores engenhosos nos campos da alquimia (antepassada da moderna química), da conversão de energia, dos transportes e da metalurgia.

O uso de ferro tornou-se comum, mesmo na casa dos pobres. Por todos os lugares construíram-se moinhos de vento e de água, para converter a energia das forças naturais em trabalho útil. Um novo tipo de arreio permitiu pela primeira vez que se utilizassem cavalos para puxar carroças e arados. Na Boêmia, na Suécia e na Cornualha, novas técnicas de mineração permitiram que se abrissem poços profundos até depósitos mais ricos de ferro, cobre, estanho e chumbo. A nova classe urbana tornou-se empregadora da mão de obra excedente que a crescente população agrícola produzia, enquanto os agricultores aumentavam a própria eficiência graças a novas invenções. Como resultado, os trabalhadores agrícolas viram os rendimentos crescerem, à medida que nova riqueza era criada nas cidades”.²⁶²

Para proteger seus interesses, os burgueses organizavam-se em associações, as *guildas*. Os artesãos urbanos, por sua vez, se organizaram em *corporações*, que defendiam seus membros da concorrência externa e fiscalizavam a qualidade e o preço dos produtos. Nas cidades maiores, onde a indústria de seda ou lã era desenvolvida, os mestres contratavam diaristas que recebiam pagamento por jornada de trabalho; os jornaleiros foram os primeiros antecessores dos modernos operários assalariados. Para eles, a luta pela vida se confundia com a *luta pelo tempo*: “Para o trabalhador medieval, o relógio da torre distinguia de modo neto seu tempo do tempo do patrão”.²⁶³

A moderna *burguesia capitalista* não foi o produto do desenvolvimento linear da classe burguesa comercial surgida no Medievo, mas sua negação como produto de uma ruptura histórica. O início da era capitalista coincidiu, temporal e historicamente, com o declínio das “cidades soberanas” da Idade Média, as *comunas*, declínio que precedeu o surgimento dos Estados modernos: “O capitalismo moderno tirou seu ímpeto inicial da indústria têxtil inglesa e não descende diretamente dos principais centros medievais. Suas bases foram

²⁶² Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 128.

²⁶³ David S. Landes. *Op. Cit.*, p. 103.

lançadas na indústria rural doméstica que fugira dos centros urbanos tradicionais... As restrições impostas pelas guildas foram razões para a mudança do centro de gravidade da cidade para o campo”.²⁶⁴ O centro da dinâmica econômica deslocou-se inicialmente do feudo agrário para a proto-cidade, para daí voltar ao campo, e só depois deslocar-se, transformado em *capital*, para a *cidade*. O termo e o conceito de *capitalismo* só se tornaram usuais muito depois, no último quartel do século XIX. A transição histórica que lhe deu origem, porém, situou-se pelo menos três séculos antes.

Não faltaram autores que viram nos comerciantes medievais europeus os antecedentes diretos de capitalismo: “Nessa tese, a passagem da riqueza mercantil ao capital é contínua, linear e quantitativa; vê-se o desenvolvimento do capitalismo como uma expansão de processos já operantes no modo tributário. Essa é, essencialmente, a postura adotada por [Max] Weber, [Immanuel] Wallerstein e [André Gunder] Frank. Se, ao contrário, se considera a mudança de riqueza mercantil em capital como algo que leva em si não só crescimento quantitativo, mas também uma grande alteração nos processos determinantes, o capitalismo aparece como um fenômeno qualitativamente novo, um novo modo de mobilizar o trabalho social no curso da transformação da natureza. Essa foi a posição que adotou Marx”.

“Deste ponto de vista, a história do dinheiro criando dinheiro não é mais do que a ‘pré-história do capital’. A riqueza mercantil não funcionou como capital enquanto a produção esteve dominada por relações de parentesco ou por relações tributárias. O que não era consumido pelos produtores ou pelos tomadores de tributos podia ser levado ao mercado de outro lugar e trocado por produtos excedentes, o que permitia aos comerciantes ficar com as diferenças de preço obtidas na operação. Para Wallerstein, a forma em que se desenvolve o trabalho social na produção de excedentes é coisa secundária, pois para ele todos os produtores de excedente que operam sob as relações capitalistas são ‘proletários’, e todos os tomadores de excedente, são ‘capitalistas’. Esses modelos dissolvem o conceito de modo de produção capitalista”.²⁶⁵ O capitalismo foi

²⁶⁴ Rodney Hilton. *Op. Cit.*, p. 156.

²⁶⁵ Eric Wolf. *Europa y la Gente sin História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

a *negação* (a ruptura) dos modos de produção tributários ou corporativos que lhe precederam, embora se originasse neles.



Burgo medieval

Para o capitalismo nascer, foi necessária a expansão do mercado, baseada na expansão da potência da produção. A nova prática comercial burguesa, geralmente urbana, determinou uma nova lógica econômica: a “economia” começou a se basear em quantias (números) que determinavam o valor de cada mercadoria, calculando-se custos e lucros a serem convertidos em uma determinada quantidade monetária. Em 1494, Luca Pacioli, autor de uma *Summa Matematica* (oposta à *Summa Teologica* tomista) definiu o sistema contábil de dupla entrada (crédito/débito) sobre cuja base se desenvolveu a contabilidade empresarial até o presente.

Nesse contexto, surgiram também os banqueiros e cambistas modernos, cujos ganhos estavam relacionados ao dinheiro em circulação, numa economia monetária em pleno desenvolvimento. Em 1558, Thomas Gresham, agente financeiro da rainha Elizabeth 1^a, disse que o “dinheiro ruim expulsa o bom”, e observou que, se duas moedas têm valor legal idêntico, mas com conteúdos metálicos diferentes, aquelas com maior densidade de metal nobre seriam entesouradas, o que prejudicaria a circulação comercial. O capital, que já se identificava (alienadamente) com a riqueza monetária, nascia

apelando (conscientemente) para o auxílio *do Estado*. A nova burguesia comercial, e também os cambistas e banqueiros, no entanto, foram elementos embrionários do sistema capitalista, do sistema econômico simultaneamente baseado no lucro, no acúmulo de riquezas, no controle dos sistemas de produção e na expansão permanente dos negócios.

Foi só com a transformação da *força de trabalho* em mercadoria livremente negociada, aumentando qualitativamente o potencial produtivo geral, que se estabeleceu a ponte de passagem para o *modo de produção* capitalista, através de violentos conflitos que eliminaram os elementos comunitários da vida rural europeia: “A implantação da ‘sociedade do mercado’ surgiu como uma confrontação entre classes, entre aquelas cujos interesses se expressavam na nova economia política do mercado e aquelas que a contestavam, colocando o direito à subsistência acima dos imperativos do lucro”.²⁶⁶

Qual foi o papel da religião (e das ideologias, em geral) nesse processo? Já vimos como Marx e Engels lhes concederam um caráter *derivado* na mudança histórica. Para Engels, “o dogma calvinista satisfazia as necessidades da burguesia mais avançada da época. Sua doutrina da predestinação era *a expressão religiosa* do fato de que, no mundo comercial da concorrência, o sucesso e o insucesso não dependem nem da atividade, nem da habilidade do homem, mas de circunstâncias alheias ao seu controle. Estas circunstâncias não dependem nem de quem quer, nem de quem trabalha; estão à mercê de poderes econômicos superiores e desconhecidos”.²⁶⁷

Werner Sombart produziu em 1902 uma síntese historiográfica, *O Capitalismo Moderno*,²⁶⁸ postulando que em cada época reinaria uma mentalidade econômica diferente; esse “espírito” adquiriria uma forma especial apropriada que modelaria a organização econômica correspondente, ele seria o impulso dominante de cada época. Nessa concepção, o “espírito” era posto no lugar do desenvolvimento das forças produtivas (a produção e reprodução da vida social) como motor da dinâmica histórica: “O espírito que domina os sujeitos

²⁶⁶ Ellen Meiskins Wood. *The Origins of Capitalism*. A longer view. Londres, Verso Books, 2002.

²⁶⁷ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.

²⁶⁸ Werner Sombart. *Le Capitalisme Moderne*. Paris, Payot, 1932.

econômicos foi sempre muito diverso. As diversas eras da vida econômica se diferenciam pelo espírito concreto dominante em cada uma delas”: o espírito dominante na era do capital compreenderia questões como o desejo de lucro, o espírito de empresa e as virtudes (frugalidade, ambição) burguesas.²⁶⁹

Max Weber realizou, na mesma época, uma abordagem ainda mais abrangente, pondo a “ética” de origem religiosa onde Sombart situava o “espírito”. A vulgarização das teorias de Max Weber fez dele, erroneamente, um defensor da causalidade *exclusiva* da ética protestante no surgimento do capitalismo. Que era sim, para Weber, sua causa *principal*: “Max Weber descobriu a fonte da nova ética [capitalista] na Reforma Protestante, que transplantou o ideal cristão da vida ascética das celas dos conventos para a vida cotidiana de todo cristão. Criou uma nova ética que Weber chamou de ascetismo laico”.²⁷⁰ O capitalismo seria, para Weber, filho da radical transformação da mentalidade econômica produzida pela Reforma Protestante.

A moral cristã vigente na Idade Média defendia ainda o aristotélico “preço justo” e proibia a usura; João Calvino, na versão mais radical da Reforma cristã, justificou o comércio lucrativo e o empréstimo a juros, no pressuposto de que fazer o sucesso comercial era um sinal da eleição (predestinação) divina:²⁷¹ “Se o homem atingir alguma prosperidade, não a

²⁶⁹ Werner Sombart. *El Burgués*. Madri, Alianza Editorial, 1982.

²⁷⁰ Oskar Lange. *Economia Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

²⁷¹ O calvinismo (tradição reformada, fé reformada ou teologia reformada) foi tanto um movimento religioso quanto uma ideologia cultural com raízes na reforma religiosa iniciada por Calvino em Genebra no século XVI, desenvolvida também por outros teólogos: Martin Bucer, Heinrich Bullinger, Pietro Martire Vermigli e Ulrich Zwingler. Este criticou severamente os programas de ajuda aos pobres desenvolvidos pela prefeitura ginebrina. Calvino exerceu uma influência internacional no desenvolvimento da Reforma Protestante, com uma coleção maciça de comentários sobre a Bíblia. Calvino apoiou-se em Paulo, “pela fé sereis salvos”, ideia que tinha sido retomada pouco antes dele por Martin Lutero, pai do protestantismo. O calvinista deveria ser um profundo conhecedor da Bíblia, com todas as suas ações determinadas pela sua relação *individual* com a moral cristã. Dessa forma proclamou, no terreno religioso, o princípio da liberdade individual face à Igreja Romana. O calvinismo foi o resultado da evolução das ideias protestantes no espaço europeu de língua francesa. A expressão “calvinismo” foi usada pela primeira vez

deve atribuir à sua diligência nem à sua habilidade ou fortuna [sorte], mas deve reconhecer que ela provém de Deus. Por outro lado, se não conseguir progredir, enquanto os outros se elevam até a altura de seus desejos; ou mesmo se lhe acontecer de regredir, deverá suportar sua pobreza com paciência e moderação maiores do que aquelas que um não crente exibiria diante de riquezas medíocres, inferiores aos seus desejos... Pensará que todas as coisas são estabelecidas por Deus de acordo como convém à sua salvação”, escreveu Calvino na sua *Instituição da Religião Cristã* (1536).

Com base na ideia calvinista de predestinação, Max Weber elaborou a tese de que a ética e as ideias puritanas influenciaram decisivamente o nascimento e desenvolvimento do capitalismo, ao ponto de se tornar seu fator desencadeante. O calvinismo militante da Europa setentrional depois da Reforma Protestante foi também apontado como um estímulo decisivo ao trabalho e à acumulação de riquezas.²⁷² Weber, quando acentuou o papel da ética protestante não eliminou as causas de natureza econômica, embora sua explicação da origem do capitalismo obedeça a uma causalidade diversa daquela proposta por Marx, pois em Weber a produção e reprodução da vida social jogam um papel subordinado dentro de uma construção histórica determinada pela ideologia (religiosa, em primeiro lugar). Tradicionalmente, na Igreja Católica Romana, a devoção religiosa estava acompanhada da rejeição dos assuntos mundanos, incluindo a ocupação econômica. Weber definiu o “espírito do capitalismo” como as ideias e hábitos que favoreceram, de forma ético-religiosa, a procura racional de ganho econômico: tal espírito não estava, para ele, limitado à cultura ocidental, mas na Europa ela se realizou plenamente, “não pela ação de indivíduos isolados, mas como uma forma de vida comum aos grupos de homens”.

Havia, portanto, motivo suficiente para procurar as origens do capitalismo nas ideias da Reforma Protestante. Montesquieu, Buckle, Keats e outros tinham já sugerido a afinidade entre o protestantismo e o desenvolvimento do “espírito comercial”. Weber pretendeu demonstrar que certos

em 1552 pelo pastor alemão Joachim Westphal (Cf. Bernard Cottret. *Calvin: A Biography*. Grand Rapids, B. Eerdmans, 2000).

²⁷² Cf. Maurizio Brignoli. Dio, proprietà, povertà e lavoro: etica protestante e assetti capitalistici. *La Contraddizione* n° 137, Roma, outubro-dezembro 2011.

tipos de protestantismo (em especial o calvinismo) favoreciam o comportamento econômico racional, pois neles esse comportamento recebia um significado espiritual e moral positivo. O calvinismo, por exemplo, trouxe para a religião cristã a ideia de que as habilidades humanas deveriam ser percebidas como dádiva divina, e por isso incentivadas. Este resultado não era o objetivo-fim dessas ideias religiosas, era um subproduto delas. Mas isso foi causa ou consequência do alvorecer do capitalismo?

Para Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a ética calvinista e o conceito de *Beruf* (profissão como vocação) eram o fator decisivo para a difusão de uma conduta de vida ascético-racional, pressuposto do “espírito” capitalista moderno.²⁷³ As teses sombartianas e weberianas foram objeto de diversas críticas, bastante simples: “O protestantismo não foi causa nem consequência do desenvolvimento do capitalismo, pois nesse caso a Itália do Norte deveria ter sido o berço da Reforma, porque o capitalismo nasceu aí, como o explicou Fernand Braudel”.²⁷⁴ Por outro lado, “há mais de um modo de ter sucesso numa economia moderna. A tese de Werner Sombart, que atribuiu a emergência do capitalismo aos judeus, repousa sobre uma exageração além de toda proporção; o vínculo exclusivo estabelecido por Weber entre a ética protestante e o espírito do capitalismo pôs seu acento sobre uma relação de causalidade histórica, negligenciando o papel dos judeus contemporâneos”;²⁷⁵ sem

²⁷³ Max Weber. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.

²⁷⁴ Denis Collin. *Le choc des civilisations? Philosophie et Politique*, Paris, dezembro 2015.

²⁷⁵ Yuri Slezkine. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009, p. 78. O papel dos judeus no surgimento das *premissas* do capitalismo (não do próprio capitalismo) foi más prático do que ideológico: “Desde o início do século XVI, as colônias marranas estavam presentes em cada centro comercial importante da Europa, da América e do Extremo Oriente; a extensão de sua atividade na Europa era incomensurável com seu número. Uma mesma língua e uma mesma cultura fundamental impregnavam, em cada porto, comunidades pequenas ou grandes. Um indivíduo podia ir de Hamburgo a Bordeaux, de Bordeaux a Livorno, sem grandes mudanças. Também podia corresponder-se na mesma língua com a metade do mundo civilizado. A maior parte das grandes famílias era cosmopolita e tinha seus próximos instalados em todos os grandes centros urbanos. O ‘crédito’, no sentido literal, era uma realidade social que apoiava

falar em que ambas as teses ignoraram, do ponto de vista religioso, o papel da filosofia árabe dita anacronicamente “medieval” na origem das heresias e cisões do cristianismo europeu, incluído o protestantismo.

O papel econômico medieval dos judeus europeus estava, por outro lado, vinculado a atividades pré-capitalistas, derivadas da sobrevivência (e funcionalidade) da doutrina aristotélica na Igreja cristã, a saber, “a ilegalidade e o aspecto pecaminoso da usura (que) forçou grande parte do negócio do empréstimo de dinheiro com juros a cair nas mãos dos judeus, que não tinham qualquer preconceito com a usura. Consideravam que cobrar juros pelo empréstimo de dinheiro não era diferente de cobrar renda pelo uso da terra, algo considerado natural pelos cristãos... Aos judeus era proibida por lei a posse da terra, a única outra forma de riqueza além do dinheiro, por isso dirigiram os esforços e a engenhosidade para as finanças, na qual se tornaram especialistas. No entanto, mesmo sendo a usura legal segundo a lei judaica, continuou a ser ilegal pela lei cristã, o que muitas vezes serviu de desculpa aos devedores para renegarem as dívidas”.²⁷⁶

As protoformas do capitalismo já existiam em escala considerável em períodos históricos prévios às reformas protestantes: “Max Weber viu a impulsão decisiva do moderno nas revoluções espirituais do século XVI. Werner Sombart acreditou que o começo do capitalismo devia ser situado muito antes, no século XIV, que inicia a cultura municipal italiana. Todas as transformações políticas e econômicas só podem desfraldar um efeito, profundo e amplo, se forem precedidas por um cambio da imagem central do mundo (o que) advoga em favor da data posterior: só no século XVI tem lugar o cambio fundamental da concepção do mundo, mudança que

automaticamente as trocas comerciais. As relações econômicas se desenvolviam, mesmo com Espanha e Portugal, sob o nome de empréstimos. Formou-se uma rede que não tem outro equivalente na história a não ser o da Liga Hanseática. Alguns setores comerciais encontravam-se quase que inteiramente sob o monopólio das comunidades marranas. Desde meados do século XVII, os judeus de origem espanhola ou portuguesa constituíam figuras eminentes do mercado bancário europeu, em cuja criação haviam contribuído ao fundar os grandes bancos nacionais” (Cecil Roth. *História dos Marranos*. Os judeus secretos da península ibérica. Porto, Civilização, 2001, p. 183).

²⁷⁶

Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 287.

arrastou consigo todo o mais. Sem dúvida, o mundo medieval fez amadurecer fenômenos econômicos que parecem pertencer à Época Moderna. No século XIV, nas cidades do norte da Itália, na indústria têxtil haviam surgido grandes estabelecimentos fabris que se assemelhavam às empresas capitalistas. No desenvolvimento das formas jurídicas racionais das cidades mercantis, a Idade Média já havia criado organizações nas quais apareceu pela primeira vez o tipo de cálculo moderno. Porém, todos estes indícios aparentes de uma nova época pertencem ao círculo de estilo e formas da Idade Média”.²⁷⁷

Nas cidades-estados italianas, efetivamente, e antes da Reforma Protestante, o capital comercial e o capital bancário se expandiram com o advento das sociedades por ações, das letras de câmbio e da escrita contável em duas colunas, nascida no século XV; a dívida pública aumentou também os recursos do Estado e as possibilidades de investimento para os cidadãos com rendimentos acima das necessidades imediatas de sobrevivência. As letras de câmbio nasceram em Gênova, no século XII, constituindo-se em “um instrumento universal sem o qual não se poderia imaginar um capitalismo comercial (ou qualquer outro). São simultaneamente instrumento de cambio de moedas, meios de compensação dos negócios (evitando os deslocamentos lentos e difíceis das moedas metálicas), meios de empréstimo a juros e, finalmente, meio de circulação fiduciária que joga o papel de moeda paralela graças aos diversos procedimentos de endosso e de desconto. Elas foram o grande (mas não único) paliativo para a insuficiência quantitativa de moeda metálica e para a lentidão de sua circulação”.²⁷⁸

Uma forte burguesia financeira se desenvolveu a custa da Igreja antes da sua cisão: “O Papa tinha perpétua necessidade de dinheiro para manter a suntuosidade de sua corte e para sustentar sua luta mortal contra o Imperador. Precisava de ouro para pagar soldados e comprar aliados. Também o precisavam os prelados, agentes ordinários de sua política, que gastavam suas rendas, e mais ainda, em festas, recepções e viagens aos túmulos dos apóstolos. Os banqueiros florentinos devoraram ou absorveram as propriedades circundantes dos grandes conventos, e depois se disputaram

²⁷⁷ Alfred Muller-Armack. *Genealogia de los Estilos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

²⁷⁸ Jean Meyer. *Op. Cit.*, p. 85.

ansiosamente os clientes de Roma. Chegaram a ser uma potência europeia”.²⁷⁹ Desse modo, o “cálculo moderno” (projetos econômicos realizados com base no cálculo prévio de custos e benefícios), condição para qualquer empreendimento mercantil de envergadura, não caracterizou especificamente o capitalismo.

Como demonstrou Maurice Dobb, nem sequer caracterizou um “espírito de cálculo econômico” filho da Reforma Protestante (o suposto “espírito do capitalismo”), pois cálculos contáveis e projeções econômicas bastante complexas já eram realizados na Idade Média, em diversos países, bem antes da Reforma Protestante. O papado medieval não só era o centro de um sistema de poder temporal, era também o centro de um vasto sistema de arrecadação financeira e de investimento. No entanto, em *An Essay on Projects*, de 1697, Daniel Defoe situou o início da “era dos projetos” só em 1680 (o que poderia ser considerado válido para sua Inglaterra natal). E, em relação às culturas extra europeias supostamente refratárias à modernização capitalista, Maxime Rodinson criticou a afirmação de Max Weber referente à “ideologia islâmica” como inimiga da atividade comercial lucrativa e “racionalizada”.²⁸⁰

A unilateralidade weberiana não se referia apenas ao fator propulsor do capitalismo, mas também à sua ideologia, centrada para Weber no cristianismo reformado. Certamente, “dado o papel ainda relevante da religião na elaboração ideológica das diversas classes sociais, a luta contra o sistema

²⁷⁹ Georges Renard. *Op. Cit.*

²⁸⁰ Maxime Rodinson. *Islam y Capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973. E não se limitou a isso. O Alcorão islâmico representava, segundo ele, a visão idealizada de uma pessoa que morou no deserto de Arábia nas condições sociais da época de Maomé; descreve como tal pessoa imaginaria um lugar ideal para passar a eternidade. Essa percepção não representava a visão ou o testamento de algum deus eterno, onisciente, onipresente e onipotente, mas a de um ser humano, refletindo as condições naturais e sociais em que viveu. Esse monoteísmo é, portanto, diverso do judeu ou cristão. Rodinson apontou como, a partir do século XVII, o Islã, diferentemente do cristianismo, foi visto no Ocidente como o epítome da tolerância e razão. O Ocidente ficou fascinado pela ênfase do Islã “no equilíbrio entre a adoração e as necessidades da vida, e entre a necessidades morais e éticas e as necessidades corporais, e entre o respeito ao indivíduo e a ênfase sobre o bem-estar social”. A conciliação entre o imperativo religioso e o imperativo econômico já existia, portanto, antes do protestantismo.

feudal, representado religiosamente pela Igreja Católica, requereu, com o surgimento de novas classes e modos de produção, uma legitimação religiosa que se manifestou nas vestes da Reforma Protestante ou da heresia”.²⁸¹ O Islã “herético” foi, no entanto, o berço da ruptura religiosa cristã europeia. Os primeiros passos de um enciclopedismo laico devem ser buscados na cultura árabe, ainda durante a Alta Idade Média europeia. Avicena (Ibn Siná, 980-1037), além de conhecido filósofo, criou o cânone da medicina secular: em *al-Sifa* (“a cura”) recolheu, de modo sistemático, o saber filosófico existente; seu *Al-Qanun* (“o cânone”) foi o maior compêndio da medicina árabe e, com sua tradução ao latim no século XII (realizada em Toledo entre 1150 e 1187) influiu decisivamente os conceitos e a prática medicinal na Europa, além de legar seu nome (“cânone”) às sínteses paradigmáticas do saber em qualquer área do conhecimento.

O nome maior de filosofia árabe foi Averroes (Ibn Rochd) (1126-1198), natural de Córdoba, Espanha. O clero islâmico acusou-o de heresia, deportando-o até sua morte em Marrocos, pois Averroes tinha tentado conciliar a filosofia com o dogma religioso, chegando à teoria da “dupla verdade”, segundo a qual uma tese poderia ser verdadeira em teologia e falsa em filosofia, e vice-versa. Isso implicava a possibilidade de um conflito entre a verdade revelada pela fé, e aquela a que se chega através da razão. O vírus averroísta penetrou rapidamente a teologia cristã: “Aceitando como verdadeira a doutrina de Agostinho sobre as duas cidades, haverá uma única verdade para ambas ou será que precisam de verdades separadas e diferentes? Se algo for verdadeiro para uma cidade, terá de ser verdadeiro para a outra? Ou, se existirem duas

²⁸¹ Maurizio Brignoli. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* n° 135, Roma, abril-junho 2011. Na luta contra a heresia forjou-se a Igreja-Estado, que antecipou as formas que tomaria a repressão social no Estado Moderno: “A ortodoxia incitava à heresia por condená-la e denomina-la... porque punia, porque caçava as pessoas, pôs em uso um arsenal que, quando ganhava vida própria, sobrevivia à heresia que supostamente estava combatendo... esses organismos encobertos e seus especialistas muitas vezes eram ex-heréticos pagando seus pecados. Por caçar e punir pessoas, a ortodoxia também instilava atitudes mentais particulares, um pavor da heresia, a convicção de que a heresia é hipócrita porque é oculta, devendo ser detectada a qualquer custo e por quaisquer meios” (Georges Duby. *L'Europe Pré-industrielle XIe-XIIIe Siècles*. Paris, Mouton, 1968, p. 404).

verdades distintas, será uma mais importante do que a outra? Assim, será que um indivíduo terá de escolher entre elas?”.²⁸²

Concebendo a eternidade do mundo e da matéria (da qual o intelecto humano seria um atributo), Averroes negava de fato a criação do mundo a partir do nada, ou a possibilidade de demonstrar essa tese através da razão. Era, implicitamente, um ataque em regra ao teísmo de qualquer natureza. O que há de eterno no indivíduo pertenceria, para Averroes, inteiramente ao seu intelecto, o que negava a ideia de imortalidade pessoal.

Foi sobre essas bases que se originou a cisão (ruptura) religiosa europeia que, uma vez desenvolvida, deu lugar às reformas religiosas cristãs, à independência do pensamento não religioso e, finalmente, à “revolução científica” e ao Iluminismo laico. Ibn Rochd (Abu-Al-Walid-Ibn-Rusd), Averroes, que foi rejeitado pelo clero islâmico (apesar de crente) e foi também condenado na muito cristã Universidade de Paris como ateu e blasfemo, escolheu como “Primeiro Mestre” a Aristóteles, “mas erraria quem acreditasse que o filósofo cordobês foi um simples comentarista; uma leitura profunda de sua obra descobre imediatamente um trabalho soterrado de *criação original*” (grifo nosso). Avicena (Ibn Sina) realizara “uma genial síntese neoplatônica, na qual submergiu as mais fecundas ideias aristotélicas. Havia nisso uma razão social e ideológica: as exigências da teosofia e da cosmovisão da teologia da criação, comuns a judeus, cristãos e muçulmanos, misturando o pensamento estrito, Aristóteles, com as consequências cosmoteogônicas islâmicas”. Averroes, ao contrário, “atacou as concessões à ideologia religiosa (de Avicena) e apresentou a ideia de uma leitura científica independente de Aristóteles, ou

²⁸² Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 138: “Averroes era um muçulmano devoto. Nunca deixava de insistir que, fosse o que fosse que Aristóteles parecesse estar sugerindo, na verdade apenas existia uma verdade, contida no Corão. O que parecia verdade na esfera natural não passava de uma sobra de uma verdade maior; (mas) cresceu no Ocidente a ideia de que Averroes propunha a doutrina das duas verdades, uma de Deus, outra da natureza, com duas lógicas distintas e dois métodos diferentes. Acreditava-se também que Averroes pensava que a verdade da natureza era igualmente honrada. Averroes não pensava tal coisa, mas bastava que os cristãos ocidentais assim o acreditassem” (*Idem*, p. 145).

seja, de sua filosofia estrita”.²⁸³

“O que Averroes critica em Avicena é a ideia de que fosse inadmissível que uma potência se transformasse em ato pela sua própria necessidade intrínseca, através de um processo natural, ou seja, sem usar um *Necessário* transcendente. Averroes reformulou a lei implícita na distinção de Avicena, a de que o possível deveria ter uma causa para traduzir-se em existência e, na medida em que não pode existir uma corrente infinita de causas, seria necessário pressupor uma Causa primeira separada e necessária”.²⁸⁴ As teses averroístas, divulgadas na Europa ocidental não islamizada, foram condenadas no século XIII pelas autoridades eclesiásticas cristãs, que tiveram de conviver com “a irrupção de um Aristóteles arabizado nas universidades europeias”,²⁸⁵ durante o século de expansão continental dessas novas instituições do conhecimento na Europa. Através de diversas escolas, a influência do averroísmo se fez sentir na Europa até começos do século XVII; foi contra ela que foi elaborada, no século XIII, a maior síntese da teologia cristã, a *Summa Teologica* de Tomás de Aquino, considerada a síntese definitiva do aristotelismo com a revelação cristã.

Averroes foi, na Europa e a partir do século XIII, o grande divisor filosófico de águas, e suas ideias tiveram um peso decisivo nas ideias e na filosofia do Renascimento.²⁸⁶ Na hodierna *Enciclopédia Britânica* se afirma que “os movimentos

²⁸³ Miguel Cruz Hernández. Estudio preliminar. In: Averroes. *Exposición de la “República” de Platón*. Madri, Tecnos, 1994, pp. XXXVI-XXXVII.

²⁸⁴ Massimo Campanini. Introduzione. In: Averroè. *L’Incoerenza dell’Incoerenza dei Filosofi*. Turim, UTET, 2006, p. 34. Esse Averroes 100% racional coexistiu com o “outro” Averroes, “o Averroes muçulmano (que) afirmava ortodoxamente que a felicidade consistia no conhecimento de Deus e na prática derivada das prescrições das Escrituras... sustentando que o Islã é a melhor religião porque só ela soubera misturar sabiamente a Profecia com a racionalidade” (*Idem*, pp. 54-55). A ruptura com o teísmo não implicava, para o nome maior da filosofia muçulmana, a ruptura com a religião, o que determinou um limite decisivo para o proto “iluminismo” muçulmano em sua expressão mais avançada.

²⁸⁵ Roland Corbisier. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, p. 25.

²⁸⁶ Miguel Cruz Hernández. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996; José María López Piñero. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.

de tradução árabe-latinos da Idade Média levaram à transformação das disciplinas filosóficas no mundo latino medieval. O impacto dos filósofos árabes na filosofia ocidental foi particularmente forte na filosofia natural, na psicologia e na metafísica, mas se estendeu também para a lógica e a ética". As heresias orientais (árabes ou outras), no entanto, não originaram uma ruptura econômico-social nos seus países ou "civilizações" de origem: ou seja, mudanças e rupturas intelectuais são condição necessária, mas não suficiente, para tanto. Nesse quadro, a expansão árabe-islâmica enxergou a proximidade de seu fim nos séculos XIII e XIV. Catorze anos depois da morte de Averroes, em 1212, os reinos islâmicos de Al-Anadalus foram militarmente esmagados pelos reinos cristãos ibéricos na batalha de Navas de Tolosa.

Do outro lado do Mediterrâneo, no centro irradiador africano da expansão islâmica durante a Baixa Idade Média, "depois da estabilidade inicial, proporcionada pelo governo mameluco, se sucederam uma série de fases de decadência provocadas por diversas circunstâncias calamitosas: a devastação causada pela Peste Negra em 1348, a inaptidão dos governantes para controlar a classe dos mamelucos, e o colapso do monopólio da rota marítima das especiarias depois que Vasco da Gama abriu a rota para a Índia rodeando a África em 1497. A conquista do Egito pelos otomanos, em 1517, só veio a confirmar a situação de El Cairo como cidade provinciana. Os dois séculos seguintes presenciaram a decadência da cidade no meio a aridez cultural, um governo caótico, um ensino religioso fundamentalista, apropriado para uma sociedade do deserto, e uma população formada majoritariamente por camponeses analfabetos e desalentados".²⁸⁷

Diante das diversas alternativas para explicar o rápido declínio da "civilização sarracena", que elencam os ataques contra o livre pensamento e o fechamento do império islâmico dentro da sua ideologia religiosa, que teria impedido tanto o surgimento de um "absolutismo ilustrado" como da modernização democrática; a "colonização" dos Estados e exércitos islâmicos pelos "bárbaros", e outras explicações, Fernand Braudel optou pelo papel mutante do próprio mar Mediterrâneo: "Com o século XI chegando ao fim, Europa começou sua reconquista do Mar Interior. O mar nutriz escapou

²⁸⁷ Paul Strathern. *Napoleón en Egipto*. Barcelona, Planeta, 2009, p. 148.

então ao Islã... O Ocidente, privado da livre circulação no Mediterrâneo, se fechara em si mesmo entre os séculos VIII e IX. Inversamente, no século XI, o Mediterrâneo se fechou ao Islã, e este se viu irremediavelmente incomodado em seu desenvolvimento... No estado atual de nossos conhecimentos, esta é provavelmente a melhor explicação de conjunto para o brusco recuo do Islã”.²⁸⁸

A dissolução do feudalismo (que liberou as novas forças produtivas sociais contidas no seu bojo), processo inicialmente europeu, foi a base tanto do capitalismo como do surgimento dos Estados Nacionais. A expansão e a tendência para a unificação e uniformização dos mercados internos, de um lado, e o crescente volume do comércio externo, de outro, constituíram sua base. O desenvolvimento dos Estados, em dado momento, constituiu-se como impulsor do crescimento dos mercados. Um fator de significativa ampliação de mercados, conectado ao aumento extensivo contínuo da produção de mercadorias, foi a formação dos *estados territoriais*, antecessores dos Estados Nacionais, no século XVI. A burguesia capitalista deparou-se, já em seu nascedouro, com um desenvolvido aparelho estatal burocrático-militar, radicado em um arcabouço tributário-fiscal público diverso da renda feudal privada. A história da formação desse aparelho estatal remonta ao início da Idade Moderna, com o Estado monárquico absolutista. O evolucionismo antropológico, posteriormente, supondo um padrão comum de etapas evolutivas a ser percorrido por *todas* as sociedades, desvinculou-se dessa explicação.

Para Marshall Sahlins, por exemplo, o feudalismo não seria “a etapa geral da evolução que precedeu a civilização elevada (moderna)”, mas “uma etapa apenas num sentido específico”. A etapa que precedeu os Estados Nacionais modernos seria, para ele, a representada por civilizações clássicas como Roma, China, Suméria ou o Império Inca. O feudalismo não passaria, para esse autor, de uma forma atrasada dotada de “um nível de desenvolvimento geral mais baixo do que as civilizações da China, do Egito antigo ou da Mesopotâmia, embora tenha surgido posteriormente a essas civilizações e tenha conduzido a uma forma ainda mais elevada

²⁸⁸ Fernand Braudel. *Gramática das Civilizações*. São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 99.

do que qualquer uma delas”.²⁸⁹ No “neoevolucionismo”, um tipo ideal (weberiano) foi sobreposto à história real, que os neoevolucionistas negligenciam ou simplesmente suprimem em favor de um evolucionismo cultural relativista e comparativo, buscando transportar mecanicamente para a sociedade humana as leis da evolução biológica.

Qualquer que fosse sua avaliação, a difusão das teorias de Weber no século XX polarizou os debates a respeito da origem e significado do capitalismo. Seguiu-se uma longa controvérsia: Alexander Gerschenkron definiu como inútil o debate acerca de se do capitalismo nasce “o espírito do capitalismo”, ou o contrário, ou seja, adotou uma posição eclética para a qual o conhecimento acadêmico parece ter uma tendência pronunciada. Para Marx, diversamente de Weber, as origens da sociedade capitalista não estavam em uma “sociedade dotada do comportamento econômico frugal e abstinência de uma elite moral”, mas na formação de uma classe sem propriedades e de outra classe, capitalista, que a explora economicamente. Contra as teses organicistas, Marx e Engels determinaram a base do advento da era burguesa na Europa nas transformações na esfera da produção da vida social, das quais as transformações ideológicas (incluindo as religiosas) foram consequência, não causa.

Na formulação sintética de Pierre Vilar: “A vitória do protestantismo ajudou a acabar com o universo animista e mágico, enxergando a religião como fator propiciador. Daí em diante, Deus e alma individual ficaram cara a cara. O sentimento de pecado subsistiu; fez-se, na verdade, mais abrumador, por ter de se enfrentar individualmente ao pecado. Mas o sentimento de pecado era também o de liberdade potencial. Magos, sacerdotes e santos não poderiam fazer nada, mas Deus sim. Suas promessas eram livres e seguras. Os puritanos continuaram sendo terrivelmente conscientes de sua natureza pecadora, inclusive quando tentavam identificar sua vontade com a vontade de Deus, examinando cuidadosamente os motivos de suas ações...”

“A convicção simultânea da própria maldade e da própria honradez não criou personagens atraentes, mas

²⁸⁹ Marshall Sahlins. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960. Para uma crítica metodológica de Sahlins, ver: Norman Yafee. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo, Edusp, 2013.

forneceu um estímulo vital e produtivo em países onde o capitalismo estava se desenvolvendo, em uma época em que a indústria só existia em pequena escala, artesã e irracional. Os homens de negócios da Idade Média morriam com sentimento de culpa e deixavam seu dinheiro à Igreja, que o usava improdutivamente. Os negociantes protestantes já não morriam envergonhados de suas atividades produtivas; na sua morte, deixavam seu dinheiro para ajudar outros que os imitassem”.²⁹⁰

As transformações econômicas que levaram a esses resultados precederam às transformações religiosas, na Europa. O declínio das formas compulsórias de expropriação do excedente econômico coincidiu com (e foi devido ao) renascimento comercial europeu, que exigiu uma adequação das formas institucionais (estatais) existentes, como condição para sua sobrevivência e desenvolvimento. No plano econômico, a partir do século XI a Europa medieval conheceu um renascimento das rotas comerciais internas e externas, e um crescimento sustentado da produção mercantil.

Esse crescimento econômico tornou-se visível no chamado “manto branco” de igrejas e catedrais monumentais que começou a cobrir o continente europeu, contrastando com a relativa modéstia das construções religiosas precedentes. Alguns autores (Lynn White, Perry Anderson)²⁹¹ relacionaram o renascimento econômico europeu com uma nova atitude da Igreja Cristã, que misturava uma concepção penitencial do trabalho com uma dessacralização da natureza, atitude que teria predisposto à sociedade para a inovação científica e técnica (realizada, em primeiro lugar, nas grandes obras eclesiais, as igrejas góticas e outras construções monumentais) na Baixa Idade Média.

²⁹⁰ Pierre Vilar. El protestantismo y el desarrollo del capitalismo. In: *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 72.

²⁹¹ Lynn White. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962; Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.

8. ORIGENS DO ESTADO NACIONAL

A “revolução técnico-científica” da era capitalista teve origem medieval: Brunelleschi revolucionou (no século XIV) a engenharia e a arquitetura, fusionando arte, artesanato e matemática para construir a cúpula do *duomo* de Florença. A origem medieval da revolução científica levou alguns autores a negar a própria existência de revoluções científicas, advogando em favor de uma concepção linear do progresso científico e técnico. Mas não é possível separar ciência, técnica e tecnologia de produção do processo histórico que preparou a emergência econômica e política de algumas regiões europeias na Baixa Idade Média.

O crescimento econômico e demográfico europeu a partir do século XI iniciou o caminho de recuperação dos 75 milhões de habitantes do Império Romano de Ocidente na sua era de esplendor. A população europeia caiu, depois da queda do Império, durante a Alta Idade Média, para 23 milhões de habitantes, divididos em unidades econômicas relativamente isoladas (feudos) em meio a um declínio da circulação comercial continental, e também do intercâmbio comercial da Europa com o restante do mundo (conhecido). A *relance* econômica da Europa foi preparada através de uma série de processos e acontecimentos que condicionaram sua reemergência mercantil.

G. M. Trevelyan situou na conquista de Inglaterra pelos normandos (povo de origem nórdica que ocupava o Noroeste da França desde o século X) a vinculação da história das ilhas britânicas, vinculadas aos reinos escandinavos desde o fim do Império Romano, à história da Europa ocidental, ao mesmo tempo em que “o *Common Law* foi um desenvolvimento característico da Inglaterra; o Parlamento, conjuntamente com o *Common Law* deu-nos definitivamente uma vida política própria em forte contraste com os desenvolvimentos ulteriores da civilização latina”,²⁹² vida política independente originada, no entanto, em uma invasão externa. A monarquia inglesa teria firmado seu caráter proto-nacional antes das monarquias católicas continentais (“latinas”) ao mesmo tempo em que iniciou o reconhecimento dos direitos populares (*commons*).

Os normandos, no entanto, para legitimarem

²⁹² G. M. Trevelyan. *History of England*. Londres, Longman, 1956, p. 136.

religiosamente a conquista do país, se vincularam ao movimento de reforma da Igreja Romana impulsionado pelo papado, no contexto da chamada reforma gregoriana, isto é, do movimento pelo qual o Vaticano buscou afirmar sua primazia sobre qualquer poder concorrente. Tal trajetória ocorreu em um contexto marcado pelo combate aos hereges e às minorias religiosas (judeus e muçulmanos). Sublinhando o suposto “privilégio inglês”, a mitologia *whig* (liberal) inglesa declarou que a monarquia britânica já possuía uma origem contratual (ou seja, não apenas baseada em direitos hereditários) expressa no *Witan*, Conselho Real, desde antes da invasão normanda.

Onde e quando quer que se situe sua origem, a impulsão para a formação do Estado Moderno começou na Inglaterra no século XIII, com a sanção da Magna Carta (*Great Charter*), em 1215,²⁹³ firmada pelo rei John, dito *Sem Terra*, quinto gênito da dinastia Plantagenet, sucessora francófona da dinastia normanda inaugurada por William o Conquistador, que em 1066 derrotara os anglo-saxões. A Magna Carta, uma proto-constituição, determinava que o rei não poderia, exceto em casos muito especiais, instituir tributos sem a anuência dos súditos. Daí surgiu o princípio de representação política, representado no parlamento representativo. Inglaterra estava nesse momento dividida em 60.215 “feudos de cavaleiros”. O representante da dinastia estrangeira (de origem francesa) tentou, com a Carta, resolver o conflito que a opunha a casa real ao *Parlamento*, representação composta pelos barões anglo-saxões enfrentados aos senhores estrangeiros francófonos.

Para resolver o impasse e impor a hegemonia monárquica, a *Carta* reconhecia os direitos e liberdades da Igreja, dos nobres e dos simples súditos, configurando a primeira “constituição” ocidental. No ano 1254, Henry III, por ocasião de uma crise financeira da monarquia inglesa, estendeu a representação parlamentar aos representantes dos *counties*, os condados (“*each sheriff was required to send two knights from his county to consider what aid they would give the king in his great necessity*”).

²⁹³ A Carta Magna possuía antecedentes: em 1188, Henry II fixou uma taxa (a *Saladin Tithe*), controlada por um jurado composto de representantes dos taxados: nascia assim a conexão *entre impostos e representação política* (Courtenay Ilbert e Cecil Carr *Parliament*. Londres, Oxford University Press, 1956).

Em 1265, Simon de Montfort impôs ao Parlamento que fossem aceitos também representantes das cidades e aldeias (*boroughs*), inaugurando a representação política dos *commons*. Inglaterra passou da histórica condição de país ocupado (pelos escandinavos e franceses) à condição histórica de invasor, com a “Guerra dos Cem Anos” contra a França, iniciada em 1337 pelo rei Eduardo III, que reivindicou para si a sucessão da coroa francesa. A nobreza inglesa foi muito debilitada nessa guerra e na posterior “Guerra das Duas Rosas”. No final do século XIV, o trono inglês já conseguira dissolver as tropas feudais e destruir os castelos-fortaleza dos barões, que tiveram que se submeter ao rei. Nascia o *absolutismo monárquico*, a par com a representação política.

A nova forma política inicialmente “inglesa” dava uma saída ao declínio das formas arcaicas de domínio político, tanto as “supranacionais” (como o Sacro Império Romano-Germânico) como as “infranacionais”, exemplificadas pelos principados territoriais próprios do *feudalismo* (palavra esta inventada pelos revolucionários franceses de 1789), formas que eram próprias de uma economia baseada em trocas locais e ocasionais, lhes opondo instituições que pretendiam repousar sobre bases territoriais amplas, os *Estados territoriais*, que foram engendrando o chamado “sentimento nacional” e a ideia de *soberania nacional*. Nas unidades políticas e sociais da Antiguidade clássica ou da Idade Média, ou nos impérios orientais, incluído o Império Otomano, que se estendia pelos Bálcãs e pela Europa Oriental, não existia ainda ideia de *soberania nacional* (e nada era mais alheio à aristocracia nobiliária europeia do que a ideia de nacionalidade) e muito mais estava ausente ainda a ideia de *cidadania*, quer baseada no *ius solis* ou no *ius sanguinis*.

Os passos iniciais da nação soberana (e de sua forma política correspondente, o Estado Nacional soberano) foram dados na Inglaterra, na França (com a dinastia dos Capetos) e nos reinos ibéricos, entre os séculos XIII e XIV. A tradição romana de propriedade estatal (as minas e os minerais pertenciam ao Estado por direito de conquista) deitou novas raízes através de decretos: do Imperador Federico I, do Sacro Império Romano Germânico, no século XII; na Inglaterra, pelos reis Ricardo I e João, na transição do século XII para o XIII. Do século XIV até o século XVII, os países pioneiros foram seguidos pelos Países Baixos, Polónia e Alemanha (com a ascensão do Estado prussiano). Esse período foi marcado pela

concentração do poder nas monarquias e o fortalecimento político e econômico do Estado, pelo declínio da nobreza feudal (para Engels, “foi o período em que a nobreza feudal foi levada a compreender que o período de sua dominação política e social chegara ao fim”), pelo declínio concomitante dos privilégios das cidades-estados e do papado, assim como do Sacro Império Romano-Germânico.

Em que pesem alguns enxertos de representação política plebeia, não se tratava ainda de Estados modernos ou nacionais (e, menos ainda, de Estados democráticos), mas de Estados absolutistas,²⁹⁴ com duas características “modernas”: a *soberania* (que garantia sua independência em relação às dinastias e sua superioridade com relação a elas) e uma espécie de constituição (ou “carta”), que regulamentava as normas para o acesso ao poder (e, numa medida menor, as condições de seu exercício):²⁹⁵ “A aceitação da soberania estatal tem o efeito de desvalorizar os elementos mais carismáticos da liderança política que tinham sido previamente de fundamental importância para a teoria e a prática do governo em toda a Europa Ocidental. Entre os pressupostos que foram deslocados, o mais importante foi a pretensão de que a soberania estava conceitualmente conectada com sua exibição, que a majestade servia em si mesma como força ordenadora... Foi impossível às crenças do carisma associado à autoridade pública sobreviverem depois da transferência dessa autoridade para a instituição impessoal - a ‘pessoa puramente moral’ de Rousseau - do Estado moderno”.²⁹⁶

As formas estatais arcaicas eram um empecilho para a acumulação de capital. A insegurança face à voracidade dos reis e senhores era um motivo para esconder a riqueza, portanto para gastar e acumular menos.²⁹⁷ O *Leviatã* de Thomas

²⁹⁴ Cf. Piero Pieri. *Formazione e Sviluppo delle Grande Monarchie Europee*. Milão, Marzorati, 1964.

²⁹⁵ Jean-Louis Thireau. *Introduction Historique au Droit*. Paris, Flammarion, 2009, pp. 154-155.

²⁹⁶ Quentin Skinner. *El Nacimiento del Estado*. Buenos Aires, Gorla, 2003, p. 115.

²⁹⁷ Uma pequena história, contada por Lamberto de Hersfeld, cronista eclesiástico do século XI, ilustra isso. O arcebispo da cidade alemã de Colônia queria uma embarcação para seu amigo e hóspede, o bispo de Münster, e mandou seus soldados requisitarem a nau. Possivelmente contrariando os costumes, o filho do dono da embarcação recusou-se a cedê-la, gerando o uso da força por parte do

Hobbes foi uma expressão teórica do nascimento do Estado Moderno (o teórico inglês teve partidários em toda a Europa, chamados de *hobbesistas*),²⁹⁸ usando nele, nas palavras de Quentin Skinner, “por primeira vez, de modo sistemático e não apologético, o tom abstrato e uniforme do teórico moderno do Estado soberano”, que fazia seus contemporâneos nobres conservadores queixarem-se de que a Inglaterra fosse abandonada “a um Rei sem esplendor monárquico” como cabeça do Estado: “O poder do Estado centralizado, com seus múltiplos órgãos, como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, órgãos forjados segundo o plano de uma divisão de trabalho hierárquica e sistemática, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta, ao serviço da sociedade da classe média nascente, como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo”.²⁹⁹

A ascensão social da burguesia valeu-se do Estado absolutista: “Uma parcela cada vez mais significativa da

bispo. Entretanto, o jovem saiu pela cidade, discursando e levantando a comunidade mercantil de Colônia contra o bispo, acusando-o de impor obrigações injustas a homens honrados e de privar inocentes de suas propriedades. Incidentes como este devem ter feito as autoridades aprender que era mais racional tributar dentro de leis estabelecidas do que arbitrariamente (David S. Landes. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998).

²⁹⁸ Embora precedido Pelo francês Jean Bodin, o primeiro autor a dar ao tema da soberania um tratamento sistematizado, em *Les Six Livres de la République*, publicado em 1576. Segundo Bodin, a *soberania* (estatal) é um poder perpétuo que tem como únicas limitações a lei divina e a lei natural. A soberania seria absoluta dentro dos limites estabelecidos por essas leis. A ideia de “poder absoluto” se vinculava à necessidade de concentrar o poder totalmente nas mãos do governante; o poder soberano só existiria quando o povo se despoja do seu poder soberano, transferindo-o inteiramente ao governante: o poder conferido ao soberano seria o reflexo do poder divino; os súditos deveriam total obediência ao seu soberano. Daí derivaria uma terceira regra, pela qual o príncipe soberano seria limitado pelos *contratos* que celebra, seja com seus súditos, seja com estrangeiros, e deveria respeitar tais acordos. A fonte do poder seria, assim, *contratual*; su legitimação, *divina*.

²⁹⁹ Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011. O soberano, para Hobbes, era “aquele Leviatã... aquele Deus mortal”. Os primeiros a criticar Hobbes foram monarquistas que sentiam que suas teorias minavam as estruturas de autoridade existentes.

burguesia europeia, os empresários capitalistas, vinha redefinindo sua identidade social como a de uma *classe*, não mais a de um *Estado*.... Sejam quais forem os efeitos negativos da interferência absolutista no mercado sobre os interesses da classe em pauta, eles foram amplamente compensados por uma política interna e externa que favorecia a acumulação e a preservação do controle privado sobre a maioria do capital de uma nação. A exigência política burguesa sintetizada como *laissez faire, laissez passer* foi, de fato, dirigida menos *contra* o sistema absolutista do que *a favor* dele; em sua fase subsequente, ele esforçar-se-ia ao máximo por acomodar-se a essa exigência”.³⁰⁰

O poder do Estado centralizado ampliou-se. Na França, François I ordenou o estabelecimento do registro do estado civil das pessoas (nascimentos, matrimônios, mortes), até então inexistente. Seu sucessor Henri II obrigou às mulheres grávidas a declarar seu estado. A administração centralizada avançava a passos largos; embora esses decretos fossem inicialmente pouco respeitados, sua existência fazia nascer uma crescente camada de administradores públicos (*fonctionnaires*) encarregados de implementá-los (mesmo que não o fizessem). Sua irmã gêmea, a corrupção estatal, nasceu de modo simultâneo.

O crescimento de uma burocracia parasita no novo Estado soberano foi notado desde o seu início, motivando a crítica de Fromenteau (no seu opúsculo *Le Secret des Finances en France*) já no século XVII: “Existem, na França, para a administração da justiça, cinco ou seis mil funcionários dos que é possível prescindir. Temos cinco ou seis mil mestres de costas, ouvidores, corregedores, tesoureiros, pagadores, receptores, dos quais não precisamos; mais de cinco mil advogados, mais de quinze mil procuradores supérfluos, mais de seis mil tabeliães, mais de doze mil sargentos, mais de seis mil solicitantes [despachantes], mais de dez mil escriturários e secretários. Em resumo, temos mais de cinquenta mil homens completamente inúteis que os Estados [classes organizadas] não reconhecem; são roedores, consumidores e destruidores do Estado do Rei e de seu pobre povo”.³⁰¹ Mas, sem essa burocracia, o “Estado do Rei” não funcionaria nem poderia

³⁰⁰ Gianfranco Poggi. *A Evolução do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 89-91.

³⁰¹ *Apud* Alfred Sauvy. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976, p. 18.

impor sua hegemonia contra os representantes das formas “políticas” ultrapassadas. A burocracia estatal parasita cresceu antes e mais rápido do que a própria burguesia.



Niccolò Macchiaveli, segundo Santi di Tito

Em *O Príncipe* (1513),³⁰² Nicolas Maquiavel (1469-1527) já não mais se preocupava com o governo ideal (preocupação dominante na teoria da justiça, desde a Antiguidade), e sim em analisar as formas pelas quais os líderes realmente existentes exerciam seu poder: “Toda cidade é dividida pelo desejo dos grandes de oprimir e comandar, e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado”. O príncipe (ou o Rei) não deveria se deter (ou melhor, já não se detinha) diante de nenhum obstáculo na luta para conquista ou conservação do controle do Estado, mesmo que isso implicasse no uso da força e da violência contra seus adversários. Não se tratava só de *realpolitik*.

O Príncipe expressou o ressurgimento moderno da política como saber autônomo, liberado da ética e da teoria da justiça, e com uma razão própria, a *razão de Estado*. Sua codificação como direito público e como direito internacional foi, no entanto, favorecida pela expansão e desenvolvimento da produção mercantil que precedeu à revolução capitalista, isto é, pelo desenvolvimento de um novo padrão das forças produtivas sociais. Este, no entanto, não teria alumbrado um novo modo de produção, com sua correspondente “superestrutura jurídico-ideológica” sem o desenvolvimento a fundo do conflito de classes entre senhores, burgueses e

302

Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

camponeses do mundo feudal. A violência concentrada no e do Estado foi o fórceps do novo modo de produção.

Qual era o mistério dessa força estatal concentrada? A *razão política* de Maquiavel só explicava um lado, o do exercício da força. O outro, o da aceitação dessa força, foi pioneiramente abordado por um jovem francês que Montaigne (filósofo e conselheiro real) chamou “o maior homem do século (XVI)”. Étienne de La Boétie (1530-1563), algumas décadas depois de Maquiavel, propôs que, independentemente de como chegassem ao poder, o *modus operandi* dos governantes era sempre o mesmo: considerar o povo como uma presa a ser dominada, e depois um rebanho que naturalmente lhes pertenceria: “Para que os homens, enquanto neles resta vestígio de homem, se deixem sujeitar, é preciso uma das duas coisas: que sejam forçados ou iludidos. Iludidos, eles também perdem a liberdade; menos frequentemente pela sedução de outrem do que por sua própria cegueira”.



O Príncipe, em edição de 1550

O povo teria caído em tão profundo esquecimento de seus “direitos naturais” que se tornava quase impossível acordá-lo. Serviria tão mansamente e de tão bom grado que, ao observá-lo no torpor da servidão, poder-se-ia dizer, não que tivesse perdido a liberdade, mas que nunca a conhecera: “No início serve-se contra a vontade e à força; mais tarde, acostuma-se, e os que vêm depois, nunca tendo conhecido a liberdade, nem mesmo sabendo o que é, servem sem pesar e fazem voluntariamente o que seus pais só haviam feito por imposição.

Assim, os homens que nascem sob o jugo, alimentados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outros direitos nem outros bens além dos que encontraram em sua entrada na vida, consideram como sua condição natural a própria condição de seu nascimento”.³⁰³

O *direito natural* (iusnaturalismo), ideologia revolucionária do século XVI, consistiu no resgate dos princípios jurídicos básicos da existência social humana de sua deturpação ou negação servil: “Desde a *Política* de Platão ao *Príncipe* de Maquiavel os vários autores políticos trataram o problema do Estado principalmente do ponto de vista dos governantes (...) A alteração radical, a descoberta da outra face da Lua, até aí escondida, surgiu no início da Idade Moderna, com a doutrina dos direitros naturais”.³⁰⁴

A primeira razão da “servidão voluntária” do povo aos governantes (e aos poderosos em geral) seria, pois, o *hábito*, que ensina a servir e ser escravizado. É o *costume* que, à medida em que o tempo passa, levaria não somente a aceitar a servidão, mas até mesmo a desejá-la. A política (o Estado) oscilaria perpetuamente entre a coerção (imposição) e o consenso (aceitação): isto não era, obviamente, novo; o *novo* era pensá-lo em termos claros e explícitos, e fazer disso a base da reflexão política. Esse pensamento inaugurou a política moderna, a moderna ideia de Estado e, através de sua força material e moral (consensual), a transição para um novo modo de produção sustentado na imposição e aceitação, simultâneas e contraditórias, de suas relações sociais.

As revoluções inglesas do século XVII acrescentaram ao Estado Nacional em vias de nascimento o princípio essencial da representação político-parlamentar, que se desenvolveu inicial e paralelamente na Europa continental nas Províncias Unidas

³⁰³ Étienne de La Boétie. *Discours de la Servitude Volontaire*. Paris, Flammarion, 2010.

³⁰⁴ Norberto Bobbio, *apud* Carlos A. M. R. Zeron. A outra face da Lua. *Revista de História* nº 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014. Em Portugal, os judeus haviam reindicado a liberdade de pensamento: Izaque de Castro, em 1646, dizia aos seus juízes do Tribunal do Santo Ofício: “A liberdade de consciência é um *direito natural*” (*Apud* Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 32).

Sob a orientação de De Witt (que foi também um matemático de destaque) e de De Graeff, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos proclamou, em 1656, um decreto proibindo a confusão entre teologia e filosofia (ou seja, estabelecendo a liberdade de pensamento). Os interesses do matemático e do estadista se encontraram em 1671, quando publicou *Waardije van Lyf-renten naer Proportie van Los-renten*, em que apresenta um estudo sobre o pagamento de rendas vitalícias, vendidas pelo Estado. Em 1672, após os Países Baixos serem ocupados pelas tropas francesas de Luís XIV na terceira guerra anglo-holandesa, Johan de Witt e seu irmão Cornelius foram assassinados brutalmente por uma multidão enfurecida. O principal escrito político e filosófico desse período convulsionado foi o *Tratado Teológico-Político* de Spinoza,³⁰⁷ do qual Gebhardt disse que “como *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de Nicolas Copérnico (1543), pode-se dizer que a partir dela a história do mundo divide-se em duas metades”.

Um novo mundo nascia, o pensamento acompanhava esse nascimento: “Ninguém sabe por natureza que deve obediência a Deus, nem pode chegar a isso pelo exercício da razão, mas somente pela revelação confirmada por sinais... O estado de natureza não deve ser confundido com o estado de religião, mas concebido sem religião e sem lei, e consequentemente sem pecado ou erro... Se um soberano recusa obedecer a Deus tal como revelado pela Sua lei, ele o faz por sua própria conta e risco, mas sem violar nenhum direito natural ou civil, porque o direito civil depende de seu próprio origem e objetivo, e o direito natural depende das leis da natureza, não adaptadas à religião, cujo único objetivo é o bem

³⁰⁷ “O objetivo [fim] do Estado não consiste em transformar os homens de seres racionais em animais ou autômatos, mas em fazer com que seu espírito e seu corpo possam desenvolver suas forças sem entraves, para que usem livremente sua razão e para que não se combatam com cólera, ódio ou astúcias, nem se sintam inimigos entre si. O fim do Estado é, na realidade, *a liberdade*” (Baruch de Spinoza. *Tratado Político*. São Paulo, Martins Fontes, 2009). Segundo o autor, a liberdade do espírito é virtude do indivíduo, “a virtude do Estado é a segurança”. Segurança significa paz, mas, segundo o próprio Spinoza, “se for chamada de paz a barbárie, escravidão e miséria do Estado governado de modo tirânico, então nada há de mais desperzível aos homens do que a paz”. Como conciliar segurança (paz) com liberdade? Eis a questão que o racionalismo não resolveu.

da humanidade, mas à ordem da natureza, isto é, à criação e vontade eterna de Deus, que nos é desconhecida”.³⁰⁸

No esteio dessas mudanças políticas e ideológicas, no final do século XVII, a “inquieta calma de Europa ocidental” começou a mostrar os contornos de uma crise que engendrou, no século sucessivo, um prolongado processo de guerras e revoluções democráticas, que culminaria na Revolução Francesa. O “Estado Nacional”,³⁰⁹ na sua forma desenvolvida, no entanto, só tomou forma no século XIX.

Ele foi preparado por uma longa série de transformações nos séculos precedentes. Juridicamente, o estabelecimento do Estado Moderno e de sua soberania supôs uma dupla superação, a do “direito” supranacional enraizado nos impérios precedentes (o Império Romano e seu pretense sucessor, o Sacro Império Romano-Germânico) e também do direito consuetudinário feudal, enraizado nos particularismos locais próprios da Idade Média europeia, onde diversas ordens jurídicas para classes diferentes nada tinham de estranho: “A classe de pequenos nobres - cavaleiros resolvia suas querelas recorrendo à guerra privada, não raro deflagrada por um insulto pessoal, mas sempre com o objetivo de obter terra e butim. Outro meio de enriquecimento era o pedágio cobrado aos mercadores pelo direito de cruzar as terras do senhor, muitos dos quais descobriram que um castelo proporcionava um quartel general para um bando de assaltantes cavaleheirescos”.³¹⁰

O direito nascido da prática (hábito) de origem indeterminada ou consuetudinária (portanto irracional) devia ser superado pela *lei* baseada na Razão; “Trata-se do direito

³⁰⁸ Benedict de Spinoza. *A Theologico-Political Treatise. A Political Treatise*. Nova York, Dover Publications, 1951, pp. 210-211.

³⁰⁹ O termo *nação* tem origem latina (*natio*, de nascer). Designava os povos situados no exterior e na fronteira do Império. Na Idade Média era utilizado pelos estudantes universitários que se organizavam em grupos, *nationes*, por terem origem regional comum. Em cada “nação” falava-se a língua materna dos estudantes, e elas eram regidas pelas leis dos seus países. A ampliação dessa noção deu origem ao seu uso moderno, já presente no livro de Adam Smith publicado em 1776, *A Riqueza das Nações*, que usa o termo para designar a organização moderna da sociedade, considerada como o princípio social que organiza as relações econômicas.

³¹⁰ Michael E. Tigar e Madeleine Levy. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 72.

legal, reservado aos Estados, de determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial”.³¹¹ Somente com base nestas últimas o *direito* atinge correspondência com seu conteúdo: “A constituição do Estado político e a desagregação da sociedade civil em indivíduos independentes, cujas relações têm por base o direito, tanto como as relações humanas, sob o regime de ordens e corporações, tinham por base o privilégio, se realizam em um único e mesmo ato”.³¹² Na sociedade dominada pelas relações mercantis, mediadas pelo dinheiro, “o direito é a forma através da qual se organiza o vínculo social no qual os indivíduos são considerados como ‘átomos’ independentes uns dos outros”.³¹³



Baruch (Bento) de Spinoza (שפינוזה ברוך)

A combinação de supranacionalidade com “infranacionalidade” (particularismo feudal) própria da era medieval foi específica (ou mais marcante) no “continente” europeu, no que diversos autores identificaram a causa de o Estado Moderno (ou, na sua forma desenvolvida, o Estado Nacional) ter nascido, inicialmente, na Europa, ou seja, fosse *europeu* na sua gênese. Outros autores relacionaram esse fato histórico com uma suposta superioridade (supra histórica) da “civilização europeia”.³¹⁴ Certamente, “não em todas as

³¹¹ Immanuel Wallerstein. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p. 44.

³¹² Karl Marx. *A Questão Judaica*. São Paulo, Boitempo, 2011.

³¹³ Antoine Artous. *Marx, l'État et la Politique*. Paris, Syllepse, 1999, p. 105.

³¹⁴ Indicar em alguma especificidade a origem de uma “superioridade” foi uma das bases de legitimação do colonialismo

culturas, mas só em algumas, encontramos o direito como prática humana específica, campo ou zona do saber e do agir em que se realizam operações técnicas determinadas. A autonomia relativa do direito é uma característica da civilização de Ocidente. As coisas são diversas em outras áreas: indiana ou chinesa, hebraica ou islâmica”.³¹⁵

Max Weber insistiu especificamente nessa questão. Mas isso não é produto de alguma “essência civilizacional” não histórica, mas de um desenvolvimento histórico, por natureza específico, e desigual dentro de cada civilização: o direito não nasceu simultaneamente em todas as áreas e regiões do “Ocidente”, ao contrário, foi imposto na maioria delas pelo fogo e pela espada.³¹⁶ A inteligência histórica, por outro lado, não consiste em constatar o óbvio, mas em desvendar (desmitificar) suas origens históricas e culturais. Ou seja, em responder à pergunta: “Porque e como se constituíram as formas de vida social e os modos de pensar, nos quais o Ocidente vê sua origem, acredita poder se reconhecer, e que servem ainda hoje à cultura europeia como referência e justificação?”.³¹⁷

O direito civil, inicialmente “europeu”, nasceu das necessidades derivadas da expansão mercantil centrada nas cidades. A palavra *urbanidade*, por isso, passou a designar as práticas e atitudes sociais que o acompanhavam. Para que o conceito de territorialidade próprio do absolutismo monárquico europeu se impusesse foi necessário que o comércio levasse vantagem com um mercado unificado maior, tornando necessárias leis comuns, moeda, pesos e medidas estabelecidos por um Estado dotado de meios para tanto, com uma segurança oriunda do Rei-Estado. O Estado absolutista paulatinamente foi adquirindo o monopólio do uso da violência, impedindo assim que os cidadãos fossem objeto da arbitrariedade de poderes locais: “A existência na França e na Itália de homens e mulheres de formação jurídica a serviço da burguesia era inútil sem um mercado nacional unificado e uma forte máquina estatal

europeu, ao pretender justificar a dominação na “universalidade” do dominador.

³¹⁵ Mario Bretone. *Derecho y Tiempo en la Tradición Europea*. México, Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 162.

³¹⁶ O exército napoleônico, a *Grande Armée* francesa, por exemplo, impôs o Código Civil no restante da Europa continental na ponta da baioneta.

³¹⁷ Jean-Pierre Vernant. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo, Difel, 1986.

jungida aos interesses burgueses. Tais condições prevaleciam na Inglaterra, onde a ideologia política da burguesia transformou-se em justificação expressa do exercício do poder pelo Estado em seu interesse”.³¹⁸ Foi um processo multissecular. A aristocracia nobiliária conservou durante os séculos do eclipse de sua dominação privilégios fiscais, aduaneiros e militares em várias regiões da Europa, até o fim do século XIX.³¹⁹

O absolutismo monárquico desenvolveu uma política que foi chamada de *mercantilista*, consistente em tentar reter em suas fronteiras a maior quantidade possível de ouro e prata (moeda universal), incentivando a obtenção de um superávit comercial, sobre a base da suposição então corrente de que a “riqueza das nações” era uma quantia invariável, e quanto mais uma nação possuísse, menos possuiriam as outras (as nações rivais). Essa fase de expansão comercial esteve associada a políticas protecionistas nas relações interestatais.

A forma estatal que serviu de quadro histórico para a vitória do capital foi, finalmente, o *Estado Nacional*, forma atingida depois de um processo histórico no qual Europa criou um modelo estatal que se estenderia para as outras regiões do planeta: “*Natio* é um velho e tradicional conceito, herdado da Antiguidade romana, que qualifica originariamente o nascimento ou a ascendência como a característica diferenciadora de grupos de qualquer tipo... Junto a outras denominações, como *gens* ou *populus*, esse uso do termo deu origem ao significado medieval tardio de *nationes*, referido aos grandes povos europeus que, por sua vez, podiam abranger diversas *gentes*. As fronteiras de uma *natio* foram durante muito tempo imprecisas. Mas o uso do termo se consolidou em seu exato significado latino originário como a comunidade de direito à qual se pertence por nascimento”.³²⁰

No novo tipo de Estado, a burguesia, enquanto classe dominante, não se confundia com o próprio Estado, como ocorria com a classe nobre armada do período feudal (ainda que a própria noção abstrata de “Estado” fosse totalmente alheia à consciência dessa classe, composta majoritariamente

³¹⁸ Michael E. Tigar e Madeleine Levy. *Op. Cit.*, p. 217.

³¹⁹ Cf. Arno J. Mayer. *A Força da Tradição. A persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

³²⁰ Hagen Schulze. *Estado y Nación en Europa*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1997, pp. 88-89.

por analfabetos “nobres”). A burguesia capitalista, ainda assim, necessitava da proteção do Estado como garantia social de sua propriedade dos meios de produção. Tal “anomalia” se resolveu mediante a imposição de *representantes* da burguesia na direção do aparelho burocrático-militar do Estado. Daí o conceito de “representação política” e de democracia representativa eminentemente burguesa. O capitalismo (a sociedade burguesa) é o segredo da “democracia ocidental”, da divisão de poderes, da autonomia (relativa) do direito, de toda sua superestrutura jurídica e política. A burguesia tendeu a se constituir ou a favorecer o Estado Nacional porque era a forma estatal que correspondia melhor aos seus interesses, a que garantia um maior desenvolvimento das relações capitalistas.

A *Nação*, por sua vez, foi lentamente criada, entre os séculos XV e XVIII, graças a uma aliança entre a potência política da monarquia centralizada (os Estados absolutistas) e o crescente poder econômico e social da burguesia, aliança que se desdobrou e fragmentou, transformando-se num conflito, ao fim do qual a burguesia derrubou (revolucionariamente ou não) o Antigo Regime e se erigiu em nova classe dominante, dotando-se do Estado-Nação (termos assimilados, mas não semelhantes) moderno: “Historicamente, o Estado Nacional surgiu com a sociedade burguesa. Não apenas o Estado enquanto aparelho centralizado de força, como também elementos do Estado ‘nacional’, são, em certo grau, pressupostos do capitalismo e base de seu surgimento. Entretanto, o papel do Estado Nacional formado pode ser considerado produto das relações de capital, estando intimamente ligado a elas. A construção de uma ‘identidade nacional’, capaz de abranger todos os membros da sociedade, tem a função de ofuscar os antagonismos de classe e neutralizar sua luta”.³²¹ O *nacionalismo* levou essa marca de dissolução dos conflitos de classe desde os seus inícios.

Assim, “a emergência de novas comunidades, qualificáveis como *nacionais*, começou a acontecer na Europa, no final da Idade Média, graças a uma convergência singular de diversos fatores históricos, desfavoráveis simultaneamente à manutenção da coesão étnica e ao predomínio de uma entidade religiosa globalizante. De fato, a Europa medieval era *a única parte do mundo onde, por longo tempo, havia prevalecido*

³²¹ Joachim Hirsch. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010, p. 79.

completamente a pulverização do poder político entre uma multidão de principados e senhorios a que chamamos de feudalismo. No mesmo período, os impérios e reinos da China, da Índia, da Pérsia, e de vastas regiões da África permaneceram como Estados, se não fortemente centralizados, ao menos suficientemente unidos como para não poderem ser qualificados de feudais".³²²

Essa foi a verdadeira *particularidade europeia*. A ideia de nação e o nacionalismo firmaram-se na Europa para designar a identidade de cada povo, o que não significa que cada povo (dotado de língua ou tradição comum) fosse considerado consensualmente como uma nação (isto é, como "digno" ou legitimamente habilitado de/para possuir seu próprio Estado Nacional): "As unidades políticas e sociais da antiguidade não eram mais que nações em potencial. A nação, no sentido estrito, é um produto direto da sociedade capitalista, que surge e se desenvolve onde surge e se desenvolve o capitalismo (...) A burguesia tende a se constituir em Estado nacional porque é a forma que corresponde melhor aos seus interesses e que garante um maior desenvolvimento das relações capitalistas. Os movimentos de emancipação nacional exprimem essa tendência (e) representam um aspecto da luta geral contra as sobrevivências feudais e pela democracia (...) Quando a criação de grandes Estados corresponde ao desenvolvimento capitalista e o favorece, constitui um fato progressivo".³²³

Na Europa, uma série de critérios e fatores permitiam a um povo ser considerado uma nação, "sempre que fosse suficientemente grande para passar da porta de entrada":³²⁴ 1. Sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; 2. A existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse uma língua vernácula administrativa e literária escrita; 3. Uma prova da capacidade para a *conquista*. Para se constituir uma nação era preciso, portanto, já existir um "Estado de fato", que possuísse uma língua e uma cultura comuns, além de demonstrar *força militar*. Foi em torno desses

³²² Pierre Fougeyrollas. *La Nation*. Eessor et déclin des sociétés modernes. Paris, Payot, 1987, p. 17.

³²³ Andreu Nin. *Los Movimientos de Emancipación Nacional*. Barcelona, Fontamara, 1977.

³²⁴ Eric J. Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

três pontos que se formaram as identidades nacionais europeias.

A construção de uma identidade nacional passou, assim, por uma série de mediações que permitiram a invenção (eventualmente até a *imposição*) de uma língua comum, uma história cujas raízes fossem (miticamente) as mais longínquas possíveis, um folclore, uma natureza (um meio natural) particular (e exclusivo), uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares: “O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistiu em inventariar esse patrimônio comum, isto é, de fato, em *inventá-lo*”.³²⁵

O mundo da *razão* nasceu, assim, com base no *mito*; e o modo de produção (capitalista) *universal*, com base no *particularismo* (nacional); duas contradições das quais o capitalismo não poderia mais se livrar, e que explodiriam na forma de conflitos nacionais com bases obviamente irracionais. A “invenção” (termo usado por Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, entre outros) do *mito* nacional foi um ato perfeitamente *racional*. Racionalidade e irracionalidade mítica nunca foram opostas excludentes, como supôs, (com boas razões, isto é, razões revolucionárias à época) o pensamento iluminista europeu. Para Anderson, a nação é “uma comunidade política *imaginada* - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Seus “membros” nunca conhecerão todos os demais (por isso é “imaginada”), mas possuem uma imagem da comunidade da qual participam.

A nação é limitada em suas fronteiras por outros territórios; uma nação não poderia abranger toda humanidade, seria inviável um sentimento nacionalista abarcar toda humanidade. E é soberana porque o surgimento do nacionalismo está relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade (monarquia, na Europa, ou administração colonial na Ásia e nas Américas) e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Esta identificação se baseia nas diferenças de um povo para o outro. A soberania nacional é um símbolo da

³²⁵ Anne-Marie Thiesse. A criação das identidades nacionais na Europa. *Entre Passado e Futuro* nº 5, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. Cf. também: Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

liberdade frente às estruturas de dominação antigas - gerando novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho e o surgimento de práticas de controle estatal (censos da população, mapas do território e museus para a cultura). A nação é concebida enquanto estrutura horizontal: é possível membros de diferentes classes sociais imaginarem ocupar um mesmo âmbito nacional e estarem vinculados por um projeto em comum.³²⁶

No caso alemão, por exemplo, foi “descoberta” uma “Germânia” imemorial nos escritos do historiador latino Tácito: “Até então não existia uma tribo alemã da que pudesse originar-se uma nação alemã, de modo semelhante à linhagem franca [da tribo ou povo dos francos] da qual tinha surgido a França. ‘Alemão’ (*deutsch*) era a denominação global dos dialetos populares germanos, um mero termo artificial. Os germanos de Tácito passaram a serem os antepassados dos alemães; à Germânia dos romanos correspondia, portanto, uma Alemanha (*Deutschland*), cujo nome apareceu pela primeira vez por volta de 1500 em singular. Até então se usava só correntemente a expressão ‘terra alemã’ (*deutsches Land*)”.³²⁷

Essa “invenção das tradições” foi um aspecto central da ideologia nacionalista e do romanticismo político do século XIX, contrastando e em conflito com o economicismo cru da economia política liberal. A “invenção” dessas “comunidades imaginadas” não foi simples manipulação ideológica, mas bandeira de luta contra o *Ancien Régime*, apoiada no desenvolvimento histórico de comunidades que foram superando, de um lado, o estreito marco local e, de outro, a subordinação ao poder temporal-universal atribuído à Igreja cristã.

O desenvolvimento linguístico, a diferenciação independente das línguas chamadas nacionais, foi um aspecto central desse processo. Não há mercado unificado sem comunicação unificada, idiomática em primeiro lugar, assim como sem unificação das unidades de medida. As línguas nacionais europeias nasceram da cisão crescente entre o falar erudito (realizado em latim clássico, língua franca intelectual, religiosa, política e administrativa do Império Romano) e a fala

³²⁶ Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

³²⁷ Hagen Schultze. *Op. Cit.*, p. 112.

popular, que acentuou sua diversidade “regional” com a dissolução do Império e o isolamento econômico e social da era feudal. Elas não se impuseram, porém, “naturalmente”, pois a escolha de uma só língua (popular) entre várias outras, como língua *nacional*, foi um processo político, seguido de uma imposição estatal, que se estendeu até o século XIX (período de formação dos modernos Estados Nacionais) e inclusive até o século XX (no caso, por exemplo, da Espanha franquista).

O processo abrangeu sete séculos, durante os quais *as* línguas populares (que sempre acompanharam à língua erudita, no antigo Império Romano) adquiriram estatuto e normas gramaticais próprias, consagradas nas traduções da Bíblia (a inglesa atribuída ao Rei James, ou a alemã de Martin Lutero) ao ponto de criarem sua própria expressão literária “cultu” (erudita) e de se revelarem portadoras de vantagens comunicacionais, inclusive no terreno “culto”, em relação à velha língua (morta) do Império Romano, constatadas muito antes de sua consagração como línguas oficiais de quaisquer comunidades políticas.

No século XIII, em *De Vulgari Eloquentia* (escrito em latim), Dante Alighieri defendeu a língua popular (na qual redigiu sua obra magna, a *Divina Comédia*) contra a erudita (o latim): “O latim conhece a língua popular de modo genérico, mas não em profundidade, porque se o conhecesse profundamente conheceria todas as línguas populares, porquanto não faria sentido que conhecesse uma mais que a outra. E assim, qualquer um que dominasse o latim deveria ter igualmente o mesmo conhecimento de todas as línguas populares. Mas não é assim, porquanto um conhecedor do latim não distingue, se for italiano, a língua popular inglesa da alemã; nem o alemão haverá de distinguir a língua popular itálica da língua provençal. Por conseguinte, o latim não é conhecedor da língua popular”. Para o poeta florentino, o contrário não era verdadeiro: “Desses dois falares é, portanto, mais nobre o popular, como aquele que por primeiro foi usado pelo gênero humano e do qual todos se beneficiam, embora dividido em vocábulos e fraseados diversos. É melhor ainda porque o popular é mais natural a todos, enquanto o outro é mais artificial”.

Uma “comunidade de povo” (nacional) só poderia ser fundada sobre uma língua popular, transformada em língua *nacional*, mas a escolha de uma entre outras (o toscano, por exemplo, dentre os catorze idiomas principais listados por

Dante na península itálica) foi o resultado de um processo político e cultural, coroado por uma imposição estatal. A diferenciação das línguas nacionais foi o instrumento da emergência histórica de um novo sujeito, a *comunidade nacional*, solidificada e diferenciada pela língua. Para um dos primeiros filósofos da língua, Wilhelm Von Humboldt: “Sem *unidade de forma* não seria concebível nenhuma língua; falando, os homens recolhem necessariamente seu falar em uma unidade”. A forma da língua foi o elemento diferenciador das comunidades nacionais, estabelecendo diferenças (fronteiras) *formais* entre dialetos que, por vezes, pouco se diferenciavam. A *forma* perpassa toda a língua, e “a língua não é o instrumento para designar objetos já pensados, mas o órgão formativo do pensamento”. Sobre a língua nacional, erguia-se a personalidade (incluído o chamado “gênio” ou “alma”) *nacional*, diverso da unidade religiosa, que uma nação pode eventualmente compartilhar com outra.³²⁸

O falar (e escrever) erudito, em latim ou grego, opunha-se ao progresso educacional e científico, como o constatou um “homem de Estado” de inclinações iluministas na Espanha do século XVIII, tão tardiamente quanto tardio foi o iluminismo espanhol: “O ensino das ciências seria melhor em castelhano do que em latim. A língua nativa será sempre para o homem o instrumento mais apropriado de comunicação, as ideias dadas ou recebidas nela serão sempre melhor exprimidas pelos mestres e melhor recebidas pelos discípulos. Seja, pois, o aspirante, bom latino e bom grego, e até capaz de entender a língua hebraica; acuda às fontes da antiguidade, mas receba e expresse suas ideias na língua própria”.³²⁹

As “línguas mortas” ficavam reservadas à interpretação dos textos religiosos ou à erudição; o saber *moderno* ficava reservado para as línguas *nacionais*. O latim clássico, por ser língua morta (não falada popularmente) carecia da flexibilidade e da plasticidade que teriam lhe permitido expressar os novos conceitos, não apenas em palavras, mas também em construções gramaticais novas e suscetíveis de mudança: sua sobrevivência acadêmica era um entrave ao desenvolvimento da cultura. Os números romanos, já caídos em desuso, eram um

³²⁸ Wilhelm von Humboldt. *La Diversità delle Lingue*. Bari, Laterza, 1991.

³²⁹ Gaspar Melchor de Jovellanos. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires, Orbis, 1982, p. 83.

entreve ao progresso científico e econômico (a progresso contábil, em primeiro lugar) devido à sua incapacidade em representar frações inferiores à unidade, quantias infinitesimais, ou mesmo quantias enormes, necessárias para medições científicas e econômicas: foram substituídos com grande vantagem pelos números arábicos.³³⁰

Modernidade e nacionalidade surgiam no bojo do mesmo processo histórico. A laicização da cultura (expressa pelas línguas nacionais em oposição ao latim clássico usado na liturgia religiosa cristã) implicava também na superação da dominação religiosa (cristã) em todos os terrenos da vida política e social. A música sinfônica, por exemplo, nasceu da secularização da arte musical, ou seja, de sua emancipação das cerimônias religiosas. Os códigos consuetudinários deveriam ser substituídos por um *direito público*: das cinzas da antiga *Respublica Christiana* nascia o *ius publicum europaeum*, o direito colocava-se pela primeira vez como prerrogativa imprescindível da soberania.

O “direito internacional” (ainda chamado de “direito cosmopolita”) era, contudo, um artifício produzido pela vontade estatal; o ente soberano não era obrigado a observar qualquer limite, agindo também fora de suas fronteiras. Não importava o meio utilizado para combater, mas o resultado conseguido; não importavam os instrumentos de batalha, mas a vitória: “Os primeiros pensadores do Estado, notadamente Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Smith, Hamilton e Hegel, voltaram [depois dos filósofos gregos] a apreciar o homem como vetor de paixões valorizantes, a vontade de glória, a vaidade, o amor próprio, a ambição e a exigência de reconhecimento. Nenhum desses autores ignorou os perigos associados a esse tipo de afetos, mas a maioria arriscou salientar seus aspectos produtivos para a coexistência humana”.³³¹

³³⁰ No século VII um matemático muçulmano da Índia criou o conceito do “zero”. Isto revolucionou o estudo da matemática. A invasão árabe da Europa fez com que se propagasse nela o uso dos algarismos arábicos, cuja memorização era facilitada pelo fato de a quantidade de ângulos de cada um corresponder ao valor expresso. Cf. Alfred. W. Crosby. *A Mensuração da Realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo, Unesp-Cambridge University Press, 1999.

³³¹ Peter Sloterdijk. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007, p. 31.

Depois de cinco séculos de movimento (inicialmente lento) em direção das nacionalidades modernas, no século XVIII fizeram sua aparição as primeiras teorias da nação, que afunilaram em duas vertentes hegemônicas: a concepção dita “subjetiva”, de origem francesa (ela está implicitamente presente em Sieyès e nas primeiras constituições republicanas da França, e de modo mais explícito em Renan, já no século XIX) que fundamentou a nação na vontade comum, na adesão a ela (sem importar o local do nascimento nem a origem dos ancestrais) e na memória coletiva; e a concepção chamada “objetiva”, de origem alemã (foi teorizada, entre outros, por Fichte e Herder), mais tardia, que vinculou o conceito de nação a fatores como a origem étnica (o sangue, *ius sanguinis*), ao local de nascimento (solo, *ius solis*), e a uma língua em comum (ou a uma família diferenciada delas).

9. GUERRA, REVOLUÇÃO, COERÇÃO

Les Anglais, tous actionnaires; les Allemands, tous factionnaires; les Français, tous fonctionnaires
(Ditado popular francês)

Há quem aconselhe que a criança deve apertar as nádegas para reprimir a flatulência. Nada de educação nisso. Pode até parecer urbanidade, mas estás a provocar uma disfunção. Se for possível afastar-se um pouco, então alivie-se isoladamente. Caso contrário, de acordo com um antigo costume, dissimula-se, com a tosse, a crepitação. De outro lado, por que não preceituar que se esvazie o intestino, já que retardar tal situação é mais danoso que comprimir o ventre? (Erasmus, **De Civilitate Morum Puerilium**, 1530)

As precondições da produção capitalista e do mercado nacional foram impostas pela força concentrada do Estado. O uso dessa força dependeu de fatores políticos e bélicos (da “continuação da política por outros meios”). O protecionismo econômico foi imposto pelos Estados: os Tudor, construtores do Estado moderno inglês, expulsaram de Londres os comerciantes hanseáticos: nada de “livre comércio” contra o nascente Estado nacional. A distância que separava o “estado de natureza”, *ius naturalis*, da anarquia era curta: a guerra

emergiu na modernidade como elemento estrutural da história, enquanto a paz representava um “tempo suspenso”, residual, onde o sucesso não conhecia pudor (“Os que vencem, não importa como vençam, nunca adquirem vergonha”, resumiu Maquiavel). A guerra moldou a era moderna. A nova tecnologia da pólvora, a profissionalização militar, o surgimento de academias, a extensão do tamanho dos exércitos, a consequente necessidade de financiamento para o seu custeio e, para isso, a imposição de um sistema fiscal e o endividamento do Estado com credores privados: tal foi o cenário que emergiu na Europa na passagem do século XV para o XVI.

Thomas Hobbes, um dos primeiros filósofos do Estado Moderno, identificou na “força e na fraude” as únicas características da guerra: “Dessa forma, a guerra ganhava um papel decisivo para o nascimento do Estado moderno. As concretas razões políticas que levavam o Estado absoluto à guerra podiam ser das mais variadas e não eram suscetíveis a críticas: objetivos territoriais, conflitos dinásticos, controvérsias religiosas ou, simplesmente, aumento do prestígio nacional das dinastias que esvaziavam os cofres públicos para pagar salários a imensos exércitos profissionais engajados em guerras de conquista sem fim. Frequentemente existia uma motivação subterrânea que conduzia ao conflito, que é consubstancial à comunidade política do Estado como ente unitário: a guerra resolvia os conflitos internos às entidades do Estado, promovia sua coesão interna, afastava o perigo de uma dissolução do Estado identificando um alvo externo às suas fronteiras territoriais. O conflito não servia apenas a gerar um Estado soberano através de indistintas entidades políticas, mas favorecia o fortalecimento de sua comunidade política ou, ao contrário, determinava sua dissolução. A guerra não apenas presidiu o nascimento do Estado soberano, mas garantiu também sua manutenção”.³³²

Esse longo parto da entidade estatal moderna processou-se dentro de uma sociedade dominada pela fé religiosa. O novo surgiu no invólucro do velho: “A teocracia feudal, ou o feudalismo teocrático, tinha demasiadas instabilidades próprias para sobreviver muito tempo à

³³² Mario Fiorillo. *Guerra e Direito*. Texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

desordem criativa da época. (No entanto) tal como acontecia havia tanto tempo, a preocupação essencial continuou a ser o estudo e a especulação teológica. Mesmo no novo mundo que nascia, as mais antigas das questões, relacionadas com o conflito entre a fé e a razão, a vontade de Deus e a natureza da verdade, mantinham o fascínio e ofuscavam tudo o mais que acontecia”.³³³

A emergência das nacionalidades e Estados modernos implicou, por isso, transformações em todas as ordens da vida social, incluída (e principalmente) a *religião*. A religiosidade feudal ligada ao cristianismo medieval identificava-se com uma estrutura que se ordenava em grupos sociais avessos a mudanças, cuja base econômica era a terra e a produção, urbana ou rural, artesanal. Nessa sociedade o tempo era lento, sem grandes mudanças, e a religião cristã constituía o centro do pensamento e da legitimidade política e intelectual. A religiosidade medieval tinha uma instituição - a Igreja Católica - que determinava a constituição do que era sagrado. A centralização de poder no bispo de Roma (o Papa) era a forma de controle da religiosidade. Essa cultura religiosa entrou em crise no final do século XV.³³⁴

As lutas religiosas no final da Idade Média se centraram na tentativa de libertação desse centro de poder, e tiveram um desenvolvimento superior na laicização do pensamento que caracterizou a filosofia política moderna, depois de um percurso que teve por leito a religião cristã e suas dissidências internas. A Igreja Católica passou a ser alvo de críticas por pensadores como Erasmo de Roterdã (1466-1536), que no *Elogio*

³³³ Charles Van Doren. *Op. Cit.*

³³⁴ “Na Idade Média, a esfera religiosa estava rigidamente enquadrada dentro de um sistema hierárquico, o qual, se, de um lado, dava concreção, sensibilidade, plasticidade e variedade às relações do ser humano em face de Deus, por outro lado tornava tais relações muito complicadas e difíceis. Para chegar a Deus era necessário passar por uma série de intermediários, peregrinações, jejuns, abstinências, etc. Enquanto os diversos elementos desse complexo sistema conservavam seu crédito e seu prestígio, o cristão não tinha dificuldade em aceita-los e servir-se deles para se pôr em contato com Deus e obter sua graça. Mas quando sua credibilidade começou a vacilar, ganhou terreno nos espíritos a convicção de que a relação com Deus não pode ser dificultada por um sistema tão complicado de estruturas” (Battista Mondin. *Curso de Filosofia*. São Paulo, Paulus, 1982, Vol. I).

da Loucura condenava a corrupção existente na Igreja, ou no âmbito da sátira literária, onde François Rabelais (1494-1533), em *Gargântua e Pantagruel*, questionava a concepção criacionista que a Igreja divulgava e defendia.

Foi na Itália de Maquiavel, inicialmente, que floresceram as cidades relativamente emancipadas do poder feudal, mas o fenômeno se estendeu por outras cidades portuárias da Europa, e depois em centros comerciais urbanos mediterrâneos. A autonomia política dessas cidades exerceu papel fundamental na formação de uma religiosidade independente do modelo feudal centrado no Vaticano, um novo tipo de religiosidade de relações comunitárias mais livremente criadas. No feudalismo, o modo de produção dominante se baseava na produção agrária baseada no sistema de rodízio das culturas e nos contratos de servidão, existindo uma terra comum aos camponeses. A ascensão do capitalismo ensejou a dissolução das relações comunitárias: “O mundo moderno desconhece a comunidade. O modo de produção capitalista dá origem à *sociedade*, cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como indivíduos isolados podem se relacionar, se tornar *sócios* [e levando] à invenção da ideia de pacto ou contrato social firmado entre os indivíduos, instituindo a sociedade”.³³⁵ A substituição de relações comunitárias por relações sociais mudou todas as esferas do pensamento e da ação.

Na Alemanha, a partir da ascensão das cidades, o território foi aglutinado em duas ligas, a Liga das Cidades do Sul e a Liga Hanseática, por meio das quais a burguesia ascendente conquistou influência política. As cidades imperiais, a partir de 1489, passaram a participar do *Reichstag*. Por meio do intercâmbio cultural e comercial, as grandes cidades germânicas estavam conectadas com outras capitais europeias; e, por sua vez, as influenciavam. O crescimento e a projeção das cidades provocaram seu proporcional distanciamento do campo, onde os camponeses no mesmo período lutavam pela revisão dos antigos direitos e deveres feudais, reivindicando liberdades essenciais. Essa foi a origem da revolta agrária de

³³⁵ Marilena Chaui. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación* nº 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.

Borcegui, no Alto Reno, em 1493. O movimento camponês foi negligenciado pela burguesia citadina, que lutava por liberdades semelhantes para si própria. O conflito religioso, crônico no cristianismo medieval, assumiu, nesse contexto, novas formas, explosivas.

As novas condições políticas o favoreceram, pois “tendeu a se estabelecer, na Alemanha, uma aparência de rigor e método. Na dieta de Augsburgo de 1500 proclamou-se a constituição do Império, o *Reichsregiment*: o Rei dos Romanos seria o presidente rodeado pelos delegados dos grandes vassalos, dos bispos e abades dos grandes monastérios, dos condes, das cidades livres e dos seis círculos. Sob Maximiliano surgiram outras instituições: a *Reichskammer* ou câmara do Império, o *Hofrat* ou conselho da Corte, a *Hofkammer* ou câmara da Corte, encarregada da administração da fazenda pública; finalmente, a chancelaria imperial ou *Hofkanzlei*”.³³⁶ A institucionalização do Império coexistindo com a subordinação ao clero de Roma tornavam-se um anacronismo.

O frade alemão Martin Lutero se opôs à indulgência e a remissão (parcial ou total) do castigo temporal imputado pela Igreja a alguém por conta dos seus pecados: o Papa havia concedido indulgência plenária para quem doasse certa quantia para a reforma da Basílica de São Pedro. Johann Tetzel, enviado do Vaticano para arrecadar fundos na Alemanha, afirmava: "Assim que uma moeda tilinta no cofre, uma alma sai do purgatório". Lutero proferiu três sermões contra as indulgências; em 31 de outubro de 1517, foram afixadas suas 95 Teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, condenando a avareza e o paganismo na Igreja, e pedindo um debate teológico. As teses foram traduzidas para o alemão e amplamente copiadas e impressas. Ao cabo de duas semanas se haviam espalhado por toda a Alemanha e, em dois meses, por toda a Europa. Este foi o primeiro episódio da história europeia em que a imprensa teve papel fundamental, pois facilitou a distribuição ampla do documento luterano. A abertura cultural e comercial facilitou também a disseminação e rápida propagação das ideias luteranas por toda a Europa.

Leão X ordenou, em 1518, ao frade dominicano Silvestro Mazzolini que investigasse o assunto. Este denunciou que Lutero se opunha de maneira implícita à autoridade do Sumo Pontífice, por discordar de suas bulas. Declarou ser

³³⁶

Jean Babelon. *Carlos V*. Barcelona, Vitae, 2003, p. 125.

Lutero um herege e escreveu uma refutação acadêmica às suas teses, mantendo o princípio da autoridade papal sobre a Igreja e condenando as teorias de Lutero como uma apostasia. Lutero replicou de igual forma, dando assim início à controvérsia que deu forma à Reforma Protestante. Na convenção dos agostinianos em Heidelberg, apresentou uma tese sobre a escravidão do homem ao pecado e a graça divina. No decorrer da controvérsia sobre as indulgências, o debate pôs em dúvida o poder absoluto e a autoridade do Papa, pois a venda das indulgências se baseava na bula papal *Unigenitus*, de 1343, do Papa Clemente VI.

Lutero foi qualificado de herege, pois negava a autoridade papal e apelava para que fosse realizado um Concílio. Também declarava que o papado não formava parte da essência imutável da Igreja Cristã original. Um encontro com o representante papal Karl Von Miltitz, em 1519, levou Lutero a guardar temporariamente silêncio. Também escreveu uma humilde carta ao Papa, que não continha nenhuma retratação; no tratado que compôs mais tarde, negou qualquer efeito das indulgências no purgatório. Lutero finalmente negou que a salvação da alma fosse exclusiva da Igreja Católica sob a autoridade do Papa; ela se mantinha também na Igreja Ortodoxa, do Oriente, em semelhança com a doutrina do tcheco Johann Huss, queimado na fogueira da Inquisição.

Os escritos de Lutero circularam amplamente, alcançando França, Inglaterra e Itália; os estudantes dirigiam-se a Wittenberg para escutar a prédica de Lutero. As controvérsias levaram Lutero a desenvolver mais sua doutrina, ampliando o significado da eucaristia para incluir também nela o perdão dos pecados e o fortalecimento da fé. Lutero se mostrou contrário à doutrina católica das boas obras e dos atos como meio de perdão, mantendo que as obras do crente são verdadeiramente boas se ordenadas por Deus. A disputa teológica em Leipzig, em 1519, pôs Lutero em contato com humanistas como Melanchthon, Reuchlin e, sobretudo, Erasmo de Roterdã, que já influenciara o nobre alemão Franz Von Sickingen.

Confrontando os nobres alemães, Lutero escreveu *À Nobreza Cristã da Nação Alemã* (1520), onde recomendava ao laicado que fizesse a reforma eclesiástica requerida por Deus, abandonada pelo papa e pelo clero; nesse texto, Lutero referiu-se já ao papa como o Anticristo, e propôs a diminuição do número de cardeais e outras exigências: a abolição das rendas do papa; o reconhecimento do governo secular; a renúncia da

exigência papal pelo poder temporal; a abolição dos Interditos e abusos relacionados com a excomunhão; a abolição das peregrinações nocivas; a eliminação dos excessivos dias santos; a supressão dos conventos para freiras, da mendicidade e da suntuosidade; a reforma das universidades; o fim do celibato do clero; e uma reforma geral na moralidade pública.



Lutero, como Jesus Cristo, predicando a frente do templo

Várias das propostas religiosas-políticas de Lutero convergiam com os interesses de alguns setores da nobreza alemã, revoltada com a submissão ao Papa e, principalmente, com o fato de terem que enviar regularmente tributos a Roma. Em 1521, por ocasião da Dieta de Worms (uma audiência imperial), o imperador Carlos V da Alemanha (I da Espanha) aprovou o Editto de Worms: qualquer pessoa estaria livre para matar Lutero sem sofrer qualquer sanção penal. A querela religiosa virou guerra política, opondo o cristianismo secularizado e protonacional de Lutero ao poder temporal europeu do papado. Diante das ameaças à sua vida, Lutero encontrou refúgio junto a nobres que aderiram à sua doutrina, resumida no *Livro de Concórdia*. Em 1523 (*Sobre a Autoridade Secular*) Lutero, tentando proteger a religião da ação dos governos, propôs estabelecer áreas separadas e fins distintos para o governo secular e o espiritual.

O movimento religioso reformista, já espalhado na Europa, teve diversas variantes regionais e temporais. O calvinismo marcou a segunda fase da Reforma Protestante, quando as igrejas protestantes começaram a se formar, na sequência da excomunhão de Lutero da Igreja Católica

Romana, mas foi originalmente um movimento luterano. O próprio Calvino assinou a confissão luterana de Augsburg de 1540. A influência independente de Calvino começou a fazer sentir-se na reforma religiosa suíça, que não foi luterana, seguindo a orientação de Ulrich Zwingli: a doutrina das igrejas reformadas tomava uma direção independente da de Lutero, graças à influência de numerosos escritores e reformadores, dentre os quais Calvino foi o mais eminente. Lutero não concordou com a proposta de Calvino, pois queria (inicialmente) só reformar a Igreja Católica, enquanto Calvino afirmava que a Igreja estava tão degenerada que não havia como reformá-la.

Calvino (Jean Calvin) se propunha organizar uma nova Igreja que, na sua doutrina e costumes, fosse idêntica à Igreja primitiva. Lutero fundou o protestantismo, que não seguia tradições históricas específicas, mas apenas a doutrina registrada na Bíblia. Em abril de 1523, Lutero ajudou doze freiras a escaparem do cativeiro no Convento de Nimbschen. Entre elas encontrava-se Catarina Von Bora, filha de nobre família, com quem Lutero se casou, em junho de 1525. Dessa união nasceram seis filhos. Nada melhor para ilustrar pelo exemplo o fim do celibato eclesiástico. A crise “eclesiástica” era a forma religiosa, ideológica, da crise do feudalismo europeu, dentro da qual tomou forma a revolta dos oprimidos (camponeses) contra a Igreja e os grandes senhores, revolta que se traduziu em movimentos insurrecionais.

Só três séculos depois Marx e Engels interpretaram os motins e insurreições camponesas, como as *jacqueries* e rebeliões da Baixa Idade Média e do início da modernidade, antes deles qualificadas de criminosas e irracionais, como movimentos sociais construídos conscientemente por sujeitos coletivos. Essa mudança de enfoque esteve presente no estudo de Engels sobre as lutas camponesas na Alemanha ao longo do século XVI, até então abordada exclusivamente como uma querela religiosa entre católicos e reformadores. A proposta de identificar e discutir os interesses materiais envolvidos nas disputas pelo controle da fé e da doutrina religiosa ressaltou as demandas camponesas por antigos direitos que lhes asseguravam a posse da terra, sem a contrapartida da prestação de serviços e de tributos considerados excessivos pelos próprios camponeses. A *guerra de classe* dos camponeses alemães (1524-1525) tomou como base política os discursos de Lutero e de outros reformadores.

Revoltas de camponeses com bases antifeudais já tinham existido em pequena escala em Flandres (1321-1323), na França (1358), na Inglaterra (1381-1388), e durante as guerras hussitas do século XV.³³⁷ Muitos clérigos vinculados aos oprimidos do campo julgaram que os ataques verbais de Lutero à Igreja e sua hierarquia significavam que os reformadores iriam igualmente apoiar um ataque à hierarquia social, por causa dos fortes laços existentes entre a nobreza hereditária e os líderes da Igreja Romana. Nessa guerra revolucionária se perfilaram três partidos: “No partido *católico conservador* se reuniram todos os elementos interessados na manutenção da ordem existente, ou seja, o poder imperial, os príncipes eclesiásticos e uma parte dos príncipes laicos, a nobreza mais rica, os prelados e o patriciado urbano; em torno da bandeira da *Reforma luterana burguesa moderada* se encontravam os elementos proprietários da oposição, a massa da pequena nobreza, a burguesia e até uma parte dos príncipes laicos que esperava enriquecer com o confisco dos bens eclesiásticos, e que desejava ademais aproveitar a ocasião para conquistar maior independência do trono imperial. Os camponeses e os plebeus, enfim, se agruparam em torno do *partido revolucionário* (comandado por Thomas Münzer)”.³³⁸

A burguesia urbana lutava contra o feudalismo se opondo à grande propriedade eclesiástica, assim como também o fazia a baixa nobreza. A rebelião das classes mais baixas explodiu depois da derrota da revolta da baixa nobreça, encabeçada por Sickingen e Hutten. A rebelião camponesa incubou-se ao longo de meio século, no qual aconteceram várias revoltas localizadas. Os camponeses revoltados iam além da burguesia e da pequena nobreza, propondo a expropriação de toda a grande propriedade. Assim, em 1522, enquanto Lutero ainda estava em Wartburg, seu inicial seguidor Thomas Münzer (1490-1525) comandou enormes massas camponesas contra a nobreza imperial, propondo uma sociedade sem diferenças entre ricos e pobres nem propriedade privada. Os pelotões armados dos camponeses eram a primeira força militar popular da história alemã, comandada por servos, taverneiros, artesãos e trabalhadores mineiros. Lutero não pretendia ir tão

³³⁷ George Holmes. *Europa: Jerarquia y Revuelta 1320-1450*. Madri, Siglo XXI, 1978.

³³⁸ Friedrich Engels. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

longe: defendia que a existência de senhores e servos era vontade divina, e argumentou com a nobreza e com os próprios camponeses alertando-os contra uma possível revolta e também sobre Münzer, qualificando-o de “profeta do assassinio”, na sua *Terrível História e Juízo de Deus sobre Thomas Münzer*. Na iminência da revolta camponesa, em 1524, Lutero escreveu a *Carta aos Príncipes da Saxônia sobre o Espírito Revoltoso*, mostrando a tirania dos nobres que oprimiam o povo e a loucura dos camponeses em reagir através da força e a confiar em Münzer como pregador.

Ainda em 1524, Thomas Münzer mudou-se para a cidade imperial de Mühlhausen, oferecendo-se como pregador. Lutero escreveu a *Carta Aberta aos Burgomestres, Conselho e toda a Comunidade da Cidade de Mühlhausen*, alertando aos poderosos da cidade sobre as intenções revolucionárias de Münzer. O principal texto dos camponeses em revolta eram os *Doze Artigos*, elaborados na cidade de Memmingen em 1525, onde suas reivindicações eram expostas. Nelas havia artigos de fundo religioso (o direito de ouvir o Evangelho através de pregadores chamados por eles próprios) e artigos que tratavam dos maus tratos infringidos aos trabalhadores pelos nobres (inclusive a exploração através dos altos impostos). Os artigos eram fundamentados com passagens bíblicas.

Lutero escreveu sobre os "Doze Artigos" no opúsculo *Exortação à Paz: Resposta aos Doze artigos do Campesinato da Suábia*, de 1525, atacando os príncipes e senhores por cometerem injustiças contra os camponeses, e atacando também os camponeses pela sua rebelião e desrespeito à autoridade. A guerra dos camponeses (*Deutscher Bauernkrieg*) de 1524-1526 na Alemanha consistiu, tal como o movimento *Bundschuh* precedente e as guerras hussíticas, um conjunto de revoltas com causas econômicas e sociais, protagonizadas por camponeses, cidadãos e nobres descontentes.

O conflito teve lugar em áreas no Sul, no Centro e no Oeste da Alemanha, mas também afetou áreas nas vizinhas Suíça e Áustria, e envolveu no seu auge, no verão de 1525, 300 mil camponeses revoltados, violentamente reprimidos pelos senhores: algumas estimativas situam o número de mortes em cem mil. Sob uma forma religiosa (crítica dos privilégios e da corrupção da Igreja Católica Romana), a guerra camponesa refletiu o profundo descontentamento social contra o poder dos nobres locais; o desejo dos líderes das cidades (os *burgueses*) pela liberdade em relação ao poder eclesiástico e à nobreza; as

tensões dentro das cidades entre as massas e as elites urbanas, e rivalidades dentro da própria nobreza.

Com Thomas Münzer imobilizado em Mühlhausen, o militante anabatista Henry Pfeiffer organizou uma "Liga dos Eleitos" visando assumir o controle da cidade. Quando a cidade caiu em poder dos combatentes igualitários, Münzer colocou-se à frente de deles, preparando Mühlhausen para aderir à revolta dos camponeses, que se aproximava, e cuja vitória ele profetizava. Na primeira semana de maio de 1525, o exército camponês, entre oito e dez mil pessoas, entrou em Frankenhausen, que tinha sido tomada por revolucionários de Mühlhausen. O duque Johann, e outros príncipes das vizinhanças, levantaram um exército sob o comando de Filipe, proprietário de terras em Hesse, que imediatamente marchou contra os camponeses. No dia 15, Filipe atacou com cerca de cinco mil artilheiros e dois mil cavaleiros.

À frente dos camponeses, Münzer, que não tinha conhecimentos militares, enfrentou os exércitos da nobreza com oito canhões sem munição, uma bandeira com o símbolo do arco-íris e simples espadas. Os camponeses foram derrotados. Cinco mil morreram no campo de batalha, seiscentos foram capturados, e o restante fugiu para as florestas da Turingia. O exército de Filipe perdeu apenas seis homens. Thomas Münzer foi preso, torturado e decapitado a 27 de maio de 1525. Assim morreu o primeiro líder revolucionário moderno da Alemanha, de cuja vida pouco se sabe além de sua fase final (não existe sequer um retrato contemporâneo dele). Sua perspectiva histórica era superior à do seu tempo: "Quando o analisamos enquanto homem de ação, destacam-se nele o presente e o absoluto, numa perspectiva mais altaneira e mais ampla do que numa experiência demasiado vivida, e apesar disto, com vigor idêntico, Münzer é, antes de tudo, História, no sentido fecundo, para comprometer-nos, entusiasmar-nos, para apoiar, sempre mais amplamente, nosso desígnio".³³⁹

O movimento camponês-religioso acabou sendo derrotado; as cidades e os nobres dissidentes fizeram sua própria paz com os exércitos do Imperador, que restauraram a velha ordem, frequentemente de forma ainda mais dura, sob a soberania de Carlos V, representado nos assuntos alemães pelo seu irmão Fernando. A revolta camponesa alemã, de extensão e

³³⁹ Ernst Bloch. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1973.

alcance nacional, mas geograficamente dispersa, não encontrou uma liderança cidadina à altura da situação revolucionária que ela criou, e das exigências sociais dos revoltados.

"Sua doutrina política correspondia exatamente à sua concepção religiosa revolucionária e superava as relações sociais e políticas vigentes, assim como sua teologia superava as concepções religiosas da época... Seu programa - que era menos a síntese das reivindicações do plebeus da época e mais uma genial antecipação das condições de emancipação dos elementos proletários que se encontravam em estado rudimentar entre estes plebeus - exigia a instauração imediata na terra do Reino de Deus, do reinado milenar dos profetas, mediante o retorno da Igreja à sua origem e a supressão de todas as instituições que estivessem em contradição com esta Igreja, supostamente primitiva, mas, na realidade, completamente nova. Para Münzer, o reinado de Deus nada mais era que urna sociedade na qual não haveria mais nenhuma diferença de classes, nenhuma propriedade privada ou nenhum poder de Estado estrangeiro, autônomo, em oposição aos membros da sociedade".³⁴⁰ Segundo Franz Mehring, o protestantismo alemão adquiriu sua forma definitiva como ideologia da contrarrevolução, devido à derrota das massas populares na guerra camponesa, apontando para a fatal aliança "entre o trono e o altar" que deu base ao poder político reacionário dos anos vindouros: Lutero teria sancionado essa aliança com sua capitulação diante dos príncipes e a legitimação doutrinária de sua dominação.³⁴¹



Retrato imaginário de Thomas Münzer, o teólogo da revolução

³⁴⁰ Friedrich Engels. *Op. Cit.*

³⁴¹ Franz Mehring. *Absolutism and Revolution in Germany 1525-1848*. Londres, New Park, 1975; Janos Bak (ed.). *The German Peasant War of 1525*. Nova York, Routledge, 2013.

A cisão protestante e a revolta social camponesa provocaram, por outro lado, movimentos de reação no catolicismo, conhecidos genericamente como a Contrarreforma. Seu principal componente, a ordem dos jesuítas foi reconhecida pelo Vaticano em 1540, em pleno desenvolvimento das cisões protestante e calvinista (Inácio de Loyola, seu fundador, chegou a coexistir na Universidade de Paris com o próprio Jean Calvin). Tinha sido constituída pouco antes como “ordem guerreira” a serviço do Papa e da expansão da fé em Cristo: a *Societas Jesu*, ou “Ordem de Jesus” (como a chamava seu fundador) se organizou como um exército, comandado por um general vitalício ao qual se devia obediência absoluta; um exército de alcance e abrangência mundial em defesa da Igreja Romana, no período da Contrarreforma.

A ordem fora fundada em 1534 por Ignácio de Loyola, que tinha sido um militar de origem nobre, em um contexto de profunda crise da Igreja católica, quando a cúpula do clero estava coberta por denúncias de corrupção, cuja denúncia por Martin Lutero originou o protestantismo. Nesse contexto de crise, a Companhia de Jesus e seus membros alinharam-se completamente à alta hierarquia católica no combate aos protestantes. Os jesuítas passam a realizar, além dos votos comuns de qualquer religioso (obediência, pobreza e castidade) um quarto voto, de obediência total ao Papa. Inácio de Loyola escreveu, em 1554, as constituições jesuítas, dando origem a uma organização rigidamente disciplinada, abnegada, e disposta a realizar qualquer sacrifício para defender o Papa e a Igreja como instituição.³⁴² Na crise da ordem feudal europeia, ordem da qual a Igreja cristã era expressão concentrada, a Contrarreforma preservou a Igreja da ruína completa, transformando-a, delimitando-a, engessando sua doutrina, sua moral, seus ritos e sua organização. A Igreja Católica se distanciou paulatinamente de sua base social medieval,

³⁴² Sua legislação fundamental, conhecida como a “Fórmula do Instituto”, estabeleceu os objetivos da Ordem: “Militar para Deus sob a bandeira da cruz e servir só ao Senhor e à Igreja, sua Esposa, baixo o Pontífice Romano, Vigário de Cristo na terra”. Neste marco, o próprio lema dos jesuítas - Para a maior glória de Deus - sustenta-se no princípio organizativo de ser “disciplinado como um cadáver” (*perinde ac cadaver*). Desde então, os jesuítas são conhecidos como os “soldados do Papa”, pois sua subordinação ao Pontífice católico é incondicional e representa um princípio sagrado para a congregação.

elevando-se e contrapondo-se a ela: como um sinal dos tempos, a própria Igreja se fez *Estado*.

A Alemanha não ficou alheia a isso: em 1563, organizou-se a Contrarreforma religiosa na Baviera. Como resposta, em 1608 foi instituída a *União Protestante* e, com retórica apaziguadora, em 1609, uma Carta do Rei assegurou a liberdade religiosa para os protestantes. Nesse conflituoso contexto, havia ascendido ao trono Carlos V, eleito graças ao apoio de senhores feudais que viam na renovação religiosa a possibilidade de ter atendidas suas ambições de poder. As diferenças religiosas acabaram sendo agravadas com a presença francesa no Oeste e a turca no Leste. A obrigatoriedade em firmar compromissos com os franceses e com os turcos não pôs termo às diferenças, antes as acentuaram, provocando a revolta dos senhores feudais protestantes, desencadeada na Boêmia, e que rapidamente degenerou em guerra. Num período de trinta anos, o conflito armado interno dizimou o território germânico, deixando-o vulnerável às potências estrangeiras, e retardando sua unificação nacional, o que teria consequências longo alcance histórico.

Na Inglaterra, o movimento da reforma religiosa radical adquiriu feição na mistura entre igrejas independentes e calvinismo, criando o movimento *puritano*, composto por presbiterianos, setores da Igreja Anglicana, *levellers*, *diggers*, membros da “Quinta Monarquia”, batistas, brownistas, *quackers* e outros agrupamentos. Os acontecimentos que levaram à Revolução Puritana e o seu desenvolvimento deram o tom do pensamento dos grupos que povoaram as novas colônias inglesas na América. Três pregadores estrangeiros foram os filósofos da revolução puritana: Samuel Hartlib (polonês), John Dury (escocês) e Jan Amos Komensky (ou “Comênio”) (tcheco). O primeiro defendia a ideia de progresso, o segundo a ideia de unidade do movimento político e religioso, levando a revolução para toda a Europa.

A Reforma Protestante na Alemanha e a explosão do calvinismo na Inglaterra foram das primeiras batalhas de conjunto na Europa contra a ordem eclesiástico-feudal. Inglaterra fora o primeiro país a romper com os sistemas de produção agrícola não comercial, diminuindo sensivelmente a cultura de subsistência e acabando com as terras comuns (*commons*). A produção agrícola em larga escala, fez com que os camponeses desapropriados das suas terras se deslocassem para os centros industriais para procurar trabalho. A

transformação na vida social e econômica com o fim do feudalismo foi acompanhada pela revolução política, cuja característica foi a participação de diversos agrupamentos religiosos, que desenvolveram uma ideologia política e tiveram participação significativa no movimento da “revolução puritana” na Inglaterra (1642-1649): “Uma comunidade ou Estado político (*civitas*) era uma coletividade religiosa e ao mesmo tempo secular. Compunha-se de súditos cristãos e governantes que reconheciam os deveres da alma, bem como os do corpo. Tendo acabado por decreto com a autoridade espiritual e temporal do papa sobre seus súditos e a jurisdição e as imunidades clericais sobreviventes, os governantes dos Estados reformados simplesmente tomaram para si a suprema liderança de ‘suas’ Igrejas”.³⁴³

A Reforma Protestante, porém, não era um movimento homogêneo ou unitário. Além das três grandes forças reformadoras – o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo – vários outros pequenos movimentos reformistas se espalharam pela Europa, com a formação de comunidades por meio de livre adesão, batizando apenas pessoas adultas; a disciplina eclesiástica com o objetivo da formação de uma Igreja “pura”; a não aceitação da doutrina dos sacramentos nem dos santos; a ênfase na formação de uma “comunidade de santos”. A comunhão, sim, mas não a missa. A fraternidade dos fiéis, não a hierarquia da Igreja. A lembrança dos mortos, mas não as orações pelos mortos; a rejeição da intermediação com Deus através da Virgem e dos santos.

Não havia mais personagens pictoricamente “representáveis” para enfeitar os templos: “Disso resulta, se não uma condenação da arte religiosa, uma tendência para a austeridade, para a gravidade sem graça”. Estava rompido, na arte plástica, “o equilíbrio aparentemente conseguido pelo Renascimento italiano”. A Contrarreforma católica, por sua vez, não foi um simples movimento de reação, pois um simples retorno ao passado era já impossível: “Em que pese reagir contra o paganismo, que constituía um dos aspectos do Renascimento, não renegou integralmente dele. Tornou disponíveis suas lições para uma nova arte religiosa. Assim

³⁴³ Harro Höpfl. João Calvino: o Estado disciplinado. In: Brian Redhead (ed.). *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro, Imago, 1989, p. 91.

reapareceu a suntuosidade do Renascimento na *arte barroca*".³⁴⁴ Nenhum *aggiornamento* romano podia, porém, deter a semente protestante, baseada em interesses de *classe* já instalados no cenário histórico.

Para os membros das novas comunidades religiosas protestantes, o sofrimento era tido como um modo de se manifestar da fé religiosa. Viviam de forma comunitária, atendiam aos pobres e viviam do seu trabalho. Na procura de estabelecer padrões de vida comunitários, acabaram participando de movimentos revolucionários, pensando assim estabelecer o reino milenar de Cristo na Terra. Isso inspirou, por exemplo, a comunidade fundada pelo *digger* Gerrard Winstanley em terras comunais (*commons*) em Surrey, durante a guerra civil inglesa de 1649. Os agrupamentos religiosos desse tipo foram perseguidos pelos senhores e muitos acabaram emigrando e se refugiando em lugares onde havia relativa tolerância religiosa, como os Países Baixos, onde esses agrupamentos sofreram a influência dos calvinistas (conceitos calvinistas foram aceitos por alguns desses grupos, principalmente o de predestinação). Embora derrotado em suas vertentes social e politicamente mais radicais, o movimento de reforma religiosa e de secularização da sociedade se impôs finalmente em uma série de países, limitado aos seus objetivos burgueses (ou seja, não igualitários).

Sua forma religiosa foi o protestantismo, sua forma política, o *liberalismo*. As primeiras ondas do liberalismo popularizaram o *individualismo*, ao mesmo tempo em que expandiam os governos constitucionais e a autoridade parlamentar, propondo a substituição da natureza caprichosa dos governos monárquicos e absolutistas pela tomada de decisões codificada em leis escritas. Liberais procuraram e estabeleceram de fato uma ordem constitucional que prezava pelas liberdades individuais, como a liberdade de expressão e a de associação, um poder judiciário independente e julgamento por um júri público, além da abolição dos privilégios aristocráticos. Essas mudanças radicais na autoridade política marcaram a transição do absolutismo para a ordem constitucional, que deveria acompanhar a expansão e promoção dos mercados livres. Antes que pudessem estabelecer novas estruturas de mercado, no entanto, os liberais tiveram que

³⁴⁴ Victor-Lucien Tapié. *El Barroco*. Buenos Aires, Eudeba, 1981, pp. 40-44.

destruir as antigas estruturas econômicas: os liberais lutaram para acabarem com as políticas mercantilistas, monopólios reais e diversas outras restrições sobre as atividades econômicas, também tentaram abolir as barreiras internas ao comércio, eliminando as guildas, tarifas locais e as proibições sobre a venda de terras.

O liberalismo econômico e o individualismo político foram o arremate do processo de laicização das relações sociais, que identificaram a modernidade com a afirmação da liberdade individual: “O formalismo romano, a tendência para criar sólidas estruturas convencionais para conformar o sistema da convivência, deixou uma marca profunda no espírito ocidental. A própria Igreja não teria subsistido sem essa tendência do espírito romano alheio às vagas e imprecisas explosões dos sentimentos, e as formas do Estado ocidental registraram de modo perdurável essa mesma influência. Por trás do formalismo se ocultava um realismo muito vigoroso que descobria com certa intuição as relações concretas do homem com a natureza, e dos homens entre si. Esse realismo - também implícito na casuística jurídica e na ideia das relações entre o homem e as divindades - operava eficazmente sobre a vida prática conferindo à experiência um alto valor, muito por cima da pura especulação. Esta atitude frente à natureza e a sociedade, seria legada pela romanidade ao mundo ocidental, informando um ativismo radical e, a partir de certa época, um individualismo acentuado”.³⁴⁵

Essas concepções tiveram vertentes diversas, que Norberto Bobbio reduziu a duas:³⁴⁶ a liberdade como ausência de limites (liberalismo radical), e a liberdade cidadã de se auto impor seus próprios limites: Thomas Hobbes, com o direito absoluto do soberano; John Locke, com o direito dos homens se auto organizarem como bem entendessem. A nascente filosofia política nasceu dentro do leito religioso, até se tornar independente dele, em primeiro lugar na Inglaterra, reconhecendo no próprio homem e nas suas relações o princípio organizador da sociedade e do Estado, sem

³⁴⁵ José Luis Romero. *La Cultura Occidental*. Buenos Aires, Legasa, 1986, p. 17.

³⁴⁶ Norberto Bobbio. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.

intervenção divina.³⁴⁷ Nisto, como sói acontecer, a vida imitou a arte; a “invenção do humano” verificou-se inicialmente na poesia e na literatura: “Antes de Shakespeare, a personagem literária muda pouco; se representa às mulheres e aos homens envelhecendo e morrendo, mas não mudando porque sua relação com eles próprios, mais do que com os deuses ou com Deus, tenha mudado. Em Shakespeare, os personagens se *desenvolvem* mais que se *desfraldam*, porque se concebem novamente a si próprios. Às vezes isto acontece porque se ouvem falar, a si mesmos ou mutuamente. Observar-se a si próprios falando é seu caminho real para a *individação*”.³⁴⁸ A individuação literária do ser humano precedeu sua individuação política liberal.

A individuação do homem fixou-se no centro da filosofia política inglesa. Para Thomas Hobbes (1588-1679), considerado pai da filosofia política laica, os atos humanos não possuíam outro objetivo natural que não o egoísmo (*homo lupus homini*). Isto tornava impossível a constituição de qualquer sociedade sem a intervenção coercitiva do Estado.³⁴⁹ A política seria o meio pelo qual todos os homens seriam encaminhados pelo temor como contrapartida à tendência *natural* para a desagregação. A política era, para Hobbes, a fonte da vida social; inexistiria uma sociedade civil que, naturalmente, precedesse ao Estado. É em virtude da constituição do Estado que se forma a sociedade, aquele precede esta, que subsiste apenas enquanto os homens sejam capazes de renunciar à sua própria liberdade, ou seja, às suas tendências centrífugas e destrutivas, em favor da autoridade estatal.

³⁴⁷ Cf. Pierre Mesnard. *L'Essor de la Philosophie Politique au XVI^e Siècle*. Paris, Vrin, 1977.

³⁴⁸ Harold Bloom. *Shakespeare*. La invención de lo humano. Bogotá, Norma, 2001, p. 17.

³⁴⁹ “O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis de natureza” (Thomas Hobbes. *O Leviatã*. São Paulo, Martins Fontes, 1991).

Para John Locke (1632-1704), a definição de um “estado natural egoísta” em Hobbes representava um resíduo metafísico contraposto à sua orientação empirista. O “estado humano natural” de Locke era essencialmente bom; não existia uma perversidade natural dos homens, esta se manifestava só pela avareza da sua natureza física. O Estado não era a fonte da sociedade civil, mas a garantia de sua propriedade, que cada ser humano podia conquistar através do trabalho.

O Estado de Locke era a suposta garantia da permanência ordenada da sociedade com o uso da força da lei, que poderia enfrentar a ameaça contra a propriedade, permitindo o pleno desenvolvimento da ordem natural. O Estado lockeano, portanto, não postulava qualquer alienação da liberdade dos seres humanos, configurando o instrumento através do qual essa liberdade poderia se desenvolver em forma plena. As bases do liberalismo político, com Locke, estavam plenamente lançadas.³⁵⁰ As relações entre estado e economia, sociedade política e sociedade civil, foram o objeto privilegiado de reflexão da filosofia política moderna, nos marcos do liberalismo político e da “razão de Estado”. Maquiavel, Hobbes, Locke, Rosseau e Hegel, entre outros, se empenharam em determinar a gênese e a natureza da sociedade política, em estabelecer as conexões determinantes entre poder estatal e poder econômico, na perspectiva de estabelecer uma forma política ideal, como condição e garantia da sociabilidade.

Afirmando a perenidade do Estado e da “sociedade política” como o valor supremo e definitivo da vida coletiva do homem, essa tendência do pensamento moderno, onde se misturaram as teorias jusnaturalistas de “racionalização do Estado”, as teorias realistas de “estatização da razão” e ainda o triunfo da razão no Estado e na História, como foi realizado de modo supremo em Hegel, constituiu-se o que Bobbio denominou *concepção positiva do Estado*, considerado como o fator civilizador por excelência da sociedade. A idealização do Estado (punitivo) pelo liberalismo político foi o prólogo necessário do uso pleno da força do Estado para a imposição do liberalismo econômico (isto é, do capitalismo). O Estado modernizado, porém, revelou-se um ninho de contradições, um campo em disputa entre classes e frações sociais, inicialmente aliadas na luta contra o Antigo Regime.

³⁵⁰ John Locke. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Lisboa, Edições 70, 1984.

O pensamento liberal não podia superar nem suprimir essas contradições: “O grande esforço do pensamento jurídico-político no decorrer do século XVIII para demonstrar de que modo, a partir dos sujeitos do direito individual, do direito natural, poder-se-ia chegar à constituição de uma unidade política definida pela existência de um soberano, individual ou não, detentor de uma parte da totalidade de seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, princípio da limitação desses direitos, toda essa vasta problemática, em resumo, não é completada pela problemática da economia. A problemática da economia e do interesse econômico obedece a outra configuração, a uma lógica completamente diversa, a um raciocínio e a uma racionalidade de outro gênero. O mundo jurídico-político e o mundo econômico, de fato, a partir do século XVIII, apareceram como mundos heterogêneos e incompatíveis. A ideia de uma ciência econômico-jurídica é rigorosamente impossível, e por outro lado nunca se constituiu efetivamente”.³⁵¹

A organização *política* dos interesses *de classe* foi a resposta ao impasse da abstração racional-liberal. No período de constituição do Estado Moderno, para arregimentar seus representantes na direção do aparelho burocrático-militar, a burguesia organizou-se aos poucos em partidos políticos, instituições inexistentes em períodos anteriores à irrupção da democracia representativa. A burguesia não inventou o Estado burocrático-militar, com exército permanente e fundado em um tributo nacional público; ao contrário, deparou-se historicamente com seus alicerces já delineados no Estado absolutista ainda sob o domínio da nobreza que, ao constatar a tendência declinante da renda feudal, decorrente da paulatina e inexorável monetarização da economia, tomou (seus setores mais poderosos e conscientes) as rédeas da constituição do

³⁵¹ Michel Foucault. *Nascita della Biopolitica*. Milão, Feltrinelli, 2005, p. 232: “A partir da nova razão de governo, o governo não deve mais intervir, não possui uma conexão direta sobre as coisas ou as pessoas. Não pode tê-la, nem está legitimado para tanto, sendo autorizado a intervir sobre a base de direito e da razão na medida em que o interesse, os interesses, ou o jogo dos interesses, transformam certo indivíduo, uma dada coisa, um dado bem, uma dada riqueza, um dado processo de algum interesse para indivíduos singulares, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de certo indivíduo em confronto com o interesse de todos. O governo passa a interessar-se apenas pelos interesses” (p. 52).

Estado absolutista: “Na monarquia absoluta a burocracia foi apenas o meio para preparar o domínio de classe da burguesia”.³⁵² Esse itinerário foi percorrido mais no continente europeu do que na Inglaterra. O caso inglês apresenta o exemplo de Estado mais politicamente coeso e centralizado, que investiu militarmente no continente, como na “Guerra dos Cem Anos” em território francês.

O Estado absolutista britânico apresentou o molde mais desmilitarizado, burocraticamente rarefeito e menos longo da Europa ocidental. França já dispunha no século XVI de um imposto nacional (a *taille*) e de um exército permanente; a Inglaterra somente viu nascer seu exército profissional no século XVII, com o advento do Exército de Novo Tipo, *New Model Army*, baseado em um imposto nacional sobre o consumo (o imposto de renda, *Income Tax*, só nasceu no século XVIII). Com sua promoção interna baseada no merecimento e não por direito de nascença, profissionalizado e sustentado regularmente por um imposto, aberto à discussão e debates entre seus membros para a definição dos objetivos bélicos e da disciplina de caserna, mas também dotado de uma disciplina férrea de comando, o “exército de novo tipo” de Oliver Cromwell foi de fato o embrião do novo Estado democrático com hegemonia burguesa: ele trazia em seu âmago os elementos de uma nova sociedade em gestação, representada pela pequena nobreza *gentry* associada aos setores burgueses ligados à manufatura têxtil.

Facilitando sua ascensão social e política, ao contrário do que se verificou no continente europeu, a burguesia inglesa não se deparou com um grande Estado burocrático-militar já estabelecido e impermeável à sua influência. A ela coube a tarefa histórica de constituir o exército permanente de um Estado já sensível à sua ingerência por intermédio da democracia representativa. Na esteira desse exército e do Parlamento revolucionário constituíram-se os antecedentes dos modernos partidos políticos, frações (armadas) que lutavam pelo controle e direção do novo Estado. Os realistas, os presbiterianos, os independentes, os *levellers*, os *diggers*, foram embriões dos partidos políticos institucionalmente vinculados à democracia representativa burguesa. A agremiação dos *levellers*, por exemplo, esgrimia uma democracia representativa radical

³⁵² Karl Marx. *As Lutas de Classe na França 1848-1850*. São Paulo, Boitempo, 2012.

para a época, defendendo o voto universal masculino nas eleições parlamentares.

O exército de novo tipo constituiu, durante a guerra civil inglesa, o embrião do novo Estado democrático-representativo britânico, possuindo em seu bojo os germes dos futuros partidos políticos. O princípio da representação política foi lentamente se fusionando com o princípio de nacionalidade. Somente interpretando as nações a partir da sua base histórico-econômica é possível compreender o fenômeno da universalização da nação como forma política, assim como a difusão mundial da aspiração à construção de Estados Nacionais, que teve por base o caráter tendencialmente mundial da produção capitalista. A internacionalização do capital, no entanto, só adquiriu uma base efetiva com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII. Sua expansão pela Europa e alhures fez do século XIX o “século do nacionalismo”, em todas as ordens da vida social.

O nacionalismo, no entanto, procurou, como vimos, suas raízes na era pré-industrial, para delinear os contornos de uma “alma nacional”; culturalmente, a música (popular ou erudita) foi seu elemento central: “O nacionalismo musical, aceitando as conquistas enormes e fecundas do sinfonismo, tentou renovar em cada país a arte musical, explorando sistematicamente os ricos tesouros virgens do canto e da dança populares. Nessa música nascida diretamente do instinto e da tradição é fácil achar o caráter moral de cada povo. Quando a arte sábia se apropriou desse fecundo legado poético do sentimento comum, transformou-o com suas pautas e regularidades técnicas até quase fazê-lo perder seus elementos pitorescos e nacionais... Esse nacionalismo musical estendeu-se a quase todos os povos que cultivaram com sucesso a música”.³⁵³

A noção de Estado soberano, de soberania nacional, e a concepção do homem como centro mutante de sua própria vida e de sua história, o individualismo político liberal, preanunciaram e acompanharam o advento da era capitalista. O desenvolvimento permanente e autossustentado de uma economia capitalista, porém, só se tornou possível quando ela pôde produzir artigos (mercadorias) de forma geometricamente crescente para satisfazer mercados igualmente crescentes. Isso

³⁵³ Mariano Antonio Barrenechea. *Historia Estética de la Música*. Buenos Aires, Claridad, 1944, pp. 412-413.

só aconteceu quando a sociedade substituiu o modo de produção baseado na economia agrária, em pequenas unidades econômicas fundamentadas no trabalho e na habilidade manual de artesãos, por uma economia capitalista moderna, orientada para o mercado e baseada na indústria e na fabricação mecanizada. Nação, livre concorrência entre sujeitos econômicos e políticos, Estado soberano (territorial e historicamente), liberdade econômica, produção industrial, constituíram as precondições complementares e mutuamente dependentes da vitória da modernidade identificada com o modo de produção capitalista.

Situou-se alternativamente o nascimento da “Era Moderna” nas inovações artísticas e científicas do Renascimento italiano, nas grandes viagens de descobrimento a partir de Cristóvão Colombo (na América) e Bartolomeu Dias (na África), na ideia protestante e calvinista de autorresponsabilidade do indivíduo, na libertação iluminista da superstição irracional e no racionalismo em geral, no surgimento da democracia moderna na França e nos EUA, ou na Revolução Industrial inglesa. As datações históricas factuais, no entanto, são controversas e não raro arbitrárias. A “modernidade” é filha do capitalismo, do tempo histórico em que, na metáfora célebre do *Manifesto Comunista*, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Ela se constituiu como uma concepção da sociedade a partir de finais do século XVIII, enfatizando a liberdade individual, a humanidade como sujeito pensante, vendo no desenvolvimento científico e técnico a via para superar as deficiências humanas; a técnica passou a ser sinônimo de eficiência.

A modernidade constituiu-se como tempo histórico *novo*, e como *consciência* dessa novidade: “A experiência da modernidade somente se inicia com a descoberta da história em si mesma, ao mesmo tempo seu próprio sujeito e objeto... Foi a filosofia do processo histórico quem primeiro separou a modernidade nascente de seu passado e, ao mesmo tempo, inaugurou a nossa modernidade como um novo futuro. Nos séculos que correspondem ao período entre 1500 e 1800 ocorre uma temporalização da história e, ao final desse período, existe aquela forma peculiar de aceleração que caracteriza a modernidade”.³⁵⁴ Assim como o homem “inventado” por Shakespeare, a *história* do homem passava a ter sua própria

354

Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*

estrutura temporal imanente, sobre uma nova base econômico-social.

A violência institucional (a guerra) presidiu o nascimento do Estado Moderno. A filosofia moderna tentou, em resposta, investigar as condições da paz: Immanuel Kant, em *A Paz Perpétua* (1795) propôs que o direito cosmopolita se circunscrevesse às condições de uma “hospitalidade universal”. A pessoa que estava em seu território poderia repelir o visitante se este interferisse em seu domínio. No entanto, caso o visitante se mantivesse pacífico, não seria possível hostilizá-lo, pois todos os homens teriam o direito de apresentar-se na sociedade.

O direito de cada um na superfície terrestre poderia ser limitado, mas incluiria tolerar a presença do outro, sem interferir nele: mesmo em um espaço limitado, os indivíduos deveriam se comportar pacificamente com o intuito de alcançar a paz e o convívio mútuo. O direito público da humanidade poderia criar as condições para o favorecimento de uma paz perpétua, na esperança e no objetivo de um “estado pacífico absoluto”.³⁵⁵ A filosofia da era moderna conseguiu formular um princípio *ideal* que se espatifou contra as condições históricas *reais* imperantes na era das nações e do capital.

10. ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E MITOLOGIA EUROPEIA

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constituiu a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição esta liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador somente pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou

³⁵⁵ Immanuel Kant. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre, L&PM, 2010: “Compare-se a conduta inospitaleira dos Estados civilizados da nossa parte do mundo, principalmente os comerciantes; a injustiça que demonstram na visita a terras e povos estrangeiros (o que para eles vale a mesma coisa que conquistá-los) vai além do horror. A América, os países negros, as Molucas, o Cabo, eram, para eles, na época de seu descobrimento, terras que não pertenciam a ninguém, pois contavam os habitantes por nada” (p. 39).

*dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das guildas, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Karl Marx, **O Capital**)*

*Ao examinar os Estados do mundo moderno, encontramos que sempre oferecem o espetáculo de um grande número de homens obedecendo, dentro de um território definido, a um pequeno número de outros homens. Achamos também que as leis feitas por esse pequeno número... possuem a condição de, caso sejam vulneradas, o pequeno número de homens poder usar toda a coação necessária para vindicar sua autoridade. Cada Estado é uma sociedade territorial dividida entre governo e súditos, sendo o governo um conjunto de pessoas dentro do Estado que aplicam os imperativos legais em que se baseia o Estado; ao contrário de qualquer outra comunidade de pessoas dentro da sociedade territorial, está capacitado para empregar a coação no objetivo de que sejam obedecidos esses imperativos (Harold J. Laski, **Introdução à Política**)*

A condição básica para o surgimento do modo de produção capitalista é a existência de duas classes de possuidores de mercadorias: de um lado os donos de meios de produção (matérias primas, ferramentas ou máquinas, propriedades fundiárias) e que os valorizam mediante o emprego de força de trabalho assalariada; de outro, trabalhadores cuja única mercadoria é sua própria força de trabalho (a capacidade física e intelectual de transformar matérias primas brutas em produtos manufaturados, em

mercadorias prontas para satisfazer as necessidades de consumo de outrem, mediante o esforço físico e mental, operando instrumentos de trabalho e máquinas).

O aparecimento dessas duas classes sociais deu-se por vias e processos históricos longos e complexos. O feudalismo estava baseado na unidade entre o produtor e os meios de produção. Por mais que estivessem submetidos social, ideológica e militarmente aos senhores feudais, os trabalhadores eram donos de seus instrumentos de trabalho, estavam vinculados à terra em que viviam (embora não fossem donos dela), ditavam seu ritmo de trabalho e produziam a maior parte daquilo que consumiam. O capital exigia o contrário disso: trabalhadores destituídos de meios de trabalho (pois como seriam obrigados a trabalhar para um capitalista se eram donos de suas condições de trabalho?); camponeses sem terra, pessoas “livres” para trabalhar em troca de um salário monetário e para comprar as mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas em vias de formação.

Para que essas condições aparecessem, foi preciso a expropriação dos camponeses, ou seja, a separação violenta entre eles e as terras onde trabalhavam, em parte para si próprios. Já no fim do século XIV, a servidão tinha se alterado profundamente, sobretudo na Inglaterra. Os camponeses tornaram-se relativamente livres, trabalhando numa pequena faixa de terra, além de ter acesso às terras comunais, usadas indiscriminadamente por qualquer pessoa desde tempos ancestrais. O florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos preços desse produto incentivou a transformação, particularmente na Inglaterra, de lavouras em pastagem de ovelhas, expulsando dessas terras milhares de camponeses. Muitas leis reais tentaram garantir aos camponeses um pedaço de terra junto à sua cabana, mas o interesse capitalista interditava a manutenção de uma classe social de camponeses autônomos. Era preciso transformá-los em consumidores da indústria que surgia nas cidades.

A irrupção do modo de produção capitalista na Europa foi um processo desenvolvido num teatro mundial, principalmente durante os séculos XVI e XVII: Marx, seguindo alguns economistas clássicos, o chamou de “acumulação capitalista primitiva (ou originária)”, que teve, para ele (diversamente dos mesmos economistas) seu signo dominante na *violência do Estado*. A indagação de Marx sobre o modo de produção capitalista partiu de uma pergunta que questionava o

aparentemente óbvio: “Como é que surge este fenômeno *estranho* de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores - possuidores de terra, de maquinaria, de matéria-prima e de meios de subsistência, coisas que, todas elas, salvo a terra no seu estado bruto, são produtos do trabalho - e, por outro lado, um conjunto de vendedores, que não têm nada para vender exceto a sua força de trabalho, os seus braços e cérebros que trabalham? De um conjunto de homens que compra continuamente com vistas a ter lucro e a enriquecer-se, enquanto o outro conjunto continuamente vende para ganhar a vida?”.

Ele próprio respondeu que “a investigação sobre essa questão seria uma investigação sobre aquilo que os economistas chamam de acumulação prévia ou original, mas que deveria ser chamada *expropriação original*. Verificaríamos que a chamada acumulação original não significa senão uma série de processos históricos resultantes numa decomposição da união original existente entre o homem trabalhador e os seus instrumentos de trabalho... Uma vez estabelecida a separação entre o homem de trabalho e os instrumentos de trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á numa escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução no modo de produção o derrube de novo e restaure a união original numa forma histórica nova”.³⁵⁶

³⁵⁶ Karl Marx. Salário, preço e lucro. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante, 1985. O questionamento do aparentemente “inquestionável” foi a condição que T. S. Kuhn apontou para caracterizar uma “revolução científica” (ou “mudança de paradigma científico”). Quando um paradigma é exigido até seu limite, suas anomalias e incapacidade de dar conta dos fenômenos observados começam a acumular-se, o que é julgado por aqueles que praticam essa disciplina. Os cientistas não perdem sua fé no paradigma existente enquanto não exista uma alternativa convincente. Em qualquer comunidade científica há indivíduos que se arriscam mais que a maioria. São os que, considerando que existe de fato uma crise, adotam uma “ciência revolucionária”, procurando encontrar alternativas às suposições aparentemente óbvias e inquestionáveis nas quais se embasava o paradigma estabelecido. Isto dará lugar a um marco conceitual que rivaliza com ele. O novo paradigma proposto pareceria possuir numerosas anomalias, por estar ainda incompleto. A maioria da comunidade científica se oporá a qualquer mudança conceitual. Para uma discussão acerca da aplicabilidade do conceito de Kuhn para as ciências humanas, ver: Barry Barnes. *T.S. Kuhn and Social Sciences*. Londres, Macmillan Press, 1982.

As condições estruturais que propiciaram o surgimento do capitalismo industrial foram a crescente divisão social do trabalho, o desenvolvimento amplo do intercâmbio (troca comercial) e a progressiva separação do produtor independente da terra e dos seus instrumentos de produção (ferramentas e máquinas elementares); separação que transformou os antigos produtores em potenciais proletários, desprovidos de qualquer meio de produção: “Expropriação e proletarização: são os dois termos da acumulação primitiva no estado puro, a perfeita separação, mediante a violência legalizada, do produtor de seus meios de produção”.³⁵⁷ Com essa base se originou um sistema de produção que progressivamente se estendeu por todo o planeta, pois só poderia ter um mercado planetário (mundial) como escopo adequado para seu potencial produtivo. O mercado mundial, porém, desenvolveu suas bases materiais antes do surgimento da era capitalista; foi a mola propulsora de seu nascimento. A acumulação capitalista originária esteve alicerçada na constituição de relações econômicas mundiais sobre a base da colonização europeia do mundo,³⁵⁸ ou seja, na implicitamente suposta superioridade da “civilização europeia”.

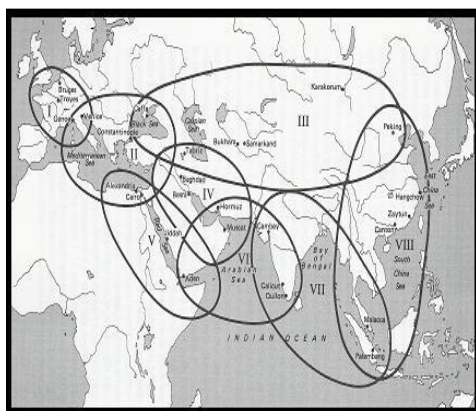
Trata-se de um mito que também possui sua história. Para a etapa que precedeu a expansão mercantil da Europa, Janet Abu-Lughod³⁵⁹ constatou a existência, no período entre 1250 e 1350 D.C. na Eurásia e na África, de oito circuitos econômicos articulados, nos quais o comércio e a divisão do

³⁵⁷ Pierre Vilar. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: Charles Parain et al. *Op. Cit.*, p. 44.

³⁵⁸ Cf. Josif M. Kulischer. La proiezione mondiale dell'economia europea. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995. “A construção do sistema-mundo moderno envolveu uma expansão de Europa, que era simultaneamente militar, política, econômica e religiosa. Dentro deste contexto, missionários cristãos atravessaram o globo, mas eram notoriamente mais bem sucedidos em partes do mundo que não foram dominadas através das denominadas religiões mundiais. O número de convertidos em países largamente islâmicos, budistas, hindus e zonas confuciano-taoístas, eram relativamente poucos, e particularmente poucos em zonas islâmicas” (Immanuel Wallerstein. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series “Islam and World System,” Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998).

³⁵⁹ Janet L. Abu-Lughod. *Before European Hegemony*. The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989.

trabalho configuravam sistemas econômicos “desenvolvidos”. Desses oito circuitos, seis estavam localizados em áreas dominadas pelo Islã que era, à época, junto com a China imperial, a área econômica mais desenvolvida do mundo (Europa estava menos desenvolvida economicamente, e seus contatos comerciais com o restante do mundo não eram contínuos).³⁶⁰ Immanuel Wallerstein negou aos circuitos econômicos árabe-islâmicos dos séculos XIII e XIV, e a circuitos semelhantes contemporâneos, assinalados em baixo (conforme Abu-Lughod), o caráter de “economias-mundo”, que só seria atingida, para ele, com a destruição desses circuitos pela expansão europeia.



Os oito circuitos econômicos 1250-1350

³⁶⁰ A conquista da Espanha (entre os anos 711 e 714 de nossa era) marcou o apogeu do império islâmico, que existia havia apenas oitenta anos, mas que já dominava uma região maior do que o antigo Império Romano. Com o advento das Cruzadas e da formação dos Estados Nacionais europeus, os árabes foram sendo expulsos de parte dos seus domínios. Durante cinco séculos, o Islã foi dominante num vasto império que abrangia desde a Espanha até a Índia, território possuidor de uma cultura e uma língua comum, a língua árabe. Foi impossível, no entanto, que essa extensão territorial fosse governada por um único poder central: na “época de ouro” do califato abasida (750-1258) cada região era governada por uma dinastia local, que reconhecia, formalmente, o governo de Bagdã. De 1096 até 1250, o império resistiu às cruzadas cristãs, mas recebeu um golpe decisivo com a invasão dos mongóis, em 1258.

Os maiores circuitos econômicos se encontravam na China, onde uma estagnação econômica, acompanhada de epidemias de fome recorrentes, foram sucedidas por uma destruição provocada por investidas externas. Na China, as revoltas camponesas percorreram toda sua história moderna. Essas revoltas foram o motor da história chinesa durante séculos. Quando geograficamente restritas, eram facilmente isoladas e reprimidas. Mas às vezes atingiam várias regiões ou quase o país inteiro; nesses casos faziam entrar em colapso as autoridades locais e até a própria dinastia. Essas lutas de classes, porém, não provocavam a substituição de uma classe por outra no Estado, pois os camponeses não conseguiam articular-se nacionalmente, eles mesmos, como uma classe social capaz não só de lutar, como também de mudar radicalmente o sistema social através do exercício do poder. E não existia outra classe social, nas cidades, ou de âmbito nacional, que enfrentasse as dinastias, opondo outro sistema de produção (por exemplo, o desenvolvimento de indústrias baseadas no trabalho assalariado), pois as classes possuidoras (principalmente comerciantes) preferiam investir, seguindo a tradição chinesa, em terras.

As revoltas camponesas reivindicavam a propriedade comum da terra e a distribuição igualitária dos seus frutos. Às vezes, elas provocavam a queda da dinastia, que era substituída por outra. A paz, a solidez, a aparente eficiência do Império Chinês, eram precisamente seu grave elemento de fraqueza em relação à Europa agitada pelas contraditórias pressões com que nascia a sociedade moderna: na China, os problemas não podiam resolver-se no âmbito da situação existente, e não existiam as forças, ou pelo menos as forças suficientes, para criar uma situação nova. Nem tudo ficava como antes, após a revolta. As rebeliões contra o poder central foram criando uma tradição de revolta contra o arbítrio das autoridades, que se cristalizou nas sociedades secretas de ajuda e proteção mútuas, espalhadas pela China inteira. Estas sociedades alcançaram poder suficiente para pôr em xeque as próprias autoridades, chegando a ter grande importância nas rebeliões da China moderna.

As revoltas e os colapsos econômicos foram preparando o terreno para mudanças no sistema econômico e social. Em 1645 deu-se a conquista do poder pela dinastia Manchu, que submeteu os povos "tradicionais" da China Central (os manchus provinham da região Norte da China, a Manchúria). A dinastia

Manchu governou o país até o século XX. A máxima expansão da civilização chinesa foi conseguida no século XVIII, quando foram conquistadas as vastas regiões interiores da Mongólia, do Sinkiang e do Tibete. No século XIX, porém, começou a instalar-se uma estagnação econômica. A erosão varria as colheitas e inundava os sistemas de irrigação, nas aldeias começava a fazer-se notar um excesso de população. As indústrias de consumo não deram lugar a um surto tecnológico, e a utilização de trabalho assalariado não se difundiu significativamente. Os extraordinários avanços da economia na dinastia Sung (nos séculos X-XIII), sobretudo na metalurgia, tinham se consumido a si próprios nas épocas subsequentes, e a transformação radical da indústria e da sociedade que pareciam prometer nunca se verificou. Na China, a acumulação capitalista primitiva ficou no seu estágio inicial, e não houve Revolução Industrial.³⁶¹

Nas regiões “islâmicas”, a quase “economia política” de Ibn Khaldun, como vimos acima, foi a expressão intelectual mais relevante do desenvolvimento industrial e mercantil da civilização árabe, localizado e fragmentado geograficamente, e sem projeção mundial devido ao esgotamento de sua dinâmica interna. Perry Anderson elencou os motivos possíveis do declínio da “economia islâmica”: falta de autonomia municipal ou de ordem cívica nas cidades, que careciam de estrutura interna coerente, administrativa e até arquitetônica; ausência de associações comerciais ou profissionais que agrupassem os proprietários; múltiplos Estados de origem nômade, “por tendência, essencialmente guerreiros e saqueadores; sua razão de ser e sua estrutura eram militares”.³⁶² Era, a dos povos árabes, uma atomização em movimento permanente, em caravanas que iam da China até o sul da África: o profeta do islamismo foi o instrumento da emergência árabe, o suscitador das energias do seu povo, que soube extrair das tribos pobres e dispersas do Ara-Bar uma força capaz de derrubar qualquer obstáculo que encontrasse.³⁶³

Esse era seu ponto forte e, simultaneamente, seu ponto fraco. A conquista do Norte da África, provocou o surgimento da “África Branca”, a irradiação dos povos semitas da Arábia e

³⁶¹ Cf. Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.

³⁶² Perry Anderson. *Op. Cit.*, pp. 588-591.

³⁶³ Francesco Gabrielli. *Maometto e le Grande Conquista Arabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.

Egito até o Maghreb; a destruição definitiva de Cartago (previamente destruída pelos romanos; depois de ficar por vários anos desocupada, foi revivida por Júlio César) para a construção, no mesmo lugar, de Túnis; a criação de portos importantes para o ataque a ilhas do Mediterrâneo e regiões costeiras da Europa; além da conquista da Espanha e do fechamento do Mediterrâneo à navegação europeia. As tentativas ulteriores de expansão islâmica fracassaram, e teve início um lento declínio dessa civilização, pontuado por sobressaltos de um novo esplendor. Houve um reflorescimento na parte ocidental do império, terminada com a reconquista de Espanha pelos cristãos, em 1492.

O desenvolvimento econômico desigual gerou um processo de concorrência e luta, através do qual o capitalismo “europeu”, diversamente dos impérios orientais precedentes, unificou efetiva e economicamente o planeta.³⁶⁴ A afirmação comum de que se tratou de uma “europeização” do mundo esquece que foi esse processo que criou a “Europa” no sentido moderno do termo: “Hoje, imaginamos que a África e a Europa são dois continentes completamente diferentes, separados por um abismo de civilização, mas até bem pouco tempo essa distinção não faria sentido. Por muitos séculos, bens e homens se moveram mais facilmente na água do que por terra, e o comércio e o império reuniram os povos do Mediterrâneo”.³⁶⁵

³⁶⁴ Immanuel Wallerstein identificou a origem do “sistema mundial moderno” na Europa e na América do século XVI: uma ligeira superioridade de acumulação de capital no Reino Unido e França (semelhante, diríamos, à leve superioridade de matéria sobre antimatéria que provocou o “big-bang” que deu origem ao universo), devida a circunstâncias políticas internas no final do feudalismo nesses países, teria desencadeado um processo de expansão que culminou em um sistema global de trocas econômicas que, no século XIX, incorporou todos os territórios do planeta.

³⁶⁵ Nigel Cliff. *Guerra Santa*. Como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. São Paulo, Globo, 2012. O autor lembra que foram cronistas dessa época os que usaram pela primeira vez o termo *europenses* para se referir aos homens de Charles Martel que enfrentaram as incursões muçulmanas na atual “Europa”, derrotando-as finalmente em Poitiers. Até então, o termo não era comumente usado. Os defensores da suposta “Europa eterna” (o mito substitutivo das antigas “França” ou “Germânia” eternas) se basearam nas linhas de divisão geográfica traçadas pelos gregos clássicos que, naturalmente greco-cêntricos, nomearam as terras ao Leste como Ásia, as do Sul como África, e o restante como *Europa*, noção que, no

*Não foi, em definitiva, a Europa que criou a expansão mercantil mundial, mas essa expansão a que criou a “Europa” como conceito moderno. A noção geográfica de Europa existiu desde os tempos da Grécia clássica, mas só para designar a civilização helênica: “Os antigos não saíram de uma noção formal de Europa, sem noção de uma Europa humana, definida em termos humanos, pelo simples fato de que essa Europa não existia... Grécia inventou a Europa, mas o mundo grego não era um mundo europeu. Vejamos no mapa todas as localidades e nomes das cidades coloniais fundadas pelos gregos. Como extrair de sua distribuição a noção de uma Europa distinta da Ásia e da África, de uma Europa europeia, se metade dessas localidades se encontra exatamente nas costas da Ásia, nas margens da Ásia Menor, e nas costas da África, ao longo da África Menor?”*³⁶⁶

O conceito de “Oriente”, assim, nasceu a partir da cisão do cristianismo, que foi um produto da crise e divisão do Império Romano. Em 395, o Império dividira-se em duas partes, ocidental e oriental. Na Europa, com a queda do Império Romano de Ocidente houve um forte retrocesso econômico, com a extinção da maioria das rotas de comércio externo, e também de boa parte das rotas internas. A parte oriental do império (o Império Bizantino) se manteve em pé e se expandiu, permanecendo aberta às trocas comerciais com o exterior através das rotas do Mediterrâneo, que passavam pelo Oriente Médio. Ao longo dos séculos a Igreja de Constantinopla (ou Igreja Bizantina) foi cada vez mais se distanciando da Igreja

entanto, englobava parte da África e se estendia até as fronteiras do Egito no Nilo, isto é, até onde chegava a civilização helênica, excluindo a península ibérica. A divisão geo-civilizatória grega, que caiu em desuso já antes da Era Cristã, foi retomada na era moderna, pretendendo estabelecer, anacronicamente, uma linha de continuidade histórica direta entre a “Europa” grega com a Europa Ocidental moderna e, mais adiante, com os Estados que compõem a hodierna União Europeia (UE); o Mediterrâneo teria separado, desde sempre, o “Ocidente civilizado” do “Oriente bárbaro” (em reação simétrica, o fundamentalismo islâmico se opõe à “ocidentalização” em defesa de suas próprias tradições). A falsificação histórica é óbvia, pois o Mediterrâneo foi, desde o alvorecer dos tempos históricos, local de intercâmbios e misturas, não barreira entre civilizações. Na suposta e mítica “França eterna” fala-se uma língua que deve várias centenas de palavras ao árabe, e menos de cinquenta à antiga língua dos francos.

³⁶⁶ Lucien Febvre. *L'Europa. Storia di una civiltà*. Milão, Feltrinelli, 1999, p. 30.

Romana, se recusando a reconhecer o Patriarca (Papa) de Roma como autoridade cristã universal, e estabelecendo um exarca no Oeste. Foi assim criada a divisão Oriente/Ocidente, a partir da cisão da cristandade. A Igreja ocidental se proclamou “universal”, esse foi o senso do *katholikos* grego que deu seu nome à Igreja Católica sediada em Roma. O distanciamento acabou levando ao rompimento total entre as duas igrejas em 1054, com um curto período de reunificação no século XV, devido ao Concílio de Florença.

Nos séculos XVI-XVII o termo e o conceito de *Europa* adquiriu sua conotação atual (o Congresso de Viena de 1815, por sua vez, designou o limite oriental da Europa nos Urais). Antes disso, a consciência difusa de um continente separado (não geográfica, mas culturalmente) e, eventualmente, superior, tinha uma base religiosa, a *christianitas* (cristandade): o Império Carolíngio adotara um calendário em que os tempos eram contados a partir do nascimento do Cristo redentor (*anno domini*). Essa cristandade separada se definia em relação à cristandade grega (ortodoxa) e ao Islã. A divisão da antiga *romanitas*, ainda em tempos imperiais, fez nascer os conceitos de “Oriente” e “Ocidente”: “A partir do século XII, a Europa é uma realidade unitária que possui a mesma extensão da cristandade latina. Mas sua unidade não é política. O espaço latino era um aglomerado de entidades de diversas dimensões, sujeitas a poderes de estatuto varável, reunidos ou divididos segundo estratégias dinásticas, cujas relações gerais não se deixavam encerrar em nenhuma fórmula geral”.³⁶⁷

Só na era moderna a *christianitas* passou a ser definida em termos mundiais: “O evento que, mais que nenhum outro, pôs em discussão o conceito segundo o qual os cristãos eram membros de um clube que se identificava com a Europa foi a Reforma que, a partir da terceira década do século XVI, dividiu a cristandade não ortodoxa em áreas católica e protestante, cada uma das quais promovendo uma sincera e tirânica campanha de renovação da fé, da conduta moral, da prática religiosa. Na década de 1560, Calvino, o mais rígido dos promotores da Reforma, de seu observatório de Genebra contemplava o embate resumindo o escopo político-social dessa fratura

³⁶⁷ Krzysztof Pomian *L'Europa e le sue Nazioni*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1990, p. 50.

irreversível com a expressão *Europae Concussio* – a concussão da Europa, não do cristianismo”.³⁶⁸

O anacronismo consistente em projetar a “Europa” contemporânea para o passado remoto, fazendo dela uma espécie de abstração histórico-metafísica, se encontra, em geral, ao serviço da proclamação da *superioridade* (não da *diferença*) da civilização “europeia” (ou ocidental, considerando-se sua projeção americana), uma “superioridade” cuja natureza e função históricas raramente são explicitadas. De modo geral, os autores que defendem esse tipo de abordagem são eles próprios europeus ou, mais precisamente, franceses, o que tem a ver com a história francesa do século XIX e com sua pretensão de representar Europa, que representaria, por sua vez, o próprio mundo civilizado. Não é esse, porém, o caso da anatomia humana que explica a do macaco, pois a própria linhagem histórica “europeia” suposta é o produto de uma manipulação ou, pelo menos, de uma deturpação. Um autor influente, Louis Rougier, proclamou que 25 séculos de “civilização europeia” teriam provado que “só ela se afirmou como perpetuamente ascendente, enquanto as outras cresceram, se espraíram, culminaram, e depois declinaram e periclitarão”.³⁶⁹ Houve assim outras civilizações, mas sem a “vitalidade” europeia (que permitiu à Europa, segundo esse autor paradigmático, superar sua *bête noire* obscurantista importada do Oriente, o cristianismo).

Esse resultado seria devido à mentalidade especial dos europeus, simbolizada pelos mitos de Prometeu e do Fausto, uma mentalidade inimiga do dogmatismo e esforçada em compreender o mundo para melhor agir sobre ele, o que caracterizaria a tendência para o raciocínio abstrato, o gosto pela superação, o desejo de progresso, “o senso agudo da liberdade e o respeito do indivíduo”, que seriam

³⁶⁸ John Hale. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994, p. 9.

³⁶⁹ Louis Rougier. *Le Génie de l'Occident*. Paris, Robert Laffont, 1969. Segundo outro autor (menor), Europa, “isto é, o pensamento crítico”, seria a única a ter “revelado (sic) às outras sociedades que a solução à existência humana não existe”, propondo um “eurocentrismo paradoxal, que leva os ocidentais para o exterior sem os obrigar a se negarem”: o fato de que alguns assim o façam (os “terceiro-mundistas”) seria o produto de um “ódio de si próprio” (Pascal Bruckner. *Le Sanglot de l'Homme Blanc*. Tiers-Monde, culpabilité, haine de soi. Paris, Seuil, 1983).

exclusivamente europeus, pelo menos na sua origem. O raciocínio se apoia numa suposta continuidade histórica linear e exclusiva entre a Grécia do século de Péricles e as potências europeias (ou “ocidentais”) *qui est toute à démontrer*, suposição baseada num “milagre grego” fundador, de origem indeterminada, e também num igualmente suposto monopólio europeu da apropriação e continuidade histórica do dito “milagre” (um termo de óbvia ressonância religiosa), que fez alguém chamar à primeira estrofe da *Ilíada* homérica de “primeira palavra da Europa” ...³⁷⁰

Émile Bréhier, num diapasão levemente diverso mas semelhante, definiu o helenismo, a lei romana e o cristianismo, como bases da “civilização europeia”, ressaltando, porém, que eles foram preservados durante a Idade Média, não na Europa ocidental, mas no “oriental” Império Bizantino, “cuja filosofia foi a forma cristã do pensamento, a razão e o espírito da Grécia”.³⁷¹ Para Louis Rougier, pagão (que não ateu), diversamente, a base da superioridade da civilização ocidental se encontraria na sua “convicção profunda de que a via da salvação reside no Conhecimento” (com “C”) do qual Europa teria tido o monopólio moderno.³⁷² O respeito do “indivíduo”

³⁷⁰ Peter Sloterdijk. *Op. Cit.*, p. 9. O autor deveria levar em conta, pelo menos, que a Grécia de Homero não chegava só até o Bósforo. O império de Alexandre atingiu a Babilônia (o Iraque) e Persépolis (na Pérsia, o atual Irã), onde também deixou marcas de sua presença (e vice-versa)

³⁷¹ Basil Tatakis. *Byzantine Philosophy*. Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.

³⁷² Com consequências políticas para nada misteriosas: Samuel P. Huntington escreveu um texto polêmico, *Clash of Civilizations*, onde defendeu o conceito de uma ordem mundial baseada no conflito entre civilizações originado pelas diferenças culturais. Huntington defendeu que os valores tidos como basilares do Ocidente têm pouca projeção ou aceitação junto às outras “civilizações”, pelo que o Ocidente deveria estar preparado para defendê-los, quer dizer, preparado para um conflito mundial radicado nas diferenças “civilizacionais”: “A ideia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os Estados-Nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a política mundial. As linhas divisórias entre

na Europa só se firmou, por outro lado, no período das revoluções democráticas e dos “direitos do homem”, depois de séculos de massacres internos e de falta de respeito “europeu” pelos indivíduos (e, sobretudo, as coletividades) do mundo não europeu, desrespeito que continuou bem depois de proclamados os direitos individuais na Europa.

A igualdade jurídico-formal dos cidadãos foi introduzida paralela e internamente ao modo de produção capitalista através de duas determinações econômicas. Acima de tudo, na forma do mercado, essa igualdade aparece representada na troca que parece justa em cada mercado, e também no mercado de trabalho. Na *aparência* da produção, a mesma igualdade formal da troca econômica aparece na apresentação do trabalho como um “serviço” produtivo entre outros. A categoria de “serviço” atribuída ao trabalho, junto a homólogos serviços fornecidos pela terra e pelo capital, é realizada sem referência alguma à propriedade dos três “fatores de produção”. Europa foi o berço dos “direitos humanos” por ter sido também o berço das modernas relações capitalistas e das aparências ideológicas que lhe são próprias. A “expansão europeia” foi *a forma* que adotou a tendência para a unificação geográfica e econômica (depois política e social) do mundo.

Ela gerou a ideia da superioridade mundial europeia e/ou cristã e transformou-a em sua ideologia, transformada depois num anacronismo e, finalmente, em um preconceito ignorante, que abstraiu Europa da história para introduzi-la no *mito*, respaldado por alguns historiadores de destaque: “Europa encontrou na sua história tradições para responder à maior parte dos desafios do mundo moderno, incluso quando esses desafios adquiriram formas e potências até então desconhecidas. Desde o fim da Idade Média, Europa conheceu esse risco e desde então manifestou seus remédios. O contrapeso da ética (ciência sem conhecimento é a ruína da alma) e a subordinação da dimensão econômica e tecnológica à política no quadro do bem comum mantiveram em alta o orgulho *prometeico*”.³⁷³ No mesmo registro, para Raymond Aron

as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro” (Samuel P. Huntington. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998).

³⁷³ Jacques Le Goff. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994, p. 60. Para Le Goff, “Europa foi o berço original da razão

o ideal da modernidade foi “a ambição *prometeica* de sermos senhores e possuidores da natureza mediante a ciência e a técnica”.³⁷⁴ David Landes chamou o deslanche industrial europeu de “*Prometeu Desacorrentado*”.³⁷⁵ O apelo para um mito fundador como base para um processo histórico não é casual numa hipótese em que se prescinde de fundamento histórico comprovado. A insistência em uma espécie de força vital originada no mito (prometeico), ou em qualquer outra raiz “cultural”, não faz jus ao esforço dos historiadores na elucidação da questão.

A expansão mundial europeia foi dinamizada por mitos? Certamente, não pelo mito pagão-prometeico, mas por mitos religiosos cristãos (como o do lendário rei cristão Prestes João, com seus supostos domínios situados alternativamente nas Índias Orientais ou no chifre da África), “obsessão, sonho e esperança do Ocidente durante vários séculos” (Jacques Heers), um “rei” em quem se pensava como um potencial e poderoso aliado contra os reinos “infiéis” do Oriente; ou também pela expectativa de maravilhas naturais, que eram, porém, pensadas como fontes de eventuais ganhos comerciais, assim como o mito de Eldorado (isto é, o mito do nada mítico ouro) impulsionou os conquistadores espanhóis pelo interior da América do Sul, incluído o lendário Lope de Aguirre (apelidado “cólera de Deus” por sua falta de respeito pelos direitos e pela pessoa de quem quer que fosse).

Dentro desse invólucro “mitológico” avançava um pensamento científico, econômico e político-estratégico: “Depois de dois séculos, no Ocidente, especialmente na França e na Inglaterra, em consequência da curiosidade imperante, começaram a se multiplicar as obras enciclopédicas que

na Grécia antiga”, o que é dito sem mais provas do que a própria afirmação.

³⁷⁴ Raymond Aron. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977; obra onde o autor, curiosamente, qualifica de “mitos” as análises marxistas. Lembremos que na mitologia grega, Prometeu, um titã, roubou o fogo de Zeus e dos deuses olímpicos para dá-lo à humanidade, despertando a ira de Zeus, que pretendia manter sua ordem numa humanidade submissa. O castigo de Prometeu foi ser acorrentado a uma rocha, onde diariamente uma águia devorava seu fígado, que sempre se regenerava, num sofrimento infinito.

³⁷⁵ Davis S. Landes. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

procuravam continuar ou transcrever a herança dos antigos. Como *num primeiro humanismo*, houve um extraordinário florescimento de textos didáticos, manuais e dicionários, que se apoiavam fundamentalmente nas autoridades e nas tradições, mas que em nenhum momento pretendiam contradizer ou questionar as verdades admitidas, ou seja, o fundo de fábulas ou maravilhas que faziam parte da bagagem cultural da época. Trata-se de um aspecto da mentalidade coletiva que hoje rejeitamos como um signo de obscurantismo; naquele tempo, a investigação dos conhecimentos se acomodava muito bem com a crença em coisas maravilhosas”.³⁷⁶

Os primeiros “enciclopedistas” avançaram no conhecimento buscando monstros nunca antes vistos (suas feições imaginárias povoaram os ornamentos externos das catedrais góticas e as primeiras cartas oceânicas) ou terras de riquezas desconhecidas e inesgotáveis, assim como a química moderna avançou a partir da alquimia (na qual Isaac Newton acreditava de pés juntos).

A formulação política contemporânea da Europa unificada prescindiu de um fundamento religioso (judaico-cristão), reforçando, no seu projeto de constituição comum (de 2003) a singularidade (superior) de Europa sobre outras bases: “Europa é um continente portador de civilidade; seus habitantes, reunidos por ondas sucessivas desde a alvorada da humanidade, desenvolveram os valores que estão na base do humanismo: igualdade entre os seres humanos, liberdade, respeito da razão”.³⁷⁷ A defesa da *igualdade* humana é realizada,

³⁷⁶ Jacques Heers. *Marco Polo*. Barcelona, Folio, 2004, p. 272.

³⁷⁷ Gabriella Galante. La questione delle radici giudaico-cristiane nel prisma dell'integrazione europea. In: Giuseppe Marazzita. *Il Processo di Integrazione Europea dopo il Trattato di Lisbona*. Roma, Edizioni Scientifiche Italiane, 2012. Cf. também J. H. H. Weiller. *Un'Europa Cristiana*. Milão, Mondadori, 2003. Pretender fundamentar a “identidade europeia” no cristianismo, uma ideia adequada aos tempos das guerras de religião, é ignorar que este nasceu de uma cisão do judaísmo nascido, por sua vez, na “oriental” Palestina, sendo este, por sua vez, herdeiro não declarado de outras sínteses religiosas mais “orientais” ainda (o zoroastrismo persa e as antigas mitologias da Mesopotâmia, retomadas largamente no Antigo Testamento). Dizer que se trata só do cristianismo de Paulo (o da “carta aos romanos”), não daquele de Jesus (personagem provavelmente mítico, afinal) não resolve nada, pois esse cristianismo primitivo converteu antes os povos da Etiópia (berço do *homo sapiens*, europeus incluídos), e alguns

assim, com argumentos que proclamam, simultaneamente, a *superioridade* europeia, ignorando, de passagem, todas as contribuições “não europeias” para o humanismo renascentista.³⁷⁸

Como sair dessa quadratura do círculo? Da única maneira possível: através da história real, ou seja, não mítica, mas que também seja capaz de explicar os mitos. A história do nascimento e expansão mundial da Europa moderna se identifica com a história da *acumulação originária de capital*, e somente pode ser compreendida a partir dela. Durante a Idade Média, Europa ocidental era uma região relativamente pobre e ameaçada por outros impérios.³⁷⁹ Por que ela “deslanchou” industrialmente à frente das outras? Por que o capitalismo não floresceu primeiro em outras regiões do mundo? Para Fernand Braudel, pesou a superioridade de algumas das instituições econômicas europeias (as bolsas de valores e as diversas formas de crédito, que facilitaram o desenvolvimento do capital comercial). Em *Civilização e Capitalismo*, Braudel apontou, por exemplo, como causa do atraso chinês a ausência de um sistema monetário complexo, sem operações cambiais, contrastando

povos eslavos, antes de se impor no “ocidental-europeu” Império Romano, que se estendia nas duas margens do Mediterrâneo, incluídas África do Norte, Ásia Menor e Oriente Médio, excluindo a maioria das regiões (e populações) da atual Europa (a Europa do Norte, a do Leste, a *Mitteleuropa*, e boa parte dos povos da Europa do Sul), povoadas por “povos bárbaros”. A maioria das *nações* da atual Europa foram convertidas ao cristianismo tardiamente. Para não falar dos povos atuais da Europa, que resultaram de uma intensa mistura étnico-migratória posterior a essa conversão (conceito, ademais, referido a adoção dessa religião pelo *Estado*, não pelo povo).

³⁷⁸ Cf. Jack Goody. *Rinascimenti*. Uno o molti? Roma, Donzelli, 2010.

³⁷⁹ A Europa não é um continente geográfico, separado da Ásia, da qual constitui uma grande península (o continente geográfico é a Eurásia): ela é um continente histórico. Na Alta Idade Média, nada indicava que os (proto) “europeus” pudessem dominar o mundo. Divididos em dois impérios mais importantes, o Carolíngio e o Bizantino, e em vários reinos bárbaros, logo viram os mulçumanos à sua porta: no século VII, estes já dominavam a maior parte da península ibérica. Séculos depois, Europa sofreu invasões de turcos e mongóis. Foi o (sangrento) processo interno consecutivo ao igualmente sangrento afastamento do perigo externo que permitiu a reviravolta que transformou os dominados (ou muito ameaçados de sê-lo) de outrora, os europeus, em dominantes do mundo.

com Europa, em cuja Idade Média esse sistema se desenvolveu, determinado pelas necessidades comerciais renascentes entre as sociedades europeias, e entre estas e o mundo muçulmano. Enfim, não há dúvidas de que causas religiosas (ideológicas), segundo autores inspirados em Max Weber, também se fizeram valer, e certamente não existe mudança histórica sem ideologias.

A secularização europeia, base sobre a qual se apoiou o domínio crescente das forças naturais e, a partir da produção de armas e técnicas militares avançadas, o domínio de “civilizações” definidas como rivais (pela expansão das potências econômicas e militares da Europa) não foi, porém, um processo inevitável inscrito num *continuum* de 25 séculos, mas uma história de contradições e lutas cujo resultado não estava dado de antemão pela “longa duração” do “gênio ocidental (ou europeu)”: “A secularização não aparece com o fenômeno complexo que estrutura o mercado capitalista: é anterior a ele. Mas as raízes de sua difusão massiva afundam nele”;³⁸⁰ “O momento e o local nos quais se detecta a vantagem europeia são motivos de grandes desacordos entre os historiadores da economia”; o problema consiste em que o próprio autor citado não toma partido nessa controvérsia, concluindo eclética e salomonicamente por perguntar-se “se realmente precisamos do conceito de capitalismo”,³⁸¹ uma operação intelectual certamente tão válida e útil quanto eliminar a noção de realidade.

As bases do mercado (mundial) capitalista foram criadas pela expansão *comercial* (interna e externa) de Europa; essa expansão poderia ter simplesmente recuado (como já acontecera com as rotas comerciais e de comunicação do Império Romano, ou com a expansão da civilização islâmica ou de outras) se transformações na esfera *interna* da *produção* não tivessem lhe fornecido o motor de sua ampliação *tendencialmente* contínua.

A chamada “expansão europeia” iniciou-se na Baixa Idade Média ou, nas palavras de Pierre Chaunu, “tudo começa na Itália do século XI”: “Saindo do Mediterrâneo para o

³⁸⁰ Rubén Zorrilla. *Historia Social de Occidente*. Origen y formación de la sociedade moderna. Buenos Aires, Need, 1997, p. 253.

³⁸¹ Jack Goody. *O Roubo da História*. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo, Contexto, 2008, pp. 235-242.

Atlântico, pelo caminho marítimo, o comércio italiano muda de registro. A anexação a seu domínio, até então estreitamente mediterrâneo e oriental, do grande comércio marítimo do Norte, em plena mudança de crescimento é, *mutatis mutandis*, a anexação de uma América. Para fazer frente a esta mudança dimensional, é necessário adaptar os meios existentes e inventar outros. Eis um conjunto de técnicas em que *a cristandade latina precede o resto do mundo, inclusive a China*. Se se quiser, isto se chama a revolução do mais antigo capitalismo comercial... O século XI italiano instalou os instrumentos mais rudimentares do capitalismo comercial. Ao lado do imemorial empréstimo sob penhora e do câmbio de moedas, a comandita foi comprovada em Veneza por um texto de 976. São numerosos os contratos de parceria conservados desde o século XI. Para o grande comércio havia o empréstimo marítimo, ou o de pesados riscos que onera com eles o prestamista de fundos, esse pré-capitalista... A primeira regra é a do *salva eunte navi*. Ela lança o risco sobre o comanditário capitalista... numa sociedade feita entre um capitalista que fornece todo o capital sem se deslocar e um comerciante que se desloca sem entrar com nenhum capital, operação geralmente chamada de comandita”.

Nessa fase histórica, coincidiam na prática as figuras do comerciante e a figura do navegante com conhecimentos técnicos de ambas as atividades. No entanto: “A mudança técnica, mais importante do que a transformação da caravela, da bússola e do quadrante, chama-se banco de depósito, letra de câmbio, redes de mercadores cambistas, grandes companhias com sucursais, capitalismo português de Estado... [Houve] aumento do número de homens [na Europa], tal vez quadruplicação, do ano mil até 1350; pelo menos duplicação da produção por pessoa, decuplicação dos intercâmbios. Para seguir a tendência de tais necessidades, foi necessária uma reserva monetária quarenta vezes maior em 1300 do que por volta do ano mil. A Europa, no seu crescimento, correu atrás do metal monetário. Tal parece ser a razão profunda de *uma longa crise estrutural que é um sinal de saúde*. Há outras razões para essa crise: o déficit crônico (do período helenístico à aurora da Revolução Industrial) dos intercâmbios entre a bacia do Mediterrâneo e o distante oriente, um movimento que por dois mil anos levou o precioso metal (primeiro a prata e depois o ouro) do Oeste para o Leste...

“De 1000 a 1500, as duas partes do mundo mediterrâneo (cristandade-Europa; Império Bizantino e mundo

muçulmano) pertencem a dois universos monetários opostos, no entanto, estreitamente solidários. Há cunhagem da prata no Oeste, com exclusão do ouro; a Leste, cunhagem do ouro, com exclusão da prata... *A grande permuta do século XIII* [é precedida pela] dupla escassez [que] passa por um paroxismo no século XII. A partir do último quartel deste século, observam-se os primeiros sinais de uma inversão de tendência... O ouro e a prata não são metais intercambiáveis. A preferência dada a um o outro é cheia de significado. O ouro leva o estandarte de uma economia ambiciosa, a prata põe em ebulição a estreiteza de uma economia regional, talvez mais sólida, porém mais modesta”.³⁸² “Europa” foi, antes do mais, a região da economia do ouro, que impulsionou o capitalismo; o Oriente do Mediterrâneo ficou simultaneamente estagnado, como uma “economia regional”.

A expansão comercial europeia, assim, diferenciou-se qualitativamente dos grandes circuitos econômicos precedentes. Foi a “cultura europeia” o motor desse processo? Para Jacques Le Goff, Europa conseguiu aproveitar “as técnicas, as ciências e a filosofia que os árabes *haviam herdado* dos gregos, indianos, persas, egípcios e judeus. Essas contribuições permitiram à Europa ocidental, que soube adaptá-las, assimilá-las, recriá-las e encontrar dentro de si outros recursos, realizar o extraordinário desenvolvimento que na Idade Média lhe permitiu superar a potência e igualar a civilidade das grandes áreas político-culturais chinesa, indiana, muçulmana e bizantina”,³⁸³ uma enumeração em que a cultura aparece como o motor da história, em que os árabes ficam reduzidos a meros herdeiros e transmissores culturais em benefício de um mundo que teve o gênio europeu por demiurgo, e da qual está ausente, sintomaticamente, a América (sem a qual a Europa moderna seria incompreensível, pois simplesmente não teria existido).

Ao longo do período compreendido entre os séculos VI e XI Europa quase só conheceu o comércio de curta distância, em que não existia relação mensurável entre abundância e escassez, estas provocadas por fenômenos basicamente extra econômicos (variações de clima, pestes, guerras). A partir do século XI houve a abertura de rotas de comércio entre Oriente e “Itália” (especialmente as cidades de Amalfi e Veneza) e de

³⁸² Pierre Chaunu. *Expansão Europeia do Século XIII ao XV*. São Paulo, Pioneira, 1975, pp. 238-243.

³⁸³ Jacques Le Goff. *Op. Cit.*

Itália para toda a Europa. O comércio via cidades marinheiras italianas irradiou e impactou outras regiões europeias. As cidades italianas cresceram por meio de tratados econômicos tanto com potências cristãs como muçulmanas. Pisa e Gênova concentraram o comércio com o Oriente, enfrentando a presença veneziana em Constantinopla. As Cruzadas, nos séculos sucessivos, beneficiadas pelo poder marítimo das cidades-estados italianas, abriram uma nova fase no comércio europeu ocidental, da qual não haveria retorno. Assim, na Idade Média europeia apareceram algumas formas protocapitalistas, que amadureceram em diferentes formações econômico-sociais e emergiram como *capital* antes de despontar a era capitalista: o capital usurário e o capital mercantil, com uma relação quase sempre externa com o modo de produção, ainda independente do comércio e relativamente intocado pelo capital.

O comerciante era apenas “o homem que removia os artigos produzidos pelas guildas ou pelos camponeses”, para ganhar com as diferenças de preços existentes entre as diversas zonas produtoras. O *judeu* europeu, privado da posse ou propriedade da terra, foi confinado a essa função, razão pela qual Werner Sombart lhe atribuiu impropriamente a paternidade do capitalismo. O judeu, na Europa, teve o papel de “nômade funcional” que em outras latitudes foi assumido por outros povos: “São grupos de produtores não primários, especializados no fornecimento de bens e serviços às populações agrícolas ou pastoris circundantes. Seu principal recurso é o capital humano, não os frutos da natureza, e são todos expertos em ‘política externa’. São todos também dignos descendentes de Hermes (Mercúrio), o deus de todos os que não praticam a criação, nem o trabalho agrícola, nem os ofícios da espada; o patrão dos transgressores de normas, dos atacadistas de fronteira e dos intermediários; o protetor dos que vivem de sua agilidade de espírito, de seus talentos e de sua arte”.³⁸⁴ A particularidade (e, no século XX, a desgraça única) do judeu teria sido, para o autor citado, a de assumir esse papel no continente que foi o berço do capitalismo, a Europa.

No início do novo milênio, no século XI, Europa oriental viu-se ocupada pelos otomanos. Paralelamente, a China tinha uma civilização brilhante, pioneira em inúmeras descobertas científicas (como a bússola, o astrolábio, a pólvora,

³⁸⁴ Yuri Slezkine. *Op. Cit.*, p. 20.

o papel, a imprensa, etc.). Nesse momento inicial de seu “deslanche”, Europa ocidental era ainda uma região pobre e ameaçada por outros povos. Novamente, por que deslanchou à frente das outras? Constatase que certas premissas do capitalismo foram observadas na Europa e não em outros lugares, mas isso não responde por que tais premissas não surgiram em outras regiões. O surgimento do capital, no interior do feudalismo europeu, foi inerente à expansão de mercados que antes eram apenas locais. O comércio de longa distância com o Oriente, simbolizado pela lendária viagem oriental de Marco Polo, foi uma primeira fase dessa expansão, na qual coube um papel central à (ainda inexistente) Itália: as cidades-estados italianas se caracterizaram mais pelo desenvolvimento das suas atividades mercantis do que pela sua própria indústria. Marco Polo, qualquer que seja a percentual de verdade e a de fabulação de suas obras literárias, era antes do mais um (entre muitos outros) comerciante veneziano.

Havia colônias de comerciantes italianos em todas as cidades situadas entre Londres e Alexandria (inclusive nas principais cidades ibéricas, o que, como veremos, seria um fator importante no início dos empreendimentos ultramarinos de Espanha e Portugal). Na primeira metade do século XIV, viagens de comerciantes “italianos” pela Ásia, a partir do Mar Negro até a China, eram habituais. O “Oriente” era então bem menos misterioso do que o seria depois que o Império Otomano elevou uma muralha para os deslocamentos asiáticos dos europeus, no Leste mediterrâneo. O Norte da África estava dentro da esfera do comércio italiano como fornecedor de ouro. Havia rotas comerciais regulares tri continentais (Ásia-África-Europa). Gênova tentou a circunavegação da África dois séculos antes que os portugueses o fizessem, mas sem sucesso. Em 1277, essa cidade estabeleceu relações comerciais regulares com o Nordeste europeu, atravessando o estreito de Gibraltar.

O transporte marítimo era mais barato e eficiente do que o baseado em carruagens e animais de carga. Veneza seguiu, logo depois, o exemplo genovês. A característica peninsular de Itália favoreceu a vocação marítima de suas cidades (três séculos depois, não uma península, mas uma ínsula, a Inglaterra, levaria essa vocação até as últimas consequências, mas baseada em um poderoso desenvolvimento produtivo interno e em uma forte unidade estatal-nacional, que o possibilitou, e dos quais Itália carecia).

Um fator de significativa ampliação de mercados, conectado ao aumento extensivo contínuo da produção de mercadorias voltada a eles, foi a formação dos estados territoriais, entre os séculos XIV e XVI. Portugal, em 1387, criou o imposto de sisa, o primeiro imposto “nacional” da Europa. Esses estados, no entanto, não eram nacionais, no sentido atual da palavra. A Espanha dos Reis Católicos (1492), Fernando e Isabel, não era ainda uma nação, mas uma união dinástica. A França do século XVI era um território com vários “países franceses”, com algumas tradições comuns, mas onde estava ausente uma consciência e uma unidade nacional: era o monarca que representava a unidade do território. As justificativas para isso eram místicas: o corpo espiritual e o corpo real do rei simbolizavam a unidade e continuidade da França (depois de sua morte, fragmentos do corpo eram conservados como relíquias).³⁸⁵

A formação dessas unidades territoriais serviu aos interesses dos primeiros capitalistas. O comércio levou vantagem com um mercado unificado maior, com leis comuns, moeda, pesos e medidas estabelecidos pelo Estado, com uma segurança oriunda do rei, que paulatinamente foi adquirindo o monopólio do uso de toda violência, impedindo assim que os cidadãos se vissem objeto da arbitrariedade de senhores locais. Mas a expansão do capital comercial exclusivamente dentro dessas fronteiras territoriais não teria bastado para consolidar um novo modo de produção; ele precisava de um cenário econômico mais amplo.

Foi o cenário econômico *mundial* a mola mestra para a impulsão do capitalismo *industrial*: “A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias, imprimiram um impulso desconhecido até então ao comércio, à indústria, à navegação, e desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que ela era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes

³⁸⁵

Marc Bolch. *Les Rois Thaumatourges*. Paris, Gallimard, 1983.

corporações desapareceu diante de divisão do trabalho dentro de própria oficina (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas, se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média”.³⁸⁶

O processo mostrou que as atividades continuadas e diversificadas de comércio internacional, a partir de cidades e regiões situadas na Europa, os sofisticados mercados de câmbio e a ampla gama de atividades levadas adiante por mercadores-banqueiros, indicavam já desde o século XI a existência de uma vida econômica que cada dia superava os limites regionais, e eram fenômenos que já haviam demonstrado sua capacidade de expansão. O capitalismo (certamente europeu, na sua origem), porém, não foi o produto da simples expansão da produção mercantil e do comércio internacional precedente; seu nascimento pressupôs a reunião prévia de suas precondições históricas. Por *acumulação originária (ou primitiva) de capital* entende-se o processo histórico de separação dos produtores dos meios de produção (ou “a separação dos trabalhadores das condições de realização de seu trabalho”) e de concentração de *valores* (massas monetárias e/ou metais preciosos passíveis de se transformarem em tais) suscetíveis de serem transformados em *capital*. Ela não consistiu simplesmente na proletarianização de alguns setores da população ou na destruição dos ressaibos de modos de produção pré-capitalistas: a categoria de acumulação originária se refere ao processo de surgimento do capitalismo, ao parto ou ato de nascimento desse modo de produção como um todo.

Tratou-se de um fenômeno global-universal, ainda que constituído de uma enorme quantidade de singularidades. Marx colocou a questão da seguinte forma: “A acumulação do capital pressupõe a mais valia, a produção capitalista, e esta a pré-existência de massas de capitais relativamente grandes em mãos dos produtores das mercadorias. Todo o processo, pois, parece girar em um círculo vicioso do qual podemos sair

³⁸⁶ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.

apenas supondo uma acumulação 'originária' prévia à 'acumulação capitalista' (*previous accumulation*, segundo Adam Smith), uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida". A separação dos produtores dos meios de produção assumiu sua forma "clássica" na Inglaterra, onde a ruptura entre o rei Henrique VIII e o papa Clemente VII deu novo impulso ao processo de expropriação dos camponeses. As terras da igreja foram confiscadas, seus trabalhadores expulsos, e, depois da intervenção militar na França (1543), vendidas para arrecadar recursos para o Estado. Todo esse processo ficou conhecido como «cercamentos» das terras comunais, ou seja, a apropriação privada de um bem público desde tempos imemoriais. Isso não ocorreu apenas no século XVI. O processo começou antes, e se estendeu até meados do século XIX.

A nascente economia política, porém, velou as origens do processo através de uma "robinsonada" teo-teleológica: "A acumulação primitiva desempenha, em economia política, mais ou menos o mesmo papel que o pecado original desempenhou em Teologia. Adão comeu a maçã e, desde então, o pecado recaiu sobre a raça humana. Admite-se que a origem dessa história seja apenas uma anedota do passado. Há muito tempo atrás, havia duas espécies de pessoas: umas diligentes, inteligentes e, acima de tudo, formadoras de uma elite frugal; outras eram velhacas, preguiçosas, que gastavam tudo o que tinham levando uma vida devassa. O primeiro tipo de pessoa acumulou riqueza e o segundo tipo só tinha sua pele para vender. Desse pecado original é que veio a pobreza da grande maioria que, apesar de todo o seu trabalho, até agora continua nada tendo para vender, a não ser ela própria, bem como a riqueza de uns poucos, que aumenta sempre. Na história concreta, é visível que a conquista, a escravidão, o roubo, o assassinato, em suma, a força, é que entram em cena. Os métodos de acumulação primitiva nada têm de poéticos".³⁸⁷

O capital mercantil começou a vincular-se ao modo de produção, em parte para explorá-lo de modo mais eficiente, ou para transformá-lo no interesse de lucros maiores ou de mercados mais amplos. Essa mudança seguiu dois caminhos alternativos. No primeiro, "o realmente revolucionário" segundo Marx, uma parte dos produtores (urbanos ou rurais) acumulou capital e passou a exercer também funções

387

Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Seção VII.

comerciais, contratar empregados, começando a organizar a produção sobre bases capitalistas, livres das restrições artesanais das guildas. No segundo, uma parte da classe comercial existente começou a “tomar posse diretamente da produção”, servindo historicamente como um estágio de transição, mas tornou-se finalmente “um obstáculo ao modo de produção realmente capitalista, declinando com o desenvolvimento deste último”. Nesse quadro histórico de transição, na Europa ocidental, surgiu a distinção entre *posse* e *propriedade*, postulada por juristas pandectistas alemães, que seria depois a base jurídica da *propriedade privada burguesa*, forma de propriedade caracterizada pelo seu caráter alienável e comerciável.

Quando se diz que a lógica do capital mercantil passou a imperar no fim da Idade Média, deve-se atentar para o fato de que isso só ocorreu numa pequena franja da Europa ocidental: o capital expandiu-se a partir de uma estreita faixa de terra cujo dinamismo, certamente, não se explica por fatores exclusivamente econômicos. Durante a época medieval (feudal), na Europa, predominou, em geral, a unidade orgânica da exploração econômica com a coerção político-legal: sobre a base de uma incipiente divisão social do trabalho, a classe proprietária da terra extraia o excedente econômico da classe trabalhadora camponesa (que mantinha a posse direta dos meios de produção) mediante o recurso extra econômico da violência direta. A nobreza medieval não tinha a posse direta da terra nem dirigia diretamente o processo produtivo, em um ambiente de divisão do trabalho pouco desenvolvido e prioritariamente voltado à produção de valores de uso, onde a *forma mercadoria* apenas se esboçava nas margens do sistema.

Por volta de 1500, mais de 90% do consumo do camponês europeu provinha de um círculo de cinco quilômetros de rádio ao redor de sua moradia. Só 1% do grão produzido na Europa deslocava-se para mercados situados a uma distância considerável. O acesso às feiras era feito a pé, por isso elas nunca se encontravam a mais de 40 quilômetros da casa do feirante. As comunidades medievais ocupavam, em média, uma superfície de doze quilômetros quadrados. A violência das armas da nobreza protegia e garantia a propriedade fundiária da classe dominante, que não atuava economicamente na produção direta da vida material da sociedade. Extração do excedente econômico e proteção da propriedade fundiária eram realizadas mediante o uso da

violência pela classe proprietária da terra. O “Estado” feudal coincidia de fato com a classe nobiliária armada. A função social da guerra medieval fundava-se na necessidade de incremento do excedente econômico pela expansão territorial e pelo acréscimo da propriedade fundiária.

A riqueza fundamental na Idade Média era a propriedade da terra, e esta só podia ser aumentada mediante a conquista, a violência era *permanente*.³⁸⁸ “Os termos guerra e paz não são adequados para retratar o mundo medieval. Ainda que possam ser encontrados na análise histórica, essa oposição esconde uma falácia. Trata-se de uma sociedade onde os antagonismos são tão marcados, onde as bruscas mudanças não rompem com a ordem estabelecida, mas, ao contrário, se interpenetram de tal maneira que é impossível dissociá-los sem anular o frágil equilíbrio existente. Violência é o conceito que reveste melhor essa sociedade. A violência é inerente às relações sócio- políticas medievais; produtora e resultado da composição do bando armado, que através dela (ou em razão dela) impõe um domínio sobre a terra e seus produtores diretos, exercendo sua coerção extra econômica. Violento é o cotidiano, as formas de punição e justiça, as maneiras de se lavar a honra ofendida, violenta é a vida com seu sabor amargo”.

A guerra não era, portanto, uma atividade diferenciada, nem suscetível de alterar o modo de produção nem as relações de classe. Isso mudou decisivamente com o nascimento e expansão do modo de produção capitalista. A Idade Média europeia foi governada pelos que faziam a guerra ou detinham o monopólio da violência, o que era praticamente a mesma classe, e pelos que rezavam, não por aqueles que trabalhavam: “A aristocracia, classe dominante no Ocidente medieval, se caracterizava pelo *comando sobre os homens, o poder sobre a terra, e a atividade guerreira*”.³⁸⁹ A multissecular Guerra de Reconquista espanhola, as Cruzadas, e a Guerra dos Cem Anos, foram conflitos que tinham, obviamente, mais do que motivações religiosas. A função social da nobreza era guerrear, não possuía nenhuma outra. Nessas condições sociais e “políticas”, o

³⁸⁸ Carlos R. F. Nogueira. *Guerra e Paz na Idade Média*, texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

³⁸⁹ Jérôme Baschet. *La Civilisation Féodale*. De l’an mil à la colonisation de l’Amérique. Paris, Champs Histoire, 2006, p. 139.

capital-dinheiro, formado por meio da usura e do comércio, era ainda impedido de se transformar em capital industrial pelo sistema feudal no campo, e pela organização corporativa da produção na cidade.

Esses entraves caíram com a dissolução das vassalagens feudais, com a expropriação e expulsão parcial das populações rurais, e com a destruição dos privilégios corporativos, num processo de violência ainda maior, se considerado socialmente, do que o estado de “guerra permanente” característico do Medievo. A origem do modo de produção capitalista não esteve vinculada a uma “racionalização da divisão do trabalho social” impulsionada pelo setor esclarecido da sociedade, mas a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, processo que separou o produtor direto dos seus meios de produção e criou enormes massas de indigentes e desocupados, uma volumosa reserva de força de trabalho livre, disponível para ser “comprada”. Por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis, propiciou enormes oportunidades de enriquecimento para a parcela mais dinâmica e ambiciosa da burguesia.

Porque esse processo não aconteceu paralelamente em outras regiões do planeta? Segundo Enest Mandel: “Porque a agricultura mais avançada do Oriente levou a um maior incremento da população que tornou imperativas as obras de irrigação; por conseguinte, a centralização do excedente agrícola; por conseguinte, a debilidade política da burguesia; por conseguinte, a descontinuidade no processo de acumulação capitalista primitiva. No Ocidente, a menor produtividade do trabalho na agricultura, com uma população mais limitada, tornou possível a centralização do poder político, possibilitando assim a ascensão de uma burguesia politicamente mais poderosa, assim como uma grande inversão na acumulação de capital que, no século XV, passou de um processo descontínuo para um processo contínuo”.³⁹⁰ A centralização da violência em um Estado de abrangência territorial ampla (um “poder político centralizado”) e de raio de ação além de suas fronteiras foi condição para o surgimento do capitalismo.

O cruzadismo, a Guerra da Reconquista na Espanha e o avanço germânico em direção ao Leste europeu dinamizaram o

³⁹⁰

Apud André Gunder Frank. *Op. Cit.*, pp. 42-43.

comércio à longa distância, um dos fatores responsáveis pelo colapso econômico da estrutura feudal. Já no final do século XII, em algumas cidades francesas, “revolucionários” assumiram o controle dos edifícios protestando contra taxas, extorsões e restrições à sua liberdade de trabalhar e comerciar. Em que pese seu fracasso inicial, a ação deu lugar para uma onda de rumores e de terror acerca de novos movimentos desse tipo: os revolucionários eram, segundo o Papa, “os chamados burgueses” ou, nas palavras do arcebispo de Chateaufort, *potentiores burgenses*, os poderosos dos burgos. O capital comercial da Idade Média, porém, não buscava a destruição do sistema econômico dominante, mas apenas participar de uma parte da renda feudal operando a partir do intercâmbio desigual entre regiões e setores produtivos.

A continuidade incremental no processo de acumulação de capital foi garantida pelas transformações políticas operadas no Estado, em confronto com as novas realidades sociais e políticas: “As cidades não se desenvolveram apenas como ambientes ecologicamente distintos, como densos povoamentos dedicados a atividades produtivas e comerciais especificamente urbanas, mas também como entidades politicamente autônomas. A ascensão das cidades marcou o ingresso de uma nova força política num sistema até então dominado pelos dois parceiros da relação senhor-vassalo. (As cidades) afirmaram-se tipicamente – ou reafirmaram-se, após séculos de decadência e abandono – de um modo que era novidade, na medida em que envolveu a criação ou reativação política de centros de ação solidária por indivíduos sem ajuda e sem poder... como agregados formados e mantidos continuamente em ação pela fusão voluntária de vontades, e conjugação de recursos, de iguais igualmente desprovidos de poder. Uma instituição bárbara inspirou o acordo original e regulamentou sua execução... a ‘corporação’, a ‘confraria’. Nas áreas de línguas neolatinas, a natureza do acordo é melhor indicada pelo termo *communis* e seus derivados (que) indica uma consciência comum de interesses que suplantam qualquer poder individual e requerem a conjugação voluntária de recursos materiais e morais”.³⁹¹ A *comuna* imentou a base do novo poder social das classes burguesas comerciais.

A situação objetiva do mercador, unindo os polos de produção e de consumo, determinou a sua consciência social,

³⁹¹

Gianfranco Poggi. *Op. Cit.*, pp. 50-51.

dada por seu interesse em manter as condições pré-capitalistas em que se fundamentava o seu lucro, condições dadas pelo papel dos bens de prestígio no consumo senhorial, pelo regime corporativista da produção artesanal nos grêmios, pelo fracionamento da soberania política e pelo monopólio comercial: os burgueses que se rebelaram nos séculos XI e XII não alteraram o modo de produção, mas inscreviam-se nos parâmetros de reprodução do sistema feudal dominante.³⁹² Os combates pelas autonomias urbanas contra as autoridades eclesiásticas ensejaram um amplo repertório de estratégias anticlericais que aproximavam estes movimentos das heresias ocorridas a partir do ano 1000. E, depois de um recuo econômico e social transitório no século XIV, marcado na Europa pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e pela Peste Negra (1347-1350), que fez retroceder em termos absolutos a população europeia, e que poderia ter devolvido à Europa aos patamares econômicos da Alta Idade Média, a retomada comercial do continente experimentou um salto espetacular a partir do século XV.

A Peste Negra foi, paradoxalmente, um fator dinamizador da economia e das relações mercantis. Ela penetrou na Europa pela Sicília, em 1347, trazida por mercadores genoveses que fugiam de um cerco de tropas húngaro-mongóis (portadoras da doença) na Crimeia, eliminando rapidamente metade da população da ilha italiana. Espalhou-se pelo Norte da Itália em 1348, quando também atingiu o Norte da África. No final desse ano, alcançou a França e os países bérlicos. Em 1349, progredindo em razão de dez quilômetros por dia, atingiu Áustria, Hungria, Suíça, Alemanha, Holanda e Inglaterra. Estima-se que tenha dizimado entre um quarto e metade da população europeia, ou seja, entre 25 e 40 milhões de pessoas.

Com certeza, metade dos trabalhadores agrícolas europeus morreram: “Os sobreviventes viram um grande aumento dos ordenados, pois tinham agora a possibilidade de regatear os préstimos com os habitantes das cidades, que precisavam desesperadamente dos alimentos que apenas os servos produziam... A doença matou pessoas, mas não danificou a propriedade. Tudo que os mortos tinham possuído pertencia agora a outros. A nova riqueza dos sobreviventes

³⁹² Carlos Astarita. O conflito social no feudalismo. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro de 2012.

lançou-os numa das maiores fúrias gastadoras da história. Os últimos 25 anos do século XIV foram assim uma época de prosperidade. O consumismo desmedido foi alimentado pelo relaxamento da moral que se seguiu à epidemia. Quando estamos cercados pela morte não é fácil impor regras à família, aos vizinhos ou aos súditos”.³⁹³

Quem diz consumo diz comércio, portanto moeda e, portanto, metais preciosos, além de artigos de consumo. Nessa fase embrionária o capitalismo se identificava com o capital comercial, dominante na Europa do século XIV até o século XVIII, uma fase, porém, em que a burguesia mercante europeia começou sistematicamente a buscar riquezas em terras fora da Europa. Os comerciantes estavam à procura de ouro, prata, especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu: financiados por reis, nobres e banqueiros, começaram um ciclo de exploração cujo objetivo principal era o enriquecimento e o acúmulo de capital, com busca de lucros comerciais e uso cada vez maior de mão de obra assalariada, com moeda substituindo o sistema de trocas, relações incipientemente bancárias e financeiras, fortalecimento do poder econômico da burguesia em geral. Foi a partir do século XV que se acelerou a acumulação primitiva de capital na Inglaterra, onde havia uma legislação que congelava o valor das terras da nobreza: a nobreza enfraquecia economicamente, já que subia o preço do que consumia, enquanto sua renda continuava a mesma.

Entre os séculos XIV e XVI, os movimentos urbanos de revolta social continuaram, agora protagonizados por setores urbanos enriquecidos que tratavam de obter um lugar no patriciado para participar do governo das cidades. A par destas lutas, surgiram revoluções de outra natureza que, pela primeira vez, questionavam o modo de produção feudal. Foram dirigidas por proto “empresários” capitalistas e junto a elas tiveram lugar as lutas camponesas. Com estas manifestações teve início o longo ciclo de revoluções burguesas da Idade Moderna que geraram, finalmente, as duas classes antagonistas da sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado.

Giovanni Arrighi identificou quatro ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo.³⁹⁴ O primeiro foi o das cidades

³⁹³ Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 181.

³⁹⁴ Giovanni Arrighi. *O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.

italianas Gênova e Veneza (séculos XV a XVII), o segundo foi o holandês (séculos XVI a XVIII), o terceiro foi o britânico (séculos XVIII a XX) e o quarto o norte-americano (século XIX até os dias de hoje). Nos quatro casos, para esse autor, quando a expansão material atingiu o seu ápice, houve uma “financeirização” do modo de acumulação e a consequente queda do centro acumulador. Em Gênova, a *Casa di San Giorgio*, no século XV, era uma instituição privada dirigida por banqueiros que controlava as finanças públicas da cidade-estado, ou seja, controlava a *dívida pública*. O período situado entre os séculos XVI e XVIII foi o do chamado *mercantilismo*, conceito associado com a exploração geográfica mundial da “Era dos Descobrimentos” e a exploração dos novos territórios por mercadores, especialmente da Inglaterra e dos Países Baixos; com a colonização europeia da África e das Américas, e com o rápido crescimento no comércio externo dos países europeus.

O mercantilismo foi, além de uma política, um sistema teórico baseado na defesa do comércio com fins lucrativos, embora as mercadorias fossem ainda produzidas com base em um modo de produção não capitalista. Um dos aspectos da teoria mercantilista era o bulionismo, doutrina que salientava a importância de acumular metais preciosos. Os mercantilistas argumentavam que o Estado devia exportar mais bens do que importava, para que os estrangeiros tivessem que pagar a diferença em metais preciosos. Seus teóricos afirmavam que somente matérias-primas que não pudessem ser extraídas no próprio país deveriam ser importadas, e promoveram, a partir do governo, subsídios e concessão de monopólios comerciais a grupos de empreendedores, assim como tarifas protecionistas, para incentivar a produção nacional de bens manufaturados. Os “empresários” europeus, apoiados por controles, subsídios e monopólios estatais, realizavam ainda a maioria dos seus lucros a partir da compra e venda de mercadorias.

Segundo Francis Bacon, o objetivo do mercantilismo era “a abertura e o equilíbrio do comércio, o apreço dos fabricantes, o banimento da ociosidade, a repressão dos resíduos e excesso de leis suntuárias, a melhora e administração do solo; a regulamentação dos preços”. Práticas semelhantes de arregimentação econômica tinham começado nas cidades medievais. No mercantilismo, e com a ascensão contemporânea do absolutismo monárquico, o nascente *Estado* substituiu as corporações locais como regulador da economia. Antes disso, as

guildas funcionavam essencialmente como um cartel que monopolizava a quantidade de artesãos que poderiam exercer determinado ofício, valorizando seu “salário”.

Para Leo Huberman, o mercantilismo era “um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado num momento ou outro, num esforço para conseguir riqueza e poder. A Espanha foi no século XVI o país mais rico e poderoso do mundo. A resposta para isso estava na exploração do ouro e da prata”.³⁹⁵ Schumpeter reduziu as proposições mercantilistas a três preocupações principais: controle do câmbio, monopólio de exportação e saldo da balança comercial. Todos os processos mencionados tiveram por palco fundamental a Europa ocidental que foi, por isso, o centro histórico da acumulação capitalista primitiva sustentada e, depois, o centro de irradiação mundial do modo de produção capitalista.

A acumulação primitiva de capital, assim, se desenvolveu a partir de dois pressupostos intimamente vinculados: por um lado, a concentração de uma grande quantidade de recursos (sobretudo dinheiro e terras) na mão de um pequeno setor da sociedade, que futuramente viria a ser a burguesia; pelo outro, pela formação de um contingente de indivíduos que foram compulsoriamente despossuídos das terras de propriedade comunal (por meio da espoliação e dos cercamentos, realizados pela aliança da burguesia nascente com a chamada *gentry*, pequena e média nobreza feudal separada da aristocracia tradicional, e com o Estado absolutista inglês) e que, portanto, se viam obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Vejamos a questão com mais detalhe.

Porque esses processos se aceleraram inicialmente na Inglaterra? Ellen Meiksins Wood acentou o caráter de ruptura radical do capitalismo. Intercâmbio de mercadorias, mercados, progresso tecnológico, existiam muito antes do capitalismo, tão desenvolvidos ou mais do que na Europa em outras partes do mundo. Marx e outros autores sustentaram que o capitalismo nasceu, no entanto, na Inglaterra do século XVI, num país que não era especialmente rico nem densamente povoado. Os inícios do capitalismo se situam no campo, especificamente nas mudanças nas relações sociais de propriedade e na perda de poder político da nobreza, que conduziram a um tipo de mercado radicalmente novo. Mercados existiram quase desde

³⁹⁵ Leo Huberman. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo, LTC, 1986.

sempre, mas os mercados pré-capitalistas não dependiam da extração de mais-valia de produtores que não tinham nada além de sua força de trabalho para vender. Eles dependiam mais da circulação de bens, especialmente suntuários, de uma região para outra. Eles ofereciam oportunidades de enriquecimento para comerciantes holandeses ou florentinos; não impulsionavam, no entanto, nenhum ou quase nenhum aumento da produtividade, não condicionando a produção.

O capital é o criador da moderna propriedade fundiária, pois é ele responsável por promover a dissolução das relações de honra, tradição e interesse pessoal com a terra, para o mero interesse econômico, elevando-a a condição de mercadoria. O interesse econômico pela terra ocorre quando é possível auferir a renda fundiária, sendo esta a forma econômica da propriedade fundiária no capitalismo. Foi na Inglaterra do século XVI que começou a surgir um mercado que impunha de modo inexorável o aumento da produtividade da terra. A propriedade da terra estava nas mãos de grandes senhores, que a alugavam a meeiros e parceiros. O poder político daqueles tinha diminuído, em benefício da monarquia, o que impedia aos senhores da terra extrair benefícios da exploração dos camponeses pela força ou pela imposição de taxas. A propriedade de terra, no entanto, lhes conferia poder econômico. Os tradicionais aluguéis fixos foram sendo substituídos por aluguéis determinados pelo mercado, por aquilo que os camponeses poderiam pagar, ou pelo que poderiam pagar melhorando sua produtividade. Essas novas relações entre senhores e camponeses criaram na Inglaterra uma situação única na Europa (e no mundo).

A formação econômico-social de Portugal não era um sistema tipicamente feudal, sobretudo o estatuto da terra - a sesmaria - pois suas raízes não estavam ligadas a um passado arcaico ou decorrente de relações servis. A Coroa concentrava grande parte das terras e concedia seu domínio condicionado ao uso, sem, contudo, abrir brechas para o processo da criação da moderna propriedade territorial como pressuposto para a formação do mercado de trabalho, estimulando a transição para o capitalismo. Na Inglaterra, diversamente, a usurpação de terras ocorre conduzida pela nobreza fundiária e é apoiada pelos capitalistas que almejavam transformar a terra em uma mercadoria, possibilitando ampliar a área de exploração agrícola e intensificar o processo de proletarianização dos camponeses. Na Inglaterra, a concentração fundiária foi

legitimada pelo Estado; a própria Coroa foi responsável pelo processo de alienação das terras do Estado para particulares. O processo de expropriação dos camponeses e de concentração de terra foi sancionado pelo Estado fazendo uso da lei, da força e da violência.

Assim, o desenvolvimento do comércio e da indústria inglesa foi a consequência da emergência do capitalismo agrário nesse país. Diversamente de outros países, que enriqueciam pela via do comércio externo, Inglaterra foi o primeiro país que se apoiou para seu desenvolvimento econômico sobre um forte mercado interno em expansão, obrigando a um crescimento da produtividade agrária destinada a alimentar uma crescente população que não mais trabalhava na terra. Não era, portanto, um mercado baseado em clientes capazes de comprar produtos basicamente suntuários, mas um mercado que fornecia aos compradores produtos de primeira necessidade que aqueles eram obrigados a comprar. A partir da Inglaterra, as leis mercantis específicas do capitalismo se impuseram, estendendo-se depois para outros países antes de dominar o mundo.³⁹⁶

11. EXPANSÃO INTEROCEÂNICA E ACUMULAÇÃO

A acumulação originária é o processo de produção das condições de existência do capital, portanto o processo do vir-a-ser do capital. A acumulação do capital é o processo de reprodução dessas mesmas condições, portanto o processo de sua posição pelo capital que veio-a-ser (Karl Marx, **Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política - Grundrisse**)

O outro elemento decisivo do processo de acumulação capitalista originária foi externo à Europa; a conquista e colonização da América, com a complementação ou base decisiva da submissão da África, principal fonte de fornecimento de mão de obra escrava para essa colonização, na qual Inglaterra chegou também com um século de atraso em relação às outras potências: “Com a descoberta da América, a vida toma uma nova dimensão: vai-se da geometria plana para

³⁹⁶ Ellen Meiksins Wood. *Op. Cit.*

a geometria do espaço. Antes de 1503, os homens se movimentavam em pequenos cantos, estavam num curral, navegavam em lagos. De 1500 em diante, surgem continentes e mares oceanos. É como a passagem do terceiro para o quarto dia no primeiro capítulo do *Gênesis*”,³⁹⁷ disse um autor latino-americano seduzido pelo lado “europeu” romântico desse episódio.

Certamente, havia razões inerentes ao feudalismo que condicionaram as conquistas, na Europa, e depois no Oriente e nos continentes “descobertos”. A Igreja Cristã foi pilar da expansão, na Alta Idade Média, quando Europa mobilizou-se nas Cruzadas contra os “infiéis” do Oriente, na ambição de “evangelizar” seus mercados. A Inquisição aniquilou 0,3% da população europeia da sua época, sob pretexto de “heresia”. Motor fundamental da conquista de América, a Igreja cristã santificou e ficou imensamente rica com ela.

Carne africana e riqueza metálica americana se transformaram no binômio mágico e infernal da “expropriação original”. A expansão ultramarina ainda trazia no seu bojo a mentalidade feudal de conquista de territórios: nobres associaram-se a comerciantes e queriam usar as viagens além-mar para dilatar a fé cristã e combater os infiéis (mulçumanos ou outros) caso os encontrassem nas terras longínquas: a expansão europeia certamente se imbricou com motivações extra econômicas que constituíram sua *ideologia*, sem a qual não teria acontecido. O primeiro país “europeu” a definir suas fronteiras modernas foi vanguarda do processo. Em 1139, durante a reconquista cristã da península ibérica, foi fundado o Reino de Portugal a partir do condado Portucalense, entre os rios Minho e Douro. A estabilização das suas fronteiras em 1297 tornou Portugal o país europeu com as fronteiras mais antigas do continente.

Como pioneiro da exploração marítima na “era dos descobrimentos”, Portugal expandiu seus territórios entre os séculos XV e XVI, estabelecendo o primeiro império “global” da história, com possessões em África, na América do Sul, na Ásia e na Oceania.³⁹⁸ Em 1415 as forças do rei D. João I conquistaram

³⁹⁷ Germán Arciniegas. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.

³⁹⁸ Martin Page. *The First Global Village*. How Portugal changed the world. Lisboa, Casa das Letras, 2002. Em 1580 uma crise de sucessão resultou na União Ibérica de Portugal com Espanha. Sem

Ceuta, no Norte de África, movidas pelo espírito de continuação da reconquista e pelo interesse comercial. Foi o início do expansionismo português. À medida que os muçulmanos retaliavam e desviavam as rotas comerciais, Portugal investiu na exploração por mar ao longo da costa africana. Para dirigir a exploração foi nomeado o Infante D. Henrique. A partir de 1419, com o incentivo do infante, navegadores experientes e os mais avançados desenvolvimentos náuticos e cartográficos da época, exploraram a costa ocidental de África sistematicamente, cada vez mais para Sul. Em 1418/19 chegaram ao arquipélago da Madeira e em 1427 aos Açores onde estabeleceram capitânias que prosperaram da agricultura e de uma florescente indústria de açúcar.

Gil Eanes transpôs o difícil Cabo Bojador em 1434, deixando atrás temível obstáculo geográfico até então intransponível que povoava a temente imaginação dos portugueses que, finalmente, venceram o *medo*. A coragem dos navegantes interoceânicos foi tudo menos uma lenda. Após aperfeiçoar a caravela em meados do século, em 1479 passaram o Equador. Em 1471 no Golfo da Guiné foi estabelecida a feitoria de São Jorge da Mina para apoiar um florescente comércio de ouro de aluvião. Partindo da Mina Diogo Cão fez o primeiro contacto com o Reino do Congo. Os portugueses intensificaram então a busca de um caminho marítimo para as "Índias", alternativo ao Mediterrâneo - dominado pelas repúblicas marítimas italianas, pelos otomanos, pelos mouros e por piratas- para participar no lucrativo comércio de especiarias. Finalmente, após sucessivas viagens exploratórias, em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, entrando pela primeira vez no Oceano Índico a partir do Atlântico.

autonomia para defender as suas posses ultramarinas face à ofensiva holandesa, o reino perdeu muita da sua riqueza e status. Em 1640 foi restaurada a independência do país sob a nova dinastia de Bragança. A nação portuguesa, situada à beira da Europa, constituiu uma "zona de transição", segundo Sérgio Buarque de Holanda, entre esse continente e o resto do mundo: não apresentava algumas características observadas em outras sociedades europeias, como a rígida coesão social, privilégios hereditários e hierarquização social marcada (Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 55).

Quando, em 1486, o rei português Dom João II deu a Bartolomeu Dias o comando de uma expedição marítima, fê-lo com o motivo explícito de encontrar e estabelecer relações com o lendário rei cristão africano conhecido como Prestes João (quer ele acreditasse ou não na existência dele), mas também para explorar o litoral africano e encontrar uma rota para as Índias. As duas caravelas (barco rápido, pequeno e de fácil manobra) de 50 toneladas e sua nave auxiliar (ao todo, três naus, assim como na primeira expedição colombina financiada pela Espanha) de Dias passaram primeiro pela atual baía de Spencer e o Cabo das Voltas (a Guiné, de cujo armazém português Dias tornar-se-ia administrador) até serem atingidas por um temporal que as deixou sem controle durante treze dias. Passado o percalço, navegaram para leste em busca da costa, mas só encontraram mar. Bartolomeu Dias percebeu que tinha passado pelo extremo sul da África, até então desconhecido para os europeus, superando o que ele chamou de “Cabo das Tormentas”: o rei português, com uma ideia mais precisa (ou seja, uma ideia econômico-estatal) do que acontecera, mudou esse nome para “Cabo de Boa Esperança” (o mesmo lugar onde Bartolomeu Dias encontraria a morte numa expedição posterior, em 1500): as possibilidades comerciais que o domínio dessa nova rota indiana abria para a coroa peninsular eram a maior das esperanças. Depois das viagens de Colombo, Portugal realizou viagens de reconhecimento do novo continente, com Duarte Pacheco Pereira em 1498 e Cabral em 1500.

Circunavegação africana e descoberta da América pareceram “casuais” ou aleatórias naquele momento: motivações econômicas, estratégicas e ideológico-religiosas dos grandes processos da história, no entanto, não se misturaram numa ordem arbitrária. Os fatos decisivos (com peso histórico determinante) foram que a “descoberta” e conquista da América, assim como a circunavegação da África, se produziram contra o pano de fundo de:

- 1) A crise do sistema feudal imperante na Europa. Do ano 1000 ao 1350 houve um crescimento de quatro vezes da população europeia, uma duplicação na produtividade, um aumento de dez vezes nas trocas comerciais e, conseqüentemente, uma necessidade monetária multiplicada em quarenta vezes. Esse quadro de explosão e crescimento geral só foi

interrompido por volta de 1350, devido, entre outros fatores, a Peste Negra (1347-1350): a fome, a peste, o desabastecimento e as carnificinas guerreiras reduziram, no século XIV, à população europeia a um terço do que era nos séculos precedentes.³⁹⁹ A decadência da produção agrícola feudal gerou surtos de fome, notadamente em 1316 e 1318, acompanhados de pestes, das quais a mais conhecida foi a "Peste Negra" de 1348, que exterminou quase metade da população europeia. Segundo Maurice Dobb: "Após 1300, na maior parte da Europa ocidental, a população, em vez de aumentar como sucedera desde o ano 1000, pareceu ter entrado em declínio acentuado [sem se saber] se isso esteve relacionado com um declínio da produtividade do trabalho nas terras dos camponeses, em virtude do crescimento demográfico dos séculos anteriores, ou se era um resultado direto das imposições feudais maiores sobre os camponeses. Seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar uma crise da economia feudal no século XIV. Mas o declínio começara algumas décadas antes do início da Peste Negra [e] evidentemente tinha raízes econômicas".⁴⁰⁰ "O aperfeiçoamento dos meios de exploração era necessário para garantir a reprodução social da nobreza como classe dominante, mas acabava comprometendo a reprodução material da sociedade como um todo. A

³⁹⁹ Ou, para dizê-lo com Marx: "O crescimento (ou retrocesso) da população resume o desenvolvimento (ou crise) das forças produtivas de sociedade".

⁴⁰⁰ Maurice Dobb. *Op. Cit.* A urbanização multiplicou os efeitos devastadores da peste, ao mesmo tempo em que a diferenciou socialmente: "A partir da segunda metade do século XV, pouco mais de um século depois de sua chegada à Europa, a peste cessou de ser uma doença capaz de golpear indistintamente pobres e ricos, jovens e velhos, como tinha sido em 1348... A peste golpeava mais duramente os pobres do que os ricos; não só porque os primeiros dispunham de menos meios para se defender e tendiam para uma atitude passiva e fatalista (enquanto quem podia abandonava as cidades empesteadas), mas também porque frequentemente a epidemia começava nos bairros mais humildes" (Guido Alfani. *Crisi demografiche, politiche di popolazione e mortalità differenziale (1400-1630). Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009).

maior parcela do sobretrabalho açambarcado dos produtores diretos era destinada ao cosumo improdutivo ou à intensificação da força militar. A necessidade de receita da nobreza tendia a crescer mais rápido que suas fontes de renda, o que resultava em crises econômicas crônicas. Como resultado dessa avidez por maiores rendimentos, a parcela do produto que devia ser entregue ao senhor fazia que muito pouco sobrasse para o consumo do camponês, o que, por muitas vezes, deixava-o abaixo do nível de suas necessidades fisiológicas. Tamanha pressão gerava revoltas e deserções em massa, o que levava à nobreza a investir ainda mais na intensificação da coerção, acelerando a deterioração do modo feudal de produção. O incremento da exploração feudal foi contemporâneo à ascensão das cidades, que agiam como polo atrator de mão de obra, para possibilitar melhora na condição social (o que) com a intensificação da exploração dos produtores, fez com que a fuga dos camponeses tomasse proporções alarmantes, enfraquecendo ainda mais o poder do senhor, em virtude da redução do número de produtores diretos a seu serviço e os crescentes gastos para ampliar seu poder de repressão”.⁴⁰¹

2) A crise simultânea do renascimento mercantil e comercial europeu. O retrocesso econômico e populacional foi acompanhado de falências das manufaturas, desemprego, escassez de gêneros, revoltas urbanas e camponesas (as *jacqueries* na França, as revoltas camponesas na Alemanha) e conflitos militares, principalmente a "Guerra dos Cem Anos", que dificultaram a acumulação de capital por parte da ainda frágil e emergente burguesia mercantil. O horizonte de uma “Nova Idade Média” apareceu claramente no cenário histórico europeu. A superação dessa crise só foi possível pela expansão comercial e colonial ultramarina.

3) O surgimento de novas forças produtivas sociais, que preparavam o advento do modo capitalista de produção (a manufatura e a indústria em

⁴⁰¹ Eduardo Barros Mariutti. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004, p. 34.

suas fases iniciais), forças que se chocavam com os entraves postos pelas relações feudais e senhoriais de produção, cuja crise estava evidenciada, no plano econômico, pela crescente monetarização das prestações feudais e, no plano político, pelo surgimento das monarquias (Estados) absolutistas, que enfraqueciam a nobreza feudal, absolutismo do qual a monarquia dos Reis Católicos da Espanha foi o protótipo (a unificação do Estado espanhol já havia se iniciado com a união dos reinos de Aragão e Castela, em 1469). A monetarização das obrigações feudais e o surgimento de uma produção artesanal para o mercado dinamizaram consideravelmente a economia urbana europeia no século XV. A monetarização já tinha latentes possibilidades no sistema econômico das cidades, e pôde se desenvolver ainda mais em face da retomada de mineração na Europa oriental.

Houve de fato duas fases na Baixa Idade Média europeia: uma de ascensão e crescimento (até inícios do século XIV) e outra de regressão (a partir dessa data e até meados do século XV). Nas estimativas atuais, a população do continente passou de 79 milhões de habitantes em 1340 para 55 milhões em 1400, voltando até 75 milhões em 1500, recuperando a cifra de dois séculos atrás: “A expansão excessiva da população europeia depois do ano 1000 teria induzido ao cultivo de terras marginais, de menor fertilidade, para garantir sua alimentação, o que deixou a subsistência geral dependente de um frágil equilíbrio”.⁴⁰² Nesse contexto de expansão comercial e urbana, no meio e imediatamente depois de uma crise de grande envergadura, ocorreram as grandes navegações interoceânicas, determinadas pelas urgentes necessidades internas e pelas rivalidades comerciais europeias. Estas, por sua vez, se transformaram numa poderosa mola de impulsão das novas forças produtivas sociais.

A acumulação originária de capital imbricou processos internos e externos de economias europeias em estado de expansão/retrocesso espasmódico. Ellen Meiskins Wood sugeriu que em Marx coexistiram duas narrativas diferentes da

⁴⁰² Josep Fontana. *A Europa diante do Espelho*. Bauru, Edusc, 2005, p. 75.

origem do capitalismo:⁴⁰³ a da revolução burguesa de alcance mundial (exposta no *Manifesto Comunista*),⁴⁰⁴ e a da acumulação primitiva baseada na expropriação dos produtores diretos na Inglaterra, exposta em *O Capital*. Tratava-se, no entanto, em Marx, de ênfases diversas, adequadas a cada contexto de exposição, não de “narrativas” (ou teorias históricas) diversas e contraditórias. Elencando a sucessão dos países cujo domínio econômico, político e militar criou as bases materiais do mercado mundial (Veneza-Gênova-Pisa, Espanha, Portugal, Holanda, França, Inglaterra), Marx identificou o caráter da acumulação de capital em cada fase histórica da nascente era burguesa: o domínio internacional de cada país ou região resumia o caráter de uma época. Inglaterra, finalmente, no final do século XVII, mostrou uma combinação sistemática de todas as características dos impérios ou potências precedentes: colonialismo, economia estatal baseada na dívida pública, arrecadação fiscal moderna, crédito internacional e protecionismo alfandegário.

O capitalismo moderno se constituiu como uma mistura de mercado “selvagem” e de intervenção despótica (violenta) do Estado, que acelerou artificialmente o processo de transformação da velha sociedade. A dívida pública, instrumento formidável de concentração de capital monetário, fez da burguesia financeira a classe mais poderosa no início da modernidade.⁴⁰⁵ Jacob Fugger de Augsburg (1459-1525), “o

⁴⁰³ Ellen Meiksins Wood. *Op. Cit.*

⁴⁰⁴ “A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem”.

⁴⁰⁵ A continuidade do fluxo financeiro imanente à punção fiscal configura uma situação econômica única. As pessoas nascem e morrem e as empresas podem falir. O Estado, por muitas dificuldades financeiras que tenha, não vai à falência, não “fecha”, pois tem sempre como suporte, suscetível de saque, o patrimônio e os rendimentos da população. Um contrato em que o Estado figura como devedor é uma maravilha para os credores: o domínio ou a influência do capital

homem mais rico do mundo”, foi seu símbolo vivo. Ele converteu o negócio familiar herdado de seu pai na banca mais potente de Europa, dominando o comércio de prata do Tirol e de cobre da Hungria. Conselheiro imperial sob Maximiliano I, foi ele (seu dinheiro) o verdadeiro eleitor por trás de Carlos V, o monarca do império “onde o sol nunca se punha”, de quem também foi conselheiro (chegando a lhe lembrar, em carta pessoal ao rei mais poderoso da história, que devia seu lugar no trono ao seu dinheiro). Seus ganhos foram de 50% anuais, sobre um capital em progressão geométrica, ao longo de três décadas. Seu primeiro investimento ascendeu a 17.500 florins-ouro; ao morrer, sua companhia possuía um capital de dois milhões de florins (o melhor artesão alemão recebia, à época, 30 florins anuais). O capital monetário já estava à espera de se apropriar da esfera da produção: essa concentração de capital oriundo do comércio e da finança não teve paralelo em nenhuma outra economia comercial do mundo (e daí o capitalismo ter nascido na Europa).

O poder, o exército e o dinheiro: ao redor desses elementos surgiu o Estado Absolutista que modelou a futura Europa capitalista, unificando território, língua e religião com o uso da coerção, do consentimento e da corrupção. Um cronista do império comercial e militar holandês no século XVII viu a chave para o sucesso do seu país no que ele chamava de aliança entre Marte e Mercúrio, o deus da guerra e o deus do comércio. Colbert, ministro de Luís XIV, antecipando Clausewitz, dizia que o comércio era a guerra por outros meios. A centralização da violência no Estado foi, simultaneamente, condição, premissa e primeiro passo histórico do novo modo de produção. A inovação das armas de fogo, mediante o uso da pólvora (que os chineses já conheciam, mas não usaram com esse fim) destruiu as formas militares de dominação pré-capitalistas, tornando anacrônica a cavalaria feudal. John Keegan resumiu em seis as diversas formas de organização militar, correspondentes por sua vez a formas sócio históricas diversas: guerreiro, mercenário, escravo, tropa regular, recruta e milícia.⁴⁰⁶ As últimas formas criaram, ou melhor, expressaram as condições para o domínio iminente do capital. Quando

garante condições favoráveis aos credores (com maior ou menor envolvimento da corrupção estatal).

⁴⁰⁶ John Keegan. *Uma História da Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

entraram em cena as armas à distância com "cano de fogo", muito mais eficazes que as precedentes, foi selado o destino dos exércitos montados a cavalo e trajados de armaduras.

A produção e a mobilização dos novos sistemas de armas não eram possíveis mediante estruturas locais e descentralizadas, elas exigiam uma organização inteiramente nova da sociedade. Os grandes canhões não podiam ser produzidos em pequenas oficinas como as armas brancas ou as armas de arremesso pré-modernas. Desenvolveu-se assim uma *indústria* de armamentos, que produzia canhões e mosquetes em fábricas. Ao mesmo tempo, surgiu uma nova arquitetura militar de defesa, com baluartes que deviam resistir às canhoneadas. A guerra impulsionou o desenvolvimento tecnológico e produtivo, mediante a disputa inovadora entre armas ofensivas e defensivas e a corrida armamentista entre os modernos Estados nascentes. A “revolução militar” teve por terrenos principais a tática, o tamanho dos exércitos, a estratégia e as repercussões sociais e políticas da guerra.⁴⁰⁷ A adoção da pólvora em mosquetes e canhões foi introduzida na Europa no século XV, durante a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra. A primeira batalha a ter sido decidida pelo uso dos canhões foi a de Castillon, vencida pelos franceses em 1453, ao perfilarem uma bateria de 300 canhões contra os ingleses. Esse uso se generalizou após Carlos VIII empregar a artilharia móvel na invasão da Itália em 1494.

A revolução militar não consistiu apenas nas inovações na técnica das armas de fogo, das fortalezas, do assédio e da marinha de guerra, mas também nas suas consequências sociais e econômicas mais gerais: o exército passou a ser custeado por um orçamento obtido com um sistema fiscal crescente e com relações de débito com banqueiros, criando o sistema da dívida pública:⁴⁰⁸ “Por volta da metade do século XVI, 80% das rendas do Estado espanhol destinava-se às despesas militares”.⁴⁰⁹ Ao

⁴⁰⁷ Geoffrey Parker. *La Revolución Militar*. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente, 1500-1800, Barcelona, Crítica, 1990.

⁴⁰⁸ “Como a dívida pública se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais” (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1).

⁴⁰⁹ Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984. Max Weber situou entre 66% e 70% o percentual das receitas públicas europeias consagradas a despesas militares, nesse período.

mesmo tempo, criava-se um exército profissional, um sistema político administrativo, uma magistratura profissional e centralizada e uma rede diplomática. Todos estes pilares do Estado se orquestraram em torno a um eixo: o do poder militar e repressivo.⁴¹⁰ Alterou-se também a estrutura dos exércitos. Os beligerantes não podiam mais se equipar por si próprios e tinham de ser abastecidos em armas por um poder social concentrado e centralizado.

A organização militar da sociedade separou-se da organização civil. Em lugar dos vassalos mobilizados para as campanhas militares dos senhores locais, com suas famílias atreladas armadas, surgiram os "exércitos permanentes", as futuras "forças armadas"; o exército tornou-se um corpo cada vez mais estranho à sociedade. O oficialato militar transformou-se: de dever pessoal de cidadãos ricos virou paulatinamente uma profissão moderna. O contingente dos exércitos cresceu vertiginosamente. Os contingentes armados de modo permanente (ou "profissional"), entre 1500 e 1700, decuplicaram: Florença, "para defender-se e para conservar seu domínio sobre as demais cidades da Toscana, tinha de recorrer a capitães de fortuna [*condottieri*] com suas milícias mercenárias. Estas combatiam pelo soldo e, se tinham a possibilidade de ganhar mais passando para o campo inimigo, faziam-no sem vacilar".⁴¹¹

O novo "complexo industrial militar", desvinculado da "sociedade civil", exigia uma economia de guerra. Essa nova economia estendeu-se sobre as estruturas das antigas sociedades agrárias baseadas na economia natural, afogando-as. O armamento e o exército permanentes tinham de ser abastecidos com recursos obtidos anonimamente em grandes espaços, passaram a depender assim da mediação do *dinheiro*. Produção de mercadorias e economia monetária como elementos básicos do capitalismo receberam um impulso decisivo por meio do desencadeamento da economia militar. A permanente carência financeira da economia de guerra conduziu, na sociedade civil, ao aumento dos capitalistas

⁴¹⁰ Henrique Carneiro. *A Guerra na Formação do Mundo Moderno*, texto apresentado no Simpósio "Guerra e História", realizado no Departamento de História da USP, em setembro de 2010.

⁴¹¹ Maurizio Viroli. *Nicolás Maquiavel*. Barcelona, Tusquets, 2002, p. 26.

financeiros e comerciais, dos grandes tomadores de dinheiro e financiadores da guerra.

Os exércitos dos Estados absolutistas superaram qualitativamente os *condottieri* e outras forças de mercenários. Antes deles, as escaramuças militares eram lentas, e o uso da artilharia tão aproximativo que para derrotar um castelo às vezes se empregava todo um verão, e muitos confrontos militares, segundo Francesco Guicciardini, “concluía com pequena quantidade de feridos e quase nenhuma morte”. Com a invasão da Itália (1494) pelo exército francês, composto por 40 mil homens, “as guerras se tornaram violentíssimas e esvaziar cidades, graças ao novo uso muito mais eficaz das artilharias, tornou-se questão de dias ou até de horas. *Tanto a guerra quanto a política ganharam uma rapidez e uma dureza extremas*”. Os antigos combatentes de origem camponesa transformaram-se em “soldados”, em pessoas que recebiam o “soldo”. Eles foram, na verdade, os primeiros trabalhadores assalariados modernos, que reproduziam sua vida exclusivamente pela renda monetária e pelo consumo de mercadorias, e lutavam somente por dinheiro. A eles era indiferente a quem matar, pois só o soldo contava; “com isso eles se tornaram os primeiros representantes do “trabalho abstrato” no moderno sistema produtor de mercadorias”.⁴¹²

A renda dos butins guerreiros tinha de ser maior do que os custos com a guerra, o que introduziu a necessidade de cálculos econômicos amplos e complexos. Os generais e comandantes do exército do início da era moderna investiam com lucro o produto de seus butins e tornavam-se sócios do capital monetário e comercial. Não foi o “empreendedor individual” que marcou o início do capitalismo: do mesmo modo em que os “soldados” foram os protótipos do assalariado moderno, os comandantes de exército multiplicadores de dinheiro foram os protótipos do empresariado moderno. O múltiplo e contraditório sentido da palavra “empresa”, que inclui as empreitadas militares, reflete essas origens. Os “livres empresários” da guerra dependiam das guerras dos poderes estatais centralizados e de sua capacidade de financiamento. Nascia assim a relação moderna entre mercado e Estado. Os guerreiros cederam lugar aos atiradores profissionais, aos mercenários e às primeiras tropas regulares, as *compagnies*

⁴¹² Robert Kurz. Canhões e capitalismo. *Controvérsia* nº 84, São Paulo, 16 de janeiro de 2013.

d'ordonnance que surgiram na França. No decorrer dos séculos XVI e XVII, os exércitos cresceram enormemente: para financiar as indústrias de armamento e os baluartes defensivos, os gigantescos exércitos e a guerra, os Estados modernos tinham de espremer ao máximo sua população: no lugar dos antigos impostos em espécie, a tributação passou a ser *monetária*. As pessoas (os camponeses) foram obrigadas a "ganhar dinheiro" para poder pagar seus impostos ao Estado. A economia de guerra forçou o nascimento da "economia de mercado". Entre os séculos XVI e XVIII, a tributação das populações nos países europeus cresceu em até 2000%. A repressão estatal, com seu poder qualitativamente aumentado, "integrou" à população aos exércitos, ensejou a permanente insurreição popular, e também a guerra intestina permanente: "O preço a ser pago eram as rebeliões, abertas ou latentes, das cidades submetidas, e as guerras, com as enormes somas que eram necessárias para conservar o domínio militar".⁴¹³

Para extorquir os novos e crescentes tributos, os poderes estatais tiveram de construir um forte aparato de polícia e uma administração de novas dimensões. A autoadministração local foi substituída pela administração centralizada e hierárquica, a cargo de uma burocracia cujo núcleo foi formado pelos aparelhos de tributação e de repressão. A ulterior Revolução Industrial foi herdeira da economia dos exércitos estatais modernos. As sucessivas fases hegemônicas na nascente economia mundial se alicerçaram sobre bases militares. Após os tratados de Westfalia, os exércitos se tornaram a principal força das potências comerciais ascendentes, especialmente com as armadas (marinha de guerra); o controle dos mares se tornou o critério para a hegemonia mundial.

A segurança militar foi condição do sucesso mercantil. Veneza, uma das cidades-estados italianas em que nasceu um terreno fértil e precoce para o capitalismo nos séculos X e XI, graças à sua posição geográfica (ponto de passagem obrigatório dos produtos provenientes do Oriente para a Europa do Norte) virou o centro do capitalismo mercantil: especiarias, tecidos, objetos prezados de todo tipo, se acumulavam em seus enormes depósitos, diante dos quais negociantes de toda a Europa

413

Idem.

faziam fila.⁴¹⁴ Veneza controlava as rotas marítimas do Mediterrâneo através de uma potente frota de navios de comércio, usando remos ou velas, defendidos por mercenários contratados como empregados permanentes assalariados. O arsenal de Veneza foi a primeira grande indústria mundial, um exemplo de complexo produtivo com estrutura centralizada, que empregava milhares de operários assalariados. Era, nas palavras de Braudel, a maior manufatura do mundo no século XVI. A guerra sofria sua maior transformação e crescimento em escala com a sua transformação em negócio capitalista. Mas o arsenal veneziano era ainda uma "linha de montagem" de partes construídas por artesãos reunidos em corporações, com certo nível de uniformização. Seu ciclo produtivo global, embora enorme para a época, não era ainda propriamente capitalista.

Na primeira metade do século XV, Veneza possuía 45 galeões militares, 300 navios comerciais de grande tonelagem e 3.000 veleiros menores para a navegação costeira. O número dos navios de guerra venezianos foi duplicado com a ascensão do Império Otomano depois da queda de Constantinopla (1453) e foi reduplicado no século XVI, em resposta à ameaça conjunta dos otomanos no Oriente e dos espanhóis no Ocidente. Isto ampliou o arsenal veneziano, não com objetivos produtivos, mas para manter uma reserva de até cem galeões "secos", prontos a navegar de imediato. Mas a hegemonia de Veneza era frágil, pois estava baseada quase exclusivamente sobre a mobilidade naval; sua riqueza comercial e financeira derivava do fato de que as outras potências a usavam como ponto nevrálgico para seus negócios. Estava bem defendida, mas o fluxo de suas mercadorias se apoiava no controle comercial e militar numa única direção, a do Oriente.

A "via da seda" continental e as rotas marítimas extracontinentais eram complementares, e eram percorridas e controladas por Veneza em acirrada e violenta concorrência com Pisa e Gênova. A descoberta e localização de rotas alternativas foi, por esse motivo, suficiente para atingir a supremacia de Veneza. A quase contemporânea descoberta das rotas para a América, e do sucesso das tentativas portuguesas de circunavegar a África, provocaram o deslocamento do

⁴¹⁴ Ciro Manca. *L'economia mercantile marittima. Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

comércio mundial em direções opostas: os oceanos viraram o local do protagonismo comercial na Europa, deslocando relativamente o Mediterrâneo e o Mar Negro. Espanha e Portugal, potências “emergentes”, se viram favorecidas, suas economias receberam um choque de vigor já antes da ascensão da burguesia na Inglaterra, sob a rainha Elizabeth I, e da consolidação da potência continental da França sob Henrique IV. A hegemonia ibérica, porém, precisou esperar: a potência capitalista nascente era, na verdade, a Holanda, destino dos fluxos monetários dos banqueiros venezianos. Não conseguindo mais concorrer com os novos adversários, a *Serenissima Repubblica* (Veneza) se transformou em potência rentista, mantendo em forma monetária seus excedentes econômicos, que depois se transformaram em *capital de crédito internacional*, financiando os concorrentes, em especial a Holanda, já possuidora de uma larga base econômica (industrial e comercial) local.

A explosão mercantil, produtiva e financeira holandesa se apoiou sobre a produção de mercadorias para o comércio externo. Já no final do século XIII, a área de Flandres até as cidades hanseáticas havia conhecido um crescimento de sua produção e comércio externo. O eixo entre os países escandinavos e Veneza através de Lübeck (cidade membro da Liga Hanseática) apresentava um grande volume de intercâmbios: para o Norte iam o sal e as especiarias, além da produção de luxo da França e da Itália, e para o Sul vinham lãs, metais, peles, corantes. As vias do tráfico setentrional eram disputadas entre Dinamarca, Holanda, Inglaterra e França. Mas Dinamarca já tinha recuado territorialmente no século XIV, Inglaterra não era ainda uma potência naval, e França estava bloqueada pelas suas lutas internas.

Só sobrava a Holanda como potencial unidade política fornecedora de naves e de capitais para financiar a exportação de mercadorias europeias. A Liga Hanseática conquistou o monopólio do comércio no eixo Báltico-Mediterrâneo, incrementando a acumulação de capital. A Liga Hanseática, porém, era só uma federação (não um Estado) regida por uma *lex mercatoria*, enquanto Holanda era um Estado que, na primeira metade do século XVI, compreendia Artois, Flandres, Luxemburgo e os territórios do Norte até a Frísia. Seu crescimento comercial determinou seu reforço estatal e militar, assim como o crescimento de suas manufaturas. Mas foram as

novas potências ibéricas (Espanha e Portugal) as que definiram uma nova etapa histórica da expansão do comércio mundial.

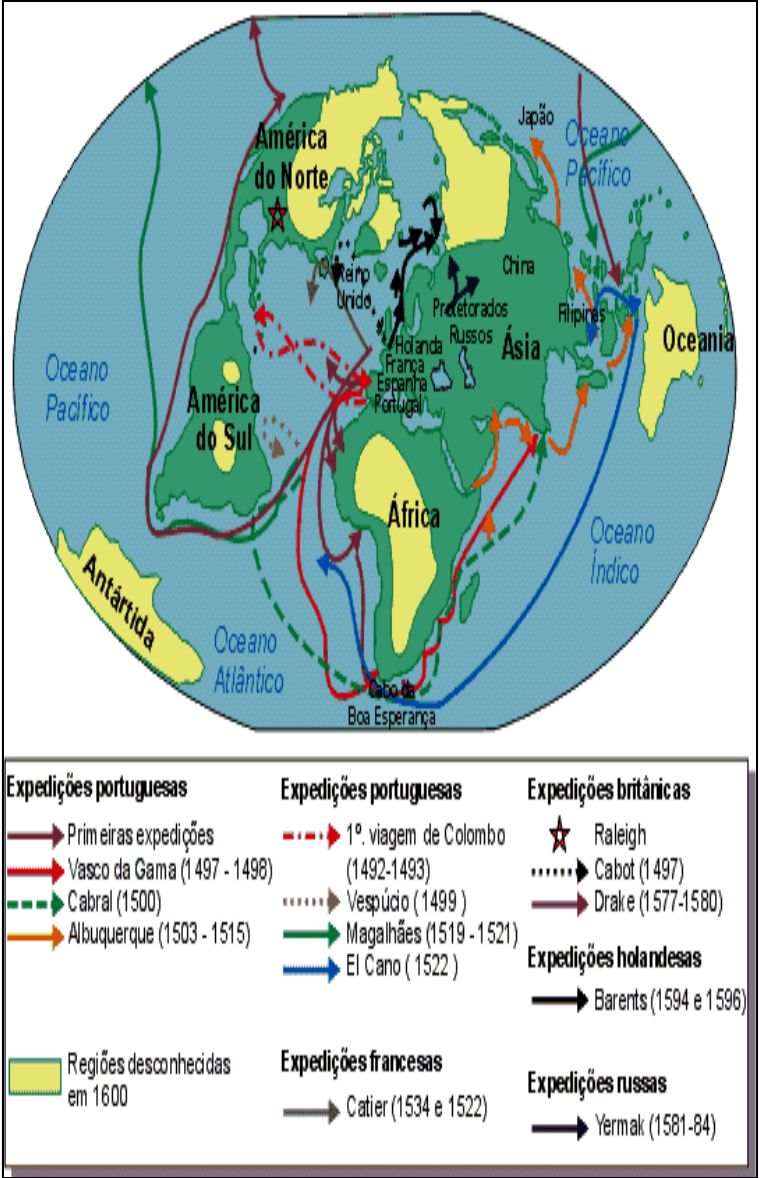
Assim como nas hegemonias comerciais e militares precedentes, seu ponto de partida foi pobre, modesto e problemático: a península ibérica, invadida pelos árabes no século VII, estava constituída, durante a maior parte da guerra de Reconquista, por um punhado de pobres reinos montanhosos cercados por uma vibrante civilização árabe. Filósofos e matemáticos mulçumanos nada deviam ao pensamento teórico-científico europeu, eram superiores a ele em diversos domínios, e realizavam a fusão de saberes de origens diversas em locais de cruzamento cultural, como a escola de tradutores de Toledo. O esgotamento (interno) da civilização islâmica e, conseqüentemente, de sua expansão externa, propiciou e alimentou a “reconquista” cristã da península.

Derrotados e expulsos os árabes da península, no final do século XV, as potências ibéricas foram as principais protagonistas da expansão marítima mundial, organizando ou financiando as expedições e viagens interoceânicas, realizadas por marinheiros ibéricos ou por marinheiros estrangeiros a serviço dos Estados peninsulares (como o célebre genovês Cristóvão Colombo). Portugal tomou a dianteira do processo de expansão, atingindo Guiné em 1460, em 1471 Costa de Marfim, em 1482 o Congo, em 1488 o Cabo de Boa Esperança (atual África do Sul), em 1498 Calicute (Calcutá), com Vasco da Gama, em 1500 o Brasil (com Pedro Álvares Cabral), em 1512 as Ilhas Molucas (centro de produção das especiarias); expulsaram os árabes de Sofala e de Zanzibar, destruíram a frota egípcia, abrindo as rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico.

Em 1513 os portugueses chegaram à China e em 1541 ao Japão: “(Eles) tiraram a sorte grande em relação ao comércio de especiarias; em 1571, o Estado (português) estabeleceu instalações permanentes no porto de Nagasaki, administrado pelos jesuítas, para explorá-lo. No início, a coroa concedeu, por mérito no serviço, licenças para viagens da Índia não só ao Japão, mas também a Macau, como presente para funcionários portugueses ou oficiais. Portugal apreciou rápido o potencial do comércio Japão-China em prata e seda, e lutou para extrair o máximo de vantagem... Estimava-se em 200 mil ducados o retorno de uma única viagem de ida e volta, mais da metade do

que Portugal pagara à Espanha para renunciar em caráter permanente a suas reivindicações pelas Ilhas da Especiarias”.⁴¹⁵

A expansão interoceânica europeia



⁴¹⁵ William J. Bernstein. *Uma Mudança Extraordinária. Como o comércio revolucionou o mundo*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009, p. 160.

Os portugueses raramente avançaram além das costas, mas passaram a controlar 20 mil quilômetros de costas em três continentes. O financiamento estatal da empresa colonial ibérica foi precedido pelo financiamento privado (em especial por parte de colônias comerciais italianas instaladas em cidades hispano-portuguesas, assim como por comerciantes sefarditas ou cristãos-novos) das primeiras expedições atlânticas (que abriram o caminho para as epopeias de Cristóvão Colombo ou Bartolomeu Dias) e teve como precondição a criação de fortes unidades estatais e territoriais em Portugal (1383) e Espanha (1492). O sucesso das primeiras expedições chamou a atenção e mobilizou os governantes de ambos os países.

Para além de suas circunstâncias imediatas deflagradoras, considerada em escala histórica, a “unificação mundial” através das viagens dos países ibéricos foi o produto da crise do feudalismo europeu e da emergência da produção mercantil em larga escala, que criava a necessidade de fontes de abastecimento de metais preciosos e de outros produtos. Nesse contexto, a “descoberta da América” transformou-se em conquista e colonização, que tiveram uma função essencial no surgimento do novo modo de produção. A provável chegada prévia dos chineses à América (em 1421) não possuía a mola propulsora de uma crise histórica (com o surgimento de novas forças produtivas sociais) semelhante à existente na Europa, razão pela qual não propiciou um estabelecimento permanente da China imperial no “Novo Mundo”.

O saque e colonização europeia das Américas, realizados inicialmente pelos países ibéricos, esteve precedido neles por uma crise de grande envergadura. Em 1348, a peste negra dizimara as populações urbanas e rurais portuguesas. Em 1375, dom Fernando regulamentou através da Lei das Sesmarias a distribuição de terras abandonadas entre os privilegiados do Reino. As concessões eram livres de ônus, fora a obrigação de explorá-las em prazo determinado. Mais de um século depois, a primitiva doação *sesmeira* portuguesa foi a responsável pela introdução da desconhecida apropriação privada da terra nas regiões descobertas por Portugal ao sul do Equador, onde, por supostamente trazerem a civilização cristã às populações locais, os lusitanos consideravam-se com o direito a tudo, inclusive de não pecar ao transgredirem o sexto mandamento com as mulheres do lugar. No Brasil, o padrão colonial *sesmeiro* foi propriedade de três léguas de campo, ou seja, *treze mil hectares* de terras contíguas. Tratava-se de dom

que jamais se destinou aos que pretendessem viver do esforço de seus braços. Queria-se fundar no Novo Mundo a sociedade de classes vigente no Velho Continente.

A acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias constituiu uma condição preliminar do modo de produção capitalista. Na Europa, as vias da acumulação originária foram constituídas pela ruína e expropriação compulsória de camponeses e artesãos, que criou a força de trabalho livre, e pela acumulação de capital monetário limitado por parte da burguesia. A exploração da América, da Ásia e da África, lhe forneceu a outra condição histórica: a posse de “grandes quantidades de capital”.

A exploração de territórios ultramarinos não só foi uma condição para o nascimento do capitalismo, mas também um meio para sua expansão: “As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa, são os acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva... Os métodos (da acumulação primitiva) se baseavam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apossadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital”.⁴¹⁶

Essa base econômica ciou as condições para o processo mais violento da história da humanidade: “Se o dinheiro nasceu com manchas naturais de sangue no rosto, como disse Auger, o capital veio ao mundo jorrando sangue e barro por todos os poros, dos pés até a cabeça”.⁴¹⁷ A nascente “identidade

⁴¹⁶ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, capítulo XXIV.

⁴¹⁷ *Idem*.

européia” (cuja definição primeira coincidiu com a expansão colonial desse continente) era assim “descoberta” junto com o mundo extra europeu na base do genocídio, da tortura, no saque da África e na escravidão no continente americano, e no progresso da acumulação originária de capital na Europa por essa via sangrenta.

A catástrofe demográfica africana começou no antigo sistema colonial erguido a partir do século XV, com a conquista da cidade de Ceuta, no Norte da África, em 1415, estendendo-se em seguida, pela costa africana, e transformando sua população negra, nos séculos posteriores, na principal *commodity* da economia mundial. A população da África “negra” era, no final do século XIX, de três a quatro vezes menor do que no século XVI. A conquista colonial (com uso de artilharia contra, no máximo, armas brancas e de arremesso, e bem depois alguns fuzis, dos povos coloniais), o trabalho forçado multiforme e generalizado, a repressão das numerosas revoltas por meio do ferro e do fogo, a subalimentação, as diversas doenças locais, as doenças importadas e a continuação do tráfico negreiro oriental, reduziram ainda mais a população, que baixou para quase um terço da anteriormente existente, nas regiões afetadas pelo tráfico.

A escravidão africana em larga escala⁴¹⁸ teve sua origem no prévio massacre de povos ameríndios: “Poucos anos depois da descoberta da América, quando a crueldade e a voracidade da exploração dos colonos espanhóis literalmente exterminou a frágil população indígena, foi ideado o recurso de trazer da África, como escravos, uma mão de obra mais forte, capaz de realizar trabalhos nas minas e nos engenhos de cana de açúcar. A mesma necessidade foi advertida, anos mais tarde, nos grandes domínios espanhóis do continente (americano)”.⁴¹⁹

⁴¹⁸ A escravidão, como se sabe, existiu desde as mais remotas sociedades, na Assíria, Babilônia, Egito, Israel, Índia e China. Conviveu com a Grécia clássica e floresceu em Roma e seu império, considerada como uma consequência natural da submissão de povos “bárbaros” ou mais fracos. Ela sobreviveu, inclusive, no mundo europeu do Renascimento. Em nenhum desses exemplos ela atingiu a escala da era moderna, em que a escravidão passou a ter uma função direta na produção comercial, ou seja, na produção para o mercado (e não principalmente para o consumo dos proprietários, como era o caso da escravidão antiga, asiática ou medieval).

⁴¹⁹ José Luis Martínez. *Pasajeros de Indias*. Viajes transatlánticos en el siglo XVI. Madri, Alianza, 1983, p. 181.

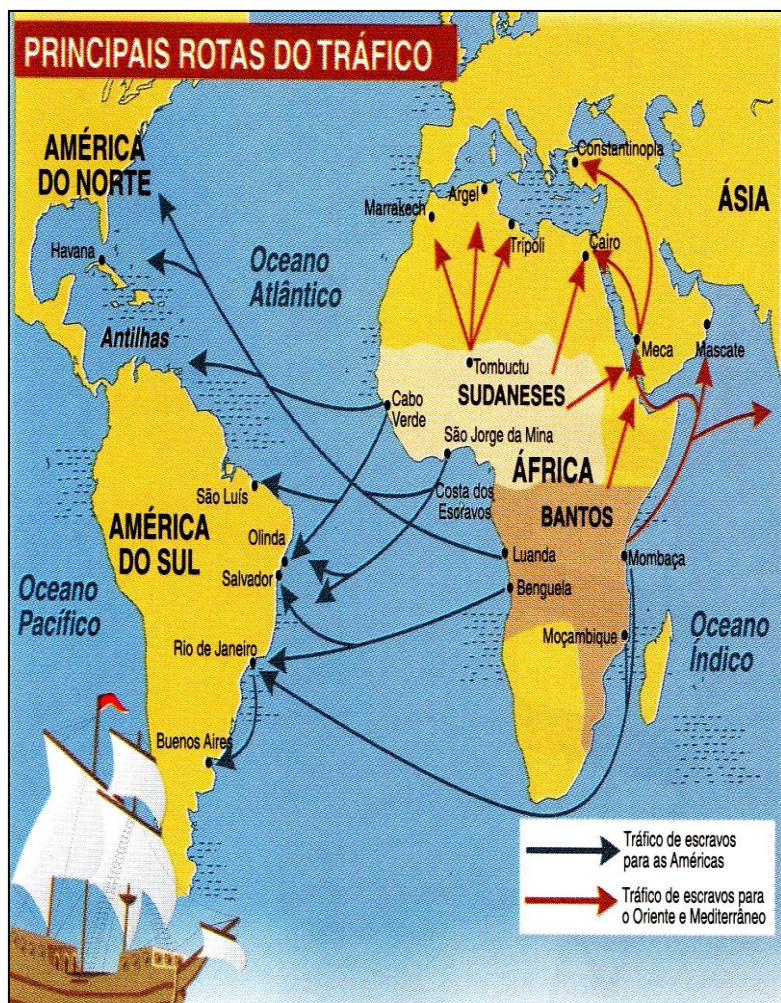
A sociedade baseada no trabalho livre surgiu, desse modo, com base no trabalho escravo. Dale W. Tomich propôs uma formulação para superar essa dicotomia, ou seja, os enfoques que “fragmentam teoricamente a conexão interna entre a escravidão, o mercado mundial e o desenvolvimento capitalista. Com isso obscurecem tanto as origens da escravidão na economia mundial como as origens escravistas da economia mundial”.

O autor distingue entre a teoria histórica, “preocupada em formular as categorias teóricas que são apropriadas para a compreensão de um objeto de investigação historicamente distinto”, e a história teórica, que consiste no “uso de tais categorias para reconstruir os processos de desenvolvimento histórico”: “A preocupação de Marx consiste antes em delinear a estrutura teórica da relação do capital. Por isso, ele prioriza o desenvolvimento lógico da sua forma. Teoricamente, o capital requer para o seu desenvolvimento uma dada massa de mercadorias em circulação e uma dada divisão do trabalho, mas não requer necessariamente a escravidão. Marx, portanto, trata a escravidão como uma contingência externa e a exclui da exposição lógica. No entanto, historicamente, a escravidão foi uma meio-chave para expandir a produção de mercadorias, criando um mercado mundial e fornecendo as condições substantivas para o desenvolvimento da forma capital-trabalho assalariado”.⁴²⁰

Nesse marco histórico, o sofrimento e a tragédia *particular* dos ameríndios e dos africanos, transformou-se em tragédia histórica *universal*, que alumbrou o surgimento da era do capital: “Uma das condições indispensáveis para a formação da indústria manufatureira era a acumulação dos capitais; e esta veio facilitada pela descoberta da América e pela invasão do mercado pelos seus metais preciosos. As necessidades comerciais do novo mercado mundial determinaram o extermínio e a redução à escravidão das populações aborígenes, sepultada nas minas”, como também “o saque das Índias Orientais, a transformação da África em uma reserva de caça

⁴²⁰ Dale W. Tomich. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo, Edusp, 2011, p. 42: “A hierarquia histórica entre as formas de trabalho não é, e não pode ser, a mesma que a hierarquia teórica. Ainda que a relação trabalho assalariado-capital forme o eixo teórico da análise de Marx, não se pode presumir que seja essa relação o ‘primeiro-motor’ do capitalismo histórico”.

comercial de negros”,⁴²¹ à qual se seguiu a guerra comercial das nações europeias, com o globo terráqueo como teatro, que continuou até o século XIX, nas guerras contra a China. O mercado mundial atingiu seu ponto culminante, sua “densidade crítica”, com base na guerra colonial e na escravidão africana e ameríndia.



⁴²¹ Karl Marx. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

Sobre essa base, “a revolução geográfica (do século XVI) produziu uma revolução econômica cujo agente essencial foi o comércio marítimo”.⁴²² Com a fundação da *Casa de Contratación* em Sevilha, em 1504, as viagens atlânticas interoceânicas ganharam voo meteoricamente: 226 idas e voltas às Antilhas em 1506-1510; 279 em 1511-1515; 446 em 1516-1520, antes da conquista mexicana. Entre 1503 e 1520 o ouro legalmente ingressado à Espanha por Sevilha se elevou a 14.113 quilos; somado aos ingressos precedentes e ao já importante contrabando, a soma total atingiu 30.000 quilos, ou trinta toneladas, quantia superior à produzida simultaneamente na Europa e à recolhida pelos portugueses na África. Quando o ouro inca e chibcha da América do Sul entrou em cena, as remessas de metálico americano aumentaram: 15.000 quilos entre 1541 e 1550; mais de 25.000 quilos nas duas décadas posteriores, com as entradas de prata (muito usada no comércio asiático dos europeus) já superando às de ouro (303 toneladas contra 42 entre 1551 e 1560). O valor do ouro, porém, equivalia a onze vezes o da prata de igual peso; seu valor monetário, portanto, manteve-se superior ao da prata até 1570. A exploração aurífera continuou por isso sendo o *motto* da colonização americana.

O sistema colonial facilitava, através das remessas metálicas, as bases para o desenvolvimento comercial e industrial europeu. A produção de mais-valia transformou-se “no fim último e único da humanidade”, em condições em que o saque colonial financiava o auge comercial da Europa inteira, não só o das potências coloniais circunstancialmente hegemônicas no comércio interoceânico. A Espanha não industrializada, mas colonizadora, logo não conseguiu satisfazer a demanda de produtos vinda de seus territórios coloniais, que passou a ser atendida através de compras da metrópole ibérica (que conservou seu monopólio colonial americano) em outros países europeus. Colônias de comerciantes, em especial genoveses, se instalaram em Sevilha, principal porto espanhol para as Américas, com esse objetivo, assim como em Portugal. Expansão comercial multilateral, colonização externa e acumulação de capital se integraram, pela primeira vez, num complexo histórico articulado.

⁴²² Bartolomé e Lucile Bennassar. 1492. Un monde nouveau? Paris, Perrin, 1991.

Europa recebia o ouro e a prata americana, mas não retinha esses metais: “Boa parte da prata que chegava a Lisboa e Sevilha seguia rapidamente para Lisboa ou Amsterdã, mas não se demorava por lá. Passava por elas e seguia para o destino final, o lugar que os europeus chamaram de ‘túmulo do dinheiro europeu’: a China. A China foi o destino global da prata europeia por duas razões. O poder da prata de comprar ouro nas economias asiáticas era maior do que na Europa. Se doze unidades de prata eram necessárias para comprar uma unidade de ouro na Europa, o mesmo volume podia ser comprado por seis ou menos unidades na China. A prata vinda da Europa comprava duas vezes mais [mercadorias] na China... A segunda razão para a China ser o destino era que os mercadores europeus tinham pouca coisa a mais para vender no mercado chinês. Com exceção das armas de fogo, os produtos europeus não podiam competir em qualidade e custo com as manufaturas chinesas. As manufaturas europeias pouco ofereciam além da novidade. A prata era a única mercadoria capaz de competir com o produto nativo, pois ali a produção de prata era pequena”.⁴²³ Para superar essa condição de compradora, dependente dos fluxos de metálico americano, Europa devia vender mais barato, e só poderia conseguir isso revolucionando as bases de sua produção.

O comércio internacional europeu virou a mola mestra da transformação econômico-industrial de seus países protagonistas, até esta se transformar, por sua vez, na mola propulsora desse comércio. O Estado foi posto e se pôs a serviço dessa transformação em alguns países europeus, em primeiro lugar na Inglaterra e Holanda. Antes da Revolução Industrial, portanto, Europa ocidental vinha gerando um meio capitalista havia pelo menos dois séculos. Seus fatores de destaque eram: 1) Os comerciantes e os mercadores europeus passaram a ser vistos internacionalmente como os principais manufaturadores e comerciantes do mundo, detendo também a confiança e reciprocidade dos governantes quanto à manutenção da economia em seus Estados; 2) A existência de um mercado em expansão para seus produtos, com a Índia, a África, a América do Norte e a América do Sul, crescentemente integradas à expansão econômica europeia; 3) O contínuo crescimento de sua população, que oferecia um mercado sempre crescente de bens manufaturados, além de uma reserva

⁴²³

Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 162.

adequada (eventualmente até excedente) de mão de obra livre para ser contratada.

Os reinos ibéricos ficaram quase totalmente fora desse processo. A política da Coroa portuguesa permitiu que uma “Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos (e que) procurava apoio nos vassallos, vinculando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial”,⁴²⁴ construísse um império colonial. Esses vassallos foram os colonos, que assumiram, por sua conta, os riscos do empreendimento colonial, embora recebendo vantagens e privilégios. Foi sobre essas bases que se desenvolveu a economia do *antigo sistema colonial* durante seus primeiros três séculos (desde o século XVI até o século XVIII). Por volta de 1700, esses elementos eram os seguintes: 1) Uma série de enclaves de mineração no México e no Peru; 2) Áreas de agricultura e pecuária situadas na periferia dos enclaves de mineração e voltadas para fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas; 3) Um sistema comercial planejado para permitir o escoamento da prata e do ouro para a Espanha que, de posse dessa riqueza, adquiriria os artigos produzidos na Europa ocidental, escoados através dos portos espanhóis para as colônias americanas.⁴²⁵

O colonialismo peninsular configurou um sistema de saque e exploração das colônias, e de fortalecimento do setor comercial da burguesia metropolitana, em detrimento do seu setor industrial (capitalista), o que se transformou num empecilho para revolucionar as relações de produção nas metrópoles ibéricas. Os reinos peninsulares, inicialmente centros do poder europeu, transformaram-se em colônias econômicas dos países mais desenvolvidos industrialmente. No quadro da acumulação originária de capital, realizada através da centralização e modernização estatal da violência, usada tanto nas metrópoles europeias como nas colônias, esses foram os ingredientes da duradoura hegemonia europeia em um mundo em proa à sua unificação geográfica e econômica.

⁴²⁴ Florestan Fernandes. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1977.

⁴²⁵ Stanley e Bárbara Stein. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 30.

12. COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO DA EUROPA

Os franceses reclamam que a sorte não lhes deu a América. Estão errados. Na realidade, a Espanha desempenha o papel das Índias para a França
(Baltazar Gracián, **El Criticón**, 1651)

A acumulação originária de capital foi um processo desenvolvido em escala mundial: ele não só alterou para sempre o curso histórico da África e da América, mas também a própria Europa, seu centro impulsionador, e suas históricas relações com o Oriente asiático. No seu decorrer operou-se o deslocamento do Mediterrâneo ocidental para o Oeste atlântico como centro de gravidade econômico e, portanto, também geopolítico. A partilha do butim da expansão atlântica foi concordada antecipadamente (depois de áspera disputa) pelos países ibéricos com a Igreja, com decretos como o do papa Nicolau V (em 1456) beneficiando o rei de Portugal, corrigidos pelos papas sucessivos. Pondo fim à guerra da sucessão de Castela, foi firmado o Tratado de Alcáçovas, em 4 de setembro de 1479, entre Afonso V de Portugal e os Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela. O tratado firmava a paz entre Portugal e Castela, assim como formalizava a renúncia do soberano português e de sua mulher às suas pretensões ao trono castelhano. O Tratado de Alcáçovas também regulamentava as possessões dos dois países no Atlântico, reconhecendo o domínio de Portugal sobre a ilha da Madeira, os Açores, Cabo Verde e a Costa da Guiné, ao mesmo tempo em que atribuía as ilhas Canárias a Castela. Como Castela renunciava também a navegar ao sul do Cabo Bojador, traçava-se na prática uma linha ao Norte da qual as terras pertenceriam a Castela e, ao Sul, a Portugal.

Pela primeira vez se regulamentava a posse de terras por descobrir, procedimento que seria retomado depois. Em 1493, atendendo a demandas de Portugal e Espanha (união de Castela e Catalunha-Aragão), o papa Alexandre VI emitiu uma bula, dirigida a toda a cristandade, em que reconhecia os direitos dos dois reinos sobre as terras descobertas e por descobrir não pertencentes, até o Natal de 1492, a nenhum outro soberano cristão. A bula *Inter Coetera* traçava uma linha fictícia, de Norte a Sul, distante 100 léguas a ocidente dos Açores e de Cabo Verde, ilhas atlânticas então pertencentes a

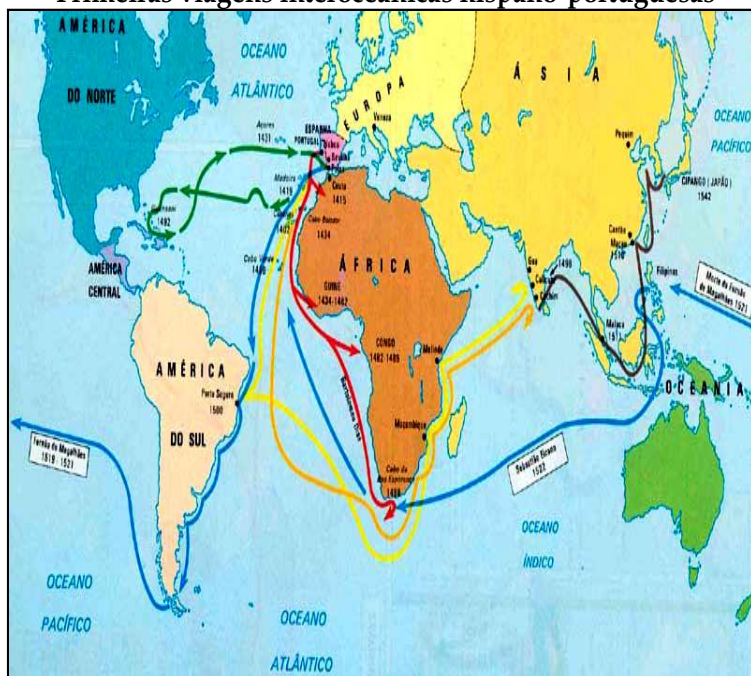
Portugal, por meio da qual se atribuíam à Espanha todas as terras descobertas e por descobrir situadas a Oeste desse meridiano e a Portugal, as terras situadas a Leste. Em fins do século XV, quando as relações internacionais entre os Estados eram ainda incipientes, fazia-se necessária a bênção do papado para qualquer iniciativa política internacional, ainda que fosse meramente proforma. A linha da bula *Inter Coetera* passava no meio do Oceano Atlântico e praticamente não incorporava terras do Novo Mundo ao quinhão de Portugal, algo que nesse momento os governantes de ambos os países, em tese, não sabiam, mas que provavelmente fosse já de conhecimento da monarquia portuguesa.

Como o papa Alexandre VI não atendera com a bula todas as reivindicações do soberano de Portugal, os portugueses pressionaram por uma nova negociação com a Espanha com vistas a rever a posição do meridiano recém-traçado. Essa reconfiguração vinculou-se à primeira tentativa de dividir o mundo inteiro, mediante contrato entre Espanha e Portugal via o papado, contrato finalmente realizado em 1494. O *Tratado de Tordesilhas*, firmado pelo rei D. João II de Portugal e os Reis Católicos, D. Fernando e Dona Isabel, redefiniu a distribuição do mundo entre as duas potências ibéricas. O meridiano de Tordesilhas foi estipulado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, ampliando assim as 100 léguas originalmente dispostas pela Bula *Inter Coetera*. As terras a Oeste pertenceriam à Espanha e as terras a Leste, a Portugal. Ratificado pelo papa Júlio II em 1506, o Tratado de Tordesilhas determinava ainda que todas as descobertas feitas por um e outro país, dentro da zona definida, pertenceriam ao país que a ela tivesse direito. Decidiu-se também proceder à determinação exata do meridiano dentro de dez meses da assinatura do documento.

Na prática, o meridiano de Tordesilhas resultou na incorporação de uma grande fração do território do *Novo Mundo* aos domínios de Portugal, as terras que mais tarde receberiam o nome de Brasil. A linha de Tordesilhas nunca foi demarcada com precisão durante o período colonial, variando a interpretação dos cartógrafos que se debruçaram sobre a empreitada. Medições modernas indicaram que o meridiano original passava pelas atuais cidades de Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina. No entanto, a descoberta das Ilhas Molucas (as ilhas das especiarias) levantou um questionamento sobre a extensão da linha de Tordesilhas, que dividia o orbe ao

meio, mas cujo traçado do outro lado do mundo (o hemisfério Sul) permanecia indefinido. Até onde alcançavam os domínios de Portugal e Espanha? Como na época não existiam técnicas de medição de longitudes, o que seria inventado pelos holandeses depois, foi necessário resolver a questão por meio da barganha diplomática, da que resultou o Tratado de Zaragoza, de 22 de abril de 1529, firmado por D. João III de Portugal e Carlos V, Sacro-Imperador Romano-Germânico e rei da Espanha. Por esse acordo Portugal pagaria à Espanha pela posse das Ilhas Molucas, enquanto que o meridiano de Zaragoza seria traçado a partir das Ilhas das Velas, próximas às Molucas.

Primeiras viagens interoceânicas hispano-portuguesas



Com essas bases jurídicas, a primeira grande expansão colonial europeia se produziu na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, para configurar o “antigo sistema colonial da era mercantilista... Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial. A colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos tempos modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de

relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia”.⁴²⁶ Essa expansão foi, no século XVI, principalmente ibérica. Com a batalha de Lepanto (1571) – “o maior evento testemunhado na era passada, presente e futura”, segundo Miguel de Cervantes, ferido gravemente na batalha – nas costas gregas,⁴²⁷ e a entrada de Felipe II de Espanha em Lisboa, o movimento geopolítico se definiu. O primeiro “império mundial” da história tinha sua capital em Madri e seus portos em Lisboa e Sevilha, sobre o Atlântico, e dava as costas ao Mediterrâneo. O centro de gravidade econômico, por sua vez, se deslocava para o Mar do Norte: com a entrada de Inglaterra, Holanda e França na expansão colonial, Fernand Braudel datou em 1650 a passagem do “mundo mediterrâneo” para a *história mundial* (da Europa).⁴²⁸

A produção e o comércio coloniais financiaram a revolução comercial europeia. E não só a revolução comercial. A riqueza conseguida pela coroa e pela burguesia francesa no comércio com a Espanha, em seguida à conquista e saque da

⁴²⁶ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 58.

⁴²⁷ Vencida pelos “cristãos”, encabeçados pela Espanha, a batalha de Lepanto foi o evento maior da derrota muçulmana na luta contra os “ocidentais” pelo controle do Mediterrâneo; ela concluiu em “uma cena de devastação impressionante, como uma pintura bíblica do fim do mundo. A escala do massacre deixou até mesmo os vencedores exaustos, abalados e chocados com a obra de suas mãos. Eles tinham testemunhado uma matança em escala maciça. Em quatro horas, havia 40 mil homens mortos, cerca de cem embarcações destruídas e 137 navios muçulmanos capturados pela Liga Santa. Dos mortos, 25 mil eram otomanos; apenas 3.500 foram pegos vivos. Outros 12 mil cristãos escravos foram libertados. A colisão definitiva no mar Branco deu ao povo no início do mundo moderno um vislumbre do Armagedom por vir. Só em 1915, em Loos, na França, durante a Primeira Guerra Mundial, essa taxa de mortandade seria superada” (Roger Crowley. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014, p. 378).

⁴²⁸ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992. Charles R. Boxer definiu Portugal como o primeiro “império global”: a primeira expansão oceânica portuguesa, anterior à espanhola, no entanto, teve mais caráter comercial (com enclaves) do que colonial.

América pelos ibéricos, permitiu investimentos estatais e não estatais em arte, ciência e universidades, que mudaram a cultura e a política do país, e depois da Europa. Na Universidade de Bourges, Jacques Cujas e seus alunos iniciaram o reestudo sistemático do Direito Romano em uma perspectiva humanista. O direito costumeiro e consuetudinário fora em suas origens a “lei da terra”, a lei dos bens de raiz. Entre 1500 e 1600 ele se tornou a “lei da Terra”, incorporando princípios elaborados nas esferas comercial e marítima. A transformação, gradual e lenta, nem por isso foi menos avassaladora, criando aos poucos uma nova ordem jurídica na Europa ocidental, baseada na *razão* e coincidente com os interesses do capital em expansão, em detrimento da lei costumeira protetora da nobreza feudal.

A “vitória da Razão”, a “libertação de Prometeu”, a pretensa superioridade da “civilização europeia”, no entanto, tiveram por base a barbárie colonial. Pierre Vilar insistiu não só no caráter compulsório, baseado na violência, da acumulação de dinheiro (metais preciosos) vinda de América, mas também na sua função central na revolução comercial europeia dos séculos XVI e XVII: “O ouro (das Américas) sempre foi obtido: 1) por pilhagem e desentesouramento forçado; 2) pela simples troca e sem autêntico mercado econômico; 3) pela procura de pepitas em areias auríferas. A chegada, primeiro a Lisboa, depois a Sevilha, do ouro africano e mais tarde do ouro americano foi o começo de uma atração, de uma vivificação comercial, e de uma alta dos preços fomentando a iniciativa. Porque será o ouro necessário para o comércio internacional? Porque, ainda que todas as transações se realizem por compensações escriturais, em um dado momento fica um saldo que o país beneficiário insiste em cobrar em forma de moeda válida internacionalmente”.⁴²⁹

A expansão asiática de Portugal, e a expansão americana da Espanha, provocaram uma explosão da demanda comercial na Europa. Para atendê-la, a produção asiática duplicou, *mas os seus preços triplicaram*. O comércio mundial da Ásia (subordinado às compras da Europa), portanto, *sextuplicou* (monetariamente) em apenas meio século. Nem Espanha, e menos ainda Portugal, tinham a possibilidade de monetizar semelhante tráfico comercial. As potências ibéricas tinham, por

⁴²⁹ Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 93 e 139.

assim dizer, dado um passo mais longo do que suas pernas, ou produzido mais história da que podiam consumir. Mas, à época, ignoraram natural e olímpicamente esse fato e tentaram, por todos os meios, resolver o problema, encontrado na solução o seu próprio túmulo enquanto potências europeias hegemônicas. Quando Vasco da Gama chegou à Índia, os comerciantes locais riram dos produtos europeus que ele ofereceu para troca comercial, e lhe sugeriram que oferecesse ouro em vez dessas “mercadorias”. Esse ouro, finalmente, veio da América. Europa dependeu durante séculos, até a Revolução Industrial do século XVIII, do ouro e da prata americanos para pagar suas (imprescindíveis) importações da Ásia. No século XVI os “conquistadores” ibéricos foram iludidos com a promessa de riqueza e ganhos materiais enormes, derivados dessa necessidade.

A conquista espanhola da América foi vasta e incrivelmente rápida. Os espanhóis tinham, sobre os nativos americanos, a vantagem de possuírem armas de fogo e cavalos, e se aproveitaram das divisões entre os indígenas. Não tardou muito para que a guerra e as doenças dizimassem várias populações nativas. A Coroa espanhola estava ávida em recolher os frutos da conquista, mas exerceu um papel relativamente pequeno na sua organização. Após as viagens de Colombo, a expansão do império espanhol foi em grande parte o trabalho de pequenos bandos privados de aventureiros armados, operando “espontaneamente”. Os bandos de conquistadores ibéricos eram em geral licenciados pela Coroa, mas eram recrutados e financiados por conquistadores, individualmente ou em parceria. Os líderes destes bandos provinham em geral das camadas mais baixas da aristocracia, e estavam ansiosos em adquirir o estilo de vida senhorial ao qual se acreditavam merecedores: “As *entradas* e *cabalgadas* militares dos europeus [na América] são manifestamente próximas do capitalismo. São ‘bandos’ de tipo medieval sob a forma de associações em comandita, ou até de sociedades por ações”.⁴³⁰ Próximas, possivelmente, mas não propriamente capitalistas.

Em 1543, usando a rota aberta no final do século precedente por Bartolomeu Dias, navios portugueses, em viagem comercial à China, chegaram, graças a um desvio provocado por uma tempestade, ao Japão, onde encontraram “o melhor dos povos descobertos até o presente, e certamente não

⁴³⁰

Jean Meyer. *Op. Cit.*, p. 126.

acharemos melhor entre os infiéis. São de comércio agradável; geralmente bons, carecem de malícia e se sentem orgulhosos de sua honra, que estimam mais do que qualquer outra coisa". O comércio português com os japoneses, que incluiu até a troca de palavras (o *arigatô* japonês ou o *sha* português) se estendeu até o fim do século XVI, e foi acompanhado da evangelização cristã, que adquiriu tons agressivos, criticando ao budismo japonês sua não crença na vida após a morte, e sua permissividade para com "o vício de Sodoma". Em 1590 já havia, segundo os jesuítas (já constituídos em guardiões mundiais do papado), 300 mil cristãos no Japão, recrutados tanto na casta dos grandes senhores quanto no povo. No final do século as relações comerciais luso-japonesas entraram em declínio, graças, primeiro, à chegada dos holandeses, comerciantes "modernos" que não faziam questão de misturar comércio com proselitismo religioso, e depois à unificação do país sob a égide do xogun Tokugawa, que pôs fim ao "século cristão" do Japão.⁴³¹ A presença portuguesa no Extremo Oriente continuou na ilha de Macau, concedida só para uso comercial pelo imperador chinês.

As potências ibéricas se concentraram na exploração das "novas terras", destinando a isso o melhor do seu esforço nacional. A riqueza inicial do império espanhol na América, baseada no saque, teria sido de curta duração se, a partir de 1530, os conquistadores não tivessem achado veios de prata nas colônias: assim, "transformaram-se, querendo-o ou não, de *bandidos* em mineiros".⁴³² A necessidade de metais preciosos por parte de Europa estava determinada pela sua baixa produtividade, especialmente agrícola, em relação ao Oriente, produtividade cujo aumento era o primeiro passo necessário para garantir a alimentação mínima de todos os membros da sociedade e, em seguida, para propiciar a existência de muitas pessoas alimentadas pelos excedentes agrícolas e empregadas em atividades administrativas, militares, sacerdotais, comerciais, artesanais e industriais. Desde a Antiguidade, Europa não tinha produtos que pudessem atrair os orientais, enquanto os "europeus", começando pela Grécia antiga, sempre ambicionaram comprar os produtos orientais (tecidos de seda, algodão e lã de melhor qualidade, por causa do

⁴³¹ Xavier de Castro. *La Découverte du Japon par les Européens (1543-1551)*. Paris, Chandeigne, 2013.

⁴³² Carlo M. Cipolla. *Conquistadores, Piratas, Mercaderes*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

desenvolvimento da tecnologia têxtil oriental) mais aperfeiçoados do que os produtos ocidentais, isso sem contar as especiarias e outros produtos que, no Oriente, eram populares, mas no Ocidente eram de luxo, como o chá e o açúcar.

Europa (especialmente Europa ocidental) sempre fora uma região compradora. Exportava pouco e importava muito, por isso dependia de obter ouro e prata para pagar as importações orientais. Assim ocorria porque o desenvolvimento maior da produtividade agrícola no Oriente propiciou um excedente maior de população, que podia se dedicar a atividades não agrícolas. Essa produtividade foi conseguida porque os produtores agrícolas eram proprietários de sua gleba, sem que a escravidão e a servidão agrícolas tivessem o peso esmagador que tiveram no Ocidente, em Grécia, em Roma, e na Europa da Idade Média. Isso possibilitou um maior desenvolvimento, no Oriente, do comércio, da monetarização e da cobrança de tributos em dinheiro, não em trabalho ou produtos, e da aplicação de recursos em investimentos tecnológicos.⁴³³

A colonização espanhola da América, dirigida a obter metais preciosos (ou seja, moeda para o comércio interno e externo europeu), esteve baseada e focada nas cidades, que funcionavam como centro organizador do saque ou da extração de metais. Sempre que uma expedição conquistava um território, a primeira ação de seu líder era fundar uma cidade. Os colonizadores espanhóis e portugueses também aspiravam a um estilo de vida opulento e de ostentação, obviamente urbano e não rural. O núcleo urbano tornou-se fundamental para o imperialismo ibérico. Praticamente todas as repúblicas latino-americanas modernas possuem cidades importantes e capitais que remontam a mais de 400 anos e a uma fundação por um conquistador. O ouro e a prata encontrados tornaram-se um importante fator na consolidação dos assentamentos europeus. As minas precisavam de trabalhadores, e as cidades coloniais em crescimento precisavam ser abastecidas. Os ibéricos

⁴³³ Clive Ponting, *World. History. A new perspective*. Nova York, Chatto & Windus, 2000. Uma discussão sobre a não ocorrência da Revolução Industrial no Oriente, em especial na China, encontra-se em: Perry Anderson, *Linhas do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984; assim como em: Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence. China, Europe and the making of the modern world economy*. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000

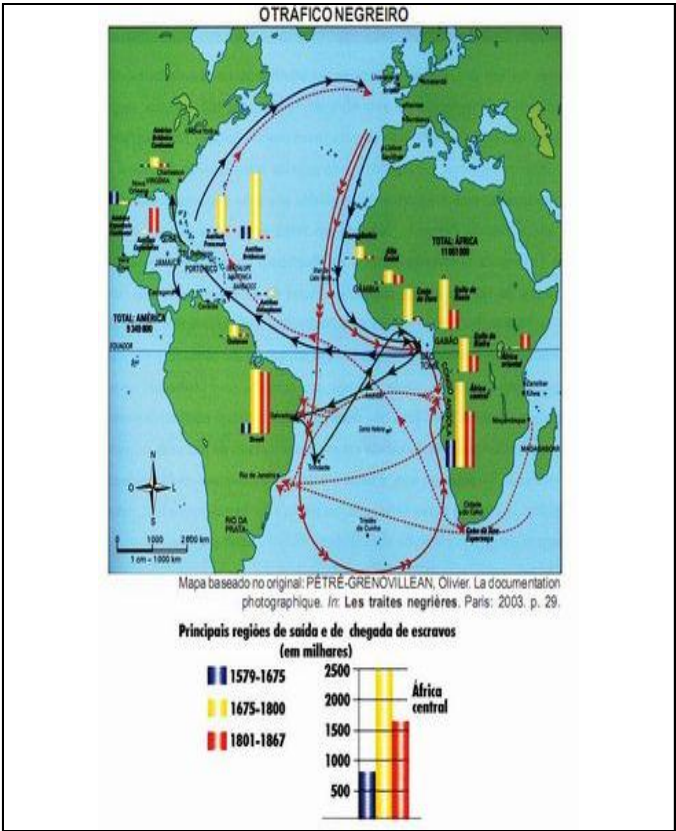
estabeleceram para isso suas próprias fazendas. As populações americanas nativas foram vistas como fontes de mão de obra tanto para a mineração como para a agricultura. Grupos de índios foram distribuídos entre os principais colonizadores para serem “cristianizados” e “civilizados”. Os colonizadores governaram diretamente por um curto período de tempo; depois, as coroas ibéricas assumiram o controle do novo império, impondo instituições aos territórios conquistados. Governadores espanhóis e portugueses, burocratas e oficiais do tesouro assumiram seus postos na estrutura emergente do novo governo imperial das colônias; os conquistadores foram postos de lado, recompensados com títulos ou terras.

A Igreja Católica assumiu uma posição fundamental no novo império, adquirindo grandes propriedades fundiárias e um enorme poder. A exploração da prata e do ouro se expandiu após 1550. Durante duzentos anos as frotas realizaram viagens anuais de ida e volta a um pequeno número de portos autorizados. Os principais centros do império espanhol na América após 1580 eram as capitais dos vice-reinados do México e Lima. O de Lima se estendia por toda a América do Sul espanhola exceto a costa da Venezuela (só no século XVIII mais dois vice-reinados foram criados). Nessas condições econômicas, os sociais grupos mais explorados da sociedade colonial eram os índios e os escravos negros concentrados no Caribe, na costa do Peru e no Brasil. A camada intermediária da sociedade colonial consistia basicamente em mestiços. As classes altas eram predominantemente espanholas ou portuguesas. Estas divisões eram, no entanto, mais de classe do que de raça. Um mestiço com dinheiro o bastante podia tornar-se “espanhol” ou “português”.

A população indígena americana encolheu (sofreu uma catástrofe demográfica) nos séculos XVI e XVII, passou depois por um período de estabilização, após o qual começou uma lenta recuperação no século XVIII. O outro grande alicerce do processo de exploração do “Novo Mundo” foi a escravidão africana, que desarticulou e destruiu as unidades políticas existentes nesse continente. Na parte meridional das florestas centrais africanas existiram, entre os anos 1000 até 1500, reinos que controlavam áreas equivalentes às da maioria dos países modernos da Europa. O reino do Congo, que se localizava na foz do rio Congo e em Angola, era um dos maiores. Existia ainda o reino Luba, e outro grupo de reinos menores que

ficavam ao redor dos grandes lagos dos países que são hoje o Burundi, a Ruanda, a Tanzânia e o Uganda.

O reino do Caranga, chamado às vezes de Império de Muanamutapa, estava localizado onde é hoje o Zimbábue, sua capital era a “Grande Zimbábue”, o mais importante centro comercial da África subsaariana, que legou seu nome ao território da antiga colônia inglesa de Rhodesia. O reino do Caranga vendia ouro para os comerciantes que viviam no litoral oriental, era o único reino da parte meridional que se contatava com o mundo exterior. Outros reinos meridionais africanos ficaram isolados, sem contatar com os grandes centros onde se desenvolvia a produção e o comércio da África. A expansão europeia os conectou com o mundo através da caça aos escravos, além de desagregar progressivamente os grandes centros políticos da África pré-colonial.



Pela bula *Dum Diversas*, de 1452, o papa Nicolau V concedeu ao rei de Portugal D. Afonso V, e seus sucessores, a faculdade de conquistar e subjugar as terras dos "infiéis" e de reduzi-los à escravidão. Já em meados da década de 1470 os portugueses tinham começado a comerciar escravos no golfo do Benin, na África, e a frequentar o delta do rio Níger e os rios que lhe ficavam a Oeste, negociando escravos. As primeiras excursões portuguesas à África subsaariana foram pacíficas (o marco da sua chegada foi a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em Gana, em 1482), os portugueses muitas vezes casavam com mulheres nativas e eram aceitos pelas lideranças locais. Os investimentos na navegação da costa do Oeste da África foram inicialmente estimulados pela crença de que a principal fonte de lucro seria a exploração de minas de ouro, expectativa que não se realizou. Deu-se início, assim, ao comércio de escravos, que se estabeleceu e desenvolveu no Atlântico entre 1450 e a segunda metade do século XIX, e que contabilizou, nesse período, a venda (estimada) de 11.313.000 indivíduos, transportados da África para as Américas. Destes, 4.860.000 foram destinados ao Brasil, que recebeu quase 40% dos seres humanos embarcados como escravos na África.

Em torno do comércio de escravos estabeleceu-se o comércio de outros produtos com a África, como marfim, tecido, tabaco, armas de fogo e peles. Os comerciantes usavam como moeda pequenos objetos de cobre, manilhas e contas de vidro, trazidas de Veneza. Quer por meios violentos ou pacíficos, o comércio dos países ibéricos era sempre um comércio de intermediários. E a principal riqueza obtida pelos europeus na África foi a mão de obra demandada pelas colônias americanas. Essa demanda lhes deu um bom motivo para os investimentos em explorações marítimas, que os portugueses já vinham fazendo desde o século XIV. Dessa forma, embora já no século XV escravos fossem vendidos na Europa, foi só com a exploração das colônias americanas que o tráfico escravagista atingiu grandes proporções. O investimento europeu em guerras externas geradoras de escravos modificou profundamente a África e também as Américas.

Cidades africanas atacavam outras cidades, escravizando a população para vendê-la aos europeus. Desde muito antes da chegada dos portugueses a Gana, a escravidão articulada com a expansão do Islã esteve calcada em moldes sexuais diferenciados. Os árabes vendiam os homens e ficavam com as mulheres, que eram absorvidas pelas comunidades. Os

filhos destas costumavam ser assimilados pela sociedade muçulmana. A preferência dos traficantes árabes por cativas do sexo feminino foi um fator para que, no início, os europeus comprassem mais homens do que mulheres. Outro fator importante foi a constatação de que os homens eram mais resistentes às péssimas condições de salubridade a que eram submetidos nas longas viagens de travessia do Oceano Atlântico em navios negreiros. Também por isso, as populações de escravos nas Américas não tinham como se sustentar por meio da reprodução biológica, o que gerava uma constante substituição dos escravos por novas levas, e girava a máquina dos negócios dos traficantes.

Dessa forma, o trabalho escravo esteve diretamente relacionado à consolidação da infraestrutura comercial necessária para sua exportação. Contrariando Sérgio Buarque de Holanda, Arno e Maria José Wehling afirmaram que a sociedade portuguesa era estamental, apresentava uma ordem social rígida. Em sua instalação alhures, esses estamentos teriam sido afrouxados, em virtude da “sensação de liberdade do Novo Mundo, onde as peias sociais seriam mais frouxas, a mobilidade mais fácil, a presença do Estado mais tênue, sensação resumida na expressão que afirmava não haver pecado ao sul do Equador”.⁴³⁴ Haveria, portanto, separação rígida entre senhores e escravos, que implicava em regras de conduta e respeito, sob pena de castigo: o negro era propriedade de seu senhor, e este fazia o que quisesse dele. O negro tornou-se o elemento produtivo e trabalhador do Brasil colonial porque o colono não tinha interesse em trabalhar (ele queria ostentar riqueza fácil e títulos de nobreza de forma fácil e que não necessitasse o seu próprio esforço) e também porque os índios, bons caçadores, pescadores e extrativistas, não se adaptaram ao trabalho metódico que exigia as lavouras de cana e a produção açucareira. O negro constituiu, assim, uma necessidade produtiva na colônia.

Espanha, primeiro, e Portugal, depois, iniciaram, com esses métodos e com um século de antecedência em relação às outras potências colonizadoras (Inglaterra, Holanda, França), a conquista e colonização das novas terras americanas, e em outros continentes. A instalação dos portugueses em Nagasaki (Japão) se realizou em 1570, ao mesmo tempo em que o

⁴³⁴ Arno e Maria José Wehling. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo, Nova Fronteira, 1994, p. 120.

espanhol Miguel López de Legazpi iniciava a colonização espanhola das Ilhas Filipinas, realizando logo depois a fundação de Manila, ainda hoje sua capital. Parecia que as potências ibéricas, donas do mundo, iriam finalmente chocar pelo poder mundial no teatro asiático. Mas eram, na verdade, potências de pés de barro.

Outros processos e acontecimentos, de raízes mais profundas, se interpuseram. Em 1602, quando 102 puritanos ingleses desembarcavam do *Mayflower* na América do Norte, um século depois do estabelecimento dos portugueses no Brasil, em uma terra sem qualquer outra população a não ser a de pequenos povoados indígenas ainda no estágio econômico da coleta e de caça, os soberanos espanhóis que, nessa época, eram também os de Portugal, reinavam já desde havia um século sobre um império de mais de 29 milhões de km² e haviam submetido a seu domínio milhões de indígenas de alta civilização, de quem exploravam o trabalho e confiscavam as riquezas. O ímpeto colonizador das outras potências europeias se originou a partir da criação da Companhia Britânica das Índias Orientais e da Companhia das Índias Orientais Holandesas, no século XVII. Um novo tipo de colonização tinha início. Os motivos da inicial primazia ibérica foram a boa tradição marinheira, a tensão demográfica e as lutas sociais internas, as técnicas marítimas (entre as que se destacou a *carabela*, o navio que possibilitou as viagens interoceânicas) e científicas.

O primeiro objetivo dos conquistadores ibéricos foi a obtenção de metais preciosos, atendendo às necessidades das monarquias europeias, que deles precisavam para financiar seus gastos. Esses gastos tinham crescido muito desde que se transformaram em monarquias territoriais, superando as muitas divisões próprias da Idade Média: a organização dos exércitos reais, para submeter à nobreza feudal, e empreender contínuas guerras pela supremacia na Europa, implicava em gastos monetários enormes.

Assim, Espanha recebeu de suas colônias americanas, no período compreendido entre 1503 e 1660, 181.133 kg. de ouro e 16.886.815 kg. de prata. Pierre Chaunu calculou em 85 a 90 mil toneladas (90 milhões de kg.), em valor prata, a produção de metais preciosos da América colonial de 1500 a 1800, isto é, o equivalente a algo entre 80% e 85% da produção mundial nesse mesmo período. Essa entrada enorme de metais preciosos na Europa constituiu um dos episódios maiores da história

moderna: “Foi esse fato que desencadeou a crise dos preços do século XVI, e salvou a Europa de uma nova Idade Média, permitindo a reconstituição de seu estoque metálico”.⁴³⁵

A crise suscitada por essa “revolução dos preços” (que quadruplicaram na Europa, ao longo do século XVI) contribuiu, através da inflação,⁴³⁶ para a ruína de inúmeros artesãos ou pequenos proprietários, criando uma das condições da passagem para o capitalismo: o aparecimento de trabalhadores livres, despossuídos de qualquer propriedade a não ser a sua força de trabalho. O total de ouro circulante na Europa entre 1500 e 1650 saltou de cinco mil para 180 mil toneladas, e a prata de 16 mil para 60 mil toneladas.⁴³⁷ Parte importante desviou-se para comprar importações de mercadorias do Oriente, mas outra grande parte alimentou o orçamento dos Estados que o despenderam em exércitos e armadas, emprestando dos banqueiros e criando o déficit fiscal como regra. Na Europa ocidental, o preço médio do trigo quadruplicou na segunda metade do século XVI. Os preços em geral quadruplicaram na Espanha nesse século; na Itália, o preço do trigo multiplicou-se por 3,3; por 2,6 na Inglaterra, e por 2,2 na França.

A rota da inflação acompanhou a rota de entrada e de transporte dos metais preciosos americanos na Europa, que na Idade Média não tinha conhecido aumentos de preço dessa magnitude: “A descoberta e a conquista puseram em movimento um enorme fluxo de metal precioso da América à Europa, e o resultado foi uma grande elevação de preços - uma inflação ocasionada por um aumento da oferta do melhor tipo de dinheiro de boa qualidade. Quase ninguém na Europa estava tão afastado das influências do mercado para não sentir algum efeito sobre o seu salário, sobre o que vendia, ou sobre qualquer pequeno objeto que quisesse comprar. Os aumentos de preços ocorreram inicialmente na Espanha, onde os metais chegaram em primeiro lugar; a seguir, à medida que eram carregados pelo comércio (ou, talvez em menor escala, pelo

⁴³⁵ Pierre Chaunu. *História da América Latina*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1981.

⁴³⁶ Cf. Michel Beaud. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981; e, sobretudo: Fernand Braudel. *Il tesoro americano e la rivoluzione dei prezzi*. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

⁴³⁷ Earl J. Hamilton. *El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en España 1501-1650*. Barcelona, Crítica, 2000.

contrabando ou por conquista) à França, aos Países Baixos e à Inglaterra, a inflação os seguiu. Na Andaluzia, entre 1500 e 1600, os preços subiram cinco vezes. Na Inglaterra, se tomássemos como 100 os preços da última metade do século XV, isto é, antes das viagens de Colombo, à altura da última década do século XVI estariam a 250; oitenta anos mais tarde, ou seja, na década de 1673 a 1682, estariam a 350, três vezes e meia acima do que haviam alcançado antes de Colombo, Cortez e Pizarro. Após 1680, estabilizaram-se e assim permaneceram, pois tinham caído muito antes na Espanha. Esses preços, não os relatos dos conquistadores, representaram a notícia de que a América tinha sido descoberta, para a grande maioria dos europeus”.⁴³⁸

Na época, a maioria dos senhores feudais europeus já recebiam as contribuições anuais dos servos em moeda, uma taxa fixa por pessoa. Ao dobrar a quantidade de ouro, permanecendo pouco alterada a produção de bens, os preços duplicaram igualmente, reduzindo pela metade os rendimentos (o poder de compra) dos senhores feudais: “A crise econômica da nobreza feudal deu início a uma grande transferência de riqueza, cujo exemplo macroscópico foi a venda dos feudos. Para piorar a condição econômica da aristocracia e aumentar os ganhos especulativos da burguesia comercial surgira uma circunstância muito particular: o rápido aumento da massa de capital circulante, que se seguiu à importação massiva de metais preciosos, determinando um amplo fenômeno de inflação dos preços que se repercutiu negativamente nos valores fundiários feudais”.⁴³⁹

A “revolução dos preços” produziu uma transferência de renda dos senhores feudais para a classe capitalista comercial emergente, debilitando os primeiros e fortalecendo a segunda, que não deixou de advertir o potencial político da simultânea rebelião popular contra os senhores: “No início do século XVI a ordem estabelecida parecia ameaçada na Europa. A velha pressão da nobreza e a pressão renovada de alguns soberanos que reclamavam mais impostos e mais soldados, pesavam duramente sobre as camadas populares, especialmente sobre os camponeses. Seu mal-estar se

⁴³⁸ John K. Galbraith. *Moeda*. De onde veio, para onde foi. São Paulo, Pioneira, 1977.

⁴³⁹ Giuliano Conte. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Lisboa, Presença, 1979, p. 79.

expressava em revoltas cada vez mais frequentes, quase uma por ano. Essas revoltas eram cada vez mais conscientes e radicais, com frequência delineavam exigências de reforma social. Não importa que reivindicassem uma ‘economia moral’ ilusória que supunham que os senhores tinham tornado vulnerável, ou que invocassem a lei divina e que fizessem uma leitura igualitária dos evangelhos, o que dava um caráter ‘tradicional’ a seu discurso. Por trás desses argumentos existia a esperança de uma nova sociedade na qual os homens seriam iguais em direitos, as autoridades eleitas e a religião não seria um instrumento de controle social nas mãos dos clérigos”.⁴⁴⁰ Uma revolução social estava a caminho, alicerçada na rebelião popular no campo.

Os séculos XVI e XVII são comumente descritos respectivamente como períodos de expansão, e depois de depressão, da economia europeia. Essas descrições em “preto e branco” possuem um fundo de verdade, mas mascaram uma realidade mais complexa, e impossibilitam perceber o que foi a principal característica da economia europeia no início da era moderna: a reviravolta do equilíbrio tradicional do poder econômico, e a mudança do eixo econômico preponderante do Mediterrâneo para o Mar do Norte; o declínio da Espanha e da Itália e a emergência dos “Países Baixos do Norte” (Holanda) e da Inglaterra. A crise europeia do século XVII, identificada com a “revolução dos preços”, a crise da agricultura, o estancamento populacional, ensejou o declínio final do feudalismo no continente, o auge do capital comercial e o que foi chamado de “protoindustrialização”, sintomas anunciadores de um novo modo de produção (nascido, justamente, dessa crise).⁴⁴¹

No final de seu reinado (e de sua vida), “Carlos V deixou restaurado seu império na Europa. Tinha Espanha, Itália, metade da Alemanha e os Países Baixos sob o seu controle ou o do seu irmão Fernando. O Império das Índias, embora ninguém usasse essa expressão, estava na prática sob direção espanhola.

⁴⁴⁰ Josep Fontana. *Op. Cit.*, p. 89.

⁴⁴¹ Peter Kriedte. *Feudalismo Tardío y Capital Mercantil*. Líneas maestras de la historia económica europea desde el siglo XVI hasta finales del XVIII. Barcelona, Crítica, 1982; cf. Também: Eric J. Hobsbawm. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: Charles Parain et al. *Op. Cit.*

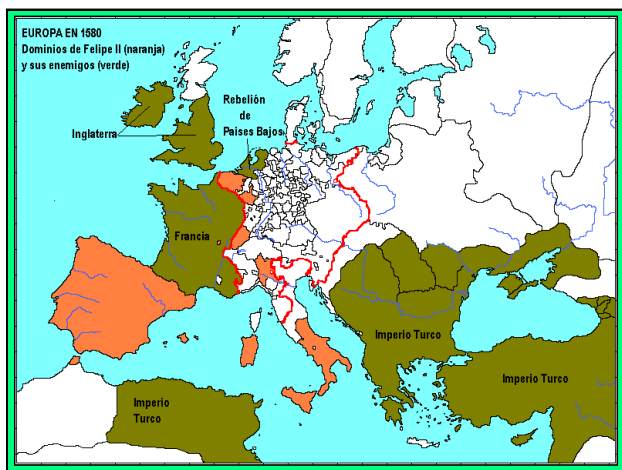
Império espanhol de Felipe II (acima) e herança europeia de Carlos V (em baixo)



Algumas de suas partes eram economicamente prósperas, sobretudo depois do emprego de um amálgama de mercúrio que facilitou a mineração da prata. Zacatecas e Potosí eram grandes fontes produtoras de prata. Em 1558, as Antilhas espanholas produziam 60 mil arrobas anuais de açúcar que se exportavam a Sevilha”.⁴⁴² Na segunda metade do século XVII

⁴⁴² Hugh Thomas. *El Imperio Español de Carlos V*. Buenos Aires, Planeta, 2011, p. 582.

houve pronunciada queda dos preços na Europa, com aumento do poder aquisitivo dos metais preciosos, o que levou a uma “apaixonada busca de ouro e prata na África, América e Extremo Oriente”.⁴⁴³ Com a guerra de sucessão espanhola, França estabeleceu um vínculo direto, através do Pacífico austral, com os centros mineiros peninsulares na América: “Os ganhos fabulosos dessas expedições afetaram todo o clima mercantil francês”,⁴⁴⁴ afiançando a hegemonia francesa no continente e consolidando o declínio das potências ibéricas. Espanha, apesar do enorme estímulo que recebera com a injeção de metais preciosos vindos da América, não conseguiu se desenvolver economicamente (isto é, produtivamente): houve um significativo aumento da procura por bens manufaturados, mas, para satisfazer essa exigência, recorreu-se às importações. Grassou nos *fidalgos* espanhóis a ideia de que Espanha não precisava produzir, cabendo a outras nações realizar tal tarefa, supostamente “inferior”.



A sistematização econômica do imenso espaço americano conquistado pelos espanhóis pode ser assim resumida: distribuição de terras em quantidade quase ilimitada aos conquistadores, e atribuição aos mesmos de um grande número de índios obrigados ao trabalho forçado nessas terras. Findo o momento violento da conquista, não se pode dizer que

⁴⁴³ Pierre Vilar. *Op. Cit.*

⁴⁴⁴ Carlos Malamud. *Cádiz y Saint Malô en el Comercio Colonial Peruano (1698-1725)*. Madri, Universidad Complutense, 1986.

a colonização se desenvolveu com base em princípios diferentes. O “absolutismo ilustrado” dos Bourbon, que substituíram a Casa dos Áustria na Espanha, racionalizou e aperfeiçoou esse sistema, sem mudar suas bases. A situação se tornou cada vez mais anacrônica: “A segunda metade do século XVIII conheceu uma forte expansão da produção e da exportação de bens de origem americana (...) movimentos que não dão lugar a fenômenos de desenvolvimento, mas apenas de crescimento. Não houve nenhuma mudança na estrutura social”.⁴⁴⁵ Felipe II tinha oferecido ao mundo ocidental uma demonstração da mentalidade espanhola de seu tempo: ao homenagear o mártir São Lourenço, o filho de Carlos V mandou construir o monumental Mosteiro de Escorial, sem dúvida alguma o maior, mais rico e mais imponente da Europa de seu tempo. Essa tendência esbanjadora não sofreu solução de continuidade, com a ascensão dos Bourbon à coroa da Espanha.

Fernand Braudel, no entanto, considerou Felipe II o primeiro estadista europeu no sentido moderno,⁴⁴⁶ o primeiro rei absolutista que não se deslocava com sua pesada e dispendiosa Corte pelos seus domínios (semeando castelos à sua passagem), mas que administrava seu império mundial católico, erguido contra a heresia protestante e a infidelidade muçulmana, sem sair de sua sede madrilenha: “O Estado moderno de Felipe II, universal e descentralizado, não podia funcionar sem uma classe dirigente à sua medida. Universidades proveram os letrados, os dirigentes civis minuciosos e trabalhadores que ocuparam todos os postos intermediários até as altas hierarquias... A essa grande nobreza espanhola o Rei associou as cabeças mais brilhantes da nobreza italiana, flamenca e borgonhesa, seus outros vassalos, encontrando-se também ao seu serviço grandes vassalos de outros reinos, como França, e nobres dos principados alemães e centro europeus. Desde 1580, os nobres portugueses trabalharam também com o grande Rei. Na convulsionada Flandres se sucedem no governo o espanhol Duque de Alba, o meio-irmão alemão do Rei, Don Juan de Áustria, e depois seu sobrinho flamenco-italiano, Alejandro Farnesio. As suas frotas

⁴⁴⁵ Ruggiero Romano. *Le rivoluzioni del centro e sudamerica*. In: *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973, pp. 162-163.

⁴⁴⁶ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

mediterrâneas eram comandadas pelo Almirante genovês Andrea Doria. E, ao chegar o tempo da política para o Atlântico, o conselheiro e suporte do Rei seria o cardeal Antoine Perrenot de Granvelle, nascido e criado no Franco Condado. A dança desta grande nobreza foi um instrumento de poder de primeira magnitude com representação do rei sedentário... O Estado Universal de Felipe II atingiu assim seus traços fundamentais, um governo moderno e descentralizado, e uma classe dirigente à sua medida".⁴⁴⁷

Se a transformação política que levava para o Estado moderno tinha por teatro fundamental a potência ibérica, a transformação econômica tinha outros teatros. Eles eram a França, a Inglaterra e a Holanda, que auferiram grandes lucros com a exportação de produtos manufaturados para a Espanha. A esfera da produção marginalizada no reino ibérico fazia aumentar o abandono das terras e o desemprego, sempre mascarado pelo Estado através do crescimento da burocracia estatal, e pela Igreja Católica espanhola pelo crescimento do número de seus clérigos. Com a queda da produção de metais, e com a queda da importação (demanda) das colônias, que passaram a produzir os bens que antes importavam da metrópole, a situação do tesouro espanhol, já minado por uma série de guerras, tornou-se crítica desde o século XVII.

A derrota da Armada Invencível em 1588 apenas anunciou o declínio irreversível da potência ibérica. As quantidades de ouro e prata americanos chegados em Sevilha caíram duas vezes entre 1550 e 1650. O comércio sevilhano caiu de 55 navios anuais e 20 mil toneladas transportadas em 1600-1604, para oito navios e 2.500 toneladas em 1701-1710. O aumento dos impostos não conseguiu equilibrar o orçamento real. A população espanhola recuou para seis milhões de habitantes em finais do século XVI. O recuo econômico espanhol foi rapidamente acompanhado pelo seu recuo militar e geopolítico, na guerra europeia contra protestantes, suecos e franceses, e na guerra marítima contra Inglaterra e Holanda. A culminação do império colonial espanhol fez com que a guerra fosse travada quase simultaneamente em quatro continentes e nos sete mares, "uma luta seiscentista que bem poderia ser

⁴⁴⁷ Daniel Larriqueta. *La Argentina Renegada*. Buenos Aires, Debolsillo, 2004, pp. 124-126.

chamada de primeira guerra mundial”.⁴⁴⁸ Que culminaria num progressivo e diplomático recuo da principal potência ibérica, que não se limitou a ser uma redistribuição de esferas e de áreas de poder nos diversos continentes, mas inaugurou uma nova *ordem europeia*, baseada, além disso, sobre *novos princípios políticos*.

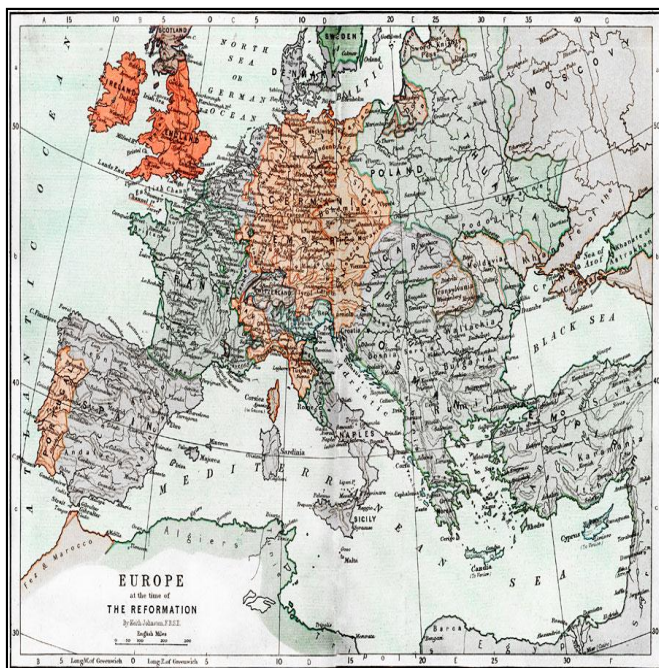
Na Itália, o processo de declínio econômico se verificou já no século XV. Entre 1454 e 1538 a península italiana foi assolada por uma série de guerras que desorganizaram a produção de bens manufaturados. Nesse século, o “espírito de iniciativa” dos comerciantes experimentou uma queda: eles passaram a preferir os investimentos fundiários baseados na renda segura da agricultura, em vez de arriscar em viagens ou em investimentos externos. Antonio Gramsci apontou dois fatores que contribuíram para isso: 1) As lutas de classes nas comunas (cidades) e a falência dos devedores; 2) A ausência de um grande Estado que protegesse investimentos e súditos italianos no exterior. Diversamente da França, o Estado comunal não se desenvolveu em um forte Estado territorial.⁴⁴⁹

Contudo, após 1538 houve uma recuperação da economia italiana, beneficiada pelo fato dos reinos italianos se consolidarem como nós do comércio europeu, com Milão como *plaque tournante* da economia continental e a Itália do Sul como sua via principal para o comércio com o Levante. Mas a recuperação italiana trouxe em si um elemento que no futuro seria uma nova causa de estagnação. O novo surto de prosperidade fez com que houvesse um fortalecimento das corporações de ofícios, cujo comportamento resistente às inovações tecnológicas, protetor dos salários e partidário de evitar a concorrência, tornou os produtos italianos pouco competitivos, porque caros. Os produtos ingleses e holandeses, inferiores em qualidade, mas mais baratos, tinham maior aceitação nos mercados externos.

Enquanto Inglaterra resolvia seus problemas de unificação interna e segurança externa, e no marco do recuo internacional “latino”, Holanda reconstruiu a rede das finanças e do comércio mundiais, chegando até a Índia.

⁴⁴⁸ Charles R. Boxer. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Londres, Penguin Books, 1990.

⁴⁴⁹ Antonio Gramsci. *Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979, p. 11.



Europa antes da “Paz de Westfalia”

A Companhia das Índias Orientais foi criada em Amsterdã em 1602 quando, em apenas uma semana, os comerciantes da cidade reuniram com esse fim 6,5 milhões de florins, o equivalente à metade do dinheiro circulante na França. Como isso foi possível? Já desde finais do século XVI representantes comerciais dos Países Baixos navegavam pelo Ártico e faziam negócios na China. Com a fundação, em 1621, da Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses estenderam ainda mais suas rotas marítimas, consolidando um novo império comercial e financeiro baseado em companhias privadas de navegação. Fortes espalhados por todos os cantos do mundo, armazéns, plantações, um exército particular de dez mil homens, quarenta navios de guerra e 150 navios mercantes garantiam um patrimônio instalado nos mais diversos pontos do planeta: o Cabo (na África), a Índia, o Golfo Pérsico, as Índias Orientais, Japão, Nova York (chamada inicialmente de Nova Amsterdã), Ceilão e até o Mar do Caribe, onde nasceram as “Antilhas Holandesas”, com Curaçao como centro econômico vital, numa ilha antilhana situada a apenas sessenta

quilômetros das costas venezuelanas (ou seja, das colônias americanas da Espanha).⁴⁵⁰

Assim, foi no final século XVI que a burguesia se projetou como classe dominante no cenário mundial, graças ao capital comercial holandês. A burguesia holandesa crescera na luta contra o absolutismo espanhol, entre 1527 e 1609, depois da cisão da Valônia, propiciada pela ideologia calvinista reinante nos Países Baixos. Em 1596 os holandeses tomaram o controle das Índias Orientais. Sem nenhuma preocupação evangelizadora, como a que pretextaram seus predecessores ibéricos, os colonizadores dos Países Baixos, organizados em modernas companhias, fincaram o pé na Indonésia, na Índia, na África ocidental e meridional e no Norte do Brasil, disputando com os espanhóis a Guiana e com os ingleses a Baía de Hudson. Sem perder muito tempo com posições que julgavam comercialmente pouco lucrativas, os holandeses reforçaram sua presença em Java ao mesmo tempo em que abandonaram Austrália, Pernambuco, Nova Amsterdã ou Taiwan (Formosa). Em guerras contra Inglaterra, perderam depois a colônia do Cabo, Ceilão e a Malásia, mas não a Indonésia.

Os holandeses eram comerciantes coloniais, intermediários, repassadores de mercadorias e caçadores de lucros; suas companhias por ações possuíam direitos soberanos nos territórios conquistados: partilhavam neles o poder com as dinastias ou senhores locais e com a “burguesia compradora” que surgia entre os nativos, mantendo intocada a estrutura social, política e religiosa que encontravam nos novos territórios. Além de capital intelectual da Europa, Holanda tornou-se sua maior potência naval; os holandeses ficaram conhecidos como “o quinto elemento do mundo”, por aparentemente estarem em toda parte do mundo conhecido. Inglaterra, por sua vez, desde a Baixa Idade Média produzia a melhor lã da Europa, e aos poucos foi reduzindo suas importações e incrementando sua atividade manufatureira, estimulada pela crescente procura externa na primeira metade do século XVI, uma vez que Itália, sua principal concorrente, estava envolvida em guerras internas. Assim como os Países Baixos, Inglaterra também foi beneficiada pelo fluxo migratório decorrente das perseguições religiosas empreendidas em Espanha e Portugal (os antepassados de David Ricardo, futuro economista e paladino do liberalismo econômico inglês, eram

450

Charles R. Boxer. *Op. Cit.*

portugueses judeus dedicados ao comércio vinícola na ilha), além de desenvolver uma habilidade para se apropriar de novas tecnologias, e aperfeiçoá-las.⁴⁵¹

As novas relações de força geopolíticas mundiais impactaram na “ordem europeia”, que consagrou o retrocesso da potência ibérica. Durante a “Guerra dos Trinta Anos” (1618-1648), chamada de “a última guerra de religião”,⁴⁵² diversos países europeus travaram uma série de sangrentos conflitos, especialmente na Alemanha, por motivos vários alegados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. As rivalidades entre católicos e protestantes e assuntos constitucionais germânicos foram gradualmente transformados numa luta europeia. Apesar de os conflitos religiosos serem formalmente a causa da guerra, Suécia e França procuravam na verdade diminuir a força da dinastia dos Habsburgos, que governavam a Áustria. As hostilidades causaram sérios problemas econômicos e demográficos na Europa Central: a guerra foi responsável pela redução da população germânica de 15 para 10 milhões de habitantes (a guerra matou quase metade da população da Europa Central e deixou vazias grandes áreas da Espanha e da França).⁴⁵³ A principal guerra europeia do

⁴⁵¹ Carlo M. Cipolla. *História Econômica da Europa Pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 1984; cf. também: B. H. Licher van Bath. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

⁴⁵² As guerras religiosas tiveram seu epicentro na França, no século XVI, quando uma série de oito conflitos devastaram o reino na segunda metade do século, opondo católicos e protestantes, e marcando um período de declínio do país. O desenvolvimento do humanismo no Renascimento permitira o florescimento de um pensamento crítico e individualista e o surgimento de uma corrente da Reforma Protestante na França, contra a a ignorância do clero, a vida pouco exemplar dos clérigos e o acúmulo de privilégios eclesiásticos. A oposição entre o catolicismo tradicional e o protestantismo, na França, desembocou em uma terrível guerra civil. As guerras religiosas ocorreram entre 1562 e a promulgação do Édito de Nantes (1599), entrecortadas por curtos períodos de paz. Houve prolongamentos desse conflitos, ao longo do século XVII (o Cerco de la Rochelle, entre 1627 e 1628, e novas perseguições aos protestantes, após a revogação do Édito de Nantes, em 1685) e do século XVIII (Guerra dos *Camisards*), até o Édito de tolerância (1787), sob Luís XVI, considerado o marco do fim dos confrontos.

⁴⁵³ Georges Livet. *Las Guerras de Religión*. Barcelona, Oikos-Tau, 1971; Peter Wilson. *The Thirty Years War. Europe's tragedy*. Londres, Belknap Press, 2011.

século XVII girou na verdade em torno de um duelo de poder continental entre os Habsburgo e os Bourbon: os senhores da Áustria, os Habsburgo, haviam aos poucos estendido seu poder sobre a Boêmia e a Hungria.

O conflito religioso acabou tornando-se uma luta pelo poder na Europa: “Não só os interesses temporais do estado francês, mas a crença apaixonada em que a França seria a nação eleita, motivaram Richelieu e Tremblay a prolongar as guerras religiosas dos anos 1620 por trinta anos, matando vasta proporção da população da Europa Central (...) Se a Guerra dos 30 Anos foi genuinamente guerra religiosa, de católicos contra protestantes, a França, como o mais poderoso país católico, deveria ter apoiado a Áustria católica. Mas a França não podia apoiar a demanda das dinastias Habsburgo austríaca e espanhola, que queriam o título imperial e o direito de representar a Cristandade. E a França, em vez de apoiar, decidiu arruinar a Áustria e a Espanha, para estabelecer-se ela mesma. Como os franceses, a corte espanhola também acreditava que a Espanha era a nação escolhida por Deus como sua Procuradoria terrena. O monge e teórico político Juan de Salazar escreveu, em 1619, em seu *Tratado de Política Española* que ‘os espanhóis foram eleitos para realizar o Novo Testamento assim como Israel foi eleita para realizar o Velho Testamento. Os milagres com que a Providência favoreceu a política espanhola confirmam essa analogia do povo espanhol com o povo judeu, de modo que a similaridade dos eventos em todas as épocas, e o modo singular como Deus manteve a escolha e o governo do povo espanhol, declaram que esse é o povo escolhido pela lei da graça, assim como o outro foi o escolhido antes, no tempo das escrituras’”.⁴⁵⁴

Os conflitos concluíram na Paz de Westfalia, que foi negociada durante três anos pelos representantes dos católicos e protestantes, reunidos em Münster (onde tinha precedência a França católica) e em Osnabrück (onde tinha precedência a Suécia protestante). As conversações de paz, iniciadas em 1644 em Münster e Osnabrück, envolviam o fim da Guerra dos Oitenta Anos entre Espanha e Países Baixos e da “Guerra dos Trinta Anos” na Alemanha. O tratado de paz entre Espanha e Países Baixos foi assinado em 30 de janeiro de 1648; em 24 de outubro foi assinado o tratado de paz entre o Sacro Império

⁴⁵⁴ David P. Goldman. *How Civilizations Die*. Washington, Regnery Publishing, 2011.

Romano-Germânico, os outros príncipes alemães, a França e a Suécia. Os tratados concluídos nessas duas cidades foram depois reunidos no Ato Geral de Westfália, em Münster, a 24 de outubro de 1648. A assinatura da paz ratificou as cláusulas do Tratado de Augsburg de 25 de setembro de 1555, incluindo o calvinismo e garantindo a protestantes e católicos a liberdade de culto. O mapa religioso da Europa ficaria imóvel; a eventual conversão dos soberanos não acarretaria mudanças religiosas nos respectivos domínios.

Não só o equilíbrio de poderes no continente europeu se viu alterado - Espanha cedeu a posição dominante à França - como também certas fronteiras foram redefinidas. A diplomacia e os exércitos franceses obrigaram os Habsburgos a se concentrar nos territórios austríacos e a se expandir em direção ao Império Turco. Na qualidade de árbitro do equilíbrio internacional, a França conseguiu alguns ganhos territoriais: tomou o Roussillon à Espanha, tomou posse de toda a Lorena e de quase toda Alsácia e obteve o reconhecimento dos "Três Bispos" (Metz, Toul e Verdun). A Suécia ampliou seu controle sobre o Báltico e recebeu a Pomerânia ocidental alemã, além de importantes portos situados em rios alemães, dilatando assim seus domínios para fora da Escandinávia. O poder sueco seria recompensado com concessões feitas ao eleitor (príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador) de Brandemburgo, dono das vias de acesso entre a Prússia e o Reno. A Espanha perdeu não só os Países Baixos mas sua posição de domínio no oeste da Europa e o controle dos mares. Várias nações, entre as quais os Países Baixos e a Suíça, viram reconhecida a sua independência.

O novo e precário equilíbrio dos poderes europeus reconheceu oficialmente as Províncias Unidas (Frísia, Groningen, Gueldres, Holanda, Overijssel, Utrecht, Zelândia) e a Confederação Suíça. O Tratado de Westfália desintegrou o *Reich* alemão com a formação de uma Confederação de Estados soberanos que se organizavam a partir de um *Reichstag* permanente; anunciou ainda a Paz Religiosa de Augsburg, a liberdade dos príncipes diante de um poder centralizador e a separação da Áustria, Holanda e Suíça do *Reich*. A vitória da Áustria sobre os turcos galvanizou a formação de um Estado soberano que abrangia 11 povos, dando-lhe preponderância e projeção na EEuropa central. Na nova ordem política europeia, entre 1658 e 1705, o Sacro Império Romano Germânico teve como soberano Leopoldo I da Áustria, um Habsburgo, eleito

em Frankfurt um ano após a morte de seu pai, o imperador Fernando III. O território designado como Prússia, que remontava à dissolução da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, originando o ducado de Brandenburgo, teve como primeiro duque (1618-1619) João Sigismundo, o oitavo eleitor de Hohenzollern. Os territórios foram expandidos e consolidados por Frederico Guilherme e, em 1701, foi organizado politicamente como reino independente sob Frederico I, o primeiro rei da Prússia, coroado em Königsberg. Desde seu primeiro reinado, o Estado Prussiano projetava-se ambiciosa e disciplinadamente como um Estado de orientação protestante que ia para além da “unidade espiritual” para projetar-se também como potência militar.⁴⁵⁵

O Tratado dos Pirineus (1659), que encerrou a guerra entre França e Espanha, também é considerado como parte da Paz de Westfalia. Os tratados de Westfalia, dos Pirineus e de Nimiega (este assinado em 1678) foram definindo o recuo espanhol na Europa, diante da ascensão continental do absolutismo francês, da Áustria imperial na Europa central, e do poderio marítimo da Inglaterra. Europa continuava a olhar majoritariamente para Madri, mas os homens de Estado (os “políticos”, que surgem nessa era como profissionais do Estado, ainda não totalmente “descolados” de outras funções) já olhavam também com atenção para Versalhes e para Londres, onde Louis XIV e Charles II começam a definir ambições internacionais para seus tronos e países.⁴⁵⁶

Esse conjunto de *diplomas* westfalianos (de onde se origina o termo “diplomacia”) inaugurou o “moderno sistema internacional”, ao acatar consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal, ou seja, o início *de facto* da existência do Estado Nação. Nesse conjunto de tratados, embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência de uma longa série de conflitos generalizados, surgiu também a noção de que uma paz duradoura derivava de um *equilíbrio de poder* que deveria ser almejado pelas potências. A Paz de Westfalia foi apontada como o marco fundador da diplomacia moderna, pois por primeira vez reconheceu a soberania de cada um dos Estados envolvidos. O primeiro ponto em que os

⁴⁵⁵ Francis L. Carsten. *Le Origini della Prussia*. Bolonha, Il Mulino, 1982.

⁴⁵⁶ R. A. Stardling. *Europa y el Declive de la Estructura Imperial Española*. Madri, Cátedra, 1983.

diplomatas concordaram foi o de que as três confissões religiosas dominantes no Sacro Império Romano-Germânico (o catolicismo, o luteranismo e o calvinismo) seriam consideradas doravante iguais. Tal princípio revogava a disposição anterior, firmada na Paz de Augsburgo (1555) segundo a qual o povo tinha que seguir a religião do seu príncipe (*cujus regio, ejus religio*). Isto não só feria o despotismo monárquico, mas também abria o caminho para a tolerância religiosa que, no século seguinte, tornou-se bandeira dos filósofos iluministas. O segundo ponto do tratado westfaliano referiu-se aos conflitos entre o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e seus súditos, dando a estes uma maior autonomia.

Por último, a Paz de Westfalia assegurou um novo ordenamento jurídico entre os reinos europeus, formulando a ideologia do *Estado Soberano*: a chamada *Razão de Estado*, exposta e defendida pelo Cardeal Richelieu, que dizia que um reino tem interesses permanentes que o colocam acima das motivações religiosas circunstanciais. As guerras posteriores ao acordo não mais tiveram como causa principal a religião, giraram em torno de questões de Estado. Isto permitiu pela primeira vez que potências católicas e protestantes pudessem se aliar. Também fortaleceu as divisões internas da Alemanha, impedindo-a de formar um Estado unificado: “O principal propósito do Tratado era prevenir que os príncipes alemães exercessem uma soberania ilimitada que pudesse ameaçar a paz confessional do Império e por conseguinte toda a balança de poder europeia. Ele foi celebrado também para impedir que Alemanha fosse unificada sob uma autoridade imperial, nativa ou estrangeira, suscetível de aspirar a uma monarquia universal de toda a cristandade”.⁴⁵⁷ O Tratado manifestou a obsolescência do princípio de que o Sacro Império Romano-Germânico dominasse secularmente o mundo cristão,⁴⁵⁸ substituído pelo princípio da *soberania do Estado*.

⁴⁵⁷ Brendan Simms. *Europe. The struggle for supremacy 1453 to the present*. Londres, Penguin Books, 2014, p. 38.

⁴⁵⁸ Ideia que remontava ao século IX, quando “os soberanos europeus identificaram o Império com a figura de Carlo(magno)... Embora o restaurado império germânico compreendesse só Europa central e parte da Itália, a antiga ideologia universalista permaneceu viva. No Oriente o nome Carlos passou a designar diretamente o soberano. Nas línguas eslavas Kral (Karl) não significou mais Carlos, mas Rei” (Heinrich von Fichtenau. *L'Impero Carolingio*. Bari, Laterza, 1972, p. 364).

A Paz de Westfalia foi também o marco político internacional da expansão comercial holandesa, e da preparação da ulterior hegemonia comercial inglesa. Marx observou que o esforço de contenção do “formidável” absolutismo francês,⁴⁵⁹ depois de 1648, criou o sistema de aliança entre Inglaterra e Holanda, as potências marítimas, com a Áustria, que predominou entre 1680 e 1740, sistema em torno do qual os demais atores das disputas de poder europeias tiveram que gravitar. Nesse marco político internacional, o desenvolvimento dos Países Baixos (Holanda) esteve intimamente ligado ao comércio através do mar Báltico, um comércio de importação e exportação para toda a Europa e para o mundo. O comércio externo holandês estava ligado ao setor manufatureiro, mas, ao contrário do caso italiano, os holandeses perceberam que era preferível obter lucros mais modestos por unidade, baratear os custos ao máximo, e assim tornar os produtos mais competitivos no mercado internacional.

Com o desenvolvimento do fanatismo religioso espanhol, que estimulou a fuga de milhares de “infiéis” do Sul europeu, a economia holandesa foi enormemente favorecida não apenas pela injeção de dinheiro, mas, principalmente, pela injeção de “capital humano”: marinheiros, comerciantes, artesãos, etc. Sem falar nos intelectuais e filósofos que, como Baruch Spinoza (de família judia oriunda de Portugal), contribuíram para a nova compreensão “racional” do mundo incentivada pelo clima de *relativa* tolerância religiosa e de pensamento existente nas cidades holandesas, em especial em Amsterdã. René Descartes se instalou na Holanda em 1625, onde escreveu o *Discurso sobre o Método* (1637) e as *Meditações Metafísicas* (1641): “Holanda foi o primeiro país da Europa que realizou com sucesso uma revolução contra a ordem feudal ao se emancipar do império espanhol. Seu Estado se alicerçou sobre a liberdade burguesa, embora a burguesia não tardasse

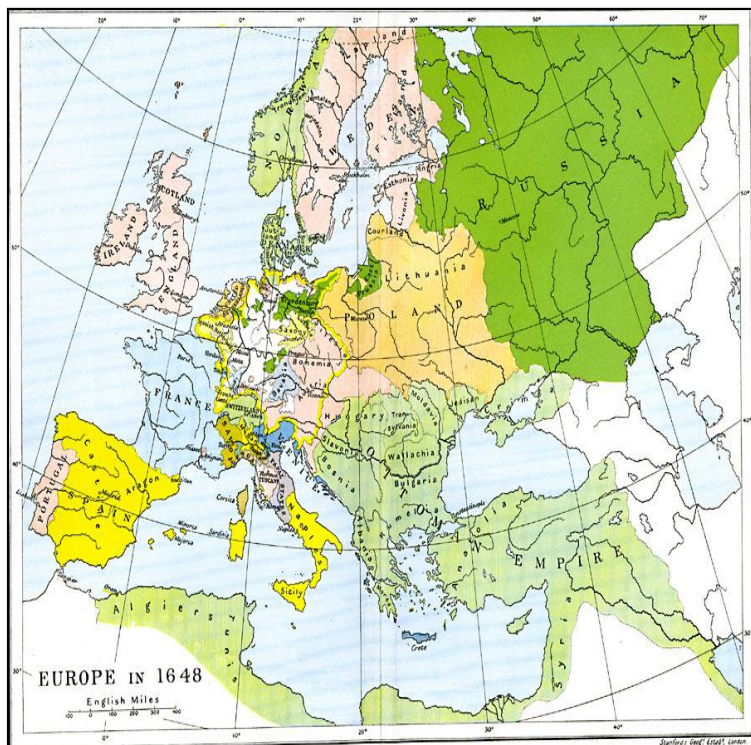
⁴⁵⁹ A expansão territorial da França entre os séculos XIII e XVI constituiu o principal processo geopolítico europeu desse período. O Languedoc-Roussillon foi conquistado em 1229; Montpellier foi comprado aos reis de Maiorca em 1349; a Borgonha foi ocupada em 1477, e o território de Anjou legado aos reis da França em 1481, o que se completou com a já mencionada anexação da Bretanha em 1492. Quando os reinos ibéricos se expandiam pelo mundo, França se tornava no maior país (potência) da Europa ocidental. A “nação francesa” como tal surgiu só em 1600.

em repassar o governo à grande burguesia. Adotou pela primeira vez a ideia de liberdade de consciência, como proclamda pela União de Utrecht na Constituição dos Países Baixos de 1579, concedendo a cada cidadão a liberdade de culto e o direito de não ser incomodado pelas suas crenças religiosas. O calvinismo, baseado na autodeterminação da comunidade, foi, como em outras partes, o criador do Estado; sua fé na predestinação manifestou-se num ativismo que pôs o pequeno país na primeira fila das grandes potências, dando-lhe um rico império colonial. A sensibilidade da nova época engendrou uma arte que, em vez de glorificar os símbolos do mundo celestial, glorificou sua própria existência no retrato, na paisagem, no quadro de gênero e na natureza morta”.⁴⁶⁰ Enquanto isso, a Igreja Católica reinante na península ibérica, e dominante na Itália e na França, punha Erasmo de Roterdã no *Index* (1599), queimava Giordano Bruno como herege (1600), punha Campanella na prisão (1599-1629) e obrigava Galileu Galilei a abjurar seus erros e “heresias” (1633) sob a pressão do Tribunal do Santo Ofício.

Na segunda metade do século XVI, a disponibilidade monetária, o elevado grau de centralização política e a forte produção manufatureira, haviam permitido a construção de uma poderosa frota na Holanda. No século seguinte, sua hegemonia mercantil e bancária internacional exigiu bem mais do que a simples repetição do progresso “modelo veneziano”. Enquanto Veneza se limitara a reciclar os obsoletos galeões militares de propulsão mista (remos e velas) para fazer deles navios comerciais, a possante frota holandesa se compôs exclusivamente de inovadores modelos de navios militares e, sobretudo, de meios de transporte a vela, mais leves, velozes e operacionais, com equipagens menores e menos custosas. Seus navios eram construídos em série, na base de um protótipo baseado em módulos pré-fabricados, montados não por corporações artesanais, mas por uma massa de trabalhadores integrados a um sistema industrial, um diferencial qualitativo de produção que afastou por mais de um século toda concorrência.

460

Carl Gebhardt. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977, p. 37.



Europa em 1648, depois de Westfalia: nações e proto-nações

As condições internacionais (concorrência entre potências colonialistas e entre companhias comerciais marítimas, desenvolvimento da pirataria) determinaram mudanças comerciais, que reagiram sobre essas mesmas condições, obrigando a mudanças tecnológicas e produtivas. Com igual peso, as nave holandesas transportavam, graças às suas vantagens tecnológicas, mais canhões e mais mercadorias (carga pagante). O *fluyt*, nave de 300 toneladas extremamente prática, multiplicou as possibilidades para o crescimento frenético do mercado mundial. Seu sucesso abriu espaço para o *katschip*, embarcação ainda mais simples, leve e veloz. O *oostvarder*, de peso maior, adaptado às águas baixas dos portos holandeses, se revelou um navio perfeito para penetrar nos estuários fluviais de países longínquos. Inglaterra, ainda não concorrente neste terreno, desenvolveu mais tarde navios pesados, mas manobráveis, rápidos e, sobretudo, muito bem armados (com mais de cem canhões).

Holanda atingiu, nos mares, a supremacia numérica e técnica: “Com o declínio na Espanha em fins do século XVI a pequena Holanda passou ao primeiro lugar como potência da época. Era pequena, mas rica e forte, e uma das razões de sua força era a capacidade marítima. Os habitantes da Holanda, como os de Veneza, eram obrigados, pelas suas condições geográficas, a saber tudo sobre embarcações. O mar do norte, com seu maravilhoso tesouro de peixes, atraía constantemente o holandês. A corrente de produtos do norte que ia para o mediterrâneo, e vice-versa, passava quase que exatamente no meio da Holanda – e sem dúvida os dinâmicos holandeses aproveitaram a oportunidade. Lançaram-se ao mar e tornaram-se os transportadores de mercadorias mundiais. Barcos holandeses iam em toda parte – levando mercadorias a todo mundo e todo lugar”.⁴⁶¹

Na segunda metade do século XVI, Holanda passou a dominar os mares do Norte até o Báltico e seus mercados costeiros, iniciando uma veloz expansão comercial e financeira que durou mais de um século. Holandeses prestavam serviços marítimos à Inglaterra e França por dinheiro. Com a fundação da cidade do Cabo, em 1652, e a implantação da colônia sul-africana da Holanda, a concorrência inglesa no Oriente recuou. Holanda possuía 75% da tonelagem naval do mundo, o primeiro banco de depósitos e de descontos internacional (criado em 1609) e a primeira Bolsa de Valores do mundo moderno. Amsterdam virou o maior centro mundial de negócios e acumulação de capital. Essa enorme riqueza e o aumento de sua população se chocaram com a escassez de terras, iniciando-se então as obras hidráulicas para subtrair ao mar áreas de cultura e habitação, que permitiram aviar a agricultura mais intensiva do mundo (o modelo para a ulterior “revolução agrária” inglesa, que foi a base e o prólogo da Revolução Industrial).

A marinha militar holandesa foi concebida e organizada para defender suas rotas marítimas comerciais orientais, europeias e até atlânticas (as rotas para o “Novo Mundo”), onde Holanda enfrentou a concorrência da França, Inglaterra, Portugal e Espanha, além da guerra corsária (pirataria estatal e privada). Paralelamente desenvolveu técnicas militares de terra, dividindo o exército em unidades táticas menores para facilitar a disciplina e racionalizar o uso de

⁴⁶¹

Leo Huberman. *Op. Cit.*, p. 183.

armas de fogo, com movimentos ensaiados previamente. Firmou-se também o protestantismo calvinista já vigente no país, que isentava de culpa em relação à riqueza acumulada. Os holandeses alargaram a esfera de suas operações, não se limitando, como os venezianos, a intermediar entre Oriente e Ocidente no comércio de seus produtos típicos, mas também monopolizando a produção e o comércio de algumas mercadorias-chave universais, grãos, especiarias, sal, vidro, papel e, finalmente, e sobretudo, escravos para o Novo Mundo.

Libertada dos vínculos com a Espanha, e proclamada a nova *República das Províncias Unidas*, Holanda virou, com sua base portuária e capital em Amsterdã, o empório e o banco mundial de grande parte do comércio internacional. A arte, já liberada por Veneza do humanismo renascentista no século XVI, foi lançada ao mercado internacional, transformando-se em mercadoria no século XVII. Milhares de pinturas “flamengas” (na época Flandres, hoje dividido entre a França, a Bélgica e a Holanda, se encontrava unido nas Províncias Unidas), produzidas em série nos *ateliers* holandeses, ilustrando a vida cotidiana e os fastos da burguesia dos Países Baixos, percorreram as mesmas estradas de outras mercadorias e, sobretudo, dos capitais holandeses. Entre 1610 e 1660 a *Dutch East India Company* (VOC) exportou quase 500 toneladas de prata para a Ásia, para comprar especiarias que se vendiam bem nos mercados europeus, além das porcelanas visíveis nas pinturas dos mestres holandeses; no século XVIII esses itens perderam espaço para os tecidos, o chá e o café.⁴⁶²

A territorialmente pequena Holanda, porém, não estava sozinha na Europa e no mundo. A luta pela supremacia marítima virou fatalmente guerra aberta entre as potências navais europeias. As guerras de disputa de hegemonia entre Inglaterra, Espanha, França e Holanda, foram travadas num cenário mais amplo, o do globo terrestre como um todo, como guerras pela hegemonia colonial. França tentou breçar a exuberância holandesa, sob o reinado de Luís XIV. Seu alto conselheiro para a economia e a frota era Colbert, quem escreveu, em 1669, três anos antes da explosão da guerra contra Holanda: “O comércio mundial se realiza por meio de 20 mil navios. Este número não pode ser aumentado. Cada país se esforça em obter sua parte e em superar os outros. Atualmente os holandeses combatem esta guerra comercial com 15-16 mil

462

Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 163.

navios, os ingleses com 3-4 mil, os franceses com 500-600. Os dois últimos só poderiam melhorar seu comércio aumentando o número de seus navios, e só poderiam fazer isso reduzindo o número de navios holandeses".⁴⁶³

A guerra franco-holandesa prejudicou mais à França do que à Holanda; ainda assim Colbert conseguiu duplicar a frota francesa, taxando fortemente os habitantes de seu país, inclusive os nobres. França não tinha alternativa: a Inglaterra de Cromwell proclamara em 1651 o Ato de Navegação, excluindo os países concorrentes do comércio com Inglaterra e suas colônias. Isto fez explodir a guerra britânica contra a Holanda (em 1652) e potenciou a frota inglesa, que fez mais duas guerras (1665 e 1672) contra esse país. Holanda venceu as duas guerras, mas seria finalmente derrotada pela exuberância do desenvolvimento capitalista nos países geograficamente maiores, a Inglaterra e depois a França. O calcanhar de Aquiles das pretensões mundiais do capital holandês, no entanto, foi a estreiteza de seu mercado nacional, insuficiente para o desenvolvimento de uma manufatura em grande escala.



Marinus van Reymerswaele, *O Banqueiro e sua Esposa*

Potente e rica nos mares, Holanda não podia impor aos seus vizinhos imediatos, e maiores, suas exigências comerciais. Apesar de seu grande desenvolvimento econômico para a época, na Holanda não tinha sido ainda superado o predomínio da burguesia comercial sobre a industrial, nem sua concentração em Amsterdã e nos portos, com um *hinterland* ainda pré-capitalista: o capitalismo holandês estava ainda marcado pela era das cidades-estados, que eram, na definição

⁴⁶³

Charles Wilson. *La Repubblica Olandese*. Roma, Il Saggiatore, 1968.

de Hobsbawm, “economias feudais de negócios”: “O problema (holandês) foi agravado pelo fato de o poder industrial ter se concentrado em poucas mãos... A decadência espalhou-se por toda sua economia como uma peste. Com menos navios levando açúcar das Índias Ocidentais, o número de usinas de açúcar de Amsterdã diminuiu de 34 em 1668 para 20 em 1680. Nas décadas de 1720 e 1730 os holandeses enfrentaram um colapso grave de seu setor industrial. Na segunda metade do século XVIII, a decadência industrial era generalizada”.⁴⁶⁴

A abundância do capital financeiro investido pelos Países Baixos, no entanto, fez deles o principal centro internacional dos negócios cambiais e da Bolsa, muito tempo depois de seu recuo no cenário comercial mundial, e em detrimento de sua expansão industrial. Assim foi se exaurindo e eclipsando a potência das Províncias Unidas, Estado federal europeu criado em 1579, compreendendo o Norte dos Países Baixos (Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Frísia, Overijssel e Gröningen) e que conheceu, no século XVII, um impressionante desenvolvimento econômico baseado na sua posição geograficamente favorável ao comércio, na sua forte produção manufatureira e na criação do primeiro sistema bancário e financeiro moderno. Os numerosos conflitos bélicos enfraqueceram as Províncias Unidas no século XVIII, notadamente as guerras contra a Inglaterra e a França, até torná-las uma potência de segunda ordem e, finalmente, fragmentá-las. O fator fundamental da decadência holandesa foi econômico: o capital rentista neerlandês passou a ser investido no século XVIII nas mais dinâmicas Inglaterra e França; em 1795 a *Dutch East India Company* foi dissolvida, com suas posses e débitos absorvidos pela recém-criada República Batava, que marcou o desaparecimento definitivo das Províncias Unidas do mapa político europeu, e o recuo mundial do *Dutch Seaborne Empire*. A expansão colonial francesa, por sua vez, seguiu, distanciadamente, a expansão holandesa, com Sully no Canadá, sob o governo do Cardeal Richelieu; também nas Antilhas e no Senegal africano, e finalmente nas Índias e na Louisiana, no Norte do continente americano.

No século XVII, a expansão francesa favoreceu o crescimento da sua burguesia comercial portuária, não submetida, como a espanhola, ao poder absolutista da Coroa;

⁴⁶⁴ Greg Clydesdale. *Cargas*. A história do transporte de mercadorias de 618 até hoje. Rio de Janeiro, Record, 2012, pp. 164-165.

suas rendas foram a base do desenvolvimento inicial da indústria manufatureira francesa. Mas esse desenvolvimento foi limitado pelos grilhões impostos pelo Antigo Regime da monarquia absolutista francesa. Só no final de século XVIII a Revolução Americana, finalmente, libertaria às colônias francesas de sua dependência do decadente absolutismo aristocrático, depois do recuo colonial francês em benefício da Inglaterra na Índia e na América do Norte.⁴⁶⁵ Nesse contexto concorrencial e bélico geral, nos séculos XVI e XVII foram reunidas, através de um processo mundial, as condições históricas para o desenvolvimento do capitalismo industrial. As burguesias bancárias e mercantis puderam dispor cada vez mais de grandes fortunas e de redes bancárias e financeiras. A acumulação capitalista propriamente dita, baseada na compulsão econômica do trabalho livre, foi substituindo a forçada “expropriação original” que fora sua base. A expansão e a exploração colonial lhe forneceu suas bases econômicas. A barbárie colonial, no entanto, não cedeu espaço. A devastação e queda da população seguiram à presença holandesa em Java, e à presença inglesa nas Índias Orientais, que produziu patrimônios, sem antecipação de um *shilling*, por valor de seis milhões de libras esterlinas, entre 1757 e 1766, em apenas uma década.

Através de um violento processo de reordenamento das relações políticas internas e de expansão mundial, os antecedentes absolutistas e territoriais dos modernos Estados Nacionais surgiram dispondo de meios materiais e ideológicos de conquista e dominação internacional. Em virtude disso, ganharam espaço uma cultura e uma ideologia (de vertente tanto religiosa como laica) valorizadoras da riqueza e do enriquecimento. A era mundial do capitalismo começou no século XVI, através das guerras internas europeias e da expansão colonial de suas potências marítimas. A acumulação originária de capital foi, assim, um processo de expropriação dos produtores (rurais e urbanos) independentes; de expansão marítima, militar e comercial de alguns países da Europa no mundo; de confisco, escravização e dizimação das populações “periféricas” (em relação aos “centros” capitalistas); de guerras sistemáticas entre as potências colonizadoras, e de guerras

⁴⁶⁵ A segunda onda colonial francesa, a partir de 1830 no Norte da África, repousou sobre novas bases econômicas, de tipo predominantemente capitalista.

privadas entre os grupos de exploradores e colonizadores, quer eles fossem originários de um mesmo país ou não. O capital veio ao mundo da mão de uma violência generalizada em quase todos os Estados constituídos, incluindo todos os estratos sociais da Europa do Antigo Regime, e em todos os recantos do planeta atingidos pela sua expansão.

13. CONQUISTA DA AMÉRICA E UNIFICAÇÃO DO MUNDO

*Um cronista, reconstituindo a batalha de Rosebud, no decorrer da qual as tropas do general Cook foram derrotadas pelos sioux de Cavalo Louco, perguntou aos guerreiros deste porque não tinham perseguido as tropas quando se retiraram, o que as teria dispersado. A resposta: - Estavam cansados e tinham fome, então voltaram para a sua casa (H.H. Jackson, **Um Século de Desonra**)*

Consagrado à memória de Lynn S. Love, quem, no decorrer da sua vida, matou 98 índios que lhe foram dados pelo Senhor. Ele esperava elevar essa cifra para 100 antes do final do ano, quando, na sua casa, adormeceu nos braços de Jesus (Epitáfio no túmulo de um colonizador puritano inglês do século XVII)

*América é filha da Idade Média e mãe da Modernidade (Robert Fossier, **Le Moyen Âge**)*

A incorporação econômica da América ao restante do planeta deu nascimento à história mundial propriamente dita. A “descoberta” americana foi por isso qualificada como “o mais importante episódio da história humana depois do nascimento do Cristo”. Cristóvão Colombo aparece às vezes dotado de características quase sobre-humanas (ele próprio parece ter acreditado em maravilhas sobrenaturais no Novo Mundo).⁴⁶⁶ A unificação geográfica e cartográfica do mundo, que foi consequência da descoberta, porém, não foi realizada de uma vez só, ou num breve período de tempo; nem teve por

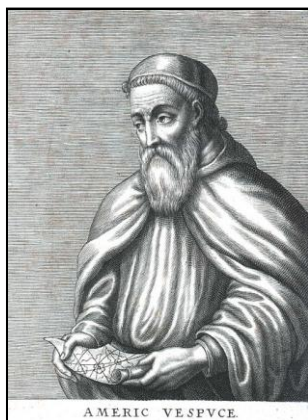
⁴⁶⁶ Na América do Norte, o 12 de outubro (data de sua chegada à América) é celebrado como *Columbus Day*.

protagonistas ativos exclusivos os “intrépidos europeus (ou ibéricos)”. Os relatos de viagem de Colombo, assim como os de outros viajantes de longo percurso coetâneos, se caracterizam pelo realismo, relativa sobriedade, e pelo seu caráter marcadamente econômico (no duplo sentido do termo).

O mapa-múndi do alemão Martin Waldseemüller, considerado o marco inicial da unificação cartográfica do mundo, desenhado em 1507, era ainda uma reedição da *Cosmografia* grega de Ptolomeu, atualizada com as notícias e descrições das travessias através do Atlântico e das novas terras avistadas, usando principalmente o texto *Mundus Novus* do florentino Amerigo Vespucci, vinte páginas escritas em latim, que conheceu várias edições em diversos países na primeira metade do século XVI. A carta geográfica de Waldseemüller, a primeira a incluir a “quarta parte do mundo” (as outras eram Ásia, Europa e África, às vezes denominadas por outros nomes) reduzia América a dimensões muito menores daquelas que de fato tinha, como uma espécie de ilha alongada com escassa distância entre suas costas atlântica e pacífica (esta, além disso, ainda desconhecida). O mesmo erro cometeu Colombo ao calcular a distância entre Europa e Ásia pelo Oeste: como se a imensidão das distâncias devesse se adaptar àquelas usuais na Europa, limitadas ao estreito marco geográfico mediterrâneo. É provável, no entanto, que Colombo “encurtasse” propositalmente as distâncias atlânticas para convencer às coroas peninsulares a financiar seu projeto de viagem ultramarina.

Durante o século XVI, Vespucci deslocou Colombo da condição de “descobridor” das novas terras. A epopeia colombina foi, no início, recebida de modo confuso (Colombo pensava ter atingido ilhas que configuravam o extremo oriental da Ásia) e quase silencioso, eclipsada por acontecimentos como a conquista de Granada pelos Reis Católicos (que punha fim à “reconquista” da península ibérica dos mouros), a expulsão de judeus e mouriscos da Espanha, a eleição de um novo papa (espanhol) ou a anexação de Bretanha à França, além da morte de Lorenzo de Medici, “o Magnífico”, em Florença, logo depois das imprecações lançadas contra ele desde o púlpito pelo frade Savonarola, todos esses acontecimentos de 1492, e vinculados entre si por mais de um fio. Foram necessárias duas décadas para que a opinião científica majoritária na Europa admitisse que as viagens colombinas (e as imediatamente sucessivas) tinham, na verdade, revelado um novo continente. Este foi

pensado, inicialmente, como uma sorte de grande península da Ásia: “Dez anos depois do retorno de Colombo, não existia na Europa nenhuma consciência nem ideia de *América*, apenas a vaga suspeita de uma terra nova. Fora da Espanha, as viagens do Almirante não suscitavam nenhuma paixão”.⁴⁶⁷



Américo Vespucci: “Améric(a)”

A escola geográfica italiana considerou como inspirador e pai teórico da descoberta de América o geógrafo, médico e matemático florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli, que morreu em 1482; ele gozou de grande prestígio científico em Itália, manteve prolongada correspondência com o cônego português Fernão Martins, consultado por D. Afonso V de Portugal sobre a possibilidade de chegar à Índia pelo Oeste. Colombo fracassou, na década de 1480, em obter financiamento e apoio português para sua empreitada de chegar ao Oriente via Ocidente: foi em Portugal que Colombo começou a conceber seu projeto de viagem transoceânico, inspirado pelo ambiente febril de navegações, descobrimentos, comércio e desenvolvimento científico, que converteram Lisboa, na segunda metade do século XV, num rico e ativo porto marítimo e mercantil, de dimensão internacional, e Portugal no país dos melhores, mais audazes e experientes marinheiros, com os maiores conhecimentos náuticos da época.

O projeto de Colombo não surgiu de forma repentina, mas gradual, provavelmente em colaboração com o seu irmão Bartolomeu. A presença de Colombo em Lisboa é registrada

⁴⁶⁷ Bartolomé e Lucile Bennassar. 1492. Un monde nouveau? Paris, Perrin, 1991, p. 26.

desde 1476, vinculado à colônia genovesa dedicada a negócios baseados no transporte marítimo (importação de madeira das ilhas atlânticas, por exemplo).⁴⁶⁸ Colombo foi, antes do mais, *um comerciante*. Obteve informações de marinheiros que afirmavam ter encontrado terras a oeste, e também se baseou nas várias tentativas para descobrir ilhas no Atlântico, comuns por aqueles anos. Colombo observou em viagens comerciais e permanências nessas ilhas indícios, condições dos ventos e correntes marítimas, que evidenciavam a proximidade de terra firme, e também as rotas mais favoráveis. O projeto de Colombo consistia simplesmente em atravessar o oceano - o único conhecido à época, o Atlântico - em direção da Ásia.

Depois de formulado o projeto, Colombo teve que aguardar durante sete anos o apoio da coroa espanhola, cujos cientistas de Corte afirmavam, com razão, que os cálculos geográficos de Colombo estavam errados, pois supunham uma distância muito mais curta do que a distância real entre as costas atlânticas da Europa e o extremo Oriente, de acordo com o cálculo (aproximadamente correto) feito por Ptolomeu, na Antiguidade, da circunferência terrestre. A última palavra a respeito do projeto de Colombo coube, no entanto, aos conselheiros financeiros dois reis católicos: a coroa estava endividada (pelas guerras da Reconquista e pela unificação da Espanha), a proposta colombina tinha baixo custo e acenava com enormes ganhos potenciais.

Foi isso, menos do que a possibilidade de continuar a guerra contra os infiéis no além-mar (que teve um peso ideológico importante *ex post facto*) que inclinou a balança em favor de Colombo, cujo projeto se baseava mais na intuição do que no cálculo. As necessidades financeiras da coroa falavam mais alto do que a ciência (e tinham mais peso do que a religião). Os termos da contratação de Colombo pela coroa espanhola tornavam-no Almirante dos mares da Índia a descobrir, governador e vice-rei das terras do Oriente a que se propunha chegar. O projeto foi concebido em competição com os portugueses que exploravam a rota africana do Cabo.

Os prováveis ganhos econômicos derivados da empreitada foram sua impulsão decisiva. O novo Estado espanhol unificado se encontrava em situação de emergência. A expulsão, em 1492, dos 200 mil judeus espanhóis, fato imediatamente posterior à ocupação de Granada e

468

George Holmes. *Op.Cit.*

imediatamente anterior à saída do Porto de Palos da quase brancaleônica expedição de três modestas naus (*Pinta*, *Niña* e *Santa Maria*) do capitão genovês, privava à coroa espanhola de uma importante fonte financeira, pois os sobretaxados judeus peninsulares pagavam uma quantidade equivalente de impostos à do restante da população (cristã) dos reinos de Castela e Aragão. Eles ocupavam também um importante lugar no comércio, na finança e na nascente indústria urbana peninsular, e na própria área financeira da Corte. Por todos estes motivos, os judeus consideravam altamente improvável a adoção de um decreto de expulsão por parte dos reis católicos, que até então tinham seguido uma política de relativa proteção da minoria judia, fazendo esquecer os brutais “pogroms” antisemitas de 1391 nas principais cidades espanholas.

Os líderes judeus fecharam os olhos para a criação pelo papa Sixto IV, em 1480, do Tribunal do Santo Ofício (vulgo “Inquisição”), por pedido dos “protetores” reis católicos da Espanha que, no mesmo ano de 1492, estenderam a jurisdição do Ofício para toda a península, com a criação de 17 tribunais regionais em seu território. Argumentando que os judeus exerciam uma nefasta influência sobre os *marranos* (judeus conversos), fazendo-os praticar uma espécie de cripto-judaísmo, os tribunais deram um mês de prazo aos judeus espanhóis para converter-se ao cristianismo ou partir para o exterior, levando os pertences que pudessem carregar, mas não ouro nem metais preciosos, que também estavam proibidos de exportar. A grande maioria optou por partir (a conversão era, na verdade, apenas o início de um calvário de novas suspeitas e perseguições), devendo mal vender (quase presentear) suas casas e seus pertences de maior volume a ricos especuladores cristãos que, claro, juravam e perjuravam pela “religião dos pobres” nascida em Jerusalém.

Os judeus expulsos levaram consigo poucos pertences (que perderam, ou lhes foram roubados, no caminho do exílio), além de conhecimentos científicos, médicos, empreendedorismo e engenhosidade, dos quais Espanha sentiria enorme falta nos séculos posteriores, quando se transformou num atrasado entreposto de metais preciosos vindos de além-mar. Uns poucos judeus ricos conseguiram transportar letras de câmbio canceláveis no exterior, enquanto alguns de seus líderes, como Abraham Senior, chefe da comunidade judaica de Castela, e o rabino Mayr, se converteram ao cristianismo, com os reis católicos oficiando

generosamente como padrinhos na cerimônia de batismo, não desaproveitando a magnífica chance de unir fervor religioso com receitas financeiras oferecidas pelo tribunal cristão da fé. Na Europa ocidental, os judeus só seriam doravante tolerados em Avignon, em alguns estados italianos (Veneza e o Estado pontifício), antes de novas perseguições acontecerem. A diáspora judia ibérica se encaminhou majoritariamente para o mundo muçulmano, sobretudo o Império Otomano, onde as maiores comunidades sefarditas se instalaram em Istambul e Tessalônica.



O “gênio europeu”: a Inquisição

Nesse quadro, política, religiosa e economicamente convulsionado, as naus espanholas de Cristóvão Colombo (1451-1506), saídas de Espanha à noite do 3 de agosto de 1492, chegaram às terras (ilhas) americanas a 12 de outubro, aportando em Guanahani (hoje parte das ilhas Bahamas) e dirigindo-se depois às atuais Cuba e Haiti.⁴⁶⁹ Depois de voltar à

⁴⁶⁹ Colombo partiu de Palos de la Frontera, com três navios: uma nau maior, Santa María, apelidada Gallega, e duas caravelas menores, Pinta e Santa Clara, apelidada de Niña por ser seu proprietário Juan Niño de Moguer. As naus eram propriedade de Juan de la Cosa e dos irmãos Pinzón (Martín Alonso e Vicente Yáñez), mas os monarcas forçaram os habitantes de Palos a contribuir para a expedição. Colombo navegou inicialmente para as ilhas Canárias, que eram propriedade da Castela, onde reabasteceu as provisões e fez reparos. Em 6 de setembro, partiu de San Sebastián de la Gomera para o que acabou por ser uma viagem de cinco semanas através do oceano. Simon Wiesenthal, supondo-lhe uma origem judia, lhe atribuiu postumamente uma suposta missão secreta de encontrar terras

Espanha em março de 1493, Colombo voltou ao mar em setembro desse ano, desta vez ao comando de 17 naus e novamente em proa para o Caribe (que ele ainda supunha ser a parte extremo-oriental da Ásia). Os Reis Católicos e os comerciantes espanhóis, desta vez, abriram os bolsos, diante das perspectivas (comerciais, e também estratégicas, no caso da coroa) que as descobertas traziam. Foram, ao todo, quatro viagens colombinas, que não deram, no entanto, nenhum imediato reconhecimento ao seu comandante, morto pouco depois do retorno de sua última viagem (1504) sem ter sido, nem os seus descendentes (dois), concedido de direitos em relação às terras para as quais ele abria o caminho da conquista e colonização. O escasso reconhecimento da empresa de Colombo à época se reflete nas polêmicas acerca do lugar em que foi de fato sepultado, e no caráter duvidoso dos seus supostos retratos, o que não aconteceria se Colombo tivesse morrido como um “grande homem” publicamente reconhecido.

Amerigo Vespucci (1454-1512), que inicialmente tirou a primazia de Colombo na “descoberta” americana (e deu seu nome a “nova terra”), era um cartógrafo representante de armadores florentinos que se encarregou, em Sevilha, do aprovisionamento de navios para a segunda e a terceira viagens atlânticas de Colombo em direção do Oeste. Supõe-se que tenha participado de viagens interoceânicas atlânticas já desde 1497. Em 1499 passou ao largo da costa norte da América do Sul, acima do rio Orinoco, como membro da expedição espanhola de Alonso de Ojeda. Em 1501, já a serviço de Manuel I de Portugal, partiu em agosto de Lisboa na expedição de Gaspar de Lemos ou de André Gonçalves, composta de três naus, destinada a explorar e estudar as possibilidades produtivas das costas do Brasil. A expedição chegou em inícios de 1502 na baía do Rio de Janeiro, que a essa circunstância deve seu nome. Supõe-se que a expedição da qual Vespucci fazia parte atingiu o Cabo de São Roque, e desceu o litoral sul americano até a Patagônia.

Em 1503, Vespucci retornou ao Brasil, desta vez comandando um navio da frota de Gonçalo Coelho, armada por cristãos-novos (judeus portugueses conversos ao cristianismo) associados a Fernando de Noronha. Perdendo-se do restante da frota, carregou seu navio de pau-brasil da Baía de Todos os

despovoadas para a diáspora judia, fazendo de Colombo um improvável predecessor de Theodor Herzl.

Santos (atual Bahia) até Lisboa, onde aportou em junho de 1504. Em 1505, o florentino Vespucci naturalizou-se espanhol, e de 1508 até sua morte em 1512 foi o piloto-mor da Casa de Contratação das Índias de Sevilha. Suas viagens ao longo da costa oriental da América do Sul convenceram-no (provavelmente junto a outros viajantes) de que os europeus estavam diante de um novo continente. Vespucci deu forma definida a uma convicção coletiva que germinou lentamente na primeira década do século XVI, depois da morte de Colombo. As fantasias do cartógrafo florentino não ficavam devendo nada às do navegante genovês: Vespucci, ao lado de suas descobertas geográficas, deixou relatos sobre mulheres (americanas) centenárias que amamentavam seus recém-nascidos,⁴⁷⁰ ou sobre pegadas de monstros gigantesco que segundo ele habitavam as novas terras.

Apesar da primazia “latina” (luso-hispano-florentino-genovesa) no conhecimento da América ao longo do século XVI, a cartografia flamenca (“holandesa”) foi claramente superior à das outras potências europeias, visando um objetivo explícito: fornecer conhecimentos geográficos (de acidentes costeiros e de fortificações militares, sobretudo) para *ganhar a guerra*, na Europa e no mundo todo, contra as potências comerciais concorrentes: “Buscando vantagens sobre os (países) adversários, as cartas geográficas eram objeto de todas as cobiças. Os cartógrafos, detentores de conhecimentos preciosos e vitais para os Estados, eram cortejados. Alguns, por cupidez, interesse ou convicção, não vacilaram em trair sua pátria para vender seus segredos à melhor oferta”.⁴⁷¹ Se Martin Waldseemüller foi creditado pela “revolução” da visão da Terra proporcionada pela inclusão da América na geografia mundial, só se atingiu uma versão cartográfica avançada no início do século XVII com o *Atlas* de Gérard [Gerardus] Mercator, cartógrafo estabelecido em Duisburg.

⁴⁷⁰ Juan Ponce de León (1460-1521), convencido pelas imagens de Vespucci (e por outros relatos semelhantes) buscou por isso a “fonte da eterna juventude” nos novos territórios americanos, e acreditou tê-la achado na atual Florida, que ele fundou, e cuja principal cidade atual, Miami, parece uma ilustração anacrônica dessa ilusão.

⁴⁷¹ Olivier Thomas. *Le monde aux mains des cartographes. L'Histoire* nº 379, Paris, setembro 2012. O cartógrafo escocês John Elder traiu seu país vendendo a Henry VIII de Inglaterra um mapa detalhado destinado a invadir a Escócia.

Sobre a primazia da chegada à América dos *vikings* escandinavos, cuja presença na América Norte séculos antes dos europeus do Sul é aceita, existe controvérsia sobre se eles apenas “tocaram” América em suas viagens, nos séculos XI e XII, ou se de fato tentaram uma mal sucedida colonização no continente. A polêmica se centra em torno de um suposto mapa escandinavo que representa um território chamado de *Vinlândia*, mas houve discussão acerca da sua veracidade. O território que teria sido ocupado pelos vikings no século XIV, que aparece no polêmico mapa a oeste da Europa, seria o litoral Leste do Canadá, ou ilhas próximas à América. Um texto no documento também reforça a tese segundo a qual o povo viking teria sido o primeiro a cruzar o Atlântico Norte. A historiografia em geral rejeita os indícios de que os vikings pudessem ter feito essa viagem, e credita o feito da “descoberta” a Colombo.⁴⁷²

Gavin Menzies, investigador inglês (e marinho de profissão) sustentou que as expedições náuticas organizadas pelo imperador chinês Zhou Di, em 1421-1423, chegaram a percorrer boa parte dos litorais do Atlântico e do Pacífico das Américas, deixando em diversas regiões parte da sua tripulação (que teria se integrado paulatinamente às populações nativas) e vestígios da sua passagem: “Há indícios linguísticos de visitas chinesas à América do Sul. O navio a vela é (chamado de) *chambam* na Colômbia, *sampan* na China; uma balsa, *balsa* na América do Sul, e *palso* na China; uma balsa de troncos é *jangada* no Brasil e *ziangada* em tâmil. Até fins do século XIX, moradores de aldeias montanhosas do Peru falavam chinês [!]. Uma montanha de provas - destroços de naufrágios, grupos sanguíneos, arquitetura, pinturas, costumes, técnicas, línguas, roupas, artefatos, corantes, plantas e animais transferidos entre a China e a América do Sul, apontam para uma influência geral chinesa ao longo de toda a extensão litoral das Américas Central e do Sul banhadas pelo Pacífico e também no interior. Tão ampla e profunda foi essa influência, que podemos talvez chamar o continente daquela era de “América chinesa”...”.

As provas apontadas por Menzies são de difícil constatação, mas segundo ele: “Há uma massa de provas no sentido de que os chineses não só tiveram relações comerciais

⁴⁷² Alguns estudos sugerem que o mapa poderia ser realmente do século XV, datado em 1434, 58 anos antes da chegada de Colombo às Antilhas. Outros acreditam que o documento seja uma farsa montada no início do século XX.

com as Américas, como também estabeleceram uma série de colônias da Califórnia ao Peru”,⁴⁷³ o que não teria tido continuidade histórica devido a uma crise interna da própria China, que “fechou-se” dentro das suas fronteiras a partir de 1423, embora Menzies não esclareça os motivos de fundo dessa mudança do “Império do Meio” (*Chi'in*), além de motivos políticos (internos) e militares (externos) circunstanciais. Setenta anos depois dos hipotéticos expedicionários chineses Colombo partiu à procura pelo Oeste da “Índia”.

Nos séculos sucessivos, todos os textos espanhóis sobre o novo continente (inclusive os textos legais) referiram-se a ele como “Índias”: “Dei aos *índios* uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram que era uma maravilha (...). Enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com maior boa vontade. Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto robustas raparigas”,⁴⁷⁴ relatou Colombo sobre seus primeiros contatos com os ameríndios, inaugurando uma terminologia que persiste até hoje. Na sua quarta viagem à América, em 1502, partindo do extremo sul de Cuba, Colombo buscou uma passagem para o Oceano Índico. Mas já em 1493, apenas sete meses depois da chegada de Colombo às Antilhas, a bula do Papa se referia às “ilhas e terras firmes, situadas nas partes ocidentais do Mar Oceano, em direção das Índias”, circunstância a que deveram seu nome genérico os habitantes originários do continente americano. Progressivamente descartada a “hipótese asiática” dos primeiros expedicionários europeus, Colombo sustentou seriamente ter achado o Paraíso

⁴⁷³ Gavin Menzies. 1421. O ano em que a China descobriu o mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 240 – 241. Os “almirantes eunucos”, de origem mongol, chefes da expedição ordenada pelo imperador da China, eram Hong Bao (o “verdadeiro” descobridor da América do Sul, segundo Menzies), Zhou Man, Zhou When (o “verdadeiro” descobridor da América do Norte) e Yang Qing.

⁴⁷⁴ Cristóvão Colombo. *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, 1991, p.44, onde acrescentou: “Não andam com armas, que nem conhecem, pois lhes mostrei espadas, que pegaram pelo fio e se cortaram pela ignorância. Não tem nenhum ferro: as suas lanças são varas sem ferro. Devem ser bons serviços e habilidosos, pois noto que repetem o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham religião”.

Terreno (na boca do atual Orinoco),⁴⁷⁵ e foi naquele momento quase esquecido. Foi assim que a epopeia colombina foi também esquecida durante a primeira metade do século XVI.

Colombo não foi sequer mencionado nas primeiras grandes obras científicas e literárias que fizeram referência ao “Novo Mundo”: a *Utopia*, de Thomas Morus, de 1516 (romance no qual Amerigo Vespucci aparece como personagem), e *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de Nicolas Copérnico, de 1543. A própria família Colombo, encabeçada pelo seu filho Diego, foi despojada de seus “direitos americanos” pelo Conselho de Índias, em 1523, ocasião em que o já finado Cristóvão Colombo foi também privado de seu título de “almirante de la mar océano”.⁴⁷⁶

Na *Utopia*, Morus (ou More, na versão inglesa de seu sobrenome) deu vida a um personagem, Raphaël Hythlodée, que dava a volta ao mundo abandonando uma expedição de Vespucci, descobrindo lugares (incluída a “Utopia”) maravilhosos, superando a mítica viagem de Ulysses. O livro de More foi publicado exatamente três anos antes da partida da expedição (espanhola) do (português) Fernão de Magalhães, apoiada por Carlos I da Espanha (e V da Alemanha), que depois de atravessar o Atlântico chegou ao Pacífico pelo estreito que leva até hoje o nome do capitão da frota, e voltou a Sevilha via Filipinas (onde Magalhães morreu), tocando as Ilhas das Especiarias (as Molucas) e o Sul da África, até atingir seu ponto de partida com apenas uma das cinco naus originais, e 17 dos 270 homens que compunham a tripulação inicial, sob o comando de Juan Sebastián El Cano, em 1522: a “volta ao mundo” foi finalmente realizada, a esfericidade do planeta foi demonstrada praticamente; a *Utopia* foi realizada apenas seis anos depois de (literariamente) concebida por More, mas não do modo “maravilhoso” com que este a pensara.

⁴⁷⁵ Colombo esteve longe de ser uma exceção, ou de estar fora do espírito de seu tempo. Diversos exploradores que o sucederam se deram à busca da “cidade de ouro” (Eldorado) – a busca de metálico era o objetivo central dessas viagens – ou das míticas guerreiras amazonas (cujo mito deu nome ao rio conhecido por esse nome). Colombo desiludiu seus contemporâneos ao relatar que em suas quatro viagens interoceânicas não tinha achado monstros marinhos, cuja existência nos “mares incógnitos” era garantida nos textos da Antiguidade clássica; nem monstros humanoides em terra.

⁴⁷⁶ Hugh Thomas. *Op. Cit.*, p. 138.

Edmundo O’Gorman, que defendeu Vespucci contra a ulteriormente admitida primazia de Colombo, protestou diante do fato de que “em que pesem às novas exigências metodológicas e as muitas investigações que enriqueceram a historiografia colombina, desde finais do século XIX manteve-se a interpretação tradicional baseada na unânime crença de que Colombo descobriu América quando, em 1492, encontrou uma ilha que acreditou pertencer a um arquipélago vizinho ao Japão”.⁴⁷⁷ Toda a história da América estaria presidida por um equívoco, uma espécie de “mito fundador”.⁴⁷⁸ As implicações disso se fariam sentir até o presente.



Provável retrato de Colombo, de Alejo Fernandes (primeira metade do século XVI)

O qualificativo de “novo continente” (ou “Novo Mundo”) deve-se àquele que supostamente chegou primeiro a ele - não às ilhas às quais chegou Colombo - constatando e declarando efetivamente sua natureza continental, fato

⁴⁷⁷ Edmundo O’Gorman. *La Invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 41. O autor afirma que “o problema fundamental da história americana consiste em explicar satisfatoriamente o aparecimento de América na cultura ocidental, pois essa questão implica a maneira em que se conceba o ser da América e o sentido a ser concedido à sua história”. A conclusão extrapola a premissa. Os mitos a respeito das novas terras estavam determinados pela esperança das riquezas que se obteriam através da sua conquista e ocupação (ver, por exemplo: Luigi Avonto. *La sierra de la Plata: contributo italiano alla formazione di un mito della conquista americana*. *Quaderni* n° 5. São Paulo, Istituto Italiano di Cultura, outubro 1993).

⁴⁷⁸ O’Gorman prefere usar o termo “invenção”, para sublinhar a natureza mítica do ato fundador da modernidade.

reconhecido em 1507 por Waldseemüller: “A quarta parte do mundo que, desde que descoberta por Amerigo (Vespucci), merece chamar-se *América*”.⁴⁷⁹ Um século depois, Colombo substituiu Vespucci como “descobridor”, mas essa vitória historiográfica significou a mudança do nome do novo continente. A partir da década de 1520, a conquista revelou lentamente a extensão do continente “descoberto”, determinando a produção de um novo saber cartográfico baseado na “unificação do mundo”. O opúsculo de Vespucci, *Mundus Novus*, publicado em 1502, atingiu doze edições em 1504, 22 em 1505, e cinquenta antes de 1550. A unificação cartográfica do mundo,⁴⁸⁰ foi um reflexo do processo que Jean Chesneaux denominou “a história mundial, transformada em história da dominação europeia do mundo”. Era o começo da história mundial entendida como um processo único envolvendo a totalidade das populações do planeta: “Em meados do século XVI, já não há mais dúvidas: o ‘mundo’ é o ‘globo’”. O sentimento de uma *comunidade humana* generalizou-se: as descobertas demonstravam “contra a posição cristã, cujo maior expoente tinha sido (Santo) Agostinho, que existia uma pluralidade de mundos terrestres”.⁴⁸¹

As civilizações americanas, algumas das quais - incas, chibchas, astecas, por exemplo, sem falar na antiga civilização maia - haviam atingido um alto grau de desenvolvimento antes do contato com Europa, foram logo compulsivamente incorporadas à história mundial pela conquista, através da sua destruição: os *mexicas* (também chamados de astecas), com uma

⁴⁷⁹ Marianne Mahn-Lot. *La Découverte de l'Amérique*. Paris, Flammarion, 1970, p. 124. Uma biografia clássica de Colombo é: Samuel Eliot Morrison. *El Almirante de la Mar Océano*. Vida de Cristóbal Colón. Buenos Aires, Hachette, 1945.

⁴⁸⁰ Que coroou um esforço secular. No século XIV, na Itália, se desenvolveram duas correntes geográficas concorrentes, uma “tradicional”, consciente das mudanças políticas e territoriais e da ampliação dos horizontes asiáticos, que pretendia adaptar e ajustar o saber herdado da Antiguidade clássica, mas sem mudar sua base; e uma “geografia com novas ambições”, a dos humanistas, que renunciaram a essa síntese, preferindo um enfoque exaustivo e classificatório da totalidade dos conhecimentos (Cf. Nathalie Bouloux. *Culture et Savoirs Géographiques dans l'Italie du XIVe Siècle*. Turnhout, Brepols, 2001).

⁴⁸¹ Ruggiero Romano e Alberto Tenenti. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México, Siglo XXI, 1992, p. 179.

população de 25 milhões em 1517, ficaram reduzidos a 2,6 milhões em 1568; os incas do Peru, incluídos os povos a eles submetidos, de nove milhões que eram em 1532, foram reduzidos para 1,3 milhão em 1570.⁴⁸² Ainda assim, tiveram melhor sorte do que os *caribes* e os *tainos*, habitantes das primeiras ilhas alcançadas por Colombo (as Bahamas, Haiti, a Dominicana, Jamaica, Cuba ou “Juana”) literalmente exterminados pelo “golpe microbiano” que lhes foi proporcionado pelos expedicionários europeus; em contrapartida, ou em troca, os nativos americanos repassaram a eles a sífilis, que grassou na Europa nos séculos sucessivos: a primeira epidemia de sífilis europeia de que há notícia ocorreu em 1495, dois anos após o regresso de Colombo de sua viagem de descobrimento, coincidência temporal que deu origem à teoria de sua provável origem americana.

Na época da chegada de Colombo às terras americanas, Espanha e Portugal já se encontravam em disputa para ganhar direitos sobre eventuais “descobertas” e conquistas ultramarinas. Em 1481, Portugal tinha obtido do Papa Inocêncio VII a bula *Æterni Regis*, que separava as terras já descobertas e aquelas a serem descobertas por um paralelo na altura das ilhas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: o Norte, para a Coroa de Castela, e o Sul, para a Coroa de Portugal. Definiram-se assim dois ciclos da expansão: o chamado ciclo oriental, pelo qual a Coroa portuguesa garantia seu progresso para o Sul e o Oriente, contornando a costa africana, e o ciclo ocidental, pelo qual a Espanha se aventurou no oceano Atlântico, em direção do Oeste. Foi como resultado desse esforço espanhol que Colombo chegou às terras americanas. Logo depois do feito, em 1493, Espanha enviou mensageiros ao Papa exigindo que concedesse à Espanha o direito sobre as novas terras, que ainda se supunham asiáticas, pois os antigos papas já haviam dado aos portugueses o direito à África e às terras do Leste.

À disputa espanhola contra Portugal se acrescentou logo outra, que se revelou, com o tempo, bem mais perigosa (para as ambições de Espanha): em 1497, o também genovês “Jean” Cabot, autorizado e financiado pela coroa de Inglaterra, atingiu a Terra Nova (ou o Labrador, no atual Canadá) no norte da (ainda não chamada) América, à procura de uma passagem

⁴⁸² Claude Bernard e Serge Gruzinski. *Histoire du Nouveau Monde*. Paris, Fayard, 1991.

mais setentrional em direção das “ilhas das especiarias”. E, em 1500, o português Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da armada que fez a primeira expedição portuguesa às Índias depois do retorno de Vasco da Gama, chegou ao Brasil com treze navios e 1.200 homens (compare-se com os menos de cem homens em três navios da primeira expedição colombina), a maior frota até então organizada em Portugal, com a missão de fundar uma feitoria na suposta “Índia”. Depois de instalada, Cabral seguiu para a África e Calicute, onde capturou barcos árabes e carregou produtos locais e especiarias, retornando a Lisboa em junho de 1501. A “corrida pelo mundo” estava lançada, e o número de inscritos cresceu com rapidez.

O novo papa, Alexandre VI Borgia (1492-1503), espanhol, emitiu uma série de quatro bulas estabelecendo uma política em favor da Espanha. As duas primeiras bulas davam à Espanha o título das descobertas de Colombo e de outras terras ocidentais, desde que a população nativa fosse convertida ao cristianismo. A terceira bula limitou a área ocidental para todas as terras descobertas, começando cem léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde e Açores. Essa bula deu aos espanhóis o direito às terras orientais através da circunavegação pelo Ocidente. A quarta bula, a *Dudum Siguidem*, editada mais tarde, em agosto de 1493, anulava quaisquer ordens prévias do papa que favorecessem os portugueses. Com o controle espanhol do Caribe e do Golfo do México garantido, Espanha procedeu à colonização das ilhas dessa área (Hispaniola, Porto Rico, Jamaica e Cuba), “convertendo” ao cristianismo seus habitantes, não raro exterminando-os proposital ou acidentalmente (pela transmissão de doenças europeias contra as quais os nativos não possuíam defesas orgânicas). O declarado propósito da expansão era a cristianização dos índios, como sacramentado pelo Papa. Os primeiros habitantes americanos “descobertos” andavam quase nus e não viviam em cidades, ou seja, eram *pobres*, não aptos para o saque ou o para o comércio lucrativo, um “detalhe” central para os europeus.

Essa ideia mudou rapidamente, quando as expedições no continente americano revelaram os impérios e as cidades astecas (México), chibchas (Colômbia) e incas (Peru, Bolívia, norte argentino e chileno). Os relatórios das jornadas litorâneas de Francisco Hernandez de Córdoba e Juan de Grijalba, relatando a opulência dos impérios mexicanos, provocaram no governo espanhol uma enorme ambição pela exploração daquele país. A exaltação religiosa voltou ao primeiro plano.

Ao colocar nas mãos de Castela as terras das “Índias Ocidentais”, Colombo tinha oferecido aos ibéricos a oportunidade de continuar a “guerra santa” da Reconquista. Outra fronteira da fé cristã surgia. Tratava-se dos indígenas americanos, cujas características religiosas se supunham marcadas pelo fetichismo. Ramon Pané, clérigo participante da segunda viagem colombina (1493), que viveu dois anos entre os aborígenes *tainos* (foi, segundo Bartolomé e Lucile Bennassar, “o primeiro etnógrafo da América”) foi o primeiro a constatar que os ritos e crenças deles nada tinham a ver com o que se sabia da religiosidade dos povos asiáticos, ou seja, o primeiro a dar um indício, nascido não do conhecimento geográfico, mas de uma espécie de proto-antropologia, da existência de um novo continente.

A mentalidade das Cruzadas, vigente no período da Reconquista, assumiu sentido missionário na América. A expansão da fé católica, no entanto, era só o motivo explícito, ou “ideológico”, dos ibéricos. Ampliar os horizontes da cristandade tornou-se o grande *motto* da colonização espanhola na América, mas, dentro dele, a perspectiva do enriquecimento (nomeada com insistência nos documentos deixados pelos conquistadores) aparecia como expressão da vontade e da glória divinas. A conciliação entre a fé cristã e o enriquecimento material foi realizada pela Igreja de Roma. A expansão do cristianismo nos ricos territórios americanos tinha bases e objetivos para nada celestiais: o *ouro*. O ápice áureo da Igreja Católica foi atingido entre os séculos XIV e XVII, quando ela chegou a controlar quase 60% de todo o ouro extraído ao longo da história.⁴⁸³ A exploração das riquezas da América esteve no centro desse enriquecimento.

O relacionamento entre espanhóis e índios, em que pese a determinação de Isabel “a Católica” no sentido de considerá-los súditos da coroa de Castela, provocou polêmicas teológicas e jurídicas. As viagens de Colombo foram posteriormente consideradas como a “descoberta” porque precederam e abriram o caminho para a conquista e colonização da América, o que não aconteceu nos “contatos” anteriores, inclusive os realizados por não europeus. Entrincheirando-se na Europa ocidental depois da cisão protestante, a Igreja Católica conquistou simultaneamente a condição de ponta de lança da

⁴⁸³ Claudio Rendina. *L'Oro del Vaticano*. Roma, Newton & Compton, 2013.

colonização ibérica do Oriente e, sobretudo, da América, alicerçando através dela sua pretensão de religião única e universal. Nesse processo, a Ordem Jesuíta expandiu-se e cresceu ao compasso de cada vez mais importantes missões que lhe eram encomendadas. Foi desse modo que chegaram ao Reino do Congo (1547), ao Ceilão e ao Marrocos (1548), à China (1552), à Etiópia (1555) e ao Japão (1580). Na América, a conquista, o extermínio e a submissão indígena a trabalhos forçados (na forma da escravidão, ou em outras) foram feitos em nome da cruz cristã. A Igreja Católica (e, depois, as igrejas protestantes na América do Norte) assumiu assim responsabilidade direta na submissão indígena.

A razão foi que as viagens de Colombo tinham um propósito econômico definido: "Colombo buscava ouro? Pode-se responder *sim* com toda tranquilidade. As páginas de seu diário, entre 12 de outubro de 1492, quando ele tomou a primeira ilha, e o 17 de janeiro de 1493, quando iniciou seu regresso, contém, pelo menos, 65 relatos sobre o ouro".⁴⁸⁴ Relatos fantasiosos, na sua maior parte (Colombo voltou apenas com seis quilos e meio de ouro da sua primeira viagem, o que provocou uma enorme decepção na corte espanhola). Depois das novas decepções auríferas da sua segunda viagem, Colombo voltou com algumas dezenas de nativos americanos para vendê-los como escravos (na sua primeira viagem, tinha trazido alguns poucos aborígenes, com um interesse cristão [batismo] e "antropológico"). Colombo observou nas suas anotações: "O ouro é a melhor coisa do mundo. Ele até pode enviar as almas para o Paraíso". Quem o acharia em grande quantidade na América, não nas ilhas do Caribe e sim no continente, seriam seus sucessores *conquistadores*: Hernán Cortés, Diego de Almagro, Francisco Pizarro e *tanti altri*. Não em baixo da terra, nem no leito dos rios, mas nas casas e vestimentas dos povos que conquistaram e, em boa medida, também destruíram.

Resumindo, e considerando sua motivação real (objetiva), "a descoberta da América deveu-se à sede de ouro que anteriormente tinha lançado os portugueses para a África, porque a indústria europeia, enormemente desenvolvida nos séculos XIV e XV, e o comércio correspondente, reclamavam mais meios de troca do que podia fornecer a Alemanha, a

⁴⁸⁴ Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História 1450-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 80.

grande produtora de prata entre 1450 e 1550".⁴⁸⁵ Entre 1503 e 1660 chegaram ao porto de São Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata vindos da América, obtidos basicamente mediante a violência contra as populações nativas do continente, pelo saque ou pela exploração na produção mineira. Os germes e micróbios europeus foram substituídos pela cobiça e pela exploração de igual origem.

O mecanismo de conquista dos ibéricos levou em conta as diferenças entre essas populações. Os povos americanos eram variados: sedentários, semissedentários e não sedentários. As áreas mais valorizadas inicialmente pelos espanhóis eram aquelas que estavam já socialmente organizadas: "As colônias que, primeiro, Portugal e Espanha, depois França e Inglaterra, estabeleceram na América, eram um fato novo. A diferença de seus precedentes no mundo antigo, eram longínquas e controladas a grande distância, satisfaziam a aparentemente insaciável necessidade de metais preciosos dos europeus, e também uma ambição de mudar as crenças religiosas dos indígenas que os antigos dificilmente teriam compreendido".⁴⁸⁶

Os povos inca e asteca faziam parte dos povos sedentários, "organizados", quando os europeus chegaram do Caribe. As ilhas oceânicas da América foram o primeiro lugar onde os espanhóis (que traziam um conhecimento ocupações realizadas previamente em algumas regiões da África) puseram em prática seus sistemas de dominação no novo mundo. A trajetória da conquista europeia nas Américas seguiu as linhas da riqueza aurífera ou de prata. A conquista se iniciou na colônia Hispaniola - atual República Dominicana - em 1492, e partiu depois para duas áreas de atuação. Uma ao sul, no sentido de Bogotá (1537), Quito (1534), Peru (1532-33), Chile (1535-58), Buenos Aires (1536). Paraguai (1537), e outra ao norte. Acima do Equador, os espanhóis ocuparam Nicarágua (1523-24), Guatemala (1524) e o centro do México (1519-1521). O entorno geográfico e ecológico foi decisivo para determinar as linhas de ocupação do continente. Várias espécies não nativas das Américas foram introduzidas na conquista, como os

⁴⁸⁵ Carta de Friedrich Engels a Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1890.

⁴⁸⁶ Anthony Pagden. *Signori del Mondo*. Ideologie dell'Impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800. Bolonha, Il Mulino, 2005, p. 37.

coqueiros e as mangueiras, que vieram de outros continentes, por causa da sua utilidade econômica.

As linhas geográficas e políticas da conquista, e as características da ocupação territorial, no entanto, foram determinadas pelas relações políticas internacionais e pela cultura metropolitana, de Espanha e Portugal, incluindo a organização das colônias, a construção das cidades, e a ocupação do litoral Leste da América do Sul pelos portugueses em virtude do Tratado de Tordesilhas.⁴⁸⁷ Em 1513, Núñez de Balboa atravessou o istmo de Panamá e “descobriu” o “mar do Sul” (o Pacífico, já conhecido pelas suas costas asiáticas, sem que Balboa o soubesse) ainda ignorando ter encontrado a passagem mais estreita e rápida por terra entre o Atlântico e o Pacífico. Mais de uma década depois, Gonzalo Fernández de Oviedo finalmente aventurava dizer que “a nova terra não é parte da Ásia nem uma extensão da Ásia da velha cosmografia. Poder-se-ia dizer que a terra firme dessas Índias é outra parte do mundo”. Mais de três décadas tinham se passado desde a “descoberta” colombiana.

A conquista do México ficou associada ao nome de Hernán Cortés, nascido na região de Extremadura, em 1485, no seio da pequena nobreza. O que se sabe sobre ele se encontra nas cartas que remeteu a Carlos V, rei da Espanha desde 1516 e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Cortés aportou em abril de 1519 na atual Veracruz (México). Em suas andanças pela península de Yucatán, Cortés recebeu presentes dos nativos, incluídas escravas encarregadas de satisfazerem o apetite sexual dos espanhóis. Entre elas estava Malintzin ou Malinche, que foi tomada por esposa por Cortés, a quem deu um filho. “Marina” era muito inteligente e culta, falava maia e *nahuatl*, a língua do império asteca, além de espanhol.

Cortés percebeu que utilizando Malinche e Aguilar, um espanhol que ficara por sete anos em poder dos maias e havia aprendido sua língua, poderia se comunicar com os chefes das cidades tributárias astecas. Conversando com eles, Cortés percebeu que eram vassalos obrigados pela força. Esta descoberta mudou os rumos da campanha do conquistador, que passou a praticar uma política de sistemática aliança com os povos enfrentados com o poder asteca: “Mandeí dois nativos falar com os senhores principais... Prometi-lhes que se se

⁴⁸⁷ Cf. Stuart Schwartz e James Lockhart. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

tornassem vassalos de Vossa Majestade seriam muito bem tratados. Três dias depois vieram algumas pessoas principais e pediram perdão [por ter inicialmente resistido] dizendo que haviam feito o que seu senhor lhes determinara, mas que dali em diante passavam a servir a Vossa Majestade muito lealmente”,⁴⁸⁸ relatou Cortés a Carlos V, rei de Espanha.

A civilização asteca impressionou os conquistadores espanhóis pelas dimensões dos seus templos e pela sua organização política. Para os conquistadores espanhóis oriundos da pequena nobreza, a conquista representava, além da obtenção de riquezas, ampliação do seu poder político junto à coroa. Quando os espanhóis chegaram à capital asteca (Tenochtitlan) ficaram impressionados com sua riqueza e precisão arquitetônica. O chefe Moctezuma impediu qualquer tipo de atitude contrária aos espanhóis, pois acreditava que eram enviados do deus Quetzalcoatl. O governador de Cuba enviou soldados sob o comando de Pánfilo de Narvaez para prender Hernán Cortés por insubordinação, mas ele e seu pequeno exército os derrotaram. Após a derrota, o remanescente da tropa vencida juntou-se a Cortés, com a promessa de dividir a pilhagem que deveriam fazer em Tenochtitlan, onde irrompera uma luta intestina durante sua ausência. A conquista da cidade foi facilitada pelas divisões existentes entre as tribos mexicanas.

Os espanhóis trouxeram consigo reforços, armas, cavalos e escravos, e um escravo negro, de Cuba, que estava com varíola: o escravo morreu logo, mas os índios, que não tinham anticorpos para a doença, começaram a morrer também. Cuauhtémoc, sucessor de Moctezuma, não pode obviamente conter a epidemia de varíola, nem suprir a falta de água potável (os espanhóis haviam destruído os aquedutos que a levavam para Tenochtitlan). O cerco final da cidade durou 93 dias, a queda final foi em 13 de agosto de 1521, data simbólica (e real) da morte do império asteca. A diferença de capacidade militar entre os indígenas e os conquistadores era grande. Os espanhóis empregavam animais no combate, não só cavalos que lhes conferiam maior agilidade e poder contra infantarias, mas também cachorros. Treinados para matar, os cães eram soltos no campo de batalha onde, além de aterrorizarem os índios, faziam grandes estragos.

⁴⁸⁸ Hernan Cortez. *O Fim de Montezuma*. Relatos da conquista do México. Porto Alegre, L&PM, 1996, p. 82.

As técnicas de batalha dos espanhóis foram outro fator de sua vitória: os astecas lutavam para fazer prisioneiros, que eventualmente sacrificavam depois, enquanto os invasores lutavam para matar o maior número de indivíduos, procedimento mais fácil e rápido do que a captura em massa. A superioridade tecnológica dos espanhóis em relação aos astecas era enorme, com armas de fogo e de ferro contra arcos, flechas e armas de sílex e madeira, sem falar na “guerra biológica” que os espanhóis travaram com os índios. A política de alianças com lideranças indígenas de Cortés foi um dos seus maiores trunfos, sendo também usada por Francisco Pizarro na conquista do Tawantinsuyu, o império inca. Ela trouxe para o lado dos espanhóis todos os povos descontentes com a dominação asteca. Os astecas nada faziam para assimilar outras culturas, criando a base para a revolta dos povos dominados por eles, da qual Cortés tirou proveito.

A civilização destruída por eles espantou os conquistadores. Seu principal cronista (“Nenhum capitão nem soldado passou por esta Nova Espanha três vezes seguidas, uma atrás da outra, como eu; de maneira que sou o mais antigo descobridor e conquistador que tenha havido ou que haja na Nova Espanha.... o que hoje vi e com que estive lutando, como boa testemunha ocular e o descreverei, com a ajuda de Deus, muito sinceramente, sem torcer nem para uma parte nem outra”) relatou que, ao chegar em Tenochtitlan, a cidade sobre as águas, capital asteca, viram *“cosas nunca oídas, ni vistas, ni aun soñadas. No sabíamos qué decir o si era verdade lo que por delante parecía... Entre nosotros hubo soldados que habían estado en muchas partes del mundo, en Constantinopla y en toda Italia y Roma, y dijeron que plaza tan bien comparada y con tanto concierto y también tamaño y llena de gente no habían visto”*.⁴⁸⁹

O real conquistador de Tenochtitlan, à frente de um grande número de guerreiros, foi o chefe indígena “mexicano” antiasteca Ixtlixóchtli. A fome, a sede e a peste tinham se abatido sobre um povo cansado de uma contínua e prolongada luta. Enquanto os astecas foram incapazes de unificar realmente seu império senão pela coerção, os espanhóis obtiveram sucesso com um trabalho aplicado, com a colaboração dos primeiros missionários franciscanos. Depois de sua vitória, Cortés buscou, através da conversão ao cristianismo dos indígenas, manter os

⁴⁸⁹ Bernal Díaz del Castillo. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México, Porrúa, 1955.

povos unidos tanto no México como no sudoeste norte-americano. Em 1528, enquanto Carlos V estabelecia a primeira *Audiência*,⁴⁹⁰ na “Nova Espanha”, Cortés voltou para a península ibérica com o título de marquês do Vale de Oaxaca. Quando o conquistador do México retornou ao Novo Mundo, explorou a Califórnia em 1534. Em 1541 voltou ao novo continente e ainda conduziu uma força militar. Morreu em dezembro de 1547.⁴⁹¹

Antes da conquista do México, os espanhóis só haviam se deparado com populações indígenas no estágio da caça e da recolecção, chegando a acreditar que os indígenas eram pouco mais do que macacos. Segundo o clérigo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda, os índios, assim como os negros, não tinham alma, não eram, portanto, passíveis de salvação, não eram filhos de Deus, o que autorizava sua escravização, mas se contrapunha à política papal. Depois da conquista do império asteca e dos povos maias de Yucatán (o que aconteceu simultaneamente com a descoberta e início da guerra contra os incas, no Tawantinsuyu), outro clérigo, o dominicano Bartolomé de Las Casas, escreveu sua *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*. Ambos os clérigos protagonizaram um importante e definidor debate na Espanha.

Las Casas mostrava que a organização social desses grandes povos e sociedades americanas era extremamente complexa, que possuíam sistemas capazes de concentrar populações gigantescas: Tenochtitlan, na época da conquista era, provavelmente, a segunda maior cidade do mundo, perdendo apenas para Chang’na (Xangai), na China. A teoria de Las Casas teve eco na Europa, mudando a visão sobre os indígenas americanos. Sob sua influência, a escravização dos ameríndios foi proibida pela Igreja, abrindo caminho para o lucrativo tráfico negreiro. Os colonizadores foram obrigados a importarem os negros da África, enriquecendo, dentre outros, a

⁴⁹⁰ As *Reais Audiências* eram órgãos criados pela Coroa para a administração de justiça, integradas por um Presidente, que era o vice-rei ou governador, e de três a cinco *Oidores* (juízes).

⁴⁹¹ Hernán Cortés era curioso e sensível em relação à comunicação; tornou-se assim o *estrategista* da colonização espanhola. Cortés mostrou-se sempre esquivo com seus interlocutores; obteve informação sobre os índios, mas impediu que eles soubessem de suas intenções. Cortés usou da dissimulação e fez do seu “discurso” um meio para atingir seus objetivos: foi o verdadeiro “político” da conquista espanhola.

própria Igreja Católica. Os colonizadores espanhóis, que nunca levaram a sério a proibição eclesiástica, inventaram subterfúgios para escravizar os aborígenes.

Na América do Sul, o império inca havia se consolidado setenta anos antes da chegada dos espanhóis. Estendia-se pelos Andes e incorporava as terras da Colômbia, Norte do Chile, Bolívia, Equador, Norte da Argentina e Peru – todos conectados por um vasto sistema de estradas. O conquistador Francisco Pizarro conseguiu com poucos homens a derrota do exército inca em 1532. O verdadeiro golpe pode ter vindo uma década antes, quando os invasores europeus involuntariamente desencadearam uma epidemia de varíola que pode ter matado até 90% dos incas. Documentos da época descrevem os incas como construtores e planejadores de terra, capazes de produzir uma agricultura montanhosa extremamente sofisticada e a construção de cidades, com pessoas que se especializavam no planejamento dos usos agrícolas. Construíram fazendas nas encostas das montanhas cujas culturas – de batata a milho e amendoim à abóbora – foram escolhidas para prosperar nas temperaturas médias para diferentes altitudes, e cultivavam árvores para manter o solo fino em bom estado.

Os arquitetos incas projetaram e levantaram enormes pirâmides, sofisticados sistemas hidráulicos, e criaram enormes templos, como Machu Picchu. Com exceções costeiras incorporadas ao império, não havia nenhuma classe comercial na sociedade inca. Alguns produtos tinham de ser importados, para o que o império criou colônias nas zonas de produção específicas, permitindo o comércio de longa distância. A produção, distribuição e uso de matérias-primas eram controlados centralmente. A chave do sistema parece ter sido o sistema tributário: todo membro do império era obrigado a fornecer mão de obra. Nobres estavam isentos, assim como outros membros proeminentes da sociedade inca: os nobres ainda poderiam possuir propriedades, e seus familiares podiam continuar a acumular riqueza. À semelhança dos “impérios hidráulicos” do Oriente, os investimentos e inovações giravam em torno da agricultura, para evitar a fome, em vez de estimular o comércio.

No momento da chegada dos espanhóis, o Tawantinsuyu vivia uma guerra civil pelo poder entre os irmãos Wascarr e Atahualpa, ambos supostos descendentes do *Inka*, o mítico líder sagrado inicial. Francisco Pizarro tinha começado a realizar missões de reconhecimento nas costas do

Tawantinsuyu no ano de 1524. As expedições de reconhecimento do litoral consistiam simplesmente em chegar até uma praia e manter contato com algum nativo encontrado. Esse contato podia ser por escambo, tentativa de evangelização ou estabelecimento de conversação, estupro e até sequestro de algum índio, para com o contato prolongado aprender o idioma local. Essas expedições, apesar de não passarem do litoral, não servindo para conhecer nenhuma cidade, espalhavam boatos por todo o Tawantinsuyu, e traziam doenças desconhecidas aos ameríndios. Da mesma forma que ocorreu com os astecas, os incas não tinham anticorpos naturais para protegê-los delas, uma simples gripe podia dizimar toda uma cidade.

Em 1528, quatro anos antes de iniciar-se a conquista do império incaico pelos espanhóis, já tinham morrido, numa epidemia, 200 mil índios do Tawantinsuyu, dentre os quais o líder Wayna Kapaq e seu filho mais velho. A morte de Wayna Kapaq foi vista como uma catástrofe pelos nativos. A luta pela sucessão se iniciou em 1529: os povos conquistados pelos incas nas regiões periféricas começaram a se rebelar. Devido ao filho mais velho de Wayna Kapaq também ter morrido (provavelmente de varíola), a liderança foi disputada por Wascarr e Atahualpa, quem finalmente venceu. Pizarro e seus homens foram avançando desde o litoral sem sofrer nenhuma resistência séria por parte dos nativos. Em 15 de novembro de 1532, ele tomou Cajamarca, enviando seu irmão Hernando Pizarro e Hernando de Soto até Quito para convidarem Atahualpa para uma reunião. Em Cajamarca, Atahualpa foi recebido apenas pelo padre Vicente Valverde que imediatamente exigiu que ele e seu séquito se convertessem ao cristianismo e se submetessem à soberania do rei espanhol.

De acordo com a lei espanhola, a recusa permitiria que os espanhóis oficialmente declarassem guerra aos incas. Surpreendido diante da arrogância dos estrangeiros, Atahualpa jogou no chão a Bíblia que lhe foi oferecida. Na guerra que se seguiu, mais de seis mil soldados incas foram imediatamente dizimados e Atahualpa acabou aprisionado no “Templo do Sol”. Em troca da sua liberdade, ele concordou em encher de peças de ouro o grande aposento que ocupava, e se comprometeu com Pizarro a lhe entregar o dobro daquela quantia em prata. Como Wascarr ainda estivesse vivo, Atahualpa determinou a execução do seu irmão, demonstrando que ainda mantinha autoridade. O fato deu oportunidade a Pizarro para mandá-lo executar, sob a acusação de ter cometido

doze crimes, dentre eles o de rebelião contra o Reino da Espanha, praticar idolatria e fratricídio. Com a morte de Atahualpa, a invasão espanhola ganhou a adesão de praticamente todas as etnias andinas contrárias aos incas.

O novo *Inka* recebeu os invasores nas portas de Cuzco e, em troca de apoio, ajudou militarmente Pizarro contra os incas que resistiam aos espanhóis: a campanha não foi rápida, custou dois anos de luta aos espanhóis até, em 1535, derrotarem finalmente as tropas fieis ao finado Atahualpa. Devido a que Cuzco estava muito distante da costa, Pizarro fundou Lima, capital do novo vice-reinado, em janeiro de 1535. A cidade solidificou o domínio espanhol sobre o Peru,⁴⁹² foi destinada a capital do vice-reinado e base operacional para as tropas espanholas recém-chegadas. As forças indígenas incas ainda resistentes foram derrotadas por Diego de Almagro: se desatou então uma guerra entre os partidários deste e os de Pizarro, luta que culminou com a morte de Almagro em 1538. Seu filho, depois, vingou a morte de seu pai, invadindo o palácio de Pizarro e matando-o em 1541. Os indígenas derrotados nos combates contra as tropas espanholas fugiram rumo à floresta amazônica, onde Manko Inka fundou a cidade de Vitcos, capital do novo (e fugaz) Império Inca, Vilcabamba. O reduto manteve a capacidade dos incas de fustigar e ameaçar as autoridades coloniais por mais de duas décadas. Em 1568, assumiu o comando do Peru o vice-rei Francisco de Toledo, que havia feito a última tentativa de paz com os incas por meio dos freis agostinianos. Toledo reuniu uma força militar e liderou a expedição que adentrou em Vilcabamba, tomou Vitcos e capturou Tupac Amaru, o último *Inka*. Apesar das súplicas de sacerdotes cristãos e indígenas, Toledo executou Tupac Amaru em maio de 1572.

A morte de Tupac Amaru marcou o estabelecimento definitivo do regime colonial espanhol no Peru. Existiam ao redor de nove milhões de habitantes no Tawantinsuyu quando da chegada dos espanhóis (existem estimativas que elevam a população indígena até 20 milhões). Certamente havia grande

⁴⁹² O nome Peru, dado pelos espanhóis ao vice-reinado que compreendia o antigo Tawantinsuyu, foi criado num dos primeiros contatos dos espanhóis com povos sul-americanos, a partir de uma palavra nativa, que designava um rio. O mesmo vale para México (de *mexica*, povo local), Yucatán (que significa “não te compreendo” em *nahuatl*), etc.

disparidade “tecnológica” (militar) entre europeus e incas, e as doenças foram também um fator de destruição. Para os incas, por outro lado, a guerra consistia num ritual que só podia ser praticado à luz do dia, e requeria diversos preparos anteriores, como gritos e cantorias de desafio ao inimigo. Para os espanhóis, a guerra fazia parte de seu cotidiano desde a Reconquista da Espanha dos árabes. Os espanhóis, por outro lado, de fato, tiveram participação efetiva em poucas batalhas: na maioria das vezes, eles colocavam as etnias dominadas pelos incas para combatê-los. A guerra dos espanhóis pela conquista do “Novo Mundo” foi, assim, uma perfeita “continuação da política por outros meios”. Uma guerra que não vacilou em levar à prática, quando necessário, uma política de extermínio geral e deliberada. A *lenda negra* da conquista americana não foi uma lenda.

A superioridade *política* dos espanhóis (dos europeus em geral) diante dos povos americanos consistia na sua determinação, nascida de sua motivação, que não hesitava diante do genocídio: já para os ameríndios, o extermínio dos soldados vindos do além-mar *não fazia nenhum sentido*. Na colonização francesa da América do Norte, por exemplo, “o objetivo de Champlain era aniquilar os *mohawks*, não vencê-los numa batalha. A guerra europeia não se contentava em apenas humilhar o inimigo e deixá-lo fugir, coisa que a guerra indígena aceitava. O objetivo da guerra indígena era ajustar as fronteiras ecológicas entre as tribos da região. Ao contrário, a meta de Champlain era estabelecer uma posição inatacável para os franceses no interior [do atual Canadá]. Queria matar o máximo possível de *mohawks* não para conquistar a glória do guerreiro, mas para impedir os *mohawks* de interferir no monopólio comercial francês. E tinha a arma para isso: o arcabuz”.⁴⁹³

A determinação ibérico-europeia estava vinculada à sua motivação econômica, que se vinculava à expansão ultramarina da Europa. A motivação religiosa foi sua necessária *ideologia*. Além de ideias, porém, foi necessária uma *política*. Pizarro sabia da disputa que estava ocorrendo no império inca, fato que usou para formular uma política de alianças semelhante à que Cortés utilizara anos antes no México. Por meio de sua teia de alianças, Pizarro soube aproveitar o papel que os próprios nativos lhe deram. Finalmente, não utilizou Cuzco, cidade impregnada da presença inca, como capital, mas edificou Lima, adequada para

493

Timothy Brook. *Op. Cit.*, p. 47.

uma terra conquistada a partir de um Estado situado além-mar. Lima, por estar próxima da costa, facilitava a recepção de tropas e materiais vindos das diversas partes do novo império colonial, ou até da própria Espanha. O atual Peru sofreu uma desintegração geral de sua cultura nativa como resultado do choque da invasão espanhola, através da implantação de estruturas sociais justapostas às antigas redes sociais do império inca.

A desintegração começou por uma série de mudanças nos sistemas econômicos, como a eliminação da redistribuição estatal que caracterizava o mundo inca, a implantação da moeda para o pagamento de tributo; ao mesmo tempo se exigia da população local o trabalho de exploração das minas de prata e de ouro. As populações nativas começaram a abandonar territórios, deixando-os como “terra de ninguém” que a coroa espanhola confiscou para logo vendê-los aos mesmos espanhóis. A implantação de *encomiendas*,⁴⁹⁴ e a percepção de tributos permitiu despojar os índios. O processo de evangelização desestruturou a cultura e a sociedade indígena, que foi levada a praticar seus cultos de forma escondida: a desconfiança dos índios para com a Igreja Católica era obviamente devida a que esta era “a maior associada na exploração colonial”.⁴⁹⁵ Os sacerdotes católicos aproveitavam sua posição para cobrar tributos dos índios para a construção de seus templos; ao mesmo tempo se implantava a Inquisição, como método para prevenir os cultos nativos, já que sobre todos pendia a ameaça de um juízo por heresia.

“O sistema econômico trazido pelos invasores europeus substituiu uma economia baseada principalmente nos valores de uso por uma economia baseada principalmente nos valores de permuta. Ideologicamente, o que podemos caracterizar como uma relação social com a natureza, baseada no respeito ao mundo natural, foi substituída por uma visão instrumental da natureza, uma natureza ordenada por Deus talvez, mas criada para a dominação humana”.⁴⁹⁶ no romantismo *après la lettre*

⁴⁹⁴ A *encomienda* consistia na “atribución de cierta cantidad de indios o una comunidad entera a señorios espagnoles, que pasaban a dominar sus tierras y usufructuar el producto de su trabajo”.

⁴⁹⁵ Darcy Ribeiro. *Las Americas y la Civilización*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985, p. 149.

⁴⁹⁶ Larissa V. Brown. Plantações, pastos e portos: economia colonial e mudanças ambientais no Brasil. In: John M. Monteiro e

dessa afirmação, os ameríndios, dotados de grande diversidade histórica e cultural, são dissolvidos *in toto* na categoria de “produtores de valores de uso em condições de respeito da natureza”, povos sem história.

Os colonizadores europeus, na verdade, não substituíram na América uma ideologia naturalista com outra instrumentalista, mas expropriaram, mediante violência extrema, as populações indígenas de suas posses e instrumentos de produção. Fizeram isso, não porque pensassem (se é que pensavam algo a respeito) instrumentalmente em relação à natureza, mas porque pensavam comercialmente em relação aos motivos que os levaram, arriscadamente, para terras longínquas com o apoio, e a partir das necessidades, de suas metrópoles, sem as quais jamais teriam vindo arriscar a pele além-mar.

Ouro e prata, não Deus ou uma almejada humanização da natureza, eram as molas propulsoras da conquista e da colonização ibero-americana. Ao contrário de outras nações colonizadoras, Espanha conseguiu localizar e dominar vastas áreas mineradoras, onde a população já trabalhava na extração de metais preciosos. Era necessário ampliar essa capacidade de extração, com a finalidade de abastecer a metrópole. Tomaram-se algumas medidas que engendraram uma poderosa máquina burocrática. No entanto, a máquina emperrava devido às distâncias e à cobiça dos funcionários. Durante a fase da conquista, a Coroa não despendeu maiores recursos. Os *adelantados* ficaram encarregados de conquistar territórios, apropriando-se de suas riquezas e de sua população, podendo utilizá-las como bem entendessem, desde que obrigados a pagar determinados impostos à Coroa.

Para fazer frente aos desmandos e à cobiça dos *adelantados*, a coroa espanhola, na metade do século XVI, procurou substituí-los por funcionários nos quais pudesse confiar, sobretudo no relativo aos repasses que os colonizadores deviam realizar. Foram então criados os Vice-Reinados e as Capitânicas Gerais. A *audiência*, que primitivamente era um simples tribunal, passou a acumular funções não só judiciárias: era formada pelo Vice-Rei (quando sua sede era a mesma sede do Vice-Reinado) e vários ouvidores, isto é, juizes. Suas funções podem ser resumidas em fiscalização e vigilância sobre todos os

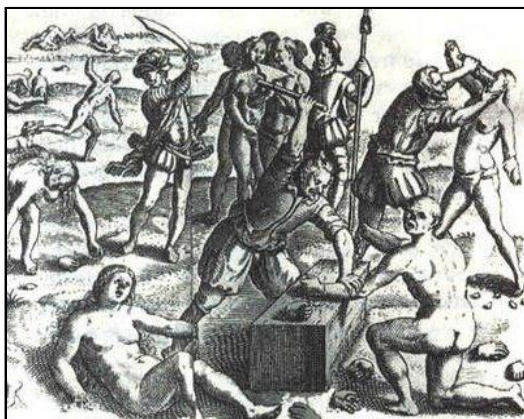
funcionários. As cidades passaram a ser administradas pelos *cabildos*, uma espécie de câmara municipal dos colonizadores, presidida por um alcaide e composta por um número variável de regedores. Os mecanismos de poder colonial se alicerçavam também em dois grupos sociais nativos privilegiados, os *kurakas* e os *yanaconas*, compostos por setores já dominantes na antiga ordem social do império incaico.

Os *kurakas* eram os intermediários entre a reciprocidade do Inka com os *ayllus*. Ao se estabelecer a colônia espanhola, findo o domínio do Inka, o *kuraka* começou a tomar as funções deste, estabelecendo com os espanhóis uma relação de servilismo, como intermediário entre o *hacendado* ou *encomendero* espanhol e o índio do *ayllu*. O *kuraka* afirmava sua autoridade de forma despótica, obrigando os índios a trabalhar fora do âmbito da reciprocidade, pois precisavam buscar rendas fora de suas comunidades. Houve na América a prática do *indirect rule*, consistente em investir autoridade derivada do poder colonial a líderes tradicionais dos grupos nativos. Os *yanaconas*, autoridades indígenas na colônia, durante o Império Inca eram meros servidores da autoridade.

Na colônia espanhola que sucedeu o império, eles aumentaram em número, até configurarem uma classe social diferenciada. O *yana* tinha sido um servidor da casta dirigente incaica; como servidores dos espanhóis não pagavam tributo e não iam à *mita*, trabalho compulsório para os colonizadores, configurando-se como uma categoria social privilegiada. O estatuto de *yana* permitia escapar do tributo, mas não vinculava com nenhuma comunidade, o que significava que não podia cultivar terras de sua comunidade de origem, vagando pelos caminhos do vice-reinado, formando uma comunidade amorfa e móvel. Isto foi criando uma grande massa de índios descontentes. A antiga sociedade inca, fortemente hierarquizada, passou a ser mais nivelada, diferenciando-se em errantes, submetidos ao controle espanhol, e sedentários, sob a exploração do *kuraka*. Manteve-se o *ayllu*, organização comunitária submetida à autoridade central, mas em um contexto diferente, sem as antigas reciprocidades e redistribuição da riqueza. Essa foi a solução empírica achada pelos colonizadores espanhóis para criarem um sistema de dominação estável na colônia.

Nos trinta anos posteriores à primeira viagem de Colombo, os espanhóis ocuparam também as Grandes Antilhas. Apenas a Ilha de São Domingo tinha estimados quase 500 mil

habitantes indígenas. O trabalho forçado imposto pelos espanhóis, e as doenças por eles trazidas, fizeram com que em 1510 ficassem reduzidos a 50 mil; na década de 1530, eram apenas 16 mil. Na época do descobrimento, a população indígena total da América Latina teria sido de 80 milhões de habitantes, segundo certas estimativas.⁴⁹⁷



Contato entre civilizações

Em 1800, a população total do subcontinente era de apenas 15 milhões, incluindo também os brancos, negros e mestiços. Com base nessas estimativas, a destruição dos indígenas americanos atingiu entre 2/3 a 3/4 da sua população. Outro fator da catástrofe indígena foi a migração e o deslocamento involuntário. Em suas campanhas, os conquistadores os levavam junto para que carregassem seus apetrechos, cozinhassem e os servissem. Em Bogotá, por exemplo, chegaram indígenas *mexicas*, incas e quéchuas, acompanhando os conquistadores em suas expedições. As grandes distâncias geográficas que percorreram determinaram o falecimento de muitos nativos. Muitos indígenas do entorno das cidades espanholas foram também levados pelos

⁴⁹⁷ Os historiadores hispanófilos, contrários à chamada “Lenda Negra da Conquista”, defenderam que a população indígena americana era só de 11 a 13 milhões ao momento do da chegada de Colombo, enquanto os “indigenistas” apontaram entre 90 e 112 milhões. Ponderações mais realistas supõem que América tinha 80 milhões de habitantes em 1492 (Heraclio Bonilla, *Los Conquistados*. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá, FLACSO, 1992).

encomenderos, a quem a Coroa dava posse sobre um ou vários povos indígenas para que os servissem.

A população das cidades espanholas na América dos séculos XVI e XVII era majoritariamente indígena. Muitos residiam nas casas dos espanhóis, que chegavam a ter até 30 ou 40 índios como serviçais. As mulheres eram a maioria, os indígenas se estabeleceram nos bairros ao redor das residências dos espanhóis. Possuíam lotes, por eles comprados ou doados por seus amos, onde construíram choupanas circulares, semelhantes às que tinham nos povoados de origem. Nos testamentos dos indígenas colombianos, bem como nos das demais regiões da América hispânica, emerge com especial importância a miscigenação, que surgiu muito cedo. As mulheres indígenas contavam em seus testamentos os relacionamentos com seus amos e a prole que com eles conceberam. Os mestiços, filhos da conquista, tiveram vidas diferentes. Poucos foram reconhecidos pelos pais e receberam algum legado testamental.

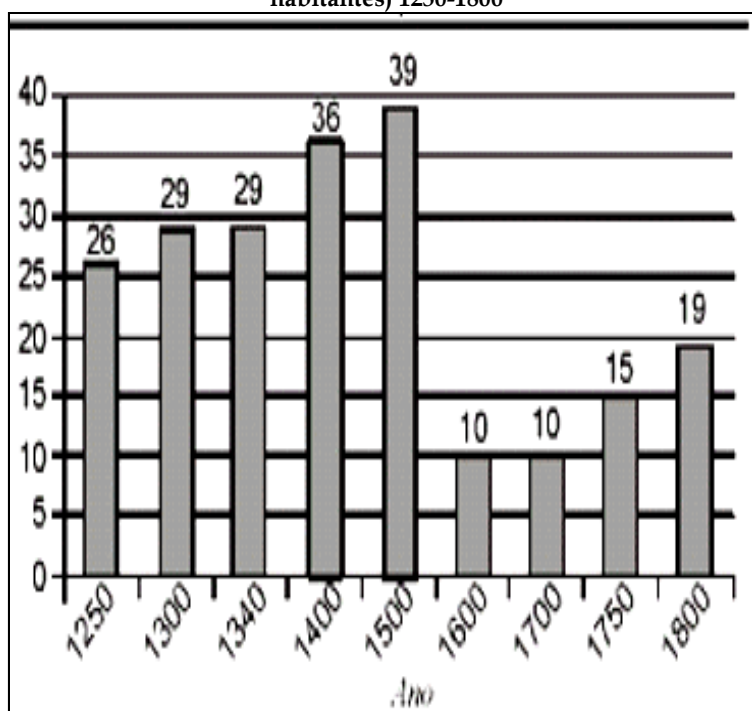
A maioria, como todos os filhos nascidos ilegítimos, cresceu ao lado de suas mães e de suas famílias indígenas. As mulheres indígenas tiveram papel central na nascente sociedade colonial. Muitas viveram aprisionadas no serviço doméstico. Outras se empregaram no comércio varejista, percorrendo cidades e centros mineiros. Outras vendiam diferentes produtos em lojas e feiras. Houve também as que administravam alguma hospedaria, onde indígenas, mestiços e mesmo espanhóis pobres faziam as refeições. Havia ainda as que emprestavam pequenas quantias em dinheiro para obter alguma renda. O desempenho econômico das mulheres indígenas resultou fundamental para o sustento das suas famílias, como suporte dos mais fracos, dos que sucumbiam ao licor ou ao jogo, como escapatória diante da opressão da sociedade colonial. As mães indígenas legavam frequentemente a seus filhos sua casa, com uma cláusula obrigatória: nunca poderiam vendê-la.

Tzvetan Todorov chamou o massacre e morticínio dos povos originários americanos de “maior genocídio da história da humanidade”.⁴⁹⁸ O processo foi multifacetado. Após a destruição e/ou submissão das populações autóctones, os colonizadores obrigaram-nas a trabalhar forçadamente para

⁴⁹⁸ Tzvetan Todorov. *A Conquista da América*. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

eles, num regime de semiescravidão, facilitado pela Coroa espanhola através dos institutos criados para o disciplinamento e exploração da mão de obra indígena, pelos quais as comunidades indígenas deviam fornecer mão de obra, durante certo período do ano, para os empreendimentos da colonização (as minas, em primeiro lugar). Este regime, junto com os constantes deslocamentos de população, e suas condições horrorosas de trabalho, foram fatores decisivos do extermínio dos indígenas americanos.

Evolução estimada da população das Américas (em milhões de habitantes) 1250-1800



O novo mundo do capital, originado (concebido) na Europa, mas nascido no mundo, ergueu-se sobre o pedestal de milhões de mortes e do aniquilamento de povos e culturas extra europeias, uma marca de nascença que o acompanharia em todo seu percurso histórico. A repulsa que na América Latina provoca a celebração oficial da conquista e da colonização do continente, cinco séculos depois de acontecidas, o movimento de emancipação negra, presente não só na África, mas também em todos os continentes para onde escravos africanos foram

transportados,⁴⁹⁹ são a prova da vigência desse passado na memória coletiva dos povos.

14. O "HOMEM" E SEU DUPLO

O sistema colonial jogou de uma só vez pela janela todos os velhos ídolos. Proclamou a produção de mais-valia como a finalidade última e única da humanidade (Karl Marx, O Capital)

Durante a colonização da América, a Coroa espanhola alarmou-se com a rápida diminuição da população indígena. À Coroa não convinha esse extermínio indígena (que só produzia enormes ganhos de curto prazo aos seus executores, os colonizadores), mas a implantação de um sistema tributário sobre as comunidades (compostas de aborígenes e colonos), viável no longo prazo. A autoridade real aprovou uma série de leis visando conter a voracidade dos colonizadores peninsulares, reunidas na "Compilação de Leis de Índias". A Igreja, em especial os jesuítas, contribuiu com esse esforço, enviando contingentes evangelizadores que, ao mesmo tempo, visavam o cumprimento dessas leis. As missões jesuíticas no Paraguai permitiram poupar a vida de boa parte da população indígena da região - os guaranis - da fúria exploradora dos colonizadores. A ordem dos jesuítas surgiu em 1540, em pleno desenvolvimento das cisões protestantes do cristianismo,⁵⁰⁰ como "ordem guerreira" a serviço do papado. Na sua certamente perigosa tarefa americana, os membros da ordem deram vazão à sua vocação para o martírio "*ya ofrecida la vida*

⁴⁹⁹ Em finais do século XIX, foi na América que surgiu o pensamento panafricanista, com dois líderes negros que vincularam África com sua diáspora no Caribe: Silvestre Williams e George Padmore. O primeiro era advogado, nascido em Trinidad Tobago. Em 1900, organizou em Londres uma conferência para protestar contra o acaparamento das terras da África pelos europeus, que foi o ponto de partida do pan-africanismo político, retomado pelo afroamericano W.E. Du Bois, de família haitiana, nos EUA. Na mesma época, Marcus Garvey, nascido na Jamaica, fundou nos EUA a UNIA (Associação Universal para a Superação do Negro); o movimento pela emancipação negra se expandiu simultaneamente na África, na Europa e na América.

⁵⁰⁰ Ignacio de Loyola, fundador da ordem jesuíta, coexistiu na Universidade de Paris com Jean Calvin.

por atraer a Dios Nuestro Señor a esta desamparada gente”, nas palavras do sacerdote jesuíta Roque González.

Na conquista do México, depois de derrubado o império asteca, os sacerdotes cristãos instaram os nativos a se converterem ao verdadeiro Deus (o cristão), por ser ele infinitamente bom, abandonando os cultos politeístas baseados na idolatria (incluindo “deuses maus”) e suas práticas “bárbaras” (sacrifícios humanos, principalmente). A esse argumento tipicamente monoteísta e humanista, “os mexicas responderam que lhes parecia injusto que se lhes pedisse que abandonassem cerimoniais e rituais que seus ancestrais tinham elogiado e considerado como bons”. Depois de acenar com um possível levantamento popular caso esse abandono fosse proposto, “repetiram que já era difícil o bastante admitir a derrota e que antes de renunciar aos seus deuses preferiam morrer”.⁵⁰¹ A esse problema, principal, somou-se outro. O choque entre os religiosos, especialmente os jesuítas em missão, e os colonos europeus, era inevitável. Os colonizadores ibéricos só podiam migrar para América se recebessem autorização real (estatal): “A colonização espanhola da América constitui um exemplo de política metropolitana de migração e povoamento fixada por lei”.⁵⁰² As primeiras *audiências* espanholas na América (instituições representativas dos colonizadores, de poderes limitados) se queixaram à Coroa da péssima qualidade humana dos contingentes colonizadores, em que predominavam criminosos e vagabundos de toda espécie, que agiam em detrimento da obra evangelizadora e construtora supostamente almejada pela metrópole para os novos territórios.⁵⁰³

A Companhia de Jesus se tornou a principal força política na sociedade colonial, nos séculos XVI e XVII, diante de uma desorganizada administração colonial e dos próprios colonos, divididos e enfrentados em seus interesses

⁵⁰¹ Hugh Thomas. *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁰² Richard Konezke. *América Latina*. La época colonial. Madri, Siglo XXI, 1979, p. 50.

⁵⁰³ A coroa inglesa destinou para vários de seus territórios ultramarinos criminosos comuns cuja manutenção em prisões onerava o orçamento estatal (por exemplo, os contingentes iniciais enviados para a Austrália).

imediatos:⁵⁰⁴ “A lei natural, inscrita no coração dos homens e reconhecida pela razão, está nitidamente separada da lei humana, pois esta é instaurada pela vontade do soberano. Essa noção tomista de lei e de direito natural foi a resposta dos teólogos da segunda escolástica para retirar legitimidade à prática predatória dos conquistadores, ao mesmo tempo em que validou juridicamente o processo de formação das sociedades coloniais americanas. Quando Francisco de Vitoria [de quem falaremos adiante] fundamentou no direito natural o ‘perfeito domínio’ das sociedades ameríndias, a sua soberania, abriu-se a via para a Coroa de Castela se contrapor aos conquistadores, os quais haviam sido úteis, num primeiro momento, para tomar posse das novas terras, mas em seguida se tornaram concorrentes da monarquia, ao impedirem a pacificação da terra e se tornarem insubmissos”.⁵⁰⁵

Os conflitos entre alguns setores religiosos e os colonos foram, no entanto, anteriores à fundação da ordem jesuíta. Antonio Montesino (1475-1540), frade dominicano que chegara à América no primeiro contingente missionário, pronunciou um histórico sermão na véspera do Natal de 1511: “¿Con que derecho y con que justicia tenéis en tan cruel y horrible servidumbre aquestos índios? ¿Con que autoridad habéis hecho tan detestables guerras a estas gentes que estaban en sus tierras mansas y pacíficas?”. O sermão teve forte repercussão na metrópole, obrigando a intervenção do monarca espanhol, Fernando o Católico (1452-1516).

As *Leyes de Burgos* foram por isso promulgadas em dezembro de 1512, e foram complementadas por quatro preceitos ditados pela Corte em Valladolid, em julho de 1513. O conjunto das chamadas “Leis de Índias” buscava organizar a e regulamentar o uso da força de trabalho indígena para explorar o novo continente em proveito da metrópole, ou “reformular para conservar”, educando e disciplinando a elite colonial: “A grande novidade desse corpo geral legislativo ou corpo básico do estatuto indígena radica em tratar-se da primeira ordenação trabalhista de caráter social publicada no mundo, sem precedentes na Europa. Foi também a primeira ditada para o

⁵⁰⁴ Carlos A. M. R. Zeron. *Linha de Fé*. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial. São Paulo, Edusp, 2011.

⁵⁰⁵ Carlos A. M. R. Zeron. A outra face da Lua. *Revista de História* nº 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014.

Novo Mundo, sob ordem expressa, ademais, de ser impressa e divulgada o mais amplamente que fosse possível”.⁵⁰⁶ Em 1537, uma Bula do Papa Paulo III declarou os índios da América “creaturas humanas e livres”, insusceptíveis portanto de escravização.

Antonio Montesino teve influência em Bartolomé de Las Casas, frade dominicano que exerceu responsabilidades administrativas nas colônias da Espanha (na capitania de Guatemala), e veio a ser chamado de “protetor dos índios” devido à sua defesa destes, na polêmica com o padre Ginés de Sepúlveda, e à sua oposição à escravidão indígena. Deve-se, contudo, assinalar que a ação humanitária da Igreja não punha em questão os institutos do trabalho forçado dos indígenas. Na sua versão mais favorável aos índios, a do frade Las Casas, propunha, no máximo, a substituição do trabalho indígena por escravos importados da África, e considerava a ação evangelizadora o objetivo legitimador da colonização.⁵⁰⁷ Las Casas denunciou: “A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham às suas pessoas. Não foi senão sua avareza que causou as perdas desses povos, e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que os animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram sem fé e sem sacramentos tantos milhões de pessoas”.⁵⁰⁸

Com o decorrer do tempo, a preocupação de Las Casas com a “religião verdadeira” (e seus sacramentos) cedeu o passo a preocupação humanista. Pois o frade dominicano, embora influente, foi exceção dentro de sua instituição: “O endosso

⁵⁰⁶ Luis Arranz Márquez. *Alonso del Espinar y las Leyes de 1512-1513*. Madri, Alianza, 1987. Cf. também: Bartolomé de Las Casas. *Historia de las Indias*. Madri, BAE, 1957; Maria L. Martínez Salinas. *Las Leyes de Burgos de 1512*. Burgos, Imprensa, 1991.

⁵⁰⁷ Jorge Luis Borges ironizou a posição de Las Casas no relato que abre sua *Historia Universal da Infância*: “Em 1517 o P. Bartolomé de las Casas teve muita pena dos índios que se extenuavam nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas, e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros que se extenuassem nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas”.

⁵⁰⁸ Bartolomé de Las Casas. *O Paraíso Destruido*. A sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre, L&PM, 2001, p. 32.

religioso de uma política escravista com fundamentos racistas foi uma condição importante para que as relações de trabalho entre as raças fossem o que foram”, pois “dados os parâmetros religiosos de época, essa imposição seria difícil de aceitar caso as populações em causa fossem etnicamente semelhantes”. Uma das consequências da catástrofe demográfica ocorrida na América nos séculos XVI e XVII foi que “a queda da população possibilitou a formação de extensos latifúndios, com proprietários brancos, espanhóis ou *criollos*, mas quase nunca índios ou negros. A escassez de mão de obra, juntamente com a abundância de terra, gerou a utilização desta última como forma de garantir a primeira. Expandiram-se as múltiplas formas de parceria, inquilinato, colonato, agregatura, *yanaconazgo*, etc. Institucionalizou-se o minifúndio no interior do latifúndio, instrumento deste para manter mão de obra barata e constante. A irrelevância demográfica, produto do extermínio, combinada com o baixo poder aquisitivo da população, fez com que América Latina participasse da expansão do capitalismo internacional fundamentalmente como exportador de matérias primas, e não como mercado”.⁵⁰⁹

A conquista e a submissão indígena a trabalhos forçados (na forma da escravidão, ou em outras) foram feitos em nome da cruz cristã. A Igreja Católica (e, depois, as igrejas protestantes na América do Norte) assumiram responsabilidade direta na submissão indígena. Quanto às leis “humanitárias” da Coroa, “a fórmula dos colonos era: obedece-se, mas não se cumpre. O argumento era que o futuro econômico de todo o sistema seria comprometido pela aplicação das leis de proteção ao índio, e que o importante era proteger a obra colonizadora (incluída a evangelização) contra as visões irrealistas da metrópole. Muitos teólogos e pregadores apoiavam esse ponto de vista”.⁵¹⁰ Eis a opinião de uma testemunha dos fatos: “Os atos de barbárie e os perversos ultrajes perpetrados pelas chamadas raças cristãs em todas as regiões do mundo, e contra todos os povos que puderam subjugar, não encontram paralelo em nenhuma época da história universal, e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, impiedosa e impudica que fosse”.

A ideia da inferioridade indígena era absolutamente estendida entre os colonizadores, que tratavam os nativos

⁵⁰⁹ Gláucio Ary Dillon Soares. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 38-39.

⁵¹⁰ Pierre Vilar. *Op. Cit.*, p. 159.

“como animais estúpidos”, segundo uma carta de frades franciscanos e dominicanos à época; para os europeus, os “índios” eram “não dotados para o casamento ou para receber a fé”: “Os cristãos dizem isso para que se pense que eles só são capazes de extrair ouro, tarefa para a qual lhes ensinaram muito mais do que para a assimilação da fé”.⁵¹¹ Incapaz de financiar com recursos próprios o processo de doutrinação, pacificação, reorganização social e legitimação política empreendida pela Igreja, a Coroa espanhola outorgou a esta o direito de arrecadar em seu próprio proveito o dízimo.

Mais de mil *mayorazgos* foram criados ao longo do período colonial, radicados a maioria em propriedades rurais de modestas dimensões, estabelecidas por agricultores, religiosos e membros das elites de província. Não obstante, os *mayorazgos* mais importantes, que consolidaram verdadeiros estados territoriais propriedade de uma só família, foram originariamente fundados pelos descendentes dos primeiros conquistadores e encomendeiros, que possuíam relações familiares com os ricos mineiros e funcionários. A colonização do Novo Mundo mudou também a cultura e o cotidiano europeu, em primeiro lugar a agricultura e a alimentação: o milho, a batata, o tomate, muitas espécies de feijão, a pimenta vermelha, o cacau e o tabaco trouxeram mudanças significativas no cardápio europeu, inclusive nos mais humildes. Essas novidades produziram modos alimentares diferenciados dos que existiam na Idade Média, elevando o conteúdo calórico, a expectativa de vida, e fortalecendo a complexão física dos europeus.

No final do século XVI, o jesuíta José de Acosta ainda defendia a continuidade geográfica entre Ásia e América, “por uma motivação religiosa, porque a teologia excluía a possibilidade de uma humanidade poli genética; a explicação do povoamento de América poderia ser explicada por uma migração de origem asiática”,⁵¹² o que suporia um insuspeitado e precoce conhecimento jesuíta da genética. A população americana era, de fato de origem asiática. O problema não era sua origem, mas sua cultura. A descoberta de povos “completamente diferentes” (“outros”), o fenômeno da “alteridade”, foi considerada um fato decisivo para o

⁵¹¹ Apud Gustavo Gutiérrez. *Dieu ou l'Or des Indes Occidentales*. Las Casas et la conscience chrétienne. Paris, Cerf, 1992, p. 37.

⁵¹² Bartolomé e Lucile Bennassar, *Op. Cit.*

nascimento do chamado “espírito moderno”, na sua versão religiosa (Bartolomé de Las Casas) ou, bem depois, laica (Rousseau e o mito do “bom selvagem”).⁵¹³

O “espírito das Luzes” alimentou-se nessa vertente: “Las Casas transcende a sua época, porque admite plenamente que índios fossem 'outros', diversos dos europeus, tendo o direito de conservar sua originalidade; (inquietação) que se tornou laica no mito do bom selvagem que aparece em Montaigne e Rabelais, desenvolvido nos séculos XVII e XVIII”.⁵¹⁴ Mas é questionável a atribuição de uma universalidade humanista ao cristianismo “modernizado” e ao racionalismo moderno dele derivado.⁵¹⁵ O contato com os indígenas americanos, de fato, pôs um problema de princípios que o pensamento (laico ou religioso) da época não conseguiu resolver.

⁵¹³ O humanismo italiano já tinha reproposto o “antropocentrismo” a partir do Renascimento. Entre os séculos XIV e XVI, os avanços científicos e técnicos (Galileu, Paracelso, Gutenberg) nos campos da matemática, física, medicina, começaram a tomar espaço na cultura europeia. A filosofia e a literatura em geral despontaram como uma atividade intelectual renovada no interesse pelos autores, filósofos ou poetas, da Antiguidade clássica.

⁵¹⁴ Marianne Mahn-Lot. *Op. Cit.*, pp. 91-93.

⁵¹⁵ Não cabe aqui estender-se acerca do racionalismo, fator central da cosmovisão moderna, definido como a atitude filosófica que afirma que tudo o que existe tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada. O racionalismo privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento, e considera a dedução como o método superior de investigação. René Descartes (1596-1650), Baruch Spinoza (1632-1677), Wilhelm Leibniz (1646-1716), Immanuel Kant (1724-1804) foram seus principais representantes: “Diante das abstrações conceituais da escolástica, levantou-se repentinamente uma filosofia objetiva que analisou a consciência humana, encontrando nela não só a certeza do conhecimento claro, mas também a da existência de Deus” (Carl Gebhardt. *Op. Cit.*, p. 45). G. W. F. Hegel (1770-1831) identificou o racional ao real, supondo a total inteligibilidade deste último. O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento a priori, ou seja, conhecimentos que não provêm da experiência, sendo elaborados somente e exclusivamente pela razão.



Bartolomé de Las Casas

“A fraqueza dos índios tem uma dimensão descomunal na interpretação lascasiana. Em seu propósito de convencer que o índio é um ser desarmado e impessoal, Las Casas chega a pintá-lo simplesmente como um imbecil”.⁵¹⁶ Não só isso: “Os suicídios coletivos, os abortos praticados pelas mulheres índias, mencionados por Las Casas circunstancialmente (na *História das Índias*) são sempre atribuídos ao medo-pânico que os índios tinham do espanhol. Às vezes, o dominicano faz menção das doenças que dizimaram as populações, que os historiadores assinalam como a causa principal da catástrofe demográfica da América. Essa imagem da destruição e da violência está irremediavelmente associada a uma visão derrotista da América que se perfila como componente de uma historiografia que tem privilegiado muito mais o primeiro termo da relação entre conquistadores e conquistados. Nesse sentido, a obra de Las Casas exerceu uma influência notável entre historiadores, ensaístas e romancistas do continente. *As Veias Abertas da América Latina* de [Eduardo] Galeano, não é mais que a reedição (em sentido figurado), quatrocentos anos depois, da *Brevíssima Relação*. Encoberta pela destruição e o genocídio, os dois temas prediletos do discurso lascasiano, se desenvolve a ideia de que a conquista abateu-se sobre povos pusilânimes, covardes, de antemão destinados à derrota”.⁵¹⁷

⁵¹⁶ Héctor Hernán Bruit. América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução. *Revista Brasileira de História* nº 20, São Paulo, março 1990.

⁵¹⁷ Héctor Hernán Bruit. Visão ou simulação dos vencidos? *Anais V Congresso ADHILAC*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990. O que em Las Casas era limitação histórica, virou simples encobrimento

No debate ocorrido em 1550, em Valladolid, Las Casas se opôs às teses do padre Ginés de Sepúlveda, que considerava América como uma região inóspita povoada de seres inferiores, e era defensor da ideia da desigualdade dos índios em relação aos europeus (recorrendo à autoridade de Aristóteles, como faziam os humanistas da época, declarou àqueles “escravos por natureza”) e incentivador da ideia de “guerra justa”. A *guerra santa* dos cristãos ibéricos contra os muçulmanos era assim substituída pela guerra justa (*bellum iustum*). A antiga noção de “guerra santa” tinha sido tomada emprestada pelo cristianismo ibérico de seus antigos senhores árabes: após a morte de Maomé, os califas (substitutos do “enviado de Alá”) utilizaram-se das guerras, admitidas no Alcorão na propagação do islamismo (“guerras santas”), para unificar a península arábica e iniciar uma expansão que, no final da Idade Média, envolvia a península ibérica, o Norte da África e o Oriente Médio. Através das conquistas no Norte da África, ocorreu um aumento enorme da extensão do império, bem como uma revolução na máquina de guerra islâmica; os berberes (povo do Norte da África, da região da Numídia) se converteram ao islamismo e tomaram para si a responsabilidade de invadir a Espanha visigótica.

Conquistada Espanha pelos árabes (no século VIII), sua dominação na península durou oito séculos, que forjaram uma

em autores contemporâneos. O romancista mexicano Carlos Fuentes dedicou *El Espejo Enterrado*, aos “homens que se dedicaram a desentranhar, no solo obscuro do continente, os veios de luminosidade, partindo sempre da Espanha, mãe-pátria, que nos deu, pelo menos, a metade de nosso ser”. Fuentes, para encobrir a violação sistemática de mulheres indígenas escravizadas ou submetidas, praticada pelos colonizadores, abusou da falácia mais reiterada: “A ausência de hostilidade sexual de espanhóis e portugueses logo criou uma maioria mestiça”. A primeira sociologia e historiografia brasileira utilizou o argumento da permissividade sexual consensual, no quadro da escravidão negra e índia, para explicar a “miscigenação” do país. Todo religioso que criticasse os hábitos de um senhor ou propusesse casamento ou oficialização de sua relação com negras ou índias, era expulso das terras, ofendido e até perseguido. O senhor não aceitava ordens, nem mesmo dos representantes de Deus. Quem decidia sobre sua vida e atuação era ele, e mais ninguém, configurando um paternalismo em que o exclusivismo senhorial a respeito das coisas que envolvem suas terras, quem nelas habita e seus costumes. Os padres geralmente não apoiavam o concubinato praticado pela elite senhorial, mas não conseguiram combatê-lo.

língua e uma civilização multi-étnica e multi-cultural sem par na Europa ou no próprio Império Islâmico. O conflito permanente que a permeou desaguou na “Guerra de Reconquista” conduzida pelos príncipes cristãos, concluída em finais do século XV, da qual a conquista e colonização da América se considerou continuadora. A equação política monarquia-nobreza-clero-burguesia urbana nascida dessas circunstâncias foi também original. As Cortes peninsulares possuíam relativa independência respeito do poder real, e nelas o peso da burguesia urbana era maior do que nos Estados absolutistas europeus. No final desse século, os Reis Católicos criaram a *Santa Hermandad* entre as Cortes cidadãs de Espanha, com vistas a acelerar a guerra contra os “mouros”, e a fortalecer à burguesia em seu conflito contra a nobreza, para debilitar ambas as classes em favor do poder absolutista dos reis.

No século seguinte, o Império ibérico se consolidou com Carlos I (V da Alemanha) cujo super-absolutismo entrou inevitavelmente em conflito com as Cortes: “Quando Carlos I voltou da Alemanha, onde tinha recebido a dignidade imperial, as Cortes se reuniram em Valladolid para receber seu juramento às antigas leis [de relativa independência das Cortes] e para coroá-lo. Carlos não compareceu, e enviou seus representantes, para eles receberem o juramento de lealdade das Cortes. As Cortes não os receberam e comunicaram ao monarca que se não se apresentasse e jurasse as leis do país, não seria reconhecido como rei da Espanha. Carlos se submeteu; apresentou-se às Cortes e prestou juramento de muito má vontade. As Cortes lhe responderam: *‘Habéis de saber, señor, que el Rey no es más que un servidor retribuído de la nación’*”.

Revertendo a aliança precedente (monarquia-burguesia versus nobreza) a nobreza passou a apoiar o rei contra a burguesia cidadina. As insurreições vitoriosas dos *comuneros*, burguesia urbana, chegaram a convocar uma Assembleia das Cortes (1520), exatamente em Tordesilhas, o que motivou Carlos I a privar todos seus deputados de direitos pessoais. A aristocracia ficou como observadora do conflito, até os *comuneros* agitarem os movimentos agrários anti-senhoriais e chamarem às armas, deflagrando uma guerra civil que concluiu na vitória da nobreza em Villalar (abril de 1521) e na decapitação dos principais líderes rebeldes (Bravo, Padilla e Maldonado). A grande consequência desse desfecho foi a consolidação da aliança monarquia-nobreza que deixou doravante Castela, sede da monarquia, ancorada em um

conservadorismo social e econômico medieval: “Carlos voltou-se então contra os nobres que o haviam ajudado a destruir as liberdades das cidades, nobres que conservavam uma influência política considerável. Um motim em seu exército por falta de pagamento obrigou-o a convocar as Cortes para obter fundos. Mas as Cortes, indignadas pelo fato de subsídios precedentes terem sido utilizados em operações alheias aos interesses espanhóis, recusaram-se a aprovar a solicitação. Carlos, irado, as dissolveu; aos nobres que insistiam em manter o privilégio da isenção impositiva, lhes respondeu excluindo-os do direito de fazer parte das Cortes, excluindo-os delas”.⁵¹⁸

Foi um golpe mortal contra as Cortes, reduzidas desde esse momento, por vários séculos, à realização de cerimônias obsequentes de palácio, e a consolidação do absolutismo monárquico. O terceiro setor das Cortes, o clero católico, que desde os tempos de Fernando o Católico pusera à Santa Inquisição a serviço da Espanha nobre, ganhou um novo lugar de destaque, convertendo à Igreja no mais poderoso instrumento do absolutismo real de Carlos e de seus sucessores, e ganhando para si um estatuto dominante decisivo no Estado. As velhas liberdades urbanas foram queimadas nas fogueiras da Inquisição, os *fueros* das cidades desapareceram sob o brilho sinistro dos *autos de fé*.

A colonização da América espanhola foi realizada sob a égide da hegemonia clerical, daí a importância da Igreja e do clero católico nela. E daí que o conflito suscitado pelo questão do estatuto civil do conquistado/colonizado da América se refletisse, em primeiro lugar, em termos religiosos (cristãos). Na nova interpretação ibérico-católica da guerra expansiva (a “guerra justa”), o índio fazia *ius* à vida desde que aceitasse os fundamentos de fé católica. A evangelização tornou-se, portanto, a “grande missão” e justificativa dos conquistadores e colonizadores. Não foi por outra razão que o frade Sepúlveda fez a defesa teológica da conquista espanhola na América. A religião organizada sempre fomentou a empatia coletiva entre seus membros, ao mesmo tempo em que limitou o sentimento empático pelos indivíduos que não fazem parte do mesmo grupo. A posição de Sepúlveda não era e expressão de um

⁵¹⁸ Karl Marx, no *New York Daily Tribune*, 9 de setembro de 1854, assim como a citação precedente (In: Karl Marx e Friedrich Engels. *La España Revolucionaria*. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972).

anacronismo medieval, mas de uma modernidade ainda expressa em termos religiosos, isto é, limitadores da capacidade empática de ver o *outro* como semelhante na partilha de determinados sentimentos, desejos e angústias.

O “outro inferior” não foi uma anomalia, mas uma componente orgânica da modernidade. Sepúlveda citou um dos princípios da *Política* de Aristóteles para justificar sua posição: “Quando os homens diferem entre si tanto quanto a alma difere do corpo, ou um homem de um animal, eles [os ‘animais’] são escravos por natureza, porque é melhor que estejam sob a autoridade de um senhor”. Na *bellum iustum* proposta pelo clero eram legítimas as sanções contra os vencidos, incluída a escravidão. A Igreja, porém, introduziu uma distinção: só poderiam ser escravizados os índios “infiéis” (ou “pagãos”), os que aceitaram a fé cristã só podiam ser obrigados a pagar um “resgate” (mediante a *encomienda* e outros institutos de trabalho forçado). Sepúlveda tinha certamente uma concepção hierárquica da sociedade e considerava natural que homens superiores, representantes da perfeição, da força e da virtude (os espanhóis) dominassem os inferiores, sinônimos de imperfeição, fraqueza e vício (os índios).

Isso não significa que Sepúlveda possuísse uma visão da humanidade baseada em conceitos pretéritos. A “guerra justa” era legitimada por Sepúlveda em termos “modernos”, na medida em que os valores dos homens superiores seriam os valores *universais* e, ao impô-los à força sobre os outros, estariam fazendo um bem à humanidade. Bartolomé de Las Casas, ao contrário, era partidário da ideia da igualdade entre todos os homens, e tomava como linha de argumentação os ensinamentos de Cristo. A guerra contra os índios era injusta, pois eles se limitavam a viver nas suas terras ancestrais e não haviam agredido os espanhóis. Seguindo Tomás de Aquino, Las Casas afirmava que a fé era “um ato livre da vontade” (Aristóteles era para ele um grande filósofo, mas não tinha conhecido o Deus verdadeiro revelado por Cristo). A única colonização admissível era a pacífica, como a que Las Casas tentou realizar na Guatemala. Para rejeitar a justificativa da “guerra justa” contra os ameríndios, Las Casas enfatizava as virtudes, o caráter meigo e pacífico dos índios, vendo a possibilidade de eles se tornarem bons e verdadeiros cristãos.

Ao comparar as duas visões opostas, Tzvetan Todorov concluiu que elas não trouxeram conhecimento sobre o “outro”, pois em nenhuma delas esse “outro” era reconhecido pelo

estatuto de ser humano simultaneamente semelhante e diferente. Enfatizando a desigualdade, Sepúlveda construía para o índio uma imagem de não humano, o que justificaria poder escravizá-lo e tomar posse de suas terras e riquezas. Por outro lado, enfatizando a igualdade, Las Casas queria provar que os índios eram naturalmente talhados para a cristianização, e com isso se negava a admitir e a reconhecer a identidade própria do "outro". Las Casas, para seus críticos, amava nos índios a possibilidade que eles ofereciam de concretizar seu ideal de evangelização. Ele identificava-se aos índios porque via nesse "outro" a projeção de si mesmo. Em sua velhice, porém, o frade domínico enunciou uma transformação: passou a reconhecer que cada cultura tinha seus próprios valores, e caberia a seus integrantes escolher seu próprio futuro. Após sua longa convivência com os índios, ele chegara à conclusão de que o ponto comum, universal e igualitário entre os homens, não era o Deus da religião cristã, mas sim a própria ideia de divindade. Las Casas, afinal, foi exceção dentro da norma: a função do "humanismo cristão" foi, em última instância, complementar e não contraditória com "a cruz e a espada".

Na América portuguesa, o clérigo Manuel da Nóbrega defendeu que os índios possuíam memória, entendimento e vontade, as três potencialidades agostinianas da alma, confirmando sua condição humana. A evangelização indígena se justificava. Em 1537 a Igreja, pela bula *Sublimis Deus* do papa Paulo III, reconheceu que os "índios" americanos eram "homens verdadeiros, não somente capazes de abraçar a fé do Cristo, mas também inclinados a fazê-lo" (sem especificar, claro, como era conseguida tal "inclinação") e que esses "homens", "embora estejam fora da fé em Cristo não devem ser privados da liberdade e posse de seus bens, ao contrário, devem poder usufruir livremente dessa liberdade e dessas posses, sem serem reduzidos à servidão". Na América, clérigos e leigos interpretavam essas normas à sua maneira. Manuel da Nóbrega, no Brasil, e o já mencionado José de Acosta, na América espanhola, defenderam o trabalho compulsório indígena em sua função "civilizadora", para tornar perene e efetiva a catequese cristã, obstaculizada pela suposta inconstância e maus hábitos dos nativos americanos.

A norma cristã, na conquista, foi exemplificada pela conversão forçada dos índios *pueblo*. Subindo pela costa do Golfo do México, os exploradores espanhóis, sempre acompanhados de monges e padres, entraram em contato com

essa tribo no território do atual estado norte-americano do Novo México: diferentes dos índios nômades das planícies do Norte e de outros indígenas mais combativos que os espanhóis encontraram no México e na América do Sul, os *pueblo* viviam em aldeias (os *pueblos*) de casas de tijolos com dois ou três andares, eram pacíficos e praticavam a agricultura. Seguiam uma religião na qual se venerava o "Pai do Céu" e a "Terra Mãe", temiam os demônios que andavam pela crista das montanhas ao pôr do sol, e veneravam os corvos como reencarnação dos seus antepassados. Os *pueblo* tinham, também, um rico templo de deuses, sendo o seu deus principal a "mulher-aranha". Os clérigos espanhóis, claro, não aceitaram o beijo da mulher-aranha.

As cerimônias "religiosas" indígenas da tribo eram celebradas em pequenas igrejas familiares. Esses pacíficos agricultores logo se tornaram objeto das atenções dos padres espanhóis: os pajés índios foram acusados de bruxaria e executados, as *kivas* (templos indígenas) foram destruídas. Os cultos tradicionais foram proibidos, sob a ameaça (e a prática) de pena de mutilação (os indígenas que não respeitassem a proibição tinham um braço ou um pé "cristianamente" cortados). Apesar disso, alguns índios continuariam a praticar seus cultos, em segredo e à noite. Os padres católicos aproveitaram o fato para dizer que a religião dos índios era a das trevas, pois seu culto era realizado sempre à noite, enquanto o cristianismo era a religião da luz. Revoltas sangrentas pontuaram a cristianização dos *pueblo*, submetidos a uma perseguição religiosa que só cessou depois da anexação do território pelos EUA... em 1847. A perseguição religiosa aos indígenas tornou-se independente de sua original função legitimadora colonial.

Os missionários vindos inicialmente à América, no entanto, já traziam consigo conceitos abstratos sobre Estado, lei e direito natural, que foram sendo especificados no contexto achado na colônia, onde sofreram modificações que foram sendo incorporadas pela teologia jurídica metropolitana e pela nascente filosofia política, voltando depois à América, onde caucionaram escolhas que já vinham sendo realizadas, na prática, desde o século XVI.⁵¹⁹ O confronto metropolitano sobre os nativos americanos foi decisivo na formação do direito internacional moderno e do seu conceito fundamental, a

519

Carlos A. M. R. Zeron. *Op. Cit.*

soberania (soberania nacional sobre seu próprio território, e soberania sobre territórios conquistados situados além-fronteiras). Esse direito nasceu, na verdade, do processo de expansão colonial europeu, mais do que dos conflitos internos na Europa.

O debate sobre a legitimidade da conquista da América se expressou formalmente em termos *teológicos* (nos sermões de Montesinos ou no debate entre Las Casas e Sepúlveda), mas teve um conteúdo *moderno*, laico, que esteve na base do Direito Público Internacional contemporâneo, desde o século XVI. Nas suas lições de 1542 sobre *A Guerra Justa*, o teólogo dominicano Francisco de Vitoria defendeu o *direito natural* dos índios às suas terras, e rejeitou a “Doutrina do Descobrimento”, que concedia aos europeus títulos e direitos de propriedade sobre as Américas. Segundo Vitoria, o dom divino da razão outorgara aos povos nativos, enquanto seres humanos, direitos e obrigações, entre os que se incluía a propriedade e o domínio das suas terras. Quando os povos nativos resistissem a essas normas (obrigações incluídas), que eles obviamente não conheciam, as guerras contra eles estavam justificadas, incluídas as guerras de conquista.⁵²⁰ Considerado (com Hugo Grotius e Alberico Gentili) um dos fundadores do Direito Internacional, Vitoria alicerçou e elucidou a legitimidade da colonização na distinção entre títulos *ilegítimos* (os referidos à conquista e ocupação dos novos territórios) e *legítimos* (os referidos à colonização e civilização dos povos indígenas).⁵²¹

As guerras contra os indígenas americanos já tinham acontecido, mas não com essa justificativa. Francisco Pizarro conduziu as guerras contra os incas para lhes impor formalmente a obediência e o respeito pela autoridade universal do Papa e do imperador espanhol, o que Vitoria rejeitou por princípio. Pizarro e Cortés escravizaram os aborígenes americanos e se apoderaram de seus bens (ouro, sobretudo) para punir sua rebelião contra o imperador (Carlos V), cujo direito de posse americano se apoiava na “doação” do máximo pontífice (Tratado de Tordesilhas) e ocuparam suas

⁵²⁰ Anthony Anghie. *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Nova York, Cambridge University Press, 2005

⁵²¹ Margarida Cantarelli. Francisco de Vitoria, a doutrina colonial para o Novo Mundo. In: Claudio Brandão et al (eds.). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo, Atlas, 2012, p. 167.

terras, “repartindo” seus habitantes para evangelizá-los, segundo o mandado papal. Na negação desse argumento, Vitoria lançou uma primeira pedra, decisiva, contra o poder temporal da Igreja, contra a “cidade de Deus” agostiniana (um ataque que, depois, se estenderia, por outras mãos, para o poder espiritual). Nas *Relectiones sobre Indias* (1539), ele desmontou a argumentação que justificara o comportamento dos conquistadores, o *Requerimiento* (aos “índios”) dos juristas espanhóis Palacios Rubio e Matias de Paz. Carlos V não era, segundo Vitoria, senhor do mundo, nem poderia privar os índios de suas propriedades e soberania em virtude de um mandato papal. Não poderia sequer lhes impor tributos com essa base. Os americanos nativos teriam até o direito de rebelião contra essas medidas, caso lhes fossem impostas.

Tão tomista quanto Bartolomé de Las Casas, Francisco de Vitoria reconheceu que os espanhóis tinham se defrontado, na América, com sociedades urbanas organizadas, com leis, poder político e religiões próprias. Os indígenas estavam, portanto, dotados de razão. Seus territórios e posses não poderiam ser investidos nem expropriados. A prática da sodomia (denominação para a homossexualidade) por parte dos aborígenes não poderia justificar uma agressão armada, porque era um pecado como tantos outros e tão disseminado que, caso justificasse a guerra, levaria a uma guerra constante contra todos os países e povos. Já o canibalismo e os sacrifícios humanos, constatados nos aborígenes americanos, não eram moralmente suportáveis, e autorizavam a guerra para proteger os sacrificados: Vitoria introduzia assim o *direito de tutela* que, doravante, não só justificaria a colonização externa, mas também as “guerras humanitárias”. A servidão (ou escravidão) natural proposta por Sepúlveda era uma condição perene, a tutela proposta por Vitoria previa a emancipação (potencial e/ou futura) do indivíduo tutelado.

Sobre a base do *ius societatis et communicationis* configurou-se a filosofia “moderna” da conquista ibérica da América. Partindo da *humanidade* dos indígenas, Vitória expôs os direitos e deveres políticos comuns a colonizadores e colonizados, por ele tratados como *iguais*. Os índios não poderiam ser expropriados de seus bens, pela sua suposta falta de cultura ou de fé verdadeira. Eles só poderiam ser confiados à tutela do poder colonizador se estivessem em situação de miséria ou de atraso, sendo esta necessariamente reconhecida pelas suas lideranças (ou representantes), cujo consenso se

tornou parte integral da empresa colonizadora espanhola.⁵²² As teses de Vitoria foram elaboradas depois do conhecimento dos relatos sobre a conquista do Império Inca e sobre a morte de Atahualpa por Pizarro. Antes da conquista do Peru já existia a norma do assassinato, punição, de cem indígenas para cada cristão assassinado, norma praticada pelos conquistadores desde a segunda viagem antilhana de Colombo. As teses vitorianas serviram de base, junto à doutrina lascasiana, para as “Leis Novas” de novembro de 1542, que restringiam as encomendas e a escravidão dos indígenas, mas que davam sustento duradouro à imposição do poder imperial-colonial sobre eles. Do humanismo teísta até o ulterior iluminismo laico, a *razão* europeia balançou entre esses argumentos relativos à legitimidade da empresa colonial e à escravidão indígena e africana.

A modernização da colonização ibérica não mudou o eixo da submissão das populações nativas: “Na transição do índio selvagem ao índio civilizado e cristão, as normas jurídicas que ordenavam as práticas sociais no espaço da redução não eram leis civis, mas leis canônicas e, sobretudo, leis naturais... Esse eixo jurídico, é fundamental notar, teve validade durante todo o período colonial, incluindo as reformas pombalinas e bourbônicas. Pois a Igreja, como o Estado, repôs incessantemente a distância entre o índio e o vassalo cristão durante todo o período colonial, à semelhança do paradoxo de Zenão entre Aquiles e a tartaruga. Quanto àqueles índios que resistiram à missão e à colonização, eles não deixaram de ser incorporados, ainda que a sua revelia, pois se tornavam alvos de guerras justas determinadas pelo direito natural de gentes: toda a margem dos impérios ibéricos na América tornou-se assim um imenso repositório de mão de obra escrava legítima, recrutada entre caribes, araucanos, mindanaos, chichimecas, apaches, aimorés”.⁵²³

⁵²² Luciano Pereña. Il processo alla conquista dell’America. In: Laureano Robles (ed.). *E la Filosofia Scopri l’America. L’incontro-scontro tra filosofia europea e culture precolombiane*. Milão, Jaca Book, 2003.

⁵²³ Carlos A. M. R. Zeron. *Op. Cit.*



Francisco de Vitoria

O Iluminismo não representou a superação dessa legitimação. Michel Foucault apontou que a razão cartesiana pretendeu dar conta, desde seu nascimento, do Outro, isto é, daquilo que o mundo clássico percebeu e qualificou como o “Mal”.⁵²⁴ Michel de Montaigne (1533-1592), descendente de judeus conversos, foi exceção no seu tempo ao apontar as virtudes dos ameríndios e criticar a barbárie europeia, capaz de supliciar (vide Inquisição) inimigos vivos, enquanto aqueles se limitavam a comer inimigos já mortos.⁵²⁵ As ciências humanas

⁵²⁴ Michel Foucault. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977.

⁵²⁵ Michel de Montaigne. *Essais*. Paris, InLibroVeritas, 2005 (Capítulo XXX: “Des cannibales”): “Chacun rapporte pour son trophée la tête de l'ennemi qu'il a tué, et l'attache à l'entrée de son logis. Après avoir longtemps bien traité leurs prisonniers, et de toutes les commodités dont ils se peuvent aviser, celui qui en est le maître, fait une grande assemblée de ses connaissants ; il attache une corde à l'un des bras du prisonnier, par le bout de laquelle il le tient éloigné de quelques pas, de peur d'en être offensé, et donne au plus cher de ses amis l'autre bras à tenir de même ; et eux deux, en présence de toute l'assemblée, l'assomment à coups d'épée. Cela fait, ils le rôtissent et en mangent en commun et en envoient des lopins à ceux de leurs amis qui sont absents. Ce n'est pas, comme on pense, pour s'en nourrir, ainsi que faisaient anciennement les Scythes ; c'est pour représenter une extrême vengeance. Et qu'il soit ainsi, ayant aperçu que les Portugais, qui s'étaient ralliés à leurs adversaires, usaient d'une autre sorte de mort contre eux, quand ils les prenaient, qui était de les enterrer jusques à la ceinture, et tirer au demeurant du corps force coups de trait, et les pendre après, ils pensèrent que ces gens ici de l'autre monde, comme ceux qui avaient sexué la connaissance de beaucoup de vices parmi leur voisinage, et qui étaient beaucoup plus grands maîtres qu'eux en toute sorte de malice, ne prenaient pas sans occasion cette sorte de vengeance, et qu'elle devait être plus aigre que la leur, commencèrent de quitter leur façon ancienne pour suivre celle-ci.

baseadas na ideia da unidade da espécie humana, ideia consagrada pela antropologia, são recentes “porque seu objeto é bastante recente: o homem como objeto científico foi uma ideia surgida apenas no século XIX. Até então, tudo quanto se referia ao humano era estudado pela filosofia”.⁵²⁶

Tirar o *Homem* do céu da religião ou da metafísica, ao preço de transforma-lo numa abstração científica foi um passo tão incontornável quanto libertar a força produtiva do trabalho humano do trabalho compulsório pela via da exploração do trabalho assalariado; foi realizado com o nascimento das “ciências humanas” e da filosofia moderna como saberes que atestaram a invenção do conceito de homem, transformando o ser humano, ao mesmo tempo, em sujeito do conhecimento e em objeto do saber (o que é o dogma da modernidade filosófica). Marx, no século XIX, deu o passo que o humanismo não conseguiu realizar: “O homem não é um ser abstrato, exterior ao mundo real. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, produz a religião, uma consciência errada do mundo, porque eles próprios constituem um mundo falso. A religião é a teoria geral deste mundo, seu *compendium* enciclopédico, sua lógica sob a forma popular, seu ponto de honra espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolação e de justificação. É a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não tem realidade verdadeira”.⁵²⁷

Na “Filosofia das Luzes”, “o eurocentrismo estava constantemente presente, e não era senão através da própria cultura que o europeu percebia a realidade do ‘mundo selvagem’ que, em si mesmo, continuava estranho e inacessível (o que estava em jogo era menos a condição do selvagem, e mais o status do civilizado e o sentido da história humana). Daí a metamorfose do homem selvagem em homem primitivo, como uma maneira de se fazer dele um ser histórico num estágio primitivo de evolução, mas apto para ser civilizado, através do qual o homem europeu poderia se reconhecer, e

Je ne suis pas marri que nous remarquons l'horreur barbaresque qu'il y a en une telle action, mais oui bien de quoi, jugeant bien de leurs fautes, nous soyons si aveugles aux nôtres”.

⁵²⁶ Marilena Chauí. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1994, p. 281.

⁵²⁷ Karl Marx. *Critique de la philosophie de l'État de Hegel. Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes Éditeur, 1948.

aprender a se conhecer. O homem primitivo sempre foi o objeto, e o civilizado o sujeito. Quando se denunciava (nas Luzes) o homem civilizado como corrompido e infeliz, longe de se propor a descivilização, o que se defendia era uma sociedade civil digna desse nome”.⁵²⁸

O eurocentrismo dos colonizadores, porém, não era um racismo juridicamente explícito. Para Walter Mignolo, houve um “racismo implícito” na divisão tripartite do mundo realizada pelo cristianismo conquistador: indígenas americanos e escravos negros africanos foram classificados desde a perspectiva do homem branco como modelo universal. Nos impérios coloniais modernos, a opressão étnica foi um claro desdobramento da opressão (exploração) *de classe*: os impérios foram concebidos como uma comunidade política “que incluía os indígenas e as castas, não existia um racismo institucionalizado contra eles”.⁵²⁹ A noção de superioridade europeu-cristã se alicerçava em argumentos religiosos (cristianismo) e também *econômicos*, isto é, *modernos*.

A mestiçagem não foi a superação do racismo. Raramente surgiam relações fixas entre brancos e negras, ou entre os primeiros e as índias. A miscigenação subordinou-se, então, ao poder de mando e desmando do colono, ao sentimento de propriedade e posse que ele estabelecia em relação aos índios e negros. Usufrua a hora que quisesse de suas escravas e das índias, não se envolvia com elas mais do que alguns momentos que lhe davam prazer. Não há aqui a afetividade presente na obra de Gilberto Freyre. Daí a definição de Darcy Ribeiro: os primeiros brasileiros o eram por carência, visto que nem seu pai (o branco) nem sua mãe (índia ou negra) o reconheciam como fruto de um amor, de uma afetividade, enfim de uma relação duradoura. Serge Gruzinski retomou conceitos freyreanos usando-os sobre o México colonial, para realizar a análise da criação de uma “identidade mestiça” por meio do processo de ocidentalização: a chave da mescla cultural permitiria decifrar o que muitos chamaram de “desordem de estilos” no México colonial.

⁵²⁸ Isabel Alexandre. A colonização científica: algumas considerações. *Estudos* nº 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.

⁵²⁹ Manuel Velázquez Castro. Las promesas del proyecto decolonial o las cadenas de la esperanza. *Crítica y Emancipación* nº 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.

Na mesma linha, buscando demonstrar a originalidade do pensamento ocidental, genuinamente “mestiço”, gerado nos dois lados do Atlântico desde o século XVI, investe contra a ideia de que a ocidentalização foi disruptiva. “A ocidentalização”, diz Gruzinski, “não foi apenas uma irrupção destrutiva ou um empreendimento normalizador, já que participou da criação de formas mestiças de expressão”. O mesmo valeria mais amplamente para a colonização ibérica, que para o autor foi “uma negociação ininterrupta, uma sequência de compromissos com a realidade indígena”.⁵³⁰ Estas ingenuidades não são, lamentavelmente, inocentes, pois legitimam a empresa colonizadora, com argumentos “renovados”. Em alguns casos, os senhores chegavam a adotar escravos ou índias como suas amantes habituais, mas não restringiam a escravidão destas e a prática sexual regada a violência e obrigação de atender à vontade do senhor.

A colonização da América e o debate sobre o estatuto dos povos americanos foi um elemento central na determinação da modernidade. Dirigida contra o obscurantismo clerical teocêntrico, a modernidade emergiu também voltada para a racionalidade, representada pelo homem europeu, “civilizado” e definido em contraposição ao *outro*, desconhecido e “bárbaro”. Thomas Hobbes, John Locke e Adam Smith, contribuíram, em momentos diversos, para a ideia do ser humano de natureza racional, autônomo, utilitário e voltado principalmente para a satisfação egoísta de seus próprios interesses. Isto era o resultado, certamente lógico e necessário, da operação de colocar o homem no centro da realidade e do pensamento, em lugar do Deus onisciente e onipresente da era medieval, um homem cujo lugar no mundo não mais se encontrava na sua linhagem familiar, mas naquilo que conquistava através de seu esforço e capacidade de *trabalho*.

A exaltação do individualismo e o egoísmo humano era, nessas condições históricas, a única superação possível do obscurantismo religioso, e o pilar necessário do surgimento da ciência moderna. Mas esse homem “antropocêntrico” foi identificado com o europeu, e este, por sua vez, definiu-se na sua oposição ao *não europeu*, quer ele fosse ameríndio ou

⁵³⁰ Serge Gruzinski. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002; contrapor com: Stuart Schwartz. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

oriental: "O Oriente seria bárbaro porque foi visto só como o início diante do Ocidente, o lugar onde a civilização e a razão teriam se desenvolvido. Uma visão tipicamente eurocêntrica, infelizmente posta em música 'filosófica' pelas grandes filosofias da história dos séculos XVIII e XIX".⁵³¹

Chegando a extremos. Para Montesquieu, (escrevendo em 1748): "Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro (...) É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os consideramos homens, começaríamos a acreditar que não somos cristãos".⁵³² Em que pese essa profissão de fé, a obra de Montesquieu, uma das definidoras da modernidade política, foi posta no Índice do Vaticano em 1751.

O racionalismo moderno teve seus expoentes decisivos em Descartes e Newton, mas atingiu sua mais desenvolvida expressão na filosofia da história de Hegel, que definiu o "homem moderno" como o dono absoluto da história, em oposição, justamente, aos antigos habitantes do Novo Mundo: "Os americanos vivem como filhos, que se limitam a existir, longe de tudo o que signifique pensamento e fins elevados".⁵³³ Isso não expressava apenas um preconceito geral e difuso (embora não inocente), um "eurocentrismo". O americano seria uma criatura humana, mas não um homem no sentido pleno do termo. A vontade de Deus, expressa através do Papa, poderia legitimar a guerra de conquista contra os "infiéis" adultos, mas não a colonização baseada no direito de *tutela* de criaturas consideradas infantis. A necessidade histórica, baseada na mudança da necessidade material implicava a mudança da *ideologia*.

O "homem moderno" (europeu) era o adulto, o ameríndio, a criança, precisando esta ser *tutelada*: foi dessa

⁵³¹ Denis Collin. *Op. Cit.*

⁵³² Charles de Montesquieu. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

⁵³³ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

maneira que o racionalismo burguês conciliou a exigência dos nascentes direitos humanos com a realidade da escravidão e da servidão colonial, que “jogou pela janela os velhos ídolos”. Hegel tratou de modo semelhante os negros africanos, postos eles também numa espécie de infância irresponsável da história humana que, para ele, começava na China Antiga. Certamente, não se tratava ainda do explícito racismo ulterior (originado no século XIX), que se baseou na suposta superioridade de uma “raça”, como quer que ela fosse definida, pois o racionalismo postulava a superioridade do *direito natural*, nascido da substituição da superstição e do hábito, pela Razão. O pensamento burguês emergente, tanto na sua versão laica como na sua vertente religiosa, o racionalismo abstrato, foi por isso incapaz de pensar a unidade concreta da espécie humana, isto é, sua unidade multifacetada, desigual e contraditória, baseada no *desenvolvimento desigual* de uma única espécie, dotada das mesmas qualidades e natureza humanas.

O racionalismo moderno foi também incapaz, pelo mesmo motivo, de criticar senão tardiamente a escravidão, o outro alicerce da exploração da América e da África: entre os séculos XVI e XIX, como vimos, mais de 11 milhões de escravos africanos foram "exportados" para a América (contra 2,5 milhões de europeus, não escravos). Os traslados se faziam nos porões de barcos superlotados (onde os negros viajavam acorrentados), que provocaram uma mortandade imensa de africanos. A escravidão moderna começou a ser usada no Caribe, depois da oposição oficial ao uso dos índios (quase totalmente exterminados) para trabalhar nas grandes lavouras. A instituição estendeu-se depois para quase toda a América. Ainda no século XIX, quando a escravidão já tinha sido abolida em quase todo o continente, ela foi mantida nos EUA e no Brasil. Em três séculos e meio, quase 400 mil escravos africanos foram importados para a América do Norte, mais de um milhão e meio para a América Central, quase 3,8 milhões para o Caribe, e mais de 3,6 milhões para o Brasil.

Os *philosophes* europeus preconizaram o fim da escravidão ao mesmo tempo em que os próprios administradores coloniais o faziam. E, sobre o genocídio indígena, afirmava-se ainda no avançado século XX: “Quaisquer que tenham sido os defeitos dos colonizadores, o governo espanhol, na metrópole, apoiado pela Igreja Católica, fez o melhor que pôde para proteger os interesses de seus novos súditos [os índios], se bem que seus decretos não eram

respeitados pelos *criollos*".⁵³⁴ Os *criollos* teriam sido, então, os agentes do mal, os culpados por ignorância dos verdadeiros fins elevados da Igreja ou do Estado no processo colonizador.

Os aspectos "humanitários" da política indígena metropolitana, na verdade, se alicerçaram sobre a recomendação de Las Casas, a substituição do índio pelo negro africano, o que fez nascer esse "negro" indiferenciado como categoria humana separada e sobreposta à diversidade social e cultural preexistente na África subsaariana, que poucos criticaram de modo radical: "Os historiadores tratam, de hábito, todas as classes de escravos como se mostrassem semelhança monolítica, mas poucos desses historiadores adotariam o único princípio justificável de tal procedimento - os negros são negros".⁵³⁵ O negro contemporâneo foi criado pela escravidão colonial moderna, tanto quanto o índio foi criado pela colonização "europeia" que, por sua vez, criou o europeu, apresentado pela filosofia como o "homem moderno", o suposto único portador da universalidade humana.

Os limites do humanitarismo religioso eram objetivos, isto é, determinados não pela doutrina cristã, mas pela realidade e necessidades objetivas das potências colonizadoras. Os primeiros franciscanos que chegaram ao México, em 1524, impregnados de *joaquinismo*, consideravam próxima a "última era do mundo", isto é, um período de paz, de reconciliação e de conversão geral ao cristianismo, que precederia o fim da história humana. Os dois franciscanos mais conhecidos na "conquista espiritual" do México no século XVI, Motolonia e Mendieta, tinham a convicção de poder reconstituir a idade de ouro da Igreja primitiva do outro lado do Atlântico, longe da cristandade europeia pervertida, com os índios pobres e simples. Mendieta sonhou levar os indígenas da "Nova Espanha" a viver "na virtude e na paz; ao serviço de Deus, como num paraíso terrestre", o que era também a esperança dos jesuítas que criaram as "reduções" do Paraguai, em benefício dos índios guaranis.

Os jesuítas haviam estabelecido no Paraguai um pequeno império particular feito de reduções (redutos), pequenas aldeias fortificadas na floresta, onde viviam os índios

⁵³⁴ J. Halcro Ferguson. *El Equilibrio Racial em América Latina*. Buenos Aires, EUDEBA, 1963, p. 45.

⁵³⁵ Eugenio D. Genovese. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 18.

convertidos ao cristianismo, mas a correção das fronteiras coloniais colocou alguns desses redutos em território português. Portugal, país católico, mantinha à época a escravidão: os portugueses tentaram roubar aos jesuítas os índios para depois vendê-los como escravos; Espanha aprovou. O Papa interveio em favor de Portugal, excomungando os jesuítas das reduções. Depois, um exército, com os canhões e espadas benzidas pelos padres a serviço do Estado, atacou as reduções, massacrou os jesuítas e tomou os índios como escravos. Um *Te Deum* solene celebrou a vitória. Pouco depois o Papa interditou a ordem dos jesuítas, culpada por não ter servido com lealdade à família Bourbon, reis de França e de Espanha, monarcas absolutos e grandes amigos da Igreja Católica. Onde existiu, a piedade religiosa sucumbiu diante dos imperativos da “razão de Estado”, incluída a razão do Vaticano, ainda poder temporal. O papel da Companhia de Jesus na gestão colonial da mão de obra indígena foi um fator da progressiva laicização da Igreja que preparou o advento do Estado laico na Europa.⁵³⁶

Para Tzvetan Todorov, a superioridade da *comunicação* dos europeus lhes permitiu a conquista da América mediante o massacre das populações locais. O índio teria sido incapaz de conceber “o outro”, porque “devido às viagens marítimas para Ásia e África, os conquistadores europeus estavam mais preparados para a diversidade e tinham maior ‘abertura de espírito’ que os índios americanos. Ao perceberem que os estrangeiros não eram inferiores e que não podiam ser submetidos, os índios passaram a divinizá-los”.⁵³⁷ Para Todorov: “Isto é tão importante que torna sem sentido

⁵³⁶ Marcel Gauchet. *Le Désenchantement du Monde*. Une histoire politique de la religion. Paris, Gallimard, 1985.

⁵³⁷ A explicação beira a idiotice. Tocamos aqui o limite da tentativa estruturalista de explicar um fato histórico: o estruturalismo “nega os nexos existentes entre a sociedade e a língua e, ao subtrair esta última da prática social na qual se manifesta [distingue] a língua das outras instituições baseadas na realidade social objetiva”. Ora, “a comunicação é ato social par excellence, onde se encontram as próprias relações sociais. Seu estudo permite compreender as relações sociais que nela se exprimem”, mas as relações sociais e sua evolução histórica estão fora do escopo da abordagem estruturalista (Florence Carboni. *Estruturalismo e linguagem: a negação do homem*. In: CEM/RS. *Os Trabalhos e os Dias*. Ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo, UPS, 2000).

comemorarmos a descoberta ou condenarmos o genocídio que se seguiu. Este foi o início dos tempos modernos, de nossa história moderna”.⁵³⁸

Outra expressão desse ponto de vista encontra-se no escritor mexicano Octavio Paz, para quem nem caberia falar em genocídio, dado que na conquista “a circunstância mais significativa (é) o suicídio do povo asteca. (Os povos indígenas) estão presos do mesmo horror, que se expressa quase sempre como uma fascinada aceitação da morte”.⁵³⁹ Além de ser uma

⁵³⁸ Tzvetan Todorov. *Op. Cit.* A concepção de “alteridade” não era especificamente ibérica, nem europeia. Ela já caracterizava à civilização árabe. Segundo Karen Armstrong, Maomé ofereceu os árabes uma espiritualidade nova, que foi ajustada em forma especial às suas próprias tradições. As caravanas eram importantes para entender a idiossincrasia do povo árabe. Ao passo delas semeava-se “cultura em desenvolvimento”, os árabes não só precisam de um mercado, mas também e ao mesmo tempo de um conhecimento universal para poder comerciar, por isto o povo muçulmano seria “multicultural”, como garantia de sobrevivência comercial, rasgo que desenvolve a sua tolerância, como forma de vida em frente ao “outro”, sua compactuação com a alteridade (*A History of God*. Londres, Vintage Books, 1999). O *alter* concebido pelos europeus não era um potencial comerciante, vendedor ou comprador, mas um ser a ser conquistado e despojado de seus bens e territórios: a concepção de alteridade da modernidade europeia se alicerçava em bases diferentes da árabe ou da chinesa.

⁵³⁹ Octavio Paz. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 87. Nos 500 anos da “descoberta” da América, o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, responsabilizou à “unificação microbiana” pelo extermínio indígena, comparando-a às pestes que assolaram a Europa entre 1360 e 1460; e declarando que “a população indígena recuperou-se ao ponto de, três séculos depois, atingir uma cifra parecida à existente na chegada de Colombo”, concluindo que “não se pode falar em genocídio porque ninguém teve vontade de matar”. Para Ernesto Sábato, “se a Lenda Negra [da Conquista] fosse verdadeira, os descendentes desses indígenas submetidos deveriam manter ressentimentos atávicos em relação à Espanha (o que) não é o caso”. O novelista peruano Mario Vargas Llosa chegou a se perguntar “como foi possível que culturas tão poderosas e refinadas, como a dos antigos mexicanos e peruanos, desmoronassem tão facilmente ao primeiro choque com as pequenas hostes de aventureiros europeus? Nesta resposta pode estar a chave do 'subdesenvolvimento' da América Latina, esse continente que até agora foi incapaz de materializar todas as esperanças e os sonhos que acompanharam sua história”. E por aí vai (ou foi).

generalização indevida, que esquece ou ignora a secular resistência de diversos povos indígenas (particularmente nos extremos meridional e setentrional da América), também não é correta a afirmação de que o índio não entendia o que acontecia durante a colonização por sua incapacidade para assimilar a “alteridade”: “No Nordeste americano, e desde o começo do século XIX, os indígenas estavam em contato com os ‘viajantes’ franco-canadenses para o comércio de peles. Estes eram gente pobre, pequenos traficantes, mas que tinham com os indígenas um contato muito íntimo. É muito surpreendente ver quanto o pensamento ameríndio se alimentou pela boca desses viajantes, transformou e integrou uma parte de suas narrativas na sua própria mitologia”.⁵⁴⁰

O discurso do suposto “suicídio indígena” reproduz, em sua essência, o raciocínio exposto por Bartolomé de Las Casas acerca da passividade ignorante dos ameríndios, semelhante à de certas espécies animais que foram exterminadas pelos expedicionários europeus devido à sua falta de contato prévio com a espécie humana. Acontece que “o índio não era tão pacífico, obediente e desenganado como o pintou Las Casas. Na realidade, a destruição e o assassinato foram produto, entre outras causas bastante conhecidas, de uma *relação de guerra* que se desenvolveu porque existiam combatentes de um lado e do outro. O conquistador matava porque o índio lhe opôs diversas formas de resistência, a começar pela militar, até as sub-reptícias, como a ruptura da comunicação verbal”.⁵⁴¹ No sul da Patagônia, por exemplo, os *tehuelches* e os *onas* possuíam uma organização social e produtiva que lhes permitiu manter, durante séculos, importantes contingentes populacionais organizados em sociedades, em condições particularmente inóspitas. Foram os últimos povos andinos a serem derrotados, e dizimados, no final do século XIX, depois de terem resistido aos “cristãos”, com os quais não se negavam, no entanto, a coexistir, chegando a aceitar os *gauchos* fugitivos da “lei” nas suas *tolderías* (como o

⁵⁴⁰ Claude Lévi-Strauss. *Histoire de Lynx*. Paris, Plon, 1991.

⁵⁴¹ Hector Hernán Bruit. *Op. Cit.* Para o caso do México, ver: Miguel Leon-Portilla. *Visión de los Vencidos*. Relaciones indígenas de la conquista. México, UNAM, 1992.

relata a saga argentina do *gaucho* Martín Fierro, de José Hernández).⁵⁴²

A complexa elaboração da mitologia *tehuelche* não surpreende quando se constata a extraordinária habilidade desse povo para assimilar as táticas militares de combate dos europeus, fator que lhes permitiu opor resistência militar e manter sua própria organização social durante quase quatro séculos de conquista e colonização espanholas (e, depois, argentina). O sufixo *che*, que na língua *mapuche* e *tehuelche* designa o “homem” em geral, incorporou-se na era colonial ao castelhano e ao português falado no Cone Sul da América Latina, como maneira de dirigir-se familiarmente a outra pessoa, e ao imaginário mundial, séculos depois, através da figura de Ernesto *Che* Guevara.

A derrota dos povos indígenas diante de exércitos inferiores em número, mas vindos de sociedades com maior desenvolvimento das forças produtivas sociais (e, portanto, também da ciência, da técnica e da arte militar) deveu-se a diversos fatores, dos quais um foi, no entanto, o decisivo, o *político*: “As vitórias mais extraordinárias (dos conquistadores) foram exatamente aquelas que opuseram um pequeno número de espanhóis a um grande número de índios organizados em exércitos regulares. A vitória era mais fácil contra exércitos mais poderosos ou estados mais sólidos, e muito mais difícil contra tribos não organizadas, esparsas e nômades. Os antigos impérios dominavam rigorosamente numerosas populações. Para estas, era aceitar com ingenuidade e um pouco depressa demais, substituir o antigo *señorío* por outro. Era a oportunidade para se vingar dos antigos opressores”.

A vitória dos conquistadores/colonizadores foi *política*, antes de ser *militar* e *social*. No sul chileno e noroeste argentino, e nos atuais EUA e Canadá, no entanto, a resistência indígena foi feroz (a Coroa espanhola autorizou, por isso, a escravidão dos índios “bravos” e “de guerra”; a própria Igreja possuiu numerosos escravos dessa origem), e “essas zonas de resistência nos revelam a extraordinária capacidade de assimilação do mundo indígena no plano militar para se apropriar dos meios de defesa, do aprendizado de montar a cavalo ao das armas de fogo; da construção de defesas fixas à aquisição de uma mobilidade extrema: toda a ciência militar espanhola foi

⁵⁴²

Cf. Arnaldo Canclini. *Leyendas de la Patagonia*. Buenos Aires, Planeta, 1998.

assimilada com perfeição e *até mesmo ultrapassada*" (grifo nosso).⁵⁴³ A conquista da América, efetuada pelas armas, devia ser mantida e organizada por outros meios.

O papel da Igreja foi por isso essencial para manter a dominação ibérica dos indígenas americanos (as exceções - Las Casas e os jesuítas - confirmaram a norma), e essa foi sua responsabilidade específica. Quais eram as *políticas* em disputa no conflito entre europeus e ameríndios? Para as potências colonizadoras, tratava-se de submeter a qualquer custo o continente e suas populações, em virtude da lógica de expansão da produção e da circulação mercantil na Europa. Para os índios, nada disso se colocava como alternativa histórica. Claude Lévi-Strauss deu o exemplo das belicosas tribos do Canadá: "Nos conflitos que sempre as opuseram aos canadenses vindos da Europa, eles não pararam de dizer que eles nunca recusaram a chegada dos brancos, que nunca foram seus inimigos. Eles jamais se lamentaram da presença dos brancos, *mas apenas do fato que estes os haviam excluído*".⁵⁴⁴

Essa foi a razão central da "superioridade (ou seja, da vitória) militar" dos europeus, e da aparentemente inexplicável derrota dos indígenas americanos: "Para o índio, a guerra é um ritual que não se leva ao extremo. Uma vez o inimigo derrotado, ele é abandonado, pois os guerreiros que demonstraram superioridade estão satisfeitos. Os índios não possuíam o conceito da aquisição territorial, não podendo, portanto, se apropriar da ideia de guerra metódica no estilo europeu".⁵⁴⁵ A resistência índia na era colonial americana, que teve um episódio gigantesco com o levantamento de Tupac Amaru e dos Kataris, em finais do século XVIII na região andina da América do Sul, mudou de conteúdo, porém, ao

⁵⁴³ Ruggiero Romano. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 15-17. Os cronistas indígenas da América do Sul (como Huamán Poma de Ayala) ou mestiços (como Garcilaso de la Vega) pintaram um império inca idílico, onde não havia lugar para divisões de classe, contrapondo-se à exaltação dos feitos dos conquistadores pelos historiadores peninsulares (Aníbal Jáuregui. *La lenta agonía del Tahuantinsuyu. Todo es Historia* n° 213, Buenos Aires, janeiro 1985).

⁵⁴⁴ Claude Lévi-Strauss. *Op. Cit.*

⁵⁴⁵ Helen H. Jackson. *Un Siècle de Dishonneur*. Paris, UGE, 1972. A autora era esposa de um oficial militar dos EUA. Para o extermínio dos índios do sul chileno e argentino, ver: Liborio Justo. *Pampas y Lanzas*. Buenos Aires, Palestra, 1962.

calor das novas configurações internacionais e das novas relações de classe na América colonizada.

Não só a estratificação e opressão social prévia dos nativos americanos, mas também aspectos de sua cultura foram usados, devidamente reformulados, para sustentar a empresa colonial europeia. No caso das populações dos Andes, a necessidade dos espanhóis de impor a submissão levou à tolerância para com o consumo da coca na cultura indígena: “Ainda hoje nos Andes meridionais, quando dois camponeses indígenas se encontram, primeiro trocam folhas de coca e somente depois começam as saudações. Trocar palavras antes de trocar coca seria uma falta de educação”.⁵⁴⁶ O uso da coca nos ritos cerimoniais e outras práticas mágicas eram generalizados desde a época das culturas pré-incaicas. Esse uso se explica pelo caráter da natureza prevalecente: “Ecologicamente, o território das repúblicas andinas parece à primeira vista um dos ambientes menos propícios para o homem: a costa é um verdadeiro deserto e os altiplanos são muito altos, secos e frios”.⁵⁴⁷ A coca se transformou em um analgésico e tonificante, de caráter natural, frente aos desafios permanentes de uma natureza adversa. Os povos nativos conheciam as propriedades purificadoras de muitas plantas, mas foi a versatilidade da coca o que acabou transformando-a em uma planta “sagrada”.⁵⁴⁸

No mundo indígena andino, as plantações e o consumo das folhas de coca mantinham gravitação em quase todas as atividades da vida social. As primeiras folhas de coca nova se queimavam em oferenda aos deuses tutelares da *Pachamama* (Mãe-Terra). Mascar folhas de coca era um cerimonial solene que se iniciava com o *k'intu*, a forma em que se tomam as folhas apertando-as com o polegar e o indicador. Primeiro, os mais idosos devem *acullicar* ou *coquear* as folhas, depois os

⁵⁴⁶ José Sánchez Parga. El uso de la droga en las tradicionales sociedades andinas: una lección para la historia. In: AAVV. *Narcotráfico y Deuda Externa*. Las plagas de América. Quito, CERG-CECCA, 1990, p. 67.

⁵⁴⁷ John V. Murra. *La Organización Económica del Estado Inca*. México, Siglo XXI, 1980, p. 29.

⁵⁴⁸ Brian Inglis. *El Juego Prohibido*. Historia social de las drogas. Gerona, Tikal, 1994. Segundo o autor: “El cambio de actitud hacia las drogas, por el cual llegaron a ser consideradas una amenaza más que algo positivo para la sociedad, tuvo que ver con la decadencia del chamanismo y la aparición en su lugar de religiones organizadas y de sus sacerdotes”.

compadres e os dirigentes, ao final todos os membros da comunidade. O ato de “acullicar” a coca orientava os seres humanos na evolução da jornada diária, mas também no universo das relações sociais.

No início do processo colonial, os espanhóis viram no uso da coca uma prática supersticiosa e um vício. Sua condenação moral, porém, se rendeu à evidência de que eram maiores os benefícios que prestava ao sistema econômico colonial, economizando alimentos para os índios submetidos e explorados nas minas, e propiciando a formação de fortunas (pelo comércio em grande escala da coca) das quais se beneficiaram os *encomenderos*, os mineiros e a Igreja. A coca permitia transformar os *homens* indígenas em *bestas* de carga. E, assim como aconteceu com o ópio vindo da papoula indiana, de consumo generalizado na Inglaterra vitoriana, a transformação comercial da produção da coca andina acabou virando, com a cocaína, a base de um portentoso comércio mundial, de redes criminosas internacionais, e da alienação em massa da juventude, principalmente (mas não só) nas antigas metrópoles coloniais.

A conquista da América, que chegou a ser celebrada como a maior empresa de “civilização” da história,⁵⁴⁹ supôs a destruição de populações inteiras, no que foi a maior catástrofe demográfica da história humana: algumas estimativas, provavelmente exageradas, calculam que a população ameríndia caiu quase 90% durante o primeiro século de ocupação colonial europeia. Dobyns estimou que, nas principais regiões da atual América Latina, um 95% da população indígena (32,5 milhões de pessoas) foi exterminado.⁵⁵⁰ A conquista e a colonização europeias da América foram uma empresa diante de cujo horror a própria Igreja Católica (que deveu e deve à conquista americana sua expansão mundial e sua pretensão de exclusividade como religião monoteísta “universal”) recuou da sua intenção inicial de canonizar Isabel de Castela (chamada de “a Católica” por especial licença papal nesse sentido) e Cristóvão Colombo.

O horror da conquista americana só se tornou plenamente compreensível à luz de sua função no nascimento

⁵⁴⁹ Jan Carew. *Columbus and the origins of racism in América. Race and Class* nº 4, Londres, 1988.

⁵⁵⁰ H. F. Dobyns. *The Number Become Thinned*. Knoxville, University of Tennessee Press, 2004.

do mundo da mercadoria e do capital, no qual o “ser humano por excelência”, o capitalista, só existe como personificação do *capital*, isto é, como personificação de uma relação social de exploração. A desumanização *real* do negro e do índio (e, depois, do “oriental”) na expansão europeia mundial foi o pedestal histórico da vitória do modo de produção em que o ser humano prostrar-se-ia, desligado da necessidade de deuses intermediários, diante da criação de sua atividade produtiva, libertando economicamente o trabalho humano e realizando simultaneamente sua completa alienação. A controvérsia sobre a humanidade do “homem não europeu” durante a colonização de América e da África foi o prólogo apropriado para a era capitalista iniciada na Europa: a negação da humanidade do colonizado precedeu e acompanhou a negação da humanidade na classe social explorada pelo capital. O Iluminismo, a ideologia da ascendente burguesia de negócios, nunca quis enfrentar seus limites *de classe*, dos quais era, por outro lado, perfeitamente consciente: “*On n’a jamais prétendu éclairer les cordonniers et les servantes; c’est le partage des apôtres*”, escreveu Voltaire a D’Alembert em 1768.

Apenas dois anos depois, porém, o abade francês Thomas Guillaume Raynal publicava sua *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, depois completada por Diderot e outros autores iluministas (que inspirou a “filosofia da história” de Herder, com sua defesa da dignidade de todas as culturas) celebrando os efeitos civilizadores do comércio internacional e condenando de modo virulento as aventuras coloniais europeias, que ambos autores consideravam não complementares mas antitéticas com o livre comércio. Em 1813, Benjamin Constant declarava que “a guerra é anterior ao comércio”, sendo a primeira “impulsão selvagem”, e “cálculo civil” o segundo. Simultaneamente, numerosas vozes se erguiam na Europa contra a escravidão africana e o comércio negreiro. A acumulação primitiva já tinha concluído, e devia ceder seu lugar ao “civilizado” comércio; a acumulação comercial devia abrir o caminho para a acumulação capitalista. Mas os efeitos sociais e ideológicos da acumulação primitiva sobreviveram à sua vigência histórica, e se prolongaram até a era contemporânea.

Os povos que pagaram o custo da acumulação capitalista originária esperaram séculos para terem reconhecida sua história pré-colonial, não apenas na forma “antropológica” de coletâneas e compilações de anedotas, mitos ou tradições

folclóricas, mas também na forma histórica. Essa história, porém, lhes fora reconhecida (embora formalmente) pelos primeiros teóricos da colonização moderna, como Francisco de Vitoria. Sua “incorporação ao circuito histórico” só a partir da sua colonização pelos Estados europeus é uma ideia ainda largamente vigente. O moderno colonialismo europeu, baseado em preceitos iluministas, produziu uma constituição hierárquica da realidade; todas as culturas, povos e territórios do planeta, foram integrados numa “universalidade radicalmente excludente”,⁵⁵¹ ou seja, uma “humanidade” abstrata, baseada no modelo do colonizador, declarado norma *universal* com funções corretivas e punitivas.⁵⁵²

15. DA ACUMULAÇÃO COMERCIAL À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O emprego da mais-valia como capital, ou a transformação da mais-valia em capital, chama-se acumulação de capital (Karl Marx, O Capital)

A atividade social chamada comércio, por mal vista que esteja hoje pelos teóricos das sociedades impossíveis, é, contudo, um dos dois característicos distintivos das sociedades chamadas civilizadas. O outro característico distintivo é o que se denomina cultura (Fernando Pessoa, Sociologia do Comércio)

O poeta português abstraiu, no fragmento citado na epígrafe, o comércio (e a cultura) da história. O comércio (como a própria cultura) não foi igual em todas as épocas, nem preencheu nelas as mesmas funções. Referindo-se ao comércio pré-capitalista, Karl Polanyi observou que "o mercantilismo,

⁵⁵¹ Walter D. Mignolo A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander. *A Colonialidade do Saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

⁵⁵² A reação “posmoderna” a esse universalismo abstrato tomou, séculos mais tarde, a forma de um particularismo reacionário, negador, em última instância, da universalidade do ser e da experiência humana. O oposto simétrico, não superador, da exploração e da opressão, é a postulação de uma nova forma opressiva de caráter corretivo.

com toda sua tendência para a comercialização, nunca atacou as salvaguardas que protegeram os dois elementos básicos do trabalho de produção e da terra de se tornarem elementos do comércio"; a defesa mercantilista da regulamentação da economia estava ainda mais próxima das atitudes feudais, "eles (os mercantilistas) discordavam apenas sobre os métodos de regulação".⁵⁵³ A acumulação capitalista teve que superar (destruir) a regulamentação comercial mercantilista, e só conseguiu fazê-lo graças ao uso da força do Estado. A acumulação originária de capital se desenvolveu a partir dos pressupostos da concentração dos recursos (dinheiro e terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários, e da formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho. Isso foi possível graças às riquezas acumuladas pelos negociantes europeus com o tráfico de escravos africanos, com o saque colonial, com a apropriação privada das terras comunais dos camponeses, com a proteção das manufaturas nacionais, e com o confisco e/ou venda a baixo preço das terras da Igreja.

O desenvolvimento amplo do comércio favoreceu esse processo, favorecido, por sua vez, pela Inquisição peninsular, que ajudou a deslocar o centro internacional do comércio, dos países ibéricos noutras direções: "Na aurora dos tempos modernos, a diáspora judaica favoreceu as redes de confiança propícias ao desenvolvimento dos bancos e do comércio. A expulsão ocorrida na Espanha (1492) e em Portugal (1496) dos judeus que recusaram a conversão criou uma diáspora na Toscana (Livorno), nos Países Baixos (Amsterdã), em Londres, em Hamburgo, em Veneza, no Império Otomano (Tessalônica, Izmir, Istambul, Alexandria, Túnis), em Marrocos. Nos séculos XVI e XVII marranos deixaram Espanha e Portugal, estabelecendo-se em Amsterdã e em Livorno, onde certo número deles se rejudaizou livremente; em Bordeaux, Londres e Hamburgo mantiveram sua dupla identidade – publicamente cristã e, em privado, judaica. Na França, Colbert favoreceu a implantação de judeus e de cristãos novos para desenvolver o comércio internacional em proveito da economia francesa. Entretanto, depois de sua queda a perseguição é retomada... Marranos e judeus vão então para Amsterdã ou Londres one,

⁵⁵³ Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

juntando-se aos marranos rejudaizados, contribuem para o impulso marítimo dos Países Baixos e da Inglaterra”.⁵⁵⁴

Os economistas clássicos não viam a acumulação originária de capital a partir desse ângulo, pois não conseguiam ir além das aparências que velavam a essência do fenômeno. Identificavam o capital com o dinheiro e, em outros casos, com os meios de produção (capital fixo): daí que pensassem que o capitalismo (como quer que o chamassem) existia desde que o homem conseguira elaborar os primeiros instrumentos de trabalho. Adam Smith, por exemplo, quando estudou a *previous accumulation* referiu-se exclusivamente à acumulação de dinheiro e instrumentos de trabalho em mãos dos capitalistas. Com isto ficava limitada à sua faceta *aparente* a investigação sobre o processo de surgimento do capitalismo. Em outros momentos da história conseguiu-se acumular em poucas mãos grandes quantidades de dinheiro, mas isto não deu lugar ao surgimento do capitalismo, sistema em que a acumulação de dinheiro se assentou sobre relações de produção de novo tipo.

A sociedade feudal caracterizava-se pela prestação compulsória de trabalho excedente imposta aos produtores. Com o crescimento da produtividade do trabalho, mudaram as formas de apropriação privada do trabalho excedente. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho e das trocas, todos os produtos do trabalho social tenderam a se transformar em mercadorias (objetos destinados à compra e venda no mercado). E com a expropriação dos meios de produção das mãos dos produtores, a própria força de trabalho destes tendeu a se transformar em mercadoria. Já não era mais necessário, portanto, que a apropriação do trabalho excedente se realizasse através da compulsão direta do trabalhador. A forma compulsória de exploração do trabalho alheio foi entrando em crise a partir do século XII, na Europa, com o renascimento do comércio, o desenvolvimento das cidades, o aumento das trocas com o Oriente, em especial depois das Cruzadas, e a consequente expansão da economia monetária.

O poder do senhor feudal não radicava em sua renda, mas na sua quantidade de súditos tributáveis. O prelúdio da revolução que originou o capitalismo ocorreu na Europa no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. A velha nobreza foi devorada pelas guerras feudais. Os

⁵⁵⁴ Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 37-38.

pastos para as ovelhas substituíram as terras das lavouras. O processo violento de expropriação do povo recebeu impulso na Inglaterra no século XVI, com a Reforma Protestante e com o saque dos bens da Igreja Católica que a acompanhou. A propriedade da Igreja Romana constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam mais se manter. A cisão religiosa foi a ideologia de uma mudança (revolução) econômica.

Na Idade Média, na Europa ocidental, nas poucas regiões mais desenvolvidas comercialmente (por exemplo, as planícies mediterrâneas), o capital mercantil (que se valorizava exclusivamente na circulação das mercadorias, através da troca) passou a assumir uma importância cada vez maior, embora se situasse no interior de uma formação social feudal, na qual a riqueza principal era a terra, e a produção dominante era feita em unidades produtivas (os feudos) voltadas para a autossuficiência, embora raramente fossem de fato responsáveis pela produção de tudo o que consumiam. As cidades eram ainda um apêndice da economia rural local, as trocas mediadas pela moeda eram secundárias face ao grosso do intercâmbio que era feito de modo natural e direto (escambo); o Estado, do ponto de vista técnico ou jurídico, não existia. O feudalismo era um modo de produção baseado na propriedade da terra por parte de um estamento dominante, a nobreza.

A essa nobreza se submetiam os camponeses através de laços de servidão, expressos numa série de obrigações. Essas obrigações servis consistiam na entrega, forçada ou voluntária, por parte dos servos, daquela parte da produção que excedia à manutenção de suas necessidades básicas (o excedente econômico). Além disso, havia privilégios aristocráticos, cuja efetividade variou geográfica e historicamente. O fato primordial é que a economia feudal era por natureza localizada, aut centrada e pouco adequada ao comércio de longa distância. A vida da maior parte das pessoas era passada em aldeias, seu universo de intercâmbio era limitado, e isso continuou acontecendo, para a maior parte da população mundial, até meados do século XIX: o mercado de âmbito nacional e a internacionalização do comércio não eram inerentes ao modo de produção feudal.⁵⁵⁵

⁵⁵⁵ Witold Kula. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1994.

A partir dos séculos XI e XII fizeram sua entrada em cena elementos econômicos e sociais que propiciaram a progressiva dissolução do feudalismo europeu. Firmou-se a tradição de que os servos que conseguissem escapar ao senhor adquirissem sua liberdade se conseguissem sobreviver sem serem apanhados e devolvidos ao senhor durante um ano e um dia. Nesses séculos, também, uma série de fatores (paz relativa, clima adequado)⁵⁵⁶ favoreceram o aumento da população. Na Itália, no Norte da Europa, muitos filhos de servos fugiram para as comunas urbanas (“o ar da cidade é livre”, dizia-se). Os mercadores citadinos ou “cidadãos” (os primeiros “burgueses”) costumavam empregar e proteger os durante seu período de insegurança devida à fuga. Os jovens “livres” passavam a trabalhar em troca de um salário (monetário, pois os mercadores não conseguiam pagar de outro modo) e costumavam passar de um emprego para outro: eles inauguravam, simultaneamente, o moderno trabalho assalariado e a rotatividade trabalhista. Esse processo se acelerou com a abundância de servos libertos depois da população europeia ter sido dizimada pela Peste Negra, no século XIV.

O renascimento comercial, interno e externo, da Europa, dinamizou simultaneamente a economia monetária, a economia urbana e o sistema financeiro: “Até o século XIII predominou na Europa a cunhagem de prata, dentro do sistema monetário criado por Carlo Magno. Somente com o crescimento das atividades comerciais é que se volta aos poucos à cunhagem de ouro, com a introdução do florim florentino e do ducado veneziano, que no final do século dominam as transações comerciais em todo o continente. Paralelamente à moeda, evoluíram as instituições de crédito, que na economia feudal haviam praticamente desaparecido, sendo até combatidas pela Igreja. As letras de crédito surgiram a partir do século X, alcançando largo uso na Itália dois séculos depois. A participação acionária, na forma de sociedades comanditas, é a forma usada pelos nobres para se associarem às empresas comerciais, como meio de adiantar dinheiro aos comerciantes. A partir do século XII surgiram os primeiros banqueiros, substituindo os cambistas como fonte de crédito. Em vez de se limitarem a emprestar dinheiro, os banqueiros italianos

⁵⁵⁶

Cf. Pascal Acot. *Historia del Clima*. Buenos Aires, El Ateneo, 2005.

passaram a aceitar depósitos, descontar títulos e manter correspondentes em outras praças.

“Até o século XV esses empreendimentos foram principalmente familiares, ainda que existissem já sociedades para administração de fundos de terceiros. Somente com a evolução da contabilidade, com a introdução do método das partidas dobradas, em meados do século XIV, se tornou possível o surgimento de verdadeiras empresas. A primeira empresa bancária foi a Casa de San Giorgio, fundada em Génova em 1407... A acumulação de dinheiro nas mãos de famílias de comerciantes e banqueiros ricos as levou a investir em terras. A negociabilidade da terra era um profundo golpe na estrutura feudal, em que a terra não era uma propriedade negociável, mas a base da estrutura do poder – ela não pertencia ao senhor, ambos se pertenciam mutuamente”.⁵⁵⁷

A progressiva monetarização das obrigações feudais, e o surgimento de uma crescente produção artesanal para o mercado, dinamizaram consideravelmente a economia urbana. As funções da cidade se desenvolveram em decorrência da circulação de mercadorias entre grandes mercados urbanos. O transporte não era uma atividade improdutiva, pois agregava valor às mercadorias transportadas (incluindo a mercadoria força de trabalho). Era uma atividade produtiva, que ocorria dentro do processo de circulação: nele há acumulação de capital produtivo, assim como em certas funções de estoque e conservação. A circulação de mercadorias foi elemento prévio da valorização do capital na indústria; o enriquecimento baseado no comércio fazia parte, do ponto de vista do capital global, dos *faux frais* (falsos custos) da produção capitalista.⁵⁵⁸

O comércio punha em movimento novas potências da produção, independentemente do volume ou da eficácia do capital investido. Ele se tornou o ímã do crescimento da produção, das trocas e da concentração populacional nas cidades. Para isso era necessário os produtos assumissem, progressivamente, a forma de mercadoria. O entrelaçamento

⁵⁵⁷ Francisco Magalhães Fº. *Op. Cit.*, pp. 153-153.

⁵⁵⁸ “O transporte é um ramo inusual da indústria. Ele não produz uma coisa objetiva, como trigo ou barras de ferro, e é consumido à medida que é produzido (seu tempo de circulação é zero), mas produz valor. O produto do transporte é a mudança na configuração espacial” (David Harvey. *Para Entender “O Capital”*. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 107).

produtivo dos indivíduos (divisão social do trabalho) tornou-se maior, desaparecendo progressivamente as relações de dependência pessoal, e aparecendo em seu lugar a interdependência recíproca dos produtores, mediada pelo valor de troca dos produtos. As trocas eram mediadas pelo dinheiro, ele passou a ser o alfa e o ômega da produção. Sem ele não se comprava nada e não se vendia nada: “À autonomização do valor de troca no dinheiro, desvinculado dos produtos, corresponde a autonomização do comércio como função desvinculada daqueles que trocam”.⁵⁵⁹

O comércio existe na fração de tempo que separa o ato da produção daquele do consumo, para mediar as relações entre os que produzem e os que consomem. “A finalidade do comércio não é diretamente o consumo, mas a aquisição de dinheiro, de valores de troca”. O comerciante, aproveitando-se de circunstâncias de mercado ou do simples lucro comercial (dedução da mais valia gerada na produção), ou ainda do simples logro, podia apoderar-se, caso fosse bem sucedido, da produção. O comércio desenvolvido em algumas regiões europeias provocou o acúmulo de capitais nas mãos de grandes comerciantes, que foram aplicando seus lucros nas manufaturas. O capital forjado na circulação de mercadorias (capital comercial) apoderou-se aos poucos do ainda embrionário capital produtivo. Nas cidades costeiras italianas e do Norte da Europa, primeiro, em Espanha e Portugal, depois; mais tarde nos Países Baixos e na Inglaterra, houve um grande acúmulo de capitais gerados no comércio. Primeiro das especiarias provenientes do Oriente (tecidos, pimenta, canela, cravo), depois da produção colonial americana (metais preciosos, madeira, tinta, açúcar, tabaco).

Inglaterra, depois da Revolução de 1640, preparou-se para monopolizar o comércio marítimo internacional, conseguindo grandes somas de capital: foi assim que surgiram alguns centros para onde afluía a maior parte dos capitais acumulados, e muitas periferias onde esses capitais se valorizavam mediante a troca desigual de mercadorias.⁵⁶⁰ o comércio interno de Portugal, por exemplo, ainda que fosse um

⁵⁵⁹ Esta e as citações que seguem neste capítulo foram extraídas de *O Capital*, de Karl Marx, Livro I, Volume 1, salvo indicação em contrário.

⁵⁶⁰ Immanuel Wallerstein. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.

país pioneiro das expedições ultramarinas, era ainda superior ao comércio internacional das especiarias, e era basicamente feito de trocas diretas, não através da intervenção do dinheiro.



A maior parte dos produtores continuou por muito tempo consumindo parte de sua produção ou, no máximo, trocando mercadorias em mercados limitados. O escasso e desestruturado mercado interno de alguns países foi deixando-os na rabeira da corrida comercial.

Desde o século XIV, com o início da expansão comercial europeia, centro dinâmico do capitalismo em gestação, a crescente internacionalização da economia tornou-se fato a ser considerado nas políticas dos governos. A diminuição das distâncias fez-se acompanhar da especialização de países e regiões em busca de suas “vantagens comparativas”, e da

reordenação das economias locais, provocada pela abertura de novos mercados, que fizeram com que alguns setores da economia prosperassem e outros desfalessem. No século XVI verificou-se o impacto dos descobrimentos ultramarinos americanos e do novo caminho para Oriente na economia europeia.

A acumulação de capitais nas mãos dos comerciantes e a abertura dos mercados proporcionada pela expansão marítima estimularam o crescimento da produção, exigindo mais mercadorias e preços menores: “Um dos primeiros atos da revolução comercial teve lugar no Mediterrâneo, onde Genova e Pisa tomaram iniciativas agressivas para promover o comércio marítimo na área, implicando também outros atores, como Barcelona, Marselha e Palma de Mallorca. A participação florentina nesse comércio está documentada pelas comunicações com Messina em 1193 e com Genova em 1213. A primeira motivação foi provavelmente a busca dos grãos nas ilhas do sul da Itália, para sustentar uma população crescente, e também da lã rústica, também nessas ilhas e na África setentrional, para fornecer matéria prima para a incipiente indústria têxtil. Exportavam para esses lugares qualquer artigo que tivesse um mercado, e se lançaram ainda mais na direção do oriente. No final do século XIII, com bases sólidas no reino napolitano e estreitos vínculos financeiros com o papado, os florentinos (os Bardi, Peruzzi, Acciaiuoli e outros) estavam presentes em todos os maiores centros comerciais. Desde o início, portanto, a revolução comercial ficou marcada por um desenvolvimento contínuo do tráfico na área ocidental do Mediterrâneo”.⁵⁶¹

Graças a essa revolução comercial, gradualmente, passou-se do artesanato disperso para a produção em oficinas, e destas para as manufaturas e para a produção mecanizada na fábrica. O artesanato se desenvolveu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano. Tratava-se de uma produção ainda independente; o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria prima. Em casa, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção: desde o preparo da matéria prima até o acabamento final, quase não havia divisão do trabalho ou especialização. Em algumas situações o artesão tinha um ajudante, não

⁵⁶¹

Richard A. Goldthwaite. *L'Economia della Firenze Rinascimentale*. Bolonha, Il Mulino, 2013, p. 200.

assalariado, que realizava o mesmo trabalho pagando uma taxa pela utilização das ferramentas. A produção artesanal estava sob o controle das corporações de ofício; o comércio se encontrava sob o controle de associações, limitando o desenvolvimento da produção.

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu *na e da crise* da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição do feudalismo liberou os elementos para o surgimento do capital: “Os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. A história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. Os capitalistas industriais tiveram que tirar o domínio que os mestres das corporações e os próprios senhores tinham dos mananciais das riquezas. A ascensão do capitalista representa uma vitória contra os mestres e senhores, contra as corporações e os feudos. O homem agora poderia ser livremente explorado. O processo que produziu o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. A expropriação do produtor rural, do camponês, que ficava assim privado de suas terras, constituiu a base de todo o processo. Em finais do século XIV, a servidão tinha desaparecido praticamente da Inglaterra”. Preenchida essa primeira condição, ficava aplainado o caminho para as outras.

A manufatura resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção, e o comerciante a dedicar-se também à produção industrial. Ela resultou também do aumento do comércio monetário. Com a manufatura houve aumento na produtividade do trabalho, devido à divisão técnica da produção no estabelecimento manufatureiro, onde cada trabalhador realizava uma etapa na confecção de um único produto. A ampliação do mercado consumidor relacionou-se diretamente ao alargamento do comércio, tanto interno como em direção do Oriente ou da América. Outra característica foi o surgimento da interferência direta do capitalista no processo produtivo, passando a comprar a matéria prima e a determinar o ritmo de produção. Mercadorias e dinheiro não são, *per se*, capital. O processo que criou o sistema capitalista consistiu no processo que transformou em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converteu em assalariados os produtores diretos. Isto já acontecia, em certa medida, nas cidades italianas, em Flandres e

na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII; os benefícios do setor capitalista da economia, porém, ainda provinham majoritariamente do comércio e das finanças, não da manufatura ou da indústria.

A acumulação capitalista primitiva foi, como vimos, o processo histórico que dissociou o trabalhador dos meios de produção. O "segredo da acumulação originária" consiste em que: "O dinheiro e a mercadoria não são capital desde um primeiro momento, como tampouco o são os meios de produção e de subsistência. Requerem ser transformados em capital. Mas esta transformação só pode se operar em circunstâncias coincidentes: era necessário que se enfrentassem e entrem em contato duas classes muito diferentes de possuidores de mercadorias; de um lado os proprietários de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, a quem compete valorizar, mediante a aquisição de força de trabalho alheia, a soma de valor da qual se apropriaram; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho".

A acumulação originária de capital foi o parto da sociedade capitalista, não um processo isolado de dissolução de relações de produção pré-capitalistas em determinado setor econômico; esse fenômeno continuou ocorrendo nas economias capitalistas durante muito tempo, sem que isto signifique que exista uma "acumulação originária" permanente.⁵⁶² Sem esse

⁵⁶² Werner Bonefeld (La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social. *Theoria* nº 26, Buenos Aires, julho-dezembro de 2012), por exemplo, sustentou que "a visão de Marx segundo a qual uma grande proporção do capital, que aparece hoje nos EUA sem certificado de nascimento, foi ontem, na Inglaterra, a sangria capitalista das crianças, continua sendo um juízo potente das condições contemporâneas. A acumulação primitiva não apenas descreve o período de transição que conduz à emergência do capitalismo. A acumulação primitiva é, nos fatos, a base das relações sociais capitalistas, e é por isto a formação social através da qual subsiste a exploração do trabalho... *A acumulação primitiva é um componente necessário do capitalismo. A acumulação originária é uma acumulação que se reproduz permanentemente...* é uma acumulação constantemente reproduzida, seja em termos da renovada separação de novas populações dos meios de produção e de subsistência, ou em termos da reprodução das relações salariais nas relações estabelecidas do capital". O capitalismo, assim, estaria "continuamente nascendo". Nos *Grundrisse*, diversamente, Marx distinguiu entre "história contemporânea" e "história do vir-a-ser": na ordem do vir-a-ser, cada

“salto” ou *revolução* (e não se pode “saltar permanentemente”, a não ser que se permaneça suspenso no ar) não teria existido a economia capitalista. Marx fez a previsão histórica de seu futuro desenvolvimento (negação), no capítulo de *O Capital* referido à “tendência histórica da acumulação capitalista”, onde novamente tocou a acumulação originária, mas desta vez a partir da perspectiva do desenvolvimento futuro do capitalismo: “O modo capitalista de produção e de apropriação e, portanto, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. A negação da propriedade capitalista se produz por si própria, com a necessidade de um processo natural. É a negação da negação”.

A formação do polo social do “proprietário de dinheiro, meios de produção e de subsistência”, ou seja, do capitalista, foi baseada no exemplo mais antigo, o inglês: a “gênese do arrendatário capitalista” (isto é, do capitalista agrícola) passou por um processo de metamorfose que se iniciou no servo capataz e administrador, passando pelo “arrendatário livre” e pelo “meeiro”, até concluir no “arrendatário propriamente dito”, que já tinha capital próprio, contratava trabalhadores assalariados e pagava uma renda, em dinheiro ou em espécie, ao proprietário de terras. A gênese do arrendatário capitalista se desenvolveu na Inglaterra desde seu estágio primitivo no *bailif*, ainda servo, passando pela sua substituição durante a segunda metade do século XV pelo colono. O colono logo se tornou parceiro, que também desapareceu para dar lugar ao arrendatário que procurava expandir seu capital empregando trabalhadores assalariados e entregava ao *landlord* uma parte do produto excedente, em dinheiro ou em produtos, como *renda da terra*.

O arrendatário capitalista surgiu, desse modo, das fileiras dos servos da Idade Média. Maurice Dobb acentuou esse aspecto, ao afirmar que os embriões do capital estavam na pequena produção mercantil existente ainda no feudalismo, na

modo de produção parte de elementos liberados pela dissolução dos modos de produção precedentes, tendo uma gênese externa e temporal; na história contemporânea os pressupostos históricos do modo de produção são sempre por ele repostos; o modo de produção se autonomiza em relação a seus pressupostos, passando a repô-los por sua conta e vivendo da recriação das próprias condições de sua reiteração.

economia de pequenos produtores separados e relativamente autônomos, submetidos por mecanismos extra econômicos (principalmente religiosos e militares) aos senhores feudais. Estes viviam da extração do excedente econômico produzido pelos servos. Daí a contradição básica do sistema feudal, a que opunha os servos aos senhores. À medida em que os camponeses conseguiam a emancipação da exploração feudal, através de revoltas camponesas e de condições que lhes favoreciam (como a “peste negra” do século XIV, que tornou escassa, e por isso mais valorizada, a força de trabalho), eles podiam guardar para si parcelas maiores de sua produção, acumular um pequeno excedente, usar seus lucros para melhorar o cultivo e acumular algum capital.

Alguns camponeses enriqueceram, e passaram a usar o trabalho de outros para acumularem mais capital. Passaram, progressivamente, a pagar suas obrigações servis aos senhores feudais em dinheiro, na forma de uma renda pelo uso da terra do senhor. Assim se consolidaram os arrendatários capitalistas (que arrendavam as terras da aristocracia e lhes repassavam uma parte de seus lucros na forma de uma renda pelo seu uso) ao mesmo tempo em que a multiplicação de trabalhadores rurais assalariados, que compunham um mercado de força de trabalho e também um mercado consumidor em expansão, acelerando a passagem para uma economia monetária geral. O século XVI inglês marcou a ascensão do arrendatário capitalista, que enriqueceu com a mesma rapidez com que a população rural empobreceu.

A usurpação das pastagens, os contratos de arrendamento de longo prazo, a depreciação contínua dos metais preciosos (“revolução dos preços”), o rebaixamento dos salários, a elevação contínua dos preços dos produtos agrícolas, e a renda que tinha de se pagar ao *landlord*, fixada pelo valor monetário antigo, foram os fatores responsáveis pelo surgimento de uma classe avantajada de arrendatários em finais do século XVI. A expropriação dos camponeses de seus meios de subsistência promoveu a ruína da indústria doméstica rural, fazendo surgir a indústria e consigo o capitalista industrial. Surgiu um mercado interno originado pela ruína dessa indústria doméstica. Com o processo de dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção, o capitalismo garantiu também a existência da indústria.

A “revolução capitalista” teve sua origem no campo: “Um aumento geral das rendas [monetárias] agrícolas

representa uma elevação nas rendas da maioria da população; a mudança tecnológica na agricultura afeta a maioria dos produtores; uma baixa no preço dos produtos agrícolas tende a baixar o custo das matérias primas para os setores fora da agricultura e dos gêneros alimentícios para os assalariados em geral".⁵⁶³ A revolução agrícola acompanhada do crescimento da indústria capitalista trouxe consigo o aumento gradativo na exploração do trabalho e a elevação do número de excluídos da propriedade, proporcionando o exército industrial de reserva de mão de obra de que a indústria moderna necessitava para sua existência e expansão. A origem do capitalista industrial não se restringiu somente aos mestres de corporações, artesãos e assalariados que se transformaram em capitalistas através da exploração ampliada do trabalho assalariado: ela abrangeu também o capitalista rural e o comerciante transformado em empresário industrial.

O centro de estruturação do polo burguês da nova sociedade em gestação constituiu a gênese do capitalista industrial. A transformação gradual e progressiva dos mestres, artesãos independentes, ex-servos da gleba, em capitalistas, era um método demasiadamente lento para a acumulação de capital. Os métodos usados na acumulação originária pularam etapas. Os comerciantes ingleses investiram capital nas Companhias das Índias Orientais outras semelhantes, impulsionadas e protegidas pelo Estado, buscando um retorno sobre o investimento. David Hume e seu discípulo Adam Smith, em meados do século XVIII, desafiaram as doutrinas mercantilistas; a crença, por exemplo, de que o montante da riqueza mundial permanecia constante e que um Estado só podia aumentar a sua riqueza em detrimento de outro Estado. A riqueza geral podia também crescer de modo constante, e até ilimitado.

O Estado - violência organizada e concentrada da sociedade classista - exerceu um papel central no processo da acumulação originária, não somente através do sistema colonial, mas também da dívida pública, do moderno sistema impositivo e do sistema protecionista. O protecionismo se converteu em "um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar pela

⁵⁶³ Phyllis Deane. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 63.

violência a transição entre o modo de produção antigo e o moderno": "A violência é a parteira de toda sociedade velha prenhe de uma nova. *Ela própria é uma potência econômica*". A acumulação originária do capital foi, em essência, a formação do polo proletário e do polo burguês da sociedade moderna (burguesa).

A "Gloriosa Revolução" (1688) de Guilherme de Orange inaugurou uma nova era em que se expandiram em escala colossal os roubos às terras do Estado, até então praticados em dimensões mais modestas. Essa usurpação das terras da Coroa e o saque aos bens da Igreja constituíram a origem dos grandes domínios da oligarquia agrária inglesa. Os primeiros capitalistas, por sua vez, ajudaram a transformar a terra em artigo de comércio: "A violência que se assenhoreia das terras comuns (da época feudal), seguida em regra pela transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cerco das terras comuns, que são decretos de expropriação do povo".

A terra deixava de ser condição natural de produção para se tornar mercadoria. Na Inglaterra, foi necessário um golpe parlamentar para tornar as terras comuns em propriedades privadas: "O roubo sistemático das terras comuns, aliado ao furto das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de *fazendas de capital* ou fazendas comerciais". Os trabalhadores eram expulsos de suas terras e obrigados a procurar empregos nas cidades: "No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal. O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, que consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses culminaram nessa limpeza".

A terra antes povoada por trabalhadores agora era pasto para ovelhas: "O ser humano vale menos que uma pele de carneiro", dizia-se à época. A "limpeza das propriedades" se alastrou por toda Europa: "O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com

terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva". Esses métodos incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários despossuídos de qualquer propriedade de que precisava. O processo de formação das classes despossuídas foi tão violento quanto a acumulação originária, e fez parte dela. Os homens que foram expulsos das terras com a dissolução das vassalagens feudais não foram absorvidos, na mesma proporção e com a mesma velocidade, pelo trabalho industrial, doméstico ou comercial. Nesse processo e nas lutas entre os artesãos e suas corporações, alguns artesãos se enriqueceram a custa de outros que perdiam seus meios de trabalho (de produção). Os que "perdiam" ficavam apenas com sua força de trabalho e viravam proletários, os que ganhavam conseguiam acumular recursos para novos investimentos, podendo também perder seus negócios para outros competidores.

Na Inglaterra do século XVI, a técnica produtiva evoluiu, a produção de lã se expandiu e a nação preparou-se para o processo que, dois séculos mais tarde, culminaria na Revolução Industrial. O comércio internacional induziu a expansão da criação de ovelhas e, com a expropriação das terras, os senhores ampliaram em grande escala sua criação, que só necessitava de poucas pessoas empregadas nas vastas pastagens das grandes propriedades. As lãs eram usadas nas manufaturas, na fabricação de tecidos e de outros produtos têxteis. Com o crescimento do mercado de lã, cresceram também os rebanhos de ovelhas, limitados inicialmente pelas autoridades reais, que determinaram um máximo de duas mil cabeças por criador. Com a expulsão dos servos-camponeses "excedentes", estes se dirigiram para as cidades em busca de trabalho: as cidades não tinham como empregar todos os novos desempregados, que foram assim empurrados ao roubo e à mendicância. Foram então promulgadas as leis denominadas "dos pobres", surgidas na Inglaterra no final do século XV e durante o século XVI, e depois nos outros países que passaram pela transformação capitalista de suas economias. Essas leis foram consequência direta das transformações sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais do Novo Mundo e da abertura de novos mercados de consumo, que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira.

Desse modo, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado por meio de um terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura. Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens. Sem condições de adaptar-se à rígida disciplina da manufatura ou mesmo à vida urbana, muitos camponeses se transformaram em mendigos; sucederam-se leis e decretos para diminuir essa categoria de habitantes das cidades. As leis proibiam a existência de desempregados, punindo-os com severas penas. Henrique VIII estabeleceu em lei que "doentes e velhos incapacitados têm direito a uma licença para pedir esmolas, mas vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados" (os reincidentes tinham, ademais, metade da orelha decepada).

A primeira "lei dos pobres" inglesa, sob o reinado de Elizabeth I, preparou, sob o pretexto de ajuda obrigatória à pobreza, as futuras "casas de trabalho", onde o pobre foi colocado à disposição do produtor industrial. Na França, Michel Foucault situou o processo de criação compulsória da (potencial e futura) classe operária dentro de um processo mais geral de disciplinamento da sociedade, necessário e requerido para a emergência da ordem burguesa, durante a "era clássica" (o século XVII, chamado de *Grand Siècle*). Junto à repressão da "vadiagem", o pauperismo se transformou em questão de *ordem pública*, com o Estado substituindo à Igreja na organização administrativa da caridade. O cardeal Richelieu e ministro das finanças Colbert, homens de Estado, se distinguiram na tarefa, que cobriu a Europa toda, com o *hôpital général* na França, o *spinnhuis* ou o *rasphuis* na Alemanha, a *workhouse* na Inglaterra, todas concebidas como métodos de encerramento e *correção* (social).

"Sabe-se que o século XVII criou grandes internados; sabe-se menos que mais de um habitante de Paris a cada cem foi internado neles por vários meses... Vemos assim se inscrever nas instituições da monarquia absoluta, aquelas mesmas que depois viraram o símbolo de sua arbitrariedade, a grande ideia burguesa, e logo depois republicana, de que a virtude é uma questão de Estado (com) significados políticos, sociais, religiosos, econômicos e morais que dizem respeito ao mundo

clássico em sua totalidade”.⁵⁶⁴ O *biopoder* seria o estilo de governo que regulamentou a população em todos os aspectos da vida humana: nos séculos XVIII e XIX, a população tornou-se num objeto de estudo e de gestão política. As relações *de poder* permearam a partir de então toda a sociedade. O biopoder seria a prática do Estado moderno na regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de “uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações”. O saber médico e psiquiátrico, a patologização e a medicalização como formas modernas de dominação sobre seres económica e socialmente inconvenientes, os “loucos” (ou presumidos tais) , foram integrados a esse processo. A formação compulsória da força de trabalho livre não foi um processo “setorial”, mas um disciplinamento geral da sociedade.⁵⁶⁵

Economicamente, um fator que aumentou os ganhos dos arrendatários capitalistas foi a “revolução dos preços” do século XVI, um fenómeno inflacionário de alcance secular. Como a economia não estivesse ainda preparada para ajustar todos os rendimentos em função da inflação, aqueles que vendiam suas mercadorias (trabalhadores assalariados e capitalistas) lucraram de maneira desigual; aqueles que compravam, perderam (os consumidores em geral, e em parte os mesmos assalariados e capitalistas, só que estes ganhavam muito mais e perdiam muito menos). Só os que viviam de rendas fixas e apenas compravam, arruinaram-se (basicamente o Estado absolutista e a aristocracia). O Estado teve que criar

⁵⁶⁴ Michel Foucault. *Sorvegliare e Punire*. Nascita della prigione. Turim, Einaudi, 2005. Nessa análise, a prisão e outras instituições de confinamento não são considerados um avanço nos sentimentos morais e humanitários, mas uma mudança de estratégia do poder, visando o *disciplinamento e a docilização dos corpos*.

⁵⁶⁵ Michel Foucault. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977, pp. 64-86. Foucault pensou o “sistema de encerramento isolado” da era clássica-burguesa de modo social e ideologicamente mais abrangente, como base de uma “microfísica do poder”: “Sonha-se que essas fortalezas ideais não tenham contato com o mundo real: inteiramente fechadas nelas mesmas, viveriam só dos recursos do mal, numa suficiência capaz de prevenir o contágio e dissipar o terror. Formariam, em seu microcosmo independente, uma imagem invertida da sociedade: o vício, o constrangimento e o castigo refletiriam como em um espelho a virtude, a liberdade e as recompensas que fazem a felicidade dos homens”.

outras formas de arrecadação (venda de títulos da dívida pública, e a venda de cargos e títulos de nobreza, que antes eram monopolizados pela nobreza de nascimento).

Paul Mantoux⁵⁶⁶ acentuou o papel do comércio e das cidades no surgimento do capitalismo. As cidades, disse Braudel, “nutriram-se do movimento”. Os grandes mercados urbanos surgiam das rotas percorridas pelos mercadores. A transição para compras e vendas contínuas teve início nas cidades europeias em fins do século XVIII. Essa nova forma comercial sofreu influência e também propiciou o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor; o grande entrave que impedia a expansão da economia era a falta de comunicação. A economia se organizava em torno dos mercados e feiras locais: os mercados eram semanais e as feiras anuais, duravam três semanas normalmente. O fraco e lento fluxo do comércio exigia ser confinado e conduzido por canais bem definidos. Com o desenvolvimento dos transportes no século XIX, as feiras e mercados se tornariam obsoletos na Europa ocidental (as feiras russas, porém, mantiveram sua importância por mais tempo, até já entrado o século XX).

Os métodos comerciais passaram por uma revolução. As bolsas de produtos aos poucos foram tomando lugar das feiras, funcionando diária e permanentemente, não poucas semanas ao ano. As compras se davam por amostras: os artigos vendidos às vezes nem existiam. O comércio se tornava mais especulativo. Surgiu a venda de títulos e termos ou transações de seguro, mediante as quais o produtor se garantia quanto a qualquer perda que pudesse sofrer através de flutuações no preço da matéria prima. Os seguros garantiam o pagamento de uma multa pré-estabelecida se o preço caísse; o comprador, por sua vez, garantia uma cobertura no valor eventualmente alterado do produto que desejava comprar. Havia um crescimento da confiança nos compromissos comerciais e na “honestidade dos negócios”. O mercado se diversificava, havia uma maior quantidade de suprimentos para ser vendidos. Com a modificação dos transportes a variedade de produtos provenientes de lugares diferentes era muito maior. Os comerciantes começaram a se dedicar somente às vendas, se especializando em alguns setores. As bolsas de produtos utilizavam os telégrafos ou outros novos métodos de

⁵⁶⁶ Paul Mantoux. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988.

comunicação para se relacionar com outras bolsas: isso acarretou a criação de um preço único internacional para os produtos, já que qualquer oscilação era notificada a todos os mercados. Os viajantes comerciais usavam novos meios de transporte para buscar compradores, o caixeiro-viajante surgiu no início do século XIX. A bolsa de produtos e o viajante comercial foram para a feira o que a ascensão das lojas permanentes foi para o mercado semanal.

As lojas foram se tornando variadas, passaram a ser dirigidas por um comerciante de artigos especializado: se tornavam assim *empresas* comerciais. Inicialmente pequenas e especializadas, se tornaram ulteriormente grandes e múltiplas. A loja múltipla representou um tipo diferente de organização, um exemplo de concentração de capital desacompanhado da ampliação da unidade comercial: as lojas passaram a ter múltiplas filiais. A *circulação* acelerada de mercadorias foi elemento prévio e condição da valorização do capital na indústria e no comércio.

Com a dissolução das vassalagens feudais, desmoronou-se o sistema feudal no campo e a organização corporativa na cidade. Com isso, o capital dinheiro oriundo do comércio através de todos os meios possíveis instalou-se nas manufaturas aproveitando-se do velho sistema urbano e da organização corporativa: “A transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constituiu a pré-história do capital”.⁵⁶⁷ Esse processo econômico ganhou fôlego graças à impulsão decisiva que recebeu por parte do Estado absolutista, em primeiro lugar na Inglaterra, onde houve uma paulatina transformação social da aristocracia no século XVII, “ainda que naquele momento, como agora, ela se denominasse aristocracia, estava há muito tempo se transformando naquilo que foi Luís Felipe [da França] muito mais tarde: “O primeiro burguês do reino””.⁵⁶⁸ No século XVI aconteceu uma cisão na nobreza da Inglaterra. A grande aristocracia do Norte aferrou-se a suas tradições feudais e,

⁵⁶⁷ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1.

⁵⁶⁸ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973, p. 41.

durante a década de 1530, beneficiou-se de uma reforma administrativa empreendida pela dinastia Tudor, por meio da qual parte de seus membros passou a ocupar cargos na nova estrutura burocrática do Conselho Privado, da Câmara Estrelada e do Tribunal de Alta Comissão. Os Tudor mantinham o aparato estatal não com base em um tributo nacional à moda francesa (a *taille*), mas com a venda de monopólios sobre certos artigos e sobre o comércio exterior, bem como com empréstimos compulsórios e confisco de terras eclesiásticas.

A dinastia iniciada por Henrique VIII (1509-1547), composta por Mary ("a sanguinária") e Elizabeth ("a Rainha Virgem") encetou a ruptura histórica que conduziu para o Estado Moderno ou "Nacional". Henrique VIII não herdou a Coroa, ele a conquistou (mandando executar o último dos Plantagenet). Derrotou Ricardo III no último episódio da guerra entre as casas reais de Lancaster e a de York (a "Guerra das Rosas"). Para conquistar apoio interno, apoiou-se em três classes sociais: a *gentry* (nobreza sem título), os *yeomen* (proprietários rurais sem títulos de nobreza) e os grandes comerciantes. Concluiu um tratado comercial com a Holanda (o *Magnus Intercursus*) considerado o primeiro marco da política internacional dos tempos modernos, visando a conquista dos mercados externos. Todos os reis da dinastia se empenharam no desenvolvimento da marinha e na conquista de mercados externos. Eles participaram da primeira expansão colonial europeia, rivalizando com França e Espanha, e o fizeram mais para o enriquecimento do reino do que para o domínio territorial, outra característica moderna.

Fato decisivo, Henrique VIII rompeu com o Vaticano, sob o pretexto da não anulação de seu matrimônio com Catalina de Aragão, convocando (1529) o Parlamento para legislar internamente contra o clero fiel a Roma, nascendo assim o anglicanismo, com o rei britânico sendo declarado "chefe supremo da Igreja e do clero da Inglaterra": a *nação* inglesa encetava seus primeiros passos mediante a ruptura com o poder supremo da Idade Média europeia, a Igreja de Roma, e a criação de uma igreja *nacional*. Junto com isso, Henrique VIII promoveu o desenvolvimento da administração estatal, reforçando a dimensão burocrática (portanto impessoal) do Estado. No Sul da Inglaterra, a pequena nobreza progressista, a *gentry*, não enveredou pelo parasitismo do Estado e passou a

dedicar-se com vigor à produção de lã para a auspiciosa indústria de tecido voltada para o mercado interno e externo.

A inserção da *gentry* no âmbito da circulação de mercadorias está na raiz dos cercamentos de terra, ou *enclosures*. O entrelaçamento dos interesses econômicos da nobreza do Sul com a burguesia manufatureira e comercial do Norte deveu-se à origem burguesa dessa fração nobre recentemente criada, que havia ingressado na *gentry* mediante compra de terras confiscadas e de títulos nobiliárquicos. Os cercamentos típicos do século XVI foram acompanhados pela difusão coetânea da grande manufatura têxtil na zona rural, longe dos óbices à sua expansão inerentes às rígidas regras das corporações de ofício das cidades. Floresceu assim o denominado “sistema doméstico” de manufatura têxtil. A “revolução agrária” inglesa se transformou no prólogo da Revolução Industrial. Paralela e organicamente com o processo de mudança interno, Inglaterra envidou sua expansão internacional. Henrique VIII concedeu cartas patentes a John (Jean) Cabot para descobrir uma rota setentrional que levasse a Catai (nome então dado à China) e às ilhas das especiarias. Os ingleses começaram sua política colonial durante seu reinado, que promoveu a indústria naval, como forma de expandir o comércio para além das Ilhas Britânicas.

Sua chegada às rotas mediterrâneas que conectavam Europa com Ásia Menor e o Oriente Médio desafiou o monopólio de Veneza, questionado a partir da explosão do conflito turco-veneziano (1566-1573): “A convergência de interesses políticos e comerciais entre os ingleses e o Império Otomano mostrou-se fundamental para lançar as bases da supremacia inglesa no tráfico mediterrâneo, graças à comum hostilidade de ingleses e turcos contra os espanhóis. Os ingleses conseguiram obter condições muito convenientes nas capitulações com o Império (1580), cujo governo estava interessado no fornecimento pela Inglaterra de material estratégico, essencial para seu esforço bélico contra Espanha e as outras potências católicas. A proibição papal de vender armas aos muçulmanos não era respeitada pela Inglaterra protestante. As navas inglesas, aproveitando tarifas alfandegárias privilegiadas (de 3%, contra 5% para franceses ou venezianos) começaram a exportar para o Império chumbo, estanho, aço e até pólvora e armas de todo tipo. Relevante para a guerra corsária inglesa contra os espanhóis se revelou o apoio logístico dado a Inglaterra nos portos sob o controle otomano

(da Albânia até o Norte da África), que lhes garantiu bases de reabastecimento assim como novos mercados”.⁵⁶⁹

Em 1592 nasceu em Londres a *Levant Company*, produto da fusão da *Turkey Company* com a *Venice Company*, que dinamizou o comércio inglês na região, diversificando-o: às matérias primas mencionadas se agregaram produtos têxteis, ou seja, *manufaturados*: os leves e coloridos tecidos ingleses, mais baratos e chamativos que os locais, conheceram grande sucesso no Império Otomano e em toda a Ásia Central. Uma indústria nascia e crescia na ilha britânica, baseada num mercado *internacional* quase que de saída. A acumulação comercial preparava o terreno para a grande indústria, ou seja, para a *acumulação capitalista*.

As primeiras *colônias* britânicas propriamente ditas foram fundadas durante o reinado de Isabel I, quando Francis Drake circunavegou o globo nos anos entre 1577 e 1580 (Fernão de Magalhães já tinha realizado o feito em 1522). Em 1579, Drake chegou à Califórnia e proclamou a região de “colônia da Coroa”, chamando-a de *New Albion* (“Nova Inglaterra”), mas não promoveu sua ocupação. Humphrey Gilbert chegou à Terra Nova em 1583 e declarou-a colônia inglesa, enquanto Walter Raleigh organizou a colônia da Virgínia em 1587, mas ambas tiveram pouco tempo de vida, sendo abandonadas por falta de comida e encontros hostis com as tribos indígenas do continente americano. No século seguinte, durante o reinado de Jaime I da Inglaterra, depois da derrota da Armada Invencível de Espanha (1588), foi assinado o Tratado de Londres, permitindo o estabelecimento inglês sobre bases firmes da colônia americana da Virgínia em 1607.

A dinastia Stuart, que sucedeu a dos Tudor, procurou acentuar seus poderes incrementando o parasitismo da grande aristocracia feudal do Norte, mediante a extensão dos monopólios, inclusive para abroquelar os tecidos; a expansão dos empréstimos compulsórios; a instituição de um imposto sobre o comércio, o *ship money*, que em 1637 John Hampden recusou-se a pagar, sendo por isso punido e tornando-se uma espécie de mártir da burguesia em ascensão. Tais medidas funcionaram como o estopim da crise entre a monarquia e o Parlamento, no início da década de 1640, que culminou na deflagração da guerra civil em 1642.

⁵⁶⁹ Maria Fusaro. *Reti Commerciali e Traffici Globali in Età Moderna*. Bari, Laterza, 2008, pp. 44-45.

A “primeira revolução inglesa” (1642-1649) teve sua origem na oposição do Parlamento (dominado pelos puritanos) ao rei Charles I (1600-1649), defensor da monarquia absoluta e da Igreja da Inglaterra, ainda próxima dos ritos romanos. Charles I foi derrubado pelos revoltosos e executado em 1649. Oliver Cromwell (1599-1658), como “Lorde Protetor”, impôs na sequência (1653) um regime puritano autoritário na Inglaterra, Escócia e Irlanda, acompanhado por “um singular grupo de homens (que) se compunha de fervorosos republicanos. No ato de escravizar o país, enganavam-se com a crença de que o emancipavam. O livro que mais veneravam [a Bíblia] lhes fornecia um precedente que estava frequentemente em suas bocas” (a ditadura de Moisés sobre o fraco, ingrato e descrente povo judeu, que foi a base de sua “salvação”).⁵⁷⁰ A guerra civil inglesa demarcou em campos opostos duas forças militares representativas das duas tendências históricas em confronto, nessa época de transição: de um lado a cavalaria realista organizada pela grande aristocracia feudal e, de outro, o Exército de Novo Tipo (*New Model Army*) sob a direção de Oliver Cromwell.

A vitória das tropas de Cromwell foi decisiva para a história ulterior da Inglaterra, pois encetou uma revolução social: “No sentido militar a guerra foi ganha pela artilharia (que só o dinheiro podia comprar) e pela cavalaria de Cromwell constituída por pequenos proprietários rurais. Sob o comando do Príncipe Rupert, os cavaleiros realistas atacaram com energia e destemor, mas eram completamente indisciplinados e desintegraram-se para se entregarem à pilhagem logo após o primeiro ataque. Na guerra como na paz, a pequena nobreza feudal não podia resistir à perspectiva de saquear. Ao contrário, a disciplina dos cavaleiros mais humildes de Cromwell não tinha falhas, porque era auto imposta. Graças à absoluta liberdade de discussão existente no exército, ‘sabiam pelo que lutavam e amavam o que sabiam’. Assim, atacavam na altura devida, só fazendo fogo no último momento, voltavam a formar e a atacar, até o inimigo ser vencido. As lutas do Parlamento foram ganhas devido à disciplina, unidade e elevada consciência política das massas organizadas no Novo Exército Modelo. Uma vez devidamente organizado e pago com regularidade, dotado de um comissariado e de técnicas

⁵⁷⁰ Thomas Babington Macaulay. *The History of England*. Londres, Penguin Classics, 1986.

eficientes, e com Cromwell nomeado chefe indispensável, o Novo Exército Modelo avançava rapidamente para a vitória, e os realistas foram definitivamente derrotados em Naseby”.⁵⁷¹

No momento mais radical da revolução inglesa do século XVII, uma maioria parlamentar chegou a apoiar os *levellers* (“igualitários” ou “niveladores”), que procuravam levar as ideias democráticas à sua conclusão lógica, atacando todos os privilégios e proclamando a terra como uma herança natural dos homens. Os *levellers* se concentraram na reforma política, mas o *socialismo* implícito da sua doutrina ainda se exprimia em linguagem religiosa. Seus herdeiros radicais foram os *diggers* (“cavadores”), muito mais precisos em relação à sociedade que desejavam estabelecer e que, totalmente descrentes de uma ação política de tipo normal, pois só acreditavam na ação direta.

A revolução inglesa do século XVII deteve-se, porém, nos limites políticos impostos pela classe economicamente ascendente (a burguesia), conciliou-se finalmente com a monarquia, e eliminou suas alas radicais, obedecendo, nas palavras de Isaac Deutscher, a uma constante histórica também verificada em outros processos revolucionários: “A revolução desperta o anseio popular latente de igualdade. O momento mais crítico em seu desenvolvimento é aquele em que os líderes sentem que não podem satisfazer esse anseio e manobram para sufoca-lo. Fazem o trabalho que alguns adversários chamam de traição da revolução... Dai a extraordinária veemência com que Cromwell atacou os igualitários de seu tempo”. O fantasma revolucionário da igualdade, no entanto, estava apenas dando seus primeiros passos modernos na Inglaterra do século XVII. Depois da Revolução Industrial, ele reencarnaria em uma classe social de contornos muito mais definidos.

Acrescente-se a isso que, depois da “Revolução Gloriosa” de 1688, a burguesia inglesa se fortaleceu ainda mais, e o país passou a ter a mais importante zona livre de comércio da Europa. O sistema financeiro era dos mais avançados. Na Inglaterra coincidiram assim a disponibilidade e a possibilidade de uma exploração ótima do capital líquido, com uma impulsão decisiva para o aproveitamento econômico das inovações e das descobertas técnicas. O capital comercial inglês acumulado era originado menos no crescimento da demanda externa e no comércio com as colônias do que na expansão do comércio

⁵⁷¹ Christopher Hill. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

interno. Os câmbios revolucionários estiveram precedidos pela revolução agrária e pelo crescimento da população, que registraram uma evolução paralela, causada pela exploração das terras disponíveis mediante métodos de cultivo mais intensivos.

Assim, ao longo do século XVII, através de duas revoluções e de uma série de medidas político-institucionais que se cumularam gradativamente, criaram-se na Inglaterra as condições históricas para a produção capitalista: em 1628, a Petição de Direitos; em 1651, os Atos de Navegação (protecionismo econômico); em 1679, o *Habeas Corpus Act*; em 1689, o *Bill of Rights*. As medidas protegiam a produção inglesa e a livre iniciativa do empresário individual, que adotariam a formado liberalismo econômico (consagrado mais tarde na fórmula francesa *laissez faire, laissez passer*) e do liberalismo político (livre arbítrio individual). Em 1694, em apoio ao sistema de dívida pública, foi criado o Banco da Inglaterra, que concedia créditos ao Estado, detendo o monopólio de emissão de moeda escritural (fiduciária) na região londrina e controlando financeiramente os bancos de outras regiões inglesas, agindo como um poderoso fator de unidade do mercado nacional.

Parte do processo "clássico" de acumulação originária se realizou através da transformação dos senhores feudais em proprietários burgueses; assim, na Revolução Gloriosa houve um compromisso entre os setores burgueses e os setores aristocráticos da sociedade inglesa. A aristocracia ficou com os cargos "decorativos" e sem transcendência do novo regime, crescentemente burguês. Inglaterra, além disso, no fim do século XVII, impôs uma política externa sistemática com vistas à dominação das colônias da América, por meio de um sistema moderno de tributação, comércio de escravos, dívida pública, protecionismo e ação do Estado.

A atuação do capital comercial na acumulação primitiva é visível também no tráfico de escravos negros originários da África, ou nas relações comerciais entre as colônias e as metrópoles. No fim do século XVII, o comércio de escravos e a sede dos europeus por metais preciosos proporcionavam grandes lucros: foi um período de acumulação acelerada, baseada na alta de preços, nos lucros elevados e nos salários muito baixos. No mesmo século o comércio triangular Europa-África-América proporcionou uma grande acumulação de dinheiro, que estabeleceu as bases de financiamento do

capitalismo industrial: “Conquista, pilhagem, extermínio; esta é a realidade de onde vem o afluxo de metais preciosos para a Europa no século XVI. Através dos tesouros reais da Espanha e de Portugal, das caixas dos mercadores, das contas dos banqueiros, esse ouro estava totalmente ‘lavado’ quando chegava aos cofres dos financistas de Gênova, de Antuérpia ou de Amsterdã”.⁵⁷²

Nesses primeiros centros financeiros da Europa, especialmente em Amsterdã, os inícios da acumulação capitalista em grande escala vieram acompanhados das *crises*. Inicialmente, elas foram atribuídas a fenômenos aleatórios, como foi o caso da *crise das tulipas*, a primeira crise moderna registrada, há 400 anos. Como foi que uma simples flor pôde originar uma crise comercial de envergadura? Uma flor é apenas um bem de consumo (até morrer). Um bulbo é um investimento (na mão de um cultivador) ou um bem patrimonial (na mão de um particular), um *capital*. As tulipas haviam chegado à Europa vindas do Oriente, em meados do século XVI. A flor, hoje identificada com a Holanda, era objeto de culto na Turquia, onde era chamada de *dulbend* pela semelhança da sua forma com o turbante, virou *tulband* nos Países Baixos, e daí, “tulipa” (“tulipán”, em espanhol), a “flor de Deus”.

No começo do século XVII, a flor já era muito usada na decoração de jardins e também na medicina. Tornada Holanda independente, depois da guerra contra Espanha, o novo pequeno país teve uma imediata vocação marítima, devido à sua localização geográfica, e também pela fraqueza momentânea das então potências do mar (Inglaterra, França e Espanha). Holanda virou logo um *carrefour* marítimo e comercial: com o saque do porto belga de Anvers pelos espanhóis, Amsterdã se transformou na “loja da Europa”, sendo aí criada a primeira Bolsa de Mercadorias e de Valores moderna. A tulipa se tornou um artigo de luxo e um símbolo de status social nos Países Baixos. Houve uma competição nas classes altas pela posse das variedades mais raras.

Os preços dispararam: “Uma isca dourada fispou tentadoramente um a um. Todos correram para os mercados de tulipas, como abelhas para um pote de mel”, escreveu Charles Mackay, num relato do evento escrito no século XIX. Em 1623, um bulbo podia custar milhares de florins, era trocado por

572

Michel Beaud. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981.

terras ou animais, chegando até custar mais do que uma casa. Comerciantes de tulipas conseguiam lucrar seis mil florins mensais (a renda média anual era de 150 florins). Em 1635, foram vendidos 40 bulbos por 100 mil florins (uma tonelada de manteiga custava 100 florins; oito porcos custavam 240 florins). O bulbo *Semper Augustus* foi vendido por 6.000 florins (uma unidade!) em Haarlem. As tulipas eram vendidas nas Bolsas de numerosas cidades holandesas, muitas pessoas vendiam suas posses no intuito de especular no mercado.

Alguns dos compradores-especuladores tiveram lucro, outros perdiam quase tudo o que tinham. Passaram a serem vendidos bulbos recém-plantados, ou ainda não plantados (contratos futuros de tulipa, preanunciando a Bolsa de Mercadorias e Futuros): isso foi chamado de "negócio de vento", nas tavernas se usava uma lousa para indicar as ofertas de preço. Até chegar a "crise das tulipas", que transcorreu entre 1636 e 1637. Em fevereiro de 1637, os comerciantes de tulipas não conseguiram mais aumentar os preços de seus bulbos, e começaram a vendê-los. A Bolsa estourou, propagando-se o pânico no mercado. Banqueiros deixaram de segurar contratos para compra de tulipas, estabelecidos a preços dez vezes maiores do que os preços de mercado atualizados; outros possuíam bulbos cujo preço virara bem inferior ao preço pago por eles.

Milhares de pessoas ruíram financeiramente. Muitos juízes consideraram os débitos maiores como tendo sido contratados em condições de especulação, portanto ilegais. Os contratos "podres" eram comprados por 10% de seu valor nominal. Foi a primeira "crise de sobreprodução" moderna a ser registrada nos anais históricos: os comerciantes estavam abarrotados de bulbos comprados antes da quebra, pois a Corte holandesa não obrigava a execução do pagamento desses contratos. Versões menores da "tulipamania" também ocorreram em outras partes da Europa, embora não nesse nível. Um dos seus efeitos foi a sofisticação do sistema financeiro (através dos contratos de seguro) e a criação de mecanismos como o mercado de opções. Primeira explosão especulativa da história, a crise das tulipas revelou a natureza intrínseca do mercado capitalista, sua cegueira básica e sua periódica necessidade de ajustes através de *crises*. Essa crise e as seguintes não teriam sido possíveis sem o novo papel histórico do *dinheiro*.

O dinheiro é quase tão antigo quanto a troca comercial, na medida em que esta supera o limite do escambo ocasional ou daquele realizado entre comunidades imediatamente vizinhas; a moeda apareceu como uma mercadoria especial que pudesse cumprir a função de equivalente geral de todas elas: "O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro".⁵⁷³ Do uso de objetos diversos de uso comum como moeda, passou-se para os metais preciosos, e daí para o papel moeda fiduciário prometendo pagar ouro ou prata, seguido pelo papel moeda de curso forçado, experimentado pela primeira vez, no ocidente, na França de inícios do século XVIII, embora haja evidências de seu uso na China um milênio antes. O valor dos metais preciosos se converteu na referência da moeda fiduciária.

A teoria pioneira do padrão-ouro, chamada de "teoria quantitativa da moeda", foi elaborada por David Hume em 1752, sob o nome de "modelo de fluxo de moedas metálicas" e destacava as relações entre moeda e níveis de preço (base dos fenômenos da inflação e deflação). Nesse padrão, cada banco era obrigado a converter as notas bancárias por ele emitidas em ouro (ou prata), sempre que solicitado pelo cliente. O dinheiro, finalmente, só na sociedade burguesa desenvolveu todas suas potencialidades como expressão da forma *total* ou *desenvolvida* do valor (pois as trocas comerciais podiam se realizar sem dinheiro, não assim a acumulação capitalista), potencialidades já presentes na mercadoria-dinheiro, reconhecida socialmente por todas as outras como tal, e como forma monetária do valor.⁵⁷⁴ São funções do dinheiro, em sua forma plenamente desenvolvida:

⁵⁷³ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Volume 1.

⁵⁷⁴ "O ouro não desempenha o papel de moeda diante das mercadorias, a não ser porque já desempenhava diante delas o papel de mercadoria. Igual a elas, funcionava também como equivalente, às vezes acidentalmente em trocas isoladas, às vezes como equivalente particular com outros equivalentes. Pouco a pouco começa a funcionar como equivalente geral, dentro de limites mais ou menos amplos. Desde que conquista o monopólio dessa posição na expressão do valor

1. *Medida de valor*: dá às mercadorias a medida na qual expressam seus valores, sob uma mesma denominação e fazendo-as comparáveis desde o ponto de vista da quantidade. A forma *moeda* tem sua origem nessa função;

2. *Meio de circulação*: ao estabelecer um equivalente geral mundialmente reconhecido, o dinheiro, facilita e acelera a circulação das mercadorias, que antes se realizava por simples troca, ou utilizando equivalentes ocasionais. Ao mesmo tempo, divide o ato da troca em dois atos distintos: a compra e a venda. É nessa divisão que aparece a possibilidade da crise, isto é, a interrupção da circulação de mercadorias; ou seja, quando um vendedor, que obteve dinheiro pela venda de sua mercadoria, não se transforma em comprador, preferindo guardar o dinheiro. É nessa função que tem sua origem o símbolo emitido pelo Estado (e, antes dele, por financiadores particulares) que pode substituir a mercadoria-dinheiro: o papel-moeda;

3. *Meio de pagamento*: quando um vendedor entrega sua mercadoria contra uma promessa de pagamento futuro - o comprador não possui a totalidade do dinheiro porque espera consegui-lo vendendo suas mercadorias, cuja produção leva mais tempo, etc. -, "o vendedor se transforma em credor, o comprador, em devedor. Como a metamorfose da mercadoria toma aqui um novo aspecto, o dinheiro adquire também uma nova função: transforma-se em meio de pagamento";

4. *Meio de entesouramento*: "Desde que se desenvolva a circulação de mercadorias, se desenvolve também a necessidade e o desejo de conservar o produto da primeira metamorfose, a mercadoria se transforma em crisálida de ouro ou de prata. A partir de agora as mercadorias são vendidas não só para comprar outras, mas também para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. A moeda retida em sua circulação petrifica-se, por assim dizer, e se transforma em tesouro, e o vendedor se transforma em entesourador";

5. *Dinheiro mundial*: como meio de troca entre diferentes mercados (países), a moeda assume toda a sua força. "No marco da circulação nacional, não é mais do que uma mercadoria que pode servir como medida de valor e consequentemente como moeda. No mercado do mundo, reina uma dupla medida de

do mundo das mercadorias, transforma-se em mercadoria-dinheiro, e é só a partir do momento em que já se transformou em mercadoria-dinheiro que a forma geral do valor se transforma em forma monetária" (Karl Marx, *O Capital*. Livro I, Volume I).

valor, o ouro e a prata". Quando acontece uma transferência de riqueza de um país para outro através da moeda, esta por fim funciona como a forma abstrata absoluta da riqueza, ou como "signo absoluto".

No comércio mundial, finalmente, as mercadorias desfraldam universalmente seu valor, e sua forma autônoma de valor se apresenta como moeda mundial. O dinheiro funciona plenamente como mercadoria cuja forma natural é simultaneamente forma imediatamente social de realização do trabalho humano abstrato. O comércio internacional, o desdobramento do mercado em mercado mundial, provoca o desenvolvimento do dinheiro em dinheiro mundial e do trabalho abstrato em trabalho social: o trabalho concreto se transforma em uma totalidade de diversos modos de trabalho. Quando desfralda todas suas funções potenciais, finalmente, o dinheiro pode funcionar como *capital*. Longe de atemporal, o dinheiro é também um produto histórico, de caráter mutável. Marx zombou dos teóricos (ingleses e franceses) que procuravam "a essência do dinheiro", como quem procura a "essência do amor", fora do tempo e do espaço. O neokantiano Georg Simmel, no início do século XX, publicou a que foi chamada de "obra prima da filosofia dos valores", a *Filosofia do Dinheiro*. O comércio seria o elemento decisivo da civilização; os homens civilizados seriam "animais que praticam o intercambio". A *troca* absorveria a violência social-animal preexistente nos seres humanos, e o *dinheiro* universalizaria a troca. A modernidade se caracterizaria por traços intrinsecamente ligados a vida monetária, como a aceleração do tempo, a monetarização das relações sociais, a ampliação dos mercados, a racionalização e quantificação da vida e inversão de meios e fins. O dinheiro seria o deus da vida moderna, pois na modernidade tudo gira ao redor do dinheiro e, ao mesmo tempo, o dinheiro faz tudo girar.⁵⁷⁵

⁵⁷⁵ Georg Simmel. *Zur Philosophie der Kunst*. Potsdam, Kiepenheuer, 1922. Simmel era considerado o símbolo do anacrônico liberalismo alemão, "com seu desprezo pelo militarismo e pelo materialismo e arrogando-se a superioridade de seus valores espirituais. Os seus representantes constituíam a casta dos professores, do clero, dos médicos e advogados, que se consideravam a *Geist Aristokratie* (aristocracia do espírito) superiores aos ricos vulgares, aos nobres vulgares e às massas vulgares. Despreocupados com os problemas sociais, sem quaisquer compromisso em política, satisfaziam-se com um liberalismo portas adentro, que não travava

O dinheiro seria, assim, a categoria transcendental realmente existente da socialização humana. Ele não teria vindo ao mundo, como disse o poeta citado por Marx, com sangue em uma de suas faces, mas com um convite a bater na outra. Na “filosofia dos valores” de Simmel, o capitalismo não seria uma ruptura histórica em relação às fases econômico-sociais precedentes, mas um fenômeno desenvolvido de um “processo civilizatório” sem solução de continuidade. O ponto nodal da passagem para a sociedade civilizada seria, assim, a passagem da economia natural para a economia monetária. Nessa abordagem, a ruptura histórica provocada pelo capitalismo fica deturpada, e a produção capitalista (extração de mais-valia) fica velada. No reino do capital, a mercadoria-dinheiro não é *fim*, mas *meio* da acumulação de capital. Desprovido de suas características históricas, o dinheiro se transforma em mistério insondável. Historicamente, o capital veio ao mundo a partir da, e graças a, uma forte tendência para a *perda de valor* do dinheiro, conhecida popularmente como *inflação*.

A inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro, que se expressa como aumento no nível geral de preços, um processo no qual ocorre aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Isso faz com que o dinheiro valha cada vez menos, sendo necessária uma quantidade cada vez maior dele para adquirir os mesmos produtos, o que estaria vinculado a um aumento no suprimento de dinheiro e a expansão monetária, visto como a causa do aumento de preços. Externamente, a inflação se traduz por uma desvalorização da moeda local frente a outras; internamente ela se exprime no aumento do volume de dinheiro e no aumento dos preços. Hiperinflação é uma inflação “fora de controle”, com encarecimento rápido dos produtos, recessão, e desvalorização acentuada da moeda. A inflação é tão velha quanto o uso da moeda, e foi enormemente acentuada com o surgimento da moeda fiduciária: crises inflacionárias já afetavam o Império Romano.⁵⁷⁶

batalhas e que se exprimia em uma abstrata oposição ao regime (imperial), no desprezo pelo Kaiser e nas caricaturas antimilitaristas do *Simplicissimus*” (Barbara W. Tuchman. *La Torre del Orgullo 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007, p. 333).

⁵⁷⁶ Um aumento de preços no Império Romano foi causado pela desvalorização dos denários que, antes confeccionados em ouro puro,

Para o surgimento do capitalismo, foi decisivo o fenômeno inflacionário de alcance europeu motivado pelo afluxo de metais preciosos, consecutivo à conquista da América. Se os efeitos da “revolução dos preços” do século XVI estão fora de discussão, não acontece o mesmo com suas causas. Para explica-las se atribuiu o surto inflacionário aos metais preciosos, mas H. Licher Van Bath não concordou: a alta geral dos preços teria sido anterior à vinda deles à Europa, o fluxo americano de metais preciosos não a explicaria. Os preços dos produtos agrícolas aumentaram antes disso mais do que os bens manufaturados e, também, mais do que os salários.⁵⁷⁷ A explicação (o fator desencadeante) da “revolução dos preços” seria, para Van Bath, a explosão demográfica: o aumento da população teria levado ao aumento da procura por produtos de subsistência e, conseqüentemente, a um aumento nos preços. Por outro lado, com o crescimento da população houve uma maior oferta de mão de obra, o que levou a uma depreciação dos salários. Houvera assim um forte estímulo à produção agrícola de subsistência, evidenciado pelo aumento da área cultivada, e também pelo aumento do conhecimento agrônomo.

A teoria de Van Bath foi proposta pelo “neoliberalismo” do século XX como alternativa à explicação da origem do capitalismo pela acumulação originária de capital, ou seja, pela violência estatal, tentando fundamentar o desenvolvimento da troca comercial e da acumulação de capital como uma tendência “natural e espontânea” da sociedade humana para superar o estágio da selvageria: segundo Friedrich Hayek o mercado seria uma tendência espontânea das sociedades para sair do estado tribal (a teoria do dinheiro como diferencial de civilização, de Simmel, encontrou também acolhida nessa seara).⁵⁷⁸ Uma divergência historiográfica

passaram a ser fabricados com todo tipo de impurezas. O imperador Diocleciano culpou a avareza dos mercadores pela alta dos preços, promulgando em 301 d.C. um edito que punia com a morte qualquer um que praticasse preços acima dos fixados pelo governo.

⁵⁷⁷ H. Licher Van Bath. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

⁵⁷⁸ Cf. Murray N. Rothard. Down with primitivism: a thorough critique of Polanyi. *Mises Daily*, Londres, setembro 2004; W. H. B. Court. *A Concise Economic History of Britain*. Londres, Cambridge University Press, 1954. O desenvolvimento do comércio nas sociedades ditas tribais não encontra lugar algum nessas teorias.

discutível sobre a origem de um processo inflacionário (porque minimiza o efeito da multiplicação por 30 do numerário circulante na Europa durante o século XVI, e cala sobre as origens econômicas do crescimento demográfico) foi erigida em evidência para fundamentar a atemporalidade do capitalismo.

A inflação secular provocada pela “revolução dos preços” foi, acima das controvérsias sobre sua origem, uma reviravolta crucial da economia europeia em direção do capitalismo: “Europa se expandiu nas Américas. Isto pode não ter sido determinante em si mesmo, mas foi importante. O ouro e a prata do Novo Mundo permitiram a Europa viver acima de suas possibilidades, investir acima de sua poupança, e aumentá-la por meio da revolução [alta] dos preços e o atraso dos salários. O próprio ouro era uma mercadoria, uma expansão geral do comércio subjaz a prosperidade do século XVI, que não foi um jogo nem uma miragem, nem tampouco uma ilusão monetária”.⁵⁷⁹ Não foi uma ilusão, certamente, mas sim uma maldição para seus agentes (Espanha e Portugal, as principais potências colonizadoras), cujas economias ficaram atreladas à *circulação* de mercadorias, deixando para outras economias a *produção* delas, sendo estas economias as que tomaram a dianteira na transição para o capitalismo. Segundo Fragoso e Florentino, isto correspondeu a um projeto das classes dominantes metropolitanas: “Como resposta inicial às dificuldades de uma sociedade aristocrática abalada pela crise do século XIV e à necessidade de afirmação de um jovem Estado Nacional, a expansão marítima e a ulterior colonização americana modificariam a antiga sociedade e economia lusitanas para preservá-las no tempo. Eis o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente, viviam dos recursos do ultramar”.⁵⁸⁰

⁵⁷⁹ Immanuel Wallerstein. *Op. Cit.*

⁵⁸⁰ João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Eles acrescentam que “havia uma aliança tácita entre os fidalgos e o pequeno comércio, no sentido de prevenir o crescimento dos grandes mercadores, e, pois, contrária à modernização que eles porventura pudessem implementar”. O caráter polêmico da tese não apaga os elementos reais em que se baseia.

Significa isso que a colonização europeia das Américas foi um empreendimento capitalista, inclusive de modo “involuntário” ou indireto, como sustentaram diversos autores (entre eles, o historiador brasileiro Caio Prado Jr, ou o argentino Sergio Bagú, entre outros)? A produção colonial majoritariamente voltada para o mercado mundial em expansão foi base comum das diversas sustentações dessa tese, acrescida da dissolução das relações feudais em curso nas metrópoles. Mas isto não significa que o capitalismo já vicejasse nos reinos ibéricos. Definir a empresa colonial como “capitalista” e a sociedade emergente como “capitalismo colonial”, significa não apenas não levar em conta esse pressuposto, mas sobretudo fazer tabula rasa do sistema de escravidão e trabalhos forçados em que se baseou o saque europeu da América. A colonização, por outro lado, não foi homogênea.⁵⁸¹ No Brasil, “virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados”.⁵⁸² O trabalhador branco que migrou para os trópicos, segundo esse autor, ao contrário daquele que migrou para o Norte, não veio empreender, mas explorar, negociar. Sua percepção sob a sociedade que emergia era de “tirar proveito”, não de permanência.

Milcíades Peña resumiu os argumentos da linha de pensamento que identifica o caráter capitalista da empresa colonial: “Bem entendido, não se trata do capitalismo industrial. É um capitalismo de *factoria*, capitalismo colonial

⁵⁸¹ Carlos S. Assadourian et al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

⁵⁸² Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1971. O que caracterizou o sistema colonial, na perspectiva desse autor, é: a) a relação senhor-escravo, marco da estrutura social em formação, que estabelece as relações de poder e assegura as condições de viabilizar a colônia como empreendimento comercial; b) a relação centro (metrópole) e a periferia (colônia), o Pacto Colonial, garantia do monopólio do comércio internacional, pela reserva aos mercadores metropolitanos a primazia das transações coloniais. Celso Furtado adotou esse pressuposto, reiterando que o comércio exterior, do qual as metrópoles europeias detinham o controle, tinha como eixo de funcionamento a economia escravista: para se reproduzir, o capital mercantil estava subordinado à lógica de se apropriar do trabalho escravizado, dos grandes estoques de terra e da produção em regime de monocultura para sua acumulação.

que, a diferença do feudalismo não produz em pequena escala e antes do mais para o consumo local, mas em grande escala, utilizando grandes massas de trabalhadores, e com o olhar posto no mercado; geralmente o mercado mundial ou, senão, o mercado local estruturado em torno aos estabelecimentos que produzem para a exportação. Estas são características decisivamente capitalistas, embora não do capitalismo industrial, que se caracteriza pelo salário livre”.⁵⁸³ Para Sergio Bagú, “o regime colonial de trabalho se assemelhava muito mais ao capitalismo que ao feudalismo”.⁵⁸⁴

A produção colonial tinha certamente um objetivo comercial (não de auto-sustentação) e um alvo mundial, mas era assente em relações de trabalho compulsório, ou na escravidão colonial. Tratava-se, portanto, de uma forma híbrida ou *de transição*, tal como aquela existente nas antigas cidades-estados italianas, embora com uma temporalidade bem mais longa. O domínio do capital comercial caracteriza à fase prévia do capitalismo conhecida como mercantilismo. O desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista. Outros autores sustentaram por isso que: “Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial não lhe restava alternativa política senão a de transplantar para a América o modo de produção dominante no além-mar”, isto é, o feudalismo, com a peculiaridade de que “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o *feudalismo colonial* teve de regredir ao escravismo”.⁵⁸⁵

⁵⁸³ Milciades Peña. *Antes de Mayo*. Formas sociales do transplante español para el Nuevo Mundo. Buenos Aires, Fichas, 1973: “(Se afirma) que a sociedade colonial produzia para o mercado, mas que (ainda assim) as relações de produção das quais brotava a mercadoria (as relaciones entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção) eram feudais, posto que se baseavam na sujeição pessoal do trabalhador. O erro deste critério reside em que a servidão não era o regime dominante na colônia. A obra de Bagú e as investigações de Silvio Zabala (entre outras) revelam categoricamente que nas colônias espanholas predominou a escravidão na forma de salário bastardo, sendo de menor importância a escravidão legal dos negros e o salário livre. Mariátegui reconheceu isto parcialmente”.

⁵⁸⁴ Sergio Bagú. *La Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Emecé, 1950.

⁵⁸⁵ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 28-29.

Com relação à suposta existência desse “feudalismo colonial”, foi observado que diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol que empreendia a conquista ou recebia a encomienda era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. Ou seja, não houve feudalismo colonial. A sociedade capitalista caracteriza-se pelo trabalho livre ou assalariado: o trabalhador é coagido economicamente a vender sua força de trabalho ao capitalista: não era essa a relação social predominante na colônia. Não se tratava, tampouco, de uma sociedade feudal, onde imperava a servidão em relação ao “senhor”, e uma produção primordialmente voltada a satisfazer as necessidades do feudo: na América, o trabalho forçado de indígenas ou escravos visava a produção em grande escala para o mercado mundial. A América não era uma exceção dentro das regiões colonizadas pelas potências: a acumulação originária de capital, e a primeira fase do capitalismo (cujo berço é a Europa), se fizeram notar pela imposição violenta do trabalho forçado nos países economicamente atrasados e colonizados (escravidão na África e na América, trabalho forçado na Ásia e na própria América), onde não tinham se desenvolvido previamente as premissas do modo de produção capitalista.

Para esses países, contudo, essa imposição significou um retrocesso social e econômico, um retrocesso histórico, feito em benefício do avanço econômico da Europa, como exposto por José Carlos Mariátegui, nos seus *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*: “A destruição da economia incaica - e da cultura que alimenta-va-se dela - é uma das responsabilidades menos discutíveis da colonização, não por ter significado a destruição das formas autóctones, mas por não tê-las substituído por formas superiores. O regime colonial desorganizou e aniquilou a economia agrária incaica, sem instalar uma economia de maiores rendimentos. Sob a aristocracia indígena, os nativos compunham uma nação de 10 milhões de homens, com um Estado eficiente e orgânico, cuja ação chegava a todos os âmbitos da sua soberania; sob a aristocracia estrangeira, os nativos foram reduzidos a uma massa dispersa e anarquizada de um milhão de pessoas, numa situação de servidão e *fellahismo*”.

No contexto desse debate historiográfico, ao “capitalismo colonial” acima exposto, foi oposto o “feudalismo

colonial” (Passos Guimarães ou Rodolfo Puiggrós) e até o “escravismo colonial” (Jacob Gorender): este autor (um dos principais do pensamento marxista brasileiro) sustentou a existência de traços peculiares de um *modo de produção escravista colonial*: a) A especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; b) O trabalho por equipes sob comando unificado; c) A conjunção do cultivo agrícola e do beneficiamento do produto no mesmo estabelecimento; d) A divisão do trabalho quantitativa e qualitativa. Na escravidão moderna (colonial), “o escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. No direito romano e nos regimes escravistas que nele se inspiram, a transmissão hereditária da condição servil se dava pela linha materna”.⁵⁸⁶

A organização econômica da produção de gêneros comerciais visava atender o mercado e não consistia em prover o consumo imediato dos produtores. Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, foi o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispunha de nenhuma autonomia, nem sobre o tempo de serviço, tampouco sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo. Decorre disso o alto custo da vigilância. Pois, diferentemente dos outros processos de trabalho, no escravismo colonial a vigilância intensiva visava o maior aumento da produção e evitar fugas de escravos, tendo em vista as perdas dos dias não trabalhados do escravo fugitivo e os custos com a busca e captura. A mecanização da produção, abrangendo o cultivo da planta e a transformação da matéria-prima, ou seja, a produção em grande escala, fez surgir o aperfeiçoamento técnico da atividade agrícola e de beneficiamento, “que envolvia notável complexidade nos engenhos de açúcar, desde a moagem aos sucessivos cozimentos, purificações, purgas, cristalização, clarificações, secagem, prensagem e

⁵⁸⁶ Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1994, p. 91. Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, é o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispõe de nenhuma autonomia, nem sobre o tempo de serviço, tampouco sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo.

encaixotamento”, traço característico da divisão social do trabalho no modo de produção escravista colonial, segundo Gorender. Bastam essas características para definir um modo de produção historicamente diferenciado, ou estamos diante de uma forma híbrida de transição, como no restante da América colonial?

Com relação à economia colonial em geral, “analisando-se o quadro mais geral do período e levando-se em conta ser seu traço fundamental a inauguração de uma economia mercantil de dimensões geográficas mundiais, constatamos configurações *sui-generis* e irredutíveis, quer ao feudalismo, quer ao capitalismo. Trata-se de período de acumulação primitiva de capitais, quando a economia mercantil ganhava espaço e disseminava-se, porém, a produção não se regia pelo capital enquanto relação social, mas apenas como riqueza acumulada no circuito mercantil”.⁵⁸⁷ O hibridismo de diversos modos de produção (escravidão, servidão, trabalho independente ou pequena produção mercantil, trabalho assalariado) foi a característica dos regimes coloniais. Nas colônias mais produtivas para as metrópoles, aquelas cuja produção destinava-se diretamente para o mercado mundial, aquelas, portanto, que davam seu sentido e função histórica ao sistema colonial, o regime de trabalho dominante, no qual se assentava a produção, foi a escravidão.

Pires e Da Costa sugeriram, por isso, outra categoria de análise: “O *capital escravista-mercantil* caracteriza-se por ser produtor de mercadorias e extrator de mais-valia, mas o faz pondo em movimento mão de obra cativa. A produção de mercadorias – exportáveis ou não – no Brasil escravista decorreria, portanto, da ação dessa forma do capital, a qual dominaria, além esfera produtiva propriamente dita, a circulação interna. No entanto, o capital escravista-mercantil possuía uma importante peculiaridade: ele não garantia sua própria reprodução no tempo. Isso ocorria porque sua área de atuação restringia-se ao plano interno à colônia, estando isolado do plano externo, do qual necessitava para realizar a produção exportável e obter mão de obra. Para pôr-se em contato com a economia internacional, portanto, ele necessitava da mediação do capital comercial, que atuava como uma interface entre a colônia e os mercados externos. O capital comercial, além de

⁵⁸⁷ Vera Lúcia A. Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 27.

desempenhar essa função de interface, também teria sido o responsável pelo estabelecimento da empresa colonial, através do povoamento e da valorização das terras do Novo Mundo. Depois de realizada essa tarefa inicial, porém, passou-se progressivamente a desenvolver o capital escravista-mercantil no plano interno da colônia”.⁵⁸⁸

O domínio relativo do capital mercantil significava que o capital ainda não tinha penetrado decisivamente a esfera da produção. Com relação à suposta existência de um “feudalismo colonial”, já foi observado que diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol ou do português que empreendia a conquista, e recebia a *encomienda* ou importava escravos, era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. A polêmica, em boa medida, esqueceu o caráter eminentemente parasitário (saqueador) do sistema colonial implantado pelo capital comercial, que carecia das características que deram base de sustentação histórica ao feudalismo ou ao capitalismo na Europa.

O parasitismo econômico das potências europeias pioneiras do antigo sistema colonial foi também um obstáculo para sua transformação capitalista (sua “modernização”): “À medida que o século [XVII] avançava, pessoas ponderadas detectaram uma mudança operar-se na Espanha metropolitana, primeiro lentamente, e depois numa convulsão. A prosperidade, que parecia ter subsistido na posse dos metais preciosos, tinha simplesmente deixado a Espanha de lado. O país tinha se tornado, numa formulação da época, nas Índias do estrangeiro, irremediavelmente indigente, explorado pelos vizinhos, fraco, endividado e árido: era como se a prata fosse uma doença contagiosa, como a sífilis que os homens pensavam que Colombo tinha trazido de volta, e não menos destrutiva. A prata de Potosí entrava através de Cádiz e Sevilha e passava rapidamente através dos portos costeiros da Cantábria e do Mediterrâneo, em troca de produtos importados de qualidade inferior a preços sempre mais altos, e salários dos trabalhadores em ascensão; ou era esbanjada nos exércitos atolados no lodo da Holanda tentando debelar a revolta holandesa”. Entre 1531 e

⁵⁸⁸ Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa. *O Capital Escravista-Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo, EDUC, 2010, p. 145.

1570 a prata americana representou entre 85% e 97% do metálico importado por Europa.⁵⁸⁹

Como concluiu esse processo? “A partir da virada do século XVII, os preços em Sevilha eram provavelmente cerca de quatro vezes o que tinham sido quando Colombo partiu em direção ao ocidente. Don Gerónimo de Uztáriz, secretário do Conselho de Índias, estimou mais tarde que cerca de cinco bilhões de dólares tinham vindo da América para a Espanha desde 1492, dos quais, a partir de 1724, apenas cerca de um bilhão permanecia em moeda e em prataria doméstica e eclesiástica. No grande retábulo dourado da catedral de Sevilha ou nas igrejas barrocas do México, Peru e Equador, veem-se os vestígios de um esforço psicológico desesperado: o de esterilizar os metais americanos do seu conteúdo monetário e dirigir o resíduo ornamental para as sensações de admiração e fé. Isso, essencialmente, é o barroco na arquitetura religiosa. Quanto ao remanescente, foi para a França, a Holanda, Inglaterra e o Báltico”.⁵⁹⁰ Isso já era notado pelo espanhol Cantillón, em 1780: “A conquista de América fez elevar os salários nos séculos XV e XVI, quadruplicando o preço dos produtos alimentícios [na Espanha] no século de Carlos V e Felipe II. Como as outras nações não tinham incrementado a massa de dinheiro, seus salários não se elevaram significativamente, e puderam desenvolver alegremente sua indústria, enquanto a nossa declinava. Espanha ganhou momentaneamente riquezas em moeda corrente, mas perdeu suas manufaturas e, gradualmente, seu consumo”.⁵⁹¹ Quando essas palavras eram escritas, a Revolução Industrial inglesa se encontrava em andamento.

A colonização da América e da África agiu decisivamente para impulsionar o capitalismo na Europa. Mas, se Espanha, junto a Portugal, foi impulsionadora da “revolução comercial” que acelerou a crise geral do feudalismo europeu, se esses países foram os primeiros em conquistar sua unidade

⁵⁸⁹ Earl J. Hamilton. *Op. Cit.*, p. 40.

⁵⁹⁰ James Buchan. *Desejo Congelado*. Uma investigação sobre o significado do dinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. A expressão “dólares” encontra-se no texto, provavelmente se trate de pesos espanhóis, transformados em dólares pelo tradutor da obra (antes da criação formal do dólar, era dado esse nome genérico de origem alemã aos pesos espanhóis, nas ex colônias inglesas).

⁵⁹¹ *Apud* Pierre Vilar. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 45.

territorial e enfraquecer a nobreza, e as primeiras potências colonizadoras da América, não foram, porém, as principais beneficiárias desta, pelo fato de carecerem de uma burguesia capitalista capaz de se impor sobre o antigo regime de produção e de impor um sistema econômico baseado no trabalho livre.

A conquista e a colonização fortaleceram nesses países o capital (burguesia) comercial, forma precedente e antagônica do capital como modo *de produção*: “A lei segundo a qual o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista se verifica mais claramente nos povos nos quais o comércio é um comércio de intermediários”,⁵⁹² o que era exatamente o caso dos países ibéricos. O papel que justificou e explicou o surgimento e funcionamento do sistema colonial era a geração de recursos por meio do comércio de produtos agrícolas que elas produziam, e da venda de manufaturas metropolitanas para as mesmas, gerador da acumulação primitiva de capitais, estes surgidos do movimento comercial e empregados no processo de avanço tecnológico das manufaturas. Essa transformação levou o Antigo Regime a uma crise econômica estrutural, a partir da qual o capitalismo comercial deu lugar ao capitalismo industrial, centrado no lucro fabril. O papel da colonização dos trópicos foi montar bases estáveis para a produção de bens agrícolas que gerassem lucros mercantis às suas metrópoles.

A acumulação capitalista que esse regime proporcionou levou, mais tarde, ao inevitável avanço tecnológico e ao deslocamento do núcleo gerador de capital: este passou a ser fruto da fábrica e da produção em série das máquinas, que inaugurou um novo regime econômico, social e produtivo na Europa. O fundamento e objetivo das colônias, ou melhor, do sistema colonial, foi o de produzir lucros mercantis e servir como escoadouro da crescente produção manufaturada. Fernando Novais argumentou que o papel que justifica e explica o surgimento e funcionamento das colônias (e do próprio sistema colonial) foi a geração de recursos por meio do comércio de produtos agrícolas que elas produzem, e da venda de manufaturas metropolitanas para as mesmas, gerador da acumulação primitiva de capitais, surgidos do movimento comercial, e empregados no processo de avanço tecnológico das

592

Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

manufaturas. Essa transformação levou o Antigo Regime a uma crise histórica; o papel da colonização dos trópicos foi montar bases estáveis para a produção de bens agrícolas que gerassem lucros mercantis às suas metrópoles. A acumulação que esse regime proporcionava levou, mais tarde, ao inevitável avanço tecnológico e ao deslocamento do mecanismo gerador de capital.

O capitalismo industrial nasceu das necessidades de se tentar novos métodos de acumulação de capital, visto que a concorrência entre nações europeias para vender produtos agrícolas aumentava, e já não havia o exclusivismo de um país ou outro nesse comércio (muitos outros países as produziam na América), o que provocava baixa de preços; grande número de conflitos internacionais, desestruturando suas economias; excessiva acumulação de capital (principalmente no caso inglês) que não comportava vultosos investimentos agrícolas (área econômica instável) e procurava novas alternativas. As contradições e deficiências econômicas do capitalismo comercial geraram outro capitalismo, o industrial, que mantinha os mesmos parâmetros (objetivos) de funcionamento, mas possuía também enormes diferenças. As colônias não mais geravam capitais, mas matérias-primas para as indústrias; era mais lucrativo dispor delas não como territórios acoplados à metrópole, mas como países cujas economias fossem dela dependentes, como fornecedoras de insumos e escoadouro de produtos manufaturados.⁵⁹³ O sistema colonial, nascido de necessidades comerciais das potências europeias, prologou e deu base econômica à acumulação capitalista.

16. TRABALHO COMPULSÓRIO, ESCRAVIDÃO E PIRATARIA

A escravidão assalariada dos operários na Europa exigia, como pedestal, a escravidão sans phrase no Novo Mundo (Karl Marx, O Capital)

Todo livro de história é um relato de crime, tortura e injustiça; todo jornal, um ensopado de sangue e vergonha (Isaac B. Singer, Amor e Exílio)

⁵⁹³ Cf. Fernando Novais. *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*. Séculos XVI-XVII. Lisboa, Livros Horizonte, sdp.

O sistema colonial americano fez prosperar como nunca no passado o comércio e a navegação mundiais. No período manufatureiro a supremacia comercial era a que proporcionava o predomínio industrial, antes da indústria capitalista se transformar na mola propulsora do comércio internacional. A dívida pública, cujas origens estão em Gênova e Veneza, apoderou-se de toda a Europa durante esse período: ela tornou-se “o credo do capital” (“Ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha que se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária”).⁵⁹⁴ Converteu-se em uma das alavancas mais poderosas da acumulação capitalista, pois criou uma classe de capitalistas ociosos; enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que serviam de intermediários entre o governo e a nação, deu origem ao sistema internacional de crédito: “O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo, as guerras comerciais, etc., esses rebentos do período manufatureiro desenvolveram-se extraordinariamente no período infantil da indústria moderna”.⁵⁹⁵

A *conquista* da América impulsionou decisivamente esse processo que, por sua vez, reagiu sobre aquela, transformando-a em *colonização*. Dada a abundância quase ilimitada de terras no Novo Mundo, as instituições coloniais tiveram que enfrentar o problema da obtenção e disciplinamento do *trabalho*, fator de produção mais escasso da empresa colonial. Todas as potências colonialistas, sem exceção, resolveram esse problema através de institutos de trabalho compulsório ou de escravidão das populações indígenas, e da escravidão africana. Os primeiros embarques de ouro americano

⁵⁹⁴ “O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu-lhe de incubadora. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação do Estado - seja ele despótico, constitucional ou republicano - imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é... sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se torna o credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública” (Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Seção VII).

⁵⁹⁵ *Idem*, Seção I.

foram obtidos através do saque e do extermínio das altas culturas indígenas americanas (incas, maias, astecas) localizadas no Peru, América Central e México. O saque sangrento das altas culturas ameríndias e a submissão sangrenta das tribos “atrasadas” foram as bases da conquista espanhola.

A colonização do “novo continente” exigiu meios mais estratégicos: “A colonização organizou-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: em primeiro lugar, o regime de comércio desenvolve-se nos quadros do exclusivo metropolitano. Daí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares das economias centrais; a produção organizava-se de molde a permitir o funcionamento global do sistema. Não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias europeias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial do comércio, o comércio colonial; é o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital) que comanda todo o processo de colonização. Isto obrigava as economias coloniais a organizarem-se de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de *formas de trabalho compulsório* ou, na sua forma limite, o *escravismo*”.⁵⁹⁶ Segundo uma anedota famosa, um grande capitalista inglês, o Sr. Peel, “pegou 50 mil libras, trezentos trabalhadores e lá se foi para a colônia do Swan River na Austrália. O sr. Peel imaginava que os homens iriam trabalhar para ele, como acontecia na Inglaterra. Mas, chegando à Austrália, com terras abundantes — até demais —, seus peões preferiram trabalhar por conta própria, como pequenos sitiantes, em vez de ser assalariados do sistema capitalista. A Austrália não era a Inglaterra, e não sobrou um criado sequer para arrumar a cama ou trazer água para o proprietário”. A solução para evitar que os trabalhadores se dispersassem e fossem “rapar a terra” foi a escravidão.

A escravidão assalariada na Europa exigia como base a escravidão pura e simples nas colônias. Ela assumiu dimensões de hecatombe demográfica na África e na América. Na África, a

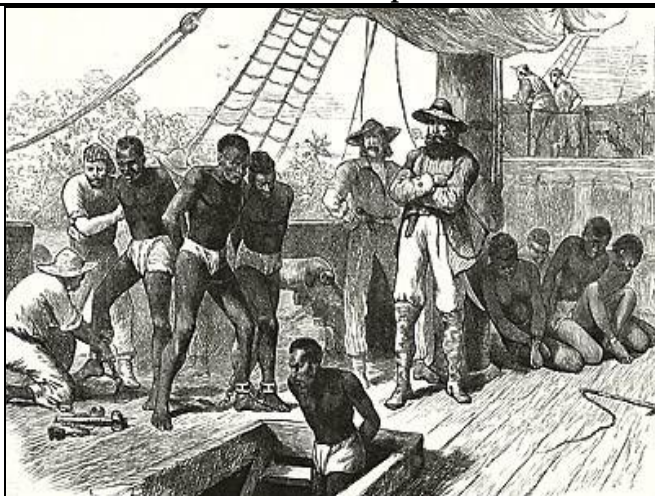
⁵⁹⁶

Fernando Novais. *Op. Cit.*, p. 56.

captura para venda de escravos negros começara em 1441, quando Afetam Gonçalves sequestrou um casal na costa ocidental do Saara para presentear o rei de Portugal, que o recebeu com prazer e aguçada visão comercial da potencialidade do “negócio”. Pois desde o século XIV existia na Europa do Sul um ativo mercado de escravos animado por traficantes árabes. A mão de obra era um bem raro e requisitado na Europa depois da dizimação populacional provocada pela Peste Negra (1347), e bolsões de escravidão tinham sobrevivido à queda do Império Romano nas atividades domésticas e nas zonas de agricultura intensiva.

Na África, a caça de potenciais escravos contou com a cumplicidade inicial de reis e mandantes locais, já habituados a usá-la “em casa” devido ao sub-povoamento do continente, que havia imposto o trabalho forçado ou escravo como meio de gestão e disciplinamento da mão de obra escassa na África subsaariana. O tráfico negreiro no Atlântico em direção das Américas, porém, atingiu dimensões qualitativamente muito superiores, perfazendo cifras que provocaram uma hecatombe demográfica e social na África:

1519-1600: 266.000 escravos africanos exportados à América
1601-1700: 1.252.800 escravos africanos exportados à América
1701-1800: 6.096.200 escravos africanos exportados à América
1801-1867: 3.446.800 escravos africanos exportados à América
Total 11.061.800 escravos africanos exportados à América



A média de escravos mortos durante a travessia atlântica nos navios negreiros foi estimada, para o período 1630-1803, em quase 15%. Qual foi o impacto demográfico desse “comércio” na África? Devido à falta ou a raridade dos censos populacionais no continente, existem só estimativas muito amplas, no entanto bem significativas. Em 1700, a região da África Ocidental submetida à caça de escravos devia contar com 25 milhões de habitantes. Um quarto deles foi caçado e escravizado. Um século e meio depois, em 1850, a população da região tinha caído para apenas 20 milhões de habitantes. As regiões mais afetadas foram Angola e o Golfo de Bénin. Mais impressionantes são as cifras relativas à participação percentual africana na população mundial. Considerando-se a população da Europa, África, Oriente Médio e as Américas, a população africana caiu, entre 1600 e 1900, de 30% para 10% da população “mundial” total.

O percentual seria menor se fosse considerada a China (excluída da estimativa), devido à sua grande população em constante crescimento durante o período contemplado. Considerado um crescimento demográfico médio, “normal”, a África subsaariana deveria ter tido, em meados do século XIX (quando aconteceu o fim, ao menos legal, do tráfico de escravos), uma população de 100 milhões de habitantes: tinha, nessa época, metade dessa cifra.⁵⁹⁷ Ou seja, a “África Negra” foi amputada, durante e graças ao tráfico negreiro, de metade de sua população real ou potencial, com consequências irreversíveis para seu desenvolvimento, em todos os sentidos possíveis da palavra. De todas as etnias africanas, os iorubas do Oeste africano foram os mais afetados pelo tráfico, mas houve também contribuições significativas de grupos da Senegâmbia (os mandenka), que aportaram mais de 30% dos escravos chegados à América espanhola depois de 1630, da África do Sul (falantes da língua bantu) e do Leste africano (falantes da língua bantu queniana).

Oito vezes mais africanos do que portugueses compuseram o futuro Brasil, principal destino do tráfico negreiro. Estes movimentos de migração compulsória foram acompanhados de uma importante migração europeia em direção das Américas, destacando-se as migrações espanhola (com uma importante presença basca, segundo revelaram

⁵⁹⁷ John Iliffe. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009, pp. 273-276.

estudos genéticos recentes coordenados pelo biólogo Cristian Capelli [*Unravelling the hidden ancestry of America admixed populations*] e britânica, que se misturaram em graus diversos com as populações locais e com a população de origem africana, com mais força no Caribe e em algumas regiões da América do Sul, configurando uma vasta população mestiça que, junto aos ameríndios e os africanos, foi majoritária em quase todas as regiões americanas até a grande migração europeia da segunda metade do século XIX, o maior movimento migratório da história mundial.

Porque existia a necessidade de escravos nas Américas? O povoamento das terras conquistadas por Castela foi dificultado pela falta de disponibilidade demográfica da Espanha na época da colonização: não havia excedentes de população suficientes para atender à necessidade da ocupação das novas regiões; situação diametralmente oposta ocorreu no início da colonização inglesa na América do Norte: no início do século XVII havia “gente sobrando” na Inglaterra. Na Espanha, ao contrário, não havia “excesso de população”. O mecanismo usado para a solução do problema da valorização de territórios americanos da Espanha foi a exploração compulsória dos nativos: os *repartimientos* e as *encomiendas* atuaram de forma eficaz nesse sentido.

A exploração do índio como força de trabalho sempre foi justificada para obtenção de recursos necessários à expansão do cristianismo. As exportações mineradoras se caracterizaram como atividade-meio para esse fim. Seu objetivo atendia ao financiamento da construção de um grande império colonial espanhol e católico. A existência deste condicionava a hegemonia da Espanha no contexto europeu, e facultava ao país a liderança no processo da Contrarreforma no continente. O Tribunal do Santo Ofício alcançou assim as áreas coloniais, a exemplo da cidade de Lima, onde a Inquisição teve um papel significativo. Por outro lado, a Coroa aplicava grande parte de seus ingressos na edificação de monumentos religiosos.

Segundo Celso Furtado, os primeiros 150 anos da colonização espanhola foram aqueles de predomínio da produção mineira (no Brasil, a primeira fundição de ouro foi criada em 1694; a cana-de-açúcar, no entanto, tinha sido introduzida desde 1530). Esse século e meio foi, segundo o mesmo autor, “marcado por grandes êxitos econômicos para a Coroa, e para a minoria espanhola que participou diretamente da conquista”. Nos seguintes 150 anos assistimos ao declínio da produção mineira e à

redução da interdependência das regiões. Mas o caminho aberto pela mineração seria percorrido por outros tipos de produção primária. O povoamento do Chile, baseado inicialmente produção de ouro, encontrou uma base permanente na agricultura de exportação, cujo mercado era o pólo econômico peruano. América espanhola compreendia quatro vice-reinados: os da Nova Espanha (México), Nova Granada (Colômbia), Peru e o do Rio da Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia). A produção agropecuária implicava uma ocupação efetiva do território, com um assentamento efetivo da população.⁵⁹⁸

A colonização efetiva do Brasil, por sua vez, não começou antes de meados do século XVI. Antes desse período, Portugal pouco se ocupou com o Brasil, preocupando-se mais com as rotas orientais de obtenção de especiarias e artigos de luxo. A descoberta do Brasil era questão de importância secundária para a metrópole. O mapa *Terra Brasilis* do *Atlas Miller* (de 1519) registrou desde cedo a geografia da extração de *pau brasil* (usado na Europa para obter a cor púrpura para o tingimento de vestimentas, até esse momento vinda unicamente de Oriente) entre Pernambuco e Cabo Frio, extração concedida e regulamentada pela Coroa portuguesa desde 1502. A expedição do espanhol Juan Diaz de Solís (1515), que descobriu o Rio da Prata, constatou a existência de um florescente comércio de *pau brasil* no litoral brasileiro.

Foi assim que o topônimo original de *Terra da Santa Cruz* foi substituído pela denominação de *Brasil* para denominar as novas terras americanas de posse de Portugal. Tratava-se ainda de empresas comerciais só litorâneas, deixadas na mão de particulares: só em 1513 foi designado um comissário da Coroa com o encargo de perceber impostos dos extratores-comerciantes. Os esforços portugueses de controlar também militarmente a costa brasileira foram uma ação de defesa, que visava impedir o estabelecimento de enclaves costeiras da França e da Inglaterra. Estes países não aceitavam a divisão do Novo Mundo entre os países ibéricos e estavam também interessados na extração do pau brasil, utilizado na fabricação e tingimento de lãs na Inglaterra e nos Países Baixos.

Durante a conquista, a aquisição de terra não fora o principal objetivo dos espanhóis, que estabeleceram no Novo Mundo uma sociedade organizada em torno de núcleos

⁵⁹⁸ Celso Furtado. *A Economia Latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

urbanos, a semelhança dos existentes no Sul da Espanha. Esses centros dependiam da população indígena camponesa, que proporcionava o abastecimento de alimentos. O sistema de *encomienda* parecia ser a fórmula ideal para as relações hispano-indígenas, ou seja, para submeter os indígenas ao trabalho compulsório. Assim, os encomendeiros percebiam tributos ou serviços pessoais, e deviam cuidar da instrução e evangelização do índio “encomendado”. Como instituição legal, a *encomienda* não implicava direitos sobre as terras dos índios, “beneficiados” pelas novas leis espanholas. Durante longo tempo, a demanda de terra foi limitada, em vista da grande densidade de agricultores indígenas em comparação aos diminutos grupos dos colonos europeus. Ainda assim, a redistribuição da terra foi uma característica do processo da fundação dos *pueblos* sul americanos.

Em meados do século XVI, a emigração espanhola para o Novo Mundo se elevou, multiplicando os assentamentos urbanos de espanhóis. Aumentou a demanda de alimentos, em particular dos produtos que os agricultores indígenas não podiam providenciar, como carne, trigo, açúcar e vinho. Um número crescente de espanhóis “encomendeiros” aproveitava o mecanismo legal da distribuição de terra, que os favorecia. As novas propriedades destinadas para pastos foram chamadas de *estancias*, enquanto as destinadas a vinhedos, cultura de grãos e vegetais foram chamadas de *chacras*.⁵⁹⁹ A atividade mineira criou as condições para a manutenção de uma estrutura agropastoril, desenvolvida para o abastecimento daquela, o maior mercado consumidor estruturado a partir da fixação da dominação espanhola.



O Cerro Rico de Potosí, centro colonial espanhol da mineração de prata, e financiador principal da revolução capitalista na Europa

⁵⁹⁹ Magnus Mörner. *Economía rural y sociedad colonial en las propiedades españolas de América del Sur*. In: Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona, Crítica, 1990 (cap. 4).

Em Potosí, principal centro mineiro produtor de prata na América do Sul, os espanhóis utilizaram a técnica nativa das *guayras*, e também fizeram uso das folhas de coca e das lhamas, que tiveram seus usos originais reorientados. As folhas de coca serviam como paliativo da superexploração à qual os nativos eram submetidos, seu mercado consumidor era garantido pelas minas; as lhamas desempenhavam papel essencial, principalmente por representarem o meio de transporte do cerro do Potosí com as mais diversas localidades. Espanha, metrópole mercantilista, necessitava que os envios de prata tivessem continuidade, haja vista que seus gastos com a manutenção da vasta região que compunha os domínios do reino eram muito elevados. Os núcleos abastecedores surgidos para atender à demanda potosina também exigiam a continuidade da sua extração. A exploração do “Cerro Rico” começou em 1545 e “durante o período colonial superou em produção total acumulada a soma de seus dois concorrentes, as jazidas mexicanas de Zacatecas e Guanajuato... com um grande auge em finais do século XVI, ao qual se seguiu um rápido esgotamento e inexorável queda da produção ao longo do século XVIII e do primeiro terço do século XVIII”.⁶⁰⁰

O vice-rei Francisco de Toledo introduziu a amálgama do mercúrio para a produção de prata, o que desencadeou uma grande elevação na produção: Potosi consolidou-se como centro gerador de intercâmbios, pois além dos núcleos agro-pastoris, foram estruturados vínculos vitais com Huancavélica e sua produção mercurial. Houve também o traslado da Casa da Moeda de Lima para o cerro argentífero. Potosi retratou o exemplo da opulência e da miséria colonial simultâneas: uma localidade onde houve a morte violenta de milhares de pessoas, índios, mestiços ou brancos, mas economicamente essencial para Espanha e para o vice-reinado peruano.

A transformação econômica e ecológica da América em virtude da colonização, ou seja, da completa reorientação de sua atividade produtiva, foi enorme. A primeira revolução que transformou o solo da Mesoamérica foi a invenção da própria

⁶⁰⁰ Enrique Tandeter. *Coacción y Mercado*. La minería de la plata en el Potosí colonial 1692-1826. Madri, Siglo XXI, 1992, p. 13. Cf. também: Silmara Marchetti. *Potosí: Central Productora de Prata e Geradora de Intercâmbios (1560-1570)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

agricultura pelos povos emigrados que ocuparam o continente dez milênios antes da era cristã. Com a colonização europeia se produziu a segunda revolução, que combinou o descenso brutal da população nativa com a penetração dos espanhóis em seu território, e a propagação de plantas e animais europeus. As sementes europeias se expandiram inicialmente pelas terras altas e irrigadas do México. Em poucos anos os grãos transformaram a paisagem tradicional dos campos indígenas, inauguraram a exploração de riquíssimas terras, introduziram o uso permanente de técnicas de cultivo espanholas, tais como o arado, a irrigação e a parelha de animais. Em meados do século XVII, as terras antes desoladas do Bajío mexicano haviam-se convertido nas terras agrícolas mais modernas, importantes e prósperas de *Nueva España*. A cana de açúcar foi outro veículo que contribuiu para a grande transformação do meio natural e social. Introduzida desde a década de 1530, exigiu fortes investimentos para converter o suco da cana em cristais açucarados.

A penetração da colonização europeia nas terras temperadas e quentes foi estimulada pela demanda europeia de produtos tropicais, como o tabaco, o cacau, o índigo, o anil, o *palo tinte* e outras plantas, que desde a segunda metade do século XVI passaram a serem exploradas em escala comercial. O impacto mais violento sofrido pela paisagem de Nova Espanha, no entanto, foi a introdução do gado, que chegou através das Antilhas. Entre as muitas surpresas que aguardavam aos colonizadores, nenhuma teve o impacto da prodigiosa multiplicação das vacas, cavalos, ovelhas, cabras, porcos, mulas e burros, que em poucos anos povoaram o continente e mudaram a fauna original e o uso do solo. O gado se espalhou pelo México e pela região da Bacia do Rio da Prata (onde, na piada de Milcíades Peña, se as vacas tivessem imaginação, teriam ali situado o Paraíso Terrenal) pela ação dos agricultores, os animais invadiram e destroçaram o cultivo aberto dos índios, transformaram terras de cultivo em campos de pastoreio, deslocaram o sistema de assentamento e reduziram os recursos alimentícios dos indígenas. Criaram-se estâncias de *ganado mayor* em terras baixas da zona tropical mexicana, onde diversas epidemias já haviam dizimado a população nativa.

Em finais do século XVI, nos novos territórios europeus no México, já havia mais de cem mil ovelhas, cavalos, cabras e vacas. Uma nova e extensa porção de terra foi incorporada à economia colonial. O gado, a agricultura e, sobretudo, as minas

de prata, levaram, de modo diverso, numerosas ondas de população branca, índia e negra a esses territórios, completando o processo de colonização. Surgiu o homem a cavalo, o vaqueiro ou gaúcho (nas planícies da região da Bacia do Rio da Prata) que, junto ao mineiro e ao missioneiro, foram as figuras centrais da colonização ibérica. Os animais constituíram a primeira força de tração usada no México, para o transporte e processamento do açúcar. As lãs proporcionaram comércio de exportação. Missioneiros franciscanos, dominicanos, agostinhos, jesuítas, carmelitas, tiveram papel importante na introdução de plantas e animais e de técnicas agrícolas e de irrigação (para as plantações de laranja, limão, peras, vinhedos e vegetais). A rápida transformação da agricultura americana, a produção de açúcar, a ligação entre pecuária, agricultura e mineração, as transformações econômicas provocadas pela pecuária, e o papel dos religiosos como introdutores de conhecimentos, alteraram para sempre a distribuição da terra.⁶⁰¹

Logo depois da conquista do México, o colonizador Hernán Cortês se apoderou para si e seus soldados das melhores terras, as que haviam pertencido aos chefes e funcionários militares e religiosos astecas. Os espanhóis não se interessaram pela agricultura: a agricultura indígena era suficiente para satisfazer a demanda. Plantavam com dificuldade e irregularmente, e de maneira frequente deixavam seus cultivos para dedicar-se a atividades mais lucrativas, como os saques dos indígenas. Cortês dispôs a repartição de terras em *peonías*, concedidas a todos os soldados *de pés* que haviam participado da conquista, e *caballerías* (cinco vezes maiores que as *peonías*), para aqueles que haviam combatido montados em cavalos. A partir da segunda metade do século XVI, o desinteresse dos espanhóis pela terra e pelas atividades agrícolas foi desaparecendo. Na segunda metade desse século ocorreu uma maior distribuição de terras, coincidindo com as grandes epidemias e a dizimação indígena, e provocando a definitiva limitação do espaço indígena. As transformações na distribuição e no uso da terra, como consequência da extensão da pecuária, estimuladas pela Coroa e pelos *virreyes* (vice-reis) que a representavam nas colônias, foram radicais. Grande parte

⁶⁰¹ Enrique Florescano. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España. In: Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*, v. 3. Barcelona, Crítica, 1990, pp. 92-121.

dessas enormes extensões de terra redistribuídas, no entanto, não foi cultivada ou dedicada à pecuária, mas apenas ocupada.

A decisão da Coroa de levar a cabo uma massiva distribuição da terra entre os colonos institucionalizou o processo de ocupação desordenada da terra, e deu estabilidade aos proprietários agrícolas, em um momento em que o descobrimento dos veios de metais preciosos e a exploração das minas, a expansão colonizadora e a decadência da agricultura nativa requeriam a criação de recursos alimentícios. A demanda e oferta de mercês de cavalaria e estâncias atraíram tanto velhos como novos colonos, dedicados principalmente a abastecer os centros mineiros. Do mesmo modo, a alta nos preços dos alimentos, e a abundante disponibilidade de terra, estimulou a formação das *haciendas* e ranchos mistos, quer dizer, com agrícola e pecuária, que rodearam as cidades e capitais administrativas. Durante o século XVI, a ocupação de terras sem título legal foi a prática mais comum para estender a propriedade.

No México, em 1591, aprovou-se a lei de regulamentação da posse das terras, e começou o pagamento de impostos. A distribuição das terras determinou, finalmente, as formas de exploração da mão de obra. A *hacienda* pôde estabilizar-se quando conseguiu criar seu próprio sistema de atração, manutenção e reposição dos trabalhadores. Tardou mais do que um século em consegui-lo, devido à luta mantida pela comunidade indígena, fornecedor principal de energia humana, em defesa de suas terras e organização social. Misturaram-se a utilização de mão de obra indígena por *encomenderos*, com os trabalhos temporais, forçados e especializados. À medida que os trabalhos oferecidos pelos espanhóis requeriam mais mão de obra permanente, os encomendeiros perderam lugar para o uso do escravo, tanto índio como africano. O *repartimiento* era um sistema mediante o qual os índios deviam trabalhar principalmente nas explorações espanholas: se não o fizessem voluntariamente, as autoridades coloniais poderiam forçá-los a fazê-lo.

A adoção do novo sistema de trabalho introduziu mudanças radicais nos povos e comunidades indígenas, devido principalmente a que antes da conquista, e ainda durante o período da *encomienda*, os índios produziam seus próprios meios de subsistência, como também os excedentes requeridos por seus dominadores, em um mesmo espaço e com os mesmos métodos de produção. Deixaram assim o lugar ocupado em

comum para participar da economia espanhola em funções específicas (mineração, agricultura e pecuária). A transferência massiva de trabalhadores para a economia colonial espanhola reduziu a capacidade de auto-sustentação que a comunidade indígena americana havia desfrutado anteriormente. Qualquer semelhança com a destruição dos *commons* na Inglaterra dos Tudor e dos Stuart não é mera coincidência.

A extração constante de trabalhadores impediu as comunidades ameríndias de produzir para o seu próprio consumo, incrementando sua dependência dos bens produzidos pela economia espanhola. Nos finais do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, os *hacendados* começaram a opor-se à repartição forçosa dos trabalhadores indígenas, levada adiante pelos *corregidores*, e reclamaram o direito de contratação em um mercado livre de trabalho, sem interferência das autoridades. A principal dificuldade continuou sendo a inexistência de um verdadeiro mercado de trabalho, pois os índios que podiam constituí-lo dispunham de seus próprios meios de subsistência, e compartilhavam uma cultura camponesa que tinha como base a organização da comunidade indígena. Posteriormente, a propriedade das minas e a expansão das *haciendas* que as abasteciam atraíram um fluxo contínuo de homens desarraigados, produtos da mestiçagem étnica.

As *haciendas*, as minas e centros urbanos, foram o crisol onde se forjou a nova população. As *haciendas* requeriam principalmente trabalhadores fixos; o grande problema das propriedades agrícolas era o de dispor de um número considerável de jornaleiros sazonais para as temporadas de semeadura, roçado e colheita. No século XVII, os *hacendados* (fazendeiros) mexicanos resolveram o problema mediante o arrendamento de parte de suas terras aos camponeses, sob um compromisso no qual estes se comprometiam a trabalhar para a fazenda durante períodos sazonais. Os mecanismos usados para atrair e reter os operários de forma permanente nas *haciendas* favoreceram a existência de um mercado livre de trabalho e o predomínio de uma remuneração em meios de subsistência (empréstimos, rações, moradia e direito de usufruto das terras da *hacienda*), ou seja, de uma mudança na composição da força de trabalho.

A força de trabalho permanente das *haciendas* não foi extraída dos povos indígenas, que conservaram seus próprios meios de produção e praticavam uma economia de auto-

subsistência, mas daqueles grupos que, por sua origem étnica ou social, careciam do direito à terra. Finalmente, quando a terra não foi suficiente para manter os habitantes da comunidade indígena, em virtude de seu crescimento demográfico e da limitação do espaço indígena, os índios tiveram que migrar para as *haciendas*, para as minas, ou para as cidades. A estratégia dos *hacendados* espanhóis foi a de apoderar-se das terras da comunidade indígena, para forçar esse processo, ou seja, obrigar os nativos americanos a trabalhar para eles, em um sistema que misturava a coação econômica com a compulsão extra econômica.

Grande parte do êxito econômico da *hacienda* foi consequência do valor excedente extraído da longa jornada de trabalho dos peões, e da exploração da família e da comunidade indígena. O restante vinha dado pela crescente adaptação da *hacienda* ao mercado. Depois da *encomienda*, a necessidade de trabalho permanente levou à compulsão do trabalho. A partir de 1630, os índios passaram a residir nas fazendas, como peões *encasillados*, surgindo a peonagem por dívidas (por adiantamento de roupas e dinheiro). A pressão sobre as comunidades indígenas vinculava-se à necessidade de trabalhadores. Onde houve grandes investimentos, ou concentração de riqueza importante, mas a população não aumentou, os reduzidos mercados originaram só pequenas estâncias pecuárias, que requeriam pouco investimento e escassa mão de obra; a maior parte dos alimentos que entrava na cidade procedia de agricultores indígenas. O restante da região era terra de pequenos agricultores e de comunidades de índios, ou seja, de população produtora e consumidora de seus próprios produtos.

O desenvolvimento regional desigual da colônia se explica pela função desta no sistema colonial como um todo. O setor agrícola mercantil de Nova Espanha (México) se concentrou em torno dos eixos que vinculavam a colônia com a metrópole: os complexos mineiros e os centros político-administrativos. Nos anos de abundância, o comércio de grãos diminuía consideravelmente nos mercados urbanos, devido a que boa parte da população indígena e mestiça podia contar com seus próprios cereais, cultivados em pequenas partes de propriedade familiar ou individual. Assim, uma boa colheita significava milho abundante e barato e contração do mercado devido o autoconsumo. Como toda empresa dedicada à venda

de seus produtos, a *hacienda* se organizou para obter um excedente que deveria beneficiar os proprietários.

Para a obtenção desse excedente se requeria incrementar o volume da produção comercial, dentro da própria *hacienda*, e ampliar a gama de artigos necessários para a produção e consumo doméstico. Os *hacendados* precisavam aumentar os benefícios das vendas, e reduzir ao mínimo a compra de insumos, para assim poder manter sua categoria e condição social, e adquirir os artigos europeus que eles não produziam. Uma maneira de atingir esses objetivos foi através da ampliação territorial da fazenda. As perdas ou ganhos das *haciendas* eram imprevisíveis, e dependiam das oscilações climáticas e das irregularidades da oferta e da demanda. Os proprietários buscavam prover suas *haciendas* com recursos necessários para combater os efeitos que produziam os fatores desestabilizadores. A aquisição de enormes extensões de terras serviu aos *hacendados* para combater seus concorrentes. As grandes extensões de terras das *haciendas*, e os numerosos hectares que esta mantinha em lavouras, eram o produto de uma lógica econômica.

A usuração das terras dos índios era a melhor forma de gerar mãos trabalhadoras para a *hacienda*, e o meio adequado para multiplicar os consumidores de seus produtos. Para os índios despojados de suas terras não havia mais alternativas do que alugar-se como peões nas *haciendas*, ou ir às cidades e engrossar o número de consumidores urbanos, ou fugir e refugiar-se nas zonas isoladas do país. Mas na selva, nas montanhas ou no deserto, os cultivos dos índios não competiam com os da *hacienda*. Assim, durante os séculos XVI e XVII, quando os mercados eram pequenos, a demanda fraca e os preços baixos, a maioria dos pequenos agricultores se concentrou no aproveitamento máximo dos setores dedicados ao autoconsumo, reduzindo os espaços dedicados a atividades comerciais. O dinheiro foi, assim, usado na colônia americana apenas como medida de valor, sem que cambiasse efetivamente de mãos, obstaculizando e/ou impedindo o processo de acumulação originária de capital.

Os grandes *hacendados* e os poderosos comerciantes das capitais, que monopolizavam a venda das mercadorias importadas de Europa, concentravam a riqueza e o dinheiro. Frequentemente o próprio *hacendado* abria um comércio na região, e tratava com os outros produtores nos mesmos termos em que o fazia o comerciante da capital, recebendo produtos

agrícolas em troca de bens manufaturados. O custo do intercâmbio desigual recaía sobre a mão de obra e sobre a comunidade indígena. Em última instância, ganhava a metrópole, onde finalmente fluíam os excedentes de toda a economia colonial. Ganhavam também, menos, a cidade colonial e seus intermediários. Perdiam os agricultores e, sobretudo, os trabalhadores e os povos índios. Os agricultores, além de vender grandes volumes de suas colheitas aos comerciantes, dispunham de mercados locais, que ao longo do ano lhes permitiam obter alguma receita monetária. Os grandes possuidores de terras controlaram o monopólio da oferta, devido ao monopólio das melhores terras perto dos mercados urbanos, o acesso que tinham ao crédito, e também graças aos nexos familiares e econômicos que possuíam com os funcionários encarregados do abastecimento alimentar das cidades.

Durante o século XVI, as principais cidades da região central do antigo império asteca, México e Puebla, eram abastecidas pelos agricultores indígenas; já nos séculos XVII e XVIII, elas passaram a ser abastecidas pela produção das *haciendas* que haviam crescido em seus arredores. Este processo se consolidou pela contínua simbiose de interesses entre *hacendados* e autoridades da cidade, que permitiu aos primeiros ocupar os cargos políticos principais, determinando que os regulamentos que regulavam o sistema de abastecimento favorecessem os grandes proprietários. A proeminência produtiva dos grandes proprietários de terras os induziu a construir moinhos para a moenda do trigo, que se converteram pontos de venda e centros de armazenamento da farinha que se consumia nas cidades. O monopólio da produção se completou com o controle do mercado urbano. Ao longo do século XVIII, o monopólio dos grandes *hacendados* se debilitou na capital, assim como em outras cidades importantes da colônia.

Nos finais do século XVIII as principais transações comerciais estavam nas mãos dos comerciantes. Se o proprietário não possuísse terras extensas, férteis e diversificadas, se não reduzisse ao mínimo seus gastos, não disporia de dinheiro acumulado ou crédito suficientes para investir na compra de terras e equipamento, e assim superar os períodos de queda da demanda e dos preços, sua *hacienda* não seria mais um bom negócio: não produziria excedentes monetários para obter os bens e serviços impostos pelo estilo de vida da elite colonial urbana, em que o consumo suntuoso era

uma das manifestações do poder e da posição social. A história da *hacienda* está vinculada à propriedade de capital monetário e de facilidades de crédito. As grandes propriedades não surgiram somente dos recursos gerados pela agricultura, destino da inversão dos rendimentos provenientes da *encomienda*, dos cargos públicos, da mineração e do comércio.

As autoridades metropolitanas proibiram intercambiar produtos entre as possessões espanholas da América. Isto tornou mais agudos os efeitos do ciclo das colheitas, das oscilações de preços e da demanda. Outra medida que repercutiu negativamente no desenvolvimento comercial da região foi a proibição da fabricação de qualquer artigo de consumo suscetível de competir com as manufaturas exportadas pela metrópole. Na realidade, essas medidas restringiam a agricultura única e exclusivamente ao cultivo de produtos básicos para abastecer os centros urbanos e mineiros, forçando-a a atuar só como subsidiária da produção de prata e outros produtos exportáveis e submetidos à taxaço metropolitana. A concessão do monopólio aos comerciantes do tráfico mercantil com a Espanha, com a Ásia e com as possessões do sul do continente e do Caribe, permitiu a eles realizar as maiores transações em dinheiro e recolher as maiores ganâncias resultantes do intercâmbio desigual do comércio entre Espanha e suas colônias. A relação entre Igreja e agricultura aprofundou as distorções do desenvolvimento agrário e fez mais instável a situação da *hacienda*. Os comerciantes acabaram sendo os principais beneficiários da mineração: o monopólio do crédito, do dinheiro e do comércio exterior nas mãos dos comerciantes acabou por criar instabilidade na propriedade da *hacienda*.

Excluindo a Igreja, os comerciantes ocupavam o topo da hierarquia colonial, impedindo, primeiro, os agricultores de participarem do comércio exterior, e logo os deslocando também do comércio interno. Ao mesmo tempo em que a colonização, o assentamento de migrantes e o crescimento populacional favoreciam o desenvolvimento da atividade agrícola e agropecuária, os colonizadores espanhóis e portugueses nunca perderam de vista o objetivo fundamental da obtenção de metais preciosos, através, inicialmente, do saque, e depois, da exploração da mão de obra indígena ou escrava com vista a arrancá-los da própria terra, que se supunha abundante em metais preciosos e nobres. Alguns nomes geográficos na América (Rio da Prata, escoadouro da

produção desse metal para a metrópole espanhola; Argentina, de *argentum*, terra [via] da prata) indicavam o objetivo ambicioso dos colonizadores, alimentado pela lenda de *Eldorado*, a cidade supostamente feita em ouro maciço.

As regiões que, em função desse objetivo econômico, tinham uma posição marginal, eram submetidas a tantas limitações que todo desenvolvimento econômico tornava-se impossível. Foi o caso de Buenos Aires, especialmente durante o século XVII,⁶⁰² uma “cidade” (ou melhor, uma “grande aldeia”) que só conseguiu sobreviver (afetada como estava por um déficit comercial crônico de enormes dimensões em relação à sua magra economia) graças ao contrabando com o Rio de Janeiro (e com o Brasil em geral). Com a instalação da “*aduana seca*” (alfândega) em Córdoba, ao Norte de Buenos Aires, a relação econômica entre as regiões mineradoras do Alto Peru e o litoral atlântico das possessões espanholas da América do Sul foi duramente afetada, o que, junto com a precariedade do sistema de *Flotas y Galeones* que garantia a comunicação com a metrópole, suscitou a expansão dos portugueses do Brasil em direção ao Oeste, conquistando imensas regiões que juridicamente pertenciam à coroa espanhola (e também determinou a circulação de grandes quantidades de prata no planalto paulista).

O latifúndio, como vasta extensão de terra adquirida à espera de valorização, e cuja função principal era a especulação imobiliária e não a produção agrícola, foi a característica fundiária da América de colonização espanhola. A queda da população possibilitou a formação de extensas propriedades do grupo étnico dominante. Nasceu desse modo o latifúndio extenso, com proprietários brancos, espanhóis ou *criollos* (brancos nascidos na América), mas quase nunca índios ou negros. A escassez de mão de obra, junto à abundância de terras, gerou a utilização desta última como forma de assegurar a primeira. Institucionalizou-se então o *minifúndio* (posse de extensões minúsculas de terra) no interior do latifúndio, para assegurar mão de obra barata e constante. A par desse processo, observou-se a “minifundização da periferia da formação

⁶⁰² Emanuel Soares da Veiga Garcia. Buenos Aires no século XVII. *Estudos* nº 15, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1989. Em 1652, quando a população de Buenos Aires era de 3100 habitantes, houve 446 óbitos (um para cada sete habitantes); nessa mesma década houve apenas oito matrimônios...

social", derivado da tentativa dos indígenas de escapar às relações sociais de submissão a um grupo étnico diferente. Esses padrões sobreviveram durante muito tempo. A consequência fundamental da despopulação é a de que o trabalho -e não a terra- passou a ser o fator de produção mais escasso. As instituições-chave da colônia foram aquelas que garantiram trabalho, a *mita*, o *repartimento*, e não as que garantiram terra, como as *mercedes de tierra*. A principal função da *encomienda* foi prover mão de obra e não território físico. Nessa situação, o trabalho livre teria que ser relativamente bem remunerado.

Dada a condição histórica de que o trabalho manual era pouco aceitável para os peninsulares, e dada a desigualdade fundamental no sistema de forças, devida às diferenças de armamento e treinamento, a escravidão se impôs como a solução lógica: "As instituições da colônia obedeceram a essa lógica, que não derivou das características intrínsecas do tipo de atividade econômica -mineração de prata aqui, plantação de açúcar ali- obras têxteis acolá- mas do fato de que o trabalho era o fator escasso de produção (...) A área cultivada foi tremendamente reduzida, dando-se origem ao latifúndio improdutivo e, nas regiões mais afastadas dos centros consumidores e das rotas de transporte, as terras foram simplesmente abandonadas, já que seu valor como bem de produção ou como bem de inversão era zero".⁶⁰³ Latifúndio, terras improdutivas ou desérticas, trabalho forçado ou servil, opressão étnica, estão unidos como elos da mesma corrente no sistema colonial americano.

Na metrópole espanhola, seu sistema econômico colonial a transformou crescentemente em intermediária da acumulação comercial mundial com centro na Inglaterra: "A debilidade congênita da Espanha, que se origina em sua estrutura econômica de exportadora de matérias primas (lã), e importadora de produtos manufaturados, se agravou com a conquista da América; a Espanha passou a contar com recursos monetários suficientes sem poder, contudo, abastecer suas colônias com os produtos manufaturados de que necessitam. A partir do século XVI, Espanha se converteu cada vez mais em simples intermediária entre as colônias americanas e a Europa

⁶⁰³

Gláucio Ary Dillon Soares. *Op. Cit.*

comercial e manufatureira".⁶⁰⁴ Apesar de sua debilidade relativa na concorrência mundial, os reinos ibéricos protegeram zelosamente suas possessões americanas, contra as investidas das mais dinâmicas Holanda e Inglaterra.

As relações entre a Coroa portuguesa e seus representantes com os colonos, na montagem do processo de colonização, eram marcadas pela concessão de prêmios e benefícios por parte da Coroa aos colonos que desempenhassem serviços variados, necessários à consolidação do domínio colonial. As principais recompensas eram a posse de terras distribuídas através de *sesmarias*; o provimento de cargos públicos; a concessão de títulos nobiliárquicos, dos quais o mais ambicionado era o hábito da Ordem de Cristo, embora fossem distribuídos hábitos das outras ordens, além do foro de cavaleiro-fidalgo e moço da casa real; a distribuição de *tenças*, pensões em dinheiro que, em geral, acompanhavam o hábito da Ordem de Cristo. Eram também solicitados direitos sobre a exploração da mão de obra indígena e a isenção de impostos, assim como a concessão de cargos e prebendas eclesiásticas (em virtude do padroado recebido pela Coroa portuguesa, a Igreja colonial se confundia com o aparelho de Estado).

As recompensas reais que permitiram a colonização portuguesa do Brasil eram solicitadas a posteriori, e o serviço prestado - que podia ir da participação numa guerra colonial até uma contribuição financeira à Coroa- era utilizado como justificativa. A Coroa também usava a possibilidade de mercês como forma de atrair pessoas para suas iniciativas. Os pedidos podiam ser feitos diretamente ao rei, ao Conselho Ultramarino ou, ainda, na própria colônia, aos representantes régios. A Coroa procurou criar normas para estes pedidos, principalmente após as guerras holandesas. A divisão das recompensas e a forma de acesso a elas indicam a distinção entre o "homem metropolitano e o homem colonial", como entre estes e colonos com ambições mais limitadas ainda, mas que recebiam pequenas parcelas desses benefícios.

Na colônia portuguesa americana, as *entradas* e *bandeiras* procuravam abrir o caminho, frequentemente deixando um rasto de sangue, em direção da rápida riqueza. No caso português, o ouro brasileiro ia para Portugal e dali - para pagar o excedente das importações sobre as exportações,

⁶⁰⁴ Ignácio Sotelo. *Sociologia da América Latina*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

ou déficit comercial, da metrópole - para a Inglaterra. Brasil e Portugal não foram apenas clientes muito importantes para as manufaturas inglesas, cujo crescimento estimularam na época em que o mercado europeu tendia ainda a recusá-las, mas apoiaram também seu desenvolvimento. Esse ouro, além de lubrificar as engrenagens da riqueza britânica durante o período que precedeu a Revolução Industrial, financiou largas parcelas do renascimento britânico no comércio do Oriente, através do qual o país importou tecidos de algodão mais leves para reexportá-los para os climas mais quentes da Europa, África, as Américas, e para os quais não tinha outros meios de pagamento a não ser o ouro brasileiro.⁶⁰⁵

A descoberta do ouro, em fins do século XVII, inaugurou um novo ciclo da economia colonial brasileira, o da colonização mineira (a exportação de açúcar estava em crise pela concorrência das Antilhas anglo-francesas). Diferentemente da colonização hispânica do Alto Peru (o Potosí, na atual Bolívia) não se exploraram minas através de técnica complexa e abundante mão de obra. Tratava-se de um trabalho artesanal: retirar o metal de aluvião, depositado no fundo dos rios, e se utilizavam poucos escravos (no entanto, chegaram muitos colonos brancos, cuja população pela primeira vez ultrapassou a africana). Este novo ciclo colonizador ampliou a área colonizada ao penetrar pelo interior brasileiro à cata de rios auríferos.

Desde o início da colonização portuguesa na América, o governo sempre esteve preocupado com o descobrimento de minas de metais preciosos. Somente depois das *entradas* e *bandeiras* foram descobertas as primeiras grandes jazidas de ouro na América portuguesa. Entrando continente adentro, buscavam principalmente índios que eram absorvidos pelo crescente mercado consumidor. Porém, havia também sempre o interesse por metais e pedras preciosas. Em 1696, finalmente foram localizadas as primeiras jazidas consideráveis de ouro. A notícia se espalhou pela colônia e pelo Reino e grandes ondas migratórias surgiram desde Portugal, das ilhas atlânticas, de outras partes da colônia e de países estrangeiros. De 1700 a 1760, calcula-se que por volta de 700.000 pessoas tenham

⁶⁰⁵ André Gunder Frank. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. Cf. também: Virgílio Noya Pinto. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

imigrado para o Brasil tendo como destino as Minas Gerais, fora os escravos africanos. Tais dados, se considerados proporcionalmente com a população do Reino, e mesmo colonial, são de grande vulto, visto que a população total do Reino não passava dos dois milhões de habitantes. No início, o governo português viu com bons olhos a imigração para a zona mineradora, visto que havia um excedente populacional em determinadas áreas, como as ilhas atlânticas, e desejava-se o quanto antes o crescimento da mineração.

Logo se observou que era necessário que se freasse o fluxo populacional, que gerava o abandono dos campos em Portugal e na colônia, assim como o crescimento do processo inflacionário devido à grande busca por produtos de primeira necessidade por parte dos mineradores com grande quantidade de dinheiro em mãos: "Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total carência de gêneros mais indispensáveis à vida".⁶⁰⁶ Essas crises de fome afligiram a zona mineradora por longos períodos, quando se chegou a interromper os trabalhos extrativistas para a produção de gêneros alimentares. As crises de fome foram fortes nos anos de 1697-1698, 1700-1701 e em 1713. As primeiras crises aconteceram quando os núcleos urbanos e as rotas para as Minas Gerais ainda eram extremamente precários.

A situação continuou a mesma por muito tempo, devido inclusive à ganância da Coroa portuguesa que prejudicou a população para defender monopólios lucrativos, como o do sal. Outro grande problema foi o despovoamento de grandes áreas devido às migrações internas para a região das Minas: regiões como as de Taubaté, Guaratinguetá e Itú foram fortemente abaladas devido ao descobrimento das minas auríferas. Mesmo o Nordeste, tradicional centro econômico da colônia, sofreu profundas alterações devido às minas. Os senhores de engenho, abatidos com a crise da cana de açúcar e interessados em grandes lucros, passaram a vender grande parte de sua mão de obra escrava para a próspera região das Minas, despovoando assim os canaviais. Este comércio era

⁶⁰⁶ Mafalda P. Zemella. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1990, p. 191.

ilegal e combatido. O contrabando, de escravos e gêneros de toda espécie, foi muito grande entre as regiões mineradoras e as dos canaviais. Provas disso são as suntuosas igrejas construídas por todo o Nordeste com o ouro das Minas.

Os principais problemas enfrentados pelos mineiros foram o afastamento dos centros de produção, a pequena produção nas zonas abastecedoras, a pouca tradição de comércio interno à Colônia, dificuldade de obtenção de moedas, poucos e precários meios de transporte, dificuldades na conservação de víveres e problemas com pesados impostos para a importação. Apesar disso, a zona mineradora conseguiu manter uma rotina de rotas de comércio que a mantinham sempre abastecida de todo o tipo de produtos necessários e supérfluos. Isto se deveu principalmente à rápida concentração de capitais, o que chamou a atenção de toda a colônia, que passou a produzir muitas vezes em função do mercado mineiro. A partir do rearranjo interno da colônia, não ocorreram mais as crises de fome, que geravam alta dos preços, paralisação dos trabalhos extrativos, dispersão dos mineradores, criação de roças locais, retorno de migrantes às suas regiões de origem e mortes por inanição.

Um problema enfrentado pela Coroa com relação às Minas Gerais foi relacionado à moeda. Inicialmente, adotou-se o ouro em pó como moeda, porém este sistema burlava facilmente o Real Erário, que buscava principalmente o imposto do quinto (como vimos, um quinto da produção mineira era destinado à Coroa): um truque muito comum foi o de adicionamento de outros metais ao ouro em pó, especulando-se assim sobre o metal. Procurou-se impedir a livre circulação do ouro em pó a partir da criação das casas de fundição em Vila Rica, Sabará, São João Del Rey e Vila do Príncipe, dentro do centro minerador. Desta forma, as barras de ouro com o selo real passaram a ser a moeda local, sendo o ouro em pó permitido somente em pequenas quantidades.

O sistema de coleta de impostos da Coroa era extremamente rígido na zona mineradora, pois o ouro e os diamantes eram transportados facilmente. Para evitar isso, criou-se uma cota anual obrigatória de 100 arrobas - aproximadamente uma tonelada e meia- de ouro. Quando tal taxa não era alcançada, supunha-se que a evasão havia aumentado e assim dividia-se entre a população a quantia "devida" ao governo. Os mineiros passaram a comprar escravos em um sistema de pagamento a prazo, com juros exorbitantes

de cerca de 25 a 30% ao ano. Imaginando que quantos mais escravos tivessem, mais ouro obteriam, muitos mineiros se endividaram e acabaram perdendo tudo o que tinham, inclusive escravos e jazidas. Outro fator foi a sonegação por parte dos próprios escravos, que muitas vezes escondiam parte do produto de seu trabalho e gastavam-no. Passaram a chegar à região produtos das mais variadas origens, desde louças e tapeçarias da China e da Índia, até veludos, vinhos e queijos da Europa. Devido aos altos preços dos produtos e às crises de fome, muitas vezes animais e escravaria passavam necessidades diretas por falta de alimentação e de itens muito importantes, tais como o sal.

Os escravos se revoltavam ou roubavam para tentarem amenizar sua situação. A suposta harmonia inter-classista e inter-racial da sociedade escravocrata, baseada na “cordialidade” do português-brasileiro, vê-se desmentida por essa história. A suposta progressividade desse enfoque torna-se relativa diante da sua consideração do escravo como puro objeto, incapaz de reação social organizada contra a exploração econômica e suas decorrências. Essa reação foi objeto, inicialmente, apenas da atenção de historiadores e sociólogos negros, como Abdias do Nascimento, Joel Rufino dos Santos ou Clóvis Moura.⁶⁰⁷ Enquanto muitas negras - escravas e forras - vendiam diretamente seus produtos nas jazidas propriamente ditas, lojas e vendas ajudaram a formar as primeiras aglomerações populacionais, que depois se tornaram vilas e cidades.

Um dos primeiros reflexos do *boom* econômico da zona mineradora foi a escassez de produtos e serviços, além da inflação nas demais capitanias da colônia portuguesa na América. As outras capitanias mantiveram-se estagnadas e sofreram com a debandada de alimentos, animais e prestadores de serviço. Passado o momento inicial de caos econômico, a colônia se reformulou em torno ao novo mercado consumidor, o que possibilitou o desenvolvimento de zonas especializadas na criação, engorda ou negociação de animais; o Rio Grande do Sul incorporou-se então ao Brasil em gestação como fornecedor de gado, charque e alimentos (suas primeiras indústrias foram a

⁶⁰⁷ Clóvis Moura. *As Injustiças de Clio*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, em especial o capítulo “Historiadores como intelectuais orgânicos do sistema escravista”.

produção de ferramentas e implementos para o mundo rural e o beneficiamento de matérias primas agropastoris). Tal especialização na produção pôde ser vista em todas as regiões da colônia. Enquanto o Sul se afirmava cada vez mais como o centro produtor de animais de carga e tração em grandes fazendas produtoras, a região de Curitiba passou a engordá-los.

O Rio de Janeiro foi o maior porto negreiro do mundo, fazendo com que o polo econômico da colônia se deslocasse do Nordeste para o Sudeste, entre os séculos XVIII e XIX: somente a futura “cidade maravilhosa” foi capaz, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, de “transferir a energia humana” necessária para alimentar os mercados e as explorações mineiras do Sudeste; o Nordeste colonial não conseguiu acompanhar seu ritmo, facilitado pelo fato das viagens entre África e o Rio serem 40% mais curtas do que a partir das Antilhas (outro grande centro consumidor de mão de obra escrava) e também do que dos iniciais centros coloniais situados no Nordeste brasileiro.⁶⁰⁸ Rio de Janeiro se tornou a principal cidade da colônia portuguesa devido à influência direta do próximo mercado consumidor mineiro, que com a abertura do *Caminho Novo* passou a se utilizar do porto carioca para as suas importações e exportações, em detrimento de Santos, no litoral paulista. A região de Sorocaba, especializou-se na comercialização dos animais de carga, criou uma grande feira de animais, que ocorria anualmente entre os meses de abril e maio; 30.000 animais eram vendidos anualmente, metade proveniente da região dos pampas. Até o surgimento deste novo mercado, a diminuta produção paulista era restrita ao seu próprio mercado interno. Após as Minas Gerais, São Paulo foi conquistando cada vez mais força e poder dentro da nova ordem econômica e social, passando em 1709 a ser uma província distinta do Rio de Janeiro.

As relações econômicas dentro do Brasil colonial sofreram grande incremento a partir da ação dos *tropeiros*, responsáveis pela formação de um grande movimento de comércio que acabou interligando diferentes e longínquas áreas da colônia.⁶⁰⁹ Sua ação teve como base a comercialização de

⁶⁰⁸ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

⁶⁰⁹ Gabriel Passetti. Interligando a colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *Klepsidra* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 2000.

bens importados da Europa, além do comércio de mulas provenientes das grandes fazendas produtoras no Rio Grande do Sul. O destino dos produtos era o mercado consumidor das Minas Gerais, aquecido pelas descobertas das jazidas auríferas e diamantinas. Não havendo produção de tais mercadorias na área mineradora, cresceu a força e a importância dos tropeiros, que passaram a abastecer a região tanto de produtos de necessidade básica para a alimentação quanto produtos de luxo procurados pelos novos ricos no auge da febre mineradora. A ação dos tropeiros, no século XVIII, com seus mercados em São Paulo e destino final nas Minas Gerais, resultou finalmente na unificação dos diversos núcleos coloniais portugueses, e possibilitou assim a criação de um conjunto colonial relativamente interligado.

Surgiram cidades especializadas em fornecer tropeiros: Mogi-Mirim, Campinas e Jundiaí, onde concentrava-se grande parte da mão de obra que após as feiras era empregada para levar as mulas até a região onde seriam vendidos e utilizados: "Outra característica da economia mineira, de profundas consequências para as regiões vizinhas, radicava em seu sistema de transporte. Localizada a grande distância do litoral, dispersa em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um complexo sistema de transporte. A tropa de mulas constitui autêntica infra-estrutura de todo o sistema. (...) Criou-se, assim, um grande mercado para animais de carga".⁶¹⁰ Primeiramente, os tropeiros se utilizavam do lombo escravo como meio de transporte para as suas mercadorias, mas com a abertura de novos caminhos e melhora dos antigos, passou a ser utilizado substancialmente o lombo das mulas para tal tarefa. Com a abertura do "Caminho Novo", do Rio de Janeiro diretamente para as Minas, o tempo de viagem caiu drasticamente para entre 10 a 17 dias dependendo do clima. São Paulo lutou pela extinção do novo caminho, mas as forças econômicas da metrópole falaram mais alto e o mantiveram. O comércio paulista praticamente faliu. Isto não ocorreu devido à descoberta de minas de ouro nas regiões de Goiás e Mato Grosso, locais que se tornaram praticamente monopólios de paulistas e incentivaram o crescimento da província.

Nas colônias ibéricas, em geral, Holanda e Inglaterra promoveram ativamente o contrabando, introduzindo suas

⁶¹⁰ Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

manufaturas e comprando matérias primas, apesar do monopólio de Espanha e Portugal. Não conformadas com isso, atacaram e tentaram apropriar-se repetidas vezes de territórios coloniais ibéricos, na América Central, no Brasil (como tentaram os holandeses no século XVII no Nordeste) e inclusive na América do Sul colonizada por Espanha: o corsário inglês Francis Drake atacou o Peru no século XVI, enquanto a frota inglesa invadiu o Rio da Prata no início do século XIX. O que Inglaterra não conseguiu através do comércio ilegal ou da invasão territorial, tentou conseguir-lo promovendo, oficialmente, a *pirataria*. Sir Walter Raleigh e Sir William Walker destacaram-se nessa atividade (criminosa por qualquer lei que se possa imaginar) enobrecida pela Coroa inglesa, mas o louvor coube sir Francis Drake, o pirata que tornou lendária a Ilha de Tortuga (no Mar do Caribe), seu quartel-geral para as pilhagens que o levaram pelos quatro cantos da América. Do fim do século XVI até o século XVIII, o Mar do Caribe foi um terreno de caça para piratas que atacavam primeiramente os navios espanhóis, e posteriormente aqueles de todas as nações com colônias e postos avançados de comércio na área.

As grandes cargas de ouro e prata que a Espanha começou a enviar do Novo Mundo para a Europa logo chamaram atenção dos piratas. Muitos deles eram oficialmente autorizados por nações em guerra com a Espanha, mas a linha entre a pirataria “oficial” e a oficiosa (não autorizada por qualquer Estado) era bastante indefinida. Os Estados absolutistas buscaram distinguir entre ambas outorgando “cartas (patentes) de corso”, considerando e declarando como pirataria só a atividade que fosse realizada sem essa autorização. O século XVII foi a era de ouro da pirataria “legal”, depois da conquista de Jamaica por Inglaterra, em 1655.

O mais célebre dos *corsários* foi o galês Henry Morgan, que saqueou Portobelo, Puerto Príncipe, Maracaibo e Panamá, entre 1668 e 1671. Piratas de outras nacionalidades continuaram a operar a partir da Ilha de Tortuga, como o holandês Mansveldt e o francês “El Olonés”. O primeiro chegou a associar-se com Morgan. Modyford, governador inglês da Jamaica, alentava e legalizava a atividade corsária de Morgan, que chegou a reunir mais de mil homens em suas tripulações, e a empregar mulheres, velhos, frades e freiras como escudos humanos contra a defesa das fortificações espanholas. Quando vencedor, não só saqueava seus alvos empregando as piores torturas contra civis, para que

revelassem os esconderijos de seus pertences, como também passava pelas armas todos os soldados adversários sobreviventes.



Sir Henry Morgan, pirata caribenho e funcionário público inglês

Em 1670, Espanha assinou um tratado de paz com a Inglaterra, em grande parte para se proteger de suas atividades corsárias, que comprometiam a saúde e equilíbrio do Tesouro hispânico. Ainda assim, em 1671 Morgan saqueou o Panamá, coração do império espanhol nas Américas, defendida por 1200 soldados de infantaria e 400 cavalheiros, cidade onde Morgan permaneceu por três semanas. De volta na Jamaica, Morgan foi detido e enviado à Inglaterra para ser julgado como pirata, por ter violado o tratado inglês com a Espanha. Foi, porém, recebido como um herói popular, e absolvido dos cargos imputados. O Rei Charles II nomeou-o cavaleiro e reenviou-o à Jamaica, como governador da ilha. Morgan concluiu seus dias (em 1688) como latifundiário colonial, alcoólatra crônico, funcionário da Coroa e inimigo oficial da pirataria. Como corsário (pirata) ou como governador, no entanto, foi sempre um leal funcionário de Sua Majestade Britânica (com a única exceção do episódio panamenho de 1671).

As tripulações de piratas eram formadas por todo tipo de pessoas; a maioria era de homens do mar que desejavam obter riquezas e liberdades reais. Muitos eram escravos fugitivos ou servos sem rumo. As tripulações eram normalmente “democráticas” em seus hábitos de comando. O capitão era eleito por elas e podia ser removido a qualquer momento. A pirataria preferia usar navios pequenos e rápidos, que pudessem lutar e fugir com rapidez. Preferiam o método de ataque que consistia em embarcar e realizar o ataque corpo a corpo. Saqueavam navios de mercadores levemente armados, mas ocasionalmente

atacavam uma cidade ou um navio de guerra. Normalmente, não tinham qualquer tipo de disciplina, bebiam muito e terminavam mortos no mar, doentes ou enforcados, depois de uma carreira criminosa relativamente curta.

No auge de sua atividade, os piratas controlaram cidades insulares que eram paraísos para recrutar tripulações, vender mercadorias capturadas, consertar navios e gastar o que saqueavam. Várias nações, principalmente a Inglaterra, encorajavam ou faziam vista grossa à pirataria, desde que seus próprios navios não fossem atacados. Quando a colonização europeia do Caribe tornou-se mais efetiva e a região se tornou economicamente mais importante, os piratas gradualmente desapareceram, caçados por navios de guerra das potências coloniais; suas bases em terra firme foram tomadas por aquelas. No século XVIII, a decadente pirataria europeia no Atlântico desapareceu quase por completo. Sua função de “violência (estatal) pura” para a acumulação originária de capital (nas metrópoles) tinha, finalmente, se esgotado. Os aventureiros-comerciantes-criminosos de Jamaica e de Tortuga se dispersaram e desapareceram.

**Sir Francis Drake, pirata internacional e
paladino do capitalismo inglês**



A atividade de pirataria e de corso não foi economicamente marginal: “Sem dúvida, a pilhagem trazida por Drake pode com justeza ser considerada a fonte e a origem do investimento externo britânico. Com ele, (a rainha) Elizabeth pagou a totalidade de sua dívida externa e investiu uma parte do balanço na Companhia do Levante; com os lucros extraídos dessa Companhia formou-se a Companhia das Índias Orientais, cujos lucros representaram, durante os séculos XVII e XVIII, a principal base das ligações externas da Inglaterra. Jamais houve uma oportunidade tão prolongada e tão rica para o homem de negócios, o especulador e o aproveitador. *Nesses anos de ouro,*

nasceu o capitalismo moderno”,⁶¹¹ filho legítimo desses “anos de ouro”, isto é, da era dos piratas, dos ladrões, dos senhores de escravos e dos estelionatários. A pirataria inglesa minou o império colonial espanhol: “O contato entre Espanha e suas colônias focou restringido pela decisão da Coroa em limitar as viagens comerciais ao Novo Mundo a duas anuais restrição que obedecia à necessidade de só transportar mercadorias coloniais em grandes frotas armadas, como meio de defesa contra piratas como Sir Francis Drake”.⁶¹²

Durante a primeira etapa do sistema colonial, os conflitos entre o monopólio da Coroa e os interesses dos colonizadores se resolveram através de um ativo contrabando entre os últimos e as potências excluídas pelo Pacto Colonial (Inglaterra foi particularmente ativa nesse rubro na América Espanhola e no Brasil) e também da pirataria, além do contrabando no comércio inter-colonial. As contradições do sistema colonial não se reduziam às que opunham os setores privilegiados, os colonizadores, à nobreza metropolitana e às monarquias. O antigo sistema colonial e seus fenômenos correlatos foram uma das bases da acumulação originária de capital.

A função *orgânica* e *necessária* do colonialismo no surgimento do modo de produção capitalista foi reconhecida no primeiro estudo abrangente do imperialismo contemporâneo: “A economia colonial deve ser encarada como uma das condições necessárias do capitalismo moderno. Seu comércio, em grande parte compulsório, foi em boa medida pouco mais do que um sistema de roubo velado, e em sentido algum um intercâmbio de mercadorias”.⁶¹³ Na base do massacre, da destruição de inteiras civilizações americanas e africanas, da escravidão e do trabalho forçado, do roubo e do assassinato praticado entre os próprios massacradores através da bandidagem e da pirataria, a extração

⁶¹¹ John Maynard Keynes. *A Treatise on Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1930. Testemunhos contemporâneos das atividades de pirataria na América se encontram em: Alexandre Olivier Exquemelin. *Piratas de América*. Barcelona, Barral, 1971 (1ª. edição holandesa: *De Americanaensche Zee-Rovers*, Amsterdã, 1678); Daniel Defoe. *Uma História da Pirataria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. Cf. também: David Cordingly. *Storia della Pirateria*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.

⁶¹² Charles Gibson. *Spain in America*. Nova York, Harper & Row, 1967.

⁶¹³ John A. Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

de mais-valia por meios puramente econômicos, o modo de produção capitalista, encontrou sua plataforma de lançamento mundial.

17. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva de mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana (Fernando Novais. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**)

Pedir o fim da Inquisição e o livre mercado nas Índias seria como pedir os dois olhos do Rei (Alonso Cárdenas, **embaixador espanhol, 1652**)

A nação, como todo fenômeno histórico de grande alcance, somente pode ser compreendida a partir da dinâmica da infraestrutura econômica da sociedade, mas isto não significa eliminar suas mediações históricas, políticas e culturais. Foi em condições históricas precisas que se constituiu o fator subjetivo da nação, os movimentos nacionais, geralmente encabeçados pela burguesia, ou melhor, pela sua fração revolucionária, que fizeram das palavras "Estado", "Nação" e "Povo" quase sinônimos durante o período de emergência das nacionalidades. As tendências principais da história, por outro lado, não se verificam automaticamente, mas através da luta dos homens, com maior ou menor grau de consciência a respeito (mas *sempre* com algum grau de consciência).

Na configuração das nações modernas, a constituição de um fator subjetivo "nacional" não decorreu mecanicamente da sua base econômica; ela levou em conta também fatores históricos acumulados e sedimentados ao longo dos séculos, e também as chamadas condições estruturais do desenvolvimento capitalista. Os marxistas não compartilharam, no século XIX, o "princípio (geral) das nacionalidades" que, segundo Engels, "pretende dar direito à existência nacional independente aos numerosos resíduos de povos que apareceram no cenário histórico durante um período mais ou menos longo, e que foram absorvidos definitivamente por nações mais poderosas que, graças à sua vitalidade, venceram todos os obstáculos". O "princípio das nacionalidades" tornava

as nações entes supra históricos, pressupondo a atemporalidade de sua existência.

A crise do sistema colonial no século XVIII foi o antecedente da emergência poderosa das nacionalidades no século seguinte, principalmente na Europa e na América: essa crise não afetou apenas as relações inter-metropolitanas (o que já acontecera entre os séculos XV e XVII), isto é, não foi só uma “crise de hegemonia” no sistema colonial, mas *uma crise do próprio sistema*, com projeção histórica e alcance mundial. A estrutura rígida do monopólio/ oligopólio do mercado europeu, entretanto, assinala variáveis que operavam contraditoriamente ao funcionamento do sistema, por exemplo, os “tratados concedendo vantagens comerciais no ultramar a outras potências, licenças a mercadores estrangeiros, e enfim o contrabando”.⁶¹⁴

Dois séculos de política e conflitos intercontinentais acabaram por criar uma geopolítica mundial. A “Paz de Westfalia” criara um novo desenho *europeu*, a nova paz, ou o novo acordo entre potências, deveria criar um novo desenho *mundial*. Segundo H. M. Scott, o século XVIII testemunhou a transição das concepções de “equilíbrio (balança) de poder” (emergentes com a paz de Westfalia) para aquelas baseadas no conceito de “grandes potências”: ou seja, a transição entre uma política internacional realizada em torno de configurações estratégicas pautadas pela competição territorial e comercial entre Estados e dinastias, e outra de afirmação das qualidades *nacionais* baseadas nos fatores internos de força e dinamismo (demografia e economia), ou seja, de procura dos fatores *internos* do poder.⁶¹⁵ No cenário mundial, o *nacionalismo* atingiu sua maturidade histórica.

Em 1700, morreu Carlos II, o último monarca Habsburgo da Espanha: seu sucessor designado, o franco-Bourbon Felipe d’Anjou, decidiu fazer pesar (apostar) no conflito sucessório interno, e nos conflitos europeus, todo o peso do império colonial hispânico, pois de outro modo suas chances de vitória seriam reduzidas. Operou assim a passagem da monarquia dinástica não só para a monarquia nacional, mas também para a monarquia intercontinental. Portugal, separada

⁶¹⁴ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, ed. cit, p. 90.

⁶¹⁵ H. M. Scott. *The Emergence of Eastern Powers 1756-1775*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

da Espanha a partir de 1640, reverteu suas alianças em 1703, aliando-se a Inglaterra e Holanda, em função de um conflito intra-peninsular que se projetou além-mar, em especial na América. Na guerra da sucessão espanhola (1701-1714) entraram em conflito interesses de várias potências europeias.

O trono da Espanha era pretendido pelo designado sucessor Felipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da Casa da Áustria. Quando os canhões do conflito calaram, a diplomacia redesenhou o mapa *do mundo* no *Tratado de Utrecht*, de 1713. Este reconheceu Felipe V (Felipe d'Anjou), que conservou a coroa da Espanha (1700-1746) e suas colônias, mas renunciou ao direito de sucessão ao trono francês. Mas o Tratado custou à Espanha: Flandres, suas posses italianas (que abrangiam a maior parte da península), Menorca e o estratégico penhão de Gibraltar, doravante inglês.

Portugal, por sua vez, recuperou a Colônia do Sacramento, na margem oriental do Prata (no atual Uruguai), direitos ao Norte amazonense (foi reconhecida a soberania de Portugal sobre as terras compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque); e Inglaterra devolveu a Felipe os territórios conquistados na Flórida espanhola em troca de um tratado bilateral hispano-inglês garantindo à “Pérfida Albion” o princípio de “nação mais favorecida” em benefício do comércio externo inglês, garantias de que não seriam admitidas novas conquistas territoriais da França na América, o *Tratado de Asiento* (monopólio inglês para a introdução de escravos nas Índias) e o princípio do *Navio de Permiso*, autorização de um navio inglês anual de 500 toneladas para viajar à América do Sul, navio que Inglaterra transformou rapidamente em um “porto flutuante” operativo em “zonas francas” legais ou ilegais. Esse princípio legalmente estabelecido permitiu à Inglaterra montar uma gigantesca máquina internacional de contrabando, favorecedora de sua formidável expansão comercial.

Inglaterra também ganhou da França, além da Terra Nova, a baía de Hudson e St. Kitts e o reconhecimento da sucessão hannoveriana. O Sul dos Países Baixos, Milão, Nápoles e Sardenha passaram à Áustria. A França restituiu conquistas territoriais recentes, mas manteve tudo o que fora conseguido na Paz de Nijmegen, em 1679, além da cidade de Estrasburgo, ao Norte do seu país. O duque de Sabóia ganhou a Sicília e aumentou suas fronteiras do Norte da Itália. Os holandeses se asseguraram, junto ao governo austríaco, o direito de

guarnecerem fortalezas no Sul dos Países Baixos. Foi a Inglaterra a que obteve conquistas navais, comerciais e coloniais mais significativas, assumindo, com base nelas, um novo papel preponderante nas questões de ordem mundial. Nascia assim a *diplomacia mundial*, que já não só falava espanhol, como nos tempos de Carlos V, mas também inglês (e francês, na Europa); o mundo todo passava a ser o teatro dos conflitos e acordos políticos entre as potências.

Em 1715 (no contexto da “Grande Guerra Nórdica”) surgiu uma nova aliança entre Rússia, Dinamarca, Polônia, Prússia e Hannover para a partilha do “império” da Suécia: Marx a chamou de “primeiro grande ato da diplomacia moderna... premissa lógica da partição da Polônia”, assim como de alicerce da aliança estratégica anglo-russa. Rússia entrava no “concerto europeu” como potência báltica e, baseada nisso, candidatava-se ao posto de “árbitro da Europa”, tecendo uma aliança com a isolada Inglaterra, que seria a base da política contrarrevolucionária europeia no século sucessivo.⁶¹⁶ Nesse marco histórico-geopolítico mudado, a crise política europeia do século XVIII se projetou como crise (e, parcialmente, como revolução) *mundial*.

A “vitória” diplomática portuguesa na América mal escondia a crise de seu império colonial americano, corroído externa e internamente. As principais ameaças externas provinham da Holanda e da França. A coroa portuguesa manteve, entre os séculos XVI e XVII, uma política simples em relação aos franceses que se estabeleciam na América do Sul: expulsava-os ciclicamente, freando suas iniciativas coloniais no território que reivindicava. Após a fracassada tentativa francesa de instalar uma colônia no Rio de Janeiro (a “França Antártica”), cujos colonos foram expulsos em definitivo pelos portugueses em 1567, os franceses passaram a ocupar territórios mais ao Norte e a Nordeste do Brasil, buscando manter relações comerciais com os índios. Em 1584 os portugueses desalojaram-nos da região que hoje corresponde ao estado da Paraíba, e na sequência o mesmo se passou no Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Uma nova iniciativa colonial teve vez em 1612, com o assentamento de colonos franceses na costa norte do Maranhão.

⁶¹⁶ Karl Marx. *História de la Vida de Lord Palmerston*. Palmerston y Rusia. Buenos Aires, Rescate, 1986; *La Russie et l'Europe*. Paris, Gallimard, 1954. Cf. também Robert Payne. *El Marx Desconocido*. Barcelona, Bruguera, 1973.

Era a “França Equinocial”, que resultaria na fundação do povoado de Saint Louis, atual São Luís de Maranhão, em homenagem ao rei Luís XIII da França.

Opostos à presença francesa, os colonos portugueses da capitania de Pernambuco reuniram tropas e expulsaram os invasores do Maranhão em 1615. Tal feito deu origem à Capitulação de São Luís do Maranhão (1615), negociada pelo comandante das operações militares dos portugueses, documento por meio do qual se ajustou a transferência dos colonos franceses de volta à Europa. Os franceses fizeram novas tentativas de colonização, desta vez no Pará, junto à foz do rio Amazonas, de onde acabaram afugentados mais uma vez pelos portugueses em 1616. Disso resultou a fundação do Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém do Pará. O controle da foz do Amazonas permitiu aos colonos portugueses se espalhar por toda a bacia amazônica e se interiorizar ainda mais em busca das “drogas do sertão”, dadas as facilidades de locomoção pela via fluvial. A partir de 1626, os franceses se estabeleceram em definitivo ao Norte do continente, no território da Guiana, gerando mais tarde conflitos de fronteira com Portugal (e, após 1822, com o Brasil imperial independente).

Através desses e outros episódios, a crise internacional do século XVIII se desenvolveu não só como uma crise *entre* potências coloniais, mas como uma crise *dentro* dos sistemas coloniais de cada potência: o “princípio nacional” europeu atravessou o Atlântico e se firmou também na América, tornando-se princípio *mundial*. Para Bartolomé Bennassar, “no século XVIII, a América mudou de sentido” (na Europa). Em qual sentido? A América do ouro brasileiro e da prata mexicana ou alto-peruana, da esperança dos insurgentes da América do Norte, da “Lenda Negra” da América espanhola, centro do maior império colonial do planeta, era também, para os filósofos das Luzes, a terra da vergonha e da opressão absoluta, com a escravidão e a servidão combinadas e benzidas pelas igrejas cristãs.

Império Português no Século XVIII



O antigo sistema colonial já não mais se coadunava com o desenvolvimento das novas forças produtivas na Europa, nem com as novas relações de forças entre as potências europeias, e nem com o (incipiente) desenvolvimento econômico autônomo das próprias colônias. O “antigo sistema colonial” compreendia vários sistemas diferentes. A ênfase espanhola na América do Sul fora a extração de metais preciosos e a imposição do cristianismo às populações nativas, organizadas para o trabalho forçado. Britânicos e franceses na América do Norte tinham expulsado as populações indígenas dos territórios que ocuparam e trazido colonos (muitos deles expulsos das metrópoles por motivos religiosos ou jurídicos) que tentaram a organização de sociedades no modelo metropolitano.

No Caribe, um processo semelhante tinha sido acompanhado pela importação de numerosos escravos africanos e a criação de uma sociedade escravocrata, assim como também aconteceu na grande colônia portuguesa na América do Sul, o Brasil. Os ingleses na Índia, e os holandeses nas Índias Ocidentais ofereciam um modelo alternativo: suas colônias nessas regiões eram pouco mais que empreendimentos comerciais protegidos, reforçados e ampliados mediante a força militar.

A despeito da política reformista de Carlos III, o principal rei Bourbon, o caráter político da colonização espanhola na América persistiu: nem mesmo o processo de ruptura do pacto colonial o alteraria. Apesar do sensível declínio dos ingressos coloniais, a metrópole insistiu em preservar seu vasto império. Não levava em conta seu prejuízo financeiro, não se importava com o déficit econômico da

colonização, e todo o esforço foi feito no sentido de evitar a degradingolada de seu domínio colonial; ideologicamente, permanecia o ideal do estabelecimento de um grande Império Espanhol Católico. A longa duração da exploração colonial explica-se pela sua função em favor do desenvolvimento econômico centrado nas nações europeias colonizadoras. O monopólio das colônias pela metrópole definia o sistema colonial porque através dele as colônias preenchiam a sua função histórica, isto é, respondiam aos estímulos que lhes deram origem e que eram sua razão de ser.

A principal beneficiária dessa função não era a sua mandante - a Coroa - nem seus executores - os colonizadores - mas a sua intermediária, a burguesia mercantil europeia, que organizava a colonização e ficava com a maior parte de seus frutos, acelerando assim a acumulação de capital comercial. A crise das relações internacionais do século XVIII marcou a passagem para uma nova etapa histórica, cujas outras faces foram a revolução industrial inglesa e a revolução política francesa, a “dupla revolução” evocada por Eric Hobsbawm;⁶¹⁷ o conceito de “Revolução Atlântica”, de Jacques Godechot (“1789 n'est qu'un des épisodes du mouvement qui a touché l'Occident de 1770 à 1850”),⁶¹⁸ se refere à extensão dela nos dois lados do Oceano Atlântico, com as revoluções americanas unindo-se às europeias.

No início da expansão ultramarina, para as potências colonialistas, as posses de além-mar deviam, antes do mais, fornecer à metrópole um mercado para seus produtos; dar ocupação aos seus produtores desempregados, artesãos e marinheiros; fornecer-lhe certa quantidade dos artigos (exóticos ou essenciais) de que precisava, assim como produtos de exportação para outros países (metropolitanos ou não). As colônias deviam ser, e foram durante um longo período, fatores do enriquecimento econômico da metrópole. A crise do antigo sistema colonial derivou-se da deterioração dessa função “precípua”, devida à crise das relações entre as potências colonizadoras (com a decadência irreversível das potências colonialistas mais antigas, os países ibéricos) combinada com os atritos das novas sociedades coloniais com suas metrópoles, e o

⁶¹⁷ Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789 – 1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

⁶¹⁸ Jacques Godechot. *Les Révolutions (1770-1799)*. PUF-Nouvelle Clio, 1986.

desenvolvimento interno da luta de classes nas próprias colônias, que atingiu em alguns casos dimensões revolucionárias. A crise do antigo sistema colonial integrou-se no ciclo internacional da revolução burguesa e do surgimento das nações modernas.

Nas diversas etapas do sistema colonial, só na última o colonialismo se configurou definitivamente como alicerce orgânico do capitalismo metropolitano: “As diversas etapas da acumulação originária têm seu centro, por ordem cronológica, na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. É aí, na Inglaterra, onde em finais do século XVII se resumem e sintetizam sistematicamente, no sistema colonial, o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista”.⁶¹⁹ Foi o desenvolvimento do capitalismo industrial que permitiu à Inglaterra transformar-se na principal potência marítima: o poder naval foi a plataforma de lançamento do império colonial da Inglaterra e, ao mesmo tempo, o elemento que lhe permitiu desagregar os sistemas coloniais de seus adversários. Mas a superioridade fundamental da Inglaterra residia nas transformações que estavam se operando simultaneamente em sua estrutura produtiva, articulando sua expansão internacional com o processo de acumulação de capital industrial.

O sistema colonial inglês não só foi importante como forma de acumulação de capital-dinheiro, mas também como periferia orgânica do crescimento industrial. Durante os séculos XVI e XVII a expansão comercial holandesa tinha ainda as características clássicas de expansão mercantil (comprar barato para vender caro) e por essa causa se especializava nos exóticos produtos tropicais. A expansão inglesa, diversamente, incorporava suas colônias como apêndice aprovisionador de matérias primas (algodão, sobretudo) e, depois, como mercado protegido para sua produção manufatureira. Na medida em que a indústria inglesa ia deitando raízes sólidas na metrópole, o monopólio colonial perdia importância como via de acumulação originária, e se transformava progressivamente em seu obstáculo. Daí que Adam Smith, embora reconhecendo as vantagens que significavam as possessões coloniais para seu país, se pronunciasse contra o monopólio colonial.⁶²⁰

⁶¹⁹ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Volume I, capítulo XXIV.

⁶²⁰ Héctor Alimonda. *Acumulação originária: uma revisão. Estudos* nº 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.

Depois dos saques dos colonizadores, a exploração mineira foi o eixo da colonização europeia, praticamente em toda a América Latina. Seu sucesso não tinha segredos. Alexander Von Humboldt calculou os custos comparados e os lucros da produção de prata numa mina mexicana e numa mina alemã: com quatro vezes e meia mais trabalhadores, na mina mexicana o capital extraiu cinquenta vezes mais minério, minerou trinta e seis vezes mais prata, e obteve trinta e três vezes mais lucro líquido. No entanto, os proprietários de minas na América estavam, com muita frequência, à beira da bancarrota, e permanentemente em débito de capital de giro com os comerciantes e outros financiadores.

Os primeiros grandes assentamentos humanos da colônia (como o Potosí) foram produto da economia mineradora. Por que os proprietários de minas encontravam-se frequentemente à beira da bancarrota? As causas são variadas, mas todas elas vinculadas à estrutura colonial: o produto das minas estava submetido ao quinto real, ou seja, um quinto [1/5] da produção era considerado automaticamente propriedade da Coroa. Esta condição fazia parte do *Pacto Colonial*. O "exclusivo metropolitano", outro aspecto do "Pacto", significava que a Coroa (espanhola e portuguesa na América do Sul, espanhola na América Central, espanhola, inglesa e francesa na América do Norte e no Caribe) reservava para as companhias por ela designadas o monopólio do comércio colonial, tanto das manufaturas e produtos que a Colônia comprava (importação), quanto das matérias primas que esta fornecia à Europa (exportação).

A imposição de outras condições (por exemplo, a proibição do comércio das colônias entre si, ainda que dependessem do mesma metrópole, no caso das colônias espanholas) completava o Pacto, que se resumia em: - Imposição pela Coroa de pesados tributos e impostos a todas as atividades econômicas das colônias, chegando até à proibição das indústrias coloniais; - Monopólio privado do comércio colonial, tanto interno quanto externo, impondo altos preços aos produtos de importação, e baixos aos de exportação. Dessa maneira, as coroas europeias conseguiam sua parte do "bolo colonial". Para garanti-la, as potências coloniais se reservaram o direito de nomeação das máximas autoridades dos territórios colonizados (Vice-Reinados ou Capitanias Gerais na América espanhola, Capitanias na América portuguesa, Colônias Régias na América inglesa).

A Companhia de Comércio e Colonização foi a meio através do qual implantou-se a primeira colônia inglesa bem sucedida no continente norte-americano. Tais companhias dispunham de amplos poderes e outras vantagens. Para o governo inglês era mais fácil regular as atividades de uma sociedade do que as dos comerciantes dispersos. Por isso dava às companhias poderes e oportunidades que ele não assumia por temor ou morosidade. Virgínia, a primeira colônia bem sucedida da América, começou como fazenda de uma companhia mercantil. As subscrições dos acionistas investiam-se em mercadorias, no recrutamento de colonos e no pagamento de barcos para o transporte. Os produtos obtidos pelos colonos eram transportados à Inglaterra, onde a sua venda engrossava as utilidades dos acionistas.

Os produtos com os quais a Companhia esperava fazer fortuna eram os mesmos que os mercantilistas apreciavam: "As florestas forneciam a material naval que libertaria a Grã-Bretanha das importações estrangeiras, e os campos os produtos tropicais. Georgia, os estabelecimentos dos 'peregrinos' em Plymouth e dos puritanos em Massachussets foram outras colônias implantadas sob o sistema de Companhias (...) (Elas) foram um redondo fracasso financeiro. Não deram utilidades aos seus acionistas. A empresa de Virgínia dissipou os fundos recolhidos e, em 1621, três anos antes que perdesse a concessão, tinha arriscado na empresa mais de 100 mil libras (quantia fabulosa para a época) sem ter devolvido a menor soma em juros ou no principal. Não foi melhor sucedido o acionista das comunidades de 'peregrinos'. (...) Até o estabelecimento da Georgia, a colonização é levada adiante sob o sistema de domínios. A Coroa concede terras, não a uma Companhia, mas a indivíduos ou grupos de indivíduos, conhecidos como proprietários. Maryland foi a primeira aplicação valiosa desse sistema (...) (Mas) as rendas que os proprietários tiravam das suas terras eram geralmente tão modestas quanto os ganhos das Companhias colonizadoras".⁶²¹

O "Pacto Colonial", desde o início, criava uma contradição potencial entre os que dele usufruíam - as autoridades da nação colonizadora e a burguesia mercantil das companhias metropolitanas - e os que pagavam os tributos e as manufaturas encarecidas pelo monopólio metropolitano: os

⁶²¹ Edward C. Kirkland. *Historia Económica de los Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

colonizadores já assentados. As mesmas limitações existentes no Pacto Colonial dos países peninsulares com suas colônias incidiram nas colônias inglesas (assim como nas francesas e holandesas), pelo menos desde que a Inglaterra começou a ocupar-se seriamente delas, com os Atos de Navegação de 1651. Um “Relatório do Comissário de Comércio e Plantações” declarava em 1699 que “a intenção de criar nossas plantações na América é a de que o povo ali se ocupe com coisas que não sejam o produto da Inglaterra, à qual pertencem”.⁶²²

Assim, foram tomadas medidas proibindo a manufatura colonial de mercadorias que concorressem com os produtos exportáveis da indústria inglesa, e para impedir a exportação de determinados produtos coloniais a outros mercados que não a Inglaterra. Esperava-se com isso que a metrópole ficasse com a nata do comércio colonial. Às colônias americanas da Inglaterra, uma lei de 1699 proibiu, por exemplo, que exportassem artigos de lã, enquanto o fumo e o açúcar eram “relacionados”, e só se podiam exportar para a Inglaterra e outras colônias inglesas. As colônias não demoraram a furar o monopólio real, através do contrabando, especialmente com a África e as Antilhas francesas. Um aspecto característico das treze colônias inglesas era a sua diversidade, devida às vicissitudes de seu processo de formação. Eram de três tipos: *autônomas*, *de proprietários*, e *régias*. Nas *autônomas*, os governadores eram eleitos, por um ano, com menos poderes que nas colônias de proprietários (cujos governadores eram nomeados pelos próprios proprietários) e nas *régias* (onde os governadores eram nomeados pelo rei).

A autonomia relativamente maior de que gozavam as colônias inglesas era devida à política de “Negligência Salutar” adotada pela Inglaterra - que atravessava graves crises internas e convulsões revolucionárias - durante o século XVII. Essa política foi abandonada durante o século XVIII, mas as tradições de autogoverno, junto às excepcionais características das colônias inglesas do Norte tiveram importância no processo de sua independência. A impossibilidade de reduzir o índio à condição de escravo fez com que uma característica das colônias inglesas fosse a importação de escravos africanos em grande escala (Inglaterra, por outro lado, possuía o monopólio do tráfico negreiro a partir do Tratado de Utrecht). Isto porque o tipo de produção correspondente a uma economia de

⁶²²

Maurice Dobb. *Op. Cit.*

exportação de matérias primas era a cultura extensiva da terra (ou *plantações*). O tipo de propriedade correspondente a essa cultura era o *latifúndio*. Numa situação de escassez de mão de obra, devida à hecatombe demográfica indígena, o latifúndio estava inseparavelmente unido às diversas formas de trabalho forçado. A escravização do negro foi a fórmula encontrada pelos colonizadores europeus para o aproveitamento das terras descobertas. Na faixa tropical, a grande propriedade monocultora e escravista tornou-se a base da economia, que girou em torno da exportação de produtos tropicais para as metrópoles, de onde, por sua vez, provinham os produtos manufaturados necessários à vida da colônia.

Nas fazendas de algodão, nos EUA, nos engenhos e canaviais das Antilhas e do Brasil, o escravo representou a principal força de trabalho. O sistema escravista esteve, desde os primórdios da colonização, vinculado à *grande lavoura*: “Escravidão e grande lavoura constituíram em muitas áreas a base sobre a qual se ergueu o sistema colonial, que vigorou por mais de três séculos”.⁶²³ Dai ser incorreto afirmar que a oposição entre as origens e as tendências dos pioneiros da colonização nas Américas (anglo-saxões vs. latinos; protestantes vs. católicos, e assim por diante) seria a raiz profunda e longínqua das diferenças ulteriores entre os EUA e as Américas Central e do Sul, a América Latina.

As terras americanas recebidas e ocupadas por Portugal, por sua vez, careciam de metais preciosos e de culturas indígenas desenvolvidas o suficiente para fornecer suficiente mão de obra, como sim acontecia na América espanhola. O problema para a Coroa portuguesa consistiu em encontrar o tipo de exploração que contribuísse para financiar os gastos resultantes da posse de terras tão extensas e distantes. Fatores muito especiais ensejaram o estabelecimento à base da produção de açúcar: domínio da sua técnica de produção, aprendida dos italianos e que já havia sido usada nas ilhas Açores; ruptura do monopólio comercial do açúcar, detido até então por Veneza em colaboração com os holandeses, o que abria aos portugueses os mercados do Atlântico Norte. A escravização do indígena permitiu o estabelecimento dos primeiros *engenhos*: “Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da

⁶²³ Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

terra nunca foi respeitado, e muito menos exercido, nasceu e se desenvolveu o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade, que é seu pecado original, jamais ele se redimiria”.⁶²⁴

Adquirida maior rentabilidade pelas explorações, essa mão de obra foi substituída pela do negro africano. A plantação açucareira, utilizando o trabalho escravo, constituiu a base da colonização do Nordeste do Brasil, chegando ao seu auge em fins do século XVI e começos do seguinte. Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*, afirma que o açúcar destacou-se como o produto mais importante e regulador dos outros cultivos agrícolas coloniais; o trabalho do escravo negro foi a base dessa expansão econômica. Ao mostrar como funcionava a economia e o papel de cada uma das categorias sociais nos engenhos no sistema colonial, vê o colono como aquele que promove “a devastação mercantil e o desejo de retornar ao reino, para exibir as glórias da opulência”.⁶²⁵

E não haveria limites para sua atuação. O escravo era explorado sob uma perspectiva puramente econômica: ele devia gerar lucros e produzir o máximo que pudesse. Os espaços destinados à lavoura de subsistência dos escravos reduziam-se à medida que aumentava a procura do açúcar nos mercados europeus. O espaço produtivo era regulado de acordo com as necessidades econômicas do momento, tendo como a menor preocupação a garantia de um mínimo de condições de sobrevivência ao negro escravo. Com essa colonização ficaram postas as bases do latifúndio brasileiro.

Quando Dom João III dividiu sistematicamente o território colonial português na América em latifúndios denominados *capitanias*, já existiam *capitães-mores* nomeados para elas. O que se fez então foi demarcar o solo, atribuir-lhes ou declarar-lhes os respectivos direitos e deveres que tinham os colonos que pagar ao rei e aos donatários, com a soma dos poderes conferidos pela Coroa portuguesa autorizando-os a expedir *forais*, uma espécie de contrato em virtude do qual os *sesmeiros* ou colonos se constituíam em perpétuos tributários da Coroa e dos seus donatários ou capitães-mores. A terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado, esse foi o esboço

⁶²⁴ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

⁶²⁵ Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, Volume 1, 1976, p. 212.

geral do sistema administrativo na primeira fase da história colonial do Brasil.

As esferas do público e do privado estavam imbricadas: havia uma relação “confusa” entre o Estado e os particulares.⁶²⁶ A Coroa repassava as tarefas públicas aos particulares: a administração de territórios e cobrança de impostos e, por outro lado, as pessoas que exerciam tarefas administrativas, direta ou indiretamente ligadas ao Estado, delas se utilizavam para benefício próprio. Um alto funcionário que pretendia voltar enriquecido para a metrópole só teria problemas se mexesse no dinheiro da Coroa ou se entrasse em choque com as frações de colonos mais importantes.⁶²⁷ A Coroa portuguesa fez uso da iniciativa particular, e nela se apoiou para desenvolver seu projeto colonial, mas sempre sob seu controle: como parte do processo de formação do Estado, a Coroa usava recursos humanos e financeiros particulares para atingir seus projetos de colonização, sem lhe caber nenhum ônus, embora cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos.⁶²⁸

A Coroa só atuava diretamente quando a situação o exigia ou quando os benefícios eram claros de antemão. Já no início do processo de colonização, a Coroa reservava para si o *pau brasil*, mesmo que arrendasse sua exploração e que cedesse a exploração e extração de metais, ainda desconhecidos, guardando para si apenas a possibilidade de cobrança do *quinto*. O governo geral da colônia foi criado no momento em que a resistência indígena ameaçava a continuidade da presença portuguesa de São Vicente a Pernambuco. Dessa forma se estabelecia a relação entre a Coroa, mediada ou não pelos seus representantes na colônia - donatários, governadores gerais - e os colonos. A Coroa utilizava-se da iniciativa e dos recursos particulares, e os colonos procuravam recompensas por seus serviços, as “honras e mercês”, frequentes nos

⁶²⁶ Rodrigo Ricupero. “Honras e mercês”: as relações entre colonos e a coroa e seus representantes (1530-1630). In: Osvaldo Coggiola (org.). *História e Economia: Questões*. São Paulo, Humanitas, 2002.

⁶²⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mozambos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

⁶²⁸ Parte dos bens confiscados dos jesuítas no século XVIII foi utilizada como mercê aos colonos. Ciro F. S. Cardoso. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas*. Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984.

documentos coloniais. A Coroa utilizou-se largamente dessa política de concessões em troca de serviços: um projeto particular aprovado pela Coroa sempre continha promessas de honras e mercês.⁶²⁹ O próprio rei incentivava tal política solicitando informações sobre os colonos para possíveis mercês e, ainda, orientando os governadores para informarem os colonos do contentamento da Coroa com os serviços prestados.

Na maior parte das situações coloniais houve uma frustração do processo de acumulação capitalista originária: "A irrupção do capitalismo ocidental nos atuais países subdesenvolvidos, ao precipitar com irresistível energia o amadurecimento de algumas das condições básicas para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou com igual força o crescimento das outras. A remoção de uma grande parte do excedente correntemente gerado e previamente acumulado pelos países afetados não podia senão causar um sério retrocesso de sua acumulação primária de capital".⁶³⁰ Nesses países nasceu o capitalismo, mas sem que houvesse se desenvolvido plenamente a acumulação originária do capital; o capitalismo colonial nasceu sob a influência da penetração do capital internacional, com suas peculiaridades. Não se tratou do nascimento do capitalismo *in abstracto*, mas de um capitalismo *sui generis*, um capitalismo atrasado que supunha a convivência com os modos de produção pré-capitalistas. Estes não puderam ser varridos pelo desenvolvimento capitalista que "normalmente" penetraria em todos os setores da economia e acabaria com todo vestígio pré-capitalista.

A frustração da acumulação originária explica a *combinação* do capitalismo com os modos de produção pré-capitalistas na maior parte das ex-colônias e dos países periféricos às metrópoles europeias. Nestes, há nascimento do capitalismo atrasado, mas não acumulação originária, ou seja, esta não é *conditio sine qua non* daquele em cada caso particular. Na sua globalidade, o *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, globalmente considerado, é a expressão teórica mais geral do problema, e ajuda a compreender o peso respectivo dos fatores internos (ou "nacionais") e externos (mundiais) na crise do antigo sistema colonial americano. Durante

⁶²⁹ Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 1978.

⁶³⁰ Paul Baran. *Economía Política del Crecimiento*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 201-202.

três séculos, esse sistema “funcionou”, manteve sua estabilidade e se desenvolveu, resolvendo suas contradições e crises através do contrabando e da pirataria, das ocupações territoriais, da exploração e do massacre cíclico das populações nativas ou dos escravos. De que maneira o sistema colonial passou a ser um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, tanto nas colônias quanto nas metrópoles mais dinâmicas?

O monopólio comercial exercido pelas metrópoles implicava num sistema de “porto único”, tanto para a recepção quanto para a expedição de mercadorias. Isto, além de torná-las artificialmente mais caras, foi determinando uma escassez crescente. Para a América espanhola, que constituía a fração mais importante da América colonial, a Coroa criou a Casa de Contratação. No início, ela organizou e tornou mais ágil o comércio entre as colônias e a metrópole. Mas, ao fim de umas poucas décadas, converteu-se praticamente numa corporação fechada, limitada a umas quantas casas comerciais, que exerciam o monopólio do tráfico. Por seu intermédio, os comerciantes de Sevilha chegaram a controlar a natureza e o tamanho das cargas que saíam e entravam, e estabeleciam a seu critério os preços de sua venda à Coroa, frequentemente sob o peso da compulsão, ou para garantir “favores especiais” dos monarcas.

Grêmios comerciais semelhantes foram estabelecidos mais tarde na Nova Espanha (1594) e no Peru (1613), constituindo associações dos principais importadores, cujos interesses coincidiam com os da oligarquia comercial andaluza. O resultado foi diminuir o abastecimento de mercadorias europeias à América, e de produtos americanos para a Europa. As colônias viram-se sempre abastecidas aquém do normal, e tinham que pagar preços exorbitantes pelas mercadorias europeias. Isso constituiu um dos mais sérios obstáculos para o crescimento de sua indústria, sua população e seu bem-estar.

No século XVIII tanto a América espanhola quanto a América portuguesa conheceram o auge de sua população e de sua produção. A produção e o comércio se expandiram, sobretudo, nas áreas periféricas: no Norte do México, na Flórida, no Rio da Prata, em Santiago do Chile, na Nova Granada e na Venezuela. A nova conjuntura internacional do século XVII (com o surgimento de novas potências marítimas e a contestação do domínio ibérico) e a crise das relações entre metrópoles e colônias foi o pano de fundo das “guerras do açúcar” no Brasil, iniciadas com a invasão holandesa do Nordeste brasileiro em 1630. A luta entre luso-brasileiros e

holandeses teve um fator de propulsão: o açúcar. Os dois lados buscavam monopolizar a produção e o comércio do produto, visto que ele continuava com intensa procura na Europa.

A ocupação holandesa do Nordeste brasileiro no século XVII teve esse intuito: com a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) Holanda reforçou seu poder naval, podendo assim invadir o litoral nordestino em 1630, tomar Olinda e Recife, sustentar uma guerra de nove anos e dominar as principais regiões produtoras de açúcar. A defesa dos luso-brasileiros foi financiada principalmente por impostos advindos da comercialização clandestina de açúcar, que faziam nas áreas não controladas pelos holandeses, visando expulsar os invasores para retomar seu acesso às principais áreas produtoras de açúcar. O objetivo holandês era somente o domínio da agricultura monocultora e de seu comércio: recuperar tais posições tornou-se questão de sobrevivência para os luso-brasileiros.

No início, a política holandesa foi de combater a escravidão, mas assim que percebeu a vantagem econômica desta, passou a adotá-la, inclusive estabelecendo seu monopólio por parte da WIC. A maior “tolerância” holandesa em relação aos indígenas foi motivada pelas revoltas índias no Maranhão e no Ceará, que os levou a promover, em abril de 1645, um acontecimento único na história do Brasil colonial: a convocatória de uma assembleia democrática de todos os povos indígenas que se encontravam dentro do seu território, realizada em Tapisserica (Goiânia), com representantes de vinte aldeias indígenas e de dois representantes oficiais da Holanda. A assembleia reivindicou, pela primeira vez nas Américas colonizadas, o fim da escravidão dos índios e a liberdade dos seus povos.⁶³¹

Evaldo Cabral de Mello retratou os anos de 1630 a 1654 do Nordeste brasileiro, caracterizado pela dominação holandesa em Pernambuco e por duas guerras, a de Resistência (nos anos 30 do século XVII, na qual os proprietários de engenhos perdem o domínio sobre a área) e a de Restauração (quando os luso-brasileiros recuperam o comando e, principalmente, os principais engenhos açucareiros da

⁶³¹ John Hemming. *Red Gold*. The conquest of the Brazilian indians. Londres, Macmillan, 1978, p. 294.

localidade).⁶³² A conjuntura internacional (com o surgimento de novas potências marítimas e contestação do domínio ibérico em diversos campos) e das relações entre metrópoles e colônias anteriores à invasão holandesa em 1630 é importante para entender o papel do Brasil e para a compreensão das “guerras do açúcar” e da dominação batava.

A primeira guerra, “de resistência”, durou de 1630 até 1639, ocasionando a derrota dos principais proprietários e aristocratas luso-brasileiros da região de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá (as mais destacadas capitanias produtoras de açúcar do Brasil) e a conquista holandesa de um território que englobava as áreas citadas, bem como o Rio Grande do Norte e Sergipe. Com isso, os holandeses, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, obtiveram o monopólio de produção, distribuição e comércio do açúcar brasileiro, inaugurando uma nova fase no Nordeste brasileiro: os engenhos, abandonados por seus antigos donos, foram negociados com novos proprietários; recursos e empréstimos foram investidos para incrementar a produção, pois o produto alcançava altos preços no mercado europeu. Tal período de glória durou apenas de 1641 a 1645 (fase em que Maurício de Nassau governou o Brasil holandês); nesse último ano, iniciou-se a guerra de Restauração, promovida pela população nativa da região (senhores de engenhos ligados à coroa portuguesa e antigos proprietários, índios e negros) a fim de expulsar os batavos.

No meio do embate inter-colonial entre holandeses e portugueses emergiu o maior episódio de resistência escrava das Américas. Os negros africanos eram necessários ao método de produção criado pelos portugueses, seguido pelos holandeses. Inicialmente, as condições dentro dos navios negreiros holandeses eram piores do que as condições nos navios portugueses. Somente depois é que passaram a usar melhores condições, que permitiram melhores lucros com a menor mortalidade dos negros transportados. A preferência dos exportadores holandeses de mão de obra era pelos angolanos, “melhor adaptados ao trabalho escravo”.

⁶³² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Edusp, 1975. Cf. também: Wolfgang Lenk. *Guerra e Pacto Colonial*. A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654). São Paulo, Alameda/Fapesp, 2013.

Apesar disso, o tratamento dado aos escravos pelos holandeses era melhor do que o oferecido pelos portugueses, inclusive formando-se amizades entre holandeses e negros, posteriormente alforriados. Durante a guerra holandesa de 1630-1635, negros dos engenhos e das lavouras fugiram e se refugiaram em quilombos, principalmente na região de Palmares. O mais célebre episódio da resistência negra nas colônias teve sua origem numa disputa no interior do sistema colonial europeu nas Américas.

O “quilombo de Palmares” se transformou, ao longo de um século, no centro da resistência negra à escravidão na colônia portuguesa da América: “A selva acolhedora dos Palmares serviu de refúgio a milhares de negros que fugiam das plantações de café, dos engenhos de açúcar, dos currais de gado, das barracas das cidades do litoral, em busca da liberdade e da segurança, fugindo dos rigores da escravidão e da guerra contra os holandeses. Os que procediam do campo plantavam café, milho ou bananas; os que vinham das cidades e conheciam ofícios mecânicos criavam oficinas de ferragem, outros se dedicavam à caça ou à pesca, a criação de galinhas, à fabricação de cestas, chapéus, vasos ou vasilhames. Essa massa colossal de negros, que ao início só tinham como aspiração comum o desejo de liberdade e, depois, a vontade de defendê-la a qualquer custo, foi criando formas de governo. Baseando-se na atividade produtiva se constituiu uma oligarquia encabeçada pelo rei Ganga Zumba, que dominava uma intensa atividade comercial que foi se desenvolvendo na região controlada pelos quilombolas. Meia centena de expedições militares foram lançadas, contra o quilombo dos Palmares, pela coroa portuguesa e o governo holandês do Brasil (a maioria teve lugar, no entanto, depois que os holandeses fossem expulsos de Pernambuco)”.

Branco, mulatos e cafuzos, fugindo das autoridades coloniais, também viveram em Palmares, onde se desenvolveu uma estratificação social e uma economia mercantil: “Em novembro de 1678, Ganga Zumba assinou um tratado, em Recife, prevendo o abandono das terras dos Palmares em troca do respeito à liberdade dos quilombolas. Depois de luta interna, Ganga Zumba veio a ser substituído pelo “general das armas” Zumbi, chefe de mocambo, supostamente sobrinho do rei. A resistência dos negros, embora vacilante ou esporádica, conseguiu manter vivo, durante cinquenta anos de luta, o sonho de liberdade dos Palmares. Zumbi instrumentou

medidas de uma verdadeira “ditadura revolucionária” para organizar a resistência negra. O quilombo dos Palmares foi um Estado negro semelhante aos numerosos que existiram na África no século XVII, Estado que tinha seu fundamento no caráter eletivo do chefe mais hábil ou mais sagaz, de maior prestígio e estrela na guerra ou no mando. O quilombo era um chamado constante, um estímulo, uma bandeira para os negros escravos que viviam nas proximidades; um incentivo à rebelião, à fuga, à luta pela liberdade”.⁶³³

Os negros avançavam sobre os colonos brancos, queimando as plantações e destruindo os currais de gado, quando estes se aproximavam perigosamente do quilombo. Os brancos das vilas vizinhas organizavam, por sua vez, *razzias* e incêndios das aldeias e plantações quilombolas. Houve 25 expedições militares para dominar o quilombo, entre 1644 e 1677; os negros, a seu turno, se organizaram em verdadeiras fortalezas de cercados. Em um paralelogramo de sessenta léguas, ocupado pelos quilombolas, aconteceu a primeira guerra de classes nos territórios sob domínio português. A campanha militar dos Palmares se orientou no sentido de destruir as colheitas dos rebeldes. A partir de Fernando Carrilho (1676), a guerra teve como objetivo preliminar derrubar e devastar as florestas, os desmontes e as plantações que protegiam e defendiam a insurreição dos negros.

A expedição derradeira foi organizada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. A guerra foi dura, a repressão final

⁶³³ Mario Maestri, in: Benjamin Péret; Robert Ponge; Mário José Maestri Filho. *O Quilombo dos Palmares*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002. Segundo o autor, a definição do escravismo colonial como modo de produção dominante em importantes regiões da América, enunciada, em forma sintética, por Ciro Flamarión, em 1973, e em forma sistemática por Jacob Gorender, em *O Escravismo Colonial*, em 1978, permitiu que as formas servis de resistência comesçassem a ser apreendidas em seu sentido pleno. Que o quilombo não fora particularidade exclusiva na antiga formação social brasileira, o demonstrava a ocorrência de agrupamentos similares em outras regiões envolvidas pelo escravismo colonial. Na América tivemos os *palenques* cubanos e colombianos; as agrupações de *bush negroes* no Suriname e de *marrons* na Jamaica. Caberia acrescentar os “quilombos” urbanos em Buenos Aires, onde a palavra ganhou o sentido de “bagunça” ou até de “prostíbulo”. Ao longo da costa africana, em São Tomé, cativos fugidos das plantações lusitanas aquilombavam-se nos ermos da ilha-colônia portuguesa.

“exemplar”. O bandeirante paulista contratado pelo governador português de Pernambuco, chefiou expedições que finalmente derrotaram e destruíram o quilombo. Zumbi, que fugiu para continuar sua luta contra as autoridades coloniais, foi preso e morto em 1695, tendo sua cabeça decapitada publicamente exposta. Para 1713, todos os remanescentes do quilombo haviam sido totalmente destruídos. A historiografia dominante preferiu descrevê-lo como uma luta sem perspectivas, porque, segundo Décio Freitas, o caráter escravocrata da sociedade colonial impedia que os quilombolas pudessem se aliar a qualquer categoria social da colônia.

Já Eduardo Astesano entendeu que “este comunismo negro”, na perspectiva histórica “se desenvolveu como uma rebelião utópica sem perspectiva. Os negros só haviam trazido da África uma tradição tribal, alheia a qualquer centralização ou planejamento estatal”,⁶³⁴ o que supõe que uma revolta social do século XVII pudesse ter objetivos próprios do século XX. A historiografia não explorou a proximidade da rebelião quilombola com outras lutas anti-colonialistas, inclusive próximas geograficamente, como a revolta de Bekman (no Maranhão).

⁶³⁴ Eduardo Astesano. *Historia Socialista de América*. Buenos Aires, Relevo, 1973, p. 77. Existe uma vasta bibliografia sobre a rebelião negra e escrava no Brasil e nas Américas: Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1988; Eugene Genovese. *Da Rebelião à Revolução*. As revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo, Global Editora, 1983; Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789 – 1848*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; István Jancsó. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo, Hucitec/EDUFBA, 1996; Frederick Krantz. *A Outra História*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990; Carlos Guilherme Mota. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva/ EDUSP, 1972; Clóvis Moura. *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988; João José Reis. A elite baiana face aos movimentos sociais, 1824-1840. *Revista de História*, São Paulo, USP, n° 108, 1976; Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. In: *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO/UFBA, n° 15, abril 1992; e: *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês, 1835. São Paulo, Brasiliense, 1987; Stuart B. Schwartz. *Segredos Interno*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1988; Peter Worsley. *Al Son de la Trompeta*. Buenos Aires, Siglo Vientiuno, 1980.

O quilombo materializou uma excepcional organização de resistência de caráter secular, protagonizada exclusivamente pelos “condenados da terra”. Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os membros do quilombo, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os auto-libertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra. Palmares pôs em questão a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o poder da Igreja Católica.

A presença holandesa no Brasil foi tangencial a esse embate social fundamental na colônia portuguesa. Os pastores protestantes batavos não demonstraram grande interesse com relação à evangelização dos negros, o que foi apontado como motivo das derrotas neerlandesas nas guerras brasileiras de 1645-1654. A política holandesa restringia, mais do que a portuguesa, a união entre brancos e judeus, negros e índios. Durante os 24 anos de dominação holandesa no Nordeste brasileiro houve uma grande segregação religiosa e racial. Depois da reconquista portuguesa desses territórios, muitos judeus voltaram à Holanda, outros indo para a ilha de Manhattan, onde fundaram a “Nova Amsterdã” (futura Nova York). A comunidade judaica nos EUA continuou evocando orgulhosamente os tempos de colônia em Pernambuco, onde desfrutava de liberdade religiosa impensável na época para os padrões europeus e católicos. Os portugueses nordestinos, apesar de dominados pelos holandeses, tinham a economia em suas mãos, ao continuarem de posse da terra pernambucana.

Em 1654 os holandeses retiraram-se do Recife, indo ao Caribe, onde com o conhecimento adquirido no Nordeste montaram uma indústria açucareira com o intuito de fazer concorrência ao produto brasileiro. Os portugueses não venceram só porque eram mais fortes em armas, mas porque sua dominação vinha desenhada nos gestos e na língua. Em 1630, os holandeses invadiram Recife porque ali viram a porta de entrada comercial para a capitania: a conquista se faria por onde rendesse dividendos, não por sua capacidade de exercer

desde o início um poder político (nesse caso os holandeses teriam invadido a Bahia). Mas não podiam ultrapassar um limite próximo à cidade, temendo por emboscadas. Passavam fome até que novos provimentos (peixes da Terra Nova, pão preto, toucinho de Moscou ou cerveja) chegassem da metrópole. As primeiras coisas de valor apresentadas à metrópole foram os sinos das igrejas de Recife e Olinda, uma bagatela.

Os holandeses parecem ter sido incompetentes em dominar a nova terra e seu vasto benefício, o açúcar: por inabilidade, inapetência ou uma soma de ambas (com exceção de alguns poucos casos, como o do senhor de engenho Gaspar van Niehof van der Ley, cujo sobrenome transformou muitos pernambucanos de origem holandesa em "wanderleys") não tocaram nas plantações, dominadas pelos portugueses. "Nós governamos a terra e os portugueses, nossos haveres", escrevia um conselheiro de justiça holandês, van de Boorde, a seus chefes na Câmara da Zeelândia, em 1643.⁶³⁵ A língua portuguesa jamais deixou os canaviais. Os holandeses utilizavam as palavras "engenho", lavrador, "bagasse" (de cana), "graep" (grapa), até incorpora-las à sua língua corrente. Assim, de 1630 a 1654, parte do Brasil viveu sob um regime social e político diverso, que foi combatido e derrotado pela classe dominante do sistema econômico-social que havia sido desmantelado.⁶³⁶ Mas esse sistema social foi incapaz de por as bases de uma sociedade substancialmente diferente daquela criada pelo colonialismo ibérico.

Ainda assim, durante a colonização, um tecido econômico autônomo foi se desenvolvendo nas colônias ibéricas da América. Grande parte da produção colonial se assentava na subsistência e no autoconsumo, cujas relações de produção não tinham o trabalho escravizado como eixo para o seu funcionamento. No Brasil, o auge da economia mineira deu lugar a um conjunto de atividades subsidiárias (criação de gado, agricultura, artesanato). Da Costa e Pires localizaram uma policultura de gêneros alimentícios básicos, para consumo e

⁶³⁵ José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*. São Paulo, Topbooks-UniverCidade, 2002.

⁶³⁶ Sérgio Buarque de Holanda. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 1, livro 4. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960; Pedro Puntoni. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

subsistência, que se desenvolveu paralelamente e de modo contínuo ao monopólio agroexportador, na estrutura de posse dos escravos, em que se pode observar “a predominância quantitativa dos proprietários com reduzido número de cativos, cerca de quatro ou cinco digamos, os quais detinham parcela substantiva do efetivo total da escravidão, vale dizer, por volta de 30 a 40% dos cativos”.⁶³⁷

E, na América espanhola, o dinamismo de alguns itens de exportação, couros do Rio da Prata, cacau da Venezuela, prata do México, não podia ocultar a reativação de muitas indústrias artesanais que abasteciam as regiões exportadoras e os núcleos urbanos em expansão. “Driblando” o monopólio do comércio legal havia interstícios para essas primitivas atividades industriais. Se, por um lado, o contrabando não podia canalizar toda a expansão potencial do comércio, por outro, a Coroa não podia permitir seu crescimento indefinido. Por outro lado, o comércio externo das colônias experimentou uma queda desde a segunda metade do século XVII. As exportações de ouro e prata desvalorizaram esses produtos na Europa, determinando uma forte queda na sua produção (as minas do Novo México tiveram, nesse período, uma recessão de 21%). O transporte interoceânico espanhol declinou; o número de navios cruzando o Atlântico caiu de 1363 na década de 1620 para 722 na década de 1640. 134 mil peles eram exportadas por volta de 1580; esse número caiu para oito mil, por volta de 1660.

O sistema colonial ibérico começou a enfrentar uma crise de suas relações externas, assim como também uma crise de suas relações internas. O crescimento do potencial produtivo e comercial das colônias começou a apontar para uma diversificação do comércio com as metrópoles (feito através de contrabando), para o crescimento do comércio intercolonial, e começou a chocar-se com o “exclusivo metropolitano”: foi para remediar essa situação que se produziram os “reajustes” imperiais conhecidos como reformas borbônicas (da dinastia dos Bourbon, na Espanha), e reformas pombalinas (do marquês de Pombal, regente de Portugal), que visavam a diversificação do comércio colonial.

“Cautelosamente, passou-se à reforma da estrutura do comércio colonial. Inicialmente, na área do Caribe (1765), com a abertura de diversos portos espanhóis ao contato direto com os portos caribenhos, sem parada obrigatória em Cádiz; a seguir,

⁶³⁷

Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa. *Op. Cit.*, p. 95.

permitiu-se que treze portos espanhóis comercializassem diretamente com os maiores portos coloniais (1778), à exceção de Vera Cruz e La Guayra, por fim incluídos em 1789. Esses reduzidos ajustes, aos quais se denominou ‘política do livre comércio’, representavam em verdade apenas uma liberalização do comércio dentro dos quadros imperiais. Permitia-se um limitado comércio intercolonial, e mesmo assim restrito unicamente a produtos coloniais, não se admitindo a reexportação de importações europeias. O objetivo dessas mudanças era a melhoria do contato entre a metrópole e as colônias, visando reduzir o contrabando pela ampliação da oferta, e elevando a percentagem de manufaturados espanhóis no comércio com as colônias”.⁶³⁸

Quando da ascensão dos Bourbons ao trono espanhol, o vice-reinado do Prata ficou agitado. Preterido pelas administrações espanholas, impacientemente aguardava oportunidades, medidas governamentais que facilitassem o relacionamento comercial através do porto de Buenos Aires. Ansiava-se por soluções oficiais que acabassem com a penúria e miséria dos arraiais portenhos. Entretanto, as esperanças muito cedo foram anuladas pela nova realidade econômica, imposta pelos novos mandatários espanhóis. Estes mantiveram o porto de Buenos Aires sujeito às restrições anteriores, bem como suas relações com o *hinterland* platino prejudicadas pela Aduana Seca de Córdoba: “A salvação de Buenos Aires consistia em manter um estreito contato com o interior convertendo-se no porto de saída de seus produtos, mas para conseguí-lo teria que contar com o apoio do governo peninsular”.⁶³⁹

Por outro lado, no Tratado de Utrecht, de acordo com seu artigo 6, Felipe V cedia para sempre a praça de Colônia à sua Majestade o Rei de Portugal, bem como a seus sucessores. A repercussão dessa medida se fez sentir na vida econômica platina. Desde sua fundação, em 1680, a Colônia do Sacramento, nos momentos de dominação portuguesa, vinha atuando como ativo foco de contrabando. Toda a política diplomática da Espanha em relação ao Prata, logo após a assinatura do tratado de Utrecht, voltara-se no sentido da recuperação da Colônia do Sacramento. Da fundação de Montevidéu, em 1723, até a criação do vice-reinado de Buenos

⁶³⁸ Stanley e Bárbara Stein. *Op. Cit.*.

⁶³⁹ Octavio Gil Munilla. *El Rio de la Plata en la Política Internacional*. Sevilla, 1949, p. 351.

Aires, a preocupação do governo espanhol foi a de cercear a expansão lusitana no Prata. Não obstante, Felipe V sentia-se incapaz de tomar medidas mais duras, que acarretariam certamente uma guerra contra a Inglaterra; Espanha não estava em condições de enfrentar uma campanha bélica contra os ingleses, devido ao poderio naval britânico.

A tentativa de restabelecimento do sistema de *Flotas y Galeones*, além de não atingir seus objetivos, voltava seus interesses para o Caribe. Em 1740, o “*sistema de flotas y galeones*” foi substituído pelo sistema de registros. Nessa ocasião foram suprimidas as feiras de Portobelo, bem como a via do Panamá. O provimento do Peru passou a ser atendido através da rota do Cabo Horn. Posteriormente, em 1754, foram restabelecidas as frotas tão somente para atender à Nova Espanha. Nesta altura a Espanha desenvolvia francamente uma nova política do tráfico ultramarino, a política dos *barcos de registro*. A despeito do movimento de navios de registros, severas restrições pesavam sobre o porto de Buenos Aires. Na segunda metade do século XVIII, quando as demais regiões da América espanhola sentiram a influência da nova política dos Bourbons, a dependência econômica do Prata, em relação ao Peru, estabeleceu rigorosas restrições comerciais e nenhum porto sob o domínio espanhol desfrutou de menos liberdade comercial do que o do Rio da Prata.⁶⁴⁰

Na América espanhola, tanto como no Brasil, a sociedade colonial ia cindindo-se em interesses de classe contrapostos. No caso do Brasil, tínhamos “de um lado, brasileiros proprietários que se consideravam a nobreza da terra, educados num regime de vida larga e de grandes gastos. De outro, o *mascate*, o imigrante enriquecido, formado numa rude escola de trabalho e parcimônia, e que vem fazer sombra com seu dinheiro à posição social daqueles. A oposição ao negociante português - mascate, marinheiro, pé de chumbo, o epíteto com que o tratam varia - se generaliza, porque este, empolgando o comércio da colônia, o grosso como o de retalho, exclui dele o brasileiro, que vê se lhe cercearem os meios de subsistência; o conflito assim se aprofunda e se estende”.⁶⁴¹

⁶⁴⁰ Cf. Emanuel Soares da Veiga Garcia. Buenos Aires e o primeiros Bourbons. *Estudos* n° 18, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1990.

⁶⁴¹ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1965.

Assim, na "guerra dos mascates" (1710) se confrontaram "reinóis" e naturais da colônia. Na América espanhola, as "reformas borbônicas" também acentuaram a cisão social interna da sociedade. No Peru, os *índios forasteros*, fugidos do trabalho e do tributo forçados à administração colonial, aliaram-se com os espanhóis que ocupavam terras sem títulos, e que não queriam pagar à Coroa a regularização de sua situação. Através das oposições internas da sociedade colonial, foi processando-se a crise geral do sistema, que tinha sua causa mediata e visível no monopólio econômico e político da metrópole.

Como toda reforma em período de crise, a reforma borbônica (assim como a reforma pombalina nas colônias portuguesas) só conseguiu agravar a causa que lhe dera origem, tornando-a mais evidente, escancarada e insuportável, sem solucioná-la. Pois a liberalização do comércio dentro dos quadros imperiais chocava-se com um obstáculo insuperável: a fraca industrialização dos países ibéricos, sua incapacidade de fornecer manufaturas em quantidade suficiente às colônias: "Concebido unicamente no interesse da metrópole, o sistema colonial do antigo regime econômico era tanto mais dificilmente aplicável quanto, há mais de dois séculos, as metrópoles ibéricas eram incapazes de satisfazer as necessidades reais das suas colônias americanas. O monopólio de Sevilha, e depois o de Cádiz, que cedeu o lugar em 1765 a um monopólio mais amplo da Espanha, bem como o monopólio de Lisboa não eram, em tais condições, senão um meio de exação fiscal, isto é, mais um, com o *quinto* e o pesado aparelho da fiscalização castelhana e portuguesa que, sem proveito para a economia dos países produtores, drenava para a Europa parasita os metais preciosos que a técnica crioula e o sangue índio arrancavam às Rochosas e aos Andes".⁶⁴²

Às contradições derivadas do monopólio metropolitano do comércio interoceânico cabe acrescentar aquelas nascidas das proibições e do monopólio do comércio intercolonial, que se chocavam com a incipiente expansão de um mercado interno colonial. No século XVI, o Potosí, um dos polos econômicos de América espanhola, já possuía vinte mil habitantes, cifra que só seria superada no século seguinte por Lima (Peru). No Brasil, em 1765 foi liberado o comércio intercolonial, e em 1778 acabou o sistema de porto único. Portugal também passou a perder o

⁶⁴² Pierre Chaunu. *História da América Latina*. São Paulo, Difel, 1978.

controle absoluto sobre suas possessões na América, através de um processo de colonização econômica inglesa da metrópole realizado por meio de uma série de acordos comerciais celebrados com a Inglaterra, que culminaram com o Tratado de Methuen, em 1703.

A formação de uma sociedade nas colônias, com um tecido social e ordem internas, incluídas a criação de escolas e universidades, começou a entrar em conflito com o que era a consequência lógica do monopólio comercial: o monopólio político em mãos da administração colonial. Em 1640, no atual Paraguai, o movimento dos *comuneros* pôs em questão esse monopólio político. A criação dos *cabildos* na América espanhola, visando dar certa representação aos setores privilegiados da sociedade colonial (o primeiro *cabildo* colonial foi criado em 1729) foi, como as reformas comerciais, um fator de complicação do problema político interno das colônias.

As necessidades elementares de governo tinham obrigado à metrópole a tolerar, junto às autoridades diretamente nomeadas por ela (Vice-Rei, Governador Geral e outras) órgãos de representação, ainda que restrita, dos colonizadores (*Cabildos* e Audiências, estes na América espanhola; Conselhos Municipais), com o qual se criavam as condições para uma *expressão política* daquela contradição. A tradição da América colonial espanhola também originou a prática dos *cabildos abertos*, assembleias populares que decidiam sobre todas as questões relativas à comunidade local. Os *cabildos* originalmente eram parte da estrutura administrativa colonial comandada pela aristocracia espanhola, fechado e com componentes fixos como escrivães, alcaides e regedores. No entanto, existiram experiências e práticas que ampliaram as características originais dos *cabildos*.

Em Peru e Charcas os *cabildos de índios*, ainda que servissem para cooptar os nativos para a administração colonial, também previam que causas civis fossem julgadas pelos próprios índios dando parte do poder de volta às comunidades. Os *cabildos abiertos* ocorriam quando participavam todos os habitantes de um lugar, e estavam previstos em casos de decisões administrativas e políticas de grande importância. Nestas ocasiões todos podiam participar, falar e votar em assembleia geral. Em numerosas cidades e circunstâncias do período colonial surgiram *cabildos abiertos* para deliberarem sobre questões locais, dando-lhes uma conotação muitas vezes perigosa para as elites, que os

condenavam por seus excessos. O caráter deliberativo e democrático dos *cabildos abiertos* foi utilizado frequentemente em enfrentamentos com visitantes e governadores reais, utilizando suas prerrogativas legais.⁶⁴³

O sistema de capitanias hereditárias, implantado no Brasil pela Coroa portuguesa, teria talvez agido no mesmo sentido, se não tivesse fracassado por falta de capitais (a nobreza portuguesa empobrecida, donatária das Capitanias, carecia de recursos para colonizar suas novas posses). No caso da colonização portuguesa houve uma confluência de interesses entre a Coroa e os colonos, pelo menos até fins do século XVII e início do XVIII, quando se acentuou o fiscalismo e a centralização com a criação dos juízes de fora, surgindo as primeiras divergências entre os portugueses da América e os da Europa. As contradições "externas" tinham assim, nas colônias, uma expressão interna, consoante com a posição ocupada pelos diversos setores e classes sociais dentro do sistema colonial. No Brasil, em finais do século XVII explodiram revoltas contra o monopólio comercial português (a revolta de Bekman, no Maranhão, em 1684, por exemplo).

O catolicismo continuou a jogar seu papel na manutenção da exploração colonial, mas ele próprio viu-se envolvido na crise do sistema. Os jesuítas cumpriram um papel decisivo no aniquilamento da Revolução dos Comuneros, gestada no Paraguai entre 1721-1725 e 1730-1735. Esta revolução proclamava a soberania do povo sobre o monarca e, entre outras coisas, opunha-se às missões jesuíticas, pois estrangulavam o desenvolvimento de um setor comercial local. Quando o confronto explodiu, os jesuítas, a pedido da monarquia espanhola, organizaram e encabeçaram um poderoso exército de oito mil indígenas e derrotaram os revolucionários em março de 1735. A Companhia de Jesus continuou participando na colonização e no saque europeu da América.

Os jesuítas, porém, foram expulsos do Paraguai após a "guerra guaranítica" (1753-1756). Nas metrópoles ibéricas, os jesuítas também foram expulsos, pois entraram em choque contra o "despotismo ilustrado" de Pombal (Portugal) ou dos Bourbon (Espanha). A influência das ideias jansenistas e anglicanas progredia na península ibérica, com a atuação de Gaspar Melchor

⁶⁴³

Constatntino Bayle. *Los Cabildos Seculares en la América Espanhola*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1978.

de Jovellanos na Espanha; ideias trazidas pela influência do absolutismo francês e das tendências antirromanas manifestadas por alguns setores do clero. Em 21 de julho de 1773, com o Breve *Dominus ac Redemptor*, o papa Clemente XIV suprimiu a Companhia de Jesus, que nessa época contava com aproximadamente 23 mil membros em 42 “províncias” espalhadas por todo o mundo. A *Societas Jesu*, no retrocesso e ilegalidade que lhe foram impostos, se aferrou a sua função precípua original de salvadora do Estado católico.

A abolição das *frotas de comboio* reais bianuais (transporte obrigatório do comércio colonial), em 1735 (na Espanha) e em 1756 (em Portugal), fez parte das reformas impulsionadas pelas metrópoles recentemente “ilustradas”, mas ainda despóticas. Os setores que baseavam seus lucros na exploração da população nativa conseguiram a expulsão da América dos jesuítas (considerados protetores dos indígenas) e a incorporação das missões jesuíticas ao Império espanhol. A crise do sistema colonial americano estava em andamento. A crise internacional de finais do século XVIII, e a Revolução Industrial inglesa, lhe assestaram um golpe decisivo.

A crise, no último quartel do século XVIII e no início do século XIX, abrangeu todas as metrópoles europeias e suas colônias. A dominação política sobre as colônias e a proteção ao comércio, sempre na defesa dos interesses das metrópoles, foram as principais causas das tensões. A situação se agravou quando algumas colônias (isto é, os interesses organizados de suas classes dominantes) começaram a se tornar economicamente mais fortes do que as metrópoles, como foi o caso do Brasil: a Inconfidência Mineira, em 1789, expressou a rejeição ao sistema colonial português. Outros movimentos emancipacionistas brasileiros foram a Conjuração Baiana ou “dos Alfaiates”, em 1798; e a Conspiração dos Suassunas, em 1801.

A sociedade colonial espanhola, por sua vez, apresentava uma divisão interna claramente estabelecida; a origem étnica de cada estamento social determinava a divisão em classes sociais: a) Os espanhóis, membros da administração colonial (*chapetones*), vice-reis, governadores, chefes militares e religiosos, “ouvidores” dos Tribunais, etc., ocupavam o topo da pirâmide social; b) A classe proprietária das terras e das minas, e monopolizadora do grande comércio, estava composta de brancos nascidos na América (*criollos*): ainda que possuidora de riquezas, ocupava uma posição social e política inferior; c) A plebe das cidades, pequenos comerciantes ou pequenos

proprietários, assim como os artesãos, estava composta majoritariamente por mestiços, e também por brancos; d) Sobre os indígenas (ou “índios”) descansava todo o edifício colonial: eles forneciam a mão de obra das minas, das fundições e das propriedades agrárias; através das obrigações impostas às suas comunidades (por exemplo, os *ayllus*, no Peru).

A aristocracia indígena (caciques ou *kurakas*) ocupava, como intermediária entre as autoridades e as comunidades nativas, uma posição privilegiada. Por outro lado, na periferia das principais cidades (Lima, Potosí) muitos índios tinham se estabelecido, fora de suas comunidades, uma vez cumpridas suas obrigações de trabalhos forçados, ou para fugir delas: eram os chamados “índios forasteiros”. As reformas dos Bourbon implicaram modificações na administração colonial, no sentido de torná-la mais eficiente. O propósito de modernizar a burocracia implicou uma ameaça para os grupos locais poderosos de cada região. Os proprietários de minas e os comerciantes deveriam agora pagar impostos. Vários destes setores achavam-se já em situação difícil devido aos altos juros cobrados pelos prestamistas.

A vida nos povoados das colônias espanholas era, por outro lado, cada vez mais insuportável para os naturais do país. Os cargos públicos estavam monopolizados pelos espanhóis. Todas as riquezas que se extraíam em Potosí e das minas do Alto Peru eram conduzidas para a metrópole, ficando seu produto como benefício para o Tesouro espanhol e para os aventureiros que haviam cruzado os mares em busca de riquezas no “novo mundo”. Os *corregidores* espanhóis se confabulavam com os *kurakas*, padres e governadores, para oprimir os naturais, prendendo-os, torturando-os e violentando as mulheres escravas.

Por esses motivos muitos índios fugiam para outras terras, outros se jogavam no vazio junto a suas famílias, ou quebravam os braços e pernas de seus filhos para que não fossem usados como escravos. Para resistir à pressão de governo central, as classes dominantes locais não tinham mais recurso senão mobilizar os setores mais baixos da população. Foi o que ocorreu na maioria das revoltas iniciadas em 1780. Os índios, rapidamente, imprimiram sua própria dinâmica ao movimento. Se os índios apoiaram inicialmente as reivindicações dos *criollos*, contra os impostos e as novas alfândegas e *gabelas*, logo dirigiram seu ódio contra os

corregidores, ou seja, os funcionários coloniais encarregados dos *repartimientos* de indígenas.

Assim, explodiram uma série de rebeliões nas quais as comunidades indígenas americanas se mobilizaram de modo independente: a dirigida por Tomás Katari (fevereiro de 1781, em Chuquisaca, Cuzco e Potosí), a da região de La Paz, dirigida por Julián Apaza (Tupac Katari), e a mais célebre, começada na região de Tinta, que se estendeu de Cuzco até as margens do Lago Titicaca, liderada por Tupac Amaru (José Gabriel Condorcanqui, seu nome “espanhol”), descendente direto dos antigos *inkas*. Na comoção vivida pela sociedade colonial, as revoltas tiveram no início certo apoio das classes dominantes *criollos*. Mas os *criollos* viram rapidamente a maciça mobilização indígena fugir do seu controle, e reivindicar a posse da terra. Tupac Amaru viu-se então sozinho, e dirigiu-se a “todos os oprimidos da América”, chamando-os à luta. O fato de ter conquistado um apoio formidável das massas indígenas e camponesas, tirava-lhe a possibilidade de formar uma coalizão com os setores urbanos que tinham manifestado disposição para apoiar uma revolta coletiva contra os prejuízos provocados pela administração central.

Durante dois anos (1780-82) a imensa região compreendida entre a Nova Granada (Colômbia) e o Norte argentino viu-se sacudida por rebeliões camponesas, protagonizadas pelos indígenas. O fato militar mais importante da rebelião foi o cerco de La Paz (março-outubro de 1781) dirigido por Tupac Katari, durante o qual foram mortas seis mil pessoas, na maioria soldados espanhóis. Vários exércitos reais de outras regiões foram enviados, e as rebeliões, pouco coordenadas entre si, foram, finalmente, esmagadas. Para os espanhóis dominar a insurreição era questão de vida ou morte. Para os índios a sublevação constituía a recuperação de sua liberdade, território e riquezas, ou sua capitulação ante o poderio dos brancos: “Os esforços propagandísticos (de Tupac Amaru) só deram frutos no campo indígena. A posição dos *criollos* se fez mais vacilante do que nos primeiros dias da insurreição. A Igreja não só o repudiou, mas também o combateu com todos os seus meios. Não se tratava deste ou daquele crime atribuído aos rebeldes, mas do próprio fato de se rebelar contra um rei católico e um poder estabelecido”.⁶⁴⁴

⁶⁴⁴ Boleslao Lewin. *La Insurrección de Tupac Amaru*. Buenos Aires, Eudeba, 1963, p. 47.

Qualificar a rebelião tupacamarista de simples “rebelião dos *kurakas* privilegiados” contra as reformas (modernizantes) borbônicas, negar seu caráter de antecedente das revoluções independentistas americanas do século XIX, é absolutamente incorreto. Outra coisa é constatar que “Tupac Amaru não reclamou a devolução das fazendas confiscadas secularmente às massas indígenas, ponto chave para unificar a rebelião e atrair para ela as camadas despossuídas. O vacilo do líder rebelde se explica pela sua política de aproximação aos proprietários *criollos*. Toda sua prédica esteve dirigida a atacar os espanhóis europeus e os funcionários coloniais, para aproximar os americanos”.⁶⁴⁵

A repressão contra os rebeldes (os índios e a plebe das cidades) foi violentíssima, deixando um saldo de mais de 100 mil mortos. Do lado espanhol, 40 mil morreram nas revoltas ou nos combates militares: no total, 7% da população do Peru e da Bolívia (na época, as regiões mais populosas da América espanhola). Tupac Amaru foi capturado a cinco de abril de 1781, e morto de maneira atroz (foi esquartejado vivo, amarrado a quatro cavalos que tiravam em quatro direções opostas), em 18 de maio desse ano.

Na sua defesa perante o tribunal espanhol, declarou: "Os índios nada ganharam com o amor e as providências de Sua Majestade, nem com o amor dos ministros do Senhor. A razão é que depois de haver feito *mitas* e sofrido nos *obrajes*, arrendados como escravos, ou que por ficarem sumamente desamparados dos *corregidores*... os padres os deixam viver à sua vontade, e quando menos esperam lhes surpreende a morte em mau estado". Segundo Guillermo Lora,⁶⁴⁶ a causa da derrota do grande levantamento chefiado por Tupac Amaru e os Kataris foi a incapacidade (a ausência de vontade) da classe dominante *criolla* (os brancos da América) das cidades de encabeçá-lo, reproduzindo a tragédia das rebeliões camponesas na Alemanha no século XVI.

Não se consumou, por isso, a aliança entre a cidade e o campo, da única maneira então possível: o levantamento camponês dirigido pelos *criollos*, porque os camponeses se apresentaram como um setor social disposto a arrastar as outras

⁶⁴⁵ Christian Rath e Andrés Roldán. *La Revolución Clausurada*. Buenos Aires, Biblos, 2013, p. 36.

⁶⁴⁶ Guillermo Lora. Notas sobre el movimiento campesino del siglo XVIII. *América Índia* nº 1, Buenos Aires, janeiro 1972.

classes sociais exploradas nas cidades; os objetivos vitais dos *criollos* apareciam postos de lado. O fato dos índios não possuírem armas, ou não saberem manejá-las, foi superado com o material bélico do próprio exército real, ou com a ajuda de alguns mestiços o *criollos* que serviram na artilharia dos insurgentes. Não raro os mestiços se defrontavam violentamente com os *criollos*, mas não houve casos em que a plebe mestiça citadina formulasse a ideia de constituir-se em grupo social governante. Marchou junto aos camponeses contra os *chapetones* e/ou os *criollos*. Não tinham razões para se opor à reconquista da terra pelos seus antigos donos, mas não lutaram pela direção política e, quando os levantamentos camponeses-indígenas ganharam belicosidade, os mestiços passaram para o lado dos *criollos*.

A rebelião camponesa do final do século XVIII na América espanhola não teve, assim, uma direção jacobina (ou "jeffersoniana") nas cidades, por ausência de uma burguesia urbana capitalista (ou agindo através da pequena burguesia revolucionária, como nos casos coetâneos dos EUA ou da França): "A maior parte dos operadores econômicos mais ativos da América eram espanhóis, não *criollos*, mais fiéis à Espanha do que ao país no qual viviam mais ou menos provisoriamente. Poucos eram os que podiam ser definidos como burgueses: embora praticando atividades de comércio internacional, os bens de exportação que comercializavam eram produzidos por outros grupos sociais, através de modos e relações de produção que podem ser definidos como se quiser - escravistas, feudais, servis - mas não certamente como capitalistas. Os grupos de comerciantes internacionais, apressadamente definidos como 'burgueses', não estavam interessados em modificar uma situação que, no nível da produção, lhes proporcionava ganhos colossais nos mercados internacionais".⁶⁴⁷

Pode-se traçar um paralelo entre a luta (e a derrota) dos negros quilombolas chefiados por Zumbi e Ganga Zumba no Brasil, no século XVII, com a rebelião indígena chefiada por Tupac Amaru e os Kataris no século XVIII, na América espanhola? As semelhanças saltam aos olhos, mas também algumas dessemelhanças. Os indígenas americanos, diversamente dos escravos africanos, se apoiavam em um tecido social e até formas de propriedade preexistentes à

⁶⁴⁷ Ruggiero Romano. *Le rivoluzioni del centro e sudamerica. Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fabbri, 1973.

chegada dos colonialistas ibéricos. Uma vitória do movimento de Tupac Amaru teria fortalecido as comunidades indígenas e provavelmente criado uma ampla camada de pequenos proprietários rurais. O desenvolvimento ulterior do capitalismo latino-americano teria tomado base na expropriação deles, que teriam se transformado em força de trabalho suscetível de ser proletarizada. A derrota de Tupac Amaru fechou a perspectiva para um desenvolvimento capitalista autônomo na América "espanhola".⁶⁴⁸

Para Guillermo Lora, as revoltas camponesas do século XVIII foram o "ensaio geral" dos movimentos da independência americana, começados em 1809. Sua frustração deveu-se ao fato de não existir uma classe social urbana disposta a lutar não só contra o domínio metropolitano, mas também contra os latifundiários *criollos*, confirmando o estatuto da revolução camponesa como pano de fundo da revolução burguesa, mas carente de entidade própria, pois não seria capaz de colocar historicamente por si só a criação de uma nova sociedade. Não poderia haver uma revolução burguesa sem burguesia.

Para Boleslao Lewin, "o espírito revolucionário das colônias espanholas sentiu-se alentado pelo exemplo norte-americano, porém sua tentativa de materialização fracassou, porque existia nelas o tremendo problema indígena que os inconfidentes *criollos* não souberam encarar. E ainda que as massas índias estivessem já profundamente comovidas pelo trabalho persistente e tenaz de Tupac Amaru, não se chegou à ação comum, o que retardou em vários decênios a vitória da independência e da liberdade civil".⁶⁴⁹ Meio século, duas gerações, separou a independências das colônias inglesas do Norte americano da emancipação das colônias luso-espanholas das Américas. Em uma era vertiginosamente revolucionária, meio século é uma eternidade.

Depois da derrota dos camponeses-indígenas, nos primórdios dos movimentos independentistas americanos, o iluminismo *criollo* compadeceu-se da situação do indígena submetido a trabalhos forçados, e criticou a violência desenfreada e horrível usada pelas autoridades espanholas para debelar o movimento tupacamarista. Os *Discursos sobre la Mita* de Victorián de Villalva, procurador da Real Audiência de

⁶⁴⁸ Guillermo Lora. *Op. Cit.*

⁶⁴⁹ Boleslao Lewin. *Tupac Amaru en la Independencia de América*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1979.

Charcas, nos quais propunha a abolição da servidão dos índios, foram retomados por Mariano Moreno, advogado e precursor político/ideológico da “*Revolución de Mayo*” (1810) que iniciou o processo da independência da Argentina, na sua *Disertación sobre el servicio personal de los índios en general y sobre el particular de Yanaconas y Mitayos*, trabalho doutoral. De sujeitos independentes da revolução camponesa, os nativos americanos passavam a ser objeto, massa de manobra, da luta *criolla* pela independência americana, na qual não foram a força dirigente, mas ponto de apoio e auxílio.

Paralelamente, na segunda metade do século XVIII, o poder marítimo da Holanda entrou em declínio. Seus navios cargueiros e de guerra não eram mais os melhores, os mais potentes e velozes. Os mares se tornavam inseguros para Holanda, a defesa das rotas comerciais contra os rivais que usavam ao máximo a guerra corsária tinha um custo sempre maior. A madeira necessária para renovar a frota era cada vez mais inacessível para um país que não tinha florestas, em que cada palmo de terra suplementar era arrancado ao mar, com um trabalho cada vez mais oneroso, para ser dedicado a uma agricultura sempre mais intensiva.

O dinamismo comercial holandês não conseguiu renovar o antigo sistema colonial: “Os limites impostos ao capitalismo holandês por sua posição conciliadora diante do senhorialismo das províncias terrestres e da força obstinada das corporações, deixaram sua marca no desempenho holandês no Novo Mundo. Não surgiram grandes colônias holandesas de fazendas de escravos, apesar do papel central dos holandeses no comércio escravista e das ambições dos capitalistas que dominaram a Companhia das Índias Ocidentais. A escravidão em Nova Amsterdã permaneceu urbana e abrangia empregados domésticos, artesãos e trabalhadores semi-habilitados sob um regime suave... A conquista holandesa de Pernambuco, mesmo sob o comando do enérgico e imaginativo Conde Maurício de Nassau, apenas superimpôs a exploração comercial a uma estrutura social que continuou dominada pelos senhores de engenho portugueses”.⁶⁵⁰ Holanda não teve a força econômica, nem a força militar, nem a vocação político-social, para substituir o antigo sistema colonial por um sistema “modernizado”, acorde com as exigências da produção capitalista nas metrópoles.

⁶⁵⁰

Eugene D. Genovese. *Op. Cit.*, p. 51.

Nesse contexto, Inglaterra, já se perfilando como a maior potência da Europa, se preparava para exercer o poder completo sobre os oceanos das duas rotas de Ocidente e de Oriente, desenvolvendo uma marinha da guerra poderosíssima, que realizava a simbiose navio-artilharia no seu nível mais alto, ao mesmo tempo em que introduzia inovações nos navios velozes menores, para vencer na guerra corsária. A hegemonia holandesa chegava, com isso, ao seu fim. Com a quarta guerra anglo-holandesa (1781-84) o remanescente da potência naval de Holanda foi neutralizado. Nessa altura, os maiores comerciantes, armadores e financistas holandeses tinham se retirado do comércio para dedicar-se exclusivamente à finança. Abandonaram Leida, Haarlem, Delft, e inclusive Amsterdã, seguindo os capitais que se dirigiam para a mais dinâmica Londres, onde os investimentos já eram seguros e rentáveis.

Em 1737 os capitalistas holandeses detinham 20% do débito público inglês, 10 milhões de libras esterlinas; um terço das ações do Banco da Inglaterra estava em mãos holandesas. Na véspera da Revolução Francesa, o coração do capitalismo se deslocou para Manchester e o Lancashire, onde o violento encontro entre o trabalho assalariado e capital internacional resultou na revolução produtiva que foi a base do capitalismo contemporâneo, a Revolução Industrial. Os percalços sofridos pela potência inglesa, a perda das colônias americanas (em 1776) e a derrota na guerra econômica e ideológica contra o exército revolucionário francês (1793) só a abalaram momentaneamente. Impulsionada pelo capital industrial em expansão, a agressividade inglesa não conhecia limites nem derrotas duradouras. Depois da vitória naval inglesa contra a coalizão hispano-francesa em Trafalgar (1805), a França napoleônica decretou o bloqueio comercial continental da Inglaterra. A nova potência mundial, o Reino Unido, era nesse momento, porém, impossível de ser contida.

A crise do antigo sistema colonial precedeu a vitória do capitalismo industrial, da “escravidão assalariada”. Ela não implicou, porém, uma diminuição da escravidão *sans phrase*, ao contrário: “A partir da década de 1770, o tráfico de escravos passou por uma transformação impressionante. A Coroa espanhola começou a liberalizar sua economia colonial e as comportas se abriram. Comerciantes de escravos começaram a importar africanos para o continente de todas as maneiras que podiam, trabalhando com corsários para para descarregá-los em praias vazias e enseadas escuras, transportando-os rio acima para

as planícies e contrafortes do interior e levando-os em marcha forçada por terra. Os mercadores foram rápidos em adotar a nova linguagem associada à economia do *laissez-faire* para exigir o direito de importar ainda mais escravos... Dos 10.148.288 africanos de que se tem conhecimento embarcados em navios negreiros com destino às Américas entre 1514 e 1866 (de um total que historiadores estimam ser de no mínimo 12.500.000), mais da metade, 5.131.385, foram embarcados depois de 4 de julho de 1776”.⁶⁵¹ Principalmente para os EUA e o Brasil: liberalismo econômico e escravidão não eram contraditórios.

Na Inglaterra, em que pesem as repercussões sociais internas derivadas das penúrias impostas pelo bloqueio continental francês e da enorme dívida pública nacional, através de crises políticas entre aristocracia, burguesia agrária e burguesia industrial, de ampliações sucessivas do colégio eleitoral parlamentar, e de revoltas sociais, a indústria inglesa se impôs, nacional e internacionalmente, transformando o país não só no banco, mas também na fábrica do mundo. E, em que pesem a miséria e a exploração brutal da população, o proletariado começou a crescer em ritmos e níveis inexplicáveis pelos critérios da demografia malthusiana. Foi a produção de valor no sistema capitalista moderno a que resultou no aumento da população, que sobre essa premissa se transformou em sobrepopulação relativa, ou “exército industrial de reserva” do capital, fator poderoso do desenvolvimento da produção capitalista. Seu epicentro revolucionário se situou no país em que o “mais formidável dos absolutismos”, em completa decadência, engendrou na sua crise de agonia a mais formidável das revoluções.

⁶⁵¹ Greg Grandin. *O Império da Necessidade*. Escravidão, liberdade e ilusão no Novo Mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 2014, pp. 19-21.

Oswaldo Coggiola estudou História e Economia na Universidade de Córdoba (Argentina) até ser dela expulso pelas autoridades universitárias do golpe militar de 1976 (dez anos depois, reinstaurada a democracia, a mesma Universidade lhe concedeu sua Medalha de Honra). Foi preso político nas ditaduras militares de Onganía e Lanusse, e também do governo de Isabel Perón. Concluiu seus estudos nas disciplinas mencionadas (duas licenciaturas) na Universidade de Paris VIII, onde também fez o Mestrado em História. Doutorou-se em História Comparada das Sociedades Contemporâneas na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1983, sob a orientação da Profa. Madeleine Rébérioux. Há 33 anos leciona na Universidade de São Paulo (USP), onde é Professor Titular de História Contemporânea e, atualmente, Chefe do Departamento de História, cargo que ocupa pela segunda vez, sendo especializado em História Econômica e História da América Latina. Organizou vinte congressos e simpósios internacionais de importante repercussão. Foi Professor Visitante na *Stanford University* (EUA), na *Università degli Studi "La Sapienza" di Roma* (Itália), na *Universidad de La Paz* (Bolívia), na *Universidad de la República* de Montevideu (Uruguai), na *Jadavpur University* de Kolkata [Calcutá] na Índia, entre outras. Publicou 69 livros e centenas de artigos em revistas especializadas e em todo tipo de meio de comunicação. Formou 54 Mestres e Doutores na USP. Foi dirigente sindical no Brasil, tendo sido vice-presidente da Adusp (Associação Docente da USP) e também do Andes-Sindicato Nacional (de professores universitários), em várias oportunidades. É pai de quatro filhos: Bianca, Mariana, André Rodrigo e Laura.